

**Ana Paula Pedersoli Pereira**

**FOLHINHAS DE ALGEBRA DO SÉCULO XIX: UM ESTUDO DA FORMA,  
FUNÇÃO E CONTEÚDO**

**BELO HORIZONTE**

**2019**

**Ana Paula Pedersoli Pereira**

**FOLHINHAS DE ALGIBEIRA DO SÉCULO XIX: UM ESTUDO DA FORMA,  
FUNÇÃO E CONTEÚDO**

Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação – Conhecimento e Inclusão Social, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Educação.

**Linha de pesquisa:** Educação e Linguagem

**Orientadora:** Profa. Dra. Isabel Cristina Alves da Silva Frade

**BELO HORIZONTE**

**Faculdade de Educação da UFMG**

**2019**

P4061 T	<p>Pereira, Ana Paula Pedersen, 1987-</p> <p>Folhinhas de algebra do século XIX (manuscrito): um estudo da forma, função e conteúdo / Ana Paula Pedersen Pereira. - Belo Horizonte, 2019. 341 f., etc.</p> <p>Tese -- (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.</p> <p>Orientadora: Isabel Cristina Alves da Silva Frade</p> <p>Bibliografia : f. 329-341</p> <p>1. Educação -- Tese. 2. Imprensa - Brasil -- Tese. 3. Periódicos brasileiros -- Tese. 4. Lettura -- Tese. 5. Edição -- Tese. 6. Edição e edição -- Tese. 7. Livro - História -- Tese.</p> <p>I. Título. II. Frade, Isabel Cristina Alves da Silva. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.</p> <p style="text-align: right;">COD: 050.981</p>
------------	---

Catálogo da Fama<sup>1</sup> : Biblioteca da Fao/UFMG (Setor de referência)

Bibliotecário: Ivany Duarte. CRE6 2409

(A opção é proibida a alteração no conteúdo, no termo e na diagramação gráfica de ficha catalográfica<sup>2</sup>.)

<sup>1</sup> Ficha catalográfica elaborada com base nas informações fornecidas pelo autor, sem a presença do trabalho físico completo. A veracidade e correção das informações de inteira responsabilidade do autor, conforme Art. 399, do Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1960 - "Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita..."

<sup>2</sup> Conforme Art. 397, do Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1960: "Falsificar, no todo ou em parte, documento público, ou alterar documento público verdadeiro..."



## FOLHA DE APROVAÇÃO

**Folhinhas de algebrica do século XIX: um estudo da forma, função e conteúdo**

**ANA PAULA PEDERSOLI PEREIRA**

Tese submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em EDUCAÇÃO - CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL, como requisito para obtenção do grau de Doutor em EDUCAÇÃO - CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL, área de concentração EDUCAÇÃO: CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL.

Aprovada em 25 de fevereiro de 2019, pela banca constituída pelos membros:

Prof(a). Isabel Cristina Alves da Silva Frade - Orientador  
FAE-UFMG

Prof(a). Ana Maria de Oliveira Galvão  
FAE-UFMG

Prof(a). Vera Lúcia de Carvalho Casa Nova  
FAE-UFMG

Prof(a). Lisiane Sias Manke  
UFPel

Prof(a). Jean-Yves Mollier  
Université de Versailles Saint-Quentin-En-Yvelines

Prof(a). Anaïs Fléchet  
Université de Versailles Saint-Quentin-En-Yvelines

Belo Horizonte, 6 de novembro de 2019.

**Profa. Andrea Moreno**  
Coordenadora do Programa de  
Pós-Graduação em Educação:  
Conhecimento e Inclusão Social  
FAE/UFMG



## AGRADECIMENTOS

Agradecer é reconhecer o valor das pessoas e das suas ações na colaboração com o processo de desenvolvimento dos meus estudos de doutoramento. E eu, especificamente, tenho muitas pessoas para agradecer:

A Deus pelo dom da vida e pelo fortalecimento constante da minha fé, que me proporcionou força e coragem para seguir diariamente essa e tantas outras caminhadas com entusiasmo.

À Isabel Cristina Alves da Silva Frade, minha orientadora, agradeço com imensa admiração e sinceridade, pela acolhida tão cuidadosa e pelo trabalho excepcional de orientação desde 2007, com a responsabilidade constante de me ensinar o verdadeiro valor da autonomia intelectual, o que me incentivou, cada vez mais, na busca pelo conhecimento. Muito obrigada, Isabel, por me presentear com o nosso objeto de pesquisa, pela confiança e pelas infinitas vivências acadêmicas que, com rigor, profissionalismo e leveza você me possibilitou experimentar. Agradeço pela parceria que resultou neste nosso trabalho. Foi realmente um privilégio compartilhar, diariamente, com você a disciplina, paciência e dedicação durante meus estudos de doutoramento. Sua orientação trouxe-me serenidade e muito aprendizado no que diz da compreensão do que está nas entrelinhas. Muito obrigada, também, por viver comigo cada detalhe do Doutorado sanduíche, desde o sonho à realização e por ser uma amiga muito especial, que me ajuda a seguir essa caminhada da vida com comprometimento e bom ânimo.

Agradeço, igualmente com carinho e admiração, à Ana Maria de Oliveira Galvão, por acompanhar minha trajetória desde o início da graduação, por ser tão importante em minha formação acadêmica e pelas incansáveis sugestões que deu para esta pesquisa. Muito obrigada, Ana, pela generosa oportunidade que me dá sempre de aprender e partilhar conhecimento. Enfim, obrigada por participar da minha vida de modo tão especial, tanto na dimensão acadêmica quanto na pessoal.

Aos meus orientadores, Jean-Yves Mollier e Anaïs Fléchet, durante o período do Doutorado sanduíche, agradeço pelo esforço incansável em me ajudar com a pesquisa, pelo carinho e pela interlocução que tanto me incentivaram intelectualmente. Muito obrigada pela acolhida em seus seminários e por abrir portas para tantas oportunidades de conhecer outros pesquisadores, de participação em eventos e pesquisas em centros de documentação e bibliotecas, especialmente na Biblioteca Nacional da França, Biblioteca do Vaticano e na Arquidiocese de Paris. Agradeço, ainda, pelas sugestões de leitura e pela generosidade e disponibilidade de aceitarem ler minhas produções em Português.\*

\* À mes orientateurs, Jean-Yves Mollier et Anaïs Fléchet pendant la période de mon doctorat sandwich, je remercie l'effort infatigable de m'aider avec la recherche, par

l'attention et par l'interlocution qui m'ont tant encouragé intellectuellement. Merci beaucoup par l'accueil dans vos séminaires et de me permettre de connaître d'autres chercheurs, de participer aux séminaires, et à des recherches dans des centres de documentation et des bibliothèques, spécialement dans la Bibliothèque Nationale de France, dans la Bibliothèque du Vatican et dans l'Archidiocèse de Paris. Je remercie également les suggestions de lecture, la générosité et la disponibilité pour lire mes productions en Portugais.

Anne-Marie Chartier, agradeço pela acolhida tão generosa em Paris e pelas oportunidades de diálogo que possibilitaram novas reflexões e problematizações acerca do meu objeto de pesquisa. Agradeço, ainda, por ter me apresentado a biblioteca do *Centre d'études en sciences sociales du religieux* (Césor - EHESS) e os seminários da *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS). \*\*

\*\* Anne-Marie Chartier, je vous remercie pour l'accueil si généreux à Paris et pour les opportunités de dialogue qui ont possibilité de nouvelles réflexions et résolutions de problèmes au sujet de mon objet de recherche. Je vous remercie encore de m'avoir présenté la bibliothèque du Centre d'études en sciences sociales du religieux. (Césor – EHESS) et les séminaires de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales. (EHESS).

Jean-François Botrel, pela generosa disponibilidade em conversar comigo sobre a pesquisa, e pelo tanto que esse encontro auxiliou no aprofundamento das reflexões teóricas e metodológicas da minha pesquisa. Seus estudos muito me inspiraram! \*\*\*

\*\*\* Jean-François Botrel, par la généreuse disponibilité de pouvoir parler avec moi sur la recherche et combien cette rencontre m'a aidé dans l'approfondissement des réflexions théoriques et méthodologiques de ma recherche. Vos études m'ont beaucoup inspiré!

Vera Casa Nova, por inspirar as escolhas por caminhos de pesquisa, através dos seus estudos sobre almanaques.

Maria José Francisco Souza (Zezé), pelo exemplo de pesquisadora e pela generosa disponibilidade, de sempre, para ler meus escritos. Muito obrigada, pelas palavras sábias que tanto me ajudam a trilhar meus caminhos acadêmicos.

Lisiane Sias Manke, pela disponibilidade com que aceitou ler meus escritos.

À Marion Aubrée, pelo acolhimento tão generoso no seminário do *Centre d'études en sciences sociales du religieux* (Césor) da *École des Hautes Études en Sciences Sociales* e por me apresentar o *Centre Spirite Allan Kardec* (CESAK), onde pude continuar meus estudos sobre a doutrina espírita, no período do Doutorado Sanduíche. \*\*\*\*

\*\*\*\* À Marion Aubrée, pour la réception aussi généreuse dans le séminaire d u Centre d'études en sciences sociales du religieux (Césor) de l' École des Hautes Études en Sciences Sociales et de me présenter le Centre Spirite Allan Kardec (CESAK), où j'ai pu continuer mes études sur la doctrine spirite, pendant le Doctorat sandwich.

Aos professores da Linha Educação e Linguagem e das demais linhas da Pós-Graduação da FaE/UFMG, agradeço por colaborarem no meu processo de formação no Doutorado. Nas disciplinas cursadas, nos seminários e nos encontros de pesquisa, a troca de ideias, suscitada pela leitura de diferentes textos, inclusive aqueles que eu escrevi, foram essenciais para meu amadurecimento enquanto pesquisadora. Especialmente, registro meus agradecimentos aos professores: Francisca Maciel, Maria Lúcia Castanheira, Maria Zélia Versiani, Andréa Moreno, Ana Maria de Oliveira Galvão, Luiz Alberto Oliveira Gonçalves, Sara Mourão Monteiro, Aracy Alves Martins, Maria de Fátima Cardoso Gomes e Gilcinei Teodoro.

À Aparecida Paiva (Cidinha), que contribuiu com a realização deste trabalho, escrevendo o parecer do projeto de pesquisa. Muito obrigada pelo carinho e atenção de sempre!

À Conceição Clarete Xavier (Teca) por me apresentar a vida acadêmica em 2005, e me proporcionar vivenciar boas experiências de amor à pesquisa e à vida. Muito obrigada, pela amizade.

À Maria das Graças Bregunci (Gracinha), Daniela Freitas Brito Monuani, Valéria Barbosa de Resende, Cláudia Starling Bosco, Penha Souza Silva, Maria Amália de Almeida Cunha, Cynthia Greive Veiga e Celia Abicalil Belmiro, Leôncio Soares, Carla Viana Coscarelli, Adriana Maria Cancelli Duarte e Mônica Baptista, agradeço pelas palavras tão sábias (geralmente ditas, durante nossas conversas pelos corredores da FaE), nas horas mais certas durante os meus estudos de doutoramento.

À Eliane Marta Texeira Lopes, pela generosa disponibilidade em me ajudar a localizar exemplares do nosso primeiro objeto, as “Folhinhas de Mariana”, indicando acervos e pessoas em Mariana. Muito obrigada pela atenção de sempre.

Ao CEALE e a todas as pessoas (tão prestativas, carinhosas e profissionais) que fizeram, e fazem, dele o que é, pela infraestrutura, pela acolhida e pelas oportunidades de crescimento e aprendizados em relação à minha formação como formadora e pesquisadora. Em especial, agradeço carinhosamente, aos amigos que o CEALE me presenteou, especialmente, Rosângela, Sabrina, Cícero, Joice, Isadora, Natália e Vicente, por me ajudarem sempre durante a caminhada do Doutorado.

Aos integrantes do grupo de pesquisa “Cultura Escrita”, pelas discussões enriquecedoras, os comentários e sugestões tão valiosos, pelas leituras críticas que fizeram com que o processo de doutoramento se tornasse menos solitário e mais

prazeroso, bem como pela ajuda na organização dos escritos. Agradeço, também, os momentos de alegria que compartilhamos, as conversas descontraídas em meio às reuniões, lançamentos de livros e os almoços de encerramento de semestre.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação, o lugar que possibilitou uma infinidade de boas realizações. Por ter proporcionado a vinda do Jean-Yves Mollier para minha banca e, ainda, pelas condições oferecidas na participação de eventos acadêmicos. Muito obrigada, especialmente à Maria de Fátima Cardoso Gomes, por toda a atenção de sempre. Registro, também, com carinho, o meu agradecimento, a todos os funcionários e funcionárias da Pós-Graduação pela generosidade, cuidado e prontidão em atender às nossas demandas, possibilitando que questões burocráticas se resolvessem de modo mais simples. Muito obrigada, Dani, Rose, Joalice, Gilson, Isabela, Melissa e Sônia.

À CAPES, por respaldar todo o processo da minha formação de pesquisadora. As bolsas de Doutorado regular e de Doutorado sanduíche foram fundamentais para a realização da pesquisa.

À Prefeitura de Belo Horizonte, pela concessão da licença, durante um ano e meio, para meus estudos no exterior e para a escrita da tese.

À Escola Municipal Cônego Segueira, pelo apoio. Especialmente, agradeço aos meus alunos que fizeram minhas manhãs estimulantes e emocionantes. Igualmente, reconheço a importância dos meus colegas de trabalho durante essa fase. Em especial, agradeço a amizade e a presença constante da Nair, Patrícia Campos, Kitiane e Nicinha.

Às instituições estrangeiras e acervos, que na pessoa de seus funcionários e funcionárias me acolheram de modo tão generoso: *Université de Versailles*, *Université Paris 1 – Panthéon-Sorbonne* e a *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, pela acolhida em seus seminários. Agradeço, também, a oportunidade de pesquisa, na *Bibliothèque Nationale de France*, nos centros de documentação em Paris, especificamente, na *Bibliothèque de l'archidiocèse de Paris*, e em Roma, na Itália, na Biblioteca do Vaticano, pela possibilidade que me permitiram de comparação de impressos de tipo parecido, publicados tanto no Brasil, quanto na França e em outros países, para compreender melhor as especificidades desse tipo de material.

Ao Arquivo Público Mineiro e a todos que fazem parte dele, pela disponibilidade em me receber diariamente, e por me ajudar a desvendar as Folhinhas. Em especial, agradeço à Elma, pelo conhecimento, profissionalismo e cuidado com o acervo das Folhinhas, e pela amizade generosamente construída.

À Biblioteca Professora Alaíde Lisboa de Oliveira, da FaE/UFMG, e a todos que fazem parte dela, pela disponibilidade generosa de sempre me ajudar com os livros. Agradeço, especialmente, à Mônica que tanto fez para me ajudar.

Aos meus familiares, pela oportunidade de compartilhar a vida com vocês e pela compreensão da minha presença sempre acompanhada de livros, escritas, cadernos e computador. Amados Pais, Ronaldo e Luiza, muito obrigada, pela confiança, pelas orações e pelo cuidado constante. Mesmo sem entenderem, muito, o significado de fazer um Doutorado diziam, com a mais bela certeza, que eu estava no caminho certo. Muito obrigada! Aos meus três irmãos, meus “Bud”, agradeço pela amizade, pelo amor, pelo companheirismo e pela confiança. De modo similar aos meus pais, vocês confiam em mim de olhos fechados. Amo vocês demais da conta! Estendo os agradecimentos familiares aos meus tios, tias, primos e primas, afilhados e afilhadas que me proporcionaram trilhar essa caminhada compartilhando felicidade e amor.

Aos colegas do Doutorado, pela amizade e apoio durante toda essa caminhada e, especialmente, por permanecerem na escuta de tantos sentimentos. Muito obrigada, especialmente, Fabíola Fernanda do Patrocínio Alves, Eliana Guimarães Almeida, Ana Paula Rodrigues, Raquel Cristina Baêta Barbosa, Giane Araújo Pimentel Carneiro, Romilda Oliveira Alves, Joseni Pereira Meira Reis, Paulo Henrique P. C. Alves, Jumara Seraphim Pedruzzi, Maria Elisa de Araújo Grossi, Juçara Moreira Teixeira, Marcus Vinícios Rodrigues Martins e Ivan de Pinho Espinheira Filho, vocês trouxeram leveza para minha vida nesse período.

Aos amigos da vida, os que conheci na infância e na adolescência, pela união e pela amizade durante todo esse processo. Muito obrigada por tentarem entender minha ausência (física) quase que constante. Em especial, agradeço, carinhosamente, Felipe Eufrásio, Adolfo Aguiar, Nayara Oliveira, Renata Pena, Kherol Kallil, Camila Bertola Nathália Bolandini, Joyce Freitas, Renata Barrote e Frederico Nogueira, vocês me permitiram experimentar a verdadeira amizade e todas as boas sensações que ela traz.

Aos amigos “colaboradores do bem”, pela confiança em abraçar essa ideia comigo, desde 2016. Muito obrigada, vocês me ajudam a ajudar. Que sigamos em frente, ajudando sempre e lutando por justiça social e humanidade.

Aos amigos, que habitam nas ruas, pelo exemplo de força, persistência e fé, mesmo em meio a infinitas condições adversas. Em especial, ao Sr. Carlos Eduardo, pelo sorriso tão tímido, mas tão sincero.

À Camila Takenaka, pela amizade e presença constante em minha vida. Muito obrigada por não desistir de mim, mesmo com tantos “nãos”, jamais cansou de me chamar para ir ao cinema, para tomar um café, para fazer uma caminhada e, inclusive, sem o meu sim, já estava à minha espera na porta da minha casa. Muito obrigada pela amizade tão linda que você me proporciona vivenciar diariamente. Ah! Muito obrigada pelos chocolates belgos que me acompanharam noites afora durante a escrita!

Aos amigos, Morgana e Eber, agradeço, com imenso carinho, pela partilha de momentos tão significativos. Vocês me inspiram a seguir em frente, sempre! Agradeço, também, por me ensinarem cotidianamente, com sensibilidade, o exercício da amizade, do companheirismo e do comprometimento acadêmico. E, por fim, muito obrigada pelos cafés adoçados com a “legítima” Nutella.

Ao André Barbosa Fraga, pelo exemplo de comprometimento e dedicação com a pesquisa. Suas palavras amigas, suas orientações academicamente tão sábias e seu esforço inesgotável em me ajudar nos mínimos detalhes despertaram, diariamente, em mim uma imensa gratidão e admiração. Muito obrigada por tudo isso e, especialmente, pela colaboração com os anúncios/matérias em que minhas folhinhas aparecem e que tanto trouxeram conexão com as possibilidades de definição desse gênero editorial. Agradeço, ainda, pela generosidade de me ajudar com a organização da bibliografia da tese.

À Julia Maria Migot, agradeço pelo reencontro em Rennes, França. Muita fofura de Deus, né, minha amiga?! Acolheu-me de modo tão generoso, em seu estúdio, quando estive em Rennes, para um encontro com o Jean-François Botrel. Muito obrigada pelos momentos tão mágicos compartilhados durante meu Doutorado sanduíche: a chuva de bênçãos quando cheguei em Rennes, os ônibus desligando toda hora em Paris, Torre Eiffel piscando, chás com “Madeleine” e Nutella, as intepreções dos sonhos, as tantas histórias de vida que compartilhamos, as conversas sobre fé (muito obrigada por me apresentar os vídeos da Dra. Filó), os estudos da língua inglesa através do *WhatsApp*, e os vários “arrêttttt” e “oi, tudo bom?”. Agradeço, também, com imenso carinho, a disponibilidade com que aceitou fazer o *abstract* da tese.

À Guilia Grossi, minha amiga italiana que Paris me deu! “Guiliaaaa Pas Possible!!!” Muito obrigada por tornar minha estadia em Paris mais serena, familiar e estimulante. Muito obrigada pelo incansável esforço em me ajudar com a língua francesa, pelos vários jantares que compartilhamos, você cozinhando e eu lavando a louça, pelos bairros que me apresentou em Paris, pela generosidade de descrever em uma folha de papel cada passo que eu daria em Roma, no período da pesquisa na Biblioteca do Vaticano. Muito obrigada, ainda, pelo bolo de aniversário e pelas conversas tão alegres na escada da casa da Crhristiane. \*\*\*\*\*

\*\*\*\*\* A Guilia Grossi, la mia amica italiana che Parigi mi ha dato! Guiliaaaa Pas possible! Grazie mille per il mio soggiorno a Parigi più pacifico, familiare e stimolante. Grazie mille per gli infaticabili sforzi di aiutarmi con la lingua francese, per le varie cene che abbiamo condiviso, tu cucinando e io lavando i piatti, per i quartieri che mi ha presentato a Parigi, per la generosità di descrivere ogni passo che io dovevo dare a Roma, durante la ricerca nella Biblioteca del Vaticano. Grazie mille ancora, per la torta di compleanno e per le conversazioni tanto alegri nella scalla della casa di Christianne.

Ao amigo, Rafael Gomes, pelo incansável esforço em me ajudar, sempre, durante a caminhada do Doutorado. Você trouxe leveza e alegria para esse momento da minha vida.

Aos amigos, Magda, Ilacyr, Vilma, Carmem Lúcia, Dona Eva e Mariuza, pelas orações e pelos ensinamentos de Deus, que me ajudaram a trilhar esse percurso, e tantos outros, com fé. Vocês me ajudam a seguir a caminhada da vida com comprometimento, força, esperança, coragem e sabedoria. Muito obrigada por me ensinarem a importância de ser capaz de sentir o nosso próximo, a importância de ser capaz de recomeçar diariamente, a importância de espalhar amor e alegria em cada passo, e ainda, me fazerem entender que o amor é a força divina que engrandece a vida.

À Juliana Ferreira de Melo, pela disponibilidade. Sempre tão carinhosa em me ajudar na caminhada acadêmica, em especial, por me apresentar seus escritos e seu modo de organizar e analisar os dados das fontes. Seus trabalhos muito me inspiraram.

À Kelly Queiroz, pelo trabalho rigoroso de organização do banco de dados da pesquisa. Muito obrigada pela paciência e pela gentileza com que me ajudou no tratamento de cada um dos dados. E, ainda, muito obrigada pelas boas risadas em meio às tantas conversas por vídeo. Foi uma alegria conhecer o Pedro (via *Skype*) durante esse processo.

À Luciani Dalmaschio, pela generosa disponibilidade com que recebeu minha tese para a revisão. Muito obrigada pelo trabalho de excelência de revisão e por suas palavras tão sábias sobre o processo de doutoramento que me vieram em horas tão significativas. Muito obrigada!

Agradeço à Marie Françoise Chausson, (minha) professora de Francês, que com alegria, e competência, me ensinou o francês, essa língua estrangeira tão encantadora, e me preparou para viver em terras francesas e brasileiras. Muito obrigada por ter estado ao meu lado sempre e, especialmente, no primeiro contato via *Skype* com a Christiane Flerieu, com quem morei durante os seis meses em Paris; agradeço, igualmente, pela generosidade e disponibilidade em fazer as traduções, os resumos, as correções dos *e-mails*. E, mais amorosamente, agradeço por me acolher em sua casa de um modo tão especial, na reta final da escrita da tese. Você, verdadeiramente, tornou essa caminhada mais serena.

À Aline Chagas, pela generosidade e empenho em me apresentar dicionários do século XIX, bem como referências sobre a imprensa em Minas Gerais.

À Ângela Bedran, pelas sábias palavras que me ajudaram a conduzir meus passos.

Aos funcionários da Fae/UFMG (porteiros, seguranças, serviços gerais, faxineiros, pessoal dos departamentos, pessoal do audiovisual, pessoal da lanchonete, pessoal da

xerox) agradeço pelo cuidado profissional e pelo sorriso fácil que tanto trouxeram leveza nessa fase dos meus estudos do Doutorado. Muito obrigada!

Ao Willian (livreiro) pela amizade e pelo esforço incansável (inclusive nas férias) em conseguir os livros (e muito deles esgotados).

Aos “anfitriões” Christiane e Henri Fleurieu, por terem me recebido tão bem em sua casa. Morar com vocês durante o período do Doutorado sanduíche foi uma experiência magnífica de vivência da cultura francesa. Muito obrigada pelo esforço em tentar compreender meu francês tão brasileiro. \*\*\*\*\*

\*\*\*\*\* À Christiane et Henri Fleurieu, je remercie de m’avoir si bien reçu chez eux. Habiter avec vous a été une expérience magnifique de découverte de la culture française. Merci beaucoup d’essayer de comprendre mon français si brésilien.

Enfim, a todas as pessoas (que certamente se reconheceram aqui) que com livros, textos ou conversas chegaram em hora tão certa. Muito obrigada!



## RESUMO

A tese tem como objeto compreender as relações entre impresso, leitura e leitor, a partir das Folhinhas de Algibeira, publicadas no século XIX. Mediante um estudo analítico-descritivo-comparativo desses impressos, visamos compreender as funções, as características simbólicas, materiais, estruturais, que remetem a uma fórmula editorial e à identidade do gênero Folhinha. A perspectiva analítico-descritiva, e uma visão comparativa entre os impressos, também se valeu do diálogo com outras publicações de natureza similar e com outras fontes, como periódicos da época. Do ponto de vista teórico e metodológico, a investigação fundamenta-se nos estudos da História Cultural, da História do livro e da Leitura, e da Literatura popular ou de ampla circulação, como aqueles empreendidos por Roger Chartier, Robert Darnton, Jean-Yves Mollier e Lise Andries; permitindo a compreensão do impresso de dois modos diferentes, como fonte histórica e como objeto físico. O estudo também dialoga com investigações sobre almanaques e outros materiais de leitura popular, como os de Jean François-Botrel e Vera Casa Nova. O *corpus* da pesquisa é constituído pelo conjunto de Folhinhas que fazem parte do acervo “Catálogo de Obras Raras – Periódicos”, intitulado: “Folhinhas”, que está sob a guarda do Arquivo Público Mineiro. As 45 Folhinhas analisadas, foram publicadas no século XIX, entre 1831 a 1888 e editadas por quatro editoras diferentes, três instaladas no Rio de Janeiro (Laemmert, Guimarães, Ogier), e uma localizada em Minas Gerais (Typografia do Universal). O estudo do impresso busca caracterizar o gênero e seu funcionamento no século XIX, problematizando as complexas relações estabelecidas entre o objeto, espaço e tempo e as possíveis práticas culturais de seu uso. Foram analisados os modos como as editoras constroem seu projeto editorial e como criam estratégias compartilhadas por agentes sociais (a elite intelectual, padres) e instituições (Igreja, Estado/Império) no que diz respeito a um projeto de difusão de condutas, valores e informações por meio da palavra impressa. Os resultados mostram que o gênero Folhinha ora é sinônimo de calendário, ora é sinônimo de almanaque, havendo oscilações nas terminologias, ou mesmo similitudes entre vários materiais publicados no período, ou que se sucederam a ele; mas com aspectos comuns que os unem: a função de guiar o tempo e as condutas civis e religiosas. Um elemento de forte definição do material em relação aos outros, é o formato que possibilita carregá-lo no “bolso”/algibeira, ou seja, portá-lo junto ao corpo. Comparando exemplares do acervo, constata-se, também, que há uma fórmula editorial que emprega um formato geral para todos os exemplares acrescidos de partes específicas, e isso configura uma forma de segmentação de leitores e uma identidade para cada título inventado. O estudo dos temas possibilitou verificar esquemas e sistemas de pensamento do período e o modo como o impresso trabalha com a construção desses esquemas, sobretudo na instituição da ideia de vida civil e religiosa.

**Palavras-chave:** História do livro. Edição. Folhinhas de Algibeira. Literatura popular.

## RÉSUMÉ

La thèse a comme objectif de comprendre les relations entre l'imprimé, la lecture et le lecteur, à partir des Almanachs de poche publiés au XIX<sup>ème</sup> siècle. D'après une étude analytique-descriptive-comparative de ces imprimés, nous avons pour objectif de comprendre les fonctions, les caractéristiques symboliques, matérielles, structurelles, qui le rendent dans son apparence et dans son "essence", un almanach. La perspective analytique-descriptive et une vision comparative parmi les imprimés s'est servi du dialogue avec d'autres publications de nature similaire et avec d'autres sources, comme les périodiques de l'époque. Du point de vue théorique et méthodologique, l'investigation se fonde sur les études de l'Histoire Culturelle, de l'Histoire du livre et de la Littérature populaire ou d'une vaste circulation, comme celles entreprises par Roger Chartier, Robert Darnton, Jean-yves Mollier et Lise Andries, ce qui a permis la compréhension de l'imprimé de deux façons différentes, comme source historique et comme objet physique. L'étude dialogue aussi avec les investigations sur des almanachs et d'autres matériaux de lecture populaire, comme ceux de Jean François Botrel e Vera Casa Nova. Le *corpus* de la recherche est constitué par l'ensemble d'almanachs qui font partie du patrimoine "Catalogue d'Oeuvres Rares – Périodiques", intitulé: Almanachs, qui est sous la garde du Arquivo Público Mineiro. Les 45 almanachs analysés ont été publiés au XIX<sup>ème</sup> siècle, entre 1831 à 1888 et édités par quatre éditeurs différents, dont trois installés à Rio de Janeiro (Laemmert, A. Guimarães, Ogier) et un situé dans le Minas Gerais (Typographie de l'Universel). L'étude de l'imprimé cherche à caractériser le genre et son fonctionnement au XIX<sup>ème</sup> siècle, présentant comme problématique les complexes relations établies entre l'objet, l'espace et le temps et les possibles pratiques culturelles de son utilisation. On a analysé les façons employées par les éditeurs pour construire leur projet éditorial et pour savoir comment ils créent des stratégies partagées par des agents sociaux (l'élite intellectuelle, les prêtres) et les institutions (Église, Gouvernement/Empire) en ce qui concerne un projet de diffusion de conduites, de valeurs et d'informations à travers le mot imprimé. Les résultats montrent que le genre Almanach, tantôt est synonyme de calendrier, tantôt est synonyme d'almanach, ayant des oscillations dans les terminologies ou encore des similitudes parmi les plusieurs matériaux publiés à l'époque ou qui lui ont succédé, mais avec des aspects communs qui les unissent: la fonction de guider le temps et les conduites civiles et religieuses. Un élément de forte définition du matériel par rapport aux autres, c'est bien le format qui permet de mettre dans la "poche", ou bien le porter contre le corps. En comparant des exemplaires du patrimoine on constate aussi qu'il existe une formule éditoriale qui emploie un format général pour tous les exemplaires qui ont en plus des parties spécifiques et cela configure une forme de segmentation de lecteurs et une identité pour chaque titre inventé. L'étude des thèmes a possibilité la vérification de schémas et de systèmes de pensée de la période et la façon telle que l'imprimé travaille avec la construction de ces schémas, surtout dans l'institution de l'idée de la vie civile et religieuse.

**Mots clés:** Histoire du livre. Édition. Almanachs de poche. Littérature populaire. Littérature de large circulation

## ABSTRACT

This thesis aims to understand the relations between print, reading and reader, based on *Folhinhas de Algibeira* (Pocket Almanacs) published in the 19th century. Through an analytical-descriptive-comparative study of these prints, we aim to understand the functions, the symbolic, material, structural characteristics that make it, in its appearance and "essence", an almanac. The analytic-descriptive perspective and a comparative view between the impressions also took advantage of the dialogue with other publications of similar nature and with other sources, like periodicals of the time. From the theoretical and methodological point of view the research is based on the studies of Cultural History, the History of the Book and the Reading and the Popular Literature or of wide circulation, such as those undertaken by Roger Chartier, Robert Darnton, Jean-Yves Mollier and Lise Andries, allowing the comprehension of the print in two different ways, as historical source and as physical object. The study also dialogues with investigations of almanacs and other popular reading materials, such as Jean François-Botrel and Vera Casa Nova. The *corpus* of the research is constituted by the set of almanacs that are part of the collection "Catalog of Rare - Periodical Works", entitled: *Folhinhas*, which is under the custody of the *Arquivo Público Mineiro*. The 45 almanacs analyzed were published in the 19th century, between 1831 and 1888 and edited by four different publishers, three located in Rio de Janeiro (Laemmert, A. Guimarães, Ogier) and one located in Minas Gerais (*Typografia do Universal*). The study of the print seeks to characterize the genre and its function in the 19th century, problematizing the complex relations established between the object, space and time and the possible cultural practices of its use. We analyzed the ways in which publishers construct their editorial project and how they create shared strategies by social agents (the intellectual elite, priests) and institutions (Church, Government / Empire) with respect to a project of diffusion of conducts, values and information through the printed word. The results show that the genre so called almanac is sometimes synonymous with a calendar and there are oscillations in the terminologies or similarities between various materials published in that period or in the following, but with common aspects that unite them: the function to guide time and civil and religious conduct. One element that defines the material in relation to others is its shape that allows it to be carried in the "pocket" that is, carried close to the body. Comparing copies of the same publisher it is also noted an editorial formula that employs a general format for all copies with specific parts and this set up a reader segmentation and an identity for each invented title. The study of the themes made it possible to verify the schemes and systems about this period' thoughts and the way in which the printed works with the construction of these schemes, especially in the institution of the idea of civil and religious life.

**Keywords:** History of the book. Edition. Pocket Almanacs. Popular literature. Literature of wide circulation.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1 -</b>	Folhinha do Charadista para o anno de 1867 - capa do anexo e folha de rosto	45
<b>Figura 2 -</b>	Folhinha do Charadista para o anno de 1867 - capa do anexo	46
<b>Figura 3 -</b>	Folhinha para o ano de 1863	102
<b>Figura 4 -</b>	Folhinha D'Algibeira, de R. Ogier E C. Para o anno de 1839. 3º depois do Bissexto, 18º da Independencia, e do Imperio (parte 1)	108
<b>Figura 5 -</b>	Folhinha de d'Algibeira ou Diario civil e ecclesiastico, do ano bissexto de 1832 (parte 1)	109
<b>Figura 6 -</b>	Folhinha Laemmert para o anno bissexto de 1888 (parte 1)	110
<b>Figura 7 -</b>	Folhinha Laemmert para o anno bissexto de 1888 (parte 2)	111
<b>Figura 8 -</b>	Folhinha Laemmert para o anno bissexto de 1888 (parte 3)	111
<b>Figura 9 -</b>	Folhinha de Devoção para o anno bissexto de 1868 (parte 1)	113
<b>Figura 10 -</b>	Folhinha de Devoção para o anno bissexto de 1868 (parte 2)	113
<b>Figura 11 -</b>	Folhinha Militar para o anno bissexto de 1868 (parte 1)	124
<b>Figura 12 -</b>	Folhinha Militar para o anno bissexto de 1868 (parte 2)	124
<b>Figura 13 -</b>	Folhinha de d'Algibeira ou Diario civil e ecclesiastico, do ano bissexto de 1832. Undecimo da Inpedendência do Império do Brasil e, segundo da sua Gloriosa Regeneração	125
<b>Figura 14 -</b>	Folhinha D'Algibeira, De R. Ogier E C. Para o anno de 1839. 3º depois do Bissexto, 18º da Independencia, e do Imperio (parte 2)	126
<b>Figura 15 -</b>	Folhinha Homeopathica para o anno de 1860	139
<b>Figura 16 -</b>	Folhinha d'Algibeira ou Diário Civil e ecclesiastico para o anno bissexto de 1832 (parte 2)	142
<b>Figura 17 -</b>	Folhinha da boa moral para o anno de 1861 (parte 1)	149
<b>Figura 18 -</b>	Folhinha da boa moral para o anno de 1861 (parte 2)	150
<b>Figura 19 -</b>	Folhinha do Charadista para o anno de 1867 (parte 3)	150
<b>Figura 20 -</b>	Folhinha do Charadista para o anno de 1867 (parte 4)	154
<b>Figura 21 -</b>	Folhinha dos sonhos para o anno bissexto de 1864. Contendo além da chronica nacional e de noticias curiosas e interessantes. A arte de explicar os sonhos e visões noturnas em forma de dicionário (parte 1)	151
<b>Figura 22 -</b>	Folhinha dos sonhos para o anno bissexto de 1864. Contendo além da chronica nacional e de noticias curiosas e interessantes. A arte de explicar os sonhos e visões noturnas em forma de dicionário (parte 2)	160
<b>Figura 23 -</b>	Folhinha dos sonhos para o anno bissexto de 1864. Contendo além da chronica nacional e de noticias curiosas e interessantes. A arte de explicar os sonhos e visões noturnas em forma de dicionário (parte 3)	161
<b>Figura 24 -</b>	Folhinha dos sonhos para o anno bissexto de 1864. Contendo além da chronica nacional e de noticias curiosas e interessantes. A arte de explicar os sonhos e visões noturnas em forma de dicionário (parte 4)	161
<b>Figura 25 -</b>	Folhinha da Boa Moral para anno de 1861(parte 3)	166

<b>Figura 26 -</b>	Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Côrte e Provincia do Rio de Janeiro para o ano de 1875	167
<b>Figura 27 -</b>	Calungasinho	168
<b>Figura 28 -</b>	Guia do Rio de Janeiro ou indicador alphabetico	169
<b>Figura 29 -</b>	Folhinha Militar de 1867 e na Folhinha da Guerra de 1868	171
<b>Figura 30 -</b>	O Universal	178
<b>Figura 31 -</b>	Correio Paulista	178
<b>Figura 32 -</b>	O Mineiro	179
<b>Figura 33 -</b>	Jornal do Commercio	180
<b>Figura 34 -</b>	Jornal Pedro II	181
<b>Figura 35 -</b>	O Dezenove de Dezembro	182
<b>Figura 36 -</b>	Publicador Maranhense	183
<b>Figura 37 -</b>	O Despertador	186
<b>Figura 38 -</b>	Estrella Marinnense	186
<b>Figura 39 -</b>	Correio da Tarde	187
<b>Figura 40 -</b>	Correspondência – APM 1.2	194
<b>Figura 41 -</b>	Contracapa da Folhinha dos sonhos para o anno bissexto de 1864.	196
<b>Figura 42 -</b>	Folhinha Militar para o anno de 1868	223
<b>Figura 43 -</b>	Folhinha da Guerra de 1868	223
<b>Figura 44 -</b>	Folhinha de Devoção para o anno bissexto de 1868	224
<b>Figura 45 -</b>	Folhinha de versos para o anno bissexto de 1872 – folha de rosto	225
<b>Figura 46 -</b>	Folhinha de versos para o anno bissexto de 1872 - índice	225
<b>Figura 47 -</b>	Folhinha de versos para o anno bissexto de 1872 - capa caderno anexo	226
<b>Figura 48 -</b>	Folhinha de versos para o anno bissexto de 1872 – 1ª página do caderno anexo	226
<b>Figura 49 -</b>	Folhinha da Guerra para o anno bissexto de 1872 (2ª série) – folha de rosto	227
<b>Figura 50 -</b>	Folhinha da Guerra para o anno bissexto de 1872 (2ª série) – índice	227
<b>Figura 51 -</b>	Folhinha da Guerra para o anno bissexto de 1872 (2ª série) – capa do caderno anexo	228
<b>Figura 52 -</b>	Folhinha da Guerra para o anno bissexto de 1872 (2ª série) – 1ª página do caderno anexo	228
<b>Figura 53 -</b>	Nova Folhinha de Agricultura para a o ano de 1866	230
<b>Figura 54 -</b>	Folhinha de Cupido para o anno de 1875	231
<b>Figura 55 -</b>	Folhinha dos namorados para ao nno bissexto de 1860	231
<b>Figura 56 -</b>	Folhinha de Quinquilharia Litteraria 1858	232
<b>Figura 57 -</b>	Folhinha dos bons costumes para o anno de 1855 - capa anexo - catálogo	234
<b>Figura 58 -</b>	Folhinha dos bons costumes para o anno de 1855 – catálogo: p.1	234
<b>Figura 59 -</b>	Folhinha dos bons costumes para o anno de 1855 – catálogo: p.23	235
<b>Figura 60 -</b>	Folhinha dos bons costumes para o anno de 1855 – catálogo: p.33	235
<b>Figura 61 -</b>	Folhinha dos bons costumes para o anno de 1855 – catálogo: p.43	236

<b>Figura 62 -</b>	Folhinha dos bons costumes para o anno de 1855 – catálogo: p.47	236
<b>Figura 63 -</b>	Folhinha do Charadista para o anno de 1867 – capa do anexo	237
<b>Figura 64 -</b>	Folhinha da boa moral de 1861 – p.82/83	238
<b>Figura 65 -</b>	Folhinha da boa moral de 1861 – p.96/97	239
<b>Figura 66 -</b>	Folhinha da boa moral de 1861 – p.98/99	239
<b>Figura 67 -</b>	Folhinha de Jogos para o anno de 1869 – p.04/01	240
<b>Figura 68 -</b>	Folhinha de Jogos para o anno de 1869 – p.02/03	241
<b>Figura 69 -</b>	Folhinha de saudade para o ano de 1857 – capa do catálogo	242
<b>Figura 70 -</b>	Folhinha de saudade para o ano de 1857 – p.01/02	242
<b>Figura 71 -</b>	Folhinha de 1877	244
<b>Figura 72 -</b>	Folhinha de d’Algibeira ou Diario civil e ecclesiastico, do ano bissexto de 1832 – folha de rosto	246
<b>Figura 73 -</b>	Folhinha D’Algibeira, De R. Ogier E C. Para o anno de 1839 – folha de rosto	246
<b>Figura 74 -</b>	Folhinha de Devoção para o anno bissexto de 1868- índice anexo, s/n	249
<b>Figura 75 -</b>	Folhinha da Lei das Terras para o anno de 1854 - índice, capa do anexo	251
<b>Figura 76 -</b>	Folhinha da Lei das Terras para o anno de 1854 - contracapa do anexo e p. 15	252
<b>Figura 77 -</b>	Folhinha Romantica para o anno de 1842 - folha de rosto	256
<b>Figura 78 -</b>	Folhinha Romantica para o anno de 1842 – p.84/85 do caderno anexo	257
<b>Figura 79 -</b>	Folhinha Romantica para o anno de 1871 - folha de rosto	258
<b>Figura 80 -</b>	Folhinha Romantica para o anno de 1871 - p. 3 do anexo (numeração nossa)	259
<b>Figura 81 -</b>	Folhinha de Guerra: 1868. p.2 e 3 do caderno anexo (numeração nossa)	261
<b>Figura 82 -</b>	Folhinha de versos para o anno bissexto de 1872 – p.93	263
<b>Figura 83 -</b>	Folhinha de Jogos para o anno de 1869 – capa do anexo	267
<b>Figura 84 -</b>	Folhinha de Jogos para o anno de 1869 – capa do primeiro jogo	268
<b>Figura 85 -</b>	Folhinha de Jogos para o anno de 1869 – capa do segundo jogo	268
<b>Figura 86 -</b>	Folhinha do charadista para o anno de 1846 – capa do anexo	270
<b>Figura 87</b>	Folhinha do charadista para o anno de 1846 – p.02	270
<b>Figura 88 -</b>	Folhinha do charadista para o anno de 1846 – capa do anexo – p.68/69	271
<b>Figura 89 -</b>	Folhinha do charadista para o anno de 1846 – p.77/80	272
<b>Figura 90 -</b>	Folhinha de lembranças instructivas e divertidas para o anno de 1875 - índice da Folhinha e capa do anexo	273
<b>Figura 91 -</b>	Folhinha de lembranças instructivas e divertidas para o anno de 1875 - p.324 e 325 do anexo	274
<b>Figura 92 -</b>	Folhinha dos bons costumes para o anno de 1855 - p.3 do anexo	275
<b>Figura 93 -</b>	Folhinha dos bons costumes para o anno de 1855 - p.4/5 do anexo	276
<b>Figura 94 -</b>	Folhinha Homeopática de 1860 - p. IV e V do caderno anexo	282

<b>Figura 95 -</b>	- Folhinha Homeopática de 1860 - p. VI e VII do caderno anexo	283
<b>Figura 96 -</b>	Folhinha Homeopática de 1860 - p. 62/63 do caderno anexo	283
<b>Figura 97 -</b>	Folhinha do Charadista para o anno de 1867 – seção: O Anno Novo (p.67)	289
<b>Figura 98 -</b>	Folhinha de Quinquilharia Litteraria para o ano de 1858 - seção: O Anno Novo (p.58)	289
<b>Figura 99 -</b>	Folhinha da boa moral de 1861- seção: O Anno Novo (p.25/26)	291
<b>Figura 100 -</b>	Folhinha Botanica para o anno de 1871 seção: O Anno Novo (p.XLIV/XLV)	292
<b>Figura 101 -</b>	Folhinha do Charadista para o anno de 1867 – seção: O Anno Novo (p.LXII/ LXIII)	293
<b>Figura 102 -</b>	Folhinha do Charadista para o anno de 1867 – seção: O Anno Novo (p. XLVI e XLVII)	294
<b>Figura 103 -</b>	Folhinha da boa moral de 1861 – seção: Chronica Nacional (p. 126/127)	297
<b>Figura 104 -</b>	Folhinha da boa moral de 1861 – seção: Chronica Nacional (p. 192/193)	297
<b>Figura 105 -</b>	Folhinha de Jogos para o anno de 1869 – p.78/79	299
<b>Figura 106 -</b>	Folhinha de Jogos para o anno de 1869 – seção partidas e chegadas dos correios da corte (p.82/83)	300
<b>Figura 107 -</b>	Folhinha do charadista para o anno de 1846 – seção: Resumo de cronologia desde a Éra Christã (p.8/9).	302
<b>Figura 108 -</b>	Folhinha civil e ecclesiastica para o anno de 1858 – seção: computo ecclesiastico (p.39/40)	304
<b>Figura 109 -</b>	Folhinha de d’Algibeira ou Diario civil e ecclesiastico, do ano bissexto de 1832 – seção: advertência (p.19).	306
<b>Figura 110 -</b>	Folhinha de d’Algibeira ou Diario civil e ecclesiastico, do ano bissexto de 1832 – seção: mezes (p.20-21).	306
<b>Figura 111 -</b>	Folhinha para o anno de 1853 – seção: calendário dos doze meses (p.78/79).	308
<b>Figura 112 -</b>	Folhinha de Jogos para o anno de 1869 – seções: Taboa do nascimento e accaso do sol e Taboa de sahida e entrada da lua (p. 10/11)	310
<b>Figura 113 -</b>	Folhinha jocosa para o anno de 1851 – seção: calendário (p.04/05)	312
<b>Figura 114 -</b>	Folhinha jocosa para o anno de 1851 – seção: calendário (p.06/07)	312
<b>Figura 115 -</b>	Folhinha jocosa para o anno de 1851 – seção: calendário (p.08/09)	313
<b>Figura 116 -</b>	Folhinha jocosa para o anno de 1851 – seção: calendário (p.10/11)	313

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> –	Impressos do <i>corpus</i> da Pesquisa	26
<b>Tabela 2</b> –	<i>Corpus</i> da pesquisa	38
<b>Tabela 3</b> –	Ficha de análise	197
<b>Tabela 4</b> –	Dimensões das Folhinhas	200
<b>Tabela 5</b> –	Número de títulos por editora	201
<b>Tabela 6</b> –	Títulos por editora	202
<b>Tabela 7</b> –	Título das seções das Folhinhas/média de páginas dessa seção nas Folhinhas	205
<b>Tabela 8</b> –	Editoras e cadernos anexados à Folhinha	208
<b>Tabela 9</b> –	Folhinhas e o anexo relacionado ao seu título	209
<b>Tabela 10</b> -	Folhinhas que apresentam o anexo denominado catálogo de livros	211
<b>Tabela 11</b> -	Folhinhas que apresentam os dois anexos	214
<b>Tabela 12</b> -	Folhinha de lembranças, acompanhada do Florilegio litterario de 1857 – fragmento de textos	264
<b>Tabela 13</b> -	Folhinha do charadista para o anno de 1846 – charadas	269
<b>Tabela 14</b> -	Folhinha do charadista para o anno de 1846 – Logogriphos	271
<b>Tabela 15</b> -	Explicações para os sonhos apresentadas pelas Folhinhas aos leitores	289



## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	22
1.1	A construção do objeto de pesquisa: os passos da caminhada.....	22
1.2	A perda, a aproximação e o ganho de objeto: da <i>Folhinha de Mariana</i> às <i>Folhinhas de Algibeira</i> .....	23
1.3	A aproximação: conexões com outros gêneros editoriais.....	25
1.4	O ganho do objeto de pesquisa: <i>As Folhinhas de algibeira do Século XIX</i> .....	32
2	INDICAÇÕES GERAIS SOBRE OS CAMINHOS METODOLÓGICOS: ESCOLHAS E CARACTERIZAÇÃO DAS FOLHINHAS.....	34
3	O UNIVERSO DAS FOLHINHAS NOS “BANCOS” ACADÊMICOS...	49
4	PRESSUPOSTOS TEÓRICOS: PROBLEMATIZAÇÕES CENTRAIS DA PESQUISA.....	64
4.1	História Cultura, História do Livro e da Leitura, Literatura Popular....	64
4.2	Almanaques – a similitude com o objeto de pesquisa.....	79
5	O IMPÉRIO, A RELIGIOSIDADE E A IMPRENSA BRASILEIRA: CLIMA CULTURAL E POLÍTICO PARA E NA CONSTRUÇÃO DAS FOLHINHAS.....	87
5.1	Período Imperial: a construção da nacionalidade brasileira.....	88
5.2	“O altar unido ao trono”: as relações entre o sagrado e o profano.....	100
5.3	A imprensa e a palavra impressa no Brasil nos anos oitocentos.....	115
5.4	As editoras das <i>Folhinhas</i> : Laemmert, Imp. C. do Ouro Preto na Typografia do Universal. Typografia de R. Ogier e C; Typographia de Agostinho de Freitas Guimarães (que mais tarde em, 1856, passou a livraria para o sobrinho, Antonio Gonçalves Guimarães & comp) e Livraria Garnier.....	138
5.4.1	<i>E &amp; H. Laemmert, Souza Laemmert e a Typografia Universal</i> .....	138
5.4.2	<i>Typografia do Universal</i> .....	141
5.4.3	<i>Typografia Agostinho de Freitas Guimarães &amp; C./ Antônio Gonçalves Guimarães</i> .....	143
5.4.4	<i>Typografia de R. Ogier e C.</i> .....	145
6	O QUE FAZ DE UMA FOLHINHA, UMA FOLHINHA?.....	147
6.1	Folhinhas: algumas definições e similitudes com outros impressos.....	148
6.2	As Folhinhas a partir dos anuários: algumas definições.....	154
6.3	Folhinhas para um mercado de leitores que “precisam” de guias.....	157
6.4	A diversidade dos assuntos que guiam: “não só quanto a certo e determinado dia do mês mas a respeito de uma infinidade e diversidade de assumptos que instruem e moralizam e divertem o espirito brasileiro”.....	159

6.5	A diversidade dos assuntos nas Folhinhas e as possibilidades de múltiplos leitores.....	167
6.6	Usar junto ao corpo e consumir um material de primeira necessidade: uma literatura popular?.....	173
6.7	A periodicidade, a continuidade e a fidelização: “estão informações de um ano inteiro, e de mais tempo ainda”.....	186
6.8	As Folhinhas: termos e traços comuns que possibilitam definições.....	191
7	<b>AS FOLHINHAS DE ALGIBEIRA DO SÉCULO XIX DO ACERVO DE OBRAS RARAS DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO: uma fórmula editorial.....</b>	<b>192</b>
7.1	Organização geral das Folhinhas: identidade material do acervo.....	193
7.2	Uma fórmula (ideia) e uma forma (“cara”) editorial: repetir genérico e promover variações para segmentar e ampliar leitores.....	220
7.3	As Folhinhas e suas funções: que saberes são construídos ou reforçados na proposta editorial?.....	244
7.3.1	"Folhinhas Gerais".....	244
7.3.2	"Folhinhas de Algibeira, propriamente ditas".....	247
7.3.3	"Folhinhas de oração".....	249
7.3.4	"Folhinhas de muitas coisas".....	251
7.3.5	"Folhinhas dos direitos – legalização".....	252
7.3.6	"As Folhinhas de amor/romântica".....	254
7.3.7	"Folhinhas militares".....	260
7.3.8	"Folhinhas literárias".....	262
7.3.9	"Folhinhas de divertimento".....	267
7.3.10	"Folhinhas de bons costumes".....	275
7.3.11	"Folhinhas de previsões, superstições e sabedoria popular".....	279
7.3.12	"Folhinha de atividades profissionais".....	285
7.4	A representatividade dos tempos, de eventos e ações marcados pela esfera civil e religiosa em variadas seções.....	286
7.4.1	"O Anno novo" e a despedida do ano precedente e as boas vindas do ano novo: o tempo cíclico e o prognóstico.....	288
7.4.2	"A Chronica Nacional": O tempo de recordação do passado.....	296
7.4.3	"Augustissima Casa Imperial do Brasil"; "Dias de audiencia e sessões dos tribunaes e juizos"; "Partidas e chegadas dos correios"; "Dias de Gala": O tempo civil nas regulações do tempo administrativo.....	299
7.4.4	Os tempos que se misturam e orientam: "Calendario dos doze mezes", Correspondencias de algumas eras com a vulgar; Computo ecclesiastico; festas moveis; temporas, estações do ano; eclipses e advertência.....	302
7.5	Uma aproximação com leitores e leitoras pelo discurso a eles dirigidos e pelos temas da seção "O Anno Novo".....	315
8	<b>CONCLUSÃO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS E NOVAS PERGUNTAS.....</b>	<b>321</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>327</b>

## 1 INTRODUÇÃO

### 1.1 A construção do objeto de pesquisa: os passos da caminhada

No Meio do Caminho

No meio do caminho tinha uma pedra  
 tinha uma pedra no meio do caminho  
   tinha uma pedra  
 no meio do caminho tinha uma pedra.  
 Nunca me esquecerei desse acontecimento  
 na vida de minhas retinas tão fatigadas.  
 Nunca me esquecerei que no meio do caminho  
   tinha uma pedra  
 tinha uma pedra no meio do caminho  
 no meio do caminho tinha uma pedra.

(Carlos Drummond de Andrade. *In: Alguma Poesia*, 1930)

Neste capítulo, vamos apresentar a caminhada dos nossos estudos de doutoramento, mas alertamos, de antemão, aos leitores: no meio do caminho, foram encontradas muitas “pedras” que provocaram mudanças nos trajetos dessa caminhada e, para além da metáfora literária, houve um toque significativo de dificuldade. Conseguimos, ao final, mesmo com “as retinas fatigadas”, apanhar algumas pedras que insistiam em ali aparecer e balbuciar novas problematizações, e novas possibilidades de percursos. Traduzindo ao modo acadêmico: foram encontradas dificuldades metodológicas e, a partir delas, novas reflexões e inquietações surgiram e novas fontes precisaram aparecer, também. Restaram, ainda, pedras no meio do caminho que não conseguimos carregar, mas o anseio de voltar e pegá-las para futuras pesquisas está, verdadeiramente, em nossas ideias.

O sentido do poema de Drummond, de enfatizar as pedras no caminho, tem uma relação direta com a construção do nosso objeto de pesquisa. Metaforicamente falando, as pedras, em meio aos passos da nossa pesquisa, foram traduzidas em dificuldades mas, concomitantemente, em novas possibilidades, novas perspectivas, que nos proporcionaram o caminhar entre a perda, a aproximação e o ganho do objeto de pesquisa da nossa tese.

## 1.2 A perda, a aproximação e o ganho de objeto: da *Folhinha de Mariana* às *Folhinhas de Algibeira*

O objeto desta tese é problematizar as relações entre impresso, leitura e público leitor, no que tange, especificamente, às possibilidades de definição do gênero *Folhinha*<sup>1</sup>, e isso será alcançado através de um estudo analítico-descritivo-comparativo sobre *Folhinhas de algibeiras*, publicadas no Brasil, no século XIX.

Esta tese tem uma história de construção do objeto que narraremos brevemente. O anseio inicial de estudar, de questionar e de compreender a *Folhinha Eclesiástica de Mariana*, meu objeto de pesquisa de Doutorado inicial, surgiu através dos meus estudos de Mestrado sobre práticas de alfabetização no espaço doméstico entre as décadas de 1950 a 1970 em Minas Gerais.

A pesquisa visava à análise e compreensão de práticas de transmissão e aprendizagem de leitura e escrita que circulavam na socialização familiar vivenciadas por adultos na zona rural, buscando relacionar aprendizados da cultura escrita e a influência, ou não, da/na escolarização nas práticas familiares e na forma como a escola e outras instâncias sociais penetram no ambiente doméstico. Para isso, foram estudados seis casos de indivíduos provenientes da zona rural em Minas Gerais, que declararam ter sido alfabetizados em casa, quando crianças, entre o período de 1950 a 1970.

Na ocasião, alguns indícios sobre diferentes modos de participação na cultura escrita, que identificamos para entender práticas de leitura e de escrita que se desenvolviam no espaço doméstico, foram se evidenciando, em meio a entrevistas, análises de materiais/impressos relatados pelos sujeitos, e no cruzamento de dados do IBGE, referentes a taxas de alfabetizações e à faixa etária, matrículas escolares e ofertas de escolas do período selecionado. Naquela investigação, em todos os depoimentos, sem exceção, os sujeitos declaram utilizar, dentre outros materiais, a *Folhinha de Mariana*, como um instrumento para se ensinar aos filhos os aprendizados das primeiras letras, bem como relataram o uso desse impresso para outros fins, seja para conhecimento do regulamento do tempo, ou nome do santo do dia, ou mesmo para obter informações sobre épocas de plantio.

É nesse contexto, e através da percepção de uma variedade de usos, que eu começo a problematizar o objeto e a querer entender melhor esse impresso e seus modos

---

<sup>1</sup> Optamos, nesta pesquisa, por grafar o nome “Folhinha(s)” com iniciais maiúsculas, a fim de dar destaque ao nosso objeto de estudo.

de apropriação. Além disso, a longevidade, e a grande circulação, da Folhinha evidenciam um longo período de circulação desse impresso, de aproximadamente 130 anos. Sua primeira tiragem foi iniciada na década de 1870 e, até os dias atuais, circula com predominância nos espaços rurais, mas também em várias regiões de Minas Gerais. E, assim, surge nossa pesquisa de Doutorado.

Iniciamos os estudos de Doutorado, em 2015, com o objetivo de descrever, analiticamente, um impresso católico – a *Folhinha Eclesiástica de Mariana* –, de um ponto de vista editorial e cultural, visando recuperar leitores pretendidos e suas diferentes apropriações, a relação entre formato e usos, suas formas de composição e as práticas de leitura, buscando compreender o papel desse impresso na formação de leitores.

Sendo assim, a pesquisa seria realizada no diálogo entre uma análise documental que contempla aspectos editoriais e gráficos, buscando a compreensão dos diferentes modos de recepção, apropriação e usos que os sujeitos fazem desse material, por meio de entrevistas realizadas com leitores, editores e padres. Com isso, a pesquisa visava, em um plano mais macro, entender o surgimento, a progressão e a permanência desse impresso na sociedade e, num plano mais micro, perceber os usos diversos que alguns sujeitos, selecionados para tal pesquisa, fizeram do impresso, suas diferentes formas de participação nas culturas do escrito, bem como os modos de recepção e consumo da publicação.

Baseando-nos nos textos de Roger Chartier, sobre a dimensão do texto e do impresso, uma primeira perspectiva bem evidenciada na pesquisa seria a de considerar o impresso em seu aspecto físico, buscando características materiais, autorais, editoriais, recursos gráficos, técnicas de *design*, número de páginas, formato, presença ou ausência de ilustração, dentre outras. E, como segunda proposta, considerando os aspectos textuais do impresso, pretendíamos caracterizar a linguagem utilizada, mapear alguns indícios de leitores que se pretendia atingir, bem como, compreender ideias, saberes e práticas que se almejava difundir.

Dispúnhamos de alguns exemplares da *Folhinha de Mariana*, do final do século XX e início do XXI e precisávamos analisar uma série maior, tendo em vista que a publicação era do final do século XIX. Entretanto, no momento que fomos a campo conhecer a editora que atualmente é responsável pela edição, impressão e publicação da *Folhinha de Mariana* – Editora Dom Viçoso –, nos deparamos com uma grande “pedra” no caminho do trabalho: a ausência de um acervo de exemplares do nosso objeto de

pesquisa. Na tentativa de obter alguma informação, e de saber sobre a existência de algum acervo, buscamos de modo incansável qualquer notícia, referência, nota nos arquivos eclesiásticos das Arquidioceses e Cúrias espalhadas pelo Brasil; mas as “pedras” insistiam em permanecer no caminho, e não tivemos nenhuma resposta positiva das nossas buscas.

Nesse sentido, a proposição inicial de fazer uma pesquisa comparativa com todas as edições da *Folhinha de Mariana* não se sustentava mais. É claro que, desde o início, tínhamos como caminhos metodológicos o olhar para outros impressos em nossa pesquisa de Doutorado, mas a *Folhinha de Mariana* seria a fonte central. E foi diante da ausência dos exemplares, que novas indagações surgiram e, com elas, novas fontes também. Assim, reorganizamos nossa pesquisa.

### **1.3 A aproximação: conexões com outros gêneros editoriais**

A partir da ausência de fontes para acessar a *Folhinha de Mariana*, mantivemos o nosso objeto inicial, porém, em uma dimensão metodológica do estudo de caso, dentro da problemática mais ampla de Folhinas, calendários, almanaques, anuários. Nossa intenção, então, respaldava-se na ideia de compreender esses objetos culturais nas suas especificidades e semelhanças. Esse nosso cenário foi fortalecido pelos estudos comparativos que o Doutorado sanduíche em Versailles e Paris, França<sup>2</sup>, nos proporcionaram.

Essa caminhada de aproximação foi pequena, em relação a tempo cronológico, mas extensa, em relação ao trabalho árduo e à construção de novas estratégias para fazer acontecer uma pesquisa de Doutorado que verdadeiramente se sustentasse. O Doutorado Sanduíche aprofundou as reflexões teóricas e metodológicas que possibilitaram ampliar e verticalizar a minha formação enquanto pesquisadora no campo da Linguagem e Educação numa perspectiva histórica, particularmente, da História da Leitura, e fui estabelecendo conexões significativas entre os impressos que conhecia no Brasil e os que encontrei na França e Itália.

---

<sup>2</sup> Este trabalho comparativo foi desenvolvido durante meus estudos de Doutorado Sanduíche na Université de Versailles Saint-Quentin-en-Yveline, França, pelo Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior, financiado pela CAPES, no período de agosto de 2017 a janeiro de 2018. Os impressos franceses e italianos foram localizados em centros de documentações e bibliotecas, na l'archidiocèse de Paris, e na Itália, no Archivio Storicodi Propaganda Fide. O impresso espanhol faz parte do acervo do pesquisador Jean-François Botrel.

Meu trabalho se fundamentou em pesquisas em arquivos, bibliotecas - em especial na *Bibliothèque Nationale de France* -, centros de documentação em Paris - especificamente, na *Bibliothèque de l'archidiocèse de Paris* - e em Roma, na Itália, nos arquivos da Biblioteca do Vaticano – *Archivio Storico di Propaganda Fide*. Por meio da busca de impressos que pudessem dialogar com funções, temas e formato encontrados na *Folhinha de Mariana*, foi possível a comparação de materiais de tipo parecido, publicados no Brasil, na França e em outros países, viabilizando uma melhor compreensão das especificidades desse tipo de publicação.

A experiência do Doutorado Sanduíche, então, suscitou vivências significativas que permitiram novas problematizações acerca do meu tema de pesquisa de Doutorado que acabou se constituindo no percurso - *Folhinhas de Algibeira do século XIX*. A interlocução com orientadores Jean-Yves Mollier e Anaïs Fléchet, bem como com outros pesquisadores como Anne-Marie Chartier e Jean-François Botrel; o acompanhamento de seminários e/ou disciplinas ofertados na *Université de Versailles Saint-Quentin-en-Yveline* sobre historiografia e estudos da história cultural, na *Université Paris 1 – Panthéon-Sorbonne* - sobre literatura e música e suas relações de transferências culturais, recepções e apropriações e na *École des Hautes Études em Sciences Sociales* (Paris) sobre os estudos das religiões e, por fim, as reuniões de grupos de pesquisa que problematizavam sobre jornais franceses e as relações entre editores franceses e brasileiros possibilitaram o diálogo com outros pesquisadores que desenvolvem estudos cujas temáticas se relacionam com a História da Leitura, a História do Livro e da edição.

Foi possível, então, refletir sobre as ligações entre produção e apropriação de impressos considerados populares e religiosos e as representações da ideia de “literatura popular”, permitindo, assim, o aprofundamento das reflexões sobre a produção, circulação e recepção de impressos ditos populares no Brasil e na França. Esses encontros acadêmicos também viabilizaram o investimento em novos estudos bibliográficos sobre a temática da minha pesquisa.

A nossa tese visava, naquele momento, ao final do terceiro ano do Doutorado, compreender os impressos de tipo parecido, na sua relação com a edição, a leitura e formação de um público leitor, a partir de um estudo analítico-descritivo de Folhinhas, almanaques, anuários e calendários que circulavam no Brasil e em outros países, no século XIX e início do século XX. O quadro de fundo, entretanto, era o mesmo que constituiu a primeira fase da pesquisa, ou seja, estabelecer relações entre impresso,

leitura e leitor, buscando, assim, recuperar leitores pretendidos, estabelecer relações entre formato, usos, conteúdo e formas de composição do impresso e as práticas de leitura para um tipo de material impresso que considerávamos popular. Tratava-se de compreender, em determinado período histórico e contexto cultural, aspectos da formação do leitor através da análise dos impressos.

Em vista disso, o nosso quadro final comparativo se apresentou conforme a tabela a seguir e a *Folhinha de Mariana* se manteve como um estudo de caso.

**Tabela 1** – Impressos analisados na Pesquisa

<b>Brasileiros</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Folhinha Civil e Ecclesiastica: para uso das Repartições Públicas, e dos Particulares, nos Bispados do Rio de Janeiro, S.Paulo e Marianna (RJ) – 1836;</li> <li>- Almanach do Município para o anno 1889 – São José de Além Parahyba;</li> <li>- Anuario de Minas Geraes – 1906.</li> <li>- Anuario de Minas Geraes: Chronologia Mineira – Governo Civil e ecclesiastico – 1913</li> </ul>
<b>Franceses</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Almanach Catholique France - 1905.</li> <li>- Annuaire du Diocèse de Paris pour l' an 1844 e 1876.</li> <li>- Annuaire Pontifical Catholique – 1898;</li> <li>- Almanach de la cour, de ville, et des départemens – 1827.</li> </ul>
<b>Espanhol</b>	Las fiestas em que se puede trabajar y los dias correspondientes - Sec. XIX
<b>Italianos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Anuario Pontifio, 1870, 1898, 1912 e 1923;</li> <li>- Notizie per l'anno 1842;</li> <li>- La Gerarchia Cattolica – 1869, 1873 e 1881.</li> </ul>

**Fonte** - Elaborada pela autora.

O estudo descritivo, analítico e comparativo dos impressos, nos permitiu compreender conexões significativas entre eles, bem como realizar uma aproximação com a escolha, enfim, do nosso objeto de pesquisa. Nesse sentido, as análises nos proporcionaram complexificar as tensões existentes nos gêneros analisados que se apresentam em similitude aos almanaques. A primeira delas seria a dificuldade da definição, propriamente dita, do gênero editorial, depois, a constante tensão existente nesses impressos, diante da sua dimensão antropológica, ao pretender tratar de assuntos relacionados à ciência do homem e do ser e a dimensão da natureza. Além disso, há na maioria dos almanaques uma tensão implícita, ao se proporem como guias do tempo, a tensão de viver o tempo presente, o que se conhece numa relação com o tempo futuro, o que ainda está por vir, talvez o devir. A citação abaixo nos permite problematizar a variedade de leitores, de consumidores pretendidos e possíveis, diante da multiplicidade



de conteúdo que os almanaques, Folhinhas, anuários podem abranger. Tais publicações podem combinar assuntos como astronomia e astrologia. Nas palavras de Botrel (2015):

no almanaque, atrás ou mais além do almanaque, está a dimensão antropológica e quase ontológica de sua razão de ser e dos seus usos: a tensão permanente entre o ‘sabido’ por mais cheio de erros que este dito saber – e o ‘por saber’, o tempo que se vive, o que se faz e o tempo a vir. Os mesmos consumidores de elementos de conhecimento derivados da astronomia ainda podem chamá-lo com o consumo da astrologia... (BOTREL, 2015, p. 221)<sup>3</sup>.

Nesse sentido, nota-se que todas essas publicações apresentadas no *corpus* da segunda fase da pesquisa trazem, em certa medida, a mistura de conteúdos literários, informativos, didáticos, de devoção, da tradição, místicos, astrológicos, cosmológicos e essa diversidade dos conteúdos organiza a tipologia das obras (PARK, 1999), bem como possibilita e abrange uma diversidade de leitores. Além disso, mesmo mantendo um espírito próximo, o seu formato se modifica, do livro para a Folhinha de Parede ou Folhinhas de Bolso. Esses formatos também vão dizer sobre um leitor pretendido, sobre modos de uso, circulação e distribuição dos impressos.

Em seus estudos sobre almanaques, Botrel (DETLI)<sup>4</sup> destaca a função informativa, e menos enciclopédica, que os almanaques desempenham. Ele acrescenta, ainda, que essa informação pode ser passada através de uma mistura de saberes científicos e laicos, bem como de uma maneira fragmentada e, por vezes, aleatórias. Nesse caso, diante da leitura que fizemos do texto dos anuários, por exemplo, nota-se que realmente há seções em que fica a impressão de que a informação aparece de forma aleatória, num mosaico estranho de tantas questões que, supostamente, traz uma sobrecarga. Imaginamos que essa sobrecarga dificilmente agradaria leitores do presente e, quem sabe, os poucos leitores daquele período.

Ao analisar os impressos que se assemelham, como almanaques, anuários, compreende-se certa hierarquia quando a publicação traz assuntos religiosos e civis misturados, uma vez que os assuntos de ordem religiosa são sempre apresentados já nas primeiras páginas. Além disso, outra problematização diz respeito ao processo de produção de certos impressos, quando aparecem informações que coincidem, por

---

<sup>3</sup> Tradução livre de: “en el almanaque, detrás o más allá del almanaque, está la dimensión antropológica y casi ontológica de su razón de ser y usos: la permanente tensión entre lo ‘sabido’ – por más lastrado de errores que este dicho saber – y lo ‘por saber’, el tiempo que se vive o que hace y el tiempo venidero. Los mismos consumidores de elementos de conocimiento derivados de la astronomía todavía pueden compaginarlo con el consumo de la astrología...” (BOTREL, 2015, p. 221).

<sup>4</sup> Jean- François Botrel - contribuição inédita para o Dicionario Español de Términos Literarios Internacionales (<http://cchs.csic.es/es/webpage/diccionario-espanol-terminos-literarios-internacionales-detli>) ainda no prelo.

exemplo, em relação à história do Brasil, estradas ferroviárias no Brasil, informações mais gerais sobre a política brasileira, informações eclesiais sobre a vida do Papa ou descrição das arquidioceses e dioceses no país, entre os anuários de Minas e o almanaque do município de Além Paraíba, por exemplo. Isso nos permite levantar uma hipótese de que para se fazer um anuário do estado, ou um almanaque do município, a informação que difere é de ordem regional, estadual ou municipal e o restante das informações parece ser repetida e não exigir a fabricação de um conteúdo novo.

As publicações, como os anuários e os almanaques de municípios que analisamos, parecem pretender um leitor mais instruído e que se interesse por informações civis, tendo em vista seu tom informativo, o acúmulo de informação e a grande extensão e quantidade de texto escrito. Essas características os fazem diferentes dos almanaques especificamente religiosos que se dirigem a um público específico, o da comunidade católica. Já os almanaques em formato de cartaz, como a *Folhinha de Mariana*, ao trazerem uma mistura de informações eclesiais e civis, bem como de ordem cosmológica e, às vezes, astrológica, possibilitam outros usos pelos leitores que vão escolher essas publicações, ora pela facilidade de manuseio, ora pela síntese das informações - que supõe uma leitura mais “fácil” - e ora também pelos assuntos específicos ou seções que são mais relevantes.

Analisando a seleção de conteúdos e o formato do impresso, é possível estimar leitores pretendidos e as possibilidades de usos e apropriações dos impressos, pois ler, ou mesmo carregar um anuário de mil páginas, por exemplo, é muito diferente de ter em mãos um almanaque em formato de cartaz, como é o caso do *Almanaque espanhol* e da *Folhinha de Mariana*. Isso sugere usos diferentes e, também, leitores diferentes, uma vez que, diante do seu formato, a própria seleção dos conteúdos é variada e configurada pelo próprio formato.

Folhinhas, anuários e almanaques trazem em seu texto um discurso próprio do convencimento, do aconselhamento e, mais do que isso: trazem a noção de guia e de orientação ao leitor. Está impressa nas páginas desses materiais uma sociabilidade própria de cada época, um modo de organizar a vida dos sujeitos. Acrescenta-se, ainda, que a ideia de organizar e administrar o tempo estava fortemente presente no conteúdo dessas publicações, talvez, por isso, independente do formato, do número de páginas, do conteúdo e do leitor pretendido, o calendário aparece em todas elas, justamente para organizar o tempo social; tempo este que se refere à organização dos sujeitos dentro das esferas civil e religiosa. Nas palavras de Nova (1996) “[...] organizar e administrar o

tempo, situar nele as coisas e os seres para assegurar a continuidade da vida: eis aí, talvez, a razão do calendário. O tempo social organizado corresponde ao tempo civil e ao tempo religioso.” (p. 54).

Presente em várias publicações, estava, também, o horóscopo. Horóscopo em sua definição refere-se à hora e a examinar, ou seja, para os astrólogos é pela observação dos astros na hora de nascimento de uma pessoa, que se pretende conhecê-la e fazer algumas previsões sobre o que acontecerá em sua vida. Interessante é problematizar que o tempo e as representações dele coexistem nessas previsões, uma vez que a hora do nascimento é o marco para a compreensão e para a “profecia”. A noção de controle do tempo futuro também emerge, pois pretende-se controlá-lo por meio das previsões, diferente da perspectiva de controle do tempo social – através do calendário civil e eclesiástico - e da previsão que ocorre com a agricultura e o regulamento do tempo. Nesse sentido, o horóscopo é “o tempo controlado simbolicamente, através de profecia ou prognóstico [...]. Calendários e almanaques, em sua história, veicularam, conservaram e difundiram sempre um saber do tipo astrológico, que faz sucesso até hoje nas sociedades mais desenvolvidas” (NOVA, 1996, p. 42-43).

Nos impressos que compunham o *corpus* desta pesquisa, na sua segunda fase, no que tange às informações relacionadas ao horóscopo, há apenas a indicação do signo astrológico para cada mês e sua imagem representativa; além disso, nos impressos localizados na Biblioteca do Vaticano, que tratam sobre informações exclusivamente religiosas, não há nenhuma menção sobre tal assunto. Em contrapartida, por exemplo, é muito comum nos almanaques de farmácia predições ou características marcantes dos sujeitos relativas a cada signo astrológico, ou mesmo a apresentação de cada mês com seu signo do zodíaco e um texto com informações mais gerais e coletivas sobre sujeitos nascidos naquele determinado mês, bem como sobre a agricultura do período. Nova (1996) reproduz um trecho do Almanaque Biotônico Fontoura de 1951 que demonstra essa organização editorial.

As pessoas nascidas em abril são, em regra, empreendedoras, ativas, inteligentes e muito dadas às invenções. Depois de muitas tentativas sem resultado, conseguem ver seus ideais realizados. Não são muito felizes no casamento; terão vida longa, apesar de moléstias graves que as perseguirão. Devem-se acautelar com os inimigos, mais do que com as moléstias: são inimigos que tramam às escondidas. (p. 44).

Outro elemento que nos permite refletir sobre a organização desses impressos, é a ilustração. Assim, em atenção às ilustrações presentes nas publicações do *corpus* da segunda fase desta pesquisa, nota-se certa variedade. Por exemplo, o Almanaque Católico da França, já mencionado, e alguns impressos que localizamos na Arquidiocese de Paris trazem, no material, uma quantidade maior de ilustrações, cuja função parece ser a de sempre completar algo sobre o texto – em específico, cenas bíblicas, fotos de igrejas e/ou pontos importantes de alguma cidade mencionada no almanaque. Diferente, por exemplo, é o que se encontra no Almanaque do município de Além Paraíba, que traz apenas uma ilustração, que representa um retrato com um nome abaixo e, em seguida, um texto explicando a imagem. Esse texto informa que tal imagem se refere a um cidadão do município que se destacou dentre os demais, pela prestação de serviços públicos, no intuito de auxiliar a população rumo ao progresso e à civilização (ALMANAQUE, Além Paraíba, p. 4). Menciona, ainda, que todo ano será impresso o retrato de algum cidadão que tiver merecimento. Nesse sentido, nota-se um caráter persuasivo (NOVA, 1996) nesse texto, no sentido de pretender o editor que o leitor interiorize ou assimile certos modelos, condutas, ideologias próprias da época.

Ainda sobre a ilustração nos impressos, diferente da estratégia do Almanaque do município, os impressos encontrados na Biblioteca do Vaticano apresentam uma única ilustração que se refere ao Papa. Já, por exemplo, os anuários da Diocese de Paris não apresentam ilustração. Em contrapartida, os Anuários de Minas trazem ilustrações específicas, que vêm ao longo do texto e que se referem às autoridades relacionadas à política do Estado.

Tendo em vista essa diversidade, cabem algumas problematizações sobre o papel das ilustrações nos impressos. A primeira questão seria: a estratégia de colocar uma imagem que dialoga com o texto, possibilitaria uma leitura mais compreensível e, assim, mais agradável ao leitor? A sua ausência se refere a questões editoriais, uma vez que a impressão de imagens remete a um custo maior da impressão? De outra forma, podemos pensar que o impresso que contem mais ilustrações e, principalmente, ilustrações coloridas, como é o caso do Almanaque Católico da França, é mais caro que os demais? Isso ocorre, porque ele visa a uma circulação mais restrita, não pretendendo atingir a um público mais popular? O valor financeiro dos impressos nos faz refletir sobre diferentes leitores, sobre diferentes modos de circulação, bem como sobre diferentes modos de apropriação.

Nesse sentido, após o contato com esses impressos, e a tentativa de uma análise comparativa entre eles, compreendemos que o alcance e a importância que essas publicações atingem podem ser problematizados a partir de alguns fatores como: tiragem, os modos de circulação e distribuição – vendedores ambulantes, farmácias que distribuem, livrarias -; o valor do impresso ou sua gratuidade; as escolhas tipográficas – trazem marcas de um leitor pretendido -; a composição das publicações/seus conteúdos – a maneira como esses conteúdos, conhecimentos, saberes são dispostos permitem estimar leituras e leitores a que se destinam. No entanto, a diversidade, ou certa pulverização das fontes encontradas, não possibilitaria uma verticalização ou aprofundamento e mesmo o tratamento comparativo de vários exemplares. Como se verá adiante, a problemática mais ampla continua, mas tivemos acesso a outras fontes.

#### **1.4 O ganho do objeto de pesquisa: *As Folhinhas de algibeira do Século XIX***

As aproximações conceituais sobre os objetos impressos, tais como almanaques, Folhinhas, anuários, foram construídas no tempo em que foi realizado o Doutorado sanduíche e apresentados os escritos para o texto da qualificação. O olhar sobre um outro impresso similar, e que se encontrava num acervo pouco pesquisado, *as Folhinhas de Algibeira*, veio posteriormente e construiu outro rumo para a pesquisa.

Quando nos deparamos com o problema da falta de exemplares das *Folhinhas de Mariana*, o conjunto de exemplares de *Folhinhas de Algibeira do século XIX*, presentes no acervo de obras raras do Arquivo Público Mineiro, foi mencionado e sugerido como uma possibilidade pela orientadora, antes do Doutorado sanduíche. Talvez, por uma falta de amadurecimento acadêmico da minha parte em perceber novas possibilidades e conexões entre os impressos, e ainda pelo receio de mudar tudo e recomeçar, continuei muito concentrada nas construções anteriores de objeto.

Então, foi nessa ocasião que, ao finalizar o texto da qualificação, apresentamos em suas últimas páginas a possibilidade de um novo *corpus* para a pesquisa - acervo de obras raras do arquivo Público Mineiro, denominado *Folhinhas do século XIX* - e foram essas palavras escritas em um parágrafo que modificaram o caminhar dos nossos estudos.

Com o texto da qualificação pronto, e passado apenas um dia de minha chegada ao país, investimos em um trabalho verdadeiramente árduo de sistematização de nossas

fontes, as Folhinhas. <sup>5</sup>Ao final desses dias, escrevemos um texto anexado ao da qualificação, sobre as impressões gerais do possível novo *corpus* da pesquisa que foi, generosamente, lido por todos os membros, corroborando a redefinição do nosso objeto de pesquisa e os novos passos de uma caminhada que teria exatamente um ano para terminar, mas com uma visão mais amadurecida sobre as conexões entre vários desses objetos impressos.

E, assim, nosso objeto foi formulado: compreender as relações entre impresso, leitura e leitor, a partir das *Folhinhas de Algieira publicadas no século XIX*. Mediante um estudo analítico-descritivo-comparativo desses impressos, visamos compreender as suas funções, as relações entre impresso, leitura e leitor. Propõe-se, assim, compreender as funções, as características simbólicas, materiais, estruturais e textuais desse tipo de impresso que o tornam, em sua fórmula editorial, uma Folhinha. O estudo do impresso, busca caracterizar o gênero e seu funcionamento no século XIX, problematizando as complexas relações estabelecidas entre o objeto, espaço e tempo e as possíveis práticas culturais de uso dos impressos. Além disso, a tese traz dados sobre como as editoras operam com essas ideias na construção de um projeto editorial, bem como criam estratégias compartilhadas por agentes sociais (a elite intelectual, padres) e instituições (Igreja, Estado/Império) no que diz respeito a um projeto de difusão de condutas, valores e informações através da palavra impressa.

---

<sup>5</sup> Dentre outros agradecimentos pelo acompanhamento de nossa trajetória, agradecemos à Ana Galvão que, neste período, também sugeriu uma pesquisa no acervo Frei Chico da Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Entretanto, ao realizar a pesquisa documental, não obtivemos sucesso para localização de novos dados.

## 2 INDICAÇÕES GERAIS SOBRE OS CAMINHOS METODOLÓGICOS: ESCOLHAS E CARACTERIZAÇÃO DAS FOLHINHAS<sup>6</sup>

Este tópico apresenta alguns pressupostos que anunciam a escolha por certos caminhos metodológicos de análise comparativa e contrastiva, bem como as orientações da seleção do *corpus* e uma caracterização geral dele.

As Folhinhas, como objeto de pesquisa, permitiram complexificar as possibilidades de definição de um gênero editorial. Assim, nossa problemática central diz respeito às possibilidades de definição do gênero Folhinha, ou seja, às perspectivas de compreender esse tipo de impresso como uma fórmula editil. Afinal, o que faz uma Folhinha ser uma *Folhinha*? A partir dessa questão central, e diante da necessidade de investigar as características simbólicas, materiais, estruturais e textuais dessa publicação, outros questionamentos foram desdobrados. Um primeiro, advém da indagação sobre os assuntos (tema/função): há assuntos que são comuns em todos os exemplares? Que assuntos são esses? Outra indagação foi construída a partir da reflexão sobre as redes de autoria/edição e circulação desse impresso: quem são os agentes (autores dos textos, editores, ilustradores, tradutores, livreiros) envolvidos em sua produção? Uma terceira se refere aos possíveis leitores e seus usos do impresso: quem são os leitores supostos por esses impressos? Que usos são supostos para esses impressos? E, por fim, uma questão mais ampla constituiu outro conjunto de preocupações: compreender as relações

---

<sup>6</sup> Este tópico, e o capítulo de análise das Folhinhas, foram escritos inspirados na perspectiva metodológica de três estudos. No trabalho *Imprensa Pedagógica: um estudo de três revistas mineiras destinadas a professore*, Frade (2000) pesquisou e analisou a produção mineira de três revistas pedagógicas: *AMAE Educando*, *Dois Pontos* e *Presença Pedagógica*, contrastando-as, em algumas situações, com outras revistas ou materiais pedagógicos produzidos no Brasil, tendo em vista pontos-chave, como o objeto revista e sua forma de apresentação, com a descrição analítica de alguns de seus aspectos materiais e de conteúdo. Foram abordadas, também, modalidades específicas de produção, circulação e venda das revistas, assim como as motivações editoriais para a sua edição, mediante a observação de elementos presentes no impresso e entrevistas com seus editores. Outro estudo importante, foi o desenvolvido por Galvão (2000): *Ler/ouvir folhetos de cordel em Pernambuco (1930-1950)*. O trabalho teve como objetivo (re)construir o público leitor/ouvinte e os modos de ler/ouvir literatura de cordel, entre 1930 e 1950, em Pernambuco. Na pesquisa, foram utilizadas como principais fontes entrevistas, autobiografias, romances, os próprios folhetos e outros documentos. As fontes coletadas foram cruzadas ao longo da pesquisa, a partir de determinadas categorias, algumas das quais definidas, a priori, (como as de gênero, classe, raça/etnia e geração) e outras emergentes do contato com o material empírico ou com a bibliografia sobre o tema (como as de popular, Nordeste, urbano e rural, oral e escrito). Foi, também, inspirador o estudo de Melo (2013): *Um impresso para mulheres e seus modos de apropriação: a revista Grande Hotel e seus (supostos) leitores*. O objetivo da pesquisa foi investigar os supostos leitores e suas apropriações do impresso. Como fontes, foram utilizados números de Grande Hotel - produzidos no período compreendido entre 1947 a 1961; alguns números da revista francesa *Nous Deux* e da revista italiana *Grand Hôtel*, o protótipo das revistas brasileira e francesa, bem como depoimentos orais de leitores de *Grande Hotel* nessa época.

entre o impresso e a formação dos sujeitos enquanto cidadãos de um tempo-espço determinado: que papéis esses impressos desempenhariam na vida das pessoas? Como os diferentes tipos de saberes concorrem entre si para guiar/para educar um certo público em suas experiências cotidianas?<sup>7</sup>

A análise das Folhinhas foi fundamentada, preponderantemente, em estudos e reflexões de Roger Chartier e Robert Darnton que permitiram pensar o impresso, suas possibilidades de usos e seus leitores, numa trama mais abrangente de comunicação que constituiu o ciclo de vida do impresso. Essa trama refere-se à complexidade de abordagens dos estudos sobre a história dos livros. Visamos reconstituir uma história das Folhinhas, nos apropriamos do referencial metodológico oferecido por Darnton (1990). O autor propõe um modelo geral para analisar os livros no que diz respeito ao seu surgimento e difusão na sociedade, evidenciando os diversos componentes que envolvem o circuito de comunicação e mesmo uma história de vida do impresso e suas relações, bem como a necessidade de percepção da dimensão holística sobre o livro, no sentido de que é produto de uma integração de estratégias, pretensões, intenções, definições, orientações que nele se concretizam:

[...] de um modo geral, os livros impressos passam aproximadamente pelo mesmo ciclo de vida. Este pode ser descrito como um circuito de comunicação que vai do autor ao editor (se não é o livreiro que assume esse papel), ao impressor, ao distribuidor, ao vendedor, e chega ao leitor. O leitor encerra o circuito porque ele influencia o autor tanto antes quanto depois do ato de composição. (DARNTON, 1990, p.112).

Nesse sentido, compreendemos a complexidade e diversidade de abordagens para se analisar um impresso e, diante das questões problematizadas nesta pesquisa, concentramos o foco no impresso, propriamente dito, e menos na circulação, distribuição e venda, embora esses aspectos possam ser trabalhados a partir de alguns indícios. Dessa forma, a escolha metodológica foi analisar o acervo total das Folhinhas (45 exemplares) numa perspectiva descritiva, comparativa e contrastiva, favorecendo, assim, uma visão mais ampla dos exemplares; Ou seja, realizamos um “mapeamento”, fruto de um olhar panorâmico sobre as características, físicas e simbólicas, percebendo, certas regularidades e singularidades do material (FRADE, 2000), como, a identidade do impresso e a sua relação com outros materiais de natureza similar.

O conhecimento dos aspectos da materialidade (aspectos gráfico-editoriais: capa, contracapa, folha de rosto, dimensões, escolhas tipográficas, número de páginas,

---

<sup>7</sup> As questões da nossa pesquisa foram reorganizadas em conjunto com os membros da banca de qualificação, especialmente, com a colaboração da Ana Maria de Oliveira Galvão.



estrutura do texto, cadernos anexos...), do tempo-espaço de produção e circulação, dos assuntos, dos conteúdos e das funções do texto permitiram constatar elementos e componentes específicos para a compreensão de “fórmula” editorial e composição textual da Folhinha.

O *corpus* da pesquisa encontra-se sob a guarda no Arquivo Público Mineiro, no acervo de obras raras. Há nesse acervo, oitenta periódicos, divididos em: *Almanaque Administrativo, Civil e industrial da Província de Minas Gerais* para os anos de 1864, 1870, 1873 e 1875; *Anuários de Minas Gerais*, anos 1906, 1907, 1909, 1911, 1913 e 1918; *Folhinhas* (com nomes variados - 1831 a 1881); *Relatórios ao Conselho Geral da Província* (1828-1833) e *Relatórios Presidentes da Província* (1835 – 1888).

O *corpus* da pesquisa, refere-se às obras do acervo intitulado: *Folhinhas*, com 45 exemplares, que trazem nomes distintos em torno do nome central Folhinha, por exemplo, *Folhinha de d’Algibeira ou Diario civil e ecclesiastico, do ano bissexto de 1832*; *Folhinha de 1861*; *Folhinha dos bons costumes para o anno de 1855*; *Folhinha de saudade para o anno de 1857*; *Folhinha dos Namorados para o anno bissexto de 1860*; dentre vários outros títulos. Todos os exemplares foram publicados no século XIX, entre os anos de 1832 a 1888.

As Folhinhas foram publicadas por quatro tipografias diferentes: três instaladas no Rio de Janeiro e uma em Minas Gerais, *Livraria de Agostinho de Freitas Guimarães & Companhia*, *Typografia de R. Ogier e C*; *Typographia Universal de Laemmert e Minas Geraes. Imp. C. do Ouro Preto na Typografia do Universal*, respectivamente. Acrescentamos, ainda, que a maior parte do acervo é da *Editora Typographia Universal de Laemmert*.

Em atenção às editoras, apesar de não ter sido fácil encontrar informações sobre as tipografias que publicaram as Folhinhas, em capítulo posterior serão analisados com alguns dados que permitem apresentá-las de uma forma geral. Assim, inspiradas nos estudos de Darnton, sobre o circuito de comunicação pelo qual passam os livros, as análises destacam a importância de compreender as tipografias como elemento relevante no processo de análise do impresso. As instituições que publicavam os impressos investigados, no início do século XIX, caracterizavam-se como espaços que desenvolviam funções diversas, eram locais de produção, de impressão, de distribuição e muitas vezes, também, de comercialização.

Morel (2005), em seu livro “As Transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial, 1820-1840”, nos faz refletir sobre as

tipografias dos oitocentos como um lugar que possibilitava o diálogo entre o público e o privado, em suas palavras, um lugar de *moradia e de trabalho*. Elas “[...] converteram-se em ponto de comércio, no sentido mais amplo da palavra, configurando uma mescla entre espaços públicos e privados, em que se faziam contatos diretos dos produtores com os receptores da imprensa” (p.78). De acordo com Moreira (2008), as tipografias se configuravam como um espaço em que “o proprietário, por vezes, revezava-se nos papéis de redator, compositor e impressor”<sup>8</sup>.

Além das Folhinhas, fonte principal desta pesquisa, outros materiais foram consultados, com o intuito de entender o objeto em foco. Para as definições de Folhinhas, foram consultados alguns dicionários do período e a imprensa periódica, visando pesquisar como essas publicações referiam as Folhinhas. Isso proporcionou uma maior abrangência na busca por possibilidades de definição desse gênero editorial e, ainda, a compreensão de expressões e palavras próprias do período de publicação das Folhinhas, o Brasil Imperial. Assim sendo, consultamos diferentes edições do *Diccionario da Lingua Portuguesa* de Antonio de Moraes Silva e o Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889), organizado por Ronaldo Vainfas. Em relação aos periódicos, realizamos uma busca detalhada, na hemeroteca da Biblioteca Nacional, de jornais, almanaques, anuários que faziam qualquer tipo de referência aos exemplares das Folhinhas que fazem parte do *corpus* da pesquisa.

Essa busca foi realizada colocando o nome das Folhinhas em *sites* de busca e, a partir dessa estratégia, todo periódico encontrado foi analisado com o intuito de sabermos o que eles estavam mencionando sobre os impressos e sobre outras Folhinhas também. Assim, descobrimos informações sobre valor, perspectiva de circulação, relações possíveis entre as Folhinhas e o “popular”, bem como constatamos a multiplicidade de assuntos/conteúdos veiculados nelas e, ainda, captamos a ideia de um material de primeira necessidade. Essas referências encontradas serão apresentadas e problematizadas nos demais capítulos da tese. Destacamos alguns desses periódicos, que aparecerão listados na íntegra ao final do trabalho: *Estrella Mariannense* (MG, 1832); *O Universal* (MG, 1832); *Diário do Rio de Janeiro* (1839, 1845, 1846, 1847, 1857); *Diário de Pernambuco* (1838); *Jornal do Commercio* (1835); *O Despertador* (1841); *O Mercantil* (MG, 1847); *O Mercantil* (BA, 1841); *O Consiliador Catharinense*

---

<sup>8</sup> Baseando-se nos pressupostos de Sodré (1983), Moreira (2008) menciona especificamente, em seu trabalho sobre as primeiras oficinas tipográficas em Minas Gerais, destacando as múltiplas funções que o proprietário por vezes tinha que assumir, devido a problemas gerados pelo pequeno número de funcionários.

(SC, 1849); *Publicador Maranhense* (MA, 1848, 1854); *O Globo* (RJ, 1854); *Pedro II* (CE, 1854); *Correio da Tarde* (RJ, 1857); *A Epocha* (PA, 1859); *A Imprensa* (MA, 1858); *A Patria* (RJ, 1858); *O Liberal Pernambucano* (PE, 1856); *O Dezenove de Dezembro* (PR, 1859); *Almanak administrativo, mercantil e industrial da corte e provincia do Rio de Janeiro para o anno de 1861* – seção – “Guia do Rio de Janeiro ou Indicador Aphabetico (RJ, 1860)””; *Almanak Laemmert de 1861*; *Correio Mercantil* (RJ, 1861); *A Cruz* (RJ, 1863); *Jornal do Pará* (PA, 1867); *A Actualidade* (RJ, 1863); *A Constituição* (CE, 1863); *Gazeta Luzitana* (RJ, 1884); *Calungasinho* (RJ, 1888), dentre vários outros.

O quadro, a seguir, permite uma compreensão mais detalhada das Folhinhas:

Tabela 2 – *corpus* da pesquisa<sup>9</sup>

Qtd	Referência no APM	Nome do impresso na Folhinha	Data	Quantidade de páginas	Dimensões	Tipografia
1	OR: Folhinha de d'algibeira 1831. 0010. Séc. XIX. (cx.60)	<b>Folhinha de d'Algibeira ou Diario civil e ecclesiastico, do ano bissexto de 1832.</b>	1832	165	9cm x 6cm	Imp. C. do Ouro Preto na Typografia do Universal, Minas Gerais.
2	OR: Folhinha d'algibeira: 1839. Séc. XIX. (cx. 54)	<b>Folhinha D'Algibeira</b> De R. Ogier E C. Para o anno de 1839. 3º depois do Bissexto, 18º da Independencia, e do Imperio.	1839	100	10cm x 7cm	Typografia de R. Ogier e C, Rio de Janeiro.
3	Folhinha Romantica: 1842. Séc. XIX. (cx.64).	<b>Folhinha Romantica para o anno de 1842</b> , além de noticias curiosas e interessantes <b>um ramalhetede novellas e romances engraçadíssimos</b>	1842	252	10cm x 8cm	Casa de Eduardo & Henrique Laemmert. Rio de Janeiro
4	Folhinha do charadista: 1846. Séc. XIX. (cx. 63)	<b>Folhinha do charadista para o anno de 1846</b> Offerecendo alem de noticias variadas e curiosas um cofre de 167 charadas e 7 logogriphos novíssimos desafiando a sagacidade dos mais experimentados adivinhadores.	1846	287	10cm x 8cm	Casa de Eduardo & Henrique Laemmert. Rio de Janeiro
5	OR: Folhinha do Sábio: 1847. Séc. XIX. (cx. 55)	<b>Folhinha do Sábio para o anno de 1847</b> com novas reflexões maximas e pensamentos do Ex.mo Marquez de Mariga.	1847	168	10cm x 8cm	Casa de Eduardo e Henrique Laemmert. Rio de Janeiro.
6	OR: Folhinha Judiciaria: 1848. Séc. XIX. (cx. 58)	<b>Folhinha judiciária para o anno bissexto de 1848</b> Contendo além da relação da Viagem de S.M.I na Provincia do Rio de Janeiro, e de outras noticias variadas e interessantes o Codigo Criminal do Império do Brasil	1848	224	10cm x 8cm	Casa de Eduardo e Henrique Laemmert. Rio de Janeiro.
7	OR: Folhinha Jocosa: 1851. Séc. XIX. (cx. 59)	<b>Folhinha jocosa para o anno de 1851</b> contendo, alem das materias do costume: o sermão pregado aos tabaquentos em honra de Baccho, o namorico de humcapadocio e o ABC dos amores.	1851	200	11cm x 8cm	Livraria de Agostinho de Freitas Guimarães & C. Rio de Janeiro.

<sup>9</sup> Há duas Folhinhas que fazem parte do acervo *Obras raras* - Folhinhas, que não fizeram parte do nosso *corpus* de análise: A referência OR: Folhinha de Jogos: 1869. Séc. XIX. (cx. 27) não foi analisada pois se trata de um exemplar idêntico ao da referência: OR: Folhinha de jogos: 1869. Séc. XIX. (cx.51) e já havíamos analisado essa. A outra referência que não está no *corpus* de análise refere-se a OR: Folhas do Outono – 1883. Séc. XIX. (cx. 47) e como a forma e a fórmula editorial deste livro publicado pela *Editora Garnier*, é totalmente diferente do restante do acervo, optamos por não analisar.

Qtd	Referência no APM	Nome do impresso na Folhinha	Data	Quantidade de páginas	Dimensões	Tipografia
8	OR: Folhinha para o anno de 1853. Séc. XIX. (cx. 57)	<b>Folhinha para o anno de 1853.</b>	1853	360	10cm x 8cm	Casa de Eduardo & Henrique Laemmert. Rio de Janeiro
9	OR: Folhinha da Lei de Terras: 1854. Séc. XIX. (cx. 56)	<b>Folhinha da Lei das Terras</b> Para o anno de 1854. Contendo a chronica nacional, noticias interessantes e curiosas, e a Lei das Terras, Lei da hipotecas e outras disposições legislativas de utilidade publica.	1854	316	11cmx8cm	Casa de Eduardo e Henrique Laemmert. Rio de Janeiro.
10	OR: Folhinha dos bons costumes 1855. 0010. Séc. XIX. (cx. 61)	<b>Folhinha dos bons costumes para o anno de 1855.</b> Contendo Elementos de Éthica Uma collecção de máximas novas. Assim como A chronica nacional e entre noticias curiosas e interessantes uma descripção authentica do terremoto de Lisboa de 1755.	1855	326	11cm x 8cm	Casa de Eduardo & Henrique Laemmert, Rio de Janeiro.
11	OR: Folhinha de Saudade 1857. 0010. Séc. XIX. (cx. 62).	<b>Folhinha de saudade para o ano de 1857</b> Seguida do tributo de um português da Senhora D. Maria II. A virtuosa Rainha de Portugal. Rio de Janeiro.	1857	256	11cm x 8cm	Livraria de Agostinho de Freitas Guimarães & Companhia, Rio de Janeiro.
12	OR: Folhinha para o anno de 1857 (cx. 57).	<b>Folhinha de lembranças, acompanhada do Florilegio litterario para o anno de 1857</b>  <b>Observação:</b> exemplar sem capa e sem folha de rosto, desse modo não é possível saber o nome da Folhinha, mas há uma hipótese de que seja <i>Folhinha de lembranças, acompanhada do Florilegio litterario para o anno de 1857</i> , pois em uma Folhinha de mesma data de publicação e de mesma editora há, ao final, uma menção sobre todos as Folhinhas para este ano e vem essa referência e como essa folhinha traz um anexo chamado Florilegio Litterario, podemos dizer que se trata da mesma.	1857	316	11cm x 8cm	A..Gonçalves Guimarães. Rio de Janeiro.
13	OR: Folhinha civil e eclesiástica: 1858. Séc XIX. (cx. 16)	<b>Folhinha civil e ecclesiastica para o anno de 1858.</b> Contendo ainda a chronica nacional e noticias curiosas e interessantes.	1858	356	11cm x 8cm	Casa de Eduardo & Henrique Laemmert. Rio de Janeiro

Qtd	Referência no APM	Nome do impresso na Folhinha	Data	Quantidade de páginas	Dimensões	Tipografia
14	OR: Folhinha de quinquilharia: 1858. Séc. XIX. (cx. 15).	<b>Folhinha de quinquilharia litteraria para o anno de 1858.</b> Contendo além da chronica nacional e noticias curiosas e interessantes Exercícios mentaes de agudeza e memoria em uma preciosa collecção de 150 charadas instructivas e recreativas	1858	356	11cm x 8cm	Casa de Eduardo & Henrique Laemmert. Rio de Janeiro
15	OR: Folhinha homeopática 1860. Séc. XIX. (cx. 14).	(Não há capa/não há folha de rosto) Folhas faltosas. A obra inicia-se na página 17.	1860	367	13cm x 9cm	Casa de Eduardo & Henrique Laemmert, Rio de Janeiro.
16	OR: Folhinha dos namorados: 1860. Séc. XIX. (cx. 13)	<b>Folhinha dos Namorados para o anno bissexto de 1860</b> Contendo a Chronica Nacional. Noticias curiosas e interessantes e o novo dictionario das flores, das corres e das pedras preciosas.	1860	334	13cm x 9cm	Casa de Eduardo & Henrique Laemmert. Rio de Janeiro.
17	OR: Folhinha [da] boa moral: 1861. Séc. XIX. (cx.12).	Sem capa e sem folha de rosto. E sem capa os anexos. Não há dados explícitos da editora.	1861	304	13cm x 9cm	Livraria UniversalLaemmert, Rio de Janeiro.
18	OR: Folhinha para o ano de 1861. Séc. XIX. (cx. 11).	<b>Folhinha de 1861</b>	1861	320	13cm x 9cm	Typographia de Antonio Gonçalves Guimarães & comp. Rio de Janeiro.
19	OR: Folhinha para o anno de 1862. Século XIX. (cx. 20).	<b>Folhinha de 1862</b>	1862	264	13cm x 9cm	Casa de Eduardo e Henrique Laemmert. Rio de Janeiro.
20	Folhinha para o ano de 1863. Século XIX. (cx. 21)	<b>Folhinha de 1863</b>	1863	336	13cm x 9cm	Casa de Eduardo e Henrique Laemmert. Rio de Janeiro.
21	OR: Folhinha dos sonhos: 1864. Séc. XIX. (cx. 19).	<b>Folhinha dos sonhos para o anno bissexto de 1864</b> Contendo além da chronica nacional e de noticias curiosas e interessantes e a arte de explicar os sonhos e visões noturnas em forma de dictionario	1864	272	13cm x 9cm	Casa de Eduardo & Henrique Laemmert. Rio de Janeiro
22	OR: Folhinha para o anno de 1864. Séc. XIX. (cx. 18)	<b>Folhinha de 1864</b>	1864	272	13cm x 9cm	Casa de Eduardo & Henrique Laemmert. Rio de Janeiro

Qtd	Referência no APM	Nome do impresso na Folhinha	Data	Quantidade de páginas	Dimensões	Tipografia
23	OR: Folhinha para o anno de 1865. Século XIX. (cx. 50).	<b>Folhinha de 1865</b>	1865	<b>366</b>	13cm x 9cm	Casa de Eduardo e Henrique Laemmert. Rio de Janeiro.
24	OR: Nova Folhinha de agricultura: 1866. Sec. XIX. (cx.17).	<b>Nova folhinha de agricultura para o anno de 1866</b> Contendo a chronica nacional, noticias curiosas e interessantes e o <b>novo methodo da plantaçãofecundidade</b> , durabilidade, extrumação e conservação do café e extinção das formigas.	1866	360	13cm x 9cm	Casa de Eduardo & Henrique Laemmert. Rio de Janeiro
25	OR: Folhinha do charadista: 1867. Séc. XIX. (cx.23)	<b>Folhinha do Charadista para o anno de 1867.</b> Contendo além da chronica nacional e de noticias curiosas e interessantes uma linda collecção de charadas.	1867	348	13cm x 9cm	Casa de Eduardo & Henrique Laemmert. Rio de Janeiro
26	OR: Folhinha Militar de 1867. Séc. XIX. (cx.22)	<b>Folhinha militar 1867</b> Contendo o romance hist.-juridico: A baixa de Mathias, ordenança do Conde de... ( <b>Observação:</b> Folhinha sem capa e sem folha de rosto, desse modo não é possível saber o nome da Folhinha, mas há uma hipótese de que seja a nomenclatura que escrevemos, pois essa Folhinha tem uma capa de anexo, onde está descrito: A baixa de Mathias e, ao verificar uma seção do Almanak Laemmert de publicação de 1867, encontramos vários títulos anunciados de Folhinhas para este ano, inclusive, "Folhinha militar, contendo o romance hist.juridico: a baixa Mathias, ordenança do Conde de..." (Fonte: Guia do Rio de Janeiro ou indicador alfabético, Almanak Laemmert. Casa dos Editores E&H Laemmert, Rio de Janeiro, 1867, p. 100).	1867	348	13cm x 9cm	Casa de Eduardo & Henrique Laemmert. Rio de Janeiro
27	OR: Folhinha Militar: 1868. Séc. XIX. (cx.25)	<b>Folhinha Militar para o anno bissexto de 1868.</b> Contendo além da Chronica Nacional e noticias curiosas e interessantes a comedia-drama em 3 actos 29 ou Honra e Gloria.	1868	334	13cm x 9cm	Casa de Eduardo & Henrique Laemmert. Rio de Janeiro

Qtd	Referência no APM	Nome do impresso na Folhinha	Data	Quantidade de páginas	Dimensões	Tipografia
28	OR: Folhinha Militar: 1868. Séc. XIX. (cx.26)	<b>Folhinha Militar para o ano bissexto de 1868</b> Contendo além da Chronica Nacional e noticias curiosas e interessantes a comedia-drama em 3 actos 29 ou Honra e Gloria	1868	334	13cm x 9cm	Casa de Eduardo & Henrique Laemmert. Rio de Janeiro
29	OR: Folhinha da guerra: 1868. Séc. XIX. (cx. 24).	<b>Folhinha da Guerra de 1868</b> (Referência do APM, mas na folhinha tem apenas o nome Guerra II – 1868 na dobradura da publicação).	1868	280	13cm x 9cm	Casa de Eduardo & Henrique Laemmert. Rio de Janeiro
30	OR: Folhinha da devoção: 1868. Séc. XIX. (cx. 29)	<b>Folhinha de Devoção para o ano bissexto de 1868.</b> Contendo a chronica nacional noticias curiosas e interessantes e um ramallete de fragrantas Flôres Colhidas no ameno jardim do menino Deos.	1868	382	13cm x 9cm	Casa de Eduardo & Henrique Laemmert. Rio de Janeiro
31	OR: Folhinha miscellanea: 1868. Séc. XIX. (cx. 28)	<b>Folhinha de 1868.</b>	1868	446	13cm x 9cm	Casa de Eduardo & Henrique Laemmert. Rio de Janeiro
32	OR: Folhinha de Jogos: 1869. Séc. XIX. (cx. 27)	<b>Folhinha de Jogos para o anno de 1869</b> Contendo a chronica nacional noticias curiosas e interessantes. E um tratado do jogo do Voltarete seguido dos do Cassino e Estenderete. Exemplar idêntico a referência sem data que na verdade é 1869. Exemplar idêntico. Exemplar com folhas faltosas no início e sem o caderno anexo.	1869	432	13cm x 9cm	Casa de Eduardo & Henrique Laemmert. Rio de Janeiro
33	OR: Folhinha Botânica: 1871. Séc. XIX. (cx. 31)	<b>Folhinha Botanica para o anno de 1871.</b> Contendo, em forma de catecismo uma breve nomenclatura e classificação botânica em geral além da chronica nacional a terminação da guerra com o Paraguay e noticias curiosas e interessantes.	1871	310	13cm x 9cm	Casa de Eduardo & Henrique Laemmert. Rio de Janeiro
34	OR: Folhinha Romantica: 1871. Séc. XIX. (cx. 32)	<b>Folhinha Romantica para o anno de 1871</b> Contendo além da chronica Nacional. Terminação da Guerra com o Paraguay. Noticias curiosas e interessantes. O lindo romance brasileiro <b>O capitão Silvestre e Frei Velloso</b> ou a plantação do café no Rio de janeiro.	1871	352	13cm x 9cm	Casa de Eduardo & Henrique Laemmert. Rio de Janeiro



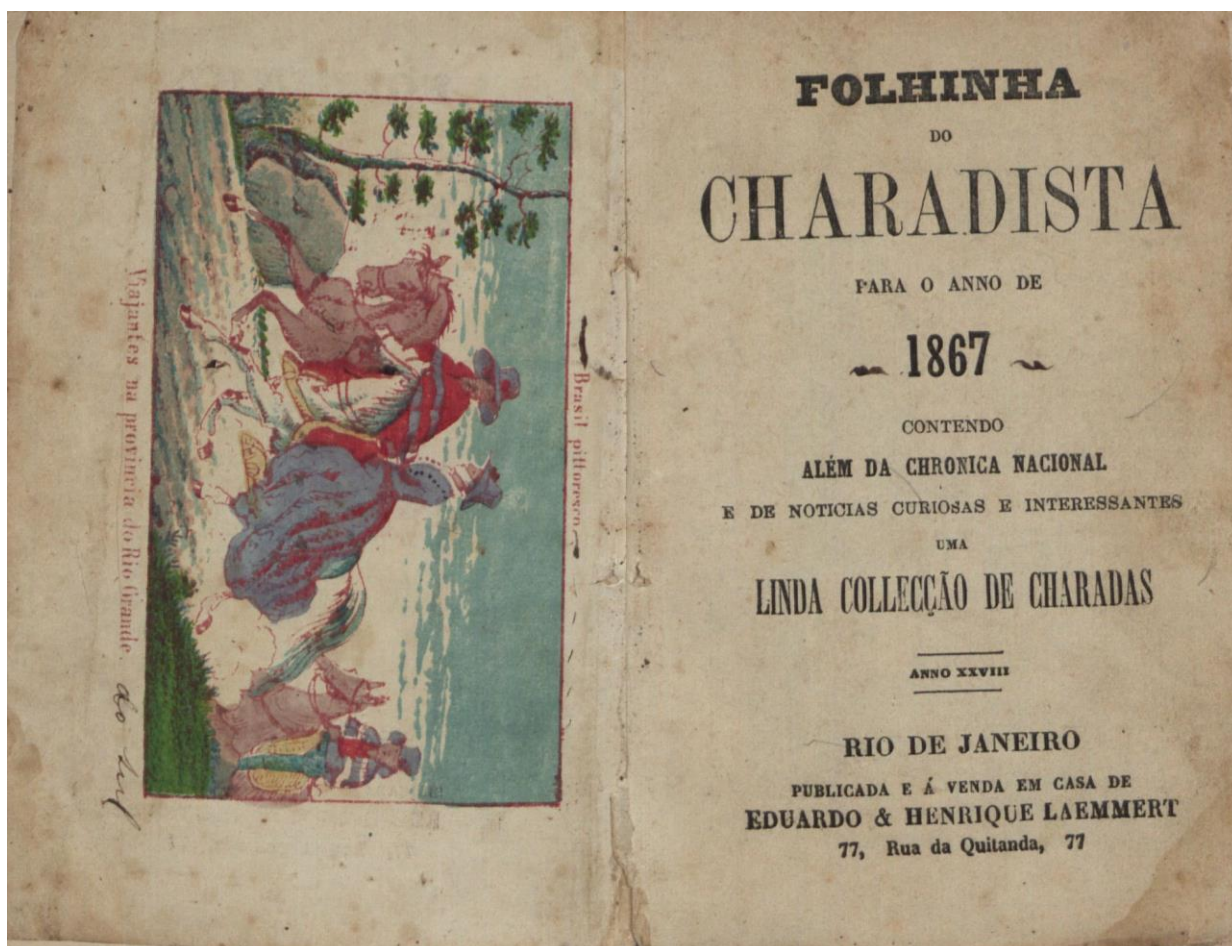
Qtd	Referência no APM	Nome do impresso na Folhinha	Data	Quantidade de páginas	Dimensões	Tipografia
35	OR: Folhinha da Guerra Franco-Prussiana: 1872. Séc. XIX. (cx. 36).	<b>Folhinha da Guerra para o ano bissexto de 1872</b> Contendo a chronica dos principais factos da Guerra Franco - Prussiana (2ª série) seguida de noticias interessantes e a chronica do anno.	1872	288	13cm x 9cm	A..Gonçalves Guimarães. Rio de Janeiro.
36	OR: Folhinha de versos: 1872. Século XIX. (cx.34)	<b>Folhinha de versos para o ano bissexto de 1872</b> Contendo muitas Poesias á terminação da Guerra do Paraguay e á recepção dos corpos de voluntários, seguida de noticias interessantes e a chronica do anno.	1872	352	13cm x 9cm	A. Gonçalves Guimarães & com. Rio de Janeiro.
37	OR: Folhinha da Guerra – 1872. Sec. XIX. (cx. 35).	<b>Folhinha da Guerra para o ano bissexto de 1872</b> Contendo a chronica dos principais factos da Guerra Franco - Prussiana (1ª série) seguida de noticias interessantes e a chronica do anno.	1872	288	13cm x 9cm	A..Gonçalves Guimarães. Rio de Janeiro.
38	Folhinha para o anno de 1873. Século XIX. (cx. 37)	Folhinha para o anno de 1873	1873	<b>366</b>	13cm x 9cm	Publicada e a venda em casa de Eduardo & Henrique Laemmert
39	OR: Folhinha para o anno de 1874. Século XIX. (cx. 39)	<b>Folhinha para o anno de 1874</b>	1874	256	13cm x 9cm	Casa dos editores Laemmert & C
40	OR: Folhinha Laemmert 1875. Século XIX. (cx. 41).	<b>Folhinha dos interessantes Echos para o ano de 1875.</b> Contendo uma curiosa reunião de factos historicos e populares. Assim como a chronica nacional. Preceitos de agricultura, horticultura e jardinagem. E noticias curiosas e interessantes.	1875	416	13cm x 9cm	Casa de Eduardo e Henrique Laemmert. Rio de Janeiro.
41	OR: Folhinha Laemmert 1875. Século XIX. (Cx. 42).	<b>Folhinha de Cupido para o anno de 1875.</b> Contendo o novíssimo dicionario das flores, das cores e das pedras preciosas. Assim como a Chronica Nacional. Preceitos de agricultura, horticultura e jardinagem. E noticias curiosas e interessantes.	1875	416	13cm x 9cm	Casa de Eduardo e Henrique Laemmert. Rio de Janeiro.

Qtd	Referência no APM	Nome do impresso na Folhinha	Data	Quantidade de páginas	Dimensões	Tipografia
42	OR: Folhinha de lembrança: 1875. Século XIX. (Cx. 40).	<b>Folhinha de lembranças instructivas e divertidas para o ano de 1875</b> Contendo mais a chronica nacional, preceitos de agricultura, horticultura e jardinagem e noticias curiosas e interessantes.	1875	352	13cm x 9cm	Casa de Eduardo e Henrique Laemmert. Rio de Janeiro.
43	OR: Folhinha 1877 Século XIX. (cx. 44)	<b>Folhinha de 1877</b>	1877	417	13cm x 9cm	Casa de Eduardo e Henrique Laemmert. Rio de Janeiro.
44	OR: Folhinha para o ano de 1885. Século XIX. (cx. 48).	<b>Folhinha Laemmert para o ano de 1885</b> Contendo a chronica nacional e universal e informações uteis e interessantes. n.14 – cofre precioso remedio contra a hypochondria. (referente a temática do anexo)	1885	401	13cm x 9cm	Casa de Eduardo e Henrique Laemmert. Rio de Janeiro.
45	OR: Folhinha para o ano de 1888. Séc. XIX. (Cx. 49).	<b>Folhinha Laemmert para o ano bissexto de 1888</b> Contendo a chronica nacional e universal e informações uteis e interessantes.	1888	378	13cm x 9cm	Casa de Eduardo e Henrique Laemmert. Rio de Janeiro.

**Fonte** - Elaborada pela autora

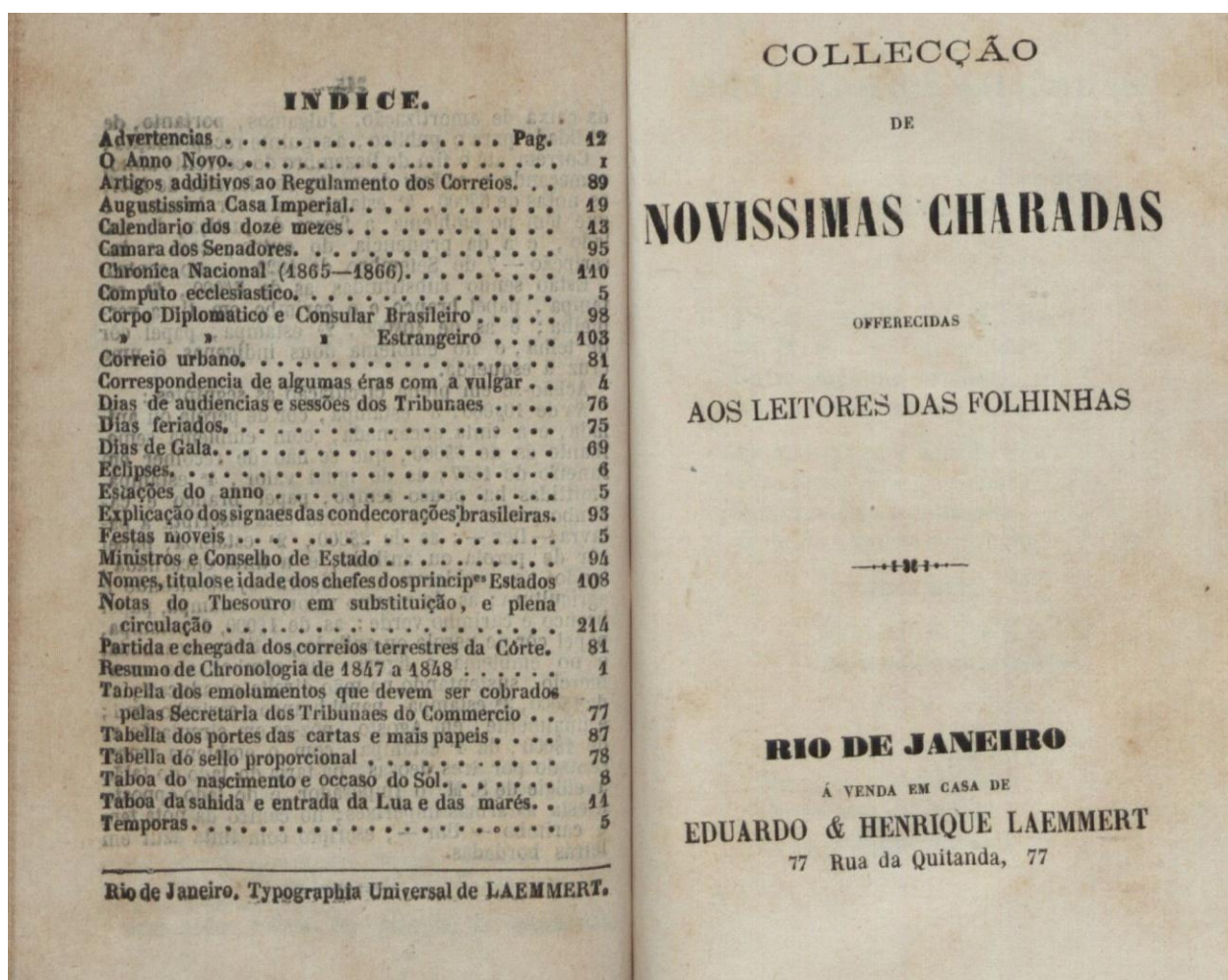
Numa perspectiva de caracterização geral do nosso *corpus*, destacamos que as Folhinhas - sejam eclesiásticas, civis, ou eclesiásticas e civis simultaneamente, ou mesmo com títulos específicos - apresentam parte do conteúdo que é praticamente idêntico, como se houvesse uma parte da Folhinha de teor mais genérico, o que deixa a impressão que os editores copiam de um ano para o outro, modificando apenas circunstâncias de datas, períodos, como é o caso das *Cronicas nacionaes*, dias de feriado, cômputo eclesiástico, seções presentes em várias delas que possibilitavam atualizações de conteúdo. E, à medida que se especifica no título a temática da Folhinha, a publicação traz um anexo, até com paginação diferente, mostrando sua independência, com informações que remetem diretamente ao seu título. Por exemplo, a *Folhinha do Charadista para o anno de 1867* contém, dentre outras coisas, uma “linda collecção de charadas” e o anexo referente ao título:

**Figura 1** - Folhinha do Charadista para o anno de 1867 – capa do anexo e folha de rosto



**Fonte** - Eduardo & Henrique Laemmert, Rio de Janeiro. Referência APM: OR: Folhinha do charadista: 1867. Séc. XIX. Cx. 23.

Figura 2 - Folhinha do Charadista para o anno de 1867 – capa do anexo



Fonte - Eduardo & Henrique Laemmert, Rio de Janeiro. Referência APM: OR: Folhinha do charadista: 1867. Séc. XIX. Cx. 23.

As Folhinhas trazem um formato que se assemelha, com dimensões que variam de 9x6cm / 10x7cm / 11x8cm / 13x9cm, caracterizando-as como Folhinhas de algibeira, ou seja, Folhinha de bolso.

Em relação ao número de páginas das Folhinhas do *corpus*, as páginas alternam-se de 166 a 400, páginas e, na maioria dos casos, geralmente, o número de páginas da publicação principal é de, aproximadamente, 250 páginas, com o acréscimo de anexos que variam de 30 a 80 páginas, o que faz a publicação ficar mais volumosa. É preciso, então, que o leitor manuseie um volume com muitas páginas e em letras miúdas. A maioria traz poucas ilustrações, que se restringem às seções: “Anno Novo”, com imagens que reproduzem o texto escrito e “Calendário dos Mezes”, com as imagens da simbologia dos signos do horóscopo.

Destaca-se, também, que grande parte dessas Folhinhas do século XIX, além dos anexos específicos relacionados à temática do seu título, traz um catálogo extenso com vários

livros da editora e seus preços, e isso nos permite problematizar sobre um leitor que provavelmente se interesse por outros tipos de leitura; caso contrário, o editor não se preocuparia em anexar tantas páginas com tais informações. Além disso, a forma como os títulos dos livros estão dispostos, em ordem alfabética, divididos por temática, parece ser mais que um anúncio, pois oferece um repertório completo das publicações. Assim, mais que estimar leitores pelos anúncios de outros impressos, temos que pensar em uma estratégia editorial para ganhar mais leitores, segmentando o conteúdo e os interesses de possíveis leitores, em cada título anunciado. Assim, permanência de parte do conteúdo e mudanças em parte dele são estratégias editoriais.

### 3 O UNIVERSO DAS FOLHINHAS NOS “BANCOS” ACADÊMICOS

A revisão de literatura da nossa pesquisa, desde os momentos da perda, da aproximação e do ganho do objeto de pesquisa, sempre teve, como elemento central, a palavra *Folhinha* nos campos de busca. E durante todo o processo, percebemos, apesar das descobertas, certa carência de estudos que se relacionavam com a nossa proposta de compreender vários tipos de impressos, sobretudo os populares, num entendimento maior das práticas sociais cotidianas que não estivesse concentrado em pesquisas sobre os impressos canônicos, com certa legitimação de seus usos, supondo-se que sua circulação social seja mais ampla. Como exemplo de pesquisas do campo educacional, temos uma prevalência de pesquisas sobre livro didático e cartilhas.

Nessa busca, que se iniciou com a *Folhinha de Mariana* e, posteriormente, com as *Folhinhas de algibeira*, localizamos alguns estudos que, de alguma maneira, se aproximavam das nossas problematizações.

Ao buscar trabalhos que se relacionam com a temática desta pesquisa, iniciando pela *Folhinha de Mariana*, utilizamos sites de banco de teses e dissertações da UFMG e da USP, o portal da CAPES, bem como, o *site* da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD. Nessa busca, tentamos abranger alguns assuntos que, em certa medida, cruzavam com o nosso objeto. Ressalta-se que, inicialmente, ao digitar a expressão: *Folhinha eclesiástica de Mariana*, não encontramos nenhum trabalho; bem como, ao indicar outro impresso católico, por exemplo, a *Folhinha do Sagrado Coração de Jesus*<sup>10</sup>, foram localizados alguns trabalhos relacionados não ao impresso, mas à história do Sagrado Coração de Jesus ou de instituição de ensino com esse nome.

Num sentido mais amplo, e com intuito de achar alguma referência sobre a *Folhinha de Mariana*, outras palavras-chaves foram inseridas no campo de busca, tendo em vista que a *Folhinha de Mariana* tinha relações com uma editora da Igreja Católica e tinha caráter de imprensa popular, como, por exemplo, *impressos populares*, *impressos católicos*, *livros católicos*, *almanaques*, *materiais católicos*, *imprensa popular*, *imprensa católica*, *compêndios*, *Folhinhas*. Ainda assim, não se localizou nenhuma indicação sobre o objeto inicial de estudo, mas foram encontrados trabalhos que dialogam com a análise de impresso no sentido material e cultural, bem como as relações entre catolicismo e estado, no que tange aos saberes civis e eclesiásticos presentes nos impressos. Esses trabalhos também abordavam

---

<sup>10</sup> Na constituição do objeto, localizamos impressos denominados *Folhinha do Coração de Jesus*, uma publicação religiosa de bolso, mas possivelmente mais recente.



aspectos da formação de leitores, numa perspectiva de uma publicação que pretendia guiar/orientar seus leitores dentro de um ideal maior de formação cidadão, baseando-se nos preceitos da pátria e da fé católica. Dessa forma, as aproximações começaram a aparecer até chegarmos ao ganho do no nosso objeto, as *Folhinhas de algibeira*.

Quando se coloca a expressão *imprensa católica*, aparecem 207 trabalhos relacionados. A maioria deles buscou observar e analisar a participação dos jovens e das famílias na imprensa católica, ou problematizar algum pensamento educacional a partir de publicações de jornais da época. Há, ainda, trabalhos que abordam estratégias de atuação estabelecidas pela Igreja Católica, com o objetivo de intervir no debate educacional, bem como estudos que analisam o período, após a Constituição de 1891, em que o poder político da Igreja Católica se reduz e ocorre o movimento de retomada de seu prestígio entre instituições brasileiras.

Delimitando a busca, sobre *impressos católicos*, foram encontrados alguns trabalhos relacionados à proposta de pesquisa da *Folhinha de Mariana*, destacando-se quatro. Dois deles se referem à dissertação e tese de uma mesma autora, Evelyn Orlando. Em sua dissertação intitulada: *Por uma civilização cristã: a coleção Monsenhor Álvaro e a Pedagogia do catecismo (1937-1965)*, a autora buscou investigar as coleções de catecismos Monsenhor sob duas perspectivas: em seu suporte material no contexto do mercado editorial à época e no seu conteúdo. O trabalho tinha, como objetivo geral, analisar essa coleção como ferramenta didática utilizada pela Igreja Católica para formação dos indivíduos. Dando continuidade aos estudos em sua tese, *“Educar-se para Educar: o projeto pedagógico do Monsenhor Álvaro Negromonte dirigido a professoras e famílias através de impressos – 1936-1964”*, buscou compreender os pontos de contato que entrelaçam esses projetos de formação de professoras-catequistas e educação das famílias, articulando-os entre si e a outro maior, voltado para a recatolização da sociedade.

Outros dois trabalhos também fizeram parte da pesquisa. O primeiro deles, de Ribas (2009), *A boa imprensa e a sagrada família: sexualidade, casamento e moral nos discursos da imprensa católica em Florianópolis (1929-1959)*, teve como objetivo analisar, dentro de uma perspectiva historiográfica, o conteúdo dos discursos da imprensa católica catarinense, por meio de seu representante, o jornal *O Apóstolo*. Segundo o autor desse trabalho, dentro do período compreendido entre 1929 e 1959, as representações normativas referentes à família e a identidades de gênero, presentes nas páginas de *O Apóstolo*, construíam-se não apenas pautados em preceitos religiosos, mas dialogavam com interesses políticos e com anseios do clero catarinense, sem perder de vista os interesses e projetos do vaticano. Finalmente, no

trabalho de Santos (2006), “*Educação na imprensa católica: as representações do jornal a defesa sobre a formação da juventude (1961-1969)*”, foram abordadas as representações educacionais que foram difundidas pelo jornal católico *A Defesa*, especialmente aquelas que tratavam da formação da juventude, entre 1961 e 1969. Através do estudo das edições que circularam nesse período, objetiva-se conhecer os sentidos que o clero da Diocese de Propriá - responsável pela produção do impresso - atribuiu à educação informal dos jovens e à sua função social.

Foram localizados, também, trabalhos sobre *Catecismo*, a maioria deles compreende e estuda o catecismo como um impresso fundamental para a formação religiosa, e analisa a ação catequética por meio de obras de padres. Além disso, há trabalhos que através da análise de materiais doutrinários católicos - catecismos e liturgias, por exemplo, bem como outros materiais como provérbios, contos e adivinhas - buscaram apreender práticas de comunicação nas missões católicas. Especificamente aqui, destacam-se os estudos de Dulley (2008) que, através da análise de materiais doutrinários católicos, buscou compreender as práticas de comunicação das missões católicas da Congregação do Espírito Santo no Planalto Central angolano, território dos Ovimbundu, do período que vai de meados do século XIX ao período pré-Guerra de Libertação do século XX. O autor destaca uma prática permeada por relações simbólicas de poder.

Também, apareceram referências a outros trabalhos cuja a investigação toma por eixo *os efeitos das ações de congregações católicas sobre a construção do espaço cultura*. Nesse sentido, as pesquisas buscam firmar um debate que tem por objeto o processo de migração e instalação das congregações religiosas católicas no Brasil e seus múltiplos impactos sobre a esfera da educação e da cultura, conforme discutem Seidl (2014), Roux (2014), Rogers (2014), Brito (2014), Leonardi e Mazochi (2014) e Bittencourt (2014).

De um ponto de vista da relação entre igreja e alfabetização, ou entre igreja e leitura, podemos citar alguns trabalhos importantes que reforçam a importância das relações entre catolicismo e as práticas de leitura e de escrita.

Considerando estudos de Paiva (1997), destaca-se que a igreja cria estratégias em meio ao contexto de crescimento acelerado da imprensa, da proliferação da circulação de materiais impressos e da ampliação da escolarização, cria estratégias para acompanhar todo esse movimento social. Além disso, a autora corrobora a ideia de outros autores citados, anteriormente, no sentido de compreender que o contexto social, histórico e cultural possibilita usos e apropriações diferentes da leitura e da escrita, mas acrescenta, também, a relação dos usos às questões religiosas, em suas palavras “ a questão do escrito e de seus usos



está no centro das mudanças culturais e religiosas...” (p.58). Nesse sentido, através desta pesquisa, busca-se entender, de modo mais efetivo, as relações entre catolicismo, leitura e escrita. Entender, por exemplo, a questão: em que medida a igreja, por meio do seu poder enquanto instância social legitimada, influencia, ou não, na produção e circulação de impressos? Além disso, pode-se problematizar, também, que a censura católica trazia, por trás da justificativa de tentar salvar o cristão dos “lixos literários”, um forte controle de manutenção de seu poder perante a humanidade.

Dialogando com os estudos de Paiva (1997) - e buscando entender os impressos num contexto religioso, no sentido de problematizar esses impressos dentro de uma esfera de poder e de legitimação, a Igreja, na construção e (re)construção de valores, mentalidades, ações dos seus leitores -, Seidl (2014) menciona que a Igreja é um mundo e que em qualquer dimensão seja social, histórica, cultural, política, econômica e, claro, religiosa, deve ser analisada “como um produto de um discurso que procura unificar, sob uma mesma palavra, práticas, atores, representações, saberes, papéis e contextos que estão muito longe da homogeneização tanto interna quanto externamente” (p. 26).

Numa perspectiva similar, os estudos de Souza (2009) sobre modos de participação nas culturas do escrito de determinado grupo, pertencente a uma comunidade rural localizada no município de Porteirinha, no norte de Minas Gerais, apontaram a Igreja Católica como principal instância na difusão de material escrito e de práticas de leitura e de escrita, nas palavras da autora, “a Igreja, como principal instância em que os sujeitos participam da escrita, é palco de práticas diversas em que oralidade e escrita estão continuamente interligadas” (p. 172).

Sendo assim, trazendo para o contexto da pesquisa, embora as Folhinhas não estejam ligadas a tipografias católicas, é fato que trazem, em seu conteúdo, informações e preceitos religiosos do catolicismo, o que nos permite compreender a pretensão de usos e apropriações dos leitores, especialmente no que tange a uma expectativa do impresso de difusão de valores, dogmas, condutas próprias da religiosidade católica. A mentalidade católica parece permear todas as Folhinhas. Todavia, nossos impressos se configuram como uma publicação que mescla assuntos religiosos e laicos (civil), cumprem funções diversas e que permitem ao leitor escolher como usar tal publicação. Ora se pode consultar informações mais voltadas para utilidade pública, por exemplo, como as que são apresentadas na seção “Dias de Audiências e sessões dos tribunais e juízos”, que descreve em forma de lista os nomes dos órgãos públicos e os dias de audiência e os horários de funcionamento; e na seção “Correio”, que traz informações sobre partidas e chegadas dos correios, descrevendo a frequência da

movimentação e as tabelas com os valores do porte das cartas e outros materiais. Ora o leitor pode se dedicar a informações exclusivamente religiosas, como as tēmporas, ou os dias dos santos, ou ainda, assuntos relacionados ao regulamento do tempo e informações sobre épocas do plantio.

Ainda refletindo sobre o espaço de poder que a Igreja Católica ocupa em diversas dimensões sociais, num sentido mais amplo de compreensão de funções, contextos e certas estratégias para a orientação dos sujeitos, destacamos os estudos de Magalhães (2005), que menciona que “contextos, funções/objetivos e processos constituem a principal chave das questões da alfabetização” (MAGALHÃES, 2005, p. 122). Assim, pode-se problematizar a necessidade de ler e escrever, por exemplo as intenções religiosas.

Num sentido mais próximo do nosso objeto de pesquisa, podemos relacionar todo o processo editorial de produção, circulação e comercialização das Folhinhas, com a concepção de material que pretende ser um guia de leitores dentro dos ideais civis e religiosos presentes no tempo-espaço em que esses impressos estão inseridos, pois eles têm uma função maior de formação do cidadão no contexto de construção do Estado nação. A *Folhinha para o anno de 1877*, traz um trecho da carta ao leitor muito significativa para pensarmos na intencionalidade dessa formação: nas palavras impressas na *Folhinha para o anno de 1877*

fizerão a pouco uma lei para libertar o ventre da escrava; mas a tal liberdade é assaz engraçada, porque o cidadão preto ou pardo, que nasce livre como as auras que respira, há de servir escravo até aos vinte e um annos, isto é, **justamente durante durante o tempo em que o governo deveria educa-lo, para torna-lo homem de bons costumes, e emfim cidadão util a sua patria.** (Folhinha para o anno de 1877, p. X, grifo nosso).

No plano histórico, Graff (1990) destaca que o alfabetismo no século XVI estava fortemente relacionado às necessidades/intenções da religião. Segundo esse autor, desde tempos bem antigos, o alfabetismo serviu para registrar a palavra, porém, por muito tempo, a sua difusão foi desenvolvida por meio da oralidade e da pregação. Nesse sentido, o mesmo autor afirma que as Reformas, tanto protestantes quanto católicas, “constituíram-se na primeira grande campanha de alfabetização na história do ocidente” (GRAFF, 1990, p. 48). Assim, havia o ensino da leitura e da escrita em instituições públicas com um fim determinado, a doutrinação dos jovens para fins sociais explícitos.

No Brasil, não temos indício de relações tão fortes entre a igreja e a alfabetização, mas a entrada na cultura escrita pela via de impressos que misturam informações religiosas e civis mostra um tipo de vinculação e articulação das publicações analisadas a um campo institucional e religioso. Neles, estão presentes estratégias compartilhadas do hibridismo entre o laico e o religioso, que possivelmente ampliam a circulação (espaços civis e religiosos) e

uso, sugerindo uma abrangência de leitores pela multiplicidade de assuntos neles contidos. Essa suposição de ampla circulação nos leva para o campo dos impressos populares. Assim, usando outros mecanismos de busca, ao inserirmos a expressão *literatura popular*, aparecem vários trabalhos que mencionam a análise do texto do cordel, bem como as práticas de leituras e usos diversos desse impresso. Há, também, vários trabalhos sobre canções populares e as relações entre literatura, imprensa e práticas populares. Além disso, localizou-se trabalhos que fazem estudos sobre os aspectos comunicativos e antropológicos da literatura popular em diferentes períodos históricos.

Pesquisas que trabalham impressos populares realizadas no Brasil são fundamentais, pelo diálogo que estabelecem com as Folhinhas. Analisar um impresso que se propõe civil e religioso, considerado uma literatura popular, supõe problematizar a noção de popular, buscando categorias que nos aproximam de leitores dos meios populares, seja pelo seu material de tipo mais barato, ou pelos locais de circulação, preço e o que o seu texto traz de conteúdo. E, especialmente no caso da nossa pesquisa, sabemos que o público de alfabetizados era muito pequeno e ficamos pensando na relação do impresso que poderia ser considerado popular, com leitores analfabetos e pouco escolarizados e os alfabetizados, pois estamos falando de um tempo-espaço, século XIX, com aproximadamente 80% de pessoas que não sabiam ler, nem escrever. Essa caracterização das Folhinhas como impresso popular, tomamos não das suas características de conteúdo ou de forma, mas dos discursos que várias delas fazem sobre ser a publicação popular no período, como se verá no decorrer deste trabalho.

Nesse sentido, as *Folhinhas de Algibeira* trazem características de outros impressos, mencionados, por exemplo, no trabalho de Galvão (2000), como almanaques e o Lunário Perpétuo. Segundo a autora, a partir dos depoimentos de seus sujeitos leitores de cordel, notou-se a presença de outros tipos de leitura tradicionalmente classificada como popular ou “subliteratura” – o almanaque. No diálogo com a pesquisa atual, é possível realmente comparar aspectos do conteúdo do texto deste impresso com as fontes que fazem parte do *corpus* da nossa pesquisa.

Há um material que possivelmente serviu de base para várias informações contidas nas *Folhinhas de algibeira* publicadas no decorrer do século XIX, e que certamente também determinou parte dos conteúdos da *Folhinha de Mariana*, ao final do século XIX<sup>11</sup>: o Lunário Perpétuo. Cabe destacar, aqui, brevemente, algumas considerações sobre esse impresso.

---

<sup>11</sup> A menção a este Lunário foi feita em entrevista por editor atual da *Folhinha Mariana*.

O Lunário Perpétuo é um guia astrológico de origem espanhola, que foi traduzido pela primeira vez para o português em 1703, por Miguel Menescal, com o título completo de *O non plus ultra do lunário e prognóstico perpétuo, geral e particular para todos os reinos e províncias, composto por Jerónimo Cortez, valenciano, emendado conforme o expurgatório da Santa Inquisição e traduzido em português*. (SLATER, 1984, p.103). Esse material serviu de matriz para vários outros almanaques populares, justamente pelas informações e possibilidades que seu conteúdo permitia (BENJAMIN, 2003). Por exemplo, através dos cálculos e das fórmulas progressivas que esse livro traz, de estabelecer os dias da semana correlacionados com os dias dos meses, é possível realizar as previsões do tempo, as previsões relacionadas às épocas de plantio, bem como informações dos astros que compõem o horóscopo e as lunações. Podemos dizer que essas implicações se relacionam de forma prática à vida cotidiana do povo.

Todas essas informações, possíveis de serem extraídas desse livro, estão presentes nas Folhinhas. Além das lunações, previsões de tempo e informações dos astros que compõem o horóscopo, localizamos a seção “Preceitos de agricultura, horticultura e jardinagem adotados ao clima do Brasil”<sup>12</sup>, que sugere a utilização desse material matriz, porém com adaptações, já que a publicação é de origem europeia. Essa seção é similar à seção “Calendario do jardineiro”<sup>13</sup>, que fala sobre o tempo em cada mês, orientações sobre o plantio e menciona os produtos cujo plantio é melhor para cada mês.

Materiais de uso popular que se organizam pela noção de tempo, como almanaques, revelam muita proximidade com o objeto da nossa pesquisa. Considerando os estudos de Vera Casa Nova (1996), ressalta-se que os primeiros redatores do almanaque anual de farmácia eram os médicos e os astrólogos. Esse material se espalhou pelo interior do Brasil no final do século XIX, seu texto era organizado pelo produtor que queria a venda do produto/da mercadoria, há nele marcas do tempo controlado, de orientação de gestos e ações, bem como o destino traçado pela astrologia. Somado a isso, há notícias de acontecimentos políticos, conselhos higiênicos e receitas de medicina popular. Segundo a autora, a origem desse impresso, tendo em vista pesquisas prévias, estaria ligada ao calendário lunar pela contagem do tempo e, principalmente, na tentativa de sua organização. Dentro dos almanaques, havia o calendário e sua estrutura se assemelha bastante à estrutura e ao conteúdo das *Folhinhas de Algebeira*. Sobre a organização calendário e as relações de poder, Nova (1996), destaca que:

---

<sup>12</sup> Seção da *Folhinha de lembranças instructivas e divertidas para o anno de 1875*. E. & H. Laemmert, Rio de Janeiro. p. 139 a 144. Referência APM: OR: Folhinha de lembrança: 1875. Século XIX. (Cx. 40).

<sup>13</sup> Seção da *Folhinha Laemmert para o anno bissexto de 1888*. E. & H. Laemmert, Rio de Janeiro. p. 150 a 154. Referência APM: OR: Folhinha para o ano de 1888. Séc. XIX. (Cx. 49).

[...] as relações entre poder e calendário, como vimos são pertinentes, podendo aí incluir-se, além do poder religioso, o poder da ciência e o poder econômico, logo, a política e a ideologia. Festas e vida produtiva são marcadas no calendário. [...] Se a construção de um calendário, como já vimos, é o resultado de observações dos ciclos cósmicos, ora por físicos, ora pelo clero, ora por intelectuais a serviço do poder do estado, organiza-se a vida do homem, conforme a variação de interesses das classes dominantes.

O conteúdo do calendário liga, como vimos, as exigências da religião e da vida sócio econômica do povo[...] O calendário vai assim ritmando a vida cotidiana entre o trabalho, o tempo de produção e a festa, o tempo do sagrado, da religião, mediando e controlando o tempo, o ano, o mês, o dia de cada indivíduo em sua grande e pequena história (p.31-32).

Estudos sobre a leitura, como uma forma de fé, dialogam, também, em certa medida, com o objeto desta pesquisa, no que tange, por exemplo, a uma leitura fundamentada na intencionalidade de difusão da fé religiosa e na recepção do leitor, que pode ler o impresso, buscando ou confirmando certo entendimento da necessidade de condução da vida, a partir do discurso impresso nas Folhinhas; bem como pela ideia de prognóstico, de premonições, em assuntos variados. Nas Folhinhas, por exemplo, a noção dos presságios está presente: a) nas previsões em relação ao clima e ao plantio adequado para cada época do ano; b) nos prenúncios sobre o ano que se iniciará, geralmente encontram-se na carta ao leitor, que. Inclusive, tem uma estrutura de sempre finalizar com profecias para cada mês do novo ano; c) nas adivinhações sobre as características das pessoas nascidas em determinados meses, e a relação com os signos do horóscopo.

...Dizem os astrologos que neste anno há de haver mui grande bulice e muito ziguezague político... os preços dos generos de fazenda subirão fabulosamente... A primavera será húmida, o estio abrasador, o outono carregado, e o inverno frigidíssimo... em cada praça, largo e rua haverá teatro, e dous botequins... Apesar de ter 12 mezes como os annos passados, apparecerá este anno mais curto aos felizes endinheirados, porém mais comprido aos coitados que não rezam vintem. Quanto as prophcias mais particulares apresento-vos o seguinte enxame cuidadosamente adubado ao gosto do vosso delicado paladar... (Folhinha dos interessantes Echos para o anno de 1875. p. LXV e LXVI).

Janeiro: Nascerão debaixo do signo Aquario, que preside a este mez, os vendedores de vinho, de vinagre, e de leite, no Imperio do Brasil. [...] Março: Quem nasce neste mez tem a cabeça muito dura e virá a ser muito estúpido e incapaz. (Trecho da carta ao leitor da Folhinha dos sonhos para o anno bissexto de 1864, p. 116 e 118, respectivamente).

Sagitário. 22 de novembro a 20 de dezembro. Os homens nascidos debaixo desta constellação enriquecem nas vias marítimas. Ditado de temperamento vigoroso, grande agilidade e espirito activo, sabem grangear amigos...[...] As mulheres, são dotadas d' espirito inquieto e intrigante. Amão o trabalho e as viagens. Naturalmente piedosas, possuem bom coração e espirito ardente. A vaidade é o seu fraco[...] (Seção – “Adivinhação para os dous sexos por meio dos horóscopos”. Folhinha para o anno de 1853, p. 82).

Nesse sentido, em atenção à essa leitura mediada pela fé, cabe destacar estudos de Alberto Manguel (1997): *As Folhinhas de algibeira* e os livros das profecias silibinas, relatados pelo autor em seu livro intitulado “Uma História da Leitura”. Os impressos discutidos por ele, são completamente diferentes, tanto em sua forma gráfica/visual quanto em conteúdo e vocabulário utilizado. Porém, alguma relação pode ser feita, em atenção à prática de leitura e às apropriações que os sujeitos fazem desse impresso, sobretudo no que se refere à ideia de uma crença em profecias. Nota-se uma leitura mediada pela fé/crença em ambos, há, neles, a ideia de previsões. Nas *Folhinhas*, já destacamos acima alguns exemplos e, no livro das profecias, está presente o desvelamento de enigmas que deveriam ser decifrados pelos humanos, como acontecimentos previstos, por exemplo, guerras.

É nesse sentido que Manguel (1997) refere-se a uma leitura do futuro, ou seja, uma leitura do que possivelmente poderá acontecer, sem explicações científicas, porém, pela crença dos leitores, se tornavam verdades absolutas. Sobre as profecias, o autor destaca que “tradicionalmente, as profecias eram consideradas infalíveis, logo era mais fácil mudar as circunstâncias históricas do que alterar as palavras da profecia...” (p.235).

Nessa perspectiva, podemos dizer que, embora haja um espírito da época informando as profecias ou possibilitando sua existência, haveria, também, modos de apropriações diversos que os sujeitos desenvolvem no contato com impressos diversos, pois eles são plurais; cada um traz consigo experiências individuais e sociais, que geram interpretações, expectativas e usos bem distintos, frente ao mesmo texto. Assim, “diferentes recepções de um mesmo texto têm a ver com os próprios leitores” (CHARTIER,1988, p. 122). Nessa mesma perspectiva, Manguel (1997) reforça que “cada leitor confere a certos livros uma certa leitura” (p.236), ou seja, o significado do que se lê está relacionado, diretamente, com as capacidades e desejos do leitor. Assim, para este autor:

(...) o significado de um texto é ampliado pelas capacidades e desejos do leitor. Diante de um texto, o leitor pode transformar palavras numa mensagem que decifra para ele alguma questão historicamente não relacionada ao próprio texto ou ao seu autor. Essa transmigração de significados pode enriquecer ou empobrecer o texto; inevitavelmente o impregna com as circunstâncias do leitor. Por meio de ignorância, fé, inteligência, trapaça, astúcia, iluminação, o leitor reescreve o texto com as mesmas palavras do original, mas sob outro título recriando-o, por assim dizer, no próprio ato de trazê-lo à existência. (MANGUEL, 1997, p.239).

Quando a busca nos bancos de dados se dá, por exemplo, através da palavra *Folhinhas*, encontramos duas teses: uma, defendida na área da Ciência da Comunicação na Universidade Estadual Paulista, e outra, na área de Psicologia na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Ambos os trabalhos falam de *Folhinhas* de uma maneira que se aproxima do objeto da

pesquisa, seja pelo formato ou pelo conteúdo, ou seja, publicações que orientavam a vida prática dos leitores, com informações religiosas, civis, regulamento do tempo, nomes dos santos, signos, dentre outras.

A primeira delas, intitulada “A revista no Brasil, o século XIX”, investigou e analisou publicações periódicas brasileiras do século XIX, realizando um resgate histórico da trajetória da criação jornalística em revista, bem como buscou compreender o processo de formação do público leitor e o papel do jornalismo na sociedade. De modo mais específico, este autor destaca várias publicações de periódicos e sobre as Folhinhas ressalta que foram uma publicação de sucesso, dentre várias outras, do famoso impressor francês, Pierre-René François Plancher de la Noé, e as define ainda como calendário de bolso e de parede (COSTA, 2007). Nesse mesmo trabalho, o autor dá certo destaque ao “Almanak Laemmert” com um nome longo *Almanak administrativo, mercantil e industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro*, que em suas palavras “era a galinha dos ovos de ouro” dos irmãos Heinrich e Eduard Lammert, uma publicação que se iniciou em 1839 com uma Folhinha literária e foi evoluindo e se tornou um guia administrativo mais completo entre as outras publicações dos concorrentes, contendo ali notícias de todo o império (p. 107).

A segunda tese, intitulada “Livros, folhetos, jornais, calendários e Folhinhas, tudo à venda na botica de Padre Tezinho: práticas sociais e práticas de leitura nos anúncios dos jornais do século XIX (1820-1831)” objetivou, através de uma investigação histórica e análise dos jornais que circularam no Maranhão no período de 1820-1831, identificar e compreender as relações entre o livro, o leitor e a leitura e seus modos de apropriação. A autora destaca, em seus estudos, a importância que as Folhinhas tiveram nas práticas de leitura durante o século XIX, e acrescenta, ainda, que “como suporte de informação, forneciam tradicionalmente o calendário anual e outras informações úteis e de interesse da sociedade” (BRAGA, 2011, p. 140).

Localizamos, ainda, o estudo de Luciano Moreira (2006 e 2008), sobre os combates tipográficos, que buscou compreender o papel das primeiras tipografias mineiras na criação dos espaços públicos da província, e refletir sobre as variadas publicações que foram definindo os rumos do Estado brasileiro durante o período regencial. Nesse estudo, o autor menciona, brevemente, algumas características do gênero *Folhinha de algibeira*.

Por fim, e de modo mais especificamente próximo das questões da nossa pesquisa, destacamos os estudos Lúcia Neves (2010), sobre as Folhinhas e os almanaques e as possíveis relações com a história e política no Império do Brasil (1822-1836). A autora menciona sobre o gênero *Folhinha de algibeira*, como uma espécie de calendário de bolso, com publicação

anual e uma função clara de orientação de seus leitores, no que diz respeito ao tempo, além de ser uma publicação que contava com a presença de informações diversas sobre a história do Brasil. Adiante, dialogaremos com esse estudo.

No momento da revisão de literatura e das possibilidades de aproximação do nosso objeto com outros impressos já analisados, por exemplo, em nossos estudos de doutoramento sanduíche, percebemos a similitude com o gênero *almanaque* e, ao colocar a palavra *Almanaques* em busca, localizamos uma infinidade de trabalhos, totalizando 410 estudos. Todos os estudos têm recorte posterior ao nosso período, o que permite colocar a hipótese de que, no Brasil, as *Folhinhas de Algibeira* vieram antes dos almanaques. Esses estudos analisam alguns almanaques com objetivos singulares, destacando-se alguns que, de modo geral, se assemelham com os demais, por exemplo: dar ênfase a algum tema, como a partir das publicações, compreender a construção de modelos femininos ideais e as disputas de poder entre homens e mulheres, presentes nos textos do Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul e do Almanaque Popular Brasileiro – séc. XIX e XX (SEGALIN, 2013); ou entender como a sátira, a caricatura, a paródia eram utilizadas em determinado período, a partir da análise dos almanaques do *Jornal A manhã*, (ARAGÃO, 2006). Trizotti (2010), em seus estudos, analisou os almanaques publicados pelo jornal *O Estado de S. Paulo* em três momentos distintos: 1896, 1916 e 1940; e buscou compará-los, no sentido de compreender diferenças e semelhanças, bem como fez um estudo sobre a imprensa do estado de São Paulo. Os estudos de Torres (2012), em sua tese intitulada “Poética do Almanaque: Paidéia tecedora do sublime”, através de um estudo comparativo entre o *Almanaque Brasileiro Garnier*, publicado entre 1903 e 1914, e o *Almanaque Hachette*, que esteve em circulação entre 1894 e 1980, buscaram analisar todo o discurso do ato poético do Belo nos almanaques, e as relações com a sociedade, tanto em Paris quanto no Rio de Janeiro.

De modo mais similar às nossas questões de pesquisas, na dimensão metodológica e/ou teórica, encontramos alguns que vamos, brevemente, situar a seguir. Falemos, primeiro, sobre os estudos de Margareth Brandini Park (1998). Em sua tese intitulada “Histórias e leituras de almanaques no Brasil”, sobre os almanaques populares de farmácia e seus leitores dentro de um contexto social de práticas de leitura, problematizando as estratégias de apropriações dos leitores, a autora destaca a importância do seu objeto de pesquisa pela alta tiragem de exemplares, gratuidade, modelo tipográfico e ampla rede de distribuição.

Outro trabalho a ser destacado, diz respeito a uma dissertação de Mestrado intitulada “Impressões do tempo – Almanaque do Ceará (1870 – 1908)”, de Débora Dias Macambira (2010), que realizou um estudo sobre o almanaque do Ceará – um gênero editorial de ampla



circulação durante o século XIX –, com o foco no período de 1870 e 1908, compreendendo, assim, aspectos editoriais, conhecimento sobre a difusão e circulação do impresso e as relações de formação de leitores. A autora faz uma reflexão sobre a forte vinculação dos almanaques às necessidades sociais e culturais de marcação do tempo.

O estudo intitulado “Almanack Parnahyba: leituras da educação em suas páginas (1924-1982)”, buscou, através da análise de 58 edições do impresso, identificar e compreender os discursos e/ou representações produzidas acerca da educação. O autor destaca que o conceito de educação foi analisado nas páginas do Almanack, a partir de duas dimensões: a educação com processo civilizador e educação formal e escolarizada (CARVALHO, 2016).

Ainda nos mesmos planos, o estudo de Medeiros (2015) ressalta sobre o consumo de remédios e sobre as práticas de saúde desenvolvidas ao longo dos séculos XIX e XX, diante das experiências que os sujeitos tinham com o tempo, através da consulta de livros de medicina autoinstrutivos, especialmente, a partir da análise dos almanaques, *Lunário Perpétuo* e o *Dicionário de medicina popular do Dr. Chernoviz*. A autora ressalta que essa análise trouxe elementos para a compreensão do consumo, bem como ampliou a semântica do conceito de remédio. Diante disso, destaca que a palavra *remédio* não era, somente, entendida como substância, mas como uma multiplicidade de produtos, gestos e artefatos. A pesquisa indica que, através das práticas de remediar, expressões de tempo eram manifestadas: a medicina humoral, que está relacionada às rotas astrais; a relação do tempo com a eternidade, num sentido de relação entre saúde e salvação, corpo e alma; o tempo como construção do futuro.

*Rebeldes literários da República. História e identidade nacional no "Almanaque Brasileiro Garnier" (1903-1914)* é outro estudo que, embora trabalhe o século XX, de certa maneira se aproxima do nosso objeto de pesquisa, pois Dutra (2005), nesse trabalho, analisa o *Almanaque Brasileiro Garnier*, uma publicação editada no Rio de Janeiro, durante o período de 1903 a 1914 pela *Livraria Garnier*, como uma fonte e como uma produção social e cultural, destacando as relações entre o tempo civil e religioso, nas páginas desse impresso, bem como o aspecto pedagógico nacional, nacionalista e progressista que visava à formação de uma comunidade, porquanto nacional, de leitores.

Ainda sobre almanaques, destacamos os estudos de Marlyse Meyer (2001), intitulado “Do almanaque aos Almanques”, que problematiza a história e a atualidade do almanaque, num sentido de destacar esse gênero editorial como referência de veículo de comunicação popular, um impresso que é, ao mesmo tempo, “guia” e “semiologia do tempo”. Há, nele, informações da vida religiosa e civil, que oferece aos leitores conteúdos diversos, seja de

saúde, recreação, receitas práticas ou aulas; seja uma mistura de informações, de aspectos gráficos, texto e imagem que se relacionavam diretamente com o período histórico, político, social e com o público leitor a seu atingido.

No âmbito de pesquisas internacionais, outro estudo localizado sobre almanaques, foi o de Botrel (2003), intitulado “*Almanachs et calendriers em Espagneau XIXe siècle: essai de typologie*”, em que o autor inicia seu texto problematizando duas questões enfrentadas diante da experiência com a tipologia dos almanaques e dos calendários espanhóis do século XIX. Em suas palavras, essas questões seriam “a ausência de um inventário sistemático destas publicações e a raridade de literatura científica sobre elas” (p.105).<sup>14</sup> Em seu trabalho, faz uma reflexão do problema de definição de imediato do gênero almanaque, justamente pelo seu caráter misto de informações e características variadas, mas apresenta ao leitor uma composição, também, específica dos almanaques espanhóis do século XIX.

De modo geral, os almanaques funcionam como guias do tempo, com as previsões meteorológicas, fases da lua, cômputo eclesiástico e, em alguns, como, por exemplo, os de farmácia, há informações específicas relacionadas à saúde, como lista de medicamentos. Em outros, podem aparecer, também, artigos literários, poesias e outras curiosidades. Acrescenta, ainda, que o processo de produção e circulação desse impresso acontece num circuito diferente dos comuns de livrarias e pontos de vendas. Esse se organiza numa rede oficial de igrejas, ou de organismos e associações, e num circuito de ambulantes. Por fim, reforçamos que os almanaques, produtos autônomos, ou relacionados a uma publicação periódica, são materiais com grande diversidade de conteúdo.

Em perspectiva semelhante, destaca-se o estudo de Mollier (2003), intitulado “*Les éditeurs d’almanach XIX siècle: entre tradition et modernité*”, em que o autor ressalta que o gênero almanaque é visto como uma publicação de sucesso, perante às múltiplas categorias de leitores, e que isso permite pensar variáveis, no sentido de problematizar a fidelidade dos leitores ao se apropriarem desses materiais.

Considerando os autores que estudam os materiais de ampla circulação, mais especificamente sobre os folhetos de Cordel, encontramos 8 trabalhos; mas de modo mais similar às nossas problematizações, destacaremos 3 destes. O primeiro deles, os estudos de Galvão (2000), os de Benjamin (2003) e os de Botrel (1996). O primeiro, se trata de uma tese intitulada “*Ler/ouvir folhetos de cordel em Pernambuco (1930-1950)*”, em que a autora buscou (re)construir o público leitor/ouvinte e os modos de ler/ouvir literatura de cordel, entre

---

<sup>14</sup> Tradução livre de: “l’absence d’une inventaire systématique de ces publications et la rareté de la littérature scientifique à leur sujet” (p. 105).

1930 e 1950, em Pernambuco. Segundo Galvão, os poemas eram lidos, principalmente, de maneira intensiva e a memorização facilitada pela própria estrutura textual. Além disso, os sujeitos atribuíam valor estético ao texto, e isso era essencial ao processo de fruição da leitura ou da audição do cordel. O estudo acrescenta, ainda, que as formas de leitura geradas pelos impressos e/ou pelos textos dos poemas não coincidiam, necessariamente, com os usos e as apropriações que os leitores/ouvintes empíricos deles faziam. De fato, precisamos desconfiar da análise da estrutura e destinação de um objeto impresso, sem saber que usos empíricos são feitos; daí a necessidade de entrevistar possíveis leitores ou de reconstituir, com outras fontes, seus modos de ler.

O segundo refere-se ao capítulo de um livro intitulado “L’almanach de cordel aujourd’hui information et éducation populaires”, em que Benjamin (2003) aborda o cordel, destacando, inicialmente, seu caráter informativo e educativo e apresentando suas características gráfico-editoriais, uma publicação de caráter popular, em versos e prosas, onde há um calendário indicando feriados civis e festas religiosas, fases da lua, regulamento do tempo, informações agrícolas, horóscopo, bem como conselhos da medicina popular e provérbios. Além disso, o autor faz uma reflexão sobre o processo de produção, circulação e difusão. Destaca que os cordéis são editados pelos poetas populares, que publicam seus poemas narrativos em folhetos, os folhetos de cordel - um produto de impressão artesanal -, constitui-se, essencialmente, de uma imprensa manual, e os autores comercializam esses almanaques por intermédio de pequenos comerciantes que vendem os folhetos.

O terceiro estudo, de Botrel (1996), intitulado “La littérature de cordel em Espagne. Essai de synthèse”, faz parte do livro “Colportage et lecture populaire – imprimés de large circulation em Europe XVI-XIX siècles”, e nos permite problematizar sobre as definições da literatura de cordel, uma vez que a descrição que ele faz dialoga, bastante, com o que identificamos na pesquisa. O autor destaca ser esta uma literatura de “adaptação de produtos impressos para todos os gostos e necessidades de pessoas humildes, em geral pouco afortunadas”<sup>15</sup> (p. 271). Esse é um gênero que mescla funções informativas, recreativas e utilitárias, ainda que seus assuntos perpassem as esferas civis e religiosas.

Essa breve revisão de literatura, nos faz problematizar várias questões acerca do nosso objeto de pesquisa, em especial, nos permite refletir sobre algumas funções que cumprem essas publicações, as seções, gêneros e conteúdos; e algumas características simbólicas que os unem: informar, divertir, orientar a vida, aconselhar, organizar o tempo, fazer previsões. Os

---

<sup>15</sup> Tradução livre de: “... l’adaptation de prduits imprimés aux goûts et besoins des humbles gens, em général peu fortunes.” (p. 271).

estudos, também, permitem compreender modos similares de circulação dos impressos; em especial, impressos populares e a relação com a formação de leitores, no sentido de buscar compreender os modos singulares de apropriação. Assim, por meio do levantamento das Folhinhas nos “bancos acadêmicos”, apreendemos características simbólicas e materiais de impressos que se aproximam de nossas fontes. Essas constatações possibilitaram a criação de categorias de análise de comparação, no sentido de investigar permanências, similitudes e contrastes.

## **4 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS: PROBLEMATIZAÇÕES CENTRAIS DA PESQUISA**

Neste tópico, serão apresentados os principais pressupostos teóricos que norteiam os nossos estudos, bem como as problematizações centrais que trazemos.

### **4.1 História Cultural, História do Livro e da Leitura, Literatura Popular**

Roger Chartier (1990), indica que a história cultural “tem por principal objetivo identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (p.16). Empregando esse pressuposto, e aplicando-o à história do livro e da leitura, compreende-se que é preciso interpretar as histórias do livro e da leitura dialogando com várias áreas do conhecimento. Além disso, um pressuposto importante, é olhar para as fontes que não sejam, somente, documentos oficiais ou dominantes, olhar para outros espaços de circulação da leitura e da escrita que não sejam somente os mais canônicos ou legitimados, e considerar relatos e práticas de leitura e de escritas de pessoas comuns.

Do ponto de vista dos pressupostos teóricos de base, a história do livro, ou de qualquer impresso, exige, do pesquisador, entender a história da leitura, da editoração, do papel e da imprensa. Analisar um impresso de modo documental e cultural, é, também, analisar e compreender os mistérios da leitura, no sentido de entender que o leitor cria modos distintos de se apropriar de um texto, o que gera práticas de leitura e escrita com usos para fins diversos. E, esses modos distintos de apropriar-se do que se lê, estão diretamente relacionados às singularidades, percepções e expectativas dos sujeitos, aos espaços sociais de circulação do objeto/texto e ao período histórico (CHARTIER, 1990; DARNTON, 2010).

Nas palavras de Darnton (2010), quando se busca entender as várias questões que envolvem um impresso, em especial as práticas de leitura e as apropriações que os leitores fazem do material, os pesquisadores “...chegam perto de entender a leitura, tanto como prática cultural específica quanto como maneira geral de interpretar o mundo” (p.169). Somente no momento que articulamos vários desses fatores, conseguimos ter a visão da totalidade e compreender que a história de algo apresenta diversas possibilidades interpretativas.

Ao analisar um impresso, entendendo a sua história, é possível perceber as ideias transmitidas e o modo como a palavra impressa pode influenciar no comportamento e na

mentalidade da humanidade (DARNTON, 2010). Chartier (1990) ressalta que as “estratégias de publicações sempre moldam práticas de leitura” (p.30), e acrescenta que a mudança do suporte físico, onde a palavra escrita está vinculada, acaba por forçar o leitor a mudar atitudes e ações no momento da leitura. Além disso, por meio da análise do impresso, como fonte e como objeto, pode-se recuperar leitores pretendidos, nas palavras de Galvão (2001) “[...] a impossibilidade de captar as leituras *in loco* e os leitores de ‘carne e osso’ [...]” tem permitido ao pesquisador “... buscar, nos próprios textos e na materialidade do impresso, marcas indicativas [...] do leitor pensado” (GALVÃO, 2001, p. 41).

Sendo assim, o livro e a leitura compõem um par que possibilita o acesso ao mundo dos impressos. Ao entender a história do livro e da leitura, em atenção ao impresso estudado, aumentam-se as possibilidades de mapear o “quem”, “o quê”, o “onde” e o “quando” da leitura e, com isso, apreendem-se o contexto histórico e os espaços sociais em que o impresso circulou, bem como o circuito de produção que permitiu a sua materialização e as práticas de leitura (DARNTON, 2010).

De um ponto de vista diferente, em atenção às pesquisas sobre o livro didático, Choppin (2004) faz uma reflexão sobre as dificuldades de analisar e compreender um certo objeto; primeiro, pela dificuldade da própria definição do objeto, o que dificulta a percepção das características específicas. Nesse processo, há, também, a necessidade de analisar o impresso dentro das condições contextuais de produção e circulação do objeto, ou seja, é necessário problematizar aspectos sociais, educacionais e políticos do período. Além disso, o autor reforça sobre a potencialidade de investigar e indagar o livro como fonte, entendendo, assim, a complexidade de objeto; bem como compreender e questionar o conteúdo, a forma como o texto foi escrito, as estratégias linguísticas e as relações de valores, de identidades que se pretendem difundir pelo texto ali presente.

Sendo um especialista em pesquisas sobre a história dos livros didáticos, Choppin (2004) destaca, também, que, historicamente, as pesquisas sobre livros didáticos têm se concentrado na análise do conteúdo. O autor problematiza que olhar para o conteúdo, requer um olhar cuidadoso e questionador, pois o livro não é um espelho onde se reflete verdadeiramente tudo o que diz, há, nesse, conteúdo seleções e aspectos que silenciam, que estão invisíveis; por isso o autor chama a atenção para a análise de várias edições, com o intuito de apreender as permanências, as mudanças e os silêncios.

Nessa mesma perspectiva, Frade (2012), em seus estudos sobre a análise da utilização de recursos gráficos e tipográficos de livros franceses e brasileiros do final do século XIX, dirigidos ao aprendizado inicial da leitura, destaca a complexidade que o livro didático traz

em sua análise, indicando que o foco na visualidade, e supostos usos, são apenas algumas das possibilidades de observação, perante essa complexidade. Segundo a autora, esses recursos gráficos não estão, apenas, relacionados ao método de alfabetização ou de ensino em que o livro se fundamenta. Há, também, relações entre os dispositivos gráficos escolhidos pelo autor ou editor, e os movimentos do leitor, no que tangem, por exemplo, procedimentos mentais que esse autor deseja desenvolver nos leitores, no momento da leitura ou no processo de transição entre a leitura de iniciantes e a leitura corrente. Acrescenta, também, que ao analisar algumas marcas por escrito deixadas pelos leitores nas páginas, essas marcas mostram, indiretamente, a apropriação que estes fazem de procedimentos mentais ensinados pela visualidade e por sua pedagogia. Sendo assim, algumas marcas de uso dão indícios de uma incorporação de procedimentos mentais, indicando que o recurso gráfico é um tipo de instrumento de pensamento para pensar a língua que se aprende e o uso da página (FRADE, 2012, p. 203-204).

Batista e Galvão (2009), assim como Frade (2012), destacam sobre a necessidade de alargar o olhar sobre os livros, no sentido de criar certos estranhamentos em modelos “homogêneos”, pois, assim, se torna possível indagar esse objeto cultural e histórico de maneiras distintas. Em estudos sobre a análise do livro didático, destacam a relevância de problematizar, investigar e indagar a fonte - o livro -, dentro de um contexto de produção, que envolve relações de poder, em que estratégias discursivas e linguísticas são utilizadas para convencer um leitor modelo do que está dito nas páginas; ou seja, um leitor que o autor modela em sua mente, criando expectativas dessa recepção – cria-se um leitor modelo (ECO, 1979). Essa série de estudos, mostra como é complexa a análise, e mesmo a definição, de um gênero, sem posicioná-lo num contexto e sem compará-lo com outros que circularam antes, no período investigado ou depois dele.

Problematizando sobre o jogo dinâmico que envolve a produção de um impresso, a relação dinâmica entre o autor, o editor e o leitor, Galvão e Jinzenji (2011), por meio da análise de um impresso – Boletim Vida Escolar –, buscaram (re)construir o leitor visado. Para tanto, analisaram fundamentalmente o texto do impresso, percebendo, assim, a nomeação explícita do leitor e, explicitamente, observando o leitor pretendido através das temáticas mais abordadas no periódico. Assim como Choppin (2004) destaca a tendência das pesquisas se concentrarem na análise do conteúdo, os autores indicam que o conteúdo é sempre algo mais explícito no impresso, e que a análise de práticas de leitura, e a identificação de leitores, é mais complexa e difícil de apreender e compreender. É preciso, assim, problematizar todas as partes que compõem o ciclo de vida dos impressos, que segundo Darnton (2010):

[...] pode ser descrito como um circuito de comunicação que vai do autor ao editor (se o livreiro não assumir esse papel), ao impressor, ao distribuidor, ao livreiro e ao leitor. Por influenciar o autor tanto antes quanto depois do ato da escrita, o leitor completa o circuito (p.193).

A (re)construção dos leitores de um impresso pode ser feita através de uma análise do texto, no sentido de compreender os mecanismos discursivos (BATISTA, 2012) utilizados pelo autor, buscando descrever os procedimentos retóricos-discursivos que sustentam a abordagem da temática do impresso. Através da análise desses mecanismos, o autor fornece elementos para criar uma leitura desejada, assegurando, assim, que os efeitos visados sobre o leitor se realizem. Porém, apesar de o autor projetar um leitor, a prática da leitura permite que esse mesmo leitor vá se instituindo, ou seja, nesse ato o leitor também é produzido.

Assim, a temática de um impresso diz muito além de um conteúdo; diz de um texto que utiliza mecanismos discursivos com poder formativo e ideológico em determinados casos. Por exemplo, textos escolares, dependendo do período histórico e político, irão utilizar certas estratégias de convencimento, ora convencer pela emoção, pela identificação do leitor com o personagem, ora pela análise mais científica. Dialogando com os estudos de Galvão e Jinzenji (2011), compreende-se que o texto de um impresso supõe um leitor modelo, mas que, também, vai sendo instituído e produzido ao longo da leitura.

Nesse sentido, apreender um texto requerer entender a interdependência existente entre a autoria, os leitores e seus significados. O autor não é autônomo no ato de produção de um texto e seus significados, suas intenções não se impõem para os leitores, mas dependem deles. Sendo assim, apesar de se definir temáticas, linguagem, extensão do texto, usos de imagens, preço e o suporte do texto de um impresso em função de um leitor modelo, todo texto possui lacunas que serão preenchidas pelo leitor, em que significados são produzidos de modo específico e singular. Nas palavras de Chartier (2001a): “[...] cada leitor, a partir de suas próprias referências, individuais ou sociais, históricas ou existenciais, dá um sentido mais ou menos singular, mais ou menos partilhado, aos textos de que se apropria [...]” (CHARTIER, 2001a, p. 20).

Sendo assim, a análise de nossas fontes foi realizada de dois modos diferentes: o primeiro, como fonte histórica que nos permite entender a história da leitura e dos leitores em determinados períodos históricos e contextos culturais, considerando, para isso, estudos de Chartier (1999) ao relatar que “...a leitura é, em si, inventiva e criativa...uma história abrangente da leitura e dos leitores deve, assim, considerar a variação, de acordo com o tempo e o local, das condições de possibilidades e das operações e efeitos de tal invenção e criação”



(p.31). E, pelo segundo, o impresso é visto como objeto físico, no sentido de compreender e descrever o surgimento, a propagação e a permanência desse objeto. Assim, destacam-se as estratégias e regras de fabricação e publicação, a materialidade envolvida, a rede editorial, o formato, a estrutura e os recursos e técnicas gráficas utilizadas, dentre outras.

Em suma, com nossa pesquisa, não chegaremos aos leitores, mas a um suposto leitor almejado. Buscaremos chegar ao leitor, a partir das características do gênero *Folhinhas de Algibeira*; ou seja, visamos compreender as possíveis relações que os leitores estabeleciam com os textos que liam, bem como tentar perceber o leitor-modelo, pensado pelo autor e/ou editor.

Chegaremos ao possível leitor por vias indiretas, ao analisar e apreender características e escolhas do projeto gráfico/editorial, descrevendo as relações entre formas e usos, composições, estrutura, temática e as permanências e mudanças nas edições, bem como, recuperaremos leitores pretendidos, a partir do estudo do conteúdo do impresso e das estratégias discursivas e estruturais do editor.

Ainda retomando os estudos de Chartier (1988) sobre a história da leitura, o autor destaca que toda investigação sobre a história da leitura traz uma tensão, e afirma que essa tensão diz respeito à leitura, pois ela traz em si uma ambiguidade, ao mesmo tempo que é uma atividade produtora de sentidos singulares; ou seja, que permite apropriações e significações singulares, ela é uma leitura “autorizada” dentro do texto, no sentido de que o autor e todos os envolvidos no projeto de se produzir o livro imagina-se previamente um leitor-modelo. Nas palavras do autor, a leitura é: “prática criadora, actividade produtora de sentidos singulares, de significações”, mas o ele também acrescenta que “o leitor é, sempre, pensado pelo autor, pelo comentador e pelo editor”, como aquele que deve se submeter “a um sentido único, a uma compreensão correcta, a uma leitura autorizada” (p.123).

Assim, de um modo geral, a ideia é que os textos apresentam lacunas, cujo preenchimento é permitido ao leitor, e esse tipo de “mecanismo” é previsto pelo autor. Sobre essa relação, Eco (1979, p.37) utiliza a expressão “mecanismo preguiçoso”, para dizer que os textos se fazem pelos significados e apropriações dos seus leitores, mas, ao mesmo tempo que a leitura proporciona certa apropriação, o destinatário de um texto é “condição indispensável” para a própria organização estrutural e significativa do texto. Nesse sentido, o destinatário de um texto, pensado pelo autor, é o *Leitor-Modelo*. A estratégia textual envolve a previsão, por quem fabrica o texto, de um leitor com determinadas competências que possa oferecer conteúdo à produção do autor, que não se circunscreve apenas aos códigos por ele utilizados.

O Leitor-Modelo deve ser capaz de se movimentar dentro do texto, “interpretativamente”, como o autor se movimentou “gerativamente.” (ECO, 1979, p.37).

Assim, a partir da descrição e da análise dos usos que se fazem de um objeto cultural, de um texto, podemos chegar às práticas de leitura, aos leitores, às suas apropriações do que leem. No que se refere às práticas de leitura, alguns estudos, já em destaque aqui, para sociologia da leitura (LAHIRE, 2006), nos permitem afirmar que as práticas individuais encontram correspondência no social. As práticas dos leitores são, em certa medida, regidas tanto pelas regras de sua comunidade de pertencimento, quanto pela forma, pela materialidade do texto, alvo da leitura. Socialmente, o leitor aprende o que é ler. Ele não inventa sozinho um jeito de ler, uma maneira de se apropriar dos diferentes tipos e gêneros textuais. Os leitores nascem em uma sociedade, em um meio cultural que lhes informa como, quando, o que ler.

Nessa perspectiva, e ao tomar os pressupostos da História da Leitura, verificamos que diferentes recepções de um mesmo texto se relacionam com os próprios leitores. Os sujeitos são diversos em seu caráter, em seus humores, na pluralidade de suas aptidões e expectativas. Eles, também, diferem entre si no que se refere à idade, ao gênero, à escolarização e, portanto, fazem usos bem distintos de um mesmo texto (CHARTIER, 1988).

Nesse sentido, Mollier e Abreu (2011)<sup>16</sup> destacam que, a partir do final do século XVIII e ao longo do XIX, as relações entre as pessoas, por meio dos livros e dos escritos, se intensificam. O chamado “longo século XIX”, uma expressão de Eric Hobsbawn, segundo os autores, diz respeito a uma significativa ampliação no público leitor, devido a modificações tecnológicas, por exemplo, as modificações técnicas na produção do livro, assim como as melhorias no sistema de transporte, que favoreceram sua difusão e circulação, bem como a relação com o leitor.

Há, também, outros fatores que explicam a disseminação dos escritos e os mesmos autores destacam que, devido ao crescimento demográfico, ao aumento das concentrações urbanas e à expansão do sistema educacional – que passou a incorporar grupos sociais, até então excluídos da cultura escrita (p. 2); o número de leitores aumentou, especialmente, na Inglaterra, França e Alemanha. Além disso, segundo estudos de Jean Hébrard (1985), esse aumento de leitores favoreceu o mercado editorial numa produção de diferentes níveis, voltada para novos leitores, que, segundo o autor, estavam interessados, sobretudo, em publicações de cunho de devoção, livros práticos e de entretenimento.

---

<sup>16</sup> Trata-se do projeto de cooperação internacional intitulado “A circulação transatlântica dos impressos – a globalização da cultura no século XIX” que visa conhecer melhor os impressos e as ideias em circulação entre Inglaterra, França, Portugal e Brasil, no longo século XIX (1789 – 1914).

Analisar os impressos com vistas a compreender os leitores, também implica em tensões e problemas metodológicos. O conceito de apropriação de Chartier diz do modo como leitor recebe e usa esse texto; porém, ele traz consigo uma tensão operatória (CHARTIER, 1990) e é necessário chegar ao ponto de equilíbrio dessa tensão: de um lado, a crença de que o texto forma o leitor e, de outro lado, a liberdade total do leitor de criar sentido no texto. Na tensão entre esses dois pontos, Chartier (1990) ressalta a apropriação que implica que o leitor se encontra numa liberdade condicionada aos artefatos do texto. Sendo assim, o texto condiciona algumas leituras, estabelecendo possibilidades de apropriações, mas que não são determinantes.

A tensão operatória que a apropriação dos sujeitos possibilita é complexa, pois se ramifica em outras características e/ou aspectos que estão diretamente relacionados com os sentidos e significados produzidos a partir da leitura. Nessa tensão, há o diálogo entre as experiências particulares dos leitores, os modos e maneiras em que essa leitura será partilhada (oral/silenciosa; pública/privada; intensiva/extensiva), bem como as intervenções editoriais e a indicação do gênero. Sendo assim, o espaço de circulação do impresso, o suporte em que o texto será inserido, o tipo de material e certas características tipográficas, permitirão um sentido específico para essa leitura e, mais singular ainda, permitirão usos distintos do impresso.

Estudos de Chartier (1999) sobre a história do livro, indicam, e nos fazem reconhecer, que há uma estreita relação nas transformações ocorridas na cultura escrita a partir da história do livro, em que a cada novo suporte de leitura, novos pensamentos, mentalidades, novos usos, novos domínios e novas finalidades emergem e com isso surgem diferentes formas de apropriações dos sujeitos/leitores. Para esse autor, essas transições foram difíceis, pois modificavam os significados da escrita na sociedade. Em suas palavras:

No início da era cristã, os leitores do códex tiveram que se desligar da tradição do livro em rolo. Isso não fora fácil, sem dúvida. A transição foi igualmente difícil, em toda uma parte da Europa do século XVIII, quando foi necessário adaptar-se a uma circulação muito mais efervescente e efêmera do impresso. Esses leitores defrontavam-se com um objeto novo, que lhes permitia novos pensamentos, mas que, ao mesmo tempo, supunha o domínio de uma forma imprevista, implicando técnicas de escrita ou de leituras inéditas (CHARTIER, 1999, p. 93).

Desse modo, compreendemos a complexidade do conceito de cultura escrita, que envolve diferentes práticas, modos de fabricação dos impressos, usos e apropriações da leitura e da escrita por parte dos sujeitos. Ao mencionar a dimensão da história da escrita, Chartier (2001a) destaca a importância de situar práticas e objetos que envolvem os sujeitos na cultura do escrito, ou seja de:

[...] Outra dimensão [...] a da história da escrita, pois é claro que não se pode falar de uma cultura do impresso, da leitura dos livros impressos, sem antes situar essa prática ou esses objetos em um marco mais amplo, que é o que define em uma sociedade a cultura do escrito. E a cultura do escrito vai desde o livro ou o jornal impresso até a mais ordinária, a mais cotidiana das produções escritas, as notas feitas em um caderno, as cartas enviadas, o escrito para si mesmo, etc. [...] (CHARTIER, 2001a, p. 84).

Sobre práticas e objetos, cabe destacar, também, sobre o projeto gráfico de um impresso, uma vez que as escolhas tipográficas dos editores são indicativas de algo que eles pretendem alcançar em seus leitores. Frade (2000), em concordância com os princípios relativos a uma teoria da tipografia de François Richaudeau (1997), ressalta que “as escolhas tipográficas são indicativas de um certo projeto de leitura, os projetos de designers gráficos poderão indicar pistas para melhor entender a construção de sentidos e atos físicos de leitura...” (p. 115). Sendo assim, as escolhas tipográficas na impressão das *Folhinhas de algibeira*, sua organização temática, sua composição e formas, dizem muito uma fórmula editorial do impresso. Igualmente, remetem a um leitor que se pretende atingir e, ainda, podem indicar pistas quanto aos usos dos impressos. Sobre essa relação entre aspectos gráficos, leitores e modos de leitura, a mesma autora, ao comparar e chegar a pontos em comum entre impressos por ela investigados, destaca que,

(...) uma ideia geral sobre o tipo de leitor e de leitura pode levar à construção de um projeto gráfico cuja estrutura seja montada para estabelecer um certo tipo de pacto com o leitor. A observação das seções da revista; da mise en page, como a colocação das legendas, janelas e títulos, tipos e tamanhos de caracteres e sua distribuição na página, das manchas e espaços “em branco”, entre outros; podem evidenciar formas de direcionamento da leitura e tais questões indicam pontos comuns entre os suportes. (FRADE, 2000, p.113).

Sendo assim, é preciso compreender que essas indicativas são articuladas com as apropriações que cada leitor faz do texto. No entanto, conforme já foi ressaltado, embora se projete uma expectativa de leitor, as práticas de leitura podem ser diversas e singulares. Isso evidencia que as diferentes preocupações e expectativas do leitor sobre o texto geram vários modos de leitura.

Outra questão importante que problematizaremos nesse texto, é a relação das as *Folhinhas* com o que se caracteriza como literatura popular<sup>17</sup>.

Nesse sentido, nossas análises nos fizeram refletir, especialmente, sobre a relação entre o leitor e um impresso dito popular e, no caso do nosso tempo-espço, destacamos um cenário de leitores em que, aproximadamente, 80% da população não sabia ler nem escrever, então nos questionamos: o que é *popular*? É o leitor pretendido e idealizado, já que poucos

<sup>17</sup> Para aprofundamento ver: Roger Chartier et Hans-Juegen Lusebrink (1996) “Colportage et lecture populaire – imprimés de large circulation em Europe XVI- XIX siècles.

sabiam ler? Ou o uso desse impresso vai depender da sua reprodução oral para ouvintes? *Popular* é a forma do impresso? *Popular* é o leitor? *Popular* é o conhecimento que se pretende ser popularizado? *Popular* está relacionado à ampla circulação? O *popular* está no preço acessível? Essas questões são complexas e serão problematizadas na pesquisa, mas não resolvidas nela, tendo em vista que não há acordos sobre o que caracteriza o popular.

Considerando os estudos apresentados por Jean-Yves Mollier (2008), em seu livro “A literatura e seu público no mundo contemporâneo – ensaios sobre História Cultural”, o autor problematiza, inicialmente, que, quanto mais se fala no assunto relacionado à literaturas populares, menores são as chances de fato de percebê-las, em suas palavras “(...) fluidas como o mercúrio, correm por entre os dedos quando tentamos pegá-la” (p. 19).

De certo modo, o autor reforça que, na maior parte das vezes, é mais fácil dizer o que não é popular, do que definir com segurança o que é popular e que, numa visão clássica, os níveis sociais determinariam os níveis da cultura. Mollier destaca, também, que, no momento em que as práticas culturais e sociais são diversas, um mesmo material conhecerá uma pluralidade de usos. Além disso, ressalta, ainda, que a dicotomia entre o livro clássico e o livro popular não existia aos olhos do comerciante parisiense, uma vez que a ideia da casa do editor era satisfazer todos os públicos. Mas, o autor problematiza que o contexto social favorece toda uma evolução da edição popular francesa no sentido de compreensão da recepção das obras pelo público.

Nessa mesma perspectiva, na História Cultural, questões que envolvem o emprego da noção “popular” já vêm sendo problematizadas. Sobre essa ideia de popular, Chartier (1988) afirma que a divisão tradicional que opõe letrado e “popular” é extremamente problemática, porque, geralmente, “o popular é definido pela sua diferença relativamente a algo que não o é” (p.55); quando os historiadores reconhecem que a cultura do povo é constituída de elementos de origens diversas. Além disso, práticas culturais que podem ser tomadas como “populares”, em determinado período, podem se configurar como práticas de leitura partilhadas por toda uma sociedade. Para Chartier, é um falso problema saber se aquilo que é criado pelo povo, ou a ele destinado, pode ser denominado como “popular”. Segundo o historiador, importa identificar de que modo, nas práticas, nas representações e nas produções, diferentes formas culturais se cruzam.

Sobre a história da edição francesa, Mollier (2008) destaca, por exemplo, que na segunda metade do século XVIII, os impressores, livreiros e editores se veem motivados a procurar “uma otimização do lucro” (p. 23), buscando, assim, ampliar as possibilidades de acesso dos leitores ao objeto desejado. Além disso, através, por exemplo, do libreto teatral,

visavam produzir pequenas obras a bom preço, com uma impressão de pouca qualidade mas que fosse capaz de atingir um leitor que, até o momento, não se havia pensado. Mais categoricamente, “atingir as camadas ou categorias sociais que antes não haviam considerado o livro como um elemento possível de mobiliar seu espaço doméstico” (p. 24). A abordagem de tipo popular do público leitor chega com a restauração do formato da impressão dos pequenos *in-32*, em 1811, mais adiante, em 1838, o formato se reduz para *in-18*.

Conforme Mollier, “o desenvolvimento da imprensa a preço baixo, a partir de 1836, e a introdução do romance folhetim no rodapé do jornal, em 1839-1840 modificaram radicalmente as condições do mercado nacional”. (MOLLIER, 2008, p. 29). Em meados do século XIX, destaca-se a forte circulação de romances populares no mercado parisiense, e logo nacional, editados por quatro editores, cuja particularidade vem do fato de terem nascido no meio popular dos romances populares ilustrados a 20 centavos. Devido a seu baixo custo, o recurso tipográfico utilizado na impressão para produzir as ilustrações era a litografia, algo claramente inferior à xilogravura. O formato era de brochuras “in-quatro com duas colunas, num total, inicialmente, de 32 páginas e, logo depois, 16, formando um fascículo vendido por 4 sous” (p. 37). Além disso, buscando criar uma fidelidade dos leitores, a estratégia foi transferir os princípios de coleção para as publicações e, assim, vários cadernos poderiam ser brochados para compor um volume.

Desse modo, as inovações tecnológicas, práticas profissionais e a modificação da mentalidade se combinou de modo a provocar, cada vez mais, o aumento da possibilidade do público leitor até os anos de 1914 e a tendência estava sempre centrada na redução do preço e na amplificação do leitor visado, “os leitores recém-chegados à soleira do mundo da leitura” (MOLLIER, 2008, p. 28). Trabalhando, também, com a ideia de redução de preço e de amplificação dos leitores, Andries (1996b), ao mencionar sobre os almanaques, catecismos, livretos de contos populares publicados no século XVIII na França e enfatizar serem esses parte de uma literatura de circulação ampla, destaca que as estratégias editoriais foram sendo pensadas no sentido de oferecer um novo estilo de material, que mantinha a aparência familiar com o preço reduzido.

Os almanaques políticos, no entanto, não se identificam completamente com a literatura popular. Esta, fossem almanaques ou folhetos de contos, tinha no Antigo Regime uma rede de editores especializados, um catálogo de títulos e uma aparência padronizada (baseada em técnicas baratas de produção em série), que eram a sua marca registrada e que faziam com que fosse reconhecida pelo público como produções específicas destinadas ao povo” (ANDRIES, 1996b, p. 295-297).

Em atenção à noção de produção de série, redução de preço e amplificação de leitores, Mollier (2009), em seus estudos sobre a história do livro e da edição, busca relacionar a

história do livro com a da edição, no período compreendido entre o nascimento da edição, no final do século XVIII e início do século XIX, particularmente na França e Inglaterra. Ele destaca que é possível escrever sobre a história da impressão, fazendo um estudo dos aspectos físicos do objeto “livro”. Mas nos faz refletir, ao mesmo tempo, indicando estudos de Donald Mckenzie (1986) sobre a sociologia dos textos, numa perspectiva simbólica dos textos, ou seja, a produção de sentidos, os significados “relacionados à ínfima materialidade do livro”. (MOLLIER, 2009, p. 522). Nesse sentido, tal reflexão se aproxima dos nossos caminhos metodológicos, pois, por meio da descrição analítica que fazemos dos impressos selecionados para o estudo, compreendemos as possibilidades de produção de sentido e de usos relacionados a uma literatura que se pretende popular.

Os estudos sobre a *Bibliothèque Bleue* possibilitam compreender aspectos importantes sobre o que se considera como popular. Mollier (2009) destaca que, no período compreendido entre o final do século XVIII e início do século XIX, na França, se produziu a reforma da educação universal, o que levou à leitura em massa de textos produzidos em série, que possibilitaram o fenômeno da *Littérature Bleue* - “livros azuis” ou livros de bolso (p. 523). Essa literatura destinava-se a um mundo semi-letrado, em que se buscava transmitir informações sobre “as vidas dos santos, histórias de cavalarias e narrativas burlescas, que fariam a felicidade dos ouvintes mais do que dos leitores privados” (MOLLIER, 2008, p. 20).

Sobre o contexto de produção e de circulação dos livros da *Bibliothèque Bleue*, Mollier (2009); Andries (1996a e 1996b) e Braida (1996) destacam que esses impressos são explorados num circuito de venda nas ruas - *Littérature de colportage* -, a preços baratos, em brochuras pequenas (14cm x 7cm a 21cm x 15cm), apropriadas para serem transportadas nos bolsos. Sua impressão é rudimentar, grosseira, o número de páginas é variável, a qualidade do papel é ruim e, normalmente, as capas dos livros são de um papel azul-cinza, usado para embalar os pães de açúcar. Essa escolha é em função do preço de custo, nas palavras do autor "a capa é aquela escolhida em função do preço de custo: o mais frequentemente, trata-se de um papel azul-acizentado que serve para embalar os pães doces" (p.9).<sup>18</sup> Devido ao fato de esse papel de baixo custo ter a coloração azul, esses impressos ficaram conhecidos como em francês: *Bibliothèque Bleue ou Littérature Bleue*, e na tradução para o português, os “livros azuis”. O autor ainda acrescenta que a coloração azul do papel se relacionava, fortemente, a uma publicação popular e, mais especificamente, é a cor do papel pobre. Nas palavras do autor: “a cor é aquela do papel pobre que recobre os livros, cor que combina com o que dizem

---

<sup>18</sup> Tradução livre de: “la couverture est elle choisie em fonction du prix de revient: le plus souvent il s'agit d'un papier bleu-gris servant à emballer les pains de sucre” (p. 9).

os livros.”<sup>19</sup> Nessa mesma perspectiva, Chartier (2004) destaca que esse fenômeno dos livros azuis, uma produção e difusão em massa que atinge um público, que vai se ampliando, não é exclusivamente francês. Na Inglaterra ou Espanha, foi, também, nos séculos XVII e XVIII que se multiplicaram os livretos de ampla circulação, “destinados a um público que na maior parte é popular” (p. 261). Na Inglaterra, por exemplo, no século XVII, têm-se os *chapbooks* (ou livros de ambulantes) que são produzidos em grande quantidade, e a um preço irrisório. Na Espanha, é no século XVIII que têm-se os pequenos livretos de uma ou duas folhas, e uma difusão maciça, os chamados *piegos de cordel*<sup>20</sup>. Assim, “a Biblioteca Azul, portanto, não é uma originalidade francesa: ela se inscreve, com suas formas e conteúdos próprios, entre os impressos que os editores europeus, em diferentes locais, destinam à maioria” (CHARTIER, 2004, p. 262).

O *corpus* da Biblioteca Azul é caracterizado pela multiplicidade de gêneros/conteúdos dos seus impressos e, conseqüentemente, com isso visava-se, também, alcançar diferentes leitores. Por exemplo, o inventário do estoque de *Étienne Garnier*, em 1789, constituía-se praticamente de livros religiosos (42,7%), livros de ficção (28,8%) e as obras de aprendizagem e de práticas (26,8%). Desses livros, o autor destaca, também, que, em relação aos gêneros mais vendidos, em primeiro lugar estavam os livros religiosos, em especial os guias para a conduta e a devoção. Sobre os exemplares que compunham o estoque de uma das impressoras de Troyes, os livros de ficção ganhavam o primeiro lugar em quantidade (41,4%), em seguida vinham as obras de instrução (28,3%) e os livros religiosos (28,1%).

Nesse sentido, percebe-se que o acervo desses livros azuis é bem diversificado e, segundo Chartier (2004), os editores escolhiam os materiais diante da possibilidade de compra por um público cada vez mais diversos e, portanto, “suscetível de responder a uma expectativa compartilhada, seja ela da ordem da devoção, da utilidade ou do imaginário” (p. 270). Decorre desse fato, a heterogeneidade dos conteúdos, bem como das estruturas do próprio texto, que ora é de uma linguagem fixa, de devotamento, ora algo mais cotidiano. Em relação à matéria de ficção, compõe-se ora por histórias, romances ou contos que obedecem a certas estruturas narrativas e ora por histórias mais repetitivas que praticamente exigem a memorização. Desse modo, mais do que a variedade dos assuntos, está, também, presente a variedade das estruturas textuais e isso, de modo implícito, diz das diferentes competências culturais do leitor que “usa” esses impressos. Nas palavras do autor:

---

<sup>19</sup> Tradução livre de: “la couleur est celle d’un papier pauvre recouvrant les livres, couleur qui, s’assortit à celles livres disent” (p. 9).

<sup>20</sup> Para aprofundamento ver Botrel (1996).



os editores troyenses propõem ao seu público textos que formam uma série, seja pela identidade de gênero (vida de santos, contos de fadas, romances de cavalaria etc) seja pela unidade do campo de práticas em que são utilizáveis (exercícios de devoção, coletâneas de receitas, livros de aprendizagem etc) seja ainda por sua temática encontrada em formas diferentes (literatura da malandragem, discurso sobre as mulheres, paródias dos gêneros e das linguagens etc)” (CHARTIER, 2004, p. 270-271).

Ainda sobre o *corpus* da biblioteca, Andries (1996a) menciona ser esta uma literatura mais prática, com o caráter enciclopédico em que o objetivo dos editores era publicar obras que facilitassem a conduta da vida dos leitores e tratasse de assuntos das práticas cotidianas. Assim, utiliza-se a estratégia de redução e simplificação, em que as edições encurtam o texto, reduzem episódios, tiram certas informações que julgam desnecessárias. Nos romances, por exemplo, reduzem os textos que mencionam características supérfluas dos personagens, bem como partes da narrativa consideradas inúteis, e que não acrescentam ao desenvolvimento da narrativa de um modo geral.

O processo de adaptação passa, também, por um momento de reforma católica e, conseqüentemente, por uma censura. Assim, toda adaptação tinha um objetivo duplo “moralizar os textos que necessitavam disso, criar para todos os livros azuis as condições de uma nova legibilidade, simplificando e cortando o texto original” (CHARTIER, 2004, p. 273). Sobre essas estratégias editoriais e as relações com uma literatura popular, Lodovica Braidà (1996) menciona que a mesma reflexão pode ser feita em seus estudos. Ela destaca que os almanaques italianos, assim como o acervo da biblioteca azul, eram resultado de cópias, resumos ou adaptações.

Chartier (2004) ainda problematiza a relação livro e leitor dentro deste contexto dos livros azuis. Segundo o autor, “o livro azul não é forçosamente comprado para ser lido, ou pelo menos para ser lido numa leitura minuciosa, precisa, atenta à letra do texto” (p. 274). Afinal, devido às necessidades comerciais de uma edição barata que supõe baixos preços de retorno, algumas vezes as exigências, durante a preparação do material, são poucas e causam, por exemplo, nas obras de aritmética, erros de raciocínios que são incapazes de auxiliar os leitores com os cálculos reais na vida prática. Então, a leitura, de fato, não acontecia, ou pelo menos a leitura para o fim esperado não se justificava. Entretanto, essa inutilidade da obra não significava a sua queda de vendas, pois, para o leitor, a posse e o simples manuseio do livro talvez tivesse mais importância do que a eficácia prática.

Esse mesmo autor fala da Biblioteca Azul como uma fórmula editorial, “que dá ao objeto formas próprias, que organiza os textos segundo dispositivos tipográficos específicos...”. Em especial, ao mencionar sobre a expressão “popular”, ele problematiza que

os textos, em si, são todos do gênero da literatura erudita, o que os deixa com o caráter popular são os recursos tipográficos que os apresentam “usados na dupla exigência do menor preço e de uma leitura que não é forçosamente exímia.” (CHARTIER, 2004, p. 275).

Dessas características tipográficas, o autor destaca, também, que a extensão dos textos da Biblioteca Azul não é homogênea. Desse modo, a relação “vendedor-ambulante” e “textos curtos” não é uma regra. Variável, também, é a parte das imagens. O número de livretos com imagens não é muito elevado e, geralmente, quando a imagem é única, ela pode vir na página de títulos, e, assim, permite dupla significação. Ao mesmo tempo, evidencia o título e diminui o espaço dedicado à identidade editorial, instaurando uma relação com texto em seu todo. Mas também, essa imagem pode vir na última página, exercendo outra função, a de fixação da leitura do texto, “ela fornece assim a memória e a moral do texto” (CHARTIER, 2004, p. 277).

Já quando as imagens formam uma série, as ilustrações se relacionam mais estreitamente às passagens do texto. Em outros livros, por exemplo, essa série de imagens pode emancipar o texto e possibilitar práticas de leitura diferentes da prevista pelo próprio texto. Nesse sentido, nas palavras do autor

(...) o livro da biblioteca azul se distingue, portanto, dos outros primeiramente pelo seu aspecto físico: geralmente é um livro em brochura, normalmente encapado de papel, e de um papel que é mais frequentemente (mas nem sempre) azul... Ele se distingue também por seu preço. (CHARTIER, 2004, p. 278).

Sobre as leituras e os leitores dos livros azuis, Chartier (2004) ressalta que, no início do século XVIII, o público da Biblioteca Azul era, sobretudo, parisiense, urbano e não de imediato caracterizável como exclusivamente popular. Destaca, ainda, que esse público se modifica ao longo dos anos. Entre o período, por exemplo, de 1660 e 1780, nota-se uma característica de popularização e ruralização da leitura dos livros baratos. Durante esse período, essas publicações foram conquistando as aldeias da Lorraine, ao oferecerem materiais diversos, desde livros sobre “aprendizagem da leitura, decifração coletiva, pedagógica, leitura individual, memorização e até recitação” (HEBRARD, 1985 *apud* CHARTIER, 2004, p. 281), bem como “os livros de devoção, que constituem o essencial do seu comércio” (p. 284); além de oferecer a literatura da malandragem, ao apresentar ao leitor a figura “de homens marginais, falsos mendigos e verdadeiros ladrões, vendedores andarilhos...” (p. 287). A difusão desses livros “é feita por numerosos revendedores itinerantes que buscam atingir todas as clientelas possíveis” (p. 284).

Nesse sentido, progressivamente, esses livros foram se tornando um elemento da cultura camponesa “totalmente supersticiosa e rotineira que as elites revolucionárias

denunciarão” (p. 285). Perante a elite, os livros azuis são desqualificados, uma vez que ela condena seus textos desclassificados e despreza sua forma negligente. Todavia, o acervo da Biblioteca Azul não é composto, apenas, de romances fora da moda ou desacreditados. Nas palavras de Chartier (2004):

Mais do que na estrita sociologia de seu público, é, portanto, no modo de sua apropriação que reside a especificidade dos livros azuis: a leitura que eles supõem ou favorecem não é a das edições eruditas, enquanto na sua aquisição ou posse ocultam-se ligações que sua letra decifrada não esgota. (p. 285).

O *popular* também pode ser entendido na sua relação com a legitimidade dos produtos culturais. Lahire (2006), ao fazer uma sociologia da leitura e ao se debruçar sobre a teoria da legitimidade cultural, que “estuda essencialmente as distâncias e as relações socialmente diferenciadas com ‘a’ cultura, as funções sociais ‘da’ cultura e os efeitos sociais da dominação dessa cultura sobre os grupos mais carentes culturalmente” (p.37); verificou que os processos de distinção cultural ganham outras tonalidades quando nos voltamos para os indivíduos. Para o autor, as distinções podem constituir realidades internas de numerosos indivíduos que se encontram espalhados em diferentes classes e em frações de classes. Com as suas investigações, Lahire (2006) passou a evidenciar que não existe uma correspondência direta e necessária entre hierarquia das artes, dos gêneros e hierarquia social, escolar dos consumidores.

Assim, a ideia de popular que estamos adotando no contexto desta pesquisa, está diretamente relacionada à noção de uma literatura “para todos os bolsos e gostos” (EL FAR, 2006), o que sugere que tal impresso não está voltado para um único público. Essa noção dialoga com os estudos de Lise Andries (1996a e 1996b) e Diogo Ramada Curto (1996), que relacionam essa popularidade mais a uma dimensão de circulação mais ampla do que propriamente popular. Os autores, também, fazem essa relação com as características específicas de um tipo de literatura que se pretende popular (BRAIDA, 1996), pela identidade do gênero, pela fórmula editorial.

## 4.2 Almanques – a similitude com o objeto de pesquisa

O almanque ferramenta livro privilegiado, o mais difundido, o mais popular: é possível lê-lo sem quase saber ler, por que ele é composto de sinais astrológicos que uma vez seu código entendido, permite uma leitura elementar. (BOLLÈME, 1971, p.18).<sup>21</sup>

Neste tópico, vamos retomar os estudos sobre os almanques e suas características materiais e simbólicas, uma vez que esse gênero editorial se assemelha muito às fontes analisadas nesta pesquisa. Como início das problematizações, destacamos a citação de Bollème, que ressalta o almanque como o “livro privilegiado, o mais difundido, o mais popular: é possível lê-lo sem quase saber como ler, porque é composto de sinais astrológicos que, uma vez que um certo código é aprendido e conhecido, permitem uma leitura elementar” (BOLLÈME, 1971, p.18, tradução nossa).

No que tange ao surgimento deste gênero, Nova (1996) descreve que o aparecimento do almanque anual data da invenção da imprensa, século XV e seus primeiros redatores eram astrólogos e médicos (p. 18). Assim, os almanques traziam indicações astronômicas, predições relativas a mudanças de tempo, temperatura e acontecimentos políticos, ao lado de conselhos higiênicos e receita de medicina popular e notícias sobre vários outros assuntos. Traziam, também, divulgação publicitária. Park (1999) ressalta que, desde o século XVII ou, até antes, o almanque traz em sua publicação algo literário e editorial e é utilizado para difundir conteúdos de natureza diferente e isso possibilita abranger um maior número de leitores, pois pode ser ao mesmo tempo “útil e prazeroso, didático e de devoção tradicional esclarecido” (p. 10).

Nessa mesma perspectiva, o historiador inglês Peter Burke (2010), ao estudar sobre a cultura popular na Europa nos períodos compreendidos entre 1500 e 1800, destaca que os almanques, ao longo desse período, se tornaram um dos livros mais populares e que seu conteúdo pouco, ou quase nada, mudou, pois ofereciam aos seus leitores, ao longo dos anos e mesmos dos séculos, “os mesmos ensinamentos astrológicos, médicos, agrícolas e religiosos” (p. 340).

Em atenção às possibilidades de definições do gênero e suas dificuldades, Nova (1996) ressalta a dificuldade de definição da palavra almanque, pois, etimologicamente, há várias origens: do oriental, *man*, nome primitivo da lua; do *copta*, *al*, que significa cálculo e,

---

<sup>21</sup> Tradução livre de: “l’almanachs outil livre privilégié, le plus répandu, le plus populaire: il est possible de le lire sans presque savoir lire, parce qu’il est composé de signes astrolgiques qui, une fois sun certain code appris et si, permettent une élémentaire lecture”. (BOLLÈME, 1971, p.18).

*men*, memória. Também, *almaneg*, cálculo para a memória: do artigo, *al*, e do latim *manachus*, círculo representando a linha eclíptica dividida em doze partes para os doze signos. Em outra hipótese, do céltico, *al, mon, aght*, que significa a observação de todas as luas. Ainda, outra hipótese, do árabe, *al, o e manach*, contar. No “Diccionario Español de Términos Literarios – DETLI”, Botrel define almanaque como um guia ou algo que representa o tempo, um tempo civil, religioso e astronômico. É um livro que tem o cuidado de calcular o tempo para seus leitores, mesmo que um tempo imediato, o de um ano, bem como é um impresso que permite uma apropriação social e individual dos seus usuários:

Guia e semiologia do tempo, o almanaque, como artefato anual e de interpretação da conduta humana em relação ao tempo, é um produto da preocupação do homem para saber e governar o tempo, numa possível projeção individual em um futuro mais ou menos imediato... na origem dos almanaques está o cuidado para computar o tempo, a própria etimologia da palavra *al-manak*, quer dizer: contar, em árabe, de ahísu, componente fundamental descritivo-normativo, com a contabilização e divisão do tempo astronômico, religioso e civil em um calendário, para um regulamento público do tempo e sua apropriação individual, dia a dia....<sup>22</sup> (BOTREL, no prelo).<sup>23</sup>

Nesse sentido, Botrel (2003) faz uma reflexão sobre essa dificuldade na denominação e na definição desse gênero editorial, ressaltando que a multiplicidade de conteúdos que seu texto traz determina essa dificuldade na definição. Para o autor, esse impresso apresenta muita diversidade, tanto em sua forma material quanto em sua forma discursiva, o que perde a unidade do gênero e permite que este seja, cada vez mais, um produto editorial coletivo e heterogêneo. Embora haja problemas para uma definição, ao mesmo tempo, o autor reforça que é importante distinguir certos gêneros editoriais, como os almanaques, anuários e calendários, pois são justamente as especificidades que dão o formato e os denominam como tal. Em suas palavras:

calendário é um quadro que dá a data dos dias do ano, com sua distribuição em meses e semanas, isto é, a relação natural ou convencional entre os dias e os meses. O almanaque contém ainda as datas das festas (feriados), daquelas das fases da lua, os fenômenos astronômicos e outras indicações de interesse geral e normalmente os acompanha notícias curiosas e instrutivas. Quanto ao anuário, trata-se de um almanaque especial destinado a uma classe de pessoas que além das indicações naturais do almanaque contêm outras relativas a um domínio particular das ciências ou as artes(p.105).<sup>24</sup>

<sup>22</sup> Tradução livre de: Guía y semiología del tiempo a uno, el amanaque, como artefacto cronológico anual y único, es producto de la preocupación del hombre por conocer y regir el tiempo, para una más certera inscripción y, em la medida de lo posible, proyección individual en un futuro más o menos inmediato... Em los Orígenes del amanaque está el cuidado por computar el tiempo, de que da cuenta la propia etimología de la palabra *al-manak*, o sea: contar, em árabe, de ahísu componente descriptivo-normativo fundamental, com la contabilización y división del tiempo astronómico, religioso y civil en un calendario, para un regulamento público del tiempo y su apropiación individual, día a día... (p. 1)

<sup>23</sup> Jean- François Botrel - contribuição inédita para o Diccionario Español de Términos Literarios Internacionales (<http://cchs.csic.es/es/webpage/diccionario-espanol-terminos-literarios-internacionales-detli>)

<sup>24</sup> Tradução livre de: “calendrier est le tableau qui donne la date des jours de l’année, avec leur distribution em mois et semaines, c’est á dire la relation naturelle ou conventionnelle entre les jours et les mois. L’amanach comporte em plus les dates des fête, celles des phases de la lune, les phénomènes astronomiques et autres

O tempo e suas representações são elementos centrais desse tipo de publicação, que é similar nas Folhinhas. Segundo Botrel (2015), o almanaque é um gênero com uma finalidade explícita de socialização do tempo, e que traz, em sua forma textual, representações mais “arcaicas” e aspectos gráficos editoriais cada vez mais variados, que podem dar lugar a apropriações e usos diversos aos seus usuários.

Nessa mesma perspectiva, Ferreira (2001) menciona que há algo comum desse objeto, que é fortemente a sua marca: ele é, ao mesmo tempo, “guia” e “semiologia do tempo”. Embora não se possa afirmar, com certeza, e utilizando informações como a de Meyer, temos indício de que, no Brasil, as Folhinhas vieram antes dos almanaques, tendo em vista que sua produção data do início do século XIX.

Sobre a característica de ser “guia” e “semiologia do tempo”, Botrel (2001), destaca as definições de duas autoras Lodovica Braidà e de Vera Casa Nova. Elas reforçam que - por meio do calendário, informações sobre as fases da lua e as relações com a agricultura e a pesca, bem como, as informações necessárias para a vida civil ou religiosa, as interpretações dos signos dos zodíacos - o almanaque possibilita, ao leitor, constantes interrogações humanas sobre o tempo da vida, antes que chegue o tempo da morte e das obrigações da vida em sociedade (p. 17). Nesse sentido, é possível problematizar, justamente, a presença do tempo e as inquietações e reflexões que ele proporciona na vida das pessoas, seja no sentido de guia diário ou, num sentido mais amplo, o de representação do que se deve fazer com esse tempo durante a vida até que a morte chegue. Ainda sobre essa forte representatividade do tempo, a publicação dispõe essa delimitação exata do que se tem que fazer com tempo, num determinado período, e, mais especificamente, o tempo representado em um ano, pois os almanaques são publicados anualmente. Representa-se o tempo como guardião de tudo, pois quando ele se acaba tudo se acaba também, afinal, a morte chegou. Botrel (2001) destaca uma passagem escrita em um almanaque espanhol do início do século XIX, o calendário Mallorca:

cada ano morrem 30 milhões de pessoas, cada dia 82 mil e cada hora 3.400, podemos bem temer ser contados entre elas... por conseguinte agora que temos tempo, trabalhemos bem, fazendo bom uso deste calendário, antes que venha a noite da morte, em que ninguém pode fazer nada. (p.17).<sup>25</sup>

---

indications d'intérêt general, et les accompagne d'habitude des nouvelles les curieuses et instructives. Quant à l'annuaire, il s'agit d'almanach spécial destiné à une classe de personnes qui en plus des indications naturelles d'almanach contient d'autres relatives à un domaine particulier des sciences ou des arts...” (p.105).

<sup>25</sup> Tradução livre de: “cada año mueren 30 millones de personas, cada día 82 mil y cada hora 3.400, por lo que bien podemos temer ser contados entre ellas [...] por conseguinte ahora que tenemos tiempo, obremos bien, haciendo buen uso de este calendario, antes que venga la noche de la muerte, em que nadie puede obrar nada.” (p. 17).

“O tempo inventou o almanaque; compôs um simples livro, seco, sem margens, sem nada; tão-somente os dias, as semanas, os meses e os anos...” (ASSIS, 2001). Como indica Machado de Assis, o almanaque trouxe a língua das cidades e dos campos e, de repente, como um dilúvio universal, todos tinham, em mãos, um almanaque, um guia, para se marcar os dias, mais especificamente, um guia para se viver a angústia da efemeridade da vida. Junto com ela, a cada ano, chegavam com os almanaques novas primaveras, novas rugas, os cabelos brancos, versos, contos, anedotas e mil coisas recreativas, “o texto os imprime, esperança os brocha; é toda a oficina da vida” (p. 28).

Desde os almanaques mais antigos, até os atuais, sua organização se relaciona, diretamente, com o tempo, com a marcação do tempo, com as fases da lua, podendo, ou não, estar vinculado às questões astrológicas, agrícolas, mas de todo o modo, consolida-se uma relação entre o homem e sua organização de espaço e tempo (PARK, 1999). Através do calendário, do regulamento do tempo, do cômputo, da marcação do começo das estações, das indicações das festas móveis e feriados e, até mesmo, do calendário dos santos, no caso, por exemplo, da *Folhinha de Mariana* e das *Folhinhas de Algibeira*, solidifica-se, especificamente, a busca do homem de se viver dentro dos tempos religioso, civil, festivo, um tempo controlado socialmente.

A noção de tempo e a ideia de calendário estão fortemente relacionadas aos almanaques, pois, muitas vezes, calendário e almanaque são termos utilizados como sinônimos (PARK, 1999). Assim, esse objeto, o almanaque, estabelece junto aos sujeitos uma relação de contar, de marcar o cotidiano, em que se pretende um certo controle, uma previsão através do tempo. *Almanaque* é sinônimo, também, de boas novas, representa o início de cada ciclo. Esse impresso permite a mistura do profano e do sagrado. É um termo ligado à lua, que se pode caracterizar pelo lado feminino e intuitivo, estabelecendo relações entre os meses, as fases da lua e o ciclo menstrual das mulheres. Almanaque “dirige-se a quem lê pouco. Reúne e oferece um saber para todos: astronômico...utilitário...literário... e finalmente astrológico. Na sua forma popular interessa sobretudo ao pastor e ao camponês” (LE GOFF, 2013). O almanaque, ainda, é um impresso que não se apresenta como um manual, ele ensina, mas sem ser dogmático, ele é prazeroso e útil e isso é a grande lei de toda leitura popular. (BOLLÈME, 1969).

Sobre os saberes, as possibilidades de leituras e a pretensão de leitores, Nova (1996), em seus estudos, traz uma reflexão sobre os almanaques de farmácia e, mais especificamente, sobre a leitura social que esse tipo de material possibilita. Assim, como vários impressos localizados em nossa pesquisa, esse é um tipo de material, cuja leitura permeite que o leitor se

aproprie de modo diverso. Sobre os almanaques de farmácia, em atenção aos aspectos gráficos, editoriais e de conteúdo, a autora destaca um “recolhimento de dados de natureza diversa”, em que há um determinante que é signo gráfico verbal, mas há, junto dele, outros signos, como o visual e o cinético que integram a linguagem desse impresso; despertando, assim, multiplicidades de significados no momento da leitura. Além disso, a autora reforça que, nas entrelinhas desse material, há ideologias políticas, econômicas e religiosas que dialogam com esses significados.

Nesse sentido, ao analisar os almanaques de farmácia – *Biotônico Fontoura e A Saúde da Mulher* -, a autora ressalta que esse tipo de material revela marcas de uma época, traz um discurso ideológico próprio e, no seu conteúdo e na sua linguagem, tentará transmitir isso aos seus leitores. Reforçando regras de conduta a serem seguidas, por exemplo. Esse almanaque traz o calendário, informações agrícolas, fases da lua, horóscopo. No caso, a autora põe destaque nos sistemas de pensamento que são transmitidos para os leitores.

Park (1999) destaca que os almanaques farmacêuticos no Brasil, no século XIX, tinham a função da educação sanitária e moral. A autora enfatiza que o almanaque é visto como mediador entre a vida e a morte, porque traz, em sua letra, a marca do signo calendário. Em suas palavras: “(...) é um pequeno grande livro que desempenha seu papel político pedagógico, além de apontar e direcionar para o sentido da matriz vida e morte, ele próprio é marcado pela brevidade: um ano de duração.” (p.16-17).

Os almanaques de farmácia partiram do formato de jornal (uma folha de jornal dobrada duas vezes) similar à *Folhinha Eclesiástica de Mariana* e, ao longo do tempo, foram aumentando o número de páginas, de seções e de informações, misturando informações administrativas, litúrgicas e da vida civil.

Botrel (DETLI)<sup>26</sup> destaca que o que há de comum em todos os almanaques, é a presença de um discurso generalista efêmero e repetitivo para cada ano, em que a noção de guia do tempo se faz presente, a noção de predizer o que irá acontecer ao longo do ano. Está ali, descrito nas páginas desse impresso, um guia de consultas por motivos e funções diversas, seja por superstições, utilidades agrícolas, utilidades temporais, bem como informações religiosas. O autor acrescenta que a principal novidade dos almanaques do século XIX, é a mistura do aspecto literário, recreativo e enciclopédico, em suas palavras, define esse gênero editorial como uma “máquina textual” (p. 5), pois há, em seu texto, uma grande capacidade de permeabilidade de vários saberes e discursos, sejam sociais, científicos, literários.

---

<sup>26</sup> Jean- François Botrel - contribuição inédita para o Diccionario Español de Términos Literarios Internacionales (<http://cchs.csic.es/es/webpage/diccionario-espanol-terminos-literarios-internacionales-detli>)



Botrel ainda reforça que o almanaque foi um impresso de grande difusão, que sua publicação e circulação anual possibilitou um significado qualitativo na vida social e cultural da população, e que seu público era um leitor intermediário. Nesse sentido, esse livro era “[...] das pessoas que leem pouco, ocupa uma zona intermediária entre a cultura de pessoas comuns e a cultura das classes instruídas [...]” (p.6)<sup>27</sup>. Em resumo, para esse autor:

o almanaque ou o calendário é o - guia do tempo - que permite se inscrever e se projetar num tempo astronômico, religiosos e civil, o tempo para todos e mesmo que um tempo apropriado para cada um, com umas pretensões e previsões. Com a inserção de elementos informativos e recreativos, chegando a ser um gênero periodístico e literário, o livro com múltiplos usos de gente que lê pouco. (p.6).<sup>28</sup>

Destacamos que, no Brasil, os almanaques se popularizaram a partir dos anos finais do século XIX e num contexto de grande variedade (MEYER, 2001), no sentido de existir diferentes tipos de almanaques, sejam de farmácias ou laboratórios (*Fontoura, Saúde da Mulher, Bristol* etc.), os das livrarias (*Garnier, Bertrand*) e os almanaques de cidades (*Almanach de Pernambuco, Almanach de Jundiahy, Almanaque de Campinas*). Além da variedade de tipos de almanaques, havia, em todos esses impressos, uma significativa multiplicidade de conteúdos, uma junção de vários assuntos. Nessa perspectiva, Ferreira (2001) destaca a moção de "assemblage nos almanaques", que na tradução do francês significa juntos, no sentido de característica desse gênero editorial. Essa autora reforça, como outros autores já mencionaram, o caráter de "composto de saberes" e funções dos almanaques, por exemplo, apresentam em seu conteúdo forte caráter de guia e conselheiro em relação a assuntos variados: civis, religiosos, astrológicos, cosmológicos e ainda medicinais. Nas palavras da autora, a "concepção de almanaque cobre e recupera práticas e saberes dos mais antigos aos mais imediatos" (p. 20).

Sobre o formato, por exemplo, dos almanaques de farmácia, Nova (1996), destaca o formato intencionalmente popular desse impresso, máximo de 35 páginas, com dimensões 18,3 cm x 13,4cm. De forma similar ao que apuramos sobre a *Folhinha de Mariana*, esse almanaque também era dado como brinde nas lojas e, principalmente, era de interesse do homem do campo. A autora destaca, também, a predominância da seção destinada ao calendário dentro do almanaque. A necessidade de medir o tempo foi sentida desde os

<sup>27</sup> Tradução livre de: “[...] de la gente que lee poco, ocupa una zona intermedia entre la cultura de la gente común y la cultura de las clases instruídas [...]” (p. 6).

<sup>28</sup> Tradução livre de: “El almanaque o el calendario es la - guía del tiempo - que permite inscribirse y proyectarse en el tiempo astronómico, religioso y civil, el tiempo para todos al mismo que el tiempo apropiado por cada uno, con unas pretensiones predictivas, pronto puestas em duda y burladas por otros almanaques. Com la inserción de elementos informativos y recreativos, há llegado a ser un género periodístico y literário original, el libro multiusos de la gente que lee poco.” (p. 6).

primórdios da civilização e, aos poucos, o homem foi criando estratégias para medir o tempo. Segundo a autora, o calendário traduz sentidos que se resumem, basicamente, em duas grandes dimensões: a religiosa e a social. A partir da leitura desse calendário, seja pela dimensão religiosa ou social, vamos estabelecendo relações com o tempo ao longo dos dias.

A natureza é o princípio de significação do tempo. Os nômades olhavam para o céu e decifravam o tempo, os sumerianos contavam o tempo, observando os astros, aprenderam a relacionar a posição de estrelas com os acontecimentos cotidianos. Esse primeiro calendário, ainda bem rudimentar, possuía 12 divisões de tempo: o tempo do morador do santuário; o tempo de conduzir o gado para as pastagens; o tempo de cozer dos tijolos; o tempo das queimadas; o tempo em festival em honra de *Ishtar*; o tempo do lugar sagrado; o tempo em que se abrem os canais de irrigação; o tempo de arar; o tempo de semear; o tempo de colher as sementes e dois tempos incertos relativos à religião. “Trabalho e religião parecem, assim, serem elementos do processo de significação do calendário” (NÓVOA, 1996, p. 28). Os povos iam se organizando conforme as marés, o sol, a lua, migração dos pássaros. “Cada povo, um calendário, uma história...” (NÓVOA, 1996, p. 28).

O calendário é signo cultural (NOVA, 1996) – do latim *calendarium*, livro de contas. Ele representa, também, as relações de poder existentes na sua elaboração e edição, o poder da igreja, o poder da ciência, o poder do Estado, o poder econômico, político e ideológico também. A organização da vida do homem é realizada conforme a variação dos interesses da classe dominante. O conteúdo do calendário, dependendo de sua natureza, se relaciona às exigências da religião e da vida socioeconômica do povo, o calendário vai organizando a vida dos sujeitos, entre o trabalho e vida cotidiana, entre as festas e os dias normais.

A mística e a mítica da lua se relacionam com o ritmo da vida – os leitores de almanaques se interessam pelas fases da lua pois as relacionam simbolicamente com os ciclos de vida e também com fases de plantio. Além disso, as fases da lua também se relacionam aos 12 signos zodiacais. Nova (1996) destaca, ainda, que o sol representa a polaridade masculina, o poder criativo do espírito, a lua é a polaridade feminina.

Nesse sentido, o tempo indicado no almanaque é uma seção que desperta grande curiosidade nas pessoas, pois traz a previsão para o ano inteiro. Embora seja falível, quem não gosta de saber como será o tempo para todo o ano? Esse tempo é previsto sem previsão científica, mas conforme as fases da lua e as constelações, bem como há cálculos que se fazem para tais previsões, que estão no livro *Lunário Perpétuo* (BOTREL, 2003). Ainda no que tange ao tempo, o horóscopo nos almanaques se caracteriza como um tempo controlado

simbolicamente, por meio da profecia ou prognóstico, diferenciando-se do que ocorre com a previsão do tempo e com a agricultura.

Assim, percebe-se que os almanaques trazem uma dialética entre o sagrado e o profano, entre bons católicos e bons cidadãos, os feriados são dias de festas, evocam-se as figuras de santos e mártires, mostram-se pessoas que sofrem ou morrem por sustentarem sua fé, sua crença. Nova (1996) destaca que há, no almanaque, informações diversas e ele funciona como uma enciclopédia que reúne conhecimentos para instruir as pessoas, conforme afirmado por vários pesquisadores de almanaques em outros países. Destaca, ainda, que a ciência que se encontra nos almanaques é muito mais história que ciência (p. 60), pois ela é transmitida nos almanaques de maneira mais lúdica, popularizada. O almanaque de farmácia divulga tanto grandes cientistas, quanto grandes mitos da história universal e do Brasil. Nas palavras da autora, “...sendo o almanaque espaço de uma ciência caseira, localizamos também aí a medicina do lar” (p. 61).

Cabe, por fim, destacar que essa mistura de assuntos e conteúdos está presente nos almanaques desde o início de suas publicações, até os dias atuais. Bollème (1965) destaca, em seus estudos, alguns temas presentes nos almanaques dos séculos XVII e XVIII: festas religiosas, regulamento do tempo, signos astrológicos, fases da lua, eclipses, conselhos para viver bem, assuntos de divertimentos, assuntos de culinária, orações, provérbios e tais assuntos se reproduzem em vários outros almanaques e em diferentes épocas também. O que irá modificar, é a ênfase em cada assunto que terá que ser relacionada, diretamente, com o período histórico, social e econômico, bem como com o momento religioso (LE GOFF, 2013).

Acrescento, ainda, que essa permanência dos assuntos, essa similitude da estrutura dos almanaques que quase não se modifica, serve para se criar uma estabilidade e uma relação de facilitação e reconhecimento, no contato do leitor com o material (PARK, 1999). Talvez, a permanência seja pelo fato simbólico de que, se algo que está dando certo, é necessário continuar no mesmo ritmo. Isso também funciona, como processo editorial, para fidelizar leitores e produzir impressos que serão consumidos por muitos e por muitas gerações.

## 5 O IMPÉRIO, A RELIGIOSIDADE E A IMPRENSA BRASILEIRA: CLIMA CULTURAL E POLÍTICO PARA E NA CONSTRUÇÃO DAS FOLHINHAS

[...]. é muito difícil reconstruir o momento que inspirou o gesto. É preciso “calçar os sapatos do morto”, na definição preciosa de Evaldo Cabral, conectar o público ao provado, para penetrar num tempo que não é o nosso, abrir portas que não nos pertencem, sentir com sentimentos de outras pessoas [...].” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 20, grifo nosso).

A expressão de Evaldo Cabral “calçar os sapatos do morto”, citada por SCHWARCZ; STARLING (2015), faz a abertura do nosso capítulo, pois ela traz, em si, um significado muito relevante para nós, pesquisadores, que escolhemos estudar sobre Folhinhas publicadas no século XIX; um período histórico que não é o nosso. Significado este que remete à ideia de nos colarmos, simbolicamente, no tempo-espaço em que o nosso objeto de pesquisa se encontra. É, justamente, dizer que “história é empatia; é como calçar os sapatos do morto” (SCHWARCZ, 2008, p. 07), é adentrar em um tempo e em um espaço que não é nosso. Entretanto, ao caminhar com o calçado do morto, ampliamos a “leitura do universo social para além dos fatos mais imediatos do cotidiano” (NEVES, 2002, p.48); ou seja, nos tornamos capazes de enxergar as possibilidades de conhecer, compreender, refletir e sentir todo o contexto do período em que as Folhinhas circularam e difundiram ideias.

“Calçar os sapatos do morto” nos permite, também, a compreensão de que a pesquisa numa perspectiva histórica, “não é outra coisa senão um diálogo com ‘pedaços’ do passado e com o silêncio dos fatos” (LIMEIRA, 2008, p.06)<sup>29</sup>, o passado, então, deixa indícios da sua existência, conseguimos refletir sobre alguns rastros, mas a possibilidade de apuração da sua totalidade é inenarrável. Sobre essa reflexão, Limeira (2008), traz os dizeres do historiador francês H. I. Marrou:

[...] a história é o que foi ativo, esse passado que foi vivido realmente por homens de carne e de sangue, mas na medida em que nós o conhecemos. E só o podemos conhecer se legou documentos (...) resulta daí que nunca saberemos desse passado tudo o que ele foi, nem mesmo tudo o que somos capazes de desejar saber dele. (MARROU, *s/d apud* LIMEIRA, 2008, p.6).

Este capítulo trará uma breve contextualização do período Imperial, pois as Folhinhas, que fazem parte do *corpus* desta pesquisa, foram publicadas e circularam, nesse período,

---

<sup>29</sup> Essa reflexão foi inspirada nos estudos de Aline de Moraes Limeira (2008), sobre *Educação Particular e Publicidade no Almanak Laemmert (1844/1859)*, desenvolvido no Programa Nacional de Apoio à Pesquisa da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: [https://www.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/producao/pesquisa/educacao-particular-publicidade-almanak-laemmert-1844/1859//aline\\_de\\_moraes.pdf](https://www.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/producao/pesquisa/educacao-particular-publicidade-almanak-laemmert-1844/1859//aline_de_moraes.pdf). Acesso em: 25/11/18.

especificamente entre os anos de 1832 a 1889. Abordaremos, também, os estudos sobre a imprensa no Brasil, sobre a religiosidade brasileira, por meio das relações entre “o altar e o trono”, bem como discutiremos sobre as editoras das Folhinhas. A abordagem da religião, Estado e editora/edição permite compreender algumas relações fundamentais entre essas três instâncias e como elas repercutem na função e forma desses periódicos.

### 5.1 Período Imperial: a construção da nacionalidade brasileira<sup>30</sup>

No livro “Brasil: uma biografia”, as autoras Lilia Schwarcz e Heloisa Starling (2015) mencionam sobre alguns traços da história do Brasil, em especial, destacam a “difícil e tortuosa construção da cidadania” (p. 14), pela presença constante de avanços e recuos no âmbito político e social, o que nos permite dizer que a história do Brasil foi sendo construída a partir de ambivalências e contrastes. Nas palavras das autoras é uma história que

[...] ambiciona ser mestiça como de muitas maneiras são os brasileiros: apresenta respostas múltiplas e por vezes ambivalentes sobre o país; não se apoia em datas e eventos selecionados pela tradição; seu traçado não se pretende apenas objetivo ou nitidamente evolutivo, uma vez que carrega um tempo híbrido capaz de agenciar diversas formas de memória. Mais ainda, é mestiça porque prevê não só mistura mas clara separação...” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 14).

A construção da nacionalidade brasileira foi sendo formada nesse contexto histórico permeado por ambiguidades, conflitos, mudanças e permanências o que possibilita certa instabilidade. Isso remete à ideia de dificuldade da construção de uma identidade coletiva, ou seja, “o que um grupo considera ser e que, por conseguinte, o faz diferente dos demais” (GUERRA, 2003, p. 34). Primeiramente, pela própria dificuldade de definição de identidade – “até porque em um mesmo sujeito ela pode apresentar-se de maneira multiforme” (BERNARDES, 2003, p. 219)<sup>31</sup>. Também, pela relação direta com a ideia de polissemia dos conceitos de nação e pátria, que resultam em uma constelação de significados, bem como uma

<sup>30</sup> Para aprofundamento sobre a formação da nacionalidade brasileira no período Imperial ver: CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem & Teatro de Sombras. 2008. CARVALHO, José Murilo de (org). Nação e cidadania no Império: novos horizontes. 2007. JANCSÓ, István (org). Brasil: formação do Estado e da Nação, 2003.

<sup>31</sup> No texto: “Pernambuco e o Império (1822-1824): sem constituição soberana não há união”, o autor problematiza sobre a complexidade da noção de identidade, mencionando que tal noção pode ser fluida e está imersa no jogo político e nas diversas relações sociais, por isso tal identidade abrange dimensões individuais e coletivas que possibilitam a formação da identidade coletiva, ou melhor dizendo, assim como o autor, as identidades coletivas. Em suas palavras “a identidade seria para a história o que são o espaço e a paisagem para a geografia: dados incontornáveis, mas cuja inteligibilidade e sentido somente é possível apreender quando ultrapassamos seus elementos naturais, deles fazendo um território. Ou seja, um resultado mutável da história, da ação humana, de seus elementos de ordem mental, das disponibilidades técnicas, do peso dos homens e suas formas de existência e reprodução de sua vida social” (p. 220).

alternância constante de seus sentidos com o passar dos anos (GUERRA, 2003), uma vez que, os traços, elementos e composições constitutivos de uma identidade coletiva são múltiplos e abrangem diferentes dimensões.

Algumas remetem à constituição íntima do grupo, ao modo como se concebe o vínculo social: a união de seus membros e sua fundamentação - histórica ou filosófica -, bem como a articulação com os subgrupos que o compõem. Outras, intimamente relacionadas às anteriores, dizem respeito ao tipo de autoridade que o governa: sua legitimidade, os limites de seu poder, o regime político. Outras expressam as relações do grupo com a terra, com Deus, com o território e com outros grupos análogos - desde os mais próximos até os mais distantes. Outras, por fim, remetem ao campo dos valores, das virtudes dos sentimentos que dão vida a esses conjuntos ou a estereótipos sobre o gênio, o caráter e as qualidades e defeitos de seus membros. (GUERRA, 2003, p. 35).

O período imperial, assim como toda a história do Brasil, foi, também, marcado por momentos de avanços e recuos no âmbito político, social, cultural e econômico, bem como por uma “materialização de um projeto político que, na sua gênese, sequer rompia o estatuto colonial do Brasil, embora o colocasse em posição estratégica no mundo ultramarino português” (VAINFAS, 2002, p. 357). Cronologicamente, o Império brasileiro foi dividido em três momentos: o Primeiro Reinado (1822 a 1831), um período de formação e organização do Estado brasileiro, marcado pela disputa entre o imperador e a aristocracia rural pelo controle do Estado, e nessa fase surgem as primeiras instituições; o Período Regencial (1831 a 1840), momento de grande instabilidade política e econômica, período de rebeliões regionais que quase determinaram um esfacelamento do território nacional; e o Segundo Reinado (1840 a 1889), em que o progresso econômico foi marcado pela expansão do café e estabilidade política promovida pela alternância no poder entre liberais e conservadores (FAUSTO, 2015).

A proclamação de independência do Brasil não ocorreu da noite para o dia, foi fruto de um processo que se fez mediante a conflitos militares relativamente graves (FAUSTO, 2015) e paralelo ao da desarticulação do Antigo Regime na Europa<sup>32</sup>. Desde o final do século XVIII, as tensões entre as autoridades metropolitanas e os interesses dos colonos se multiplicaram, dando origem a movimentos que pregavam a separação da colônia portuguesa na América de sua metrópole. As conjurações do final do século XVIII revelaram a fragilidade do sistema colonial e podem, sem dúvida, ser consideradas o marco inicial do processo de emancipação política. Assim, numa perspectiva política,

[...] de fato, a proclamação da Independência do Brasil pelo herdeiro legítimo ao trono português apresentava-se como contraditória. Permitia duas leituras, uma, privilegiando o fato da ruptura apesar dos elementos de continuidade, a outra sublinhando a continuidade - neste caso, personificada na figura do monarca - para além da ruptura político-institucional. (ROWLAND, 2003, p. 369).

---

<sup>32</sup> Para aprofundamento ver (Dutra e Mollier, 2006); Guerra (2005)

A independência não foi um acontecimento, exclusivamente, de D. Pedro. Uma série de tensões foram colocando em crise o sistema colonial e o absolutismo. Portanto, a emancipação do Brasil foi particular e trivial: “se o movimento foi liberal, porque rompeu com a dominação colonial, mostrou-se conservador ao manter a monarquia, o sistema escravocrata e o domínio senhorial” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 222). Assim, a emancipação não significava a garantia de existência de uma nação (GUERRA, 2003). A independência foi um movimento de pressão de dentro e de fora, bem ilustrado pela vinda da corte. Dessa maneira,

noções bastantes frouxas de representatividade das instituições políticas se impuseram, mostrando como a Independência criou um Estado, mas não uma nação. Criar uma cultura, imaginar uma formação, pretender uma nacionalidade: aí estava uma tarefa para a agenda futura do Primeiro e, sobretudo, do Segundo Reinado. (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 222).

Nessa mesma perspectiva, Bezerra (2013), em seus estudos sobre *O império, a elite e o imperador: debates sobre a Europa na política externa brasileira do século XIX*, destaca que o Brasil do século XIX “é ainda uma colônia portuguesa que consegue manter a coesão territorial após sua independência [...]” (p. 12); e essa coesão se manteve mediante a presença de um governo monárquico. Então, podemos dizer que o Estado brasileiro foi criado, mas a nacionalidade ainda não, justamente por uma não-hegemonia de tradições, costumes, estilos de vida e composição populacional, bem como pela ausência de ideias hegemônicas por parte da elite intelectual que teoricamente estaria preparada para refletir sobre a sociedade, sobre o país, sobre a nação.

Assim, de um lado temos uma elite formada através das ideias da Corte, numa perspectiva fortemente relacionada à integridade do Império, em que “[...] a língua, a cultura, a religião, as próprias características étnicas das elites remetiam necessariamente às antigas metrópoles europeias” (ROWLAND, 2003, p. 366). De outro lado, há uma elite que se formará em terras brasileiras mediante a mentalidade de um Império formado através das práticas locais (VAINFAS, 2002). Tal ambiguidade dificulta a formação de uma nacionalidade brasileira:

Uma elite que continuava, portanto, a mover-se majoritariamente na órbita das tradições culturais lusas, mas que, embora senhora do aparelho de poder, não dispunha de uma consciência original para dotar o país com a alma e a personalidade de uma nação, enquadrando-o no modelo europeu. (VAINFAS, 2002, p. 545).

Em 1822, nascia, oficialmente, o país, o Brasil, e o modo como foi organizado “amparado na grande propriedade e no trabalho escravo, assumiria a natureza de um Estado antiliberal, fechado a qualquer mudança que implicasse alguma forma de democratização das

bases da sociedade e das relações de poder” (COELHO, 2003). Com isso, cria-se uma fórmula de estado imperial que produz o Estado “Tout Court”<sup>33</sup>, em que a noção de império no Brasil está vinculada à ideia de uma larga extensão dentro do mesmo território e de um processo de construção da nacionalidade herdado do colonialismo e do lusitanismo:

E a sobressair na construção das estratégias organizativas, controladoras e reguladoras do império do Brasil, herdeiro e gerenciador do passivo colonial, a sua ação política centralizadora e autoritária, eficiente, sem dúvida, para conter os processos que, em várias regiões do país, opunham-se, de alguma maneira, à centralização e à hegemonia das elites responsáveis pela montagem do aparelho de Estado brasileiro. (COELHO, 2003, p. 272).

Assim, diante de algumas concepções e associações, o império surge como “símbolo da união territorial desse país de proporções continentais, e a realeza como a melhor saída (possível) para evitar a fragmentação política e territorial” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 224). Na visão da elite, somente a presença de um rei poderia organizar e unir um país tão grande em extensão, e com tantas diferenças internas. Por isso, para o Estado brasileiro “a manutenção da Monarquia constituiu uma necessidade, à medida que o imperador não só exercia o papel de mediador em relação aos conflitos da elite como o de fiador supremo da ordem, em relação aos excluídos” (VAINFAS, 2002, p. 545). Desse modo, no período imperial, especialmente nas Regências, a mentalidade de criar uma identidade de nação brasileira estaria, de certo modo, mais ligada a uma ideia de conservação da ordem sustentada pela unificação territorial e legitimação das ideias, do que à noção de reflexão sobre elementos do povo brasileiro que pudesse ser constitutivo de uma identidade, uma nacionalidade.

Nesse sentido, destacamos que a ideia de império atribuída à noção de união territorial reflete, diretamente, na perspectiva de construção de nação no século XIX, que foi marcada por transformações em relação às definições de nação e uma significativa articulação com o Estado (BOTELHO, 2005). Assim, a etimologia da palavra *nação*, que remete em sua origem ao latim, “indivíduos nascidos numa mesma época ou lugar: no mundo animal, à ninhada” (GUERRA, 2003, p. 35), vai incorporando outros elementos que possibilitam a construção da nacionalidade, não somente o elemento de ter nascido num mesmo local geográfico.

Botelho (2005), em seus estudos sobre “Censos e construção nacional no Brasil Imperial”, destaca que a ideia representativa de nação vai se modificando ao longo dos anos, durante o período imperial. O autor constata essas modificações, a partir das definições de

---

<sup>33</sup> Remete à ideia de uma fórmula de estado conservador, com ideias de um tempo regresso e fortemente vinculado à ideia de zelo pela ordem no plano social e político, mencionada por Coelho (2003, p. 272), referenciando sobre os estudos de Wehling (1999, p. 87).



*nação* trazidas em diferentes publicações de dicionários do século XIX. Inicialmente, a definição se relacionava a “reino e senhorio”, passando, posteriormente, a uma definição que trazia considerações à noção de “cultura e governos comuns”. No final do mesmo século, nota-se uma articulação do conceito de nação com o de Estado e de cidadania, inclusive menciona-se as possíveis ambiguidades que a nação teria em relação aos Estados e à cultura, portanto “[...] ao findar-se o século XIX, o termo Nação aproximava-se do conceito de Estado, articulava-se claramente com o de cidadania, relacionava-se com os de povo e cultura” (BOTELHO, 2005, p. 321)<sup>34</sup>.

Algumas abordagens sobre a construção de Estado e de Nação, apresentadas por Botelho (2005), estão, de certa forma, relacionadas à construção da ideia de nacionalidade e de Estado no Brasil, no século XIX. Esse autor apresenta a equação “nação = Estado = povo” e, especialmente, povo soberano de Hobsbawm (1990). Além disso, destaca que, com o passar dos anos, outros elementos foram sendo incorporados nessa equação, como a “etnicidade, língua comum, religião, território e lembranças históricas comuns” (p. 322). Traz, também, a ideia de Tilly (1996) de que os Estados nacionais não se originaram de um modelo preconcebido, mas, sim, foram criados mediante “a necessidade dos embates com outros Estados e das lutas e negociações com classes diferentes da população” (p. 322). Por fim, esse autor nos mostra a estreita relação entre os processos de formação do Estado e da nação, por meio dos estudos de Bendix (1996), em que tais processos passam “pela possibilidade de afirmação de uma autoridade pública legítima, com base na burocracia, abrangendo todo o território a ela subordinado” (p. 323).

Nesse sentido, no período imperial, o processo de construção de estado e de nação foi marcado por lutas, conflitos e, especialmente, por anseios das elites em torno do projeto de construção da nação. Nesse contexto, “temas como o pertencimento à comunidade nacional, os vários critérios de definição da nacionalidade ou os padrões de relacionamento entre o Estado e a sociedade devem ser continuamente resgatados e articulados” (BOTELHO, 2005, p. 323). Todavia, nesse período, a construção e a difusão de uma identidade nacional não foram tão consolidadas quanto na república<sup>35</sup> (BOTELHO, 2005), pois a construção da identidade de uma nação perpassa pela similitude, pela ideia de unidade de vários elementos que constituem a sociedade. Entretanto, a imensidão territorial do Brasil gerava uma carência

---

<sup>34</sup> Para aprofundamento ver Botelho (1998) e Hobsbawm (1990).

<sup>35</sup> Botelho (2005) indica para aprofundamento: ver Oliveira (1990), Motta (1992), Garcia Jr. (1993), Gomes (1996) e Carvalho (1998).

de integração regional que dificultava a unificação de estilos, tradições e composições populacionais. Desse modo:

[...] apesar da unidade linguística e religiosa, o imenso espaço geográfico conservava-se, como tão bem caracterizou Capistrano de Abreu, um amálgama de regiões distintas, separadas por suas tradições, estilos de vida e composição da população, consolidando-se somente como uma unidade política pela força das armas em 1823 e, no ano seguinte, por uma Constituição Outorgada[...]. (VAINFAS, 2002, p. 544).

Nessa mesma perspectiva, destacamos que, em meados do século XIX, uma nova mentalidade cultural no Império surge, e está diretamente relacionada à ideia de construção da nação brasileira. Essa mentalidade, segundo Priore e Venâncio (2001), era a de procurar “vestígios de antigas civilizações, que teriam existido no interior do país antes da chegada de Cabral” (p. 208), para, assim, compreender a história do povoamento do território brasileiro e descobrir elementos que possibilitariam o entendimento e a valorização da identidade nacional brasileira. Tais investimentos foram promovidos pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), e essa instituição “reproduzia o modelo centralizador imperial”, em que as províncias deveriam se ocupar de organizar e enviar documentos e relatos regionais para a capital, que teria a função de escrever a “história do Brasil” (p. 210). Assim, “misturando arqueologia com poesia, linguística com romance de folhetim, pintura com ópera, foram elaboradas, representadas, divulgadas e debatidas explicações de como o Brasil se tornou brasileiro.” (p. 215).

De modo similar, Vainfas (2002) destaca que, especialmente nos anos de 1837 e 1838, a criação de uma série de instituições, todas sob o controle do poder central, tinha como objetivo “identificar e moldar a personalidade do país/nação oficial” (p. 545). Nesse sentido, além do IHGB, havia o Imperial *Colégio de Pedro II*, o *Arquivo Público* e as obras históricas, literárias e artísticas. Todas elas, além de identificar e moldar a personalidade da nação brasileira, buscavam a unidade territorial, como um desafio e um programa histórico (MAGNOLI, 2003) diretamente herdado do colonialismo, numa perspectiva de unidade política e territorial. De todo modo, em atenção aos levantamentos censitários, Botelho (2005) destaca:

Creio poder perceber na elite política e intelectual brasileira, no que diz respeito às preocupações com os levantamentos censitários, um comportamento marcado por um movimento que vai da contagem dos habitantes do Brasil, ainda pautada pelas preocupações herdadas da situação colonial, para o esforço em medir a nação, o que por sua vez estaria articulado não mais com interesses metropolitanos, mas com temas como a implantação de políticas públicas (fim da escravidão, por exemplo), a questão eleitoral e o próprio reconhecimento do rosto que assumiria o povo brasileiro. (BOTELHO, 2005, p. 325).

Nesse sentido, e de modo geral, o Primeiro Reinado, então, se caracterizou pela manutenção da ordem tal como ela se apresentava no período colonial. As estruturas sociais mantiveram-se as mesmas; continuava reinando o latifúndio, a monocultura, a agroexportação, o escravismo e a dependência externa.

A primeira constituição do Brasil, de 25 de março de 1824, garantiu plenos poderes ao imperador e determinou, entre outros temas: a) a criação de uma monarquia hereditária, constitucional e representativa; b) o estabelecimento de quatro poderes, Executivo, Legislativo, Judiciário e Moderador. Este último era exclusivo do imperador e estava acima dos demais. Esse poder dava, ao governo imperial, um caráter autoritário. O imperador poderia, por exemplo, nomear, ou destituir, juizes e até dissolver a Assembleia Geral. Dessa maneira, Dom Pedro I pôde conciliar seus princípios absolutistas com um regime baseado em uma Constituição, que pouco valia diante de sua vontade; c) sistema eleitoral censitário; d) Catolicismo como religião oficial; e) submissão da Igreja ao Estado; f) a proibição das religiões africanas, sendo permitido o Protestantismo desde que em cultos domésticos ou em locais que não tivessem a aparência externa de templos. O documento seguia o modelo liberal francês, “prevendo um sistema representativo, baseado na soberania nacional.” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 234).

Os constantes desmandos do imperador acabaram por isolá-lo politicamente. A presença ostensiva dos seus conterrâneos no governo, criou um clima de tensão que culminou na Noite das Garrafadas, em 12 de março de 1831, quando brasileiros e portugueses viveram uma verdadeira batalha nas ruas do Rio de Janeiro. Como as armas disponíveis eram as garrafas, o conflito foi batizado de Noite das Garrafadas (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

Por outro lado, Pedro I se viu envolvido na questão da sucessão do trono português, em virtude da morte de seu pai, em 1826. O imperador do Brasil, que era o herdeiro do trono português, determinou que sua filha mais velha assumisse o poder em seu lugar. Mas a princesa foi impedida pelo irmão de seu pai, Miguel, que tomou o poder. No dia 7 de abril de 1831, Pedro I abdicou do trono brasileiro em favor de seu filho, Pedro de Alcântara, e voltou para Portugal, onde conseguiu recuperar o trono depois de derrotar o irmão. Mas seu reinado durou pouco: morreu em 1834. Pedro II, então com seis anos, estava impossibilitado de assumir o trono e o Brasil passou a ser governado por regentes eleitos pela Assembleia. Tinha início o Período Regencial. “Os ensaios de governo cidadão e federativo voltariam ao palco anos seguintes, assim como as manifestações de ordem, mais ou menos, popular. Dessa vez, porém, o barulho soaria tal qual eco: a partir das demais províncias do país.” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 242).

“Dizem que o som do silêncio, às vezes pode ser ensurdecedor. No período das Regências, que se abria no Brasil com a abdicação de Pedro I em 1831, a história confirma a expressão” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 243); pois o Período Regencial foi um período marcado pela forte instabilidade política, pela ausência da figura do imperador e pelo surgimento de movimentos separatistas regionais.

O período de 1831 - com a abdicação de D. Pedro I – até os anos de 1848 - foi caracterizado por uma significativa força descentralizadora e um ímpeto separatista (PRIORE; VENÂNCIO, 2001) e a elite imperial lutava pelo contrário, buscava-se fortalecer um projeto monárquico, em que o império deveria utilizar a força para manter a ordem, bem como, a ideia de formação de uma identidade coletiva deveria ser consolidada e a noção de unificação prevalecia, justamente para justificar a construção de uma nação brasileira. Desse modo, a elite imperial ordenou o massacre dos rebeldes das províncias que lutavam pela descentralização, mas também:

procurou criar instituições que viabilizassem o projeto monárquico. Os intelectuais vinculados a esse projeto investiram, por sua vez, no combate aos movimentos separatistas, mostrando que os “brasileiros” constituíam uma nacionalidade com características próprias. Em outras palavras, para ser viável, o Império deveria não só se impor através da força, como também por meio de boas instituições e de uma identidade coletiva que justificasse a razão de ser da nação que estava se formando” (PRIORE; VENÂNCIO, 2001, p. 210).

Diante a tanta instabilidade social, o único consenso possível, foi antecipar a maioria política do menino Pedro, afinal, “aos olhos dos políticos locais, somente o monarca Pedro II, o único nascido em território brasileiro, poderia garantir a unidade frágil do país e acalmar os ânimos...” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 266). Assim, os políticos brasileiros, e grande parte da população, acreditavam que a grave crise que o país enfrentava era fruto, principalmente, da falta de um imperador forte e com poderes para enfrentar a situação, “por isso preparou-se um golpe, o golpe da maioria, e o maior ritual público que o Brasil já conheceu. O teatro da pouca idade do soberano” (p. 266). Assim, se instaura o Segundo Reinado.

A evolução da política interna do Segundo Reinado constitui-se por três pontos primordiais: a pacificação interna – a restauração da ordem interna, com a repressão às revoltas regenciais, em que se destacou a figura de Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias; a centralização política – o fim da autonomia provincial através da Lei de Interpretação (1837), a reforma do Código de Processo Criminal (1841) e a expansão da cafeicultura – superou a dificuldade econômica, reestabelecendo uma balança comercial positiva para o país. Sobre esse período, Botelho (2005) destaca que, “a construção de uma

ordem política mais sólida, permitindo a superação dos conflitos e incertezas característicos do período regencial, esteve na raiz da consolidação da monarquia brasileira” (p. 328).

Os partidos políticos do século XIX (Liberal e Conservador), embora fossem rivais na luta pelo poder, mantinham características comuns: o afastamento das camadas populares do processo político e a defesa da manutenção da estrutura escravista e agroexportadora. Durante todo o Segundo Reinado, liberais e conservadores se alternaram no poder, defendendo os interesses da mesma aristocracia.

A introdução da produção de café, no Brasil, foi o grande responsável pelas transformações na economia do país, a partir da segunda metade do século XIX. Na primeira metade do século XIX, já era cultivado no litoral da Região Sudeste. A partir de 1830, tornou-se a principal fonte econômica do Vale do Paraíba fluminense. Mas, é a partir de 1850, no Oeste Paulista, que ele se tornou o “rei café”. A popularização do consumo internacional do produto tornou o Brasil o principal produtor mundial e fez surgir uma nova aristocracia no Sudeste, os barões do café. A produção brasileira do café tinha como destino os mercados da Europa e dos Estados Unidos. Na década de 1880, o café era responsável por mais de 60% das exportações brasileiras.

A década de 1850 ficaria associada à estabilidade financeira e ao momento de paz que o país experimentava. O Rio de Janeiro, que sentia mais de perto as mudanças e a urbanização da cidade, passava por uma revolução. O modelo era Paris, apesar de oscilar entre bairros elegantes e ruas onde se notava o trabalho escravo e dos libertos (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 276). Articulando nosso objeto de pesquisa a esse período, que tinha Paris como modelo, destacamos e constatamos que algumas das Folhinhas que analisamos para essa pesquisa, publicadas entre os anos de 1840 a 1889, trazem, na carta ao Leitor, informações e/ou referências à vida em Paris. Por exemplo, as *Folhinha civil e ecclesiastica para o anno de 1858*, *Folhinha de Quinquilaria Litteraria para o anno de 1858* e *Folhinha Homeopatica de 1860* mencionam assuntos sobre moda e destacam a cidade de Paris como um lugar onde todos se vestem elegantemente. Na *Folhinha para o anno de 1861*, há ainda alguns versos fazendo a mesma referência:

Oh! Se Paris occupasse  
Tanta gente a se vestir  
‘Stou certo que não se achasse  
Tanta grisete a fogir.  
Porém, é tal a influencia  
Que tem hoje le Bresil;  
Que as grisétes de Excellencia  
Fogem todas mil a mil  
Quem nunca teve cabeça  
Não precisa de chapéo:

Mas antes que a moda cresça  
 Vá sobindo a cópa ao céu:  
 Nem tudo que luz é outro  
 Há muito chapeo de couro  
 E de seda até bolim:  
 Por isso digo que a moda  
 Que põe a cabeça à roda  
 Essa é moda, é moda... sim!” (p. 31)

O século XIX ficou conhecido como a “era dos nacionalismos”, mas, no Brasil, criar uma nação seria bastante complexo, sendo esse um país de grande proporção continental, com uma população heterogênea e com elementos particulares (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 284). Desse modo, apesar das relações entre Estado e nação serem estreitas e articuladas, os estudos de Reis (1985), sobre a especificidade brasileira na construção da nacionalidade, nos ajudam a refletir sobre a complexidade desse processo. Para esse autor, no período imperial, a perspectiva de criação de uma centralidade do poder, no que tange à necessidade de criação e fortalecimento do Estado em um território geograficamente tão imenso quanto o Brasil, sobrepôs a ideia de busca por uma nacionalidade. Dessa forma, “os artífices dos emblemas da Nação, ao abrigo das condições ideológicas do Império, e porque construíram um discurso de continuidade, de permanência, plasmaram uma identidade nacional ancorada no passado colonial.” (COELHO, 2003, p.282).

Nesse mesmo contexto, destacamos a Guerra com o Paraguai (1864-1870), que se apresenta como um elemento significativo na formação da identidade brasileira (BOTELHO, 2005), pois “converteu-se em uma experiência coletiva fundamental [...] para a criação de uma identidade nacional” (VAINFAS, 2002, p. 545), uma vez que mobilizou a população a ponto de modificar, materialmente e mentalmente, as pessoas e, apesar da brutalidade do recrutamento, desenvolveu nos sujeitos a ideia do nacionalismo, do patriotismo.

Concomitantemente, a guerra do Paraguai foi o princípio do declínio da monarquia brasileira (SCHWARCZ; STARLING, 2015). Iniciou em 1865 e acabou em 1870 e seus reflexos foram além dos campos de batalhas, “revelando as contradições da sociedade escravista e transformando o exército em um importante agente político” (PRIORE; VENÂNCIO, 2001, p. 229). Nesse sentido, a partir de 1870, o Império brasileiro enfrentou diversas crises. Essas crises foram representadas, principalmente, pelas questões militares, religiosas e servis, que, ao fazerem o governo imperial perder suas bases econômicas, militares e sociais, culminaram com a Proclamação da República. Isso porque o campo de batalha, também, despertou na população, os ideais de liberdade e justiça, pois o “Brasil era não só um país majoritariamente analfabeto, mas também um país onde quase a metade da

população era de escravos.” (LUSTOSA, 2008, p.14). No entanto, a noção de nacionalidade ainda se mantinha fragilizada na mentalidade do povo brasileiro:

embora a Guerra do Paraguai tivesse fugazmente despertado os sentimentos populares, o país permanecia dividido. Entre o *país real* dos escravos e miseráveis e o *país oficial* da elite dos bacharéis e barões do café. Entre as multidões dos analfabetos e a limitada camada culta. Entre o interior arcaico e a capital europeizada. Entre as modas modernas nas ruas e a precariedade da vida nos cortiços. Entre uma política clientelística de favores e o arcabouço de um Estado parlamentar. Entre o exército cotidiano das práticas mais tradicionais da colonização portuguesa e o desprezo pela herança ibérica, sublimada em nome do progresso e das Luzes do século. Nessas condições, continuava faltando ao Brasil a alma de uma nação. (VAINFAS, 2002, p. 546).

Nesse sentido, o processo de construção da nacionalidade brasileira, no período imperial, foi se consolidando ao longo do século e articulou-se com o processo de construção do Estado, em que alguns elementos eram reconhecidos como fatores que se relacionavam com a ideia de nacionalidade - por exemplo, questões geográficas, dados da população, políticas públicas, questões intelectuais -, todos eles articulados na possibilidade de criação de uma identidade nacional, o povo brasileiro. Destacamos, ainda, que “todo esse o processo de construção da nação foi também um processo de reconhecimento de seus componentes, ainda que de maneira hierarquizada [...]” (BOTELHO, 2005, p. 325), bem como um processo que foi se formando diante das “construções políticas que refletiam interesses e projetos sociais e econômicos mais amplos” (ROWLAND, 2003, p. 371).

É, então, com uma nação a ser produzida que os impressos investigados contribuem, construindo e dando a conhecer aos supostos leitores de uma população com baixo índice de alfabetização a história brasileira, sua literatura, sua língua, suas leis, suas instituições públicas, os ritos civis e eclesiásticos que reúnem essas relações no tempo de um ano.

Desse modo, trazendo a ideia de nação refletida nas Folhinhas, podemos dizer que esse impresso traz, em seu texto, uma ideia clara de socialização vinculada ao tempo. Mais especificamente, podemos remeter essa socialização a uma estratégia editorial de difusão/transmissão de ideias da nacionalidade de um povo num determinado tempo e espaço, ou seja, a noção de fazer circular entre os leitores informações, valores, condutas de um contexto histórico. Assim, os assuntos apresentam temas e funções relacionadas ao tempo e sua representação na ordem civil e/ou religiosa. Esses temas são recorrentes na maioria das partes iniciais das Folhinhas que vêm antes de assuntos específicos, que as caracterizam como uma Folhinha diferente. Por exemplo, a seção “Feriado” aparece em todas as Folhinhas do acervo, e, nela, se pretende anunciar feriados religiosos e civis. Essa seção geralmente traz uma “Tabella dos dias que, além dos domingos e dias santos de guarda, são feriados nos

juízos da primeira e segunda instancia e no Supremo Tribunal de Justiça, nas causas commerciaes, conforme o Decreto desta data.” (Folhinha de saude para o anno de 1857, p. 75).

Nesse mesmo exemplar, as seções de *Dias de Grande Galla e Pequena Galla, Epocas do Brasil, Epocas Geraes* e a *Ferías para o Fôro*, noticiam as datas (datas históricas e religiosas, cortejos) selecionadas para serem comemoradas, vivenciadas ou guardadas. Além disso, informações próprias sobre o funcionamento e organização dos tribunais e juízos do império. Evidenciamos, também, as seções que mencionam o corpo diplomático, os senadores e deputados. Inclusive, há, nelas, as Condecorações brasileiras do Império<sup>36</sup>, que são distinções honoríficas criadas por D. Pedro I como recompensas de ações ilustres e reconhecimento público. Ou seja, os políticos mencionados nas Folhinhas ganharam as condecorações por serviços prestados à Coroa e ao Brasil. Há, ainda, informações sobre a composição da Casa Imperial, com a seção “Augustissima casa imperial”, que, ademais, estima um leitor que se interessa pela estruturação da família real ou que pode cultuá-la.

Sobre a história do Brasil, notadamente, destacamos a seção “Noticia geográfica do imperio do Brasil” da *Folhinha de d’Algibeira ou Diario civil e ecclesiastico, do ano bissexto de 1832*, na qual há informações geográficas e históricas sobre o país e sobre a província de Minas Gerais (comarcas, cálculo das altitudes e latitudes e informações sobre o supremo tribunal da justiça em Minas). Nela se mencionam a descoberta do Brasil e fatos marcantes da história do país no que tange à política até o ano da publicação da Folhinha e é reforçada a característica do governo da época: “monárquico, hereditário, e representativo...” (p. 102). Além disso, esse impresso traz informações detalhadas relacionadas à geografia do país, como direções geográficas, clima, assuntos sobre rios, bem como dados populacionais, a divisão do Brasil em 18 províncias e, por fim, descreve que nosso país é constituído de 1 arcebispo, 6 bispados e 2 prelazias. Salientamos, ainda, a seção “Breve noticia do Imperio do Brasil” da *Folhinha de algibeira para o anno de 1839* que traz informações idênticas às da seção acima citada, mas acrescenta dados referentes às capitais, número de habitantes e renda anual de outras províncias, além de Minas Gerais. Essa mesma Folhinha traz um texto muito singular sobre a regulação do tempo, o lugar dos calendários nas diferentes nações e a relação do ano solar para o uso civil e do ano lunar para o uso eclesiástico:

---

<sup>36</sup> Para aprofundamento sobre Condecorações brasileiras do Império. Ver: COIMBRA, Álvaro da Veiga. “Noções de Numismática: Condecorações (II)”. *Revista de História*. São Paulo, v. 24, nº. 50, jun. 1962. pp. 527-558. COIMBRA, Álvaro da Veiga. “Noções de Numismática: Condecorações (VI)”. *Revista de História*. São Paulo, v. 32, nº. 65, mar. 1966. pp. 231-247.



Todas as nações policiadas contão o tempo, seja o passado ou futuro, por periodos, que dependem dos movimentos dos Astros, he esta uma das causas, que distinguem homem civilizado do selvagem [...] Há duas especies de anno usados pelas diversas Nações do Universo, a saber: annos solares, e annos Lunares: o anno Solar he medido pelo movimento apparente do sol, ao longo da Ecliptica (...) O anno Lunar he composto de 12 lunações (...) Os Arabes e os Mulsumanos contão por annos Lunares, os Hebreus não contarão por outros. Porém as Nações mais policiadas e esclarecidas de hoje, [*sic*] tem procurado combinar as duas especies de anno acima referidps: isto já fizerão os Athenienses por meio do famoso Cyclo Aureo, inventado pelo Mathematico Meton. He o que se faz ainda hoje na Europa, e em geral os Catholicos Romanos, que vão adaptar o anno Solar para o uso Civil e o anno Lunar para o uso Ecclesiastico, como fazião os Hebreos. (*Folhinha d' algibeira* para o anno de 1839, p. 6-7).

Percebemos, nesses exemplos, os modos como se cria e representa a imagem do Brasil e como a palavra impressa pretendia divulgar essas imagens e informações sobre o Império e seu funcionamento aos seus leitores.

## 5.2 “O altar unido ao trono”: as relações entre o sagrado e o profano

“Approvamos o presente calendario, que nos parece exacto, e aproximado ao Directorium, para os usos d’esta Diocese. Palacio da conceição, 24 de maio de 1856. Manoel, Bispo Capellão-Mor, Conde de Irajá.” (*Folhinha de Saudade* para o anno de 1857, p. 2)<sup>37</sup>

As relações entre a Igreja e o Estado são significativas no contexto da nossa pesquisa, pois os impressos, por nós analisados, – as Folhinhas - trazem a relação entre o sagrado e o profano num mesmo material, por meio da mistura hierárquica, e não predominante, pois os assuntos de ordem eclesiástica estão sempre nas páginas iniciais das Folhinhas, mas não são os assuntos de maior predominância e volume. Assim, no processo de análise das Folhinhas, nos questionamos sobre: como relações entre o sagrado e o profano são estabelecidas em um impresso de larga circulação em país de catolicismo pouco institucionalizado, ou paroquial, no dizer de Gilberto Freyre, ou, ainda, de um cristianismo moreno, na expressão utilizada por Eduardo Hoonart, como é o brasileiro?

Em função desse questionamento, elencamos, como título deste tópico, uma reprodução do título do livro de Riolando Azzi (1992), “O altar unido ao trono – um projeto

---

<sup>37</sup> Ao apresentar já na segunda página da publicação uma aprovação de um bispo, sugere-se certa força/poder da igreja, no sentido de uma instância legitimada socialmente que aprova tal publicação que não é, por sua vez, um impresso exclusivamente eclesiástico. Essa aprovação nos permite refletir também sobre leitores estimados, pois quando se coloca a chancela de um bispo espera-se que seus leitores reconheçam tal legitimação, desse modo, sugere-se um leitor com certa proximidade aos assuntos religiosos. Conforme já destacamos, esse é um período histórico de fortalecimento da igreja, o que significa que ter uma chancela de um membro religioso é importante para a valorização do impresso no âmbito da sua produção e circulação.

conservador”. Na obra, o autor menciona a “união” das instituições Igreja e Estado no Brasil, por meio do regime de padroado, especialmente no período imperial, e nos faz refletir sobre as relações entre essas instituições e sobre a influência do pensamento católico na formação da sociedade brasileira. Sobre essa influência, Hoonart (1990) destaca, inclusive, que há duas forças sociais que modelaram o pensamento dos brasileiros em relação à religião. Em suas palavras

[...] podemos falar de duas forças sociais que modelaram o modo de pensar dos brasileiros em termos de religião: a força da instituição oficial (a missão) e a força da devoção. Por onde a instituição oficial construiu igrejas e catedrais, conventos e mosteiros, a devoção construiu uma multiplicidade de santuários que vão desde os santuários domésticos (os oratórios) até os centros de romaria que até hoje congregam milhares e milhares de devotos por ocasião das festas anuais. (HOONAERT, 1990, p. 67).

A história do catolicismo no Brasil está diretamente relacionada com a história do Brasil como um todo, com a formação da identidade brasileira. A grande heterogeneidade e miscigenação da nossa população reflete na formação do catolicismo, que, nas palavras de Thales Azevedo (2002), é um catolicismo “fora do figurino”, ou, na expressão de Eduardo Hoonart, um “cristianismo moreno e mestiço”, que remete a uma ideia de algo que não é bem ordenado e alinhado (HOONAERT, 1990). Ainda, na perspectiva de Gilberto Freyre (1987), um catolicismo pouco institucionalizado e pouco ortodoxo, um catolicismo luso-brasileiro que trouxe, em sua configuração, a mistura da religiosidade portuguesa com influências indígenas e africanas, que, diante das reformas católicas estabelecidas pelo Concílio de Trento<sup>38</sup>, com o regime de padroado, regulava as relações entre Igreja e Estado. Desde a vinda da Coroa Portuguesa para o Brasil, a relação entre religião e política era estreita e a preocupação era ter a religião católica com um elemento básico da organização da nação.

Nas palavras de Freyre (1987): “daí ser tão difícil, na verdade, separar o brasileiro do catolicismo: O catolicismo foi realmente o cimento da nossa unidade” (FREYRE, 1987, p. 30). Assim, caracterizou-se um catolicismo com a presença de leigos na condução da religião, ou seja, clérigos e leigos unidos pela devoção (HOONAERT, 1990), num movimento de um esforço de conquista do espaço religioso no Brasil Imperial (AZZI, 1992).

---

<sup>38</sup> Para aprofundamento ver Riolando Azzi (1992) - O modelo de igreja inspirado no Concílio de Trento, remetia à ênfase na autonomia em relação ao poder civil e fortalecimento do poder hierárquico. A ideia era uma reforma que fosse aplicada em relação ao clero liberal e ao catolicismo luso-brasileiro, marcadamente devocional. Nas palavras do autor, para realizar a reforma “em primeiro lugar era necessário, segundo a ótica episcopal, modificar a vida moral dos clérigos, conduzindo-os a [sic] observância mais estrita do celibato eclesiástico e ao mesmo tempo a [sic] aplicação mais expressiva às atividades especificamente religiosas. Em segundo lugar, era necessário reformar também a vida do povo, substituindo suas crenças devocionais, de cunho marcadamente familiar, por expressões religiosas de caráter mais clerical, com ênfase no aspecto sacramental, segundo o espírito tridentino” (p. 30).

O catolicismo no Brasil apresenta aspectos plurais, diversificados, complexos, não sendo uniforme nem unívoco, “por razões históricas ligadas ao modo em que este [país] foi cristianizado” (AZEVEDO, 2002, p. 11, destaque nosso). Diante da pluralidade das culturas locais do Brasil, a diversidade étnica e racial, a ideia de um catolicismo “unificado” foi um equívoco. Cada região e cultura apresentava suas particularidades em relação à experiência com a religião, por isso, a expressão de que o catolicismo brasileiro é “fora do figurino” já apareceu na primeira metade do século XIX. Com as impressões dos viajantes, dos imigrantes, fixava-se a ideia de um catolicismo que não funcionava como programado pela oficialidade da Igreja, uma vez que apresentava suas particularidades e até “irregularidades” (AZEVEDO, 2002). Conseqüentemente, a religião no Brasil representava, para muitos, algo de reduzida seriedade (HOONAERT, 1990).

Diante das singularidades, Azevedo (2002) destaca o caráter positivo dessa originalidade do catolicismo brasileiro, pois, mesmo sem se enquadrarem nos dogmas da igreja católica, e não seguirem sistematicamente os preceitos da Igreja Católica, os brasileiros se consideram católicos, no sentido pleno, e, na maioria das vezes, sem a presença da Igreja, sem o sustento institucionalizado.

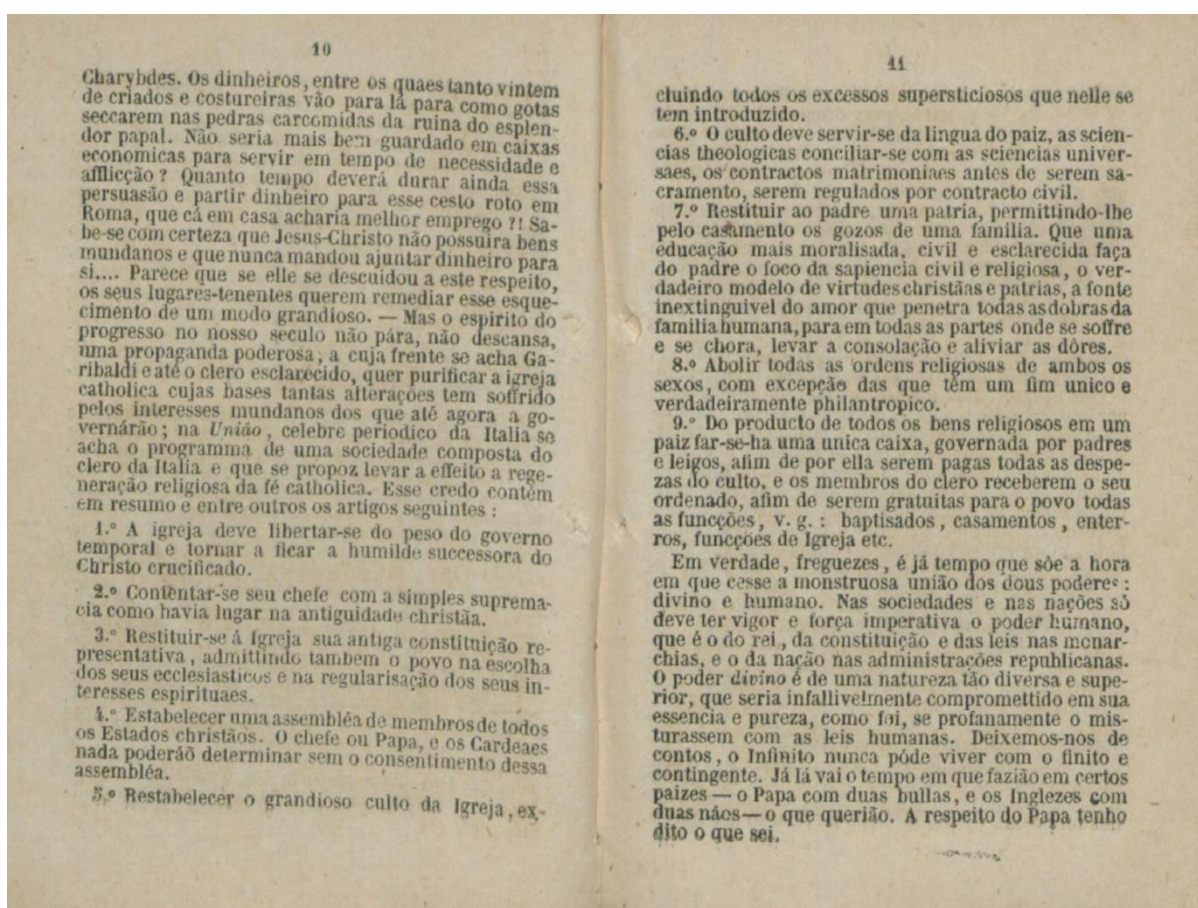
De forma lapidar: muito santo pouco sacramento, muita reza pouca missa, muita devoção pouco pecado, muita capela pouca igreja. Um catolicismo antes epicurista que estóico, antes “dionisíaco” que “apolíneo”. Tudo isso sem quase nenhum sustento institucional especificamente católico, num vasto campo religioso eventualmente aberto às mais diversas institucionalizações provenientes dos horizontes culturais do País. (AZEVEDO, 2002, p. 13).

A ideia de um catolicismo sem sustento institucionalizado está diretamente relacionada à concepção de um catolicismo “familiar”, em que a familiaridade entre santos e homens era impressionante (FREYRE, 1987).

O catolicismo no período imperial está situado, justamente, nesse caminhar civil e eclesiástico misturados, mas, ao mesmo tempo, também, numa busca de autonomia do poder religioso. Desse modo, o império brasileiro, no que tange à questão da religião, especificamente do catolicismo, situa-se em dois momentos da religiosidade: por um lado, um catolicismo trazido do período colonial, um catolicismo de cunho leigo, devocional e familiar (AZZI, 1983), em que as fronteiras entre o clero e laicato se misturam (HOORNAERT, 1990, p. 69); e, por outro lado, uma progressiva romanização da Igreja do Brasil, em que a igreja começa a ganhar legitimidade no que diz respeito a uma instituição hierárquica cujo funcionamento acontece paralelo ao Estado, num regime de colaboração. Assim “[...] paulatinamente, os bispos trocam a ênfase na defesa do Trono por expressões sempre mais explícitas de fidelidade ao Pontífice Romano” (AZZI, 1992, p. 114).

Sobre essa mistura entre o civil e o eclesiástico e, mais ainda, sobre a busca de autonomia do poder religioso, localizamos em um uma das Folhinhas que fazem parte do nosso *corpus* um trecho da carta ao leitor. Essa carta reproduz alguns artigos de um programa religioso feito pelo clero italiano, que representa, de modo significativo, essas relações entre o Estado e a Igreja, no que tange a uma união; porém, com reconhecimento que são dois poderes distintos e que nem sempre se é possível a unidade. A carta indica, ainda, que a ideia de progresso da nação tinha alterado as bases dos preceitos da Igreja católica diante das leis mundanas e, assim, busca-se uma regeneração religiosa da fé católica:

**Figura 3** - Folhinha para o ano de 1863



**Fonte** – E. & H. Laemmert, Rio de Janeiro. Referência APM: OR: Folhinha para o ano de 1863. Século XIX. Cx. 21.

Nesse sentido, Hoornaert (1990) menciona que, desde o início do século XIX, com a abertura dos portos, em 1808, a ideia de romanização, ou maior internacionalização do cristianismo brasileiro, já estava sendo pensada, justamente, pela característica de um catolicismo que era fora do comum. Inclusive, a América Latina era vista pelas autoridades eclesiásticas como a “terra por excelência do erro pagão a ser conduzida à verdade católica”

(p. 132). Ou seja, tinha-se a ideia de regularizar o campo religioso do Brasil a partir da orientações e diretrizes da Santa Sé, ou seja, da Cúria Romana (AZZI, 1983).

No Império brasileiro, a Igreja era unida ao Estado, mas submissa a este, através do regime do Padroado. Ao relacionar Igreja e Estado no Segundo Reinado, Riolando Azzi (1992) menciona coincidências e tensões entre essas instituições, pois, apesar da oposição da Igreja em relação ao pensamento de cunho científico e liberal, havia a ideia clara de que a união entre essas instituições era a melhor maneira de estabelecer a ordem social. Para o autor, “[...] existe, portanto, certa coincidência entre as metas da Igreja e as do Estado, o que não chega a impedir momentos de grande tensão entre o regalismo imperial e o ultramontanismo clerical.” (p. 8).

O imperador tinha o privilégio de intervir nos assuntos eclesiásticos, nomeando sacerdotes e criando igrejas. Na prática, a Igreja tornara-se uma instituição pública. Além disso, o imperador tinha o direito de examinar os atos da Santa Sé (aqueles mandados pelo papa) e somente após o consentimento do monarca é que entrariam em vigor no Império. Em 1864, o papa Pio IX proibiu a ligação entre a Igreja Católica e a maçonaria, rendendo conflitos entre o governo brasileiro, notadamente influenciado pela maçonaria, e a Igreja Romana. Os bispos brasileiros que optaram por obedecer à Santa Sé, passaram a ser perseguidos e presos pelo governo. Esses religiosos foram anistiados em 1875, mas o caso resultou em um afastamento entre a Igreja e o Império.

Nesse sentido, a época colonial em meados do período imperial foi marcada pelo catolicismo numa concepção de Cristandade em que o monarca estava revestido pelo poder divino, e os bispos atuavam como delegados da Coroa, pois ao monarca eram dados o poder e a tarefa de organizar a vida política e eclesiástica do povo brasileiro. Assim, “dentro da mentalidade vigente e no modelo eclesial de cristandade, a ordem espiritual e temporal se uniam e se confundiam com frequência. Os interesses políticos e econômicos se imiscuíam com os interesses religiosos, e vice-versa” (AZZI, 1992, p. 68). Todavia, o movimento na busca de uma maior autonomia na esfera religiosa começa nos anos de 1840, no Segundo Reinado. Apoiados pela Cúria Romana, buscava-se a autoridade pontifícia e, com isso, os bispos passaram a vislumbrar no Romano Pontífice a verdadeira fonte do seu poder religioso.

Azzi (1992), menciona, então, que a presença de concepções religiosas diferentes resultou numa vigência do modelo de Igreja imperial que não foi pacífica, em que emergiram conflitos internos, “crise institucional do modelo”, resultando, assim, em uma mobilização pouco significativa da presença da Igreja nos assuntos relacionados às questões sociais da população brasileira.

A questão religiosa no Brasil, é permeada por tensões, apesar de uma visão de muitos autores de que o povo é um “povo pacífico” e que resolve tudo “na santa paz” (AZEVEDO, 2002). Há, inclusive, uma frase que representa muito bem a relação pacífica e tão próxima dos cidadãos civis com a Igreja Católica, com a ordem religiosa: “Deus é brasileiro” (AZEVEDO, 2002; SCHWARCZ; STARLING, 2015). Todavia, durante a história do nosso país, percebemos contradições no populismo da Igreja católica, bem como uma grande distância entre a religião católica e a religiosidade popular, que é possível constatar através de

uma série de querelas surgidas entre autoridades civis e eclesiásticas, assim como realça a distância cultural enorme existente entre a Igreja e a religião popular. Isso desmistifica o assim chamado “caráter normal”, quase “conatural”, da presença do catolicismo neste País, o “maior País católico do mundo. (AZEVEDO, 2002, p. 16).

Paradoxalmente, embora sendo um país muito religioso, em alguns momentos nota-se o anticlericalismo, por exemplo, nos anos de 1870, quando os Bispos do Pará e de Pernambuco, Dom Macedo Costa e Dom Vital, respectivamente, se opunham às confrarias religiosas que mantinham maçons entre seus membros. A Coroa, como tinha poderes de intervir nas questões religiosas através do regime de Padroado, solicitou aos bispos que aceitassem as confrarias. Quando esses se recusaram a obedecer, foram presos.

Desse modo, cabe destacar que, no período imperial, havia certa distância entre o discurso ético pronunciado oficialmente e a sua prática efetiva (AZZI, 1992). Ou seja, havia, claramente, limites entre o discurso proferido pela hierarquia eclesiástica e o que, de fato, na prática tinha valia. Em outras palavras, notava-se um discurso respeitado, mas, se esse, de alguma maneira, desorganizasse a estrutura da ordem social vigente, o Estado, imediatamente, ofereceria obstáculos a esse discurso. Além disso, é nítido o paradoxo da igreja católica, uma instituição religiosa que busca se fortalecer e se estabelecer autonomamente e, ao mesmo tempo, pretende se consolidar dentro da instituição estatal.

A hierarquia afirmava repetidas vezes que a voz de Deus devia ser superior à voz dos homens, e que a fidelidade ao poder público não deveria ser mantida quando contradissesse o primado dos valores espirituais. Na prática, porém, o enunciado funcionava em termos análogos a este: **é importante conduzir avante a primazia do poder espiritual, desde que isso não implique em alteração da ordem constituída.** Embora tal atitude possa parecer oportunista, não se deve esquecer que a questão é bem mais complexa, e é decorrente do paradoxo de uma instituição que, por um lado deseja a própria autonomia e por outro pretende viver e consolidar-se dentro do aparelho político do Estado” (AZZI, 1992, p. 7, grifo nosso).

A ideia de uma relação de “colaboração” da Igreja, mediante a tarefa de “manter a ordem”, já constituída pelo Estado é nítida na palavra imprensa das Folhinhas, especialmente, nas máximas ou pensamentos apresentados ao final de cada mês. A noção de comunhão entre as ideias dessas instituições se consolida no sentido de guiar, aconselhar e convencer os

sujeitos de que, para a formação de uma verdadeira nação, ideias religiosas e civis precisam caminhar juntas, mesmo que uma se sobreponha a outra. As máximas trazem, em seu conteúdo, um diálogo entre pátria e religião. Sempre ressaltando a importância da vida nos moldes dos ensinamentos relacionados à vida na sociedade e à vida na religião. Sempre com tom moralizante, querendo induzir a certos comportamentos para uma vida mais cordial entre os povos.

Tal perspectiva reforça os estudos de Nova (1996), já mencionados no capítulo anterior. Os almanaques do século XX trazem um perfil de valorização da nacionalidade numa relação de “comunhão” com a religião. Nesse sentido, os ideais do cristianismo e do patriotismo circulam nesses impressos, com o intuito de convidar aos leitores a “uma ação ao mesmo tempo cívica e religiosa” (NOVA, 1996, p. 59).

A progressiva clericalização da Igreja foi, também, uma característica do catolicismo brasileiro no período imperial que, através do modelo tridentino, que diz respeito à ideia de salvação eterna como missão da Igreja, enfatiza a necessidade de uma estrutura hierárquica dessa instituição. Por meio dessa hierarquia, os bispos destacam a importância do maior controle do clero, no que tange aos assuntos de cunho religioso. Nesse sentido, o período imperial foi marcado por esse projeto de união entre o altar e o trono, união essa nem sempre pacífica, uma vez que a Igreja buscava seu espaço como uma instituição autônoma, porém dentro da conjuntura do Estado. Assim, mesmo ressaltando no discurso da ética eclesial que a Igreja cuidaria da alma dos povos e o Estado dos corpos, as relações entre essas instituições eram estreitas e de submissão da Igreja ao Estado, uma vez que a primeira tinha função tradicional “de colaboradora do Estado na manutenção da ordem.” (AZZI, 1992, p. 85).

Acrescenta-se, ainda, que essa função era exercida sem questionamentos ou oposições, a intenção clara era de colaborar fielmente com os princípios do Estado. Nas palavras de Azzi (1992), sobre essa relação de colaboração da Igreja ao Estado:

Não havia questionamento, mas simples aceitação e defesa da ordem política e econômica vigente [...]. Em suma, a Igreja dispunha-se a defender o poder político e a ordem estabelecida, sem preocupação alguma em questionar nem a autêntica legitimidade desse poder nem a justiça dessa ordem. (p.85).

Numa visão mais cronológica, retomando Azzi (1983), o catolicismo no Brasil se fundamentou, inicialmente, na *Cristandade Colonial* (1549- 1759), cuja característica é a “dependência do projeto colonial lusitano” (p. 11): o rei cuida de todos os assuntos religiosos, através do regime de Padroado; e na perspectiva da Cristandade, interesses políticos e religiosos se unem, mas com a total submissão da Igreja ao Rei. Após esse período, a partir de

meados do século XVIII, a cristandade e todo o projeto colonial entram em crise. Dessa forma, surge um catolicismo na chamada *Crise da Cristandade* (1759 – 1840). A Igreja permanece fiel ao projeto colonial, mas emerge uma crise interna entre os religiosos, uns com ideias mais conservadoras, defensores dos interesses lusitanos e os outros com as ideias mais liberais, na defesa da independência do Brasil. Toda essa crise se estende durante o Primeiro Reinado e período Regencial. Acrescentamos, ainda, que a relação da Igreja com o Estado, durante esse mesmo período, foi de colaboração, no sentido de contribuir com o poder civil como forma de se manter dentro da estrutura de governo, que primeiro era política, antes de ser eclesiástica.

A partir de 1840, a Igreja vai se constituindo e apresentando características diversas, iniciando, assim, um momento de Romanização da Igreja (1840-1962), com o modelo eclesial implementado. Apesar de, ainda, manter a dependência com outra instituição, muda, agora. Ou seja, antes a Igreja dependia da Coroa Lusitana e passa, nesse momento, a depender e seguir as orientações da Santa Fé, da Cúria Romana, pelas quais a doutrinação da fé prevalece, tendo por base inspiração tridentina e antiliberal. A Igreja se configura como uma instituição hierárquica dentro de um processo de colaboração com o Estado. Por fim, surge um catolicismo na *Renovação Pastoral* (a partir de 1962), que “abria pra Igreja perspectivas de base teológica e pastoral que possibilitavam a elaboração de um novo modelo de Igreja, designado como Igreja-povo de Deus” (Azzi, 1983, p. 21), diante da valorização do catolicismo tradicional e, ao mesmo tempo, do apoio da renovação pastoral, através da Teologia da Libertação. Assim, nota-se a presença da Igreja na luta pelos direitos humanos e, sobretudo, das minorias marginalizadas.

Todos os momentos de formação religiosa no Brasil permitiram a representação da fé por meio de um catolicismo, pouco institucionalizado, menos ortodoxo, trazendo em si uma ideia de maleabilidade significativa, na qual a influência de outras vertentes religiosas, por exemplo, africanas e indígenas, estava presente. É um catolicismo que pretende despertar, em seus fiéis, a importância da fé católica, porém numa estrutura mais flexível, por isso, Freyre (1987) menciona sobre um catolicismo denominado brasileiro e não apostólico romano. Nessa mesma perspectiva, Azevedo (2002), discute sobre a adaptação da fé católica que nós, brasileiros, fomos, e somos, capazes de fazer; característica peculiar que representa o nosso catolicismo. Para ele “não inventamos ou fundamos novas religiões ou igrejas como outros povos individualisticamente têm feito; apenas adaptamos a nossa fé católica às nossas inclinações domésticas sem nos separar da religião dos nossos antepassados.” (AZEVEDO, 2002, p. 51).



Nesse sentido, “a Religião Católica Apostólica Romana” que, em 1824, de acordo com o artigo 5º da Constituição, continuaria a ser a religião do Império (VAINFAS, 2002), durante todo o século XIX se inseriu em disputas de ordem política, social, cultural e econômica. Primeiro, pelas tensões da relação entre Igreja e Estado, num contexto de definições entre os ideais do liberalismo, que defendia a separação dessas instituições e a manutenção do regime de padroado, que defendia a soberania da autoridade imperial sobre os assuntos eclesiásticos. Além disso, durante o século XIX, houve conflitos, tensões e disputas internas, ou seja, uma crise da própria estrutura organizacional da Igreja, em que se começa a questionar o reconhecimento da autoridade papal e a autonomia dos clérigos e leigos nas dimensões políticas e religiosas.

A tensão entre a fé e a religiosidade da população brasileira foi, também, um elemento de conflito e busca por soluções. A Igreja se depara com uma prática católica de seus fiéis apoiada, tradicionalmente, nas devoções, superstições e credices e, por isso, talvez, antes de moldar a fé dos fiéis, o caminho fosse compreender esse catolicismo tão singular e plural, catolicismo brasileiro. Nas palavras de Vainfas (2002):

[...] o melhor caminho é procurar entender a pluralidade da prática religiosa católica da época. Afinal, o Império estabeleceu a associação entre ser católico e cidadão brasileiro; o clero ligado a Roma, por sua vez, procurou determinar o correto catolicismo. Além deles, encontravam-se anticlericais, representantes da Maçonaria, líderes de irmandades e devotos das festas e procissões que se diziam católicos ou se identificavam com símbolos dessas tradições. (VAINFAS, 2002, p. 128).

O século XIX foi, então, religiosamente dizendo, um tempo-espço marcado por ideais de progresso e civilização. Nesse período, o papel da religião e do catolicismo era, constantemente, problematizado numa conjuntura maior de formação da nação brasileira, bem como, por uma busca de consolidação das definições e organização dos preceitos religiosos do catolicismo no sentido de moldar a fé e a religiosidade dos fiéis, em meio a uma religiosidade e uma fé tão popular, familiar, devocional, que se configura como catolicismo brasileiro.

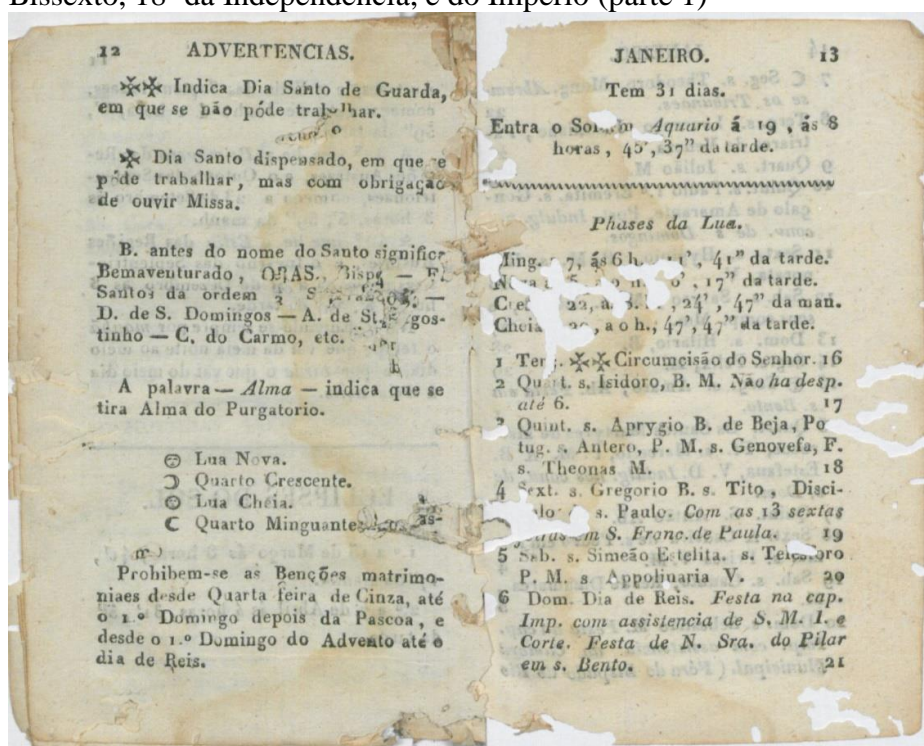
Esses movimentos aparecem refletidos nas nossas Folhinha, de modo a explicitar a relação de comunhão entre o Estado e a Religião. Em uma das máximas da *Folhinha da boa moral para o anno de 1861*, a pátria e a religião são relacionadas a dois aspectos que permanecem na vida dos sujeitos, enquanto todo o resto se perde com a morte:

Honras, glorias, fama, fortuna, beleza, prazeres, alegria do mundo, o tumulto vai engolir tudo. O que é, pois, a vida? Um sonho, e nada mais. Ha duas cousas, que revivem no coração do homem, quando elle avança na idade, a pátria e a religião. É necessario um grande respeito com os olhos e ouvidos das crianças. (Folhinha da boa moral para o anno de 1861, p. 50).

Todavia, a relação hierárquica e/ou conflituosa entre essas instâncias se mostra de modo mais implícito. Por exemplo, salientamos de antemão, que as informações de ordem especificamente religiosa, em todas as Folhinhas, sem exceção alguma, encontram-se nas primeiras páginas, logo após a carta ao leitor. Isso pode sugerir certa hierarquia da Religião sobre o Estado? Ou seria apenas uma estratégia editorial de começar pelas questões de fé?

As Folhinhas trazem temas exclusivamente da religião católica, por exemplo, ao apresentar informações sobre as ordens e congregações religiosas; ritual das festas e comemorações ou rituais como jejum; nomes dos santos; feriados religiosos; o cômputo eclesiástico; as tēporas; os sinais gráficos, como o da cruz; o dias que se referem ao Dia Santo de Guarda, em que não se pode trabalhar; ou, ainda, ao Dia Santo dispensado, que se pode trabalhar mas há a obrigação de ir à missa; bem como as proibições matrimoniais; e, ainda, a descrição dos horários das missas: “em todos os sabbados ha missa cantada no mosteiro de S. Bento às 5 horas da manhã, e no convento do Carmo às 6; missa com ladainha cantada na Ordem Terceira do Carmo às 8 horas, e na Igreja do Rosário às 7, no Rio de Janeiro”. (Folhinha para o anno de 1888, p. 34).

**Figura 4** - Folhinha D’Algibeira, de R. Ogier E C. Para o anno de 1839. 3º depois do Bissextto, 18º da Independencia, e do Imperio (parte 1)



Fonte - Referência APM: OR: Folhinha d’algibeira: 1839. 0010. Séc. XIX. Cx. 54.

**Figura 5** - Folhinha de d'Algibeira ou Diario civil e ecclesiastico, do ano bissexto de 1832 (parte 1)

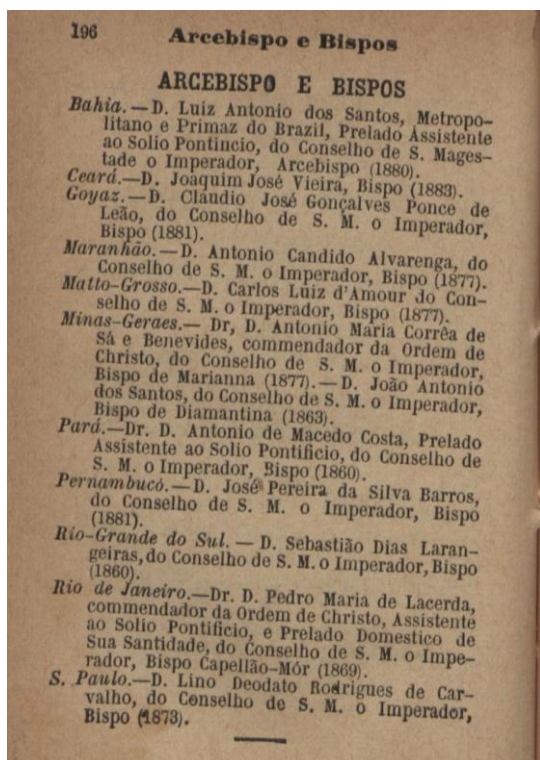
<p>16</p> <p style="text-align: center;">NOTÍCIAS</p> <p style="text-align: center;"><i>Computo Ecclesiastico.</i></p> <p>Aureo Numero 9</p> <p>Epacta XXVIII</p> <p>Cyclo Solar 21</p> <p>Indicção Romana 6</p> <p>Letras Dominicæ A. g.</p> <p>Letra do Martirologio 9</p> <p>Periodo Juliano 9545</p> <p style="text-align: center;"><i>Festas Mudaveis.</i></p> <p>Septuagessima 19 de Fevereiro.</p> <p>Cinza 7 de Março.</p> <p>Pascoa 22 de Abril.</p> <p>Ladainhas 28, 29, e 30 de Maio.</p> <p>Assenção 31 de Maio.</p> <p>Espirito Santo ou Pentecostes 10 de Junho.</p> <p>Domingo da Santissima Trin- dade 17 de Junho.</p> <p>Corpo de Deos 21 de Junho.</p> <p>SS. Coração de Jesus 29 de Junho.</p> <p>Primeira Dominga do Advento 2 de Dezembro.</p>	<p style="text-align: right;">17</p> <p style="text-align: center;">CRONOLOGICAS.</p> <p style="text-align: center;"><i>Temporas.</i></p> <p>Março 14, 16, e 17.</p> <p>Junho 13, 15, e 16.</p> <p>Setembro 19, 21, e 22.</p> <p>Dezembro 19, 21, e 22.</p> <p style="text-align: center;">=====</p> <p style="text-align: center;">NOTÍCIAS ASTRONOMICAS.</p> <p style="text-align: center;"><i>Estações do anno.</i></p> <p>Divide-se o anno em 4 Estações, cada uma das quaes se mede astronomicamente pelo tempo, que o Sol gasta em percorrer a quarta parte da Ecliptica, ou tres Signos.</p> <p>A 1. que é o <i>Outono</i> das Regiões Austræes, e a Primavera das Septentrionaes, começa em 21 de Março às 5 horas, e 31 minutos da tarde.</p> <p>A 2. que é o <i>Inverno</i> das Regiões Austræes, e o Estio das Septentrionaes, começa a 22 de Junho às 2 horas e 48 minutos da tarde.</p>
--	--

**Fonte** - Referência APM: OR: Folhinha de d'algibeira 1831. 0010. Séc. XIX. (cx.60).

Ainda sobre assuntos exclusivos de ordem religiosa, destacamos que localizamos, em seis Folhinhas, uma seção intitulada “Arcebispos e Bispos”<sup>39</sup>, que sugere a circulação de uma informação muito específica e que, provavelmente, pretende atingir um leitor que se interesse pela organização mais estrutural da igreja católica.

<sup>39</sup> Seção presente nas: *Folhinha de lembranças instructivas e divertidas para o anno de 1875; Folhinha dos interessantes Echos para o anno de 1875; Folhinha de Cupido para o anno de 1875; Folhinha de 1877; Folhinha Laemmert para o anno de 1885; Folhinha Laemmert para o anno bissexto de 1888.*

**Figura 6** - Folhinha Laemmert para o anno bissexto de 1888 (parte 1)



**Fonte** - Casa dos editores Laemmert & C. Rio de Janeiro. Referência APM: OR: Folhinha para o ano de 1888. Séc. XIX. Cx. 49.

Desse modo, analisando o contexto histórico apresentado neste tópico, e a formação do catolicismo brasileiro, podemos dizer que as Folhinhas trazem, em seus textos, assuntos com temas e funções intrínsecas aos princípios católicos, deixando, também, perceptível a ideia de institucionalizar a religião católica no Império. Essa ideia nos remete a uma problematização: será que poderíamos dizer que, ao apresentar tais assuntos, há uma intenção clara de despertar no leitor/fiel a necessidade de sair do nível doméstico e devocional e participar dos rituais católicos públicos?

A seção “Calendário dos doze meses”, que é uma seção presente em todas as Folhinhas, é muito significativa para pensarmos essa ideia de institucionalização da religião católica, bem como a dimensão de tornar públicos os rituais e festividades da igreja. Ainda podemos constatar certa comunhão entre o Estado e a Religião, pois o calendário dos doze meses traz impressas datas civis e religiosas. Um exemplo dessa relação pode ser aferido pelo que se registra no dia 6 de janeiro, dia de Reis: “Dias de Reis. Festa na Cap. Imp. Com assist. de SS. MM. II e côrte. Festa de N. Sra. do Pilar em S. bento”; e, ainda, no dia 31 desse mesmo mês, consta: “Dom. da Septuagesima. S. Pedro Nolasco; S. Cyro M.; B. Luiza



Albertoni, Viuva F.; S. Geminiano B. Ind. Plen. no Conv. Dos Capuch” (Folhinha civil e eclesiástica para o anno de 1858, p. 48-51).

Figura 7 - Folhinha Laemmert para o anno bissexto de 1888 (parte 2)


46 SAHIDA E ENTRADA DA LUA.

**TABOA**

Da sahida e entrada da Lua, e das marés cheias para o porto do Rio de Janeiro em cada dia do mez lunar.

DIAS DA LUA	SAHIDA.		ENTRADA.		MARÉ.		MARÉ.	
	hor. min.	hor. min.	hor. min.	hor. min.	hor. min.	hor. min.	hor. min.	
1	M. 6 36	T. 7 0	M. 2 57	T. 3 21				
2	7 24	7 48	3 45	4 9				
3	8 12	8 36	4 33	4 57				
4	9 0	9 24	5 21	5 45				
5	9 48	10 12	6 9	6 33				
6	10 36	11 0	6 57	7 21				
7	11 24	11 48	7 45	8 9				
8	T. 0 12	M. 0 36	8 33	8 57				
9	1 0	1 24	9 21	9 45				
10	1 48	2 12	10 9	10 33				
11	2 36	3 0	10 57	11 21				
12	3 24	3 48	11 45	M. 0 9				
13	4 12	4 36	T. 0 33	0 57				
14	5 0	5 24	1 21	1 45				
15	5 48	6 12	2 9	2 33				
16	6 36	7 0	2 57	3 21				
17	7 24	7 48	3 45	4 9				
18	8 12	8 36	4 33	4 57				
19	9 0	9 24	5 21	5 45				
20	9 48	10 12	6 9	6 33				
21	10 36	11 0	6 57	7 21				
22	11 24	11 48	7 45	8 9				
23	M. 0 12	T. 0 36	8 33	8 57				
24	1 0	1 24	9 21	9 45				
25	1 48	2 12	10 9	10 33				
26	2 36	3 0	10 57	11 21				
27	3 24	3 48	11 45	T. 0 9				
28	4 12	4 36	M. 0 33	0 57				
29	5 0	5 24	1 21	1 45				
30	5 48	6 12	2 9	2 33				

As leiras M. tocado manhã, e T tarde.



**JANEIRO.**

Tem 31 dias.

Entra o Sol em AQUARIO a 20, ás 4 horas 3' 23" da manhã.

LUNAÇÕES.

- ☾ Ming. a 6 ás 9 h. 50' 14" da tarde.
- ☾ Nova a 15 ás 2 h. 37' 32" da manhã.
- ☾ Cresc. a 22 ás 2 h. 4' 20" da tarde.
- ☾ Cheia a 29 ás 6 h. 48' 38" da manhã.

Apogeo a 10 ás 5 h. da t. Perigeo a 26 ás 6 h. da t.

A 5, ás 9 h. 44' 5" da m. chega a Lua ao Eq.  
 A 12, ás 10 h. 7' 32" da t. " " ao T. S.  
 A 20, á 1 h. 21' 34" da m. " " ao Eq.  
 A 26, ás 11 h. 7' 32" da m. " " ao T. N.

Dias do Mez.

1 Sext. ✠✠ CIRCUNCISÃO DO SENHOR. Festa do Menino Deos na sua Cap. de Matagallos. Principião as 13 sextas feiras de S. Francisco de Paula. Festa na Cap. Imp., e na Caridade na Cidade de Porto Alegre. 16,0

2 Sab. S. Isidoro B. M. Não ha Desp. até 31. 17,0

Fonte - Referência APM: OR: Folhinha civil e eclesiástica: 1858. Séc XIX. Cx. 16.

Figura 8 - Folhinha Laemmert para o anno bissexto de 1888 (parte 3)

48 **JANEIRO.**

3 DOM. S. Antero, P. M.; S. Aprigio Bispo de Beja, Port.; S. Genoveva V.; S. Theonas M. Exposição do SS. Sacramento e Proc. na Cap. do Sr. dos Passos de manhã. Proc. da Immaculada Conceição, á tarde, pela sua Veneravel Ordem Terceira. 18,0

4 Seg. S. Gregorio B.; S. Tito B., Discipulo de S. Paulo. 19,0

5 Terç. S. Simeão Estelita; S. Telesforo P. M.; S. Apollinaria V. (L. no Equad.) 20,0

6 C Quart. ✠✠ DIA DE REIS. Festa na Cap. Imp. com assist. de SS. MM. II. e Corte. Festa de N. Sra. do Pilar em S. Bento. 21,0

7 Quint. S. Theodoro, Monge. 22,0

8 Sext. S. Lourenço Justiniano, Patriarcha de Veneza. Principia a Nov. do SS. Nome de Jesus, e a do Sr. Bom Jesus do Calvario na sua Igreja. 23,0

9 Sab. S. Julião M. 24,0

10 DOM. S. Paulo I, Eremita; S. Gonçalo de Amarante, Port. D. Ind. nos Conv. de S. Domingos. Festa de Santa Prescilianiana na Freg. de Santa Anna. Principia o Setenario do Senhor do Bomfim na Igr. do Collegio (Castello). (L. no Apogeo.) 25,0

49 **JANEIRO.**

11 Seg. S. Hygino P. M.; S. Honorata V. Principia a Nov. de S. Sebastião. 26,0

12 Terç. S. Satyro M.; S. Zotico e seus Comp. Mm. (Lua no Trop. do S.) 27,0

13 Quart. S. Hilario B. 28,0

14 Quint. S. Felix de Nole M.; o B. Bernardino de Corleone Capuch. Ind. plen. nos Conv. dos Capuch. Principia a Nov. dos Desposorios de N. Sra. 29,0

15 ☾ Sext. S. Amaro Ab. Festa e Ind. em S. Bento e na Cap. da Gloria. 0,3

16 Sab. Os Santos Martyres de Marrocos, Fl.; S. Marcello P. M.; a B. Estefana V. D. Ind. nos Conv. de S. Franc. e de S. Dom. Ind. plen. no Conv. dos Capuchinhos. 4,3

17 DOM. OSS. NOME DE JESUS. S. Antão Ab. Ind. plen. no Conv. dos Capuch. Festa do Sr. Bom Jesus do Calvario na sua Igr., e do Senhor do Bomfim na Igr. do Collegio (Castello). Posse da nova Administração da Ven. Ordem Terceira da Conceição e Boa Morte. 2,3

18 Seg. A Cadeira de S. Pedro em Roma; S. Prisca V. M. 3,3

19 Terç. S. Canuto, Rei de Dinamarca M. 4,3

Fonte - Referência APM: OR: Folhinha civil e eclesiástica: 1858. Séc XIX. Cx. 16.

Constatamos, também, as máximas e pensamentos, presentes em várias Folhinhas ao final de cada mês, que reforçam a ideia de difusão de princípios religiosos e valorização da Pátria, em tom moralizante, reforçando a ideia de que existe um caminho da verdade, e que tudo que sai dos preceitos da religião se torna nocivo. Como exemplos, citamos:

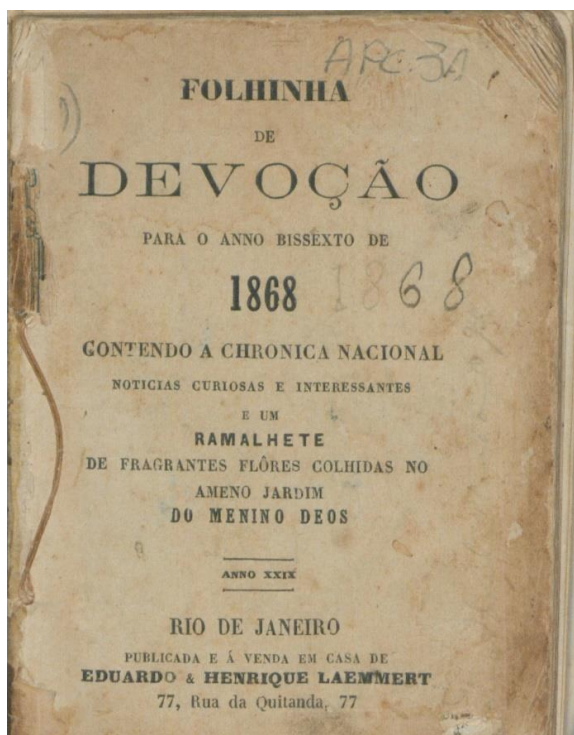
O caminho da verdade é único e simples; o da falsidade vario e infinito. A felicidade é uma planta que só se dá na zona temperada das paixões. A inveja é um vicio sem deleite, que atormenta quando se dissimula, e desacredita quando se conhece. O suicídio é uma morte furtiva e vergonhosa, é o roubo feito ao genro humano. A superstição é para a religião, o que as feses são para o vinho, e as escorias para os metaes. A superstição é uma serpente que circunda a religião com suas roscas, e a macúla com o seu hálito. (Folhinha do charadista para o anno de 1867. p. 20).

Sêde realmente reservado com quase todo o mundo; mas nunca esta reserva se manífeste exteriormente, porque muito desagradavel é o parecer reservado; e todavia perigosamente não o ser... Ah! A força de amar... Quanto são felizes aquellas, que consagrão só a Deos este profundo sentimento de amor, de que os habitantes da terra não são dignos! Não é licito gozar o descanso, sem que se tenha trabalhado muito a favor da pátria. (Folhinha da boa moral para o anno de 1861, p. 88).

A *Folhinha homeopática para o anno de 1860*, apesar de trazer um texto intitulado *Considerações sobre algumas obras de Deos*, destaca os seguintes assuntos: Eclipse do sol e da lua; Linguagem dos animaes; Genero de vida e trabalho das abelhas; Diferença entre as obras da natureza e as da arte e Recompostura do semblante, mas não faz nenhuma reflexão sobre a religião, e sim sobre as diferenças entre o que Deus cria e o que o homem cria.

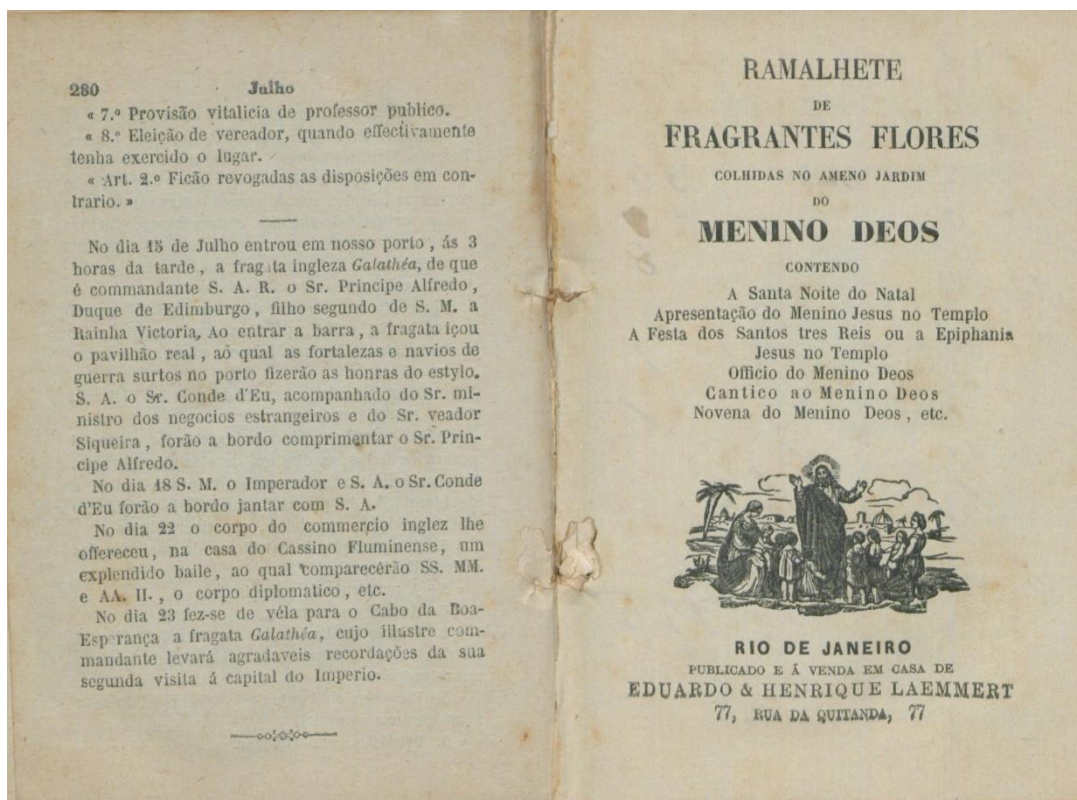
No acervo, destacamos a *Folhinha de Devoção para o anno bissexto de 1868* que, além de trazer todas as demais informações de ordem religiosa já mencionadas, apresenta um caderno/anexo com textos religiosos, uma novena e um cântico, intitulado: *Ramalhete de gragrantes Flores colhidas no ameno jardim do menino Deos*. Contendo: A santa Noite do Natal; Apresentação do Menino Jesus ao templo; A festa dos santos tres Reis ou a Epiphania; Jesus no templo; Officio do Menino Deos; Cantico ao Menino Deos e a Novena do menino Deos, etc. Ao trazer esse tipo de anexo, a publicação sugere um leitor que se interessa por esse tipo de temática ou, ao mesmo tempo, produz esse interesse e a prática de entoar cânticos religiosos.

**Figura 9** - Folhinha de Devoção para o anno bissexto de 1868 (parte 1)



Fonte - Referência APM: OR: Folhinha da devoção: 1868. Séc. XIX. (cx. 29).

**Figura 10** - Folhinha de Devoção para o anno bissexto de 1868 (parte 2)



Fonte - Referência APM: OR: Folhinha da devoção: 1868. Séc. XIX. (cx. 29).



### 5.3 A imprensa e a palavra impressa no Brasil nos anos oitocentos

[...] Na verdade, é difícil imaginar uma atividade que envolva tantos aspectos da vida nacional quanto a publicação de livros. O livro existe para dar expressão literária aos valores culturais e ideológicos. Seu aspecto gráfico é o encontro da estética com a tecnologia disponível. Sua produção requer a disponibilidade de certos produtos industriais (que podem ser importados, feitos com matéria-prima importada ou fabricados inteiramente no país). Sua venda constitui um processo comercial condicionado por fatores geográficos, econômicos, educacionais, sociais e políticos. E o todo proporciona uma excelente medida do grau de dependência ou independência do país, tanto do ponto de vista espiritual e material. (HALLEWELL, 2005, p.42-43).

A publicação de livros diz da história da imprensa, da história dos livros, da ideia da palavra impressa, da circulação de variadas formas de expressão da vida de um povo, de um grupo, através da cultura escrita. Essas são expressões diversas de ideias, seja no âmbito social, cultural, econômico ou político. O olhar para o impresso possibilita, também, a compreensão da história social e cultural da comunicação impressa (DARNTON, 1990). Para Darnton (1990), a análise das “vias impressas” permite o entendimento das formas de transmissão das ideias, pois o contato com a palavra impressa influencia, direciona, molda e guia o pensamento e o comportamento das sociedades que fazem uso dos escritos.

A decisão de criar, publicar e fazer um impresso circular, remete à ideia de estratégias compartilhadas das instituições/agentes sociais na busca da transmissão de informações, valores, condutas, no intuito de formação dos sujeitos dentro dos ideais legitimados em um determinado tempo-espço. Por exemplo, ao publicar um determinado material para circular, os editores esperam que tais ideias materializadas no objeto impresso circulem em espaços diversos, ou seja, almeja-se que essas ideias sejam aceitas numa abrangência cada vez maior de público leitor. No caso de nossos impressos, pode-se dizer que as editoras se articulam às estratégias de colaboração compartilhadas entre os agentes sociais (a elite intelectual, padres) e instituições (Igreja, Estado/Império) num contexto social, cultural e político específico.

Especialmente, no caso da nossa pesquisa, as Folhinhas trazem claramente essas estratégias compartilhadas através da palavra escrita, pois vislumbramos em suas páginas a presença de assuntos civis e religiosos, cada um com seu discurso para informar, guiar e convencer o leitor de que tais condutas, orientações e comportamentos devem ser seguidos no sentido de viver efetivamente numa nação, criando uma identidade e, mais ainda, viver numa nação católica. Tal estratégia corrobora os estudos de Azzi (1992) para quem o valor da religião, do catolicismo, estaria na manutenção da ordem política e social, ou seja, “a religião, portanto, é apresentada como elemento básico na organização da política da nação” (p. 42).



Assim, para manter a ordem política e social, instituições diferentes também compartilham suas estratégias através da palavra escrita.

Hallewell (2005) destaca que os diversos aspectos que abrangem a produção editorial de uma nação permitem o conhecimento da vida dos sujeitos, tanto do ponto de vista material quanto espiritual. Nas palavras de Daniel Roche (1996), em seus estudos sobre a censura e a indústria editorial, a palavra *impressa* é “o principal veículo do conhecimento e do pensamento, o meio transmissor de toda discussão política e religiosa, o instrumento de expressão tanto da crítica subversiva quanto da obediência e aquiescência intelectual” (p. 22). Nessa mesma perspectiva, a palavra *impressa* para Darnton e Roche (1994) representa uma “força ativa na história”, ou seja, para além de registros de fatos históricos e como meio de instrução, a “via impressa” possibilita a circulação e a apropriação de ideias legitimadas em âmbito social, cultural, econômico, político e científico.

Os estudos sobre os livros, como objetos materiais no século XIX, ganham campo; inclusive, o interesse por tipos mais comuns de livros, com os da *Bibliothèque Bleue – littérature de colportage* - (ANDRIES; BOLLÈME, 2003). O estudo sobre o livro barato no Brasil (EL FAR, 2006) é representativo dessa vertente de pesquisa. Assim, especialmente a partir da segunda metade do século XIX, amplia-se de forma significativa o contexto de produção editorial relacionado à “popularização do livro” e de valorização dessa “cultura impressa”, com a produção e circulação de impressos variados<sup>40</sup>: livros, manuais práticos, compêndios, jornais, folhetos de cordel, peças de teatro, trovas, almanaques, guias epistolares, revistas (LIMEIRA, 2008).

Os novos historiados do livro, começam a buscar a compreensão do modelo geral da produção e consumo do livro, abrangendo, assim, histórias das bibliotecas, das edições, do papel, dos tipos e das experiências literárias de leitores diversos (DARNTON, 1990). Desse modo, uma nova percepção para a organização do mercado editorial começa a se configurar nesse período em que preços são reduzidos, os conteúdos cada vez mais diversificados, as inovações e estratégias editoriais aparecem nas páginas das publicações com o intuito de proporcionar uma ampla abrangência de leitores, tanto em quantidade quanto em diversidade. Além disso, os espaços de circulação desses impressos são, também, repensados; assim, os círculos sociais que integravam a elite econômica e cultural do país deixam, gradativamente, de ser um espaço exclusivo de circulação de ideias e informações impressas nas páginas dos

---

<sup>40</sup> Para aprofundamento sobre pesquisas de história da edição, história cultural, história do livro, leitura, práticas e impressos. Ver: Darnton (1990, 1992); Chartier, Hébrard (1995); Chartier, Lusebrink (1996); Galvão (2000, 2012); Galvão e Batista (2009); El Far (2004, 2006); Abreu (1999, 2003); Lusebrink, Mix, Mollier, Sorel (2003); Chartier (1988, 2004, 2011); Galvão, Batista (2005); Dutra, Mollier (2006), Mollier, (2008).

materiais (LIMEIRA, 2007). Embora tenha que ser problematizada a ideia de popular numa população brasileira do século XIX, com índices precários de alfabetização, o autor destaca que

[...] a uma parcela cada vez mais significativa da população tornava-se possível ler a palavra impressa nestes papéis, observar as imagens que neles circulavam, adquirir suas próprias leituras, pagando preços baixos por elas, socializar e debater (na rua, em casa, nos cafés, nas livrarias, nas confrarias literárias, nas lojas) as idéias e informações de seu conteúdo. Neste caso, se nos primeiros momentos de recepção e circulação de livros no país, este material estava mais fortemente relacionado ao estudo, à erudição, ao trabalho intelectual, posteriormente, nota-se (*sic*) outras apropriações do texto impresso. (LIMEIRA, 2008, p. 19).

Darnton (1990) nos chama a atenção para a fragilidade de propor um modelo geral de análise dos livros, pois, evidentemente, as condições variam de lugar para lugar, assim como de um determinado período para outro. Ao mesmo tempo, enfatiza que, de modo geral, os livros impressos passam por um “ciclo de vida”, denominado como um “circuito de comunicação”, que nos permite compreender os diversos aspectos que constituem a vida de um impresso e, por isso, pela análise dos impressos poderíamos chegar ao conhecimento sobre a nação onde eles circulam.

O circuito das comunicações proposto por Darnton (1990, p. 113) traz à tona uma imensidão de elementos e, conseqüentemente, de reflexões sobre o modo como o objeto impresso é produzido e divulgado e reafirma o papel dos sujeitos, da materialidade, das instituições envolvidas na produção e circulação, assim como os aspectos social, cultural, econômico e político que a atividade editorial carrega consigo. A atividade editorial envolve vários aspectos da vida dos sujeitos, numa relação constante e direta, pois as partes desse circuito, que vão do autor ao editor, ao impressor, ao distribuidor, ao vendedor até chegar ao leitor, só ganham significado quando relacionadas entre si e com o todo. O circuito se encerra no leitor, pois a influência desse sujeito está sobre o autor durante todo o processo de produção, ou seja, antes e durante a composição do material. Todo esse circuito reflete influências mútuas das dimensões políticas, sociais, econômicas e intelectuais.

A história da imprensa, e a história do desenvolvimento da sociedade, mantêm uma relação dialética, no sentido de que os meios de difusão de ideias e de informações apresentam intenções claras e, mais ainda, sugerem certo controle dessa sociedade. A “ligação dialética é facilmente perceptível pela constatação da influência que a difusão impressa exerce sobre o comportamento das massas e dos indivíduos” (SODRÉ, 1996, p.1). A unidade e a uniformidade parecem ser tendências materializadas na palavra impressa destinada a alcançar muitos leitores. As Folhinhas que fazem parte do *corpus* da nossa pesquisa, trazem uma ideia

forte de guia, de orientação dos sujeitos na condução da uniformidade, de universalização de valores éticos e culturais e padronização do comportamento (SODRÉ, 1996).

Sobre história da imprensa no século XIX, tais tendências apresentadas por Sodré (1996) corroboram a afirmação de Lustosa (2003), apresentada em seus estudos sobre o nascimento da imprensa, em relação ao receio dos portugueses em abrir espaço para circulação da imprensa em terras brasileiras e perderem o controle. Para Lustosa, “[...] temiam os portugueses deixar entrar aqui essas novidades e verem, por influência delas, escapar-lhes das mãos a galinha dos ovos de ouro que era para eles o Brasil” (p. 7). Todavia, a vinda do rei alterou, especialmente, as relações políticas e econômicas do território brasileiro. Com a abertura dos portos, o monopólio com Portugal se desfez e o comércio começou a crescer. Diante disso, aparece, também, a necessidade de divulgação dos assuntos relacionados à Coroa, num novo cenário de preocupação de criação “de uma sociedade culta e ilustrada” (FERREIRA, 2010, p. 321). Tal necessidade resultou na implementação da imprensa, que certamente marcaria “uma mudança radical na vida e nos costumes da antiga colônia.” (LUSTOSA, 2003, p. 8).

A imprensa Brasileira, em relação à Europeia, ou mesmo às outras partes das Américas, foi mais tardia, pois desde o século XV já havia tipografias no continente europeu, e no século XVI, mesmo que escassa, surgiu a atividade impressora nas Américas. A imprensa periódica só nasceu no século XVIII nas Américas inglesa e Espanhola, já a experiência brasileira com os papéis impressos surgiu de forma sistemática a partir de 1808, com a chegada da Corte portuguesa e a instalação da tipografia da Impressão Régia (MOREL, 2018).

Em 1808, no dia 13 de maio, então, foi inaugurada a Impressão Régia no Brasil. Com isso, podemos dizer que, nesse momento, a vida editorial brasileira se inicia. Ela “inaugurou um novo momento histórico e cultural no país” (VAINFAS, 2002, p. 365), de fato, ainda muito atrelada a uma produção e circulação destinada às demandas burocráticas do império português, mas, com o passar do tempo, outros públicos leitores foram sendo estimados por esses impressos (EL FAR, 2010; MINDLIN, 2010). Então, a partir de 1808, assistimos à legalidade e à regularidade da existência das instituições centrais da cultura letrada e, com o tempo, a produção editorial nacional foi se tornando ampla, diversificada e complexa (ABREU; BRAGANÇA, 2010).

A impressão Régia se manteve até 1822. Vale ressaltar que a maior parte de suas publicações estava diretamente relacionada a documentos oficiais da Corte. Numa primeira fase, o império presenciou a publicação e circulação de periódicos pela imprensa áulica

(JINZENJI, 2010). Além disso, também publicou alguns periódicos de cunho científico e literário (FERREIRA, 2010), exercendo, assim, um papel de relevância no desenvolvimento cultural brasileiro, uma vez que o número de editores cresceu no século XIX. Destacamos, aqui, especialmente, o surgimento do primeiro jornal brasileiro, publicado em Londres - *Correio Braziliense*<sup>41</sup> - que nasceu no período da vinda do rei em 1808 e deixou de circular em 1822, na proclamação da nossa Independência. Depois dele, nasceu o primeiro jornal impresso no Brasil, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, que era uma espécie de folha oficial, “onde se publicavam os decretos e os fatos relacionados com a família real.” (LUSTOSA, 2003, p. 20).

Desse modo, “pode-se ver que a *Impressão Régia*, nos poucos anos de sua existência, publicou além dos papéis legais (que são 720), pelo menos 1.428 folhetos e livros, alguns de grande porte” (MINDLIN, 2010, p. 20). Ou seja, a *Impressão Régia* não foi, apenas, divulgadora de papéis oficiais, ela desenvolveu uma ampla atividade tipográfica, tornando-se a primeira editora que funcionou no Brasil (MOREL, 2018). Assim, os anos que sucederam a implementação da *Impressão Régia* modificaram, e ampliaram, as experiências culturais dos sujeitos, dentro de um projeto cultural e político voltado para a homogeneização das elites (NEVES, 2010). Nessa mesma perspectiva, Vainfas (2002) destaca que, especialmente, entre os anos de 1808 e 1814, a *Impressão Régia*, além de cumprir seu papel primordial de publicar, e fazer circular, assuntos relacionados à legislação oficial, contribuiu para a difusão de novas ideias nos campos das artes e da ciência e, no período da independência, teve também um papel decisivo no que tange aos ideais políticos da época.

[...] a *Impressão Régia*, além de cumprir seu objetivo principal de publicar a legislação oficial, não deixou de contribuir para a difusão das novas idéias, ao imprimir obras de ciência e artes, especialmente entre os anos de 1808 a 1814, ao divulgar poetas e autores famosos, ao introduzir o romance e a novela no Brasil, ao editar manuais para os cursos superiores e obras de cunho histórico. Na conjuntura da Independência, teve ainda um papel decisivo ao fazer circular jornais, panfletos e folhetos políticos. (VAINFAS, 2002, p. 366).

O Brasil oitocentista se instaura em meio a um contexto de formação da nação, no qual as associações entre imprensa, livro, progresso e civilização se consolidavam e a elite intelectual começava a enxergar nos impressos um meio de instrução e um meio de difusão de ideias, ações, valores e comportamentos essenciais para “equiparar o Império do Brasil às nações civilizadas europeias” (FERREIRA, *et al.*, 2016, p. 10). Assim, ao longo do século

---

<sup>41</sup> O nome deste jornal é, simbolicamente, bem representativo de uma ideia maior de circulação de ideias para um determinado leitor. Nas palavras de Lustosa (2003), “chamou-se de *Correio Braziliense* porque, naquele começo de século XIX, chamava-se (*sic*) brasileiros aos comerciantes que negociavam com o Brasil e brasileiros aos índios. *Brazilienses* eram os portugueses nascidos ou estabelecidos no Brasil e que sentiam vinculados ao Brasil como à sua verdadeira pátria. Ao dar o seu jornal o nome de *braziliense*, Hipólito demonstrava que queria enviar sua mensagem preferencialmente aos leitores do Brasil” (p. 14).

XIX, consolidou-se um espaço de circulação de ideias, através da produção de impressos editados no Brasil, como, por exemplo, livros, jornais, panfletos e periódicos.

Em relação à censura aos impressos que circulavam em territórios pertencentes à nação portuguesa, ela era exercida pelo poder civil (Ordinário e Desembargo do Paço) e pelo eclesial (Santo Ofício). Ao longo do tempo, foram elaboradas listas com títulos e critérios para a censura de determinadas obras (MOREL, 2018). Além da censura, esse mesmo autor dá ênfase ao atraso e ao oficialismo, como aspectos que compunham as características dos primeiros tempos da imprensa, e acrescenta, ainda, que o surgimento da imprensa periódica no Brasil se deu dentro de um contexto cultural de relações e formas de transmissão já estabelecidas. Dessa forma, com a palavra impressa pretendia-se “marcar e ordenar uma cena pública” (p. 25), que se consolidava em meio às relações de poder, às transformações sociais, políticas e culturais, e à circulação dessa palavra em espaços sociais diversos.

A circulação de palavras – faladas, manuscritas ou impressas – não se fechava em fronteiras sociais e perpassava amplos setores da sociedade que se tornaria brasileira, não ficava estanque a um círculo de letrados, embora estes, também tocados por contradições e diferenças, detivessem o poder de produção e leitura direta da imprensa. (MOREL, 2018, p. 25).

O decreto real que colocava fim à censura no Brasil, em 1821, criou boas condições para o surgimento de empreendimentos tipográficos (FERREIRA, *et al.*, 2016), bem como incentivou a entrada de novos agentes no mercado de livro no Brasil, os livreiros estrangeiros e seus impressos (EL FAR, 2010), marcando, assim, a presença de outros tipos de publicações que circularam nos principais centros urbanos (SODRÉ, 1966). Desse modo, somente após o fim da censura, as condições para a proliferação dos jornais são criadas (BARBOSA, 2010), bem como para a circulação de ideias legitimadas na época, assim, “[...] pasquins, folhetos e panfletos dividiam o espaço, nas rotinas das tipografias, com os jornais, que eram utilizados como veículo para a expressão e o debate das temáticas que fervilhavam no momento.” (JINZENJI, 2010, p. 20).

Neves (1995), em seu texto “Leitura e os leitores no Brasil, 1820-1822: um esboço frustrado de uma esfera pública de poder”, destaca que o período de 1821-1822 foi marcado por um “clima de intensa efervescência política”, pois começava uma mentalidade sobre a ideia de opinião pública, sobre o que deveria ser transmitido, escutado e seguido pelos sujeitos e, nesse cenário, é importante a ação dos homens de letras que deveriam ser responsáveis por produzir tais opiniões, bem como difundi-las. Essa conjuntura “proporcionou o surgimento de jornais e folhetos, que possibilitaram uma tênue ampliação da esfera de poder para além dos círculos restritos da Corte” (p. 123). Isso permitiu a circulação

de ideias e informações de vários setores sociais e em espaços públicos, ou seja, a circulação, agora, não estava apenas no âmbito do privado, ela circulava na esfera pública. Assim, diversificados foram os espaços sociais nos quais a palavra - impressa ou não - era transmitida, bem como a chamada opinião pública<sup>42</sup> marcava corações e mentes (MOREL, 2018).

Sodré (1966) afirma que o período de 1830 a 1850 foi o grande momento da imprensa brasileira, uma imprensa que se apoiou na conjuntura política como fonte para suas publicações. Logo, percebemos que, como outras atividades culturais, a imprensa está diretamente relacionada a questões histórico-sociais e permite influências múltiplas das transformações da época na sua constituição. Ou seja, a “imprensa, como todo o conjunto da cultura, refere as transformações da época” (p. 214). Nas primeiras décadas, destacava-se, também, uma imprensa artesanal que se encerra com as inovações tecnológicas, no fim da primeira metade do século XIX. Assim, mesmo dentro desse contexto histórico brasileiro de uma independência decretada, as províncias ainda lutavam por uma imprensa com condições de liberdade de expressão.

Nessa mesma perspectiva, Ferreira (2010) destaca sobre a “aventura” de escrever no início dos oitocentos, um tempo em que tudo se submetia ao controle das autoridades. Os envolvidos na difusão de ideias, através da palavra escrita, buscavam, de alguma forma, atingir uma abrangência cada vez maior de leitor. Com esse intuito, as publicações forneciam, “além de informações históricas, peças literárias e relatos científicos para cultivar” (p. 325).

Essa aventura se instaurava, ainda, num contexto em que os índices de analfabetismo no Brasil, na segunda metade do século XIX, eram de aproximadamente 80%<sup>43</sup>, quando a presença de escola, a escolarização e a produção de livros estava no seu nascedouro. Esses aspectos demandavam um esforço coletivo, significativo, do campo da produção editorial na busca de ampliar seu público leitor. Nesse contexto, as traduções de folhetins franceses ganharam espaço no Brasil, especialmente, porque muitos dos seus textos eram narrados em voz alta (FERREIRA, 2010) e isso ajudou a aumentar a venda dos jornais que os publicavam. Ferreira (2010), destaca, ainda, que “desde suas origens, a imprensa no Brasil trabalhou com um conceito muito frequente de jornais ingleses que eram colunas ou sessões específicas para

---

<sup>42</sup> Nas duas primeiras metades do século XIX surge, através dos papeis impressos no Brasil, a chamada *opinião pública*. A expressão é polissêmica e, também, polêmica segundo Morel (20018) e ela diz de um recurso de legitimação de posições políticas, num processo que buscava legitimar certas opiniões individuais em públicas. Para aprofundamento ver Morel (2018) e Neves (1995).

<sup>43</sup> Ver Recenseamento geral do império de 1872. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger; Tip. Commercial, 1876. 23v. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>. Acesso em 13/09/18.

discutir e apresentar livros recentemente publicados, o que se denominou posteriormente de resenhas” (p. 322).

Todavia, Barbosa (2010) destaca que a proliferação dos jornais no cotidiano não foi tão rápida, demorou algumas décadas, inclusive, pelas relações entre o verbal e o oral e, ainda, a presença do manuscrito, uma vez que a difusão da palavra não era somente impressa, permanecendo as faladas ou manuscritas. Nessa direção, a prática de uma leitura da imprensa periódica, em seu balbuciar, ainda era apontada pela coalisão coletiva (MOREL, 2018). Com várias formas de transmissão dos escritos, o analfabetismo, por exemplo, não impediria o desenvolvimento da imprensa:

A teia das notícias é construída, sobretudo, pela rede de informações verbais, que podem ter origem nas letras impressas, as quais retransmitidas oralmente a outros ou diretamente pela conversa oriunda dos ambientes privados. Ao mesmo tempo, as letras impressas passam a se nutrir do jogo das práticas orais. [...] não é tão somente o analfabetismo que impede a explosão da imprensa. Numa sociedade oralizada por excelência, as letras impressas sempre foram mais ouvidas que lidas (MOREL, 2018, p. 21).

No Brasil, desde as primeiras experiências impressas, era constante nos livros, periódicos e demais publicações a presença de intencionalidades diversas da palavra escrita, inclusive, relacionadas à questão da civilização (FERREIRA, 2010), do estudo da história da pátria (NEVES, 2010). Ou seja, uma imprensa que se estabelecia no século XIX, como algo de relevância para a cultura política da época (JINZENJI, 2010). Nas palavras de Moreira (2008) há um consenso entre os estudiosos de que:

[...] o impresso foi um dos principais ingredientes das culturas políticas e elemento em torno do qual foram tecidos conceitos e ideias, tornando-se verdadeira pedra fundamental para o desenvolvimento dos espaços públicos no século XIX. Ademais, por meio da imprensa, diversas personagens encontraram o espaço privilegiado para a expressão de suas vozes, iniciando a formação de “uma cultura dos impressos. (MOREIRA, 2008, p. 26).

Assim, as publicações que circularam, especialmente até quase meados do século XIX, tinham duas características. A primeira, refere-se a uma palavra impressa de quarta ou quinta natureza (BARBOSA, 2010), em que se liam notícias de periódicos diversos do mundo, reliam e, depois, sintetizavam e ou adaptavam diante das intenções específicas. Assim, “[...] a Literatura brasileira, longo tempo confundida com a Portuguesa, é preciso confessa-lo em louvor dos litteratos nacionaes, que ficarão longe ao Brasileiros de serem vencidos nos torneios litterarios dous paizes”<sup>44</sup>. As publicações apresentavam, por essa via, a característica de uma cultura do impresso que traz uma tradição de atividades literárias de outros países, com os quais os primeiros redatores brasileiros aprenderam e/ou conviveram. (MOREL,

---

<sup>44</sup> Trecho da carta ao leitor da *Folhinha de Jogos para o anno de 1869*, p. IX.

2018). A segunda diz respeito à intencionalidade das publicações, elas tinham intenções claras de defender e difundir ideias legitimadas da cultura política do século XIX. Isso vale, especialmente, para refletir sobre a forma e função das *Folhinhas de Algibeira*, diante a ausência de livros<sup>45</sup>, para o estudo da pátria. Essas serviam como um instrumento de divulgação de saberes<sup>46</sup>, “cujo propósito consistia em não só reconstruir, com fidelidade, o passado do Brasil, mas também contribuir para a formação dos cidadãos do Império, inculcando alguns valores julgados convenientes à formação da boa sociedade.” (NEVES, 2010, p. 238).

Cabe destacar que as relações entre o contexto político e a circulação da palavra impressa são sempre próximas. Ou seja, os acontecimentos históricos influenciam as edições dos livros e, por isso, em determinados momentos, podemos ver emergir publicações de cunho mais patriótico, que reforçam a identidade nacional, com teor informativo e literário. Todos esses escritos apresentam, explícita ou implicitamente, a ideia de transmitir, de guiar e de “inculcar” determinados preceitos aos seus leitores. Nas palavras de Cooper-Richet (2009), sobre a influência do contexto histórico nas diferentes fases de produção de livros portugueses na França:

[...] até meados da década de 1830, os acontecimentos políticos em Portugal e no Brasil têm uma forte influência sobre a edição de livros. Acontece, a seguir, um retorno aos temas mais tradicionais, como a afirmação da identidade nacional; mas também e, sobretudo, a tradução de grandes obras da literatura romântica, como Alexandre Dumas, Madame Leprince de Beaumont, Florian, Marmontel, Bernardin de Saint-Pierre, Mme de Staël, Charles Nodier ou Mme de Saint-Venant; ou dos autores de romances em folhetins como Paul de Kock. (COOPER-RICHET, 2009, p. 546).

Trazendo tais constatações para o contexto da nossa pesquisa, as *Folhinhas* apresentam esse caráter de guiar e de “inculcar” determinados valores civis e eclesiásticos. Ao longo da

---

<sup>45</sup> Segundo Frade (2010), no campo educacional, o século XIX é marcado por iniciativas do Império para organizar a educação na Corte e nas Províncias e, em 1827, é instituída uma lei geral que regula a educação nacional. Pode-se dizer que, nesse período, e no que se segue a ele, a escola está se constituindo/inventando. Em 1834, o Império passa para as Províncias a administração legal e pedagógica das escolas, o que também nos incentiva a investigar a especificidade das políticas, das ações que instituem a escola, dos materiais e das práticas desenvolvidas em cada local (p. 264). Assim, as primeiras décadas do século XIX ainda são marcadas por um processo de escolarização não consolidado (FARIA FILHO, 2000) e de produção de livros escolares também não consolidado (FRADE, 2010). Sobre a escola nas primeiras décadas do século XIX, Jinzenji (2010) menciona que “tanto as dimensões físicas e materiais quanto a legitimação sociocultural da escola enquanto instância de ensino e aprendizagem se encontravam ainda em sua fase germinal” (p. 22). Diante disso, e através das análises de nossas *Folhinhas*, reforçamos a ideia de que os impressos que circulam nesse período trazem um caráter forte de guias pedagógicos, tanto no que tange aos assuntos relacionados à vida política quanto à vida religiosa.

<sup>46</sup> Por exemplo, ver Lustosa (2003) que, no seu livro “Nascimento da imprensa brasileira”, menciona que os escritos jornalísticos no início da organização da imprensa no Brasil tinham uma função similar ao dos professores, de educar seus leitores numa formação civil e doutrinária. Ver também Capelato (1988), que destaca, em seu livro “Imprensa e história do Brasil”, que a imprensa jornalística desempenha papel similar ao dos partidos.



publicação, é nítida a presença de um discurso que se repousa na persuasão (NOVA, 1996). No que tange aos discursos relacionados à vida política/civil e religiosa/material, especialmente, destacamos a reprodução de artigos da Constituição Política do Império, intitulados “Garantias Constitucionaes” que aparecem em algumas Folhinhas ao final dos meses, onde, geralmente, estão as máximas ou pensamentos de caráter moralizante com assuntos da vida material (civil) e religiosa (espiritual). Esse fato destaca as intencionalidades mencionadas pelas autoras acima, de difundir conhecimentos da pátria, com as informações da cultura política do período vigente, bem como, mesmo que em menor escala, uma intencionalidade também voltada para manifestações literárias (MARTINS, 2018).

Exemplificando por meio das Figuras 11 e 12, a seguir, destacamos dois artigos da constituição, localizados após os dias do calendário, fortemente, carregado de religiosidade católica, cuja intenção é de informar seus leitores sobre a política. Por exemplo, o 1º parágrafo do artigo 179 da Constituição Política do Império: “Nenhum cidadão pôde ser obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma cousa senão em virtude da lei (veja-se o art. 180 do Código Criminal)”, numa relação direta de “comunhão” entre a religião e o Estado, sendo a religião submissa ao estado, mas ao mesmo tempo ocupando um espaço de auxiliar da nação na manutenção da ordem, por exemplo, no 5º parágrafo do mesmo artigo: “Ninguém pôde ser perseguido por motivo de religião, uma vez que respeite a do Estado e não offenda a moral publica (veja-se o art. 191 do Código Criminal)”.

Localizamos, também, na seção, “Noticia geográfica do imperio do Brasil” da *Folhinha de d’Algibeira ou Diario civil e ecclesiastico, do ano bissexto de 1832*, a informação que a religião “Catholica Romana sempre foi a dominante, e depois da constituição todas as mais são toleradas” (p. 102). Essas relações de tolerância com as demais religiões, mostram certa contradição, pois, apesar de dizer que “ninguém pode ser perseguido por motivos religiosos”, as informações religiosas que constam nas Folhinhas são todas de uma propagação de princípios e, inclusive, tempos, penitências e advertências da Igreja Católica. Assim, tolerar não significa aceitar e muito menos deixar se propagar suas ideias nas palavras impressas das Folhinhas.

Cabe destacar que ao colocar entre parênteses a indicação de outros artigos da constituição para a leitura, supostamente, o editor espera que o leitor, primeiro, tenha em mãos a Constituição e, segundo, que a utilize para consultar e tomar um conhecimento mais aprofundado do assunto. Essas informações constitucionais, aparecem em três outras Folhinhas do acervo, são Folhinhas da mesma data de publicação e da mesma editora: *Folhinha da guerra: 1868; Folhinha da devoção: 1868* e *Folhinha de Miscellanea: 1868*.

Figura 11 - Folhinha Militar para o anno bissexto de 1868 (parte 1)

30	ABRIL.	31	
17	Sext. S. Aniceto P. M.; S. Elias, Monge Port. 24,2	27	Seg. S. Tertuliano B.; S. Turibio, Arceb. de Lima; o B. Jacob de Bitecto F. ( <i>Lua no Tropico do Norte.</i> ) 4,7
18	Sab. S. Galdino B. Cardeal; o B. André Hibernon F. 25,2	28	Terç. S. Vital M.; S. Prudencio B.; S. Leão IX, Papa; o B. Lucio F.; o B. Agostinho de Novello A. <i>Faz annos S. A. R. o Sr. D. Luiz Felipe, Conde d'Eu</i> (26). ( <i>Lua no Perigéo.</i> ) 5,7
19	DOM. da PASCOELA. S. Hermogenes M.; o B. Conrado Miliano F. <i>Festa de S. Francisco de Paula na sua Igreja. Anniversario da Sagração do Ex<sup>mo</sup> Bispo do Ceará. (Sol em Tauro.)</i> 26,2	29	Quart. S. Pedro M. D. <i>Ind. nos Conv. de S. Dom.</i> 6,7
20	Seg. Os PRAZERES DE NOSSA SENHORA. S. Ignez de Montepoliciano V. D. <i>Ind. nos Conv. de S. Dom. (Lua no Equador.)</i> 27,2	30	Quint. S. Catharina de Senna V. D.; S. Peregrino, Servita. <i>Ind. nos Conv. de S. Dom. Missa da Santa na Ven. Ord. Terç. de S. Dom.</i> 7,7
21	Terç. S. Anselmo, Arc. de Cantuaría. <i>Anniversario da Sagração do Ex<sup>mo</sup> Sr. Bispo do Pará.</i> 28,2		
22	Quart. S. Soter e S. Caio Pp. Mm.; S. Senhorinha V. Portugueza. 29,2		
23	Quint. S. Jorge M., Defensor do Imperio. 0,7		
24	Sext. S. Fidelis de Sigmaringa, M. Capuch.; S. Honorio B. <i>Ind. plen. no Conv. dos Capuchinhos. Princípio as Novenas do Patrocinio de S. José na sua Freg., e a de Nossa Senhora Mãe dos Homens na sua Cap.</i> 1,7		
25	Sab. S. Marcos, Evang. <i>Lad. e Proc.</i> 2,7		
26	DOM. FUGIDA DE NOSSA SENHORA PARA O EGYPTO. S. Pedro de Rates M., 1 <sup>a</sup> B. de Braga; S. Cleto e S. Marcellino Pp. Mm. <i>Festa de Santa Anna e S. Joaquin na Cap. da Mãe dos Homens.</i> 3,7		

GARRANTIAS CONSTITUCIONAES.	
ART. 179 DA CONSTITUIÇÃO POLITICA DO IMPERIO.	
§ 1.º Nenhum cidadão pôde ser obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma cousa senão em virtude da lei. ( <i>Veja-se o art. 180 do Código Criminal.</i> )	
§ 2.º Nenhuma lei será estabelecida sem utilidade publica.	
§ 3.º A sua disposição não terá effeito retroactivo.	
§ 4.º Todos podem communicar os seus pensamentos por palavras, escriptos, e publica-los pela imprensa, sem dependencia de censura, contanto que hajão de responder pelos abusos que commetterem no exercicio deste direito, nos casos e pela fórma que a lei determinar. ( <i>A responsabilidade pelo abuso é regulada pelo Código Criminal, art. 7.º §§ 8.º e 9.º, nos casos marcados nos arts. 229 e 246 do mesmo Código.</i> )	

Fonte - Casa de Eduardo & Henrique Laemmert. Rio de Janeiro. Referência APM: OR: Folhinha Militar: 1868. Séc. XIX. Cx: 25.

Figura 12 - Folhinha Militar para o anno bissexto de 1868 (parte 2)

30	AGOSTO.	31	
19	Quart. S. Luiz B. F.; S. Magno B. <i>Ind. plen. no Conv. dos Capuch. e no Conv. de S. Franc.</i> 1,3	20	DOM. S. Rosa de Lima V. D., Protectora da Ordem Terceira de N. Sra. do Terço; S. Felix e S. Aduluto Mm. <i>Fe ta do Menino Deus na Cap. do Lapa dos Mercadores. Princ. a Nov. da Natividade de N. Sra., e a de N. Sra. da Lapa no Conv. do Carmo. (Lua no Apogéo.)</i> 12,3
20	Quint. S. Bernardo Ab.; S. Leovigildo. ( <i>Lua no Equador.</i> ) 2,3	21	Seg. S. Raymundo Nonnato, Cardeal; S. Amado e S. Aldano Bb. 13,3
21	Sext. S. Joanna Francisca de Chantal, Viuva, Fundadora da Ordem da Visitação; S. Anastacio M.; S. Umbelina, Irmã de S. Bernardo. 3,3		
22	Sab. S. Timotheo M.; S. Fabriciano e S. Felisberto Mm. ( <i>Sol em Virgo.</i> ) 4,3		
23	DOM. O SAGRADO CORAÇÃO DE MARIA. S. Felipe Benicio; S. Liberato e seus Comp. Mm. Aa.; o B. Jacob de Mevanha D. <i>Festa do Sagrado Coração de Maria no Conv. de S. Antonio.</i> 5,3		
24	Seg. S. Bartholomeu Ap.; S. Aurea V. M.; S. Eustichia. 6,3		
25	Terç. S. Luiz, Rei de França F. <i>Ind. nos Conv. de S. Franc. e plen. no dos Capuch.</i> 7,3		
26	Quart. S. Zeferino P. M.; S. Genes M. 8,3		
27	Quint. S. José de Calazans, Fundador da Congregação dos Clerigos Regulares e pobres da Mãe de Deus das Escolas Pias; S. Rufo B. M.; S. Licerio B. ( <i>Lua no Tropico do Sul.</i> ) 9,3		
28	Sext. S. Agostinho B. e Dr. da Igreja; S. Hermes M. <i>Ind. nos Conv. de S. Francisco, de S. Agostinho e do Carmo.</i> 10,3		
29	Sab. Degollação de S. João Baptista; S. Candida V. M.; S. Sabina V. <i>Princ. a Nov. de N. Sra. da Lapa dos Mercadores na sua Cap.</i> 11,3		

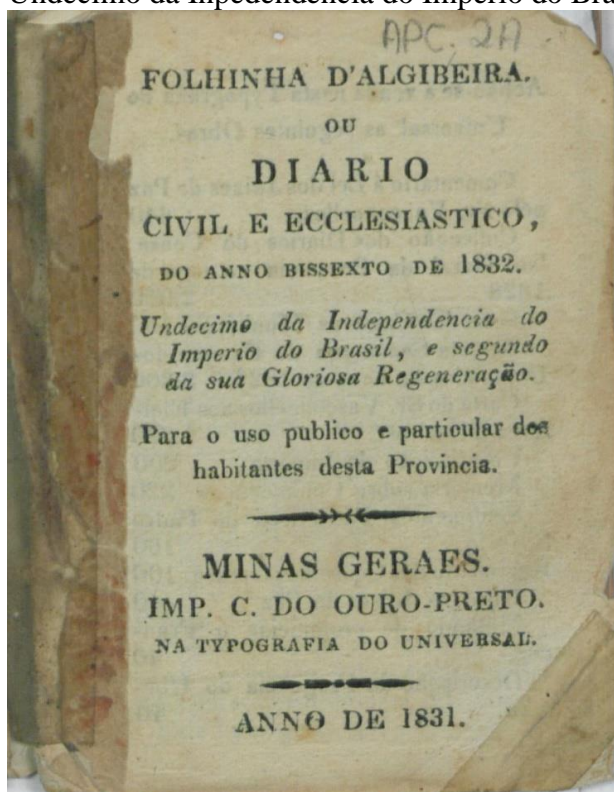
GARRANTIAS CONSTITUCIONAES.	
(Art. 179 da Constituição.)	
§ 5.º Ninguém pôde ser perseguido por motivo de religião, uma vez que respeite a do Estado, e não offenda a moral publica. ( <i>Veja-se o art. 191 do Código Criminal.</i> )	
§ 7.º Todo o cidadão tem em sua casa um asylo inviolavel. De noite não se poderá entrar nella senão por seu consentimento, ou para o defender de incendio ou inundação; e de dia só será franqueada a sua entrada nos casos e pela maneira que a lei determinar. ( <i>Veja-se o Código Criminal artigos 209 a 214.</i> )	
§ 8.º Ninguém poderá ser preso sem culpa formada, excepto nos casos declarados na lei; e nestes, dentro de 24 horas contadas da entrada na prisão, sendo em cidades, villas ou outras povoações proximas aos lugares da residencia do juiz, e nos lugares remotos dentro de um prazo razoavel, que a lei marcará, attenta a extensão do territorio, o juiz, por uma nota por elle assignada, fará constar ao réo o motivo da prisão, os nomes do seu accusador, e os das testemunhas, havendo-as. ( <i>Veja-se o Código do Processo Criminal arts. 131, 148 e 175, que marcao os casos em que tem hoje lugar a prisão sem culpa formada, e o prazo a que não deve exceder a formação da culpa.</i> )	

Fonte - Casa de Eduardo & Henrique Laemmert. Rio de Janeiro. Referência APM: OR: Folhinha Militar: 1868. Séc. XIX. Cx: 25.

É interessante destacar, também, que, assim como os estudos de Neves (2010), mencionamos que os próprios títulos das *Folhinhas de Algibeira*, que circularam no século XIX, traziam “em parte, o contexto político e cultural da época” (p. 238). Em seus exemplos, a autora destaca a *Folhinha d’ Algibeira ou Diário Civil e Ecclesiastico do anno bissexto de 1828. Sétimo da Independência do Brasil*. Afirma que, depois da abolição do Imperador Pedro I, em 1831, os títulos apresentam-se de modo mais laico, deixando de ser um diário eclesiástico e transformando-se em um documento com caráter constitucional e nacional, por exemplo, a *Folhinha Nacional e Constitucional*, publicadas entre o período de 1834 e 1836, por René Ogier.

Tal situação é constatada, também, em nossa pesquisa no título *Folhinha de d’Algibeira ou Diario civil e ecclesiastico, do ano bissexto de 1832. Umdecimo da Inpedendência do Império do Brasil e, segundo da sua Gloriosa Regeneração*, publicada em Minas Gerais pela Imp. C. do Ouro Preto na Typografia do Universal. Além de trazer em seu título a descrição de diário eclesiástico, retrata, em partes, assuntos relacionados ao contexto cultural e político:

**Figura 13** - Folhinha de d’Algibeira ou Diario civil e ecclesiastico, do ano bissexto de 1832. Umdecimo da Inpedendência do Império do Brasil e, segundo da sua Gloriosa Regeneração

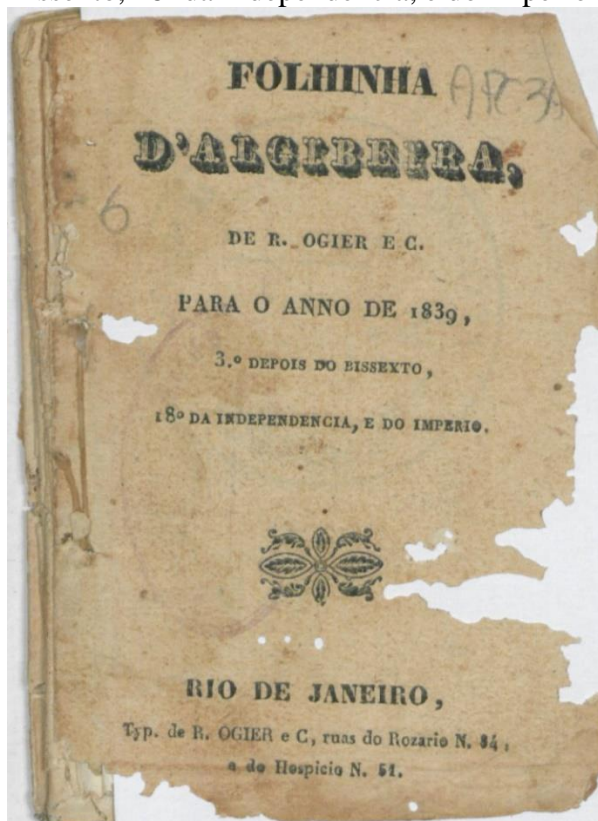


**Fonte:** Imp. C. do Ouro Preto na Typografia do Universal. Referência APM: OR: Folhinha de d’algibeira 1831. 0010. Séc. XIX. Cx.60.



Em outra Folhinha, denominada de algibeira, a *Folhinha D'Algibeira, De R. Ogier E C. Para o anno de 1839. 3º depois do Bissexto, 18º da Independencia, e do Imperio*, a expressão eclesiástica não aparece. Fica, apenas, o destaque para a informação constitucional e a ideia de uma publicação com o caráter mais laico, diante ao período, se reforça.

**Figura 14** - Folhinha D'Algibeira, De R. Ogier E C. Para o anno de 1839. 3º depois do Bissexto, 18º da Independencia, e do Imperio (parte 2)



**Fonte:** Typografia de R. Ogier e C. Rio de Janeiro. Referência APM: OR: Folhinha d'algibeira: 1839. 0010. Séc. XIX. Cx. 54.

Desse modo, “as Folhinhas procuravam legitimar fatos e datas importantes, que pudessem caracterizar um projeto político que distinguisse as diferentes épocas do processo da história do Brasil” (NEVES, 2010, p. 238). E essa ideia de marcar épocas específicas é explicada ao leitor na própria Folhinha em forma de nota, na seção “Noticias Cronológicas”:

(\*) Cronologia é a arte de medir os tempos; de fixar épocas para esse fim etc. Época é um ponto geralmente determinado por algum acontecimento notável, desde o qual se conta o tempo, e os anos contados desde aquelle ponto chamão-se uma Era. O nascimento de Christo é uma época, os anos que se contão desde aquelle acontecimento chama-se a Era Christã. (Folhinha de d'Algibeira ou Diario civil e ecclesiastico, do ano bissexto de 1832, p.13).

(\*) \*chronologia é a doutrina ou conhecimento dos tempos. Ao aperfeiçoamento d'esta arte, deve-se o desaparecimento dos sonhos do philosophismo anti-christão. Todas as antiguidades que eram preconizadas como um desmentido aos livros sagrados de Moysés, e depondo da eternidade do mundo, dessaparecerã: Mr.

Champolion, Mr. Latrone, e Mr. Paravey derrubarão as teorias dos depois, Volney, etc. O Alfabete Phonetico e as antiguidades gregas, empregadas por aquelles illustres sabios, mostrarão que o zodiaco de Denderah foi feito depois do Imperador Domiciano, bem como o Zodiaco d'Esné. Consulte-se L'Université Chatolique, e Jesus Christo Perante o século. (Folhinha de saudade para o anno de 1857 seguida do tributo de um portuguez da Senhora D. Maria II. A virtuosa Rainha de Portugal. p.9).

A ideia de trazer explicações relativas à questão do tempo, reforça o carácter das Folhinhas de guiar os leitores dentro de uma representação de tempo. Outro exemplo significativo, é a presença de um texto explicativo na seção “Do Calendário e Cronologia”, que nos permite perceber como o tempo e sua marcação, associados a fatos e acontecimentos, diz respeito à própria existência do homem e de suas percepções sobre um contexto histórico específico, pois “o homem civilizado, liga os factos à épochas, e datas precisas, arranjadas em sua ordem”, ou seja, as leis naturais e civis se juntam para distinguir o civilizado do selvagem:

Todas as nações policiadas contão o tempo, seja o passado ou futuro, por periodos, que dependem dos movimentos dos Astros, he esta uma das causas, que distinguem homem civilizado do selvagem, porque estando o primeiro em estado de contar, a cada instante, a duração de sua existencia passada, e de predizer à certas épochas, o renovamento de certos acontecimentos, de trabalhos e deveres marcados por Leis naturaes ou civis... no entanto o homem civilizado, liga os factos à épochas, e datas precisas, arranjadas em sua ordem. Sem a sciencia das épochas, ou Chronologia, tudo o que os homens tem feito até ao presente, seria como perdido para nós, a Historia não existiria; os homens em fim, cuja a vida social exige o concurso dos differentes individuos, em certas circumstancias e tempos, não poderiam acodir ao tempo preciso, e não existiria sociedade verdadeiramente civilizada, sem a convenção de contar o tempo de hum modo regulado; he isto o que tem dado lugar aos Calendarios das differentes Nações e as suas Chronologias, etc. Há duas especies de anno usados pelas diversas Nações do Universo, a saber: annos solares, e annos Lunares: o anno Solar he medido pelo movimento apparente do sol, ao longo da Ecliptica (que he o da terra no seu movimento de translação a roda do sol) em que se gastão 365, 5 horas, e 49 minutos. O anno Lunar he composto de 12 lunações, sua duração he de 354 dias, 8 horas, 44 minutos, e 3 segundos. D'onde se vê, que o anno Lunar he mais pequeno perto de 11 dias do que o anno Solar, e que por consequencia se estes dois annos principiarem huma vez no mesmo dia, o anno Lunar acabará antes do Solar 11 dias. Os Arabes e os Mulsumanos contão por annos Luanres, os Hebreus não contarão por outros. Porém as Nações mais policiadas e esclarecidas de hoje, tem procurado combinar as duas especies de anno acima referidos: isto já fizeram os Athenienses por meio do famoso Cyclo Aureo, inventado pelo Mathematico Meton. He o que se faz ainda hoje na Europa, e em geral os Catholicos Romanos, que vão adaptar o anno Solar para o uso Civil e o anno Lunar para o uso Ecclesiastico, como fazião os Hebreos. Seria extenso falar aqui das correções Juliana, ou de Julio Cezar, e Gregoriana, ou do Papa Gregorio XIII para reformarem o Calendario, das inexactidões, que o tempo tinha produzido, em consequencia de não serem os annos compostos de hum numero exato de dias a ser preciso admitir fracções destes, o que deu origem a differentes problemas, e intercalações de dias d'onde resultarão annos comuns, annos bissextos, annos Julianos, e Gregorianos, a correspondencia que tem huns com outros, e o modo de calcular as festas moveis. (Folhinha D'Algibeira, De R. Ogier E C. Para o anno de 1839. 3º depois do Bissexto, 18º da Independencia, e do Imperio. p.6-7).

Esse texto representa percepções e a mentalidade dos sujeitos do oitocentos que acreditam que uma verdadeira nação tem a representação do tempo, com um elemento

essencial para a construção da história. Além disso, acreditam na distinção entre o homem civilizado e o homem selvagem e, inclusive, que o homem civilizado estava em estado de contar a duração da sua existência, bem como predizer certas épocas, ou seja, trazer consigo o conhecimento de determinadas épocas históricas, bem como, noções de acontecimentos passados, futuros. Assim sem a ciência das épocas que se refere à cronologia, os sujeitos se perderiam e não existiria uma história, “uma vez que para tais homens a história representava, sobretudo, a perspectiva de fatos que se sucediam” (NEVES, 2010, p. 240). Por fim, esse texto reforça a ideia de uma semiologia do tempo específica para cada nação.

Em seu estudo sobre os almanaques, Botrel (DETLI)<sup>47</sup> destaca que o que há de comum em todos eles, é a presença de um discurso generalista, efêmero e repetitivo para cada ano, em que a noção de guia do tempo se faz presente. A noção de predizer o que irá acontecer ao longo do ano está ali, descrita nas páginas desse impresso, sendo este um guia de consultas por motivos e funções diversas, seja por superstições, utilidades agrícolas, utilidades temporais, bem como informações religiosas. O autor ainda acrescenta que a principal novidade dos almanaques do século XIX, é a mistura do aspecto literário, recreativo e enciclopédico. Em suas palavras, o autor define este gênero editorial como uma “máquina textual”.

Todos esses aspectos são semelhantes no discurso das Folhinhas, em que a relação *homem, sociedade e tempo* se relacionam em todos os aspectos, seja pelas superstições, pelas influências dos astros, pela mentalidade da época, pelas ideias legitimadas num determinado tempo-espaço, seja pelo tempo civil, eclesiástico, astrológico. As indicações dos calendários, das festas civis e religiosas, os signos dos zodíacos, os eclipses solar e lunar, as informações históricas de fatos passados, a apresentação das épocas gerais e épocas nacionais, ou mesmo os prognósticos para o ano que irá chegar, retratam uma “representação simbólica do próprio poder real” (NEVES, 2010, p. 244). Isso nos permite problematizar que tais impressos, além de simplesmente transmitir informações, se constituem como uma “espécie de compêndio para vida do cidadão do Império do Brasil” (NEVES, 2010, p. 244), cuja intenção de ensinar, de convencer, de guiar seus leitores dentro das ideias legitimadas, dos interesses e dos preceitos da época se consolida em cada palavra escrita e, similarmente, nas Folhinhas que fazem parte do *corpus* desta pesquisa. Segundo a autora

por meio de um texto simples e direto, procuravam traduzir as linguagens políticas de épocas distintas que foram capazes de expressar as diversas identidades políticas presentes naquelas conjunturas do Império do Brasil, permitindo a apreensão das

---

<sup>47</sup> Jean- François Botrel - contribuição inédita para o Diccionario Español de Términos Literarios Internacionales (<http://cchs.csic.es/es/webpage/diccionario-espanol-terminos-literarios-internacionales-detli>) ainda no prelo.

variadas visões de mundo de uma época, ainda que muitas vezes eivadas de ambiguidades. (NEVES, 2010, p. 244).

A imprensa do século XIX “figurava como força e instrumento essencial para a atuação no mundo público” (MOREIRA, 2011, p. 14), pois a palavra *impressa*, com a finalidade de difundir ideais legitimados de uma época, permitia aos seus leitores, mesmo que de modo “persuasivo”, a compreensão do mundo político, ou melhor, da complexidade do jogo político. Assim, relações eram estabelecidas entre os sujeitos leitores e os espaços de poder e, desse modo, a “imprensa desenvolvia-se como um dos lugares para a ação de agentes históricos das províncias...” (*idem*, p. 14). Nesse sentido, ao olhar para as Folhinhas, percebemos, explicitamente, a difusão de certos valores, condutas, informações e uma palavra impressa que se configurava com agente histórico, com o intuito de transmitir conhecimentos mais específicos sobre o contexto histórico. Todavia, esse mesmo olhar que percebe as intenções explícitas de um impresso, também constata o silêncio que há nas entrelinhas do discurso veiculado nos impressos investigados. E é esse olhar que nos permite compreender a complexidade da história do tempo-espaço e do próprio impresso.

Nessa mesma perspectiva, a análise das Folhinhas em diálogo com a reflexão de Bloch (1976), em seu estudo introdutório sobre a história, mostra que esse tipo de publicação - assim como outros documentos, que conseguimos reunir através dos inventários de arquivos ou bibliotecas, catálogos de museus, repertórios de bibliográficos de todas as espécies -; traz, em sua palavra impressa, um importante papel de transmissão da memória de um determinado tempo-espaço a outras gerações. Assim, as Folhinhas, especialmente nesse caso, um gênero de publicação bastante comum no século XIX (MOREIRA, 2008), possibilitam a transmissão de uma memória, refletida por Bloch (1976), numa dimensão de uso diário e constante, especialmente, pelo seu caráter de guia e pelo seu formato (MOREIRA, 2008). Junte-se a isso o caráter simbólico e material, quando o leitor pode portá-la junto ao corpo, em qualquer algibeira.

De modo significativo, destacamos um longo trecho da carta ao leitor de uma das Folhinhas que nos remete, justamente, à perspectiva de valorização de alguma ideia, bem como à noção de transmissão de conhecimentos aos seus leitores. Nela, há representações sobre a imprensa, sobre o livro, seus usos e, por mais que pesem os baixos índices de alfabetização, chama atenção o papel pretendido pela cultura escrita, na produção de práticas e representações. Num achado da pesquisa, as palavras impressas na *Folhinha de Jogos para*

*o anno de 1869*<sup>48</sup> dizem, justamente, sobre o nascimento da imprensa e sua importância para o desenvolvimento de uma nação, como um meio de cada cidadão tomar conhecimento da sua pátria. Com a ausência da habilidade de ler e escrever, no período, da maioria dos brasileiros, chama atenção a idealização de que a escrita ou o livro, depois da invenção da tipografia, está presente no país, em todas as casas, pois “no Brasil não há casa por pequena e modesta que seja que não contenha um livro, não há lugar ermo onde a criança não se ensine a ler para adquirirem os conhecimentos tão necessários á vida; em toda a parte se encontram periódicos relatando o que se passa pelo mundo” (p. XIV). Na carta, é evocada a liberdade de imprensa que, mesmo dando o direito de tudo se escrever, também possibilita aos sujeitos a defesa de seus interesses e reflexões sobre liberdade política:

[...] Teve, depois da emancipação política, o Brasil grandes mestres, eminentes por seu saber e originalidade, como pelas sublimes inspirações que retratarão com tanto encanto na lingua de Camões. E como poderia acontecer de outra maneira, visto a imprensa brasileira gozar de uma liberdade sem limites, não estando sujeita a empecilho algum. Sem duvida o abuso não raras vezes se introduz ao lado do direito de tudo se escrever, mas comparando-se as vantagens que d'elle resultão, excedem todas as desvantagens que essa liberdade traz consigo, pois faz perder á calúnia ou á difamação o credito que poderia ter, resultando que a verdade sobrenada, que a mentira se esvaece e cahe debaixo do peso da opinião publica. Só encaro uma preciosidade na liberdade da imprensa: o direito possuído por todo cidadão, por mais ínfima que seja a sua condição, de poder denunciar, mostrar do dedo, o poder que abusa da sua posição; só vejo a possibilidade de cada um defender seus próprios interesses. A Liberdade da imprensa é sem contestação um meio certo de conseguir-se parallelamente a liberdade política, a dignidade, e todos os bens mais sagrados da civilização. É o meio de participar cada um do governo da sua patria... Não posso, fallando do exímio beneficio de que goza o Brasil na sua liberdade da imprensa, deixar de recordar-vos a quem devemos uma das maiores invenções do espirito humano [...] devemos-lo ao homem imortal João Gutenberg, o inventor da Arte Typographica...que como nenhuma outra operou milagres e transformações em toda a vida intelectual do nosso mundo. A typographia é por isso a mais benéfica invenção porque é philantropica e popular, porque traz civilização consigo e com ela liberdade para todos. Emquanto só se sabia escrever era o thesouro do saber patrimonio reservado dos poucos que podião comprar os carissimos livros escriptos á mão [...]A arte typographica veio abrir a porta a uma era nova! “Por isso, reconhecimento eterno ao João Gutemberg! Gloria a elle, que no Brasil não há casa por pequena por pequena e modesta que seja que não contenha um livro, não há lugar ermo onde a criança não se ensine a ler para adquirirem os conhecimentos tão necessários á vida; em toda a parte se encontram periodicos relatando o que se passa pelo mundo; cada cidadão reflectido discute o que nas camaras se trata a respeito dos impostos que tem a pagar, e mesmo o homem de pequenas posses tem no seu armario alguns livros para instruir-se e distrahir-se nas horas vagas. (p. XIV e XV).

Nesse sentido, como já mencionado, após 1808, as atividades editoriais no território brasileiro se ampliaram, e a presença de livreiros franceses era significativa no País. As livrarias especializadas começam a surgir nas principais cidades brasileiras – Rio de Janeiro e Salvador -, embora o comércio, especialmente entre os comerciantes franceses, fosse de venda

---

<sup>48</sup> Folhinha de Jogos para o anno de 1869 Contendo a chronica nacional noticias curiosas e interessantes. E um tratado do jogo do Voltarete seguido dos do Cassino e Estenderete. Casa de Eduardo & Henrique Laemmert. RJ. (Fonte APM: OR: Folhinha de jogos: 1869. Séc. XIX. Cx.51)



de livros associados a vários outros produtos de mercado. O mesmo ocorre, em relação à concomitância de instâncias envolvidas na produção, divulgação e distribuição (DARNTON, 1990). Em todo o Brasil, a maioria das tipografias eram, também, livrarias e o cenário nos anos oitocentos era de 149 tipógrafos em atividade (VAINFAS, 2002). Hallewell (2005) destaca os anos que sucederam a independência do Brasil, em 1822, quando as atividades tipográficas cresceram justamente pelo aumento da leitura provocado pelo interesse pela política. Todavia, o comércio livreiro no Brasil se estabiliza no final da década de 1820<sup>49</sup>.

No Rio de Janeiro, a *Imprensa Régia*, que em 1821 passou a se chamar *Typographia Nacional*, deteve o monopólio da impressão até 1822 e Paulo Martin foi o livreiro editor mais importante até essa data, sendo, também, o distribuidor oficial da *Gazeta do Rio de Janeiro* (HALLEWELL, 2005). Em 1824, o imigrante francês, Pierre René François Plancher de la Noé criou sua casa editora e investiu em publicações de periódicos, a exemplo do *Jornal do Commercio*, *Almanaque Plancher*, *Folhinhas de Algibeira e Porta* e vários guias. Outros livreiros importantes também se instalaram no Rio de Janeiro, por exemplo, Francisco de Paula Britto, Louis Mongie, Firmin Didot, Baptiste Louis e Hyppolite Garnier, E. e H. Laemmert, Cruz Coutinho e Francisco Alves (VAINFAS, 2002, p. 486). Especialmente sobre o período de 1821-1822, Neves (1993) faz um levantamento das publicações na Tipografia Nacional e destaca um número expressivo para este período:

Encontraram-se, para o período, 516 títulos, não levando em consideração as leis, cartas e alvarás. Número bastante expressivo, uma vez que entre 1808, ano da criação da Imprensa Régia, e 1820, a Tipografia Nacional publicou apenas 569 trabalhos. Devem acrescentar-se ainda 115 títulos, publicados por tipografias particulares, também no Rio de Janeiro, a partir de 1821, totalizando 631 obras. (NEVES, 1993, p. 124).

Sobre essas publicações, Neves (1993) faz uma análise das categorias desses impressos<sup>50</sup> e destaca que foram os folhetos, panfletos e periódicos, que circularam entre os anos de 1821 e 1823, que contribuíram para as leituras da elite, em uma perspectiva mais intelectual do que social, no contexto do movimento da independência. Tais impressos tinham a intencionalidade da difusão dos princípios da cultura política do período, em se que “buscavam no liberalismo incipiente os argumentos e as instituições capazes de assegurar uma maior participação nos negócios públicos, embora sem abalar a ordem. Daí regeneração ao invés de Revolução” (p. 125). Assim, os impressos políticos buscavam a abrangência de um público cada vez mais amplo para se transmitir e difundir novos valores políticos

<sup>49</sup> Ver a Tabela 3, desenvolvida por Hallewell (2002, p. 121).

<sup>50</sup> Neves (1995), traz uma tabela de impressos nesse período separado por categorias, quantidades e porcentagens. Do total de 631 impressos, 210 referiam-se aos documentos oficiais; 195 belas letras; 161 histórias; 36 periódicos; 15 Ciências e Artes; 8 Jurisprudência; 6 Teologia. (p. 124).

relacionados à construção de um Estado Liberal, no intuito de influenciar, “persuadir” o público leitor:

[...] em geral, a característica básica dos folhetos políticos era o caráter polêmico e didático, sob a forma de comentários de fatos recentes ou discussões sobre as grandes questões da época. Muitas vezes, encadeavam-se uns aos outros, ou a algum outro tipo de publicação, como os jornais, constituindo uma verdadeira ‘rede de polêmicas’. Em sua maioria, apresentavam as ideias de forma bastante organizada, explicando o autor seu posicionamento sobre o assunto e procurando fornecer opiniões e ensinamentos que pudessem influenciar o público leitor. (NEVES, 1993, p. 126).

O comércio de livros no Brasil, no século XIX, antes da navegação a vapor - que, em 1839, uniu todas as suas províncias marítimas -, era uma atividade mais autônoma de cada parte do Império, pois cada localidade desenvolvia suas próprias atividades comerciais. A partir de meados do século XIX, o *status* de capital, agregado à instalação da corte, fez do Rio de Janeiro um local que atraía “a nata do talento literário e intelectual do país...”, bem como os “produtos de suas editoras gozavam de um prestígio nacional que inexistia em quaisquer outros centros” (HALLEWELL, 2005, p. 126). Isso era aliado à população maior da cidade e a uma posição geográfica conveniente, que garantiam às atividades editoriais um mercado mais amplo.

Além de editar materiais impressos, uma outra atividade que se liga à sua distribuição e venda pode ser associada tanto à editora que agrega todas as funções, como às instituições que apenas distribuem esses materiais. Analisando as *Folhinhas de algibeira*, vemos que grande parte era publicada pela Laemmert, com sede na corte, seguida da *Livraria Universal*, as demais *Typografia de R. Ogier*, *Typographia de Antonio Gonçalves Guimarães & comp.* É possível notar que algumas, também, se denominavam *livraria* ou *tipografia*, mostrando que a distribuição talvez fosse feita com venda na própria casa de edição.

Apesar de não ser nosso objeto de pesquisa, a circulação e comercialização, pela citação do trecho da carta ao leitor, apresentada a seguir, ganham destaque, ou seja, parece se almejar uma grande circulação e um desejo de que sua leitura alcance todos os continentes onde se falava a língua portuguesa. No imaginário do editor ou redator, a popularização em grande escala não teria limites:

E a mim, que me desejarei? Que minhas Folhinhas tão invejadas continuem na sua sempre crescente extracção, e sejam compradas afinal por tres milhões em todas as immensas partes da America, Europa, Africa e Asia, onde se falla a formosa língua portugueza, e que me veja obrigado a fazer tantas edições quantas sejam sufficientes para com a somma de todos os exemplares se poder edificar uma nova torre de Babel!” (Folhinha para o anno de 1853. p. 13)<sup>51</sup>.

---

<sup>51</sup> *Folhinha para o anno de 1853*. Agostinho Gonçalves Guimarães. Rio de Janeiro. Referência APM: OR: Folhinha para o anno de 1853. Séc. XIX. (cx. 57)

Sobre a relação de configuração social e venda de livros ou de outros impressos, são importantes os estudos de Ubiratan (2003). Em seu livro “A etiqueta de livros no Brasil – subsídios para uma história das livrarias brasileiras”, menciona que o século XIX foi marcado por um contexto de desafio constante do comércio livreiro, em que a venda de livros não era suficiente para garantir os lucros capazes de sustentar o negócio. Era necessária a venda de diversos produtos, por exemplo, artigos de papelaria, chá, fumo, louça. Somente nos anos de 1840 as livrarias brasileiras se tornam livrarias de fato – isto é, um local onde predominava a venda de livros (UBIRATAN, 2003, p. 20).

Entretanto, é bom que se recorde que, assim como as livrarias do período vendiam simultaneamente livros, rapé, chá, tinta, papel e porcelana, não é possível estabelecer uma relação direta entre a expansão do número de tipografias e o crescimento da produção livreira, posto que elas eram incumbidas de preparar rótulos de diversos produtos, folhetos, panfletos, edição de jornais, revistas e, quiçá, de livros. (SCHAPOCHNIK, 2004, p. 4).

O século XIX, no Rio de Janeiro, foi marcado pela presença de impressores, editores e livreiros estrangeiros, além de um importante espaço cultural. Especialmente, nos anos de 1850, as livrarias multiplicaram-se, demonstrando, assim, a existência de um público leitor crescente, bem como elas se consolidavam como espaços de socialização de intelectuais (UBIRATAN, 2003). Nas palavras de Eliana de Freitas Dutra (2005), em seus estudos sobre a história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier, “[...] desde o século XIX, impressores, editores e livreiros estrangeiros instalaram-se na cidade e desde então tornaram-se presença fundamental no comércio e edição de livros, e um importante ponto de referência e de dinamização da sua paisagem cultural” (p. 23). Nessa mesma perspectiva, Hallewell (2005) destaca os múltiplos empreendimentos de D. João e seus ministros à cidade do Rio de Janeiro relacionados à cultura, educação e economia, por exemplo, “além do Jardim Botânico, uma escola de medicina, um laboratório de química, uma Academia de Belas-Artes, um Museu Nacional, o primeiro Banco do Brasil e a Biblioteca Real (hoje Nacional)”. (p. 108).

Nesse sentido, o autor destaca, também, nesse mesmo contexto, uma ambiguidade nítida entre a presença significativa de mudanças de ordem material e intelectual, que iam se consolidando na cidade, e o pequeno estímulo à expansão das livrarias. Essa ambiguidade repousava no papel da censura que ainda se fazia fortemente presente sobre o comércio legítimo dos livros. Em 1821, a censura, ainda, estava presente nas atividades tipográficas. Somente a partir de 1822, os folhetos começam a ser identificados com as iniciais dos nomes dos autores. Conseqüentemente, com o fim da censura, houve um aumento do número de folhetos publicados por tipografias particulares (NEVES, 1993). Com esse mesmo olhar,

Hallewell (2005), menciona que, apesar de lento, o aumento das livrarias no Rio de Janeiro era constante:

aumentou também de forma lenta mas constante o número de livrarias, que passaram de duas em 1808 para cinco em 1809, sete em 1818 e doze em 1816. Muitas delas, evidentemente, eram estabelecimentos paupérrimos. Visitantes que estiveram no rio entre 1817 e 1820 afirmaram que havia apenas quatro livrarias na cidade. Seja como for, os Ipanemas registraram-se como segue: 1808, Paulo Martin e Manoel Jorge da Silva; 1809, Francisco Luís Saturnino da Veiga, Manuel Mandillo (que após 1814, se associou a José Borges de Pinho) e João Roberto Bourgeois; 1812, Manuel Joaquim da Silva Porto (associou-se depois de 1815, a Pedro Antônio de Campos Bellos), e José Antônio da Silva; 1815, Carlos Duran; 1816, Fernando José Pinheiro, Jerônimo Gonçalves Guimarães, Francisco José Nicolau Mandillo e João Baptista dos Santos; 1818, Antônio Joaquim da Silva Garcez, João Lopes de Oliveira Guimarães e Manuel Monteiro Trindade Coelho. (p. 108).

O comércio de livros no Rio de Janeiro, nos oitocentos, contou com a presença, significativa, dos franceses, o “que trouxe à cidade a elegância, o bom gosto e as gentilezas do comércio parisiense” (UBIRATAN, 2003, p. 20). Assim como as demais atividades, o comércio livreiro também se influenciou desse contexto. Outros estrangeiros também fizeram parte dessa iniciativa comercial e cultural, por exemplo, a Livraria Lombaerts, dos proprietários belgos, Jean Baptiste Lombaerts e seu filho Henri Gustave Lombaerts, que trabalhavam, especialmente, com jornais e revistas importados. Da mesma forma, a firma suíça de Leuzinger, chegou ao Rio em 1832; era conhecida com a “loja do papel”, e, ao final do século XIX, era especialista em encadernações e xilogravuras. Ficou, assim, conhecida como a mais importante encadernadora do Brasil, “produzindo trabalhos de padrão superior aos melhores europeus e garantindo, assim, contratos regulares para encadernar as próprias publicações do governo nacional.” (HALLEWELL, 2005, p. 230).

Além de Lombaerts e Leuzinger, outra casa e editora de importância, inclusive maior, foi a Laemmert, dos irmãos alemães Eduardo e Henrique Laemmert. Foi, durante muitos anos, a principal concorrente do parisiense, que chegou no Brasil no ano de 1844, Baptiste Louis Garnier. A livraria *Garnier*, desde sua instalação, “além de monopolizadora do melhor comércio de livros da capital, desempenhou um papel de centro catalisador de publicações das obras dos nossos maiores homens de letras” (DUTRA, 2005, p. 24). Em 1893, com a morte de B.L. Garnier, quando seu irmão Hippolyte Garnier decide revitalizar a filial no Rio, Laemmert se torna a principal casa editora brasileira (HALLEWELL, 2005). Todavia, Hallewell (2005) menciona que Garnier e Laemmert não poderiam ser considerados diretamente concorrentes ou competidores, pois cada uma dessas firmas tinha interesses bem estabelecidos “o suficiente para criar uma divisão de facto do mercado.” (p. 237).

Em Minas Gerais, Hallewell (2005) destaca importância cultural de Vila Rica, atual Ouro Preto, pois, de fato, foi nesse local que se imprimiu um livro, em 1807, antes mesmo do surgimento da *Impressão Régia* no Rio. Sobre essa província, pode-se dizer que “há uma origem quase mitológica da arte de imprimir” (MOREIRA, 2008, p. 26). Hallewell (2005) menciona que, em 1832, houve a impressão do *Diccionario da Lingua Brasileira*, por Luís Maria da Silva Pinto. Em 1833, imprimiu-se uma coleção das *Leis do Imperio do Brasil*, por um impressor chamado Silva e, assim, outras tipografias foram surgindo em outras cidades mineiras, por exemplo, em São João del-Rei, em 1827; Diamantina, em 1828 e Mariana, em 1830. Ainda que “muitas dessas tipografias só se ocupassem da impressão de jornais, uma quantidade moderada de livros foi, sem qualquer dúvida, publicada na província de Minas Gerais, então a mais populosa do Brasil.” (HALLEWELL, 2005, p. 129).

Depois dos anos de 1820, a imprensa em Minas Gerais ainda continuava artesanal e elementar (MOREIRA, 2008), e o contexto político dos anos finais do Primeiro Reinado impulsionou a criação de diversos prelos, bem como incentivou tentativas de instalações de tipografias. Inicialmente, destacamos a tentativa, em 1822, de Luís Maria da Silva Pinto, com uma imprensa oficial, *Typografia Nacional*, mas sem êxito. Outra oficina tipográfica foi criada na mesma época por Manuel José Barbosa, com o apoio do Padre Viegas de Menezes e ocupava-se “primordialmente da impressão de papeis oficiais” (MOREIRA, 2008, p. 28). Em 1823, veio dessa officina o primeiro periódico de Minas: *O Compilador Mineiro* e, também em 1823, iniciava-se a impressão de *O Universal*, “o mais longo periódico mineiro do Primeiro reinado e das Regência.” (Idem, p. 28).

A criação, e a manutenção, das tipografias mineiras exigiram muito de seus proprietários. Os altos custos dos materiais tipográficos, por exemplo, levaram os tipógrafos a se reorganizarem e desenvolverem diversas funções – redator, compositor e impressor, por exemplo – sozinhos, ou com a ajuda apenas de uma pessoa para superar as dificuldades, produzindo, com muito esforço e com uma materialidade própria, suas máquinas de imprimir (MOREIRA, 2008). Nesse contexto, as tipografias vão surgindo, além da *Officina Patrícia de Barbosa e Cia*, outros estabelecimentos tipográficos foram se estabelecendo, por exemplo, *Officina de José Vicente Ferreira*, *Typografia Mariannense* e a *Typographia de Silva* – que antes, sem êxito, fora a idealizada no projeto da *Typografia Nacional*. Depois, nos anos de 1827, surge, também, a *Typografia do Universal*, de José Pedro Dias de Carvalho, que representou “certo crescimento da atividade impressa na Província de Minas Gerais e a formação de um espaço público.” (p. 30).

Nesse sentido, apesar de as editoras não serem nosso objeto de estudo, entender os impressos publicados por algumas delas é entender, também, a edição nas províncias como o Rio de Janeiro/corte e Minas Gerais. Como não localizamos estudos sobre todas as editoras, uma forma de compreender sua produção é uma aproximação com suas próprias publicações. Assim, é muito difícil compreender o impresso, as suas formas de produção, distribuição e vendas, sem passar, especialmente, pelos estudos sobre as editoras que produziram as Folhinhas do *corpus* da pesquisa, como a *Laemmert, Tipografia do Universal*, *Antônio Gonçalves Guimarães e Tipografia do Ogier*.

Ao analisar e percorrer o cotidiano de uma oficina ou casa tipográfica, percebemos elementos que podem nos auxiliar na compreensão do processo de produção e difusão de livros (DARNTON, 1990) e sobre o processo de transmissão de textos. De modo mais geral, o estudo das editoras, tipografias, livrarias, com todas essas funções associadas ou separadas em determinado tempo “é capaz de dar grandes contribuições tanto para a história social quanto para a história literária.” (p. 125).

Este trabalho não se deterá numa conceituação de editora, que pode ser tipografia, gráfica e comércio, ao mesmo tempo. Chartier (1988) mostra a dificuldade dessa definição, ao destacar que, no século XIX, a profissão de editor se configurava nos planos intelectual e comercial. Isso significa dizer que o editor cuidava do processo que vai desde a captação dos textos e sua impressão, que estaria mais relacionada ao intelectual, até sua distribuição, que se refere ao plano comercial, ao pensar a circulação da obra (venda /comercialização). Numa reflexão similar, Darnton (1990) menciona que os processos de produção e de comercialização dos impressos, no século XIX, se misturavam, pois diante a falta de funcionários nas tipografias, a pessoa responsável pela impressão cuidava também da parte de comercialização.

No próximo tópico, percorreremos, brevemente, os caminhos das editoras responsáveis pela publicação das Folhinhas que fazem parte do *corpus* da nossa pesquisa. Destacamos de antemão que, do total de 48 Folhinhas arquivadas no acervo, uma Folhinha foi publicada pela *Tipografia de R. Ogier e C.*; uma pela *Tipografia do Universal*; quatro pela *Typographia de Antonio Gonçalves Guimarães & comp.* e todas as demais pela *Livraria Universal* de Eduard e Heirich Laemmert.

#### 5.4 As editoras das *Folhinhas*: Laemmert, Imp. C. do Ouro Preto na Typografia do Universal. Typografia de R. Ogier e C; *Typographia* de Agostinho de Freitas Guimarães (que mais tarde em, 1856, passou a livraria para o sobrinho, Antonio Gonçalves Guimarães & comp) e Livraria Garnier

##### 5.4.1 E & H. Laemmert, Souza Laemmert e a *Typografia Universal*

[...] as personalidades dos sócios eram muito diferentes, em virtude da peculiar combinação do faro literário e viabilidade comercial que constitui o negócio editorial, complementaram-se de maneira admirável. Eduard (o antes Eduard), enérgico, ousado, artístico – e, segundo um comentário maldoso, “insinuante, ativo, intrigante”<sup>52</sup> – era a fonte de energia, idéias e visão da firma, o componente “Ariel”; Henrique, reservado, cauteloso, prático, era “Caliban”, o contador metódico da firma. (HALLEWEEL, 2005, p. 234).

Eduard Laemmert, nascido em 10 de agosto de 1806, e seu irmão Heinrich, nascido em 27 de outubro de 1812, são filhos de F. W. Laemmert, “um clérigo protestante de Rosenberg, no grão-ducado de Beden” (HALLEWELL, 2005, p. 232), que os educou em casa “nas línguas antigas” e os guiou para os caminhos de uma “carreira comercial”<sup>53</sup>. Aos 14 dos filhos, o pai os enviou para a capital ducal, Karlsruhe, para um aprendizado no comércio de livros, “Eduard foi trabalhar com o impressor e livreiro Gottlieb Braun, e Heinrich com um livreiro chamado Marx.” (p. 232).

Eduard Laemmert, assim que terminou seus estudos de aprendiz em Karlsruhe, foi para Paris e, lá, teve a oportunidade de trabalhar na firma de Hector Bossange, fundada em 1785. Passados dois anos, Bossange decidiu abrir uma filial no Rio de Janeiro, “uma sociedade entre Eduard Laemmert, representante de Bossange, e um português chamado Souza, que representava J. P. Aillaud. Em 1827, abriram a firma com o nome de *Souza Laemmert*, e se tornaram “vendedores de obras francesas modernas de filosofia, administração, artes, ciências, poesias”<sup>54</sup> (p. 233). Mas essa firma fechou após cinco anos de início das suas atividades. Sobre esse fechamento, Diana Cooper-Richet (2009), em seus estudos sobre a produção e circulação de livros, revistas e periódicos em português, em e a

<sup>52</sup> Ver Halleweel (2005, p. 234) – Referência: Edição Commemorativa do Centenario do “Jornal do Commercio”, org. Victor Vianna, Rio de Janeiro, Jornal do Commercio, 1927, p. 105.

<sup>53</sup> Para aprofundamento, Hallewell (2005, p. 232) destaca: Innocencio Francisco da Silva, Diccionario Bibliographico Portuguez, Lisboa, 1858-1923, vol. 10, p. 14, s.v. “Laemmert, Henrique”.

<sup>54</sup> Ver indicação de Hallewell (2005, p. 233): Delso Renault. O Rio de Janeiro nos anúncios dos jornais, 1808-1850, Rio de Janeiro, J. Olímpio, 1969, p. 75.

partir de Paris/França, onde eram produzidos e de onde eram exportados, localizou em arquivos a seguinte informação:

Este estabelecimento recebeu como capital 25 000 francos de livros a 15% de desconto somente sobre o catálogo. O ato de fundação da sociedade é de 6 de abril de 1827 e expirou a 1º de março de 1833. O comércio estando já muito asfíxiado no Rio de Janeiro, última revolução o aniquilara. (p.543).<sup>55</sup>

Em 1833, após o fechamento do estabelecimento, Eduard Laemmert, permaneceu no Brasil e, pelo que parece, foi atraído pelo liberalismo do regime, devido às reivindicações da população contra a política do imperador e pela ausência de censura. Assim, em pouco tempo, dominou a língua portuguesa, o suficiente, para escrever publicações em português, casou-se com uma brasileira e utilizou suas economias, inclusive acrescidas daquelas referentes ao dote de sua esposa, para iniciar o seu próprio negócio: A livraria Universal (HALLEWELL, 2005). Nesse meio tempo, no ano de 1835, Eduard conseguiu convencer seu irmão Heinrich e imediatamente começaram a trabalhar juntos. Mas, foi somente em 1838 “que constituíram uma sociedade com o nome de E. & H. Laemmert, mercadores de livros e de música” (p. 233), com boas parcerias e com um comércio mais amplo do que somente a venda de livros, onde vendiam-se outras linhas secundárias (HALLEWELL (2005), artigos importados, águas minerais e chocolate, por exemplo (UBIRATAN, 2003). Nesse momento, inaugura-se a oficina tipográfica de Laemmert, com o nome *Typographia Universal*.

Em 1839, então, iniciaram as publicações de sua Folhinha anual, “uma miscelânea literária” e sua principal linha editorial era “constituída por guias de bolso e outras publicações semelhantes, produzidas rapidamente para atender à demanda do mercado” (HALLEWELL, 2005, p. 234). Em pouco mais de cinco anos, produziram e publicaram o *Almanak Laemmert* que, em breve, superou todos os concorrentes, pela característica de ser uma publicação muito completa, com informações sobre todo o império. Após a união com o cunhado, alemão, Carlos Guilherme Haring, em 1842, começaram a escrever, também, livros sobre a maçonaria e o crescimento da tipografia era nítido.

Suas publicações tinham como objeto a história, a ciência e a literatura, bem como livros práticos, técnicos, médicos e didáticos eram produzidos pelos irmãos Laemmert. Especialmente, os livros médicos autoinstrutivos satisfaziam uma necessidade da época, uma vez que, devido à escassez de médicos, os donos dos escravos, em particular, tinham grande

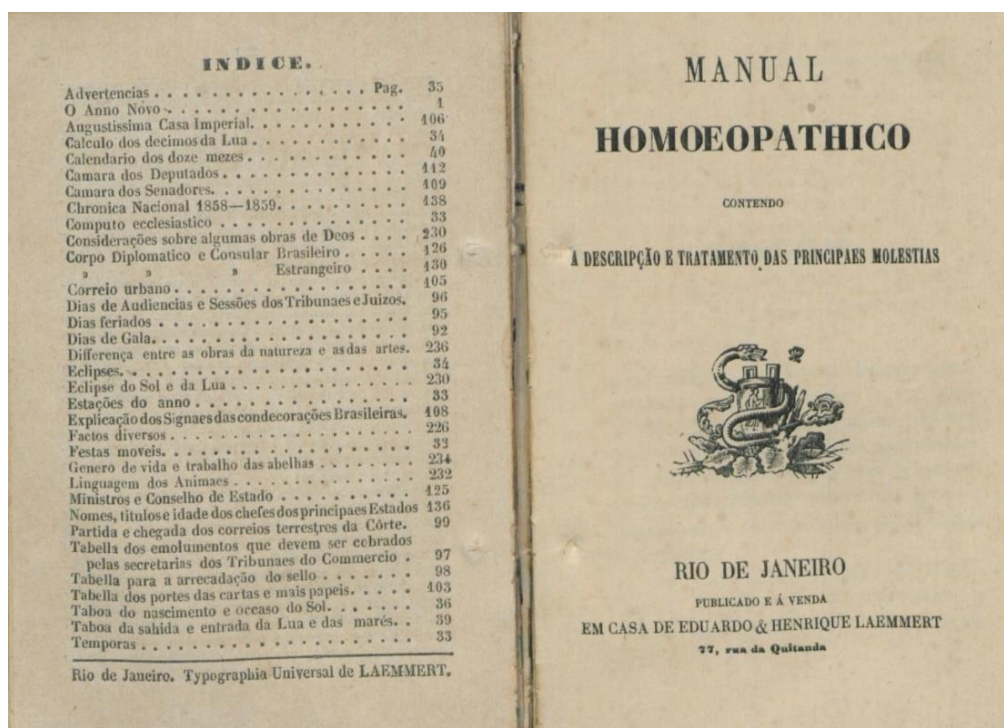
---

<sup>55</sup> Archives de Paris, dossier D11 U3 87, faillite 6948 du 16 juillet 1831: COOPER-RICHET, Diana. Paris, capital editorial do mundo lusófono na primeira metade do século XIX? Tradução de Carla Furtado Lins. *Varia historia*, Belo Horizonte, v. 25, n. 42, p. 539-555, Jul/Dez 2009. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-87752009000200009&lng=en&nrm=isso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752009000200009&lng=en&nrm=isso) Acesso em: 03/11/2018.



interesse em adquirir conhecimentos práticos para assim conseguir manter a saúde e a força com o mínimo possível de gasto. Para mostrar como esse tema era importante, destacamos a publicação de uma Folhinha que faz parte do *corpus* da nossa pesquisa, editada pela Typografia Universal Laemmert, que traz um caderno anexo, referente aos cuidados homeopáticos com as principais moléstias.

**Figura 15** - Folhinha Homeopathica para o anno de 1860



**Fonte:** Casa de Eduardo & Henrique Laemmert, RJ. APM: OR: Folhinha homeopática 1860. 0010. Séc. XIX. Cx. 14.

No dia 11 de janeiro de 1880, Eduard Laemmert faleceu e Heinrich continuou investindo no empreendimento com o comércio de livros, incorporando como sócios seu genro, Edgon Widmann, além de Artur Sauer e Gustavo Massow. Quatro anos mais tarde, em 1884, Heinrich faleceu, mas a firma continuou funcionando, normalmente, sob os olhares dos sócios e, em 1891, foi reorganizada com o nome: *Laemmert & Companhia*.

Sendo o *Almanak Laemmert* o principal do império, com início em 1839, e tendo obtido sucesso garantido, cabe perguntar: o que motivou os editores a publicar inúmeros títulos de *Folhinhas de algibeira*, um gênero editorial cuja natureza se aproximava da publicação denominada almanaque? O conteúdo das Folhinhas seria relativamente parecido, mas o formato de bolso associado a um tipo de segmentação de interesses de alguns públicos

seria uma estratégia editorial importante, reforçada por muitos anos pelo sucesso entre os leitores? Teria o *Almanak Laemmert* perdido seu vigor?

Em atenção às Folhinhas publicadas pela *Laemmert*, que compõem mais da metade do *corpus* da nossa pesquisa, destacamos que essas publicações foram se multiplicando. Em, 1869, por exemplo, havia 65 tipos de *Folhinhas Laemmert* (SILVA, 1870)<sup>56</sup>, e elas eram sobre os mais variados assuntos, incluindo civis e religiosos. Supomos que a variedade de assuntos era, justamente, a estratégia utilizada pelos irmãos Laemmert na busca pela abrangência de leitores. Sobre a tiragem, destacamos um número de 80 mil exemplares por ano na década de 60, cifra elevada para 100 mil exemplares no final do século XIX<sup>57</sup>. Destacamos que essas Folhinhas eram legitimadas por seus leitores<sup>58</sup> (DONEGÁ, 2013).

#### 5.4.2 *Typografia do Universal*

A província de Minas Gerais no oitocentos, ainda marcada por um universo oral, gestual e iconográfico (MOREIRA, 2006), modificou suas práticas e suas relações com os poderes e instituições através da introdução da imprensa, “contudo, a arte de imprimir em Minas teve um início marcado pelo servilismo e adulação.” (p. 95).

A *Typografia do Universal*, oficina adquirida por José Pedro Dias Carvalho, em 1827, passou por um processo de negociação, em 1835, que continuou até 1843, e desenvolveu em sua trajetória uma representatividade significativa em relação a atividade imprensa em Minas. Essa tipografia contava com três prelos, e chegou a imprimir quatro periódicos ao mesmo tempo (MOREIRA, 2006). Especificamente, a “Typografia do Universal poderia produzir vários tipos de impressos como cartas, proclamações, editais, Folhinhas e opúsculos” (p. 106).

A *Typografia do Universal*, além de imprimir pequenas folhas solicitadas pelo Conselho Geral da Província, imprimia livros, folhetos, Folhinhas (MOREIRA, 2006). Moreira (2006) destaca que essa editora publicou, inclusive, a obra do inconfidente mineiro o

---

<sup>56</sup> Conforme Donegá (2013, p.25) que cita SILVA, Inocêncio Francisco da (org.). *Dicionário bibliográfico português: estudos de Inocêncio Francisco da Silva aplicáveis a Portugal e ao Brasil*. t. IX (C-G). Lisboa: Imprensa Nacional, 1870.

<sup>57</sup> Donegá (2013) em referência a FERREZ, Gilberto, op. cit., p. 197. *Almanaque Administrativo, Mercantil e Industrial do Império do Brasil para o ano de 1889*. Rio de Janeiro: Laemmert & C., 1888. p. III.

<sup>58</sup> Donegá (2013, p. 27) cita uma crônica de José de Alencar, “O correr da pena”, veiculada no *Correio Mercantil*, em 17 de setembro de 1854: “Estamos na primavera, dizem os folhetins dos jornais, e a Folhinha de Laemmert, que é autoridade nesta matéria. Não se pode por conseguinte admitir a menor dúvida a respeito. A poeira, o calor, as trovoadas, os casamentos e as moléstias, tudo anuncia que entramos na quadra feiticeira dos brincos e dos amores.”

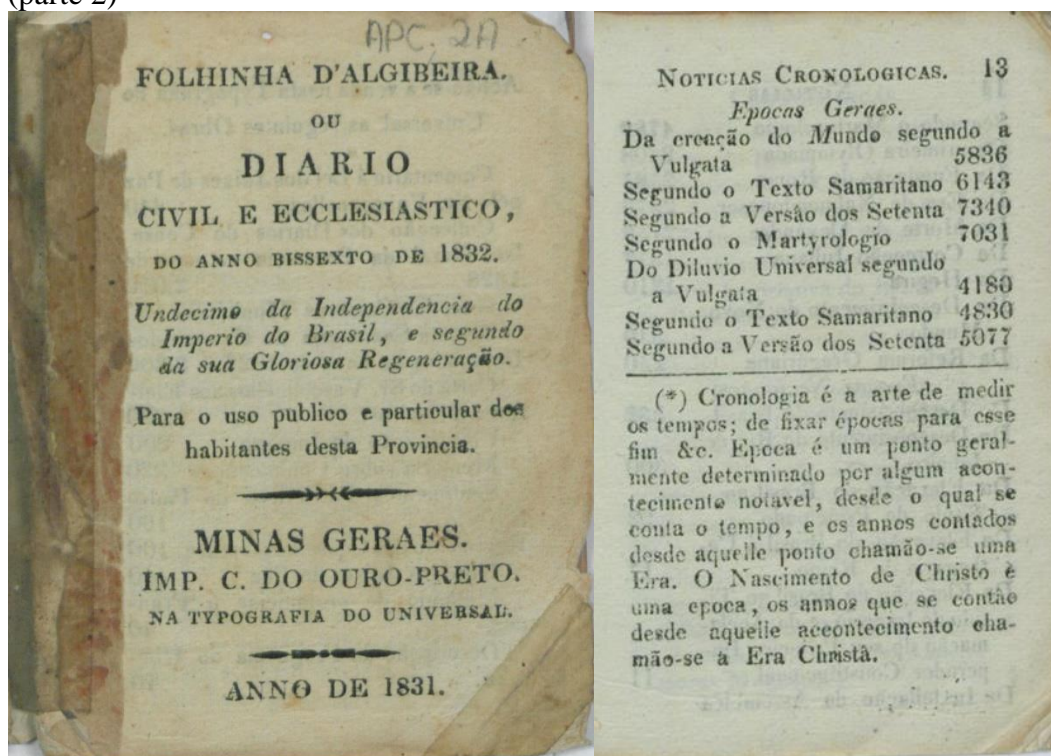
que reforçou as afinidades políticas entre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a tipografia, pois esse instituto necessitava transitar no meio político imperial e as publicações da tipografia auxiliavam na divulgação das ideias deste grupo - constituído por liberais “moderados” e antigos “restauradores. Assim, não era a primeira vez que essa tipografia participava de um “projeto de memória” (MOREIRA, 2006, p. 108).

Ao longo da sua trajetória, a *Typografia do Universal* tinha o papel de imprimir obras que colaboravam com a criação de um “monumento” aos liberais das regências (MOREIRA, 2006). Ou seja, publicações que desempenhavam o papel, como já mencionado anteriormente, de passar a memória, de informar o seu leitor sobre os fatos e acontecimentos históricos mais marcantes para o poder vigente no período. Esse foi o caso da *A Folhinha d’Algibeira ou Diário Civil e Ecclesiastico para o anno bissexto de 1832*, impressa pela “Typografia do Universal”, um gênero de publicação bastante comum no século XIX (MOREIRA, 2008) e que compõe nosso *corpus*. Essa publicação apresenta, claramente, a função de difundir ideias, valores, acontecimentos, dentro de uma semiologia do tempo estabelecida, “tratava-se, portanto, de instaurar um estado de coisas e, simultaneamente, legitimar um projeto político por meio da fixação de uma data” (MOREIRA, 2006, p. 110).

*A Folhinha d’Algibeira ou Diário Civil e Ecclesiastico para o anno bissexto de 1832*, como as demais Folhinhas do acervo, apresenta informações de um ano concluído e trazem informações sobre calendário, épocas nacionais. No caso de algumas delas, e dessa em especial, a definição de cronologia, dentro da seção “Noticias Cronologicas”, reforça a forte intenção de fixação de datas relevantes previamente selecionadas e legitimadas.

cronologia é a arte de medir os tempos; de fixar épocas para esse fim &c. Época é um ponto geralmente determinado por algum acontecimento notavel, desde o qual se conta o tempo, e os annos contados desde aquelle ponto chamão-se uma Era. O Nascimento de Christo é uma época, os annos que se contão desde aquelle acontecimento chamão-se a Era Christã. (*A Folhinha d’Algibeira ou Diário Civil e Ecclesiastico para o anno bissexto de 1832*, p.13).

**Figura 16** - Folhinha d'Algibeira ou Diário Civil e Ecclesiastico para o anno bissexto de 1832 (parte 2)



**Fonte:** Imp. C. do Ouro Preto na Typografia do Universal. Minas Gerais. Referência APM: OR: Folhinha de d'algibeira 1831. 0010. Séc. XIX. Cx.60.

### 5.4.3 *Typografia Agostinho de Freitas Guimarães & C./ Antônio Gonçalves Guimarães*

A *Typografia Agostinho de Freitas Guimarães*<sup>59</sup>, que trazia o nome do proprietário português, situava-se na rua do Sabão, nº 26 e 82, considerada uma rua de comércio mais popular:

estabelecida no número 26, com uma loja que cobria os ramos de comércio de papel, livros em branco e objectos de escritório e fantasia; de livros impressos e em branco, encadernação e que tinha autorização para venda de papel selado; no numero 82 funcionava a tipografia Episcopal. (MONTEIRO, 2007, p. 455).

Desse modo, não havia concorrência direta com os franceses que, além de dominar o comércio livreiro no Rio de Janeiro na década de 1840, instalavam-se nos pontos mais elegantes da cidade (UBIRATAN, 2003). Agostinho de Freitas Guimarães, “foi o primeiro livreiro a utilizar a expressão “mercador de livros” em suas etiquetas” (p. 23) e, também,

<sup>59</sup> Para aprofundamento ver: Miguel Monteiro (2007); Iamara da Silva Viana (2015); Everton Vieira Barbosa (2013); Rodrigo Camargo de Godoi (2014).

fundador, em 1844, do primeiro periódico que defendia os ideais do socialismo utópico, chamado *O Globo*, um jornal filosófico, literário, industrial e científico (LEONÍDIO, 2007)<sup>60</sup>

A tipografia permaneceu em funcionamento do período de 1848 até 1957 (MONTEIRO, 2007). Agostinho estava inserido num contexto muito comum da atividade livreira, que era a familiaridade dada pelo negócio passado de pai para filho, ou de tio para sobrinho, e em, 1856, passou a livraria para o seu sobrinho Antonio Gonçalves Guimarães, que permaneceu no mesmo endereço, durante muito tempo. O negócio prosperou, “[...] apesar da loja ficar em local um tanto afastado do movimento comercial mais intenso. Nos quinze anos seguintes, Antonio continuou a tradição do tio, emitindo etiquetas coloridas, um pouco maiores que as de seu parente.” (UBIRATAN, 2003, p. 27).

Constatamos essa mudança de nome da tipografia em anúncios no *Almanak Laemmer*<sup>61</sup>, após a data em que foi passada ao sobrinho. Em 1844, na seção “Livrarias”, há o anúncio: “Agostinho de Freitas Guimarães e C, r. do Sabão, 26” (p. 224) e na edição de 1850, na seção “Mercadores de livros”, apenas se indica: “Agostinho de Freitas Guimarães e C, r. do Sabão, 26” (p. 322). No *Almanak* de 1857, localizamos referência na seção “Mercadores e lojas de livros livrarias” e agora com o nome “Antonio Gonçalves Guimarães & C. r. do Sabão, n. 26 (livros impressos e em branco)” (p. 531).

Ainda sobre a mudança de proprietários, localizamos, em um anúncio na *Folhinha Brasileira: para o ano de 1857*<sup>62</sup>, uma nota de falecimento de Agostinho de Freitas Guimarães em julho de 1856, descrito na seção “Annaes breaisleiros”: “6. Falleceu de repente em S. Tiago no reino de Portugal o bem conhecido mercador de livros do Rio de Janeiro, Agostinho de Freitas Guimarães, tendo ido com a família a visitar sua irmãa que não via ha 26 annos (p.1)”.

---

<sup>60</sup> Reflexões apresentadas por Fania Fridman em “Utopias no Rio de Janeiro Imperial”. Disponível em: [http://www.abphe.org.br/arquivos/fania-fridman\\_1.pdf](http://www.abphe.org.br/arquivos/fania-fridman_1.pdf). Acesso em: 08/12/2018.

<sup>61</sup> Arquivo hemeroteca digital - <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 08/12/2018.

<sup>62</sup> Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional. *Folhinha Brasileira: para o ano de 1857*. Rio de Janeiro: Typ. de N. L. V. e filhos, 1857. <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 08/12/2018.

#### 5.4.4 *Typografia de R. Ogier e C*

“[...] talvez o melhor tipógrafo que o Brasil teve”<sup>63</sup>

(HALLEWELL, 2005, p. 156)

Hallewell (2005) destaca que o comércio livreiro no Rio de Janeiro, no Primeiro Reinado, foi marcado por um aumento significativo das atividades livreiras, em decorrência do aumento significativo da leitura provocada “pelo furioso interesse por política que acompanhou as lutas pela independência do Brasil” (p. 120) e, nesse cenário, houve, igualmente, um aumento das livrarias. Enquanto impressores franceses (especialmente Villeneuve, Gueffier e Ogier) renovavam a arte tipográfica, a Imprensa Nacional entrava em uma fase de decadência. (MORAES, 1965, *apud* HALLEWELL, 2005). Nas palavras de Moraes

enquanto os impressores franceses [especialmente Villeneuve, Gueffier e Ogier] renovaram a arte [tipográfica], adaptavam-na ao gosto do dia, modernizavam-na, faziam-na progredir, a Imprensa Nacional [...] entrava em plena decadência. Salvo uma ou outra produção tolerável, quase tudo que produziu é da maior banalidade e às vezes do pior gosto[...]. (MORAES, 1965, *apud* HALLEWELL, 2005, p.120).

Essa reflexão de Rubens de Moraes - acrescida ao título dado por ele mesmo a Ogier, de talvez o melhor tipógrafo que o Brasil teve - nos diz de um tipógrafo importante no contexto das atividades editoriais no Brasil do século XIX. Era livreiro e impressor, instalado na rua da Cadeira, nº 142 e, após sua morte, sua viúva o sucedeu.

Nessa mesma perspectiva, Nelson Schapochnik (2004) destaca que, diante da isenção de tarifas alfandegárias para a importação de livros no período de 1819 a 1833, a instalação de filiais de livrarias francesas foi beneficiada e, assim, livreiros experientes chegaram ao comércio livreiro brasileiro, em meados da década de 1820, por exemplo, Pierre Plancher, Gueffier e René Ogier.

[...] todos eles tiveram um papel significativo por introduzir procedimentos técnicos e administrativos que não só atualizaram o patamar inicial representado pela Tipografia Nacional e as outras assemelhadas, como buscaram sintonizar a arte tipográfica realizada naquele momento com as suas contemporâneas europeias. (SCHAPOCHNIK, 2004, p. 3).

Em um artigo localizado no catálogo da Biblioteca Nacional, intitulado: *O Moderador – novo correio do brasil, jornal político, commercial e litterario*<sup>64</sup>, ao mencionar sobre o jornal *O Moderador*, Brasil (2017) diz: “Lançado em 5 de abril de 1830 no Rio de Janeiro

<sup>63</sup> Referência feita ao autor Rubens Borra de Moraes.

<sup>64</sup> Bruno Brasil (novembro de 2017). Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/artigos/o-moderador-novo-correio-do-brasil-jornal-politico-commercial-e-litterario/>. Acesso em: 24/11/2018.

(RJ), quando a Corte do Império brasileiro vivia os últimos respiros do Primeiro Reinado, *O Moderador* foi um dos jornais áulicos da imprensa daquele momento”. (BRASIL, 2017, s/p). Destaca que, aparentemente, o livreiro e impressor francês René Ogier era o redator e diretor, mas ele permanecia anônimo nas edições do periódico. Nesse mesmo artigo, podemos tomar conhecimento que as atividades editoriais desse livreiro iniciaram em 1828, com a impressão da edição do *Courier Du Brésil – Feuille politique, commerciale et littéraire*, “lançado no Rio de Janeiro entre março e abril de 1828 e extinto provavelmente logo antes do lançamento de *O Moderador*”. (BRASIL, 2017, s/p). A tipografia era localizada no nº 63 da Rua da Quitanda, mudando-se depois para o nº 142 da Rua da Cadeia, como apresentado por Hallewell (2005).

No acervo, há uma *Folhinha de algibeira* publicada pela Typografia de René Ogier e C, chamada: *Folhinha D’Algibeira, De R. Ogier E C. Para o anno de 1839. 3º depois do Bissextto, 18º da Independencia, e do Imperio*. Em 1832, René Ogier publicou o *Manual da Tipografia Brasiliense* e abaixo do seu nome os dizeres “antigo impressor de Paris, e estabelecido no Rio de Janeiro desde 1827”. Como é possível notar, “o emprego desta solução gráfica denotava uma estratégia de auto-promoção, apresentando-se como alguém competente para difundir a correta aplicação das normas e usos na produção de impressos.” (SCHAPOCHNIK, 2004, p. 4).

Com essa estratégia de autopromoção, ao fazer divulgar as corretas normas e usos de produção de impressos, podemos dizer que a typografia dos irmãos Laemmert apropriou-se do modelo das Folhinhas de Ogier para começar, então, a publicar as suas Folhinhas? Não temos dados para responder nosso questionamento, mas ciente de que a *Typografia de Ogier* já publicara desde 1828<sup>65</sup> as *Folhinhas d’Algibeira ou Diário Civil Ecclesiastico* e as de Laemmert só foram impressas no ano de 1839 podemos, de alguma maneira, inferir que, talvez, os irmãos Laemmert perceberam tal gênero editorial como algo de sucesso e se apropriaram do modelo. A partir disso, criaram suas próprias estratégias editoriais, mantendo, de modo geral, uma fórmula editorial que dá identidade ao material, pois as Folhinhas das duas editoras apresentam mais similitudes que diferenças.

---

<sup>65</sup> Tomamos conhecimento de tal Folhinha através dos estudos de Neves (2010).



## 6 O QUE FAZ DE UMA FOLHINHA, UMA FOLHINHA?

Ao leitor:

**A Folhinha hoje em dia é um repertório dos fatos, é o transumpto do livro enorme da historia do paiz. Quem tem hoje uma Folhinha possui em diminutas páginas de papel que se acomodão em qualquer algibeira,** o resumo do sucesso importante ocorrido entre nós; possui por uma bagatela o que, digno de saber-se, **contem as volumosas gazetas de um ano inteiro, e de mais tempo ainda. A Folhinha é actualmente um gênero de primeira necessidade.** Não ha casa nenhuma que não precise consulta-a frequentemente, já **não só quanto a certo e determinado dia do mês mas a respeito de uma infinidade e diversidade de assumptos que instruem e moralizão e divertem o espirito brasileiro.** <sup>66</sup> (Folhinha de Saudade para o anno de 1857. p. 3-4, grifos nossos).

Neste capítulo, procuramos problematizar as possibilidades de definição do gênero *Folhinha*, na tentativa de compreender quais as características materiais, estruturais e textuais desse impresso que o tornam, uma fórmula editorial que confere identidade ao gênero, Folhinha. Em outras palavras, buscamos apreender o que faz de uma Folhinha, uma Folhinha. Para isso, apresentaremos algumas questões que possibilitam a construção da definição do gênero *Folhinha*. Elas serão organizadas a partir de quatro perspectivas: a) as similitudes das Folhinhas com outros gêneros editoriais; b) as definições de Folhinha encontradas em estudos teóricos, dicionários da época e anuários; c) algumas definições identificadas nos textos das próprias Folhinhas que fazem parte do *corpus* desta pesquisa, especialmente na seção destinada aos leitores, ora chamada “Carta ao leitor”, ora “Ano Novo”; d) definições ou informações sobre o gênero Folhinha encontradas em alguns anúncios de periódicos publicados na época, como por exemplo, os jornais<sup>67</sup>,

A epígrafe de abertura do nosso capítulo se refere aos dizeres de uma carta ao leitor impressa nas primeiras páginas da *Folhinha de Saudade para o anno de 1857*, publicação editada pela *Livraria de Agostinho de Freitas Guimarães & Companhia*. Tal citação é bastante significativa em relação às possibilidades de definição que estamos construindo do gênero editorial Folhinha. Cada frase e/ou expressão descrita, permitem muitas reflexões e constatações, que foram sendo desenvolvidas a partir do diálogo entre os pressupostos teóricos, referências em outros periódicos e a própria análise comparativa do acervo que compõe o *corpus* desta pesquisa.

Desse modo, ao longo deste capítulo, discutiremos cada detalhe dessa citação, não necessariamente de modo linear como ela foi apresentada, mas apresentando-a em seções da

<sup>66</sup> Carta ao leitor – Folhinha Livraria de Agostinho de Freitas Guimarães & Companhia.

<sup>67</sup> As publicações periódicas do século XIX, das quais extraímos os anúncios e as matérias sobre as Folhinhas, estão disponíveis para consulta no banco de dados digital da Biblioteca Nacional: <https://bndigital.bn.gov.br/>. Acesso em julho e agosto de 2018.



forma mais adequada aos nossos objetivos. Optamos, também, por mantê-las em negrito ao longo deste texto, com o intuito de dar ênfase a determinados elementos que consideramos relevantes nessa construção da definição do gênero editorial Folhinha.

### **6.1 Folhinhas: algumas definições e similitudes com outros impressos**

Começamos o nosso capítulo apontando os limites, pois acreditamos que é a partir deles que vamos construindo novas possibilidades. Percebemos, através desta pesquisa, que há certa dificuldade na definição do gênero Folhinha, por dois motivos: primeiro, pela presença tímida de estudos que tenham como objeto as especificidades do gênero; segundo, pela similitude com outros gêneros editoriais, por exemplo, o almanaque.

Algumas constatações reforçam as semelhanças entre os impressos, a começar pela estrutura das Folhinhas, que se aproxima da dos almanaques (NEVES, 2010); a noção de conselheiro e guia, um objeto ao mesmo tempo ‘guia’ e ‘semiologia do tempo’ (BOTREL, 2001), muito semelhante à ideia presente no discurso inserido no nosso *corpus* documental, de “guiar pedagogicamente” os leitores no tempo social. Outra similitude a destacar, é a noção de ‘assemblage’ – composto de saberes (BOTREL, 2001), fortemente presente nas Folhinhas, através das diversidades de saberes, assuntos e conteúdos. Embora o conceito de popular seja complexo, outro dado, não menos importante, é a consolidação desses impressos como referência de veículo de comunicação popular (MEYER, 2001).

Nesse sentido, os almanaques, durante séculos, ganharam lugar de destaque entre os livros de grande circulação e no universo da edição popular (BOTREL, 2001), assim como as Folhinhas, que pelo seu preço e tamanho, elementos de que vamos tratar posteriormente, tinham uma ampla circulação e destinavam-se “às diversas camadas sociais, em especial aquelas (*sic*) situadas nas fímbrias da sociedade, desde que possuíssem letramento.” (NEVES, 2010, p. 236).

Isso permite, de certa forma, associar as Folhinhas a um tipo de leitura destinada ao grande público, considerando os limites da população alfabetizada no período. Mas quem se supõe ser o grande público? Que lugar ocupa esse tipo de impresso na história da leitura e na história editorial do Brasil, em um tempo-espço no qual aproximadamente 80% das pessoas não sabiam ler?<sup>68</sup>

---

<sup>68</sup> **Recenseamento geral do império de 1872.** Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger; Tip. Commercial, 1876. 23 v. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>. Acesso em 13 de

Inicialmente, arriscamos dizer que as Folhinhas, tais quais os almanaques, eram parte da literatura de circulação mais ampla que da propriamente popular (ANDRIES, 1996b). Essa comparação se justifica, uma vez que são perceptíveis a complexidade do conteúdo e, concomitantemente, as características de um livro popular, de capa brochada, papel barato e produzido com um baixo custo de edição (El Far, 2010). Esses elementos – além de outras possibilidades que vamos apresentar ao longo deste capítulo – ajudam na compreensão de que esse tipo de impresso propicia uma leitura múltipla, no sentido de permitir ao leitor se apropriar de modo diverso do que está sendo lido. Ou seja, nota-se uma ideia por trás dessa fórmula editorial de “popularização do uso”, não no sentido intrínseco da expressão, de popular relacionado à classe social, mas no sentido de uma estratégia editorial de uma publicação que se pretende capaz de atingir ampla circulação e com possibilidades de leituras múltiplas, especialmente pelas escolhas gráficas.

Nas páginas das Folhinhas, destaca-se um “recolhimento de dados de natureza diversa”, assim como nos estudos sobre almanaques (NOVA, 1996), em que há um determinante que é o signo gráfico verbal, mas há junto dele outros signos, como o visual e o cinético, que integram a linguagem verbal despertando, assim, multiplicidades de significados no momento da leitura. Não podemos desconsiderar que a apresentação das informações em linguagens diversas permite, também, a apropriação por leitores variados, com mais ou menos prática e capacidade de leitura, ou até mesmo para os que não adquiriram habilidades de decifração. Acrescenta-se a isso, a ideia de que o leitor, dependendo do grau de familiaridade com a língua escrita, poderia consultar o impresso apenas em algumas partes, como, por exemplo, a do calendário. Ou seja, o material mostrava-se adaptável às diferentes limitações de quem o adquiria.

Exemplificando tais problematizações, apresentamos algumas seções das Folhinhas que permitem essa múltipla leitura e a possibilidade de apropriação por leitores que não sabem ler ou escrever, o que nos permite dizer que a ausência dessas habilidades não significa que o leitor não possa consultá-las. “Ler” as Folhinhas pode configurar que essa leitura será

---

setembro de 2018. Sobre a relação entre a população total do ano de 1872 e a instrução (saber ler e escrever e analfabeto), de uma população total de 9.930.478 (referente aos homens e mulheres livres e escravos) declararam saber ler e escrever: 1.565.454 e declararam analfabetos: 8.365.024, resultando, assim, uma porcentagem de aproximadamente, 15,7% de sujeitos que declararam ler e escrever e 84% de sujeitos que se declararam analfabetos. E, em atenção à população escolar e à instrução, do total de 2.092.784 da população escolar (sujeitos com idades 6-15 anos), 1.565.681, não frequentam a escola e 251.792 frequentam a escola, em porcentagem, respectivamente de, aproximadamente, 74,8% e 12%.

Para aprofundamento ver Botelho (2005), Senra (2006) e Publicação crítica do recenseamento geral do império do Brasil de 1872, NPHEd - janeiro 2012. Disponível em: [http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/wpcontent/uploads/2013/02/Relatorio\\_preliminar\\_1872\\_site\\_nphed.pdf](http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/wpcontent/uploads/2013/02/Relatorio_preliminar_1872_site_nphed.pdf). Acesso: 26 de julho de 2018.

diferente, adquirindo um uso mais específico e pontual. Um exemplo é encontrado na seção do “Calendário dos doze meses”, presente em todas as Folhinhas, que traz certos sinais gráficos. Em tais publicações, há uma seção específica intitulada “Advertências” que apresenta ao leitor os significados de cada signo gráfico impresso nas obras.

Além da seção do calendário e advertências, há, também, a “Taboa de nascimento do sol” e a “Taboa de entrada e saída da lua”, que apresentam esquemas com diagramas e números. Já na seção “Explicação dos signaes das Condecorações Brasileiras”, há os signos ali apresentados que aparecem nas seções seguintes, indicando a sua relação com as condecorações. Desse modo, se os leitores soubessem os significados desses signos, provavelmente, conseguiriam relacionar o assunto a eles, sem necessariamente saber ler. Em síntese, todas essas seções retratam possibilidades de leituras múltiplas. Abaixo, alguns exemplos delas:

**Figura 17 - Folhinha da boa moral para o anno de 1861 (parte 1)**

ADVERTENCIAS.		TABOA			
ADVERTENCIAS.		DO			
ADVERTENCIAS.		NASCIMENTO E OCCASO DO SOL			
☉ Nova, Lua nova.		PARA A LATITUDE DO RIO DE JANEIRO, DE			
☾ Cresc., Quarto crescente.		22° 53' 51" S.			
☽ Cheia, Lua cheia.		Acompanhada de uma taboa da equação do			
♁ Ming., Quarto mingoaente.		tempo.			
No movimento da declinação da Lua, Tr. significa		JANEIRO.			
Tropico; Eq. Equador; N. Norte; S. Sul.					
✚ Indica Dia Santo de Guarda, em que se não		Dia	Nascimento.	Occaso.	Equação de Tempo.
pode trabalhar.		do mes.	h. m.	h. m.	m. s.
✚✚ Dia santo no Bispado.		5	5 19	6 41	5 54
A palavra <i>Alma</i> indica que se tira uma alma do Pur		10	5 20	6 40	7 55
gatorio, applicando-se a <i>Ind.</i> concedida na forma		15	5 22	6 38	9 49
e observadas as condições com que foi outorgada		20	5 24	6 36	11 25
B. antes do nome do Santo significa <i>Beato</i> ou <i>Bem</i>		25	5 25	6 34	12 42
aventurado; e depois d'elle <i>Bispo</i> .		30	5 29	6 31	13 58
F. e Pl. Santo ou Santos da Ordem de S. Francisco		FEVEREIRO.			
C. e Cc. do Carmo; D. e Dd. de S. Domingos; A.		5	5 32	6 28	14 19
Aa. de Santo Agostinho.		10	5 35	6 25	14 32
V. e Vv. <i>Virgen</i> ou <i>Virgens</i> , e não se deve con		15	5 38	6 22	14 24
fundir com <i>Viuva</i> , que se escreve por extenso.		20	5 41	6 19	15 59
M. significa <i>Martyr</i> ; Mm. <i>Martyres</i> .		25	5 44	6 16	13 17
<i>Ind.</i> Indulgencia; <i>Conv.</i> Convento; <i>Cap.</i> Capella, etc		28	5 46	6 14	12 44
* N. B. As festas dos Padroeiros das Freguezias		MARÇO.			
Cidades, Bispados e Provincias, que de direito são		5	5 49	6 11	11 40
dias santos de guarda, passão para os Domingos pró		10	5 53	6 7	10 35
ximos desimpedidos, por haverem sido supprimido		15	5 56	6 4	9 4
os ditos dias festivos.		20	6 0	6 9	7 15
Prohibem-se as Benções matrimoniaes desde Quarta		25	6 6	5 57	6 3
feira de Cinza até ao 1º Domingo depois da Pascoa;		30	6 6	5 54	4 39
desde o 1º Domingo do Advento até ao dia de Res		ABRIL.			
inclusivamente.		5	6 10	5 50	2 42
		10	6 13	5 47	1 17
		15	6 16	5 44	0 4
		20	6 19	5 41	1 10
		25	6 22	5 38	2 5
		30	6 25	5 34	3 56

Fonte - Universal Laemmert. APM: OR: 0010. Cx. 12.

Figura 18 - Folhinha da boa moral para o anno de 1861 (parte 2)

42

SAHIDA E ENTRADA DA LUA.

**TABOA**

Da sahida e entrada da Lua, e das marés cheias para o porto do Rio de Janeiro em cada dia do mez lunar.

DIAS DA LUA	SAHIDA.		ENTRADA.		MARÉ.		MARÉ.	
	hor.	min.	hor.	min.	hor.	min.	hor.	min.
1	M.	6 36	T.	7 0	M.	2 57	T.	3 21
2		7 24		7 48		3 45		4 9
3		8 12		8 36		4 33		4 57
4		9 0		9 24		5 21		5 45
5		9 48		10 12		6 9		6 33
6		10 36		11 0		6 57		7 21
7		11 24		11 48		7 45		8 9
8	T.	0 12	M.	0 56		8 33		8 57
9		1 0		1 24		9 21		9 45
10		1 48		2 12		10 9		10 33
11		2 36		3 0		10 57		11 21
12		3 24		3 48		11 45		M. 0 9
13		4 12		4 36	T.	0 33		0 57
14		5 0		5 24		1 21		1 45
15		5 48		6 12		2 9		2 33
16		6 36		7 0		2 57		3 21
17		7 24		7 48		3 45		4 9
18		8 12		8 36		4 33		4 57
19		9 0		9 24		5 21		5 45
20		9 48		10 12		6 9		6 33
21		10 36		11 0		6 57		7 21
22		11 24		11 48		7 45		8 9
23	M.	0 12	T.	0 56		8 33		8 57
24		1 0		1 24		9 21		9 45
25		1 48		2 12		10 9		10 33
26		2 36		3 0		10 57		11 21
27		3 24		3 48		11 45		T. 0 9
28		4 12		4 36	M.	0 33		0 57
29		5 0		5 24		1 21		1 45
30		5 48		6 12		2 9		2 33

As letras M indicão manhã, T tarde.

**JANEIRO**

Tem 31 dias.

Entra o Sol em AQUARIO a 19, ás 9 horas 25' 55" da tarde.

LUNAÇÕES.

☾ Ming. a 3, ás 11 h. 1' 20" da tarde.  
 ☽ Nova a 11, á 0 h. 34' 38" da manhã.  
 ☾ Cresc. a 19, á 4 h. 7' 32" da manhã.  
 ☽ Cheia a 26, ás 3 h. 14' 2" da tarde.

Perigão a 2, ás 5 h. da t. Apogeo a 17, ás 2 h. da t.  
 Perigão a 29, ás 8 h. da m.

A 2, ás 6 h. 24' 47" da m., chega a Lua ao Eq.  
 A 8, ás 5 h. 7' 32" da t., " " ao T. S.  
 A 15, ás 6 h. 35' 48" da t., " " ao Eq.  
 A 23, ás 4 h. 7' 32" da m., " " ao T. N.  
 A 29, á 4 h. 18' 46" da t., " " ao Eq.

Dias do Mez. Dias da Lua.

- 1 Terç. ✚✚ CIRCUNCISÃO DO SENHOR. Festa do Menino Deus na sua Cap. de Matalcavallos. Festa na Cap. Imp., e na Caridade na Cidade de Porto-Alegre. 20,0
- 2 Quart. S. Isidoro B. M. (Não ha Despacho até 31.) (Lua no Perigão e no Equador.) 21,0
- 3 Quint. S. Antero P. M.; S. Apriglio, Bispo de Beja, Port.; S. Genoveva V.; S. Theonas M. 22,0
- 4 Sext. S. Gregorio B.; S. Tito B., Discipulo de S. Paulo. Principião as 13 sextas-feiras de S. Franc. de Paula na sua Igreja. 23,0

N. B. As marés vazias são 6 hor. e 12 min. depois das marés cheias.

Fonte - Universal Laemmert. APM: OR: 0010. Cx.12.

Figura 19 - Folhinha do Charadista para o anno de 1867 (parte 3)

92

☽ S. A. R. a Sra. Príncipeza D. FRANCISCA. Nasceu em 2 de Agosto de 1824. Casou em 1º de Maio de 1843 com FRANCISCO de Orléans, Príncipe de Joinville, nascido em 14 de Outubro de 1818.

Filhos.

1. Príncipeza D. FRANCISCA. N. a 14 de Agosto de 1844. Casou em 11 de Junho de 1863 com o Duque de Chartres, nascido a 9 de Novembro de 1840.

Filha.

Príncipeza D. . . . N. a 13 de Janeiro de 1865.

2. Príncipe D. PEDRO, Duque de Penthièvre. Nasceu a 4 de Novembro de 1845.

De S. M. F. a Sra. D. MARIA II, Rainha de Portugal (nasceu em 4 de Abril de 1819, e falleceu em 15 de Novembro de 1859) existem, do seu casamento em segundas nupcias com D. FERNANDO, Rei de Portugal (nasceu em 29 de Outubro de 1816), quatro

Filhos.

1. D. LUIZ I, 31º Rei de Portugal. Nasceu a 31 de Outubro de 1838. Succedeu a seu Irmão a 11 de Novembro de 1861. Casou-se em 6 de Outubro de 1862, com D. MARIA PIA, Príncipeza de Saboia, nascida a 16 de Outubro de 1847.

Filhos.

1) Príncipe Real D. CARLOS, Duque de Bragança. Nasceu a 28 de Setembro de 1863.

2) Infante D. AFFONSO HENRIQUES, Duque do Porto. Nasceu a 31 de Julho de 1865.

2. Infanta D. MARIA ANNA. Nasceu a 21 Julho 1843. Casou em 14 de Maio de 1859 com o Príncipe JORGE, Duque de Saxonia. N. a 8 de Agosto 1832.

93

Filha.

Infanta D. MATHILDE. Nasceu a 19 de Março de 1863.

3. Infanta D. ANTONIA MARIA. Nasceu a 17 de Fevereiro de 1845. Casou em 12 de Setembro de 1861 com o Príncipe Leopoldo de Hohenzollern-Sigmaringen. Nasceu a 22 de Setembro de 1835.

Filho.

Infante D. GUILHERME AUGUSTO CARLOS. Nasceu a 7 de Março de 1864.

4. Infante D. AUGUSTO. Nasceu a 4 Novembro 1847.

VIUVA DO AUGUSTO PAI DE S. M. I.

S. M. J. a Sra. D. AMELIA, Duqueza de Bragança. Nasceu em 31 de Julho de 1812. (Reside em Lisboa.)

---

Explicação dos signaes das Condecorações Brasileiras.

IMPERIAL ORDEM DO CRUZEIRO.

☼ 1. Grã-Cruz.	☼ 3. Official.
☼ 2. Dignitario.	☼ 4. Cavalleiro.

ORDEM DA ROSA.

☼ 1. Grã-Cruz.	☼ 4. Comendador.
☼ 2. Grande Dignitario.	☼ 5. Official.
☼ 3. Dignitario.	☼ 6. Cavalleiro.

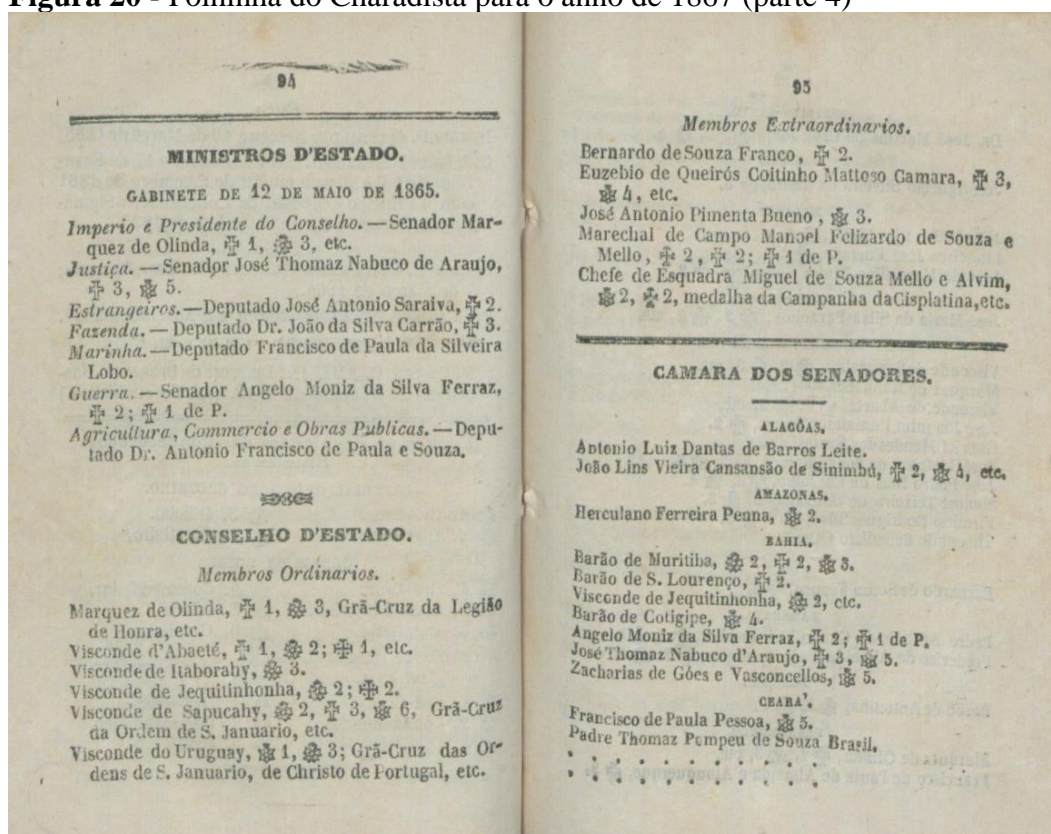
ORDEM DE S. BENTO DE AVIZ.

☼ 1. Grã-Cruz.	☼ 1. Grã-Cruz.
☼ 2. Comendador.	☼ 2. Comendador.
☼ 3. Cavalleiro.	☼ 3. Cavalleiro.

Fonte: Casa de Eduardo & Henrique Laemmert. APM: OR: Folhinha do charadista: 1867. Séc. XIX – Cx. 23.



**Figura 20** - Folhinha do Charadista para o ano de 1867 (parte 4)



**Fonte:** Casa de Eduardo & Henrique Laemmert. APM: OR: Folhinha do charadista: 1867. Séc. XIX – Cx. 23.

A consulta a uma enciclopédia católica francesa, *Catholicisme hier, aujourd'hui, demain. Encyclopédie em sept volumes dirigée par G. Jacquement du clergé de Paris.* (1987), reforça a constatação de similitude das Folhinhas com o gênero almanaque. A definição de almanaque apresentada nessa enciclopédia, por exemplo, é bastante interessante e abrange, de modo significativo, possibilidades de conexões com as características das Folhinhas que fazem parte do *corpus* desta pesquisa. A definição diz que *almanaque* se apresenta como uma publicação de características mais primitivas e populares e algumas vezes com informações supersticiosas, bem como um livro profano, de consulta, um verdadeiro companheiro de vida. No plano religioso, a definição confirma a presença do calendário litúrgico com as festas religiosas.

Desprezada com muita frequência em razão do seu caráter primitivo e popular, e porque ele encorajou a superstição, o almanaque não é menos uma das formas de publicações impressas cuja influência terá sido uma das mais extensas. Durante vários séculos, ele foi o livro profano o mais frequentemente lido, consultado e citados em várias choupanas, e um verdadeiro companheiro de vida. No plano religioso, ele prestou grandes serviços tornando-se um dos instrumentos mais fáceis de vulgarização da liturgia no meio do povo. É através dele que os fiéis conheceram com mais facilidade as datas das festas religiosas. O almanaque, na sua forma essencial, é uma espécie de enciclopédia popular contendo um calendário,

efemérides, previsões do tempo, sentenças e provérbios, feiras, mercados, conselhos para a saúde e jardinagem. Tudo decorado de variedades diversas. Frequentemente, o almanaque quis ser profético (...) (p. 365).<sup>69 70</sup>

Além das similitudes com os almanaques, percebemos conexões próximas e, às vezes, exatas das Folhinhas com outros gêneros editoriais. Isso reforça a necessidade de se observar as singularidades de cada gênero, buscando as especificidades diante de conexões tão próximas entre eles. Em comparação ao acervo de Folhinhas desta pesquisa, esse formato em definição é muito diferente, mas a ideia de calendário relacionada à Folhinha e/ou dentro de uma Folhinha é semelhante, tanto nas Folhinhas quanto nas demais definições que vamos trazer a seguir.

Em algumas edições do *Diccionario da Lingua Portuguesa*, de Antonio de Moraes e Silva, a palavra Folhinha se apresenta com uma definição específica de Folhinha (1823, p. 874), mas também se relaciona como sinônimo de almanaque, e, ainda, se constata uma relação direta entre Folhinha e calendário. Nota-se, também, nesses verbetes, a constante conexão entre as palavras diário, calendário e Folhinha. (p. 48):

ALMANÁK., s. m. Livro de noticias das pessoas de Officios públicos, civis, ou militares com observações meteorologicas, e algumas noticias historicas, e chronologicas. S. Livro que contém a distribuição do anno por mezes, e dias, com a noticia das Festas", "Vigilias, mudanças da Lua, &c. **Folhinha**" (SILVA, 1823, p. 105 e 106, grifo nosso).

FOLHA [...] §. Folha do anno: papel impresso com os santos apontados pelos dias do mez; as Luas, &c. **Folhinha** (SILVA, 1823, p. 874, grifo nosso).

FOLHÍNHA, s. f. dim. Pequena folha. S. Livro pequeno, ou papel impresso, em que se apontão pela ordem dos mezes, e dias os santos, festividades, luas, &c. V. Folha, **Calendario** (SILVA, 1823, p. 874).

HEMEROLOGIO, s. m. Diario, **Folhinha**, calendario. Blut. Suppl. (SILVA, 1823, p. 48).

Em atenção ao *corpus* de Folhinhas da nossa pesquisa, constatamos que os impressos analisados trazem características de todas as definições acima mencionadas. Inclusive, a semelhança com o gênero *almanaque* se reforça quando se verificam a estrutura, o formato e

---

<sup>69</sup> Tradução livre de: "Trop souvent méprisé em raison de son caractere primitif et populaire, et parce qu'il a parfois encouragé la superstition, l'almanach n'en est pas moins une des formes de publications imprimées dont l'influence aura été des plus étendus. Pendant plusieurs siècles, il fut le livre profane le plus couramment lu, consulté et cité dans les chaumières, et un véritable compagnon de vie. Sur le plan religieux, il a rendu a grands services em devenant um des instruments les plus commodes de vulgarisation de la liturgie dans le peuple. C'este par lui que les fidèles ont connu le plus aisément les dates des fêtes religieuses. L' almanach, dans as forme essentielle, est une sorte d' encyclopédie populaire comprenant um calendrier, des éphémérides, les prévisions du temps, les sentences e proverbes, les foires les marchés, des conseils pour la santé et le jardinage le tout agrémenté par des variétés diverses. Souvente l'almanach s'est voulu prophétique (...)." (p. 346).

<sup>70</sup> *Catholicisme hier, aujourd'hui, demain*. Encyclopédie em sept volumes dirigée par G. Jacquement du clergé de Paris (1987).

o conteúdo. As Folhinhas apresentam-se em forma de um livro e trazem todas os elementos descritos no verbete “Almanák”, os santos para cada dia do mês e as festividades, como consta na definição de “Folha” e “Folhinha” e, provavelmente, pela presença do calendário, é estabelecida uma relação com uma prática de consulta diária do impresso. Todavia, destacamos que, apesar de todas as publicações analisadas terem em sua tipologia a palavra *Folhinha*, esse termo abrange muitos outros significados e características que a definição de Folhinha do dicionário da época não consegue abarcar.

## 6.2 As Folhinhas a partir dos anuários: algumas definições

Apesar de publicados em período histórico posterior ao das Folhinhas, os anuários se constituem em objetos de comparação com o *corpus* selecionado. Dessa forma, visando continuar as problematizações sobre as possibilidades de definições do gênero *Folhinha*, destacamos os anuários de Minas Gerais, dos anos de 1906 e 1911, cujo termo Folhinha é associado a uma seção. No anuário de 1906, em seção intitulada “Folhinha dos Mezes para o ano de 1906”, apresenta o calendário dos meses, com os dias da semana e os respectivos feriados religiosos, as fases da lua, e os santos de cada dia (Anuario de Minas Gerais, 1906, p. 12-13).

No anuário de 1911, o índice indica uma seção intitulada “Calendário de 1911 e Breve historia dos doze mezes do ano” e “Folhinha para 1911” (Anuario estatístico ilustrado do estado de Minas Gerais de 1911, p. 471). Ao localizar as páginas indicadas no índice, vemos que a seção antes denominada como “Folhinha para 1911” é apresentada apenas como “o calendário dos doze meses”, com os dias da semana e os santos para cada dia. Por outro lado, a seção que se refere ao calendário de 1911, traz breves informações sobre a história dos doze meses do ano. Nesse sentido, a ideia de Folhinha aqui está diretamente relacionada aos meses do ano.

O *Anuario de Minas Gerais* de 1913, diferentemente dos demais anuários, traz uma parte intitulada “Folhinhas” (p. 32), mas com um conteúdo enciclopédico sob a forma de verbete. Esse verbete, por sua vez, ajuda na nossa tentativa de caracterizar o gênero, pois apresenta um conjunto de informações editoriais sobre a categoria Folhinha e uma necessidade de defini-la, talvez considerando ser esta uma informação histórica relevante para os leitores.

Retomando as similitudes das Folhinhas com outros gêneros editoriais, destacamos que elas, nesse anuário, são definidas como sinônimo de *almanaque* ou *calendário*: “Pouco tardou que a Folhinha – também chamada almanach ou kalendario...” (Anuario de Minas Gerais de 1913, p. 32). Encontramos, ainda, a seguinte afirmação:

Em 1818 - mais ou menos - ainda o padre Vicente Ferreira, da Congregação dos Reverendos do Oratório, fazia publicar a sua Folhinha, então chamada almanach-livrinho que se tornou imprescindível a todos e foi o mais seguro guia e o mais acreditado entre tantos que saíram á luz por aquellos tempos. (Anuario de Minas Gerais de 1913, p.33).

O verbete aborda a circulação e o uso dessas Folhinhas indicando que, no século XVIII, já havia circulação delas: “Antes de 1704, já estava vulgarizado em Portugal o uso das Folhinhas. Foi justamente nesse anno que concedeo a metrópole privilegio ao padre Diogo Tinoco da Silva para a impressão da *Folhinha do anno*” (Anuario de Minas Gerais de 1913, p. 32).

Não é muito explícita no texto certa disputa editorial, mas essa pode ser deduzida ao se inferir que os negócios editoriais com as Folhinhas tinham boas chances de retorno monetário: “O negocio não era para desprezar. Deixava bons lucros no reino e nas colônias” (Anuario de Minas Gerais de 1913, p. 32). Essa passagem sugere que poderia haver disputas. Nessa mesma perspectiva, porém mencionando o Brasil do século XIX, Neves (2010) ressalta que a venda de Folhinhas, por ser acessível a um amplo público, era considerada como um bom negócio e, por isso, havia a disputa por privilégios da comercialização delas.

A citação, a seguir, traz dados sobre a tiragem e a circulação dessas Folhinhas no final do século XVIII, mencionados no *Anuario de Minas Gerais* de 1913, e demonstra a variação dos preços e a rentabilidade do negócio de vendas desse material impresso:

Imprimiam-se por anno quinze a dezeseite mil e quinhentas **Folhinhas de algibeira e trinta e cinco mil e quinhentas das de porta**; e isto depois que acabaram as propinas dos tribunaes, porquanto; anteriormente, o numero das de algibeira era de **vinte mil e o das de porta do quarenta mil**. Para as colônias sabiam, annualmente, do reino 6.150 exemplares das Folhinhas, de algibeira e 7.350 das de porta. Estas eram revendidas em Pernambuco e Rio de Janeiro a **80 réis**, variando os preços conforme os lugares. Em Minas Geraes, em Villa Rica, em Sabará, por toda a capitania das Minas Geraes - as Folhinhas de porta eram vendidas a **trezentos réis**, quantia exagerada para o tempo, dado o valor da moeda. Era uma mina o negocio das Folhinhas em Minas... As de algibeira tinham no Brasil vários preços, variando muito de capitania a capitania. No próprio reino, vendiam-se por preços exorbitantes conforme as encadernações, e chegaram em algumas aldeioas do Minho a 900 reis, em dinheiro de contado. (Anuario de Minas Gerais de 1913, p. 33).

Aparece, da mesma forma, nesse anuário outro comentário, dessa vez sobre uma Folhinha que circulou no ano de 1818, publicada, também, em Lisboa pela Congregação dos Reverendos do Oratorio, sugerindo algumas definições sobre esse gênero editorial. Nele, está



presente claramente a noção de guia e sua legitimidade para estabelecer crenças entre os leitores.

Em 1818 – mais ou menos – ainda o padre Vicente Ferreira, da Congregação dos Reverendos do Oratório, fazia publicar a sua Folhinha, então chamada almanach-livrinho que se tornou imprescindível a todos e o foi o mais seguro guia e o mais acreditado entre tantos que saíram á luz por aqueles tempos (Anuario de Minas Gerais de 1913, p. 33).

A noção de Folhinhas como guia aparece, também, nas páginas desse anuário, reforçando que essa publicação seria o mais seguro e acreditado guia dentre todas as publicações que saíram naquele mesmo período.

O anuário traz, ainda, informações sobre novas publicações da época. São apresentadas nessa mesma seção “Folhinhas”, do *Anuario de Minas Gerais* de 1913, publicações que surgiram no Brasil, destacando, além das Folhinhas vindas Portugal, os pequenos fascículos de casas comerciais abertas desse lado do Atlântico: *Almanach histórico*, de Duarte Nunes (1799), *Almanach de Surigué* (1834) e as *Folhinhas Laemmert* (1833). Destaca, inclusive, que, em 1833, o mercado foi dominado pelas *Folhinhas Laemmert* e que essas publicações: “constituem, ainda hoje, excellente repositório de informações e eram vendidas a granel – para todos os gostos, sexos, condições – como se vê de annuncios estampados no *Jornal do Commercio*, de 1852 e 1868” (p. 34).

Tal definição dialoga muito com as nossas análises, especialmente no que tange ao acervo das Folhinhas, um impresso com vários dados e para leitores diversos. Ao mencionar, também, que tais publicações são excelentes repositórios de informações, o anuário apresenta definição semelhante àquela contida na carta ao leitor que inicia este capítulo: **“A Folhinha hoje em dia é um repertorio dos fatos”**.

Ainda em atenção a essa seção intitulada “Folhinhas”, do *Anuario de Minas Gerais* de 1913, aparecem informações sobre as principais festas da Igreja Católica – festas fixas e festas moveis; festas nacionais, feriados estaduais em Minas; principais datas do ano e um texto sobre religião e culto em Minas, o que nos permite constatar uma definição de Folhinha para além do calendário, como nos demais anuários. Esses elementos da publicação chamada *anuário* se aproximam dos modos de apresentação e do conteúdo presente em nosso *corpus*: é uma Folhinha que traz aos seus leitores informações de regulação, de orientação do tempo civil e religioso.

Ao final dessa seção, o anuário traz informações sobre a concorrência entre livrarias, especialmente a *Laemmert* e a livraria Agostinho Guimãraes, indicando que, de todo modo, a casa Laemmert no Rio de Janeiro era a preferida do leitor e, por isso, continuou a editar e

publicar várias Folhinhas. Segundo o texto do anuário, essa preferência ocorria em consequência tanto do cuidado com a impressão, quanto da seleção dos conteúdos a constarem no material. Inclusive, as Folhinhas eram formadas “pelas chistosas chronicas de Pafuncio Semicupio Pechincha redactor de taes publicações e servo devotadíssimo e obsequiador constante” (Anuario de Minas Gerais de 1913, p. 34). Essa citação dialoga com os estudos de El Far (2010) sobre o cuidado dos irmãos Laemmert com a encadernação e a seleção de assuntos, conteúdos e autores na organização de seus impressos.

### 6.3 Folhinhas para um mercado de leitores que “precisam” de guias

O *corpus* da nossa pesquisa, como já mencionado no capítulo anterior sobre os percursos metodológicos, refere-se ao acervo intitulado “Catálogo de Obras Raras – Periódicos”, que está sob a guarda do *Arquivo Público Mineiro*. Todas as Folhinhas que fazem parte dele, analisadas para este estudo de doutoramento, foram publicadas no século XIX, especificamente entre os anos de 1831 e 1881, por quatro editoras diferentes, três instaladas no Rio de Janeiro e uma em Minas Gerais, respectivamente: *Livraria de Agostinho de Freitas Guimarães & Companhia*, *Typografia de R. Ogier e C*, *Typographia Universal de Laemmert e a Imp. C. do Ouro Preto na Typografia do Universal*. Destaca-se que a maior parte desse acervo é da *Editora Typographia Universal* de Laemmert, que também teve outros nomes em diferentes períodos da sua história: *Souza Laemmert*, *Casa de Eduardo & Henrique Laemmert e E. & H. Laemmert* (HALLEWELL, 2005).

Durante o século XIX, as Folhinhas tiveram importância fundamental nas práticas de leitura: “como suporte de informação, forneciam tradicionalmente o calendário anual e outras informações úteis e de interesse da sociedade” (BRAGA, 2011, p. 140). Vainfas (2002), em seu verbete sobre o “Jornal do commercio”, ressalta também que as Folhinhas começaram a ser impressas aqui no Brasil na tipografia do francês Pierre Plancher, por volta de 1824:

Fundado em 1827, o *Jornal do Commercio* é o segundo mais antigo periódico brasileiro de tiragem regular ainda publicado em nossos dias [...] foi impresso, de início, na tipografia de Pierre Plancher, na rua da Alfândega. Esse francês perseguido pela Restauração de Luís XVIII, em 1815, chegou ao Brasil em 1824, trazendo consigo uma oficina tipográfica completa. Além de imprimir “**Folhinhas**”, leis e papéis avulsos sob encomenda, publicou outros periódicos e alguns panfletos políticos. (DICIONÁRIO DO BRASIL IMPERIAL, 1822-1889, *apud* VAINFAS, 2002, p. 419 e 420, grifo nosso).

A iniciativa da produção de Folhinhas no Brasil, desse modo, pode ser atribuída a Pierre Plancher (BRAGA, 2011), editor francês que foi exilado em 1822 da França, por vários

processos, dentre eles pela publicação e distribuição de panfletos contra a família real. Em 1824, chegou ao Brasil. E por que o Brasil? Com certeza não foi uma mera coincidência. Esse país estava em destaque nas notícias, devido a sua recente declaração de independência, já possuía laços culturais com a França, livros franceses já eram importados e uma parte do comércio livreiro brasileiro estava sob responsabilidade de franceses. Nesse contexto, ele chegou ao Brasil, inclusive, com uma isenção de importação, concedida por D. Pedro I, para todo o seu equipamento, trazendo tudo o que era necessário para imprimir e fazer encadernações. Em 10 de julho de 1824, esse livreiro começou a publicar em português (HALLEWELL, 2005).

R. Ogier, outro editor francês cujas Folhinhas fazem parte do *corpus* dessa pesquisa<sup>71</sup>, também é apontado com pioneiro na produção desse gênero no Brasil. Por meio de um anúncio que localizamos no *Diario do Rio de Janeiro*, de 1839, podemos inferir que as *Folhinhas de Ogier* circularam, também, nos anos de 1820. Nesse anúncio, consta que as Folhinhas eram conhecidas há mais de 10 anos. Então, supõe-se que nos anos de 1828 elas já circulavam. Além disso, os dizeres desse anúncio – aos quais vamos nos ater mais adiante – já destacam para os leitores onde se podem comprar as Folhinhas, seus preços e, mais especificamente, apresentam algumas características do impresso com o intuito de mostrar a importância dessas publicações, sejam de portas ou de algibeiras.

Essas Folhinhas, bem conhecidas há mais de dez anos, não só pela exatidão do calendário, como pela variedade de suas matérias uteis, e ao mesmo tempo divertida, achão-se à venda na typographia e livraria dos editores-proprietários, ruas do Rozario n. 84, e do Hospicio n. 51, e são as seguintes... (*Diario do Rio de Janeiro*, 1839, anno XVIII, n. 8, p. 2).

Laurence Hallewell (2005) destaca, também, que, por ser um imigrante, Plancher percebeu a necessidade de publicações que servissem de guias. Então, editou o *Guia de Conversação Brasileira e Franceza*, de G. Harmonière, e, em 1828, o *Dicionario das Ruas do Rio de Janeiro*, ou *Guide de l'étranger dans cette capitale*, em português, francês e inglês, vendido por \$400, valor semelhante ao exemplar da *Folhinha dos bons costumes para o anno de 1855*<sup>72</sup>, da editora Laemmert. Plancher também lançou o *Anuario Historico Brasilense* e as *Folhinhas de Algibeira e de Portas*. Já em 1827, publicou o *Almanack Plancher*. Nesse sentido, as Folhinhas, independentemente da sua tipologia, seja de algibeira, de porta, ou

<sup>71</sup> Folhinha D'Algibeira, De R. Ogier E C. Para o anno de 1839. Typografia de R. Ogier e C. APM: OR: Folhinha d'algibeira: 1839. 0010. Séc. XIX. (cx. 54)

<sup>72</sup> *Folhinha dos bons costumes para o anno de 1855*. Contendo Elementos de Éthica. Uma collecção de máximas novas assim como A chronica nacional e entre noticias curiosas e interessantes uma descripção authentica do terremoto de Lisboa de 1755. Casa de Eduardo & Henrique Laemmert. Referência Arquivo Público Mineiro: OR: Folhinha dos bons costumes 1855. 0010. Séc. XIX. (cx. 61)

simplesmente Folhinhas, estavam dentro de um contexto de produção que oferecia aos leitores vários tipos de guia.

Reforçando a ideia de guia das Folhinhas, destacamos, também, outra associação feita por Hallewell (2005) sobre as Folhinhas anuais da *Editora Laemmert*, que começaram a ser publicadas em 1839 e que foram definidas pelo autor como guias de bolso. A priori, cabe destacar, novamente, que essa editora é responsável pela maior parte das Folhinhas que compõem o *corpus* desta pesquisa, e que essa definição “Guia de bolso” é muito significativa para o contexto da nossa pesquisa, no que tange, especialmente, a nossa busca pela definição desse gênero editorial. Nas expressões utilizadas por Laurence Hallewell (2005), sobre as *Folhinhas de Laemmert*, ressaltamos o uso do termo “miscelânea literária”, o que nos mostra ser essa publicação uma espécie de mosaico. Por sua vez, a expressão “guias de bolso” confirma seu uso prático como guia ou mesmo um processo de produção dessa necessidade pelo mercado editorial:

[...] em pouco tempo começaram a editar e, em 1839, iniciaram a publicação de sua Folhinha anual, uma **miscelânea literária** organizada por Eduardo, que contribuiu com muito material de sua própria autoria. A principal linha editorial era constituída por **guias de bolso** e outras publicações semelhantes, produzidas rapidamente para atender à demanda do mercado.” (HALLEWELL, 2005, p. 234, grifo nosso).

A ideia de guia dessas publicações, e de miscelânea literária, se torna significativa no contexto da nossa pesquisa, pois nos permite fazer uma relação sobre a intenção de guia desse impresso e da noção de mosaico, no sentido de composição de assuntos e conteúdo, o que foi possível constatarmos por meio da análise das Folhinhas.

#### **6.4 A diversidade dos assuntos que guiam: “não só quanto a certo e determinado dia do mês mas a respeito de uma infinidade e diversidade de assumptos que instruem e moralizam e divertem o espirito brasileiro”**

A ideia de “miscelânea literária”, trazida por Laurence Halleweel (2005), confirma-se na análise de nosso *corpus*. As Folhinhas apresentam uma diversidade de assuntos e, independentemente da sua tipologia, nota-se que esses impressos conservam, na maioria das vezes, as estruturas das suas seções, mesmo possuindo diversidade de conteúdo. Isso quer dizer que, nelas, encontramos permanência e movimento. Constata-se esse mesmo fenômeno na pesquisa sobre almanaques estudados por Dutra (2005), em que há um movimento de modificação ou de incorporação de temáticas ao longo dos anos de publicação, mas há,

sempre, um espaço “reservado aos calendários, via de regra com os santos do dia, e ao horoscopo, sobrevivência dos grandes prognósticos astrológicos” (DUTRA, 2005, p. 17). As Folhinhas também trazem certas modificações que variam de publicação para publicação, de editora para editora, mas há elementos que aparecem sem exceção em todas elas, marcando a identidade desse gênero, especialmente a característica de diversidade de assuntos encontrada nessas publicações.

As Folhinhas apresentam títulos que indicam seus temas. Assim, seus títulos mostram algumas tipologias e especificidades do público leitor a que se destinam: são elas civis ou eclesiásticas, eclesiásticas e civis, simultaneamente; com títulos específicos que indicam segmentação do público leitor; como *Folhinha dos sonhos para o ano bissexto de 1864*, *Folhinha Homeopática*, *Folhinha do Charadista: 1867*, *Folhinha da boa moral: 1861* e *Folhinha Romântica: 1871*. Mesmo quando trazem, em seu título, somente a expressão *Folhinha para um ano determinado*, como, por exemplo, *Folhinha para o ano de 1863*, independentemente da tipologia, parte do seu conteúdo é praticamente idêntico, como se houvesse uma parte da Folhinha de teor mais genérico e permanente, facilmente adaptado a outro ano ou ao mesmo ano para Folhinhas diferentes, o que deixa a impressão de que os editores copiam de um ano para o outro, modificando, apenas, circunstâncias de datas, períodos. Um exemplo dessa possibilidade são as “Chronicas Nacionais”, uma seção presente em várias delas, que possibilita atualizações de fatos e datas.

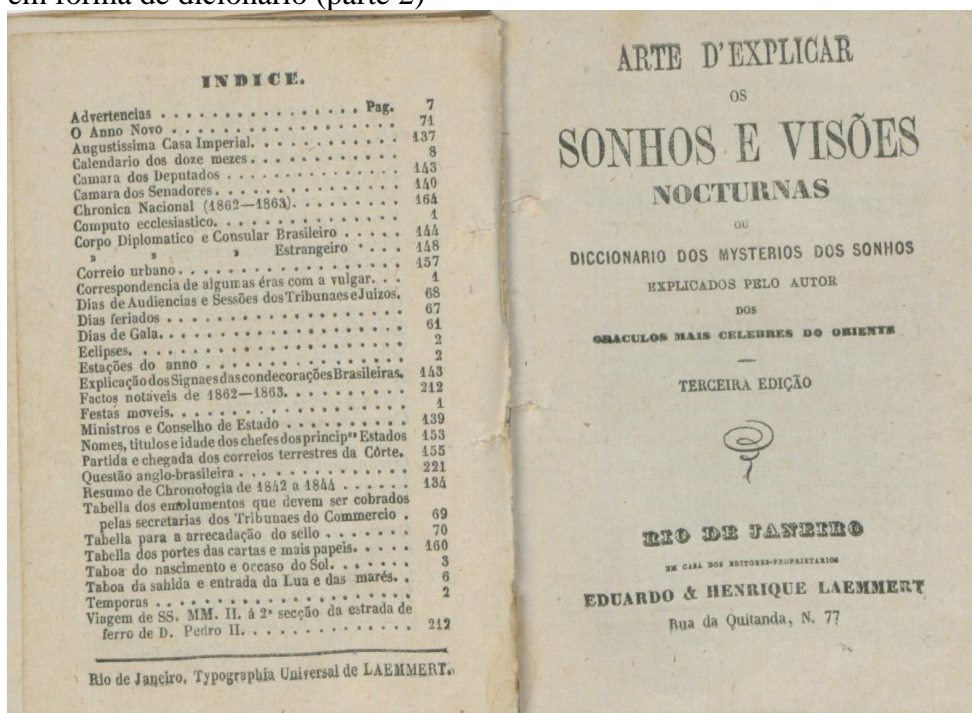
Constata-se que, à medida que se especifica no título a temática da Folhinha, a publicação traz um anexo, até com paginação diferente, mostrando a independência do anexo e a oferta de informações que remetem diretamente ao seu título. Inclusive, essa independência é reforçada, também, pela apresentação do índice antes do anexo, indicando que o material genérico se encerrou, e que, adiante, será uma nova composição. Exemplificando, destacamos a *Folhinha dos sonhos para o ano bissexto de 1864*, que traz em seu título uma referência explícita da parte específica, o anexo, e ainda traz, na folha de rosto, uma indicação para o leitor sobre como será apresentada: “contendo além da chronica nacional e de noticias curiosas e interessantes. A arte de explicar os sonhos e visões noturnas em forma de dictionario”.

**Figura 21** - Folhinha dos sonhos para o anno bissexto de 1864. Contendo além da chronica nacional e de noticias curiosas e interessantes. A arte de explicar os sonhos e visões noturnas em forma de dicionário (parte 1)



**Fonte** - Casa de Eduardo & Henrique Laemmert. Rio de Janeiro. APM: OR: Folhinha dos sonhos: 1864. Séc. XIX. Cx. 19).

**Figura 22** - Folhinha dos sonhos para o anno bissexto de 1864. Contendo além da chronica nacional e de noticias curiosas e interessantes. A arte de explicar os sonhos e visões noturnas em forma de dicionário (parte 2)



**Fonte:** Casa de Eduardo & Henrique Laemmert. Rio de Janeiro. APM: OR: Folhinha dos sonhos: 1864. Séc. XIX. Cx. 19.





Isso se comprova em todas as Folhinhas do nosso *corpus*, mas, especificamente, destacamos duas Folhinhas diferentes com a mesma data de publicação e da mesma editora: *Folhinha para o anno de 1864* e *Folhinha dos sonhos para o anno bissexto de 1864*. Nesses exemplares, as seções são idênticas em estrutura e conteúdo. Essas Folhinhas se diferenciam, apenas, no caderno anexado. A *Folhinha dos sonhos* traz um anexo sobre sonhos e seus significados e a *Folhinha de 1864*, diferentemente de todas as outras que trazem no título somente a palavra *Folhinha*, conta com um anexo sobre charadas. Dessa forma, reforçamos nossa hipótese de que há uma estratégia editorial de construção de um material genérico que se copia, nesse caso e nos demais, podendo ser reaproveitado ao gosto do editor, pela repetição de conteúdos de uma Folhinha para a outra e, quem sabe, de uma tipologia de publicação para outra. Nesse último caso, embora a numeração seja contínua entre a parte geral e o anexo que qualifica seu título diferenciado, os cadernos têm independência e podem ser publicados em separado.

Essa estratégia editorial de construção de um material genérico, o qual se copia de modo idêntico, acontece em todas as Folhinhas analisadas que são da mesma editora e do mesmo ano de publicação. Assim, se a tipologia é modificada; o anexo, quando existe, também se altera, mas as seções, a estrutura e o conteúdo são idênticos, apresentam-se sem nenhuma mudança. Destacamos alguns outros exemplos: *Folhinha de quinquilharia litteraria para o anno de 1858* e *Folhinha civil e ecclesiastica para o anno de 1858*; *Folhinha homeopática para o anno de 1860* e *Folhinha dos Namorados para o anno bissexto de 1860*; *Folhinha do Charadista para o anno de 1867* e *Folhinha Militar de 1867*; *Folhinha de Devoção para o anno bissexto de 1868*, *Folhinha Militar para o anno bissexto de 1868* e *Folhinha da guerra: 1868*.

Há algumas exceções, quando a Folhinha tem apenas o título de Folhinha para algum ano específico, como a *Folhinha para o anno de 1864*: não apresentando anexos ou uma intenção de segmentação. No entanto, a maioria das Folhinhas apresenta a organização editorial, tendo uma parte geral e um anexo independente. A essa organização, se acrescenta uma outra parte bem volumosa, o Catálogo de livros, com vários títulos: “Novo catalogo systematico de escolhidos livros em Portuguez”; “Catalogo de variados livros”; “Livros em Portuguez”; “Novo catalogo de excellentes livros”; “Catalogo ou repertorio litterario de livros em Portuguez”; “Catalogo da Livraria Universal de E. & H. Laemmert” e, ainda, “Biblioteca Portugueza- Brasileira de Livros modernos”. Às vezes, o mesmo espaço é utilizado para anunciar, além dos livros, outros produtos vendidos. Por exemplo, a *Typografia Laemmmert* chegou a fazer propaganda, especialmente de água-de-colônia, e de água de soda. Laurence



Hallewell (2005) confirma tal informação ao destacar essas linhas secundárias de produtos vendidos pela mesma editora.

Em geral, as Folhinhas trazem, em suas páginas impressas, informações/notícias para os leitores, com conteúdos relacionados à ordem civil e religiosa. No que diz respeito à ordem civil, aparecem assuntos sobre utilidade pública. Por exemplo, seções que remetem, especificamente, à vida pública e ao funcionamento oficial do império, com indicações de seções e audiências públicas; informações sobre a Casa Imperial, destacando os principais membros da dinastia reinante; apresentação do consulado brasileiro e estrangeiro; a crônica nacional contendo fatos históricos do Brasil e de outros países; e, em alguns casos, os fatos notáveis, com a descrição de outros de mesmo teor, mas referentes ao ano anterior ao da publicação. Ou seja, a Folhinha serve como um balanço do que se passou.

Sobre a ordem religiosa, constam, nos impressos analisados, as “têmporas”, o cômputo eclesiástico, as festas e feriados religiosos, a seção sobre advertência, com proibições e informações aos cristãos, bem como a indicação dos santos para cada dia dos meses. Há, ainda, as notícias cronológicas, com as festas móveis, os feriados, dias de grande gala e pequena gala.

Especialmente com relação ao tempo, há informações sobre fases da lua, ocorrências de eclipses solar e lunar para o ano da Folhinha, informações astrológicas e alguns prognósticos para crianças nascidas em cada mês, que aparecem na seção “Ano Novo”. Em uma delas, há especificamente uma seção sobre o prognóstico para as crianças que nascem em cada signo do horóscopo, intitulada “pra rognóstico para as crianças que nascerem conforme os signos”<sup>73</sup>. O calendário está presente em todas as Folhinhas, com os dias de cada mês e suas respectivas datas comemorativas e feriados, bem como a indicação de santos para cada dia do ano. Nas palavras de Le Goff (2013):

O tempo do calendário é totalmente social, mas submetido aos ritmos do universo. Deriva de observações e de cálculos que dependem também do progresso das ciências e das técnicas. [...] O calendário objeto científico, (*sic*) é também um objeto cultural. Ligado a crenças, além de a observações astronômicas (as quais dependem mais das primeiras do que o contrário), e não obstante a laicização de muitas sociedades, ele é, manifestamente, um objeto religioso. Mas, enquanto organizador do quadro temporal, diretor da vida pública e cotidiana, o calendário é, sobretudo, um objeto social [...] (LE GOFF, 2013, p. 441-442).

A ideia de organizar, e administrar, o tempo estava fortemente plasmada no conteúdo dessas publicações. Talvez, por isso, independentemente do formato, do número de páginas, do conteúdo e do leitor pretendido, o calendário aparece em todas elas, justamente para

---

<sup>73</sup> *Nova Folhinha de agricultura para o anno de 1866*. Casa de Eduardo & Henrique Laemmert. Referência APM: OR: Nova Folhinha de agricultura: 1866. Sec. XIX. (cx.17).

organizar o tempo social, tempo este que se refere à organização dos sujeitos dentro das esferas civil e religiosa. Nas palavras de Nova (1996), “[...] organizar e administrar o tempo, situar nele as coisas e os seres para assegurar a continuidade da vida: eis aí, talvez, a razão do calendário. O tempo social organizado corresponde ao tempo civil e ao tempo religioso.” (p. 54).

Todo o conteúdo das Folhinhas traz, na palavra impressa, uma intenção de guiar “pedagogicamente” os sujeitos dentro de um tempo social. Mais precisamente, essas publicações sugerem a ideia de conduzir os leitores por intermédio de “um tempo simultaneamente coletivo e individual, suscetível de uma mecanização mais avançada, mas também de uma manipulação subjetiva muito sutil.” (LE GOFF, 2013, p. 441). Mais especificamente, em similitude, também, ao gênero dos almanaques, há a intenção de guia baseada na ideia de *tempo cíclico*: “expressa não só na presença do calendário, mas também na própria escolha e concepção da informação.” (ANDRIES, 1996b, p. 289). Ou seja, a noção de controle do tempo, dentro de um contexto de relações de poderes, em que os saberes (civis, eclesiásticos, astrológicos e astronômicos) concorrem entre si intencionalmente para guiar seus leitores.

Referimo-nos ao termo “Pedagogicamente”, porque o texto/discurso que está nas páginas das Folhinhas é tão detalhado, sistematizado, que a sensação que se tem, a todo momento na leitura, é a de pretensão de transmissão – muito similar ao discurso pedagógico – no sentido de emitir ao leitor certos valores, condutas, moralismos. Desse modo, notamos que esse material impresso, semelhante aos almanaques, traz um discurso que “repousa no sentido básico de persuadir...” (NOVA, 1996, p. 68). Ou seja, a intenção é a de que o que está escrito seja aceito pelo outro que lê, numa mistura de convencimento e aconselhamento. Assim, o tom do discurso do almanaque “se propõe sério, verdadeiro naquilo que anuncia” (p. 69).

Essas constatações reforçam a nítida percepção que Roche (1996) discutia em seus estudos sobre a censura e a indústria editorial francesa, sobre a importância da palavra impressa, no que diz respeito a uma intenção clara de conduta e formação dos sujeitos dentro dos preceitos legitimados da época, bem como a uma tentativa de censura onde se lia a possibilidade de disseminação de ideias contrárias:

A existência desses dois mecanismos paralelos – um de censura preventiva, o outro para coibir transações clandestinas e proibidas de material impresso ou infrações nas regras que controlavam os livreiros – indica claramente a nítida percepção que tinham o poder absolutista e seus detentores da importância da palavra impressa. Também eles a viam como principal veículo do conhecimento e do pensamento, o maior meio transmissor de toda discussão política e religiosa, o instrumento de expressão da crítica subversiva quanto da obediência e aquiescência intelectual. (ROCHE, 1996, p. 22).

Nessa mesma perspectiva, notamos que a palavra impressa, nas Folhinhas, produz um discurso de valorização da nacionalidade e, muitas vezes, de “comunhão” com a religião. Sobre a expressão “comunhão” que utilizamos, destacamos novamente os estudos de Nova (1996). Ao se referir ao gênero almanaque, seu objeto de estudo, a autora menciona que as duas formas ideológicas, cristianismo e patriotismo, como sistemas de pensamento, orientam e são capazes de atender às necessidades básicas dos leitores quando se aponta para o objetivo mais enciclopédico dos almanaques, em relação aos assuntos relacionados à História e à Ciência de um modo geral.

Nesse sentido, podemos perceber, com nitidez, e, especialmente, a partir dos textos das *máximas*<sup>74</sup>, apresentadas ao final dos meses do ano, essa comunhão entre o civil e o religioso, num contexto de intenção de condução de valores e normas relacionados à Ciência, à nacionalidade, à Pátria e à religião:

[...] a calunia e a mentira de Deos provoca a ira... se o ócio te causa tédio, o trabalho é bom remédio. (Folhinha dos bons costumes para o anno de 1855, p. 66).

Por mais vergonhoso que tenha sido o nosso modo de proceder, está sempre em nossas mãos o restabelecer a nossa reputação (Folhinha Homeopatica de 1860, p. 87).

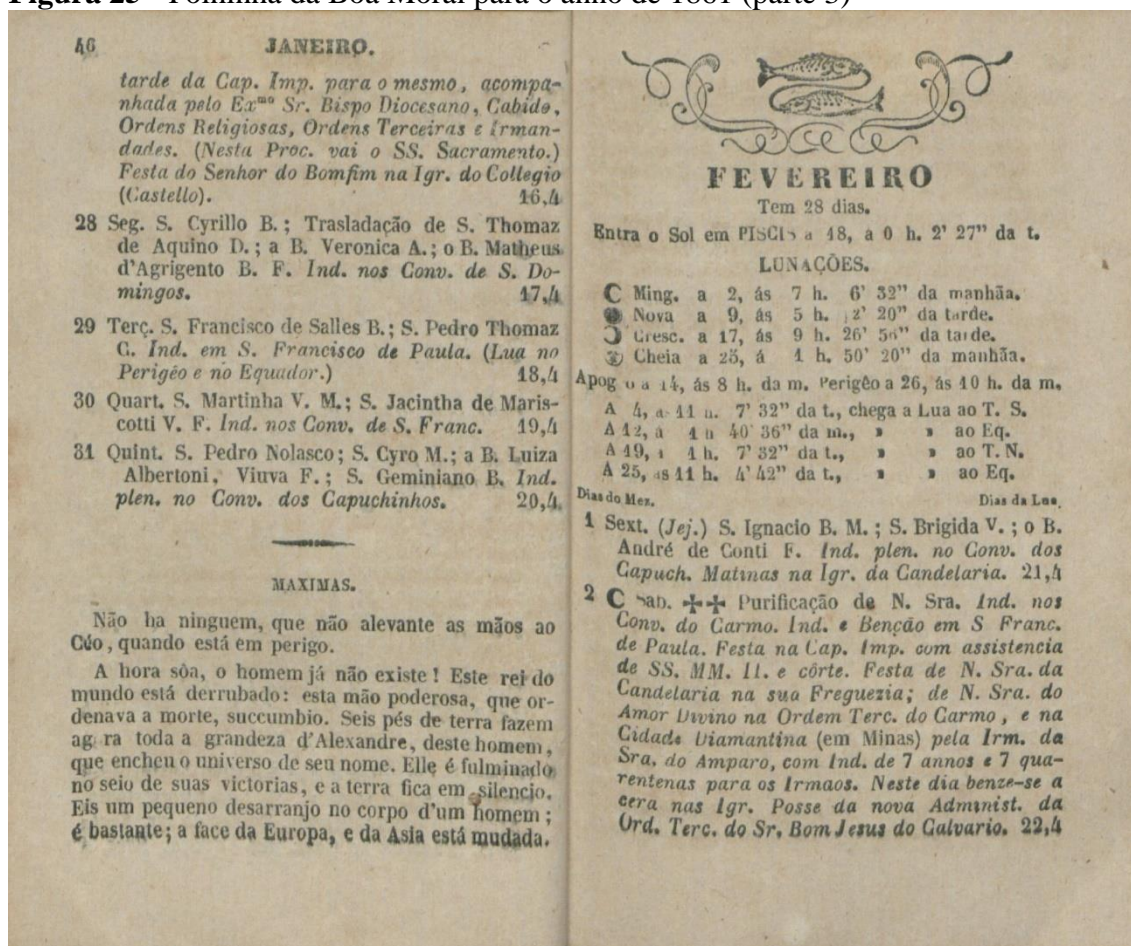
Honras, glorias, fama, fortuna, beleza, prazeres, alegria do mundo, o tumulto vai engolir tudo. O que é pois a vida? Um sonho, e nada mais. Ha duas cousas, que revivem no coração do homem, quando elle avança na idade, a pátria e a religião. É necessario um grande respeito com os olhos e ouvidos das crianças (Folhinha da Boa Moral, p. 50).

A razão ainda que severa  
É sempre amiga sincera.  
A virtude é grão thesouro,  
Mais duravel que o fino ouro.  
Por não seres da íra escravo,  
Perdoa generoso o agravo.  
De sua pátria bem merece,  
Quem a lei justa obedece.  
(Folhinha para o anno de 1861, p. 64)

---

<sup>74</sup> Máximas referem-se ao texto que, geralmente, está impresso nas Folhinhas, após cada mês do ano.

Figura 25 - Folhinha da Boa Moral para o ano de 1861 (parte 3)



Fonte: Livraria do Universal. Laemmet, RJ. Referência APM: OR: Folhinha [da] boa moral: 1861. 0010. Séc. XIX. Cx.12.

Assim, a palavra impressa dentro das Folhinhas guia os leitores num contexto ideológico e patriótico, semelhante aos almanaques. A circulação de saberes no interior dessas publicações convida os leitores à “uma ação ao mesmo tempo cívica e religiosa” (NOVA, 1996, p. 59). Destacamos ainda, assim como Dutra (2005), ao se referir aos almanaques, que o texto impresso nas Folhinhas está ligado “ao projeto maior da idéia de civilização e progresso” (p. 18-19).

### 6.5 A diversidade dos assuntos nas Folhinhas e as possibilidades de múltiplos leitores

A diversidade de assuntos nas Folhinhas reforça dois aspectos essenciais. Primeiro, a ideia de conteúdos que guiam seus leitores em diferentes dimensões, seja civil, religiosa, astrológica ou astronômica. Segundo, a ideia de abrangência de uma ampla rede de leitores,

pois, uma vez que se diversificam os assuntos, pretende-se também diversificar o tipo de público para o qual eles estão voltados. Portanto, havia um claro objetivo de atrair os leitores dos mais variados gostos e, como já mencionado anteriormente, com diferentes e múltiplas habilidades de leitura.

É interessante destacar que, nos anúncios de jornais e de outros periódicos localizados por esta pesquisa no banco de dados digital da Biblioteca Nacional, há a estratégia de divulgar, para além do preço e do local, a diversidade de assuntos contidos em cada Folhinha e a utilidade desse impresso para leitores diversos. No *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Côrte e Provincia do Rio de Janeiro* para o ano de 1875, na seção “Notabilidades”, há um anúncio bem significativo e que possibilita boas reflexões, inclusive faz referência à *Folhinha de Lembranças para o anno de 1875*<sup>75</sup>, que integra o *corpus* desta tese.

**Figura 26** - Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Côrte e Provincia do Rio de Janeiro para o ano de 1875

144 NOTABILIDADES

**E. & H. LAEMMERT**

Publicando ha 36 annos a sua Agenda, o acolhimento favoravel animou os Editores a introduzir-lhe todos os melhoramentos desejaveis, tendo a satisfação de vêr que o publico lhe dava a preferéncia a outras publicações analogas menos completas e prestimosas. Sendo preciso sobretudo aos commerciantes tomar-se notas ás vezes com antecedencia de mez, se encontrará este anno prompto a tempo em casa dos Editores o

**MEMORIAL FLUMINENSE DO COMMERCIO**

OU

**FOLHINHA DE LEMBRANÇAS**

DE

**E. & H. LAEMMERT**

para assentos, utilissima e indispensavel para negociantes, banqueiros, capitalistas, medicos, advogados, proprietarios, donas de casa e a todos em geral, com um appendice contendo os dias de gala, de audiencias dos tribunaes, feriados, ministerios, telegraphos, policia, bombeiros, signaes de incendios, correios da côrte, estradas de ferro, bonds, diligencias, barcas de Nitherohy, paquetes a vapor, tabelliães, taboa de cambio, systema metrico, dias que faltão até o fim do anno e dias em que não vencem letras, época do pagamento dos impostos etc., assim como

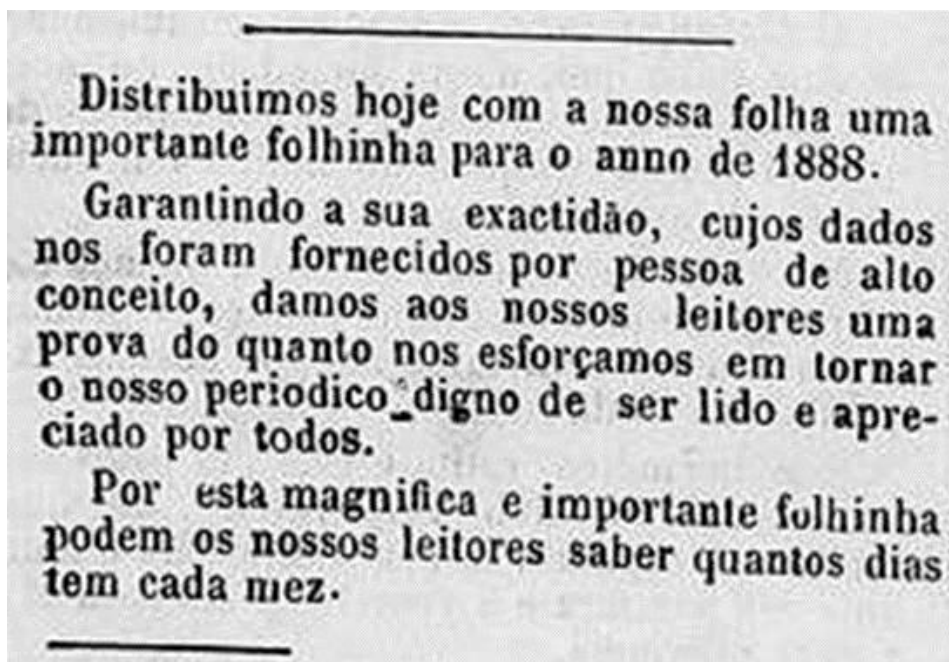
**Fonte** - Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional. Casa de Eduardo & Henrique Laemmert. p. 144.

<sup>75</sup> *Folhinha de Lembranças para o anno de 1875*. Casa de Ed. & Laemmert. Fonte: APM: OR: 0010. Século XIX. Caixa 40.

O anúncio destaca ao leitor os melhoramentos que os editores fizeram na publicação e reforça a satisfação destes em perceber que o público dava preferência para as publicações dessa editora, e, segundo os dizeres do anúncio, isso se devia ao fato de tais publicações serem mais completas e prestimosas do que outras análogas. Sobre essa preferência das publicações Laemmert, destacamos os estudos de El Far (2010), ao mencionar que B. L. Garnier e os irmãos Laemmert (E. & H. Laemmert) “vendiam sobretudo obras bem encadernadas e de autores apreciados no mundo das letras...” (p. 90). Mais especificamente, o anúncio diz sobre a utilidade e sobre a indispensabilidade de tal impresso para os leitores: “negociantes, banqueiros, capitalistas, medicos, advogados, proprietários, donas de casa e a todos em geral”. A descrição que se faz de seus assuntos, ao final do anúncio, mostra também sua destinação a uma população que, possivelmente, vive em zonas urbanas, que transita em locais que concentram atividades burocráticas e financeiras.

Ainda sobre a utilidade e a importância das Folhinhas, destacamos um anúncio no jornal *Calungasinho*, que menciona o fato de tal impresso ser um periódico “digno de ser lido e apreciado por todos.” (p. 2).

**Figura 27** - Calungasinho



**Fonte** - Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional. 21 de janeiro de 1888. Ano III. Número I. Rio de Janeiro. p. 2.

Em outro periódico, “*Guia do Rio de Janeiro ou indicador alphabetico*”, do ano de 1867, notamos também a descrição dos assuntos que estarão nessas Folhinhas, destacando a



mistura do útil e do agradável, dos assuntos variados, do caráter de instrução, recreação e dos preços – elemento que vamos tratar no tópico seguinte.

Figura 28 - Guia do Rio de Janeiro ou indicador alfabético

**FOLHINHAS DE LAEMMER**  
1867 — VIGESIMO-OITAVO ANNO

Ornadas de Finissimas Vinhetas, dos feis retratos de SS. AA. II. D. Isabel e D. Leopoldi SS. AA. os Srs. Conde d'Eu e Duque de Saxe, do Visconde de Tamandaré, do General Fló, outros eminentes personagens e santos, bem como das vistas de Montevidéu e Assu contendo o sempre applaudido artigo joco-sério

O ANNO NOVO

adornado com muitas burlescas vinhetas; a Chronica Nacional relatando os factos historicos interessantes de 1865 — 1866, principalmente os da guerra do Rio da Prata; a Augustissima Imperial; nomes e titulos dos chefes dos principaes Estados; Dias de Gala e de Audiencias; do Sol e da Lua; Senadore, Corpo Diplomático e Consular nacional e estrangeiro; Partida dos Correios; Emolumentos que se cobrão nos Tribunes do Commercio, etc

**TITULOS E CONTEUDO ESPECIAL**

do grande sortimento das diferentes Folhinhas, que todas tambem contém no principio materias acima especificadas; a saber:

**FOLHINHA IMPERIAL DE ESCRITORIO**

- 1 Folhinha do Jardineiro e Arboricultor, com um resumo do Manual do Jardineiro.
- 2 Folhinha Recreativa Brasileira, com uma excellente colleção de factos notaveis, occurrencias singulas
- 3 Folhinha de Moral, contendo a Novella moral: O Anjo da Guarda ou a Feliz Família.
- 4 Folhinha dos Theatrinhos, contendo o Proverbio em um acto: Manda quem póde.
- 5 Folhinha Miscellanea, contendo o segundo Ramalhete de Anecdotas, Contos, Bernardices, etc.
- 6 Folhinha de Variedades curiosas e interessantes.
- 7 Folhinha Theatral, contendo a linda comedia em um acto: A Homœopathia.
- 8 Folhinha de Historietas, Contos e artigos mui interessantes.
- 9 Folhinha Comica, contendo a scena comica, original brasileiro: Um Paulista de volta da Côte.
- 10 Folhinha Enigmatica, contendo um novissimo cofre de charadas.
- 11 Folhinha da Guerra, com a Rel. chronologica dos factos notaveis da actual Guerra do Brasil. (Duas)
- 12 Folhinha de Medicina Domestica e Popular, contendo uma colleção de artigos de Medicina.
- 13 Folhinha de Contos Moraes, contendo os contos: Amor e Dever, e a Carteira Perdida.
- 14 Folhinha da Fonte da Verdade, ensinando o Caminho para a Virtude.
- 15 Folhinha Industrial, contendo uma collec. de processos industriaes, fórmulas e receitas de facil applicação
- 16 Folhinha do Syst. Metrico, contendo um breve e facil Compendio deste systema, adoptado no Imp. do Brasil
- 17 Folhinha Mac., pela qual se obtem saber os dias e m. Mac., com a relaç. das lojas do Gr. Or. do Brasil
- 18 Folhinha de Novos Casos Engraçados, contendo uma colleção de xistosos casos e anecdotas.
- 19 Folhinha da Nova Linguagem das Flôres, contendo o Novo Dice. das Flôres, pedras preciosas, etc.
- 20 Folhinha de Novas Sortes, contendo uma rica colleção de engraçadas sortes para as noites de Folia
- 21 Folhinha do Impio Confundido, com respostas breves e familiares ás objec. contra as Verdades da Religião
- 22 Folhinha Para entretenimento das Famílias Brasileiras, contendo a Linguagem da Musica.
- 23 Folhinha da Lavoura Rotineira, com idéas praticas sobre a lavoura e a Plantação do Tabaco na Bahia
- 24 Folhinha do Charadista, contendo uma linda colleção de Charadas.
- 25 Folhinha de Sonhos e visões nocturnas, com a arte de explica-los, em fórma de dictionario.
- 26 Folhinha do Anecdotista, com uma rica colleção de Novissimas Anecdotas e Ditos engraçados.
- 27 Folhinha Militar, contendo o romance hist.-juridico: A Baixa de Mathias, ordenança do Conde de Albuquerque
- 28 Folhinha Religiosa, contendo a Vida dos Santos de especial veneração na igreja de Deos.
- 29 Folhinha de Braz Gomes, que foi perseguido pela Inquisição.
- 30 Folhinha dos Chapéos, com a hist. curiosa dos chapéos, suas fórmulas e as transform. por que passão
- 31 Folhinha do Romancista, contendo o romance brasileiro: A Camisa preta.
- 32 Folhinha Enigmatica, contendo uma nova colleção de enigmas pittorescos.
- 33 Folhinha de Braz Tisana, com a ultima collec. de cartas do Visc. de Kikiriki á sua esposa e respostas
- 34 Folhinha Economica, com uma nova série de receitas.
- 35 Folhinha de Anecdotas Religiosas para a educação da mocidade e instrução dos feis.
- 36 Folhinha do Fabulista, com uma escolhida colleção de fabulas em verso rimado, illustrada com gravuras
- 37 Folhinha de Lindos Contos: Oreste e Pylades, e outros.

**E muitas outras de instrução e recreio.**

Vinte e oito annos de incessantes esforços para a prosperidade da presente publicação, ajudados por pennas habéis, são hoje coroados pela grande procura e geral aceitação dos feis Calendarios em todo o Imperio Brasileiro, pois misturando o util e o agradável, como jocosos, apresentando a variedade em todas as suas combinações, alcançamos crear um de publicações periodicas, que por sua barateza penetra até nas mais modestas habitações; e seus imitadores espalha a instrução entre o povo, derrama o conhecimento da legislação recreia nas horas vagas a quem não tem posses para a compra de dispendiosos livros, e o amor da leitura por meio de tratados resumidos e populares em todos os generos da litteratura. Por isso as pessoas que costumão comprar porções de Folhinhas, e desejão achar-lhes applicação, devem recommendar expressamente que sejam compradas no Rio de Janeiro

**EM CASA DE E. & H. LAEMMERT, RUA DA QUITANDA N. 77.**

Fonte: Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional. Casa dos editores Eduardo e Henrique Laemmert. 1867, p. 100.

Esse anúncio, ao apresentar também uma lista de Folhinhas publicadas pela editora e para o mesmo ano, ajuda a problematizar sobre a tipologia das obras e sobre a expectativa de abrangência de públicos diversos, uma vez que, ao diversificar os títulos, pode-se dizer que há a intenção de atrair mais leitores. Através de nossas análises, percebemos que a tipologia está diretamente relacionada aos apêndices das Folhinhas. Inclusive, como já mencionamos anteriormente, nas Folhinhas que fazem parte do *corpus* desta pesquisa, quando são da mesma data de publicação e da mesma editora, a única modificação identificada entre uma e outra é o caderno anexo, o apêndice, e esses estão relacionados à tipologia da publicação. Se for analisada apenas a quantidade de títulos distintos, vemos que a editora Laemmert lançou 37 para o ano de 1867, sem contar a quantidade de Folhinhas produzidas e incluídas na expressão “E muitas outras de instrução e recreio”.

A expressão “E muitas outras de instrução e recreio” possibilita identificar uma relação direta das Folhinhas com a ideia de popular, no sentido de um periódico de ampla circulação e de ampla abrangência de seus leitores, pelo seu preço acessível, pela sua utilidade com os assuntos de instrução e pelo seu divertimento. Segundo o anúncio:

vinte e oito annos de incessantes esforços para a prosperidade da presente publicação annual ajudados por pennas habeis, são hoje coroados pela **grande procura e geral aceitação** dos nossos fieis calendarios em todo o Imperio Brasileiro, **pois misturando o util e o agradavel, o serio com o jocoso, apresentando a variedade em todas as suas combinações** alcançamos crear **um genero de publicações periodicas, que por sua barateza penetra até nas mais modestas habitações;** excluindo seus imitadores, **espalha instrução entre o povo, derrama o conhecimento da legislação do paiz, recreia nas horas vagas** a quem não tem posses para a compra de dispendiosos livros, e infiltra o amor da leitura por meio de tratados resumidos e populares em todos os generos da litteratura. Por isso as pessoas que costumão comprar porções de Folhinhas e desejão achar-lhes facil extracção devem recommendar expressamente que sejam compradas no Rio de Janeiro, em casa de E. & H. Laemmert, rua da quitanda n. 77 (*Guia do Rio de Janeiro ou indicador alphabetico*, 1867, p. 100, grifos nossos).

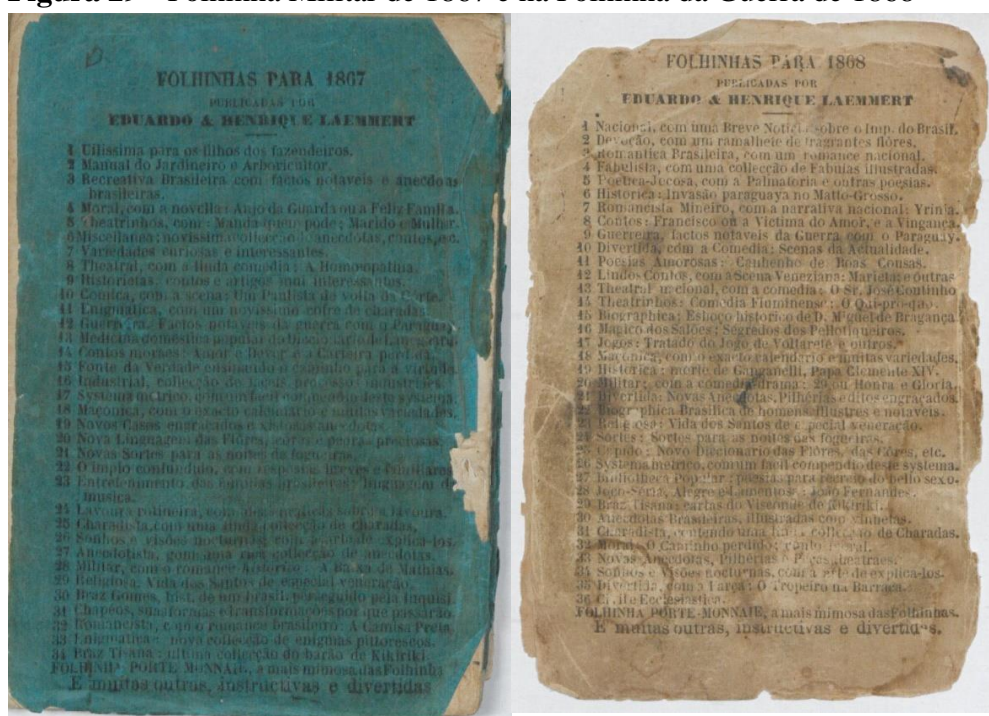
Esses dizeres, em diálogo com a análise do nosso *corpus*, permitem-nos constatar que a Folhinha é um gênero editorial de publicação periódica, anual, que mistura assuntos, funções e usos. Ela apresenta variedade em todas as suas combinações, sejam nos assuntos civis, eclesiásticos, astrológicos ou astronômicos, instrui seus leitores sobre a utilidade pública, sobre assuntos relacionados ao Brasil e a outros países do mundo. Ao mesmo tempo, em algumas de suas publicações, traz a ideia de divertimento, de recreação nas horas vagas de lazer, com as seções de charadas, anedotas e enigmas. Tudo isso adicionado a um calendário, que, inclusive, ocupa um volume significativo em quantidade de páginas – aproximadamente 80 de um material de 220. Esse conjunto diversificado parece ser um dos principais responsáveis por despertar “a grande procura e geral aceitação” dos leitores.



O preço das Folhinhas (sobre o qual vamos falar no próximo tópico), conforme a descrição no anúncio, é fator relevante para que elas pudessem circular em várias casas, com padrões de vida distintos, justamente porque sua “barateza penetra até nas mais modestas habitações”. Além disso, a circularidade expressiva alcançada deve ser explicada também pela variedade de assuntos e modos de se apresentar tal material impresso aos seus leitores, “misturando o útil e o agradável, o serio com o jocoso, apresentando a variedade em todas as suas combinações”. Dessa forma, os editores conseguem tornar mais fácil a apropriação, pois “infiltra o amor da leitura por meio de tratados resumidos e populares em todos os generos da litteratura”.

Sobre a lista de Folhinhas trazida pelo anúncio, destacamos que a Laemmert, além de utilizar para publicidade a compra de espaços em periódicos, anunciando neles os lançamentos de suas produções editoriais, valeu-se, muitas vezes, das próprias publicações para divulgar o catálogo dos demais títulos editados. Por exemplo, na *Folhinha Militar de 1867* e na *Folhinha da Guerra de 1868*, às quais tivemos acesso, é possível notar essa mesma estratégia, uma vez que a quarta capa das duas também dissemina listagens com referências às Folhinhas, conforme pode ser visto nas imagens abaixo:

**Figura 29 - Folhinha Militar de 1867 e na Folhinha da Guerra de 1868**



**Fonte:** I: APM: OR: 0010. Século XIX. Caixa: 22 / II: APM: 0010. Século XIX. Caixa 24.

## 6.6 Usar junto ao corpo e consumir um material de primeira necessidade: uma literatura popular?

Porém, antes que conte ás minhas amaveis e sempre attensiossimas fueguesas, outra qualquer pilheria ou historieta que ainda ignorem, bom será que cumprimente aos meos leitores e fregueses com todo o garbo de antigos e nunca deslembrados conhecidos, afim de ver se mais depressa me chegão os cobres do importe das Folhinhas, que na verdade, além de serem baratas e baratissimas (em proporção de outras muitas cousas que com menos e até nem uma utilidade comprão os meos fregueses), ainda assim não tem chegado a sua circulação a 100 mil exemplares, como desejaria não so este servo, servorum de suas amabelissimas senhorias, como até mesmo, cá o patrão da futrica... (Folhinha para o anno de 1861, p. 5)<sup>76</sup>.

Esse trecho de carta ao leitor faz relações entre preço e necessidade e mostra pretensão de ampla circulação de uma Folhinha, provocando uma reflexão sobre um dos sentidos do popular. Um gênero de primeira necessidade geralmente precisa estar à mão.

A Folhinha traz consigo a ideia de uso/circulação junto ao corpo, então “quem tem hoje uma Folhinha possui em diminutas páginas de papel que se acomodam em qualquer algibeira”. Esses dizeres, tirados da citação que faz abertura deste capítulo, em diálogo com as análises dos impressos do nosso *corpus*, permite-nos indagar sobre o peso que tem, na definição do gênero, o formato das Folhinhas e a sua promessa ou possibilidade de se acomodar em qualquer algibeira. Elas apresentam-se em folhas com dimensões pequenas, em formato de livro, variando de 9,0cm x 6,0cm a 13cm x 9,0cm.

Será que, pelo formato e por essa frase da citação, podemos dizer que todas as Folhinhas que fazem parte do acervo analisado devam ser consideradas uma Folhinha de algibeira? Ao mesmo tempo em que é possível enquadrar, pelas características de tamanho, as Folhinhas do *corpus* como pertencentes ao gênero de algibeira, questionamos: todas as Folhinhas que se acomodam em qualquer algibeira não deveriam trazer em sua tipologia a palavra algibeira? A tipologia algibeira está relacionada ao formato ou ao conteúdo?

Problematizamos certas questões, pois há, no *corpus* da pesquisa, Folhinhas com tipologias diversas, sendo apenas duas que se denominam como *Folhinhas de Algibeira*<sup>77</sup>. As demais, apesar de presente em seus títulos a palavra Folhinha, não trazem a denominação algibeira. No entanto, com base nas dimensões das Folhinhas e no seu formato, podemos afirmar que todas elas conseguem se acomodar em uma algibeira. Assim, buscamos em

<sup>76</sup> *Folhinha para o anno de 1861*. Typographia de Antonio Gonçalves Guimarães & comp. Rio de Janeiro. Referência APM: OR: Folhinha para o ano de 1861. 0010. Séc. XIX. (cx. 11).

<sup>77</sup> *Folhinha d'Algibeira ou Diario civil e ecclesiastico, do ano bissexto de 1832*. Imp. C. do Ouro Preto na Typografia do Universal. Minas Gerais e *Folhinha D'Algibeira, De R. Ogier E C. Para o anno de 1839*. Typografia de R. Ogier e C. Rio de Janeiro.

algumas edições do dicionário de Antonio de Moraes Silva, do século XIX, o verbete algibeira:

ALGIBEIRA, s. f. Bolso no vestido, onde se guarda alguma coisa. (SILVA, 1813, p. 93).

ALGIBEIRA, s. f. Bolso no vestido, onde se guarda alguma coisa. (SILVA, 1823, p. 98).

ALGIBEIRA, s. f. Bolso no vestido, onde se guarda alguma coisa: it. Por fora das sayas das mulheres; junto da maneira. (SILVA, 1831, p. 85).

ALGIBEIRA, s.f (em Arab. Aldjib). Bolso nos vestidos, onde se guarda alguma cousa; ou por fóra das saias das mulheres junto da maneira. (SILVA, 1877, p. 86).

Assim, esse formato possibilita a circulação desse impresso de uma maneira singular, “presa ao corpo”. Reforçando ainda a ideia de algibeira como sacola, saco ou algo que se porta junto ao corpo, encontramos em uma das Folhinhas tais dizeres na carta ao leitor:

Estamos no século das descobertas. **Um inglez acaba de inventar uma ratoeira para as algibeiras.** O ladrão mette a mão com facilidade, mas não póde tira-la sem dar um grande puxão ao qual acode logo **o dono da algibeira.** Que feliz idéa!” (Folhinha de Quinquilharia Litteraria para o anno de 1858, p. 23, grifos nossos).

Nessa mesma perspectiva, El Far (2004), destaca que “em 1873, a respeitada livraria Garnier anunciava o lançamento dos vinte volumes de sua Biblioteca de Algibeira. As obras “em formato acomodado a qualquer bolso que não seja de colete.” (EL FAR, 2004, p.81). Além do formato, poderíamos questionar sobre o número de páginas e a relação com a tipologia *Folhinha de algibeira*. Quando consideramos a quantidade de páginas que as Folhinhas trazem, constatamos uma variação que vai de 165 a 400. Cabe aqui outra indagação: é possível atribuir às publicações volumosas, com até 400 páginas, a designação *Folhinhas “de algibeira”*? No entanto, se nos ativermos ao significado e à ideia de algibeira, mesmo as Folhinhas mais volumosas podem se acomodar em sacolas e estarem presas ao corpo.

Então, respondendo à nossa própria problematização sobre o fato de a denominação algibeira não estar em todas as Folhinhas do *corpus* desta pesquisa, mesmo quando afirmamos da possibilidade de todo o material analisado caber em uma algibeira, resta analisar se podemos identificar singularidades na estrutura e nos detalhes dos assuntos das Folhinhas intituladas algibeiras, que pode ser um diferencial entre todas as Folhinhas que são nosso objeto de estudo. Através da análise das Folhinhas, tanto as intituladas de algibeira quanto as demais, em diálogo com a definição apresentada por Lucia Maria Neves (2010), em seu estudo intitulado *Folhinhas e Almanagues: História e Política no Império do Brasil (1824-1836)*, percebemos similitudes em relação ao conteúdo dessas Folhinhas,

independentemente de a tipologia ter a palavra algibeira. O que constatamos é a diferença da estrutura pela qual o conteúdo é apresentado ao leitor, que por vezes é mais reduzido, bem como a especificidade de algumas notícias que são próprias da publicação de algibeira. Por exemplo, as informações geográficas do Brasil são notícias específicas e, em contrapartida, elas não trazem a seção da crônica nacional, presente nas outras Folhinhas que não trazem em seu título a palavra algibeira.

Nesse sentido, a definição de Neves (2010) nos permite afirmar que os impressos investigados nesta pesquisa compartilham das mesmas características que ela descreve:

as chamadas Folhinhas de algibeira eram uma espécie de calendário de bolso, com periodicidade anual, que tinham para seus proprietários a função de uma orientação no tempo, com seu calendário geral (não só do ano civil, mas também o do ano solar e lunar), além de notícias cronológicas (festas moveis, dias de grande gala e pequena gala... Encontravam-se ainda informações históricas (épocas gerais, épocas do Brasil, notícias principais dos Estados da Europa e da América, notícias sobre a história do Brasil; dados geográficos do Império do Brasil[...]. (p. 232).

A prática de se portar a Folhinha presa ao corpo se relaciona à concepção de guia, já apresentada, e também pode se ligar à ideia de que a “Folhinha é actualmente um gênero de primeira necessidade”. Sobre esse trecho da citação de abertura do nosso capítulo, com inspiração nos estudos de Pierre Bourdieu (1983), podemos problematizar a expressão “primeira necessidade” através de elementos que nos permitem entender sobre as práticas culturais dos sujeitos dentro de um tempo-espaco e a relação entre os gostos, escolhas, estilos e atitudes, especialmente dentro das dimensões do luxo e da necessidade.

No contexto de nossa pesquisa, quando se menciona que a Folhinha é um gênero de “primeira necessidade”, significa dizer que tal publicação refere-se a algo relacionado à urgência e, inclusive, segundo esse mesmo autor, a algo destinado para às camadas populares. Ou seja, independentemente de não abordarmos neste trabalho o aspecto da classe social, nos atentamos para o caráter “de urgência” dessa Folhinha, um material que os sujeitos utilizam por uma necessidade de consulta frequente. Destacamos, ainda, que a ideia de uso dessas Folhinhas, ou seja, algo que o leitor porta junto ao corpo, pode estar também relacionada simbolicamente a algo de primeira necessidade.

À ideia de um gênero de primeira necessidade também se liga à característica desse impresso de abarcar uma diversidade de assuntos, o que permite ao leitor consultar várias informações diferentes em um mesmo material. Além disso, a noção de popular pode ser aqui relacionada, ao trazer a característica de um gênero de primeira necessidade.

A noção de popular, a que estamos fazendo uso no contexto desta, está diretamente relacionada à ideia de uma literatura de circulação mais ampla do que propriamente popular

(Andries, 1996a, 1996b). Relacionamos o popular também com a ideia de satisfazer todos os públicos (MOLLIER, 2008; EL FAR, 2006) e de uma literatura que se apresenta com características específicas (BRAIDA, 1996).

Mollier (2008) destaca, por exemplo, que na segunda metade do século XVIII, na França, os impressores, livreiros e editores se viram motivados a procurar “uma otimização do lucro” (p. 23). Buscaram, assim, ampliar as possibilidades de acesso dos leitores ao objeto desejado. Para tanto, através do libreto teatral, produziram pequenas obras a bom preço, com uma impressão de pouca qualidade, mas que fosse capaz de atingir um leitor no qual até o momento não se havia pensado. Para o autor, esse tipo de publicação “atingiria as camadas ou categorias sociais que antes não haviam considerado o livro como um elemento possível de mobiliar seu espaço doméstico.” (p. 24).

Nesse contexto de literatura popular, destacamos o fenômeno *Littérature Bleue* - “livros azuis” ou livros de bolso (MOLLIER, 2009, p. 523), que trazem em sua fórmula uma organização editorial similar à das Folhinhas que analisamos nesta pesquisa. Essa fórmula editorial foi inventada pelos *Oudot*, em Troyes, no período histórico compreendido entre o nascimento da edição, no final do século XVIII e início do século XIX. Período em que se produziu a reforma da educação universal, o que levou à leitura em massa de textos produzidos em série. Se caracterizavam por “...livros baratos, impressos em grande quantidade e vendidos por ambulantes.” (CHARTIER, 2004, p. 261). Essa literatura destinava-se a um mundo semiletrado que buscava transmitir informações sobre “as vidas dos santos, histórias de cavalarias e narrativas burlescas, que fariam a felicidade dos ouvintes mais do que dos leitores privados” (MOLLIER, 2009, p. 20).

A característica peculiar dessa fórmula editorial dialoga com as características físicas e de conteúdo das Folhinhas que investigamos: livros pequenos, impressos em papel de má qualidade, com uma grande heterogeneidade no conteúdo, uma reciclagem e junção de produtos já impressos, porém com uma abordagem distinta para atrair um número maior e diferente de leitores (MOLLIER, 2009).

Sobre esses mesmos impressos, estudos de Bollème (1971) problematizam os paradoxos que eles trazem, bem como a dificuldade da própria definição de literatura popular. Nas palavras do autor

Esta literatura pretende somente expor uma série de paradoxos que a denunciam como problemática. Problemática com efeito, ela é até no nome que leva. Pois, ela mal tem um nome: ela é qualificada como literatura popular. Nome que é aquele da impossibilidade para nomeá-la, literatura em grande escala, nome que é desconhecido, mal amado, que não é nomeado...Designação que não é original,

entretanto, mas que se acrescenta ao nome que a ela se deu e que é importante restituir: ela se chama Biblioteca Azul (p.8).<sup>78</sup>

Não parece ser essa a forma de venda e distribuição das Folhinhas que analisamos, a maioria vendida na própria casa editorial que a produz. Chamamos a atenção aqui para as dimensões das brochuras que são similares às Folhinhas, bem como para a possibilidade de um impresso para ser transportado nos bolsos.

Trazendo essa mesma discussão de literatura popular para o contexto português, destaca-se que o início do século XIX foi marcado por um período no qual a possibilidade de compra, por exemplo, dos romances da moda, estava restrita à pequena burguesia e, com passar dos anos, a ideia de vulgarização da leitura começa a ser uma das preocupações do governo, no sentido de popularizar as edições luxuosas e clássicas em séries econômicas (EL FAR, 2010).

Segundo El Far (2010), o mercado livreiro no Brasil, no século XIX, teve influências portuguesas e esses dois mercados muito aprenderam com os franceses. Assim, montou-se um mercado editorial brasileiro em ascensão e com um perfil mais heterogêneo que caminhava entre os clássicos, os luxuosos e o livro popular. Este último foi ganhando a atenção do público leitor, pois sua proposta semelhante a que foi apresentada por Mollier (2008), de “otimização do lucro”, oferecia uma publicação mais em conta, um livro de “capa brochada e papel barato e produzido com um baixo custo de edição” (El Far, 2010, p. 90).

Nessa mesma perspectiva, destacamos novamente os estudos de Andries (1996a), sobre almanaques, catecismos, livretos de contos populares publicados no século XVIII, no que tange à ideia de uma literatura de produção em série, em que tais impressos mantinham uma aparência padronizada, baseada em técnicas baratas desse tipo de produção. Assim, essa reflexão é muito significativa em atenção à análise das Folhinhas, pois a impressão é justamente essa quando nos deparamos com publicações de uma mesma editora com datas iguais e nada se modifica em seu texto, estrutura e forma. Apenas os cadernos anexos, que se relacionam diretamente com a tipologia da obra, são inéditos. Ou seja, publicam-se várias Folhinhas com títulos diferentes, mantendo-se, de modo idêntico, a parte mais geral, que chamamos em nossos caminhos metodológicos de material genérico e o que se diversifica é o anexo. Assim, teríamos indícios de uma publicação em série. Fica a indagação: a editora

---

<sup>78</sup> Tradução livre de: “cette littérature considère seulement à exposer une série paradoxes qui la dénoient comme problématique. Problématique en effet, elle l’est jusque dans le nom même qu’elle porte. Car à peine porte-t-elle un nom: on la qualifie de littérature populaire. Nom qui est celui de l’impossibilité même de la nommer, littérature du plus grand nombre, nom quid it déjà quelle est mal connu, méconnue, mal aimée, innommable... Désignation qui n’est pas d’origine pourtant, mais qui se surajoute au nom qu’elle s’est donné et qu’il importe de lui restituer: elle s’appelle Bibliothèque Bleue.” (p.8).

supunha que o leitor se sentiria confortável com a repetição ou que não a perceberia, por não poder comparar os exemplares?

Um elemento que ainda precisa ser discutido é o preço desse impresso e as possíveis relações de seu valor de compra com a noção de uma literatura popular. Trazendo para o contexto da pesquisa e problematizando um pouco sobre o valor financeiro dos impressos que fazem parte do *corpus* de análise desta tese, percebemos que o popular também poderia estar associado à redução do valor financeiro da publicação. Todavia, constatamos nos dizeres de uma carta ao leitor da *Folhinha dos bons costumes para o anno de 1855*<sup>79</sup>, publicada pela Typographia Laemmert, uma expectativa de valor do material e a necessidade de aumento:

comparadas as minhas Folhinhas engraçadas, noticiosas, variadas, gorda e rochonchudas com as ensossas e tísicas Folhinhas de outro tempo, era um verdadeiro contrassenso e prejuízo continuar a vender as minhas pelo mesmo preço das antigas... houve mais de uma queixa sobre **o baixo preço de 280 rs pelo que até agora as vendia**, não estavam contentes com a actualidade, quizerão mudanças – que remedio tive pois com essas carradas de razões que me assistem, senão pôr-lhes **de hoje em diante o inalterável preço de 400 rs.** (p.9, grifos nossos).

No que tange ao valor financeiro da publicação e ao contexto social do período histórico, destacamos que esse valor não era tão barato. Se consideramos os valores pagos no Rio de Janeiro, descritos por El Far (2010), um leitor com ocupação profissional de trabalhador especializado na época ganhava em torno de 1.400 réis por mês. No entanto, ao olhar para os salários de funcionários municipais, que eram em média entre 60 mil e 100 mil réis (EL FAR, 2010), podemos dizer que o impresso tinha um preço bastante razoável que cabia na organização financeira de determinados grupos de leitores.

Em um anúncio que localizamos, relativo a uma das Folhinhas, o preço a ser vendido era de 320 réis. Sobre ele, os estudos de Moreira (2009), a respeito dos combates tipográficos durante o período Regencial, comentam o mesmo anúncio que se referia à *Folhinha d'Algiberia ou Diário Civil e Eclesiástico para o anno bissexto de 1832*<sup>80</sup>, também presente no *corpus* da nossa pesquisa. Para o autor, esse valor equivaleria ao cobrado a seis quilos de feijão ou oito quilos de farinha de mandioca. Sendo assim, “teoricamente qualquer pessoa poderia ter esse verdadeiro guia...” (p. 37). Além da Farinha de mandioca e do feijão, localizamos em um trecho da crônica nacional da *Folhinha civil e ecclesiastica para o anno*

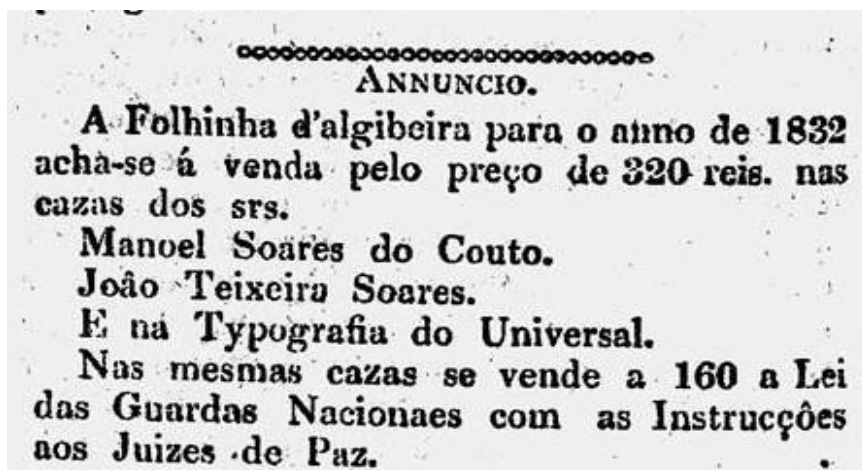
<sup>79</sup> *Folhinha dos bons costumes para o anno de 1855*. Casa de Eduardo & Henrique Laemmert. Rio de Janeiro. Referência APM: OR: Folhinha dos bons costumes 1855. 0010. Séc. XIX. (cx. 61).

<sup>80</sup> *Folhinha de d'Algibeira ou Diario civil e ecclesiastico*, do ano bissexto de 1832. Imp. C. do Ouro Preto na Typografia do Universal. Minas Gerais. Referência APM: *Folhinha de d'algibeira 1831*. 0010. Séc. XIX. (cx.60)

de 1858<sup>81</sup> outra possível relação entre o valor do impresso e o valor de alimento, nesse caso a carne fresca: “Na Bahia começarão a subir de preço todos os generos alimentícios e a carne fresca foi vendida no dia de hoje a 320 reis” (p. 175).

Outros dois anúncios, dessa vez nos jornais *O Universal*, de 1831, e *Correio Paulista*, de 1868, também mencionam o valor de 320 réis:

**Figura 30 - O Universal**



**Fonte:** Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional. *O Universal*. Ouro Preto, 1831. Na Typografia Patricia do Universal. Praça, n. 15.

**Figura 31 - Correio Paulista**



**Fonte:** Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional. *Jornal Correio Paulista*, de 1868, p.3.

Outro dado pode ser acrescentado em um terceiro anúncio, publicado no *Jornal O Mineiro*, de 1875, e um quarto anúncio no *Jornal do Commercio*, de 1862. Este último comprovou a necessidade do aumento do valor do exemplar apresentado na carta ao leitor que reproduzimos mais acima, em que o redator explica para os consumidores a respeito da

<sup>81</sup> *Folhinha civil e ecclesiastica para o anno de 1858*. Casa de Eduardo & Henrique Laemmert. Rio de Janeiro. Referência APM: *Folhinha civil e ecclesiastica: 1858*. Séc XIX. (cx. 16).



necessidade de aumento. Nota-se que valor de um exemplar de uma mesma editora, em diferentes épocas, aumentou: em 1863, era 100 réis; em 1868 era 320 réis, e cinco anos depois, anuncia-se a 500 réis. Ou seja, sem tratar da inflação do período, podemos dizer que, com o público conquistado e com a necessidade incorporada, era possível ter um negócio mais rentável. Relacionando esse dado de aumento dos preços com a intensa segmentação de títulos, é possível concluir que não corresponderam, no impresso, a novos investimentos em conteúdo editorial, uma vez que pode ser trocado apenas o anexo, havendo, ainda, uma maior rentabilidade para a editora.

**Figura 32 - O Mineiro**



**Fonte:** Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional. *O Mineiro*. Anno II. 1875, p. 4.

**Figura 33 - Jornal do Commercio**<sup>82</sup>

“FOLHINHAS DE LAEMMERT PARA 1863, Rua da Quitanda, 77, Rio de Janeiro

Ornadas com lindos retratos e com pinturas burlescas no artigo Anno Novo.

- 1- Monumental D. Pedro I.
- 2- Laureada, poesias à estatua.
- 3- Biographica de Brasileiros.
- 4- Agricultor do algodoeiro
- 5- Maritima brasileira.
- 6- Philosophica de máximas.
- 7- Anecdotas portuguezas.
- 8- Joco-seria dos poetas.
- 9- Experiencia de equivococ.
- 10- Religiosa, caminho à paz.
- 11- Rainha Maria Antonietta.
- 12- Cartas de Kikiriki.
- 13- Anecdotas brasileiras.
- 14- Bernardices e pilherias.
- 15- Romantica com novella.
- 16- Domestica com receitas.
- 17- Diccionario das flôres.
- 18- Drama de Santa Helena.
- 19- Patente de capitão, farça.
- 20- Charadas, e 20 outras.

O preço de cada Folhinha, livrinho substancial, divertido e instructivo, de 350 paginas com a Chronica Nacional é 100 rs”.

**Fonte:** Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional: *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, quinta-feira, 18 de dezembro de 1862, p. 3.

Outro anúncio mostra a grande oscilação ou variedade de preço apresentada às *Folhinhas Laemmert*. Para o ano de 1863, esta foi anunciada no *Jornal do Commercio* de 1862 com o valor de 100 réis e, no ano seguinte, no *Jornal Pedro II*, de 1863, aparece com o valor de 640 réis. Essa variação nos permite refletir sobre a falta de permanência no preço dos exemplares, que pode ser associada a uma variação que acontecia quando se mudava a região de circulação. Todavia, destacamos, também, uma significativa permanência do preço, pois, tanto o anúncio de *O Universal*, de 1831, quanto o de *O Correio paulista*, de 1868, apresentam o valor de 320 réis, ou seja, o valor foi o mesmo durante mais de 35 anos.

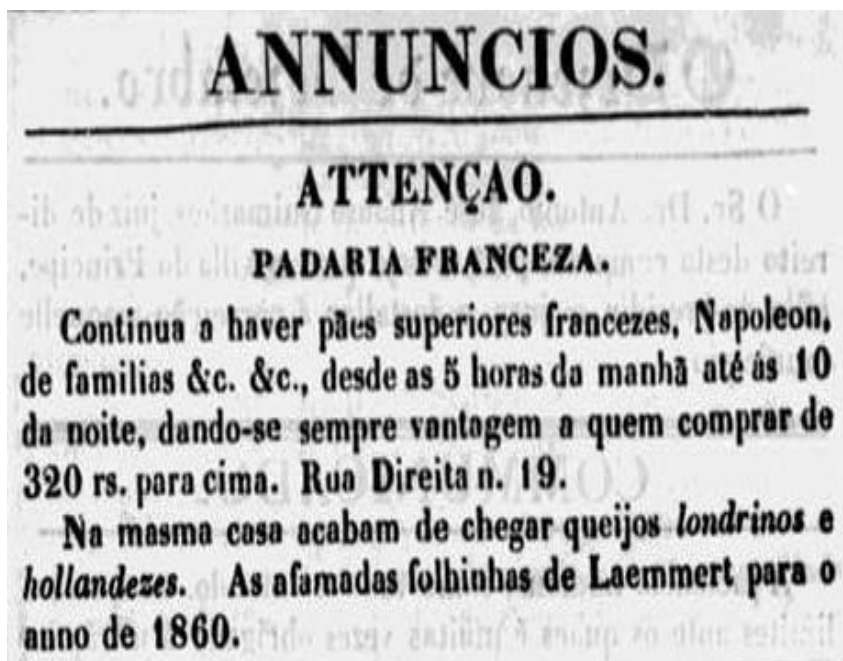
<sup>82</sup> Foi necessário reproduzir a escrita da figura, para que fosse garantida a legibilidade dos dados.

**Figura 34 - Jornal Pedro II**

**Fonte:** Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional. Jornal *Pedro II*. Setembro de 1863. N. 211. Fortaleza. p.4.

Destacamos, ainda, um anúncio que menciona o preço de pães franceses de uma padaria no Paraná, indicando a vantagem para quem comprar de 320 réis para cima. Apesar de não termos o valor das *Folhinhas Laemmert para o ano de 1860*, sabemos que os preços de algumas delas, assim como os de outras editoras, variavam de 100 a 640 réis. Desse modo, além da associação com o feijão e com a farinha de mandioca, podemos também relacionar o preço das Folhinhas ao preço do pão, mas não conseguimos verificar a quantidade de pão e o preço. Chama atenção também o local de venda das Folhinhas no Paraná: numa padaria. No entanto, esse não parece ter sido um estabelecimento comercial comum, já que anunciava pães superiores franceses e queijos londrinos e holandeses. Pela sua possível distinção, tudo indica, que não era frequentado por qualquer camada da população.

Figura 35 - O Dezenove de Dezembro



Fonte: Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional. *O Dezenove de Dezembro*. N. 168. Novembro de 1859. Paraná, p. 4.

Além da menção do valor das Folhinhas, destacamos a associação do valor financeiro com a possibilidade de circulação nas mais “modestas habitações”. O primeiro anúncio do *Jornal Publicador Maranhense*, de 18 de janeiro de 1848, traz, além dos títulos das Folhinhas e de seus valores, alguns dizeres no final: “Todas narrando a viagem de S.M. o Imperador na provincia do Rio de Janeiro, achão à venda por **preço commodo** na loja de José João dos Santos e Almeida & C.” (p.4, grifo nosso). Ao consultar o *Diccionario Moarais de Lingua Portugueza* de 1831, encontramos tal expressão como sinônimo de barato e de preço baixo: “BARÁTO, adj. Cousa de pouco preço, ou preço commodo, a bom mercado” (p. 247).

Figura 36 - Publicador Maranhense

**FOLHINHAS**  
de Algibeira de Laemmert  
para 1848, muito exactas,  
das seguintes qualidades:

- N. 1. Folhinhos Dramaticas.
- " 2. Ditos do Trovador.
- " 3. Ditos Romanticas.
- " 4. Ditos de Napoleão.
- " 5. Ditos de Pilherias e Anedoctas.
- " 6. Ditos do Cupido.
- " 7. Ditos Nacionaes Brasileiras.
- " 8. Ditos de Saude.
- " 9. Ditos de Segredos.
- " 10 Ditos da Mocidade.
- " 11 Ditos dos Charadistas.
- " 12 Ditos de Jogos interessantes.
- " 13 Ditos das Damas.
- " 14 Ditos de Sonhos.
- " 15 Ditos de Historia Natural.
- " 16 Ditos das Flores.
- " 17 Ditos Historicas.
- " 18 Ditos Judiciarias.

Todas narrando a viagem de S. M. o Imperador na provincia do Rio de Janeiro; se achão á venda por preço commodo na loja de José João dos Santos e Almeida & C.ª

Fonte: Hemeroteca Digital – *Publicador Maranhense* - Folha Official, Politica, Litteraria e Commercial. 18 de janeiro de 1848, Maranhão, p. 4.

O segundo anúncio, que localizamos no *Guia do Rio de Janeiro ou indicador alphabetico*, publicação dos irmãos Laemmert, no ano de 1867, reproduzido anteriormente, destaca, entre vários aspectos, que as Folhinhos, “**por sua barateza penetra até nas mais modestas habitações...** espalha a instrucção para o povo, derrama o conhecimento da legislação e recreia nas horas vagas a **quem não tem posses para a compra de dispendiosos livros...**” (p. 100, grifo nosso).

Desse modo, constamos uma variedade significativa nos preços das Folhinhos. A maioria dos anúncios faz remissão às Folhinhos que compõem o *corpus* da nossa pesquisa. Assim, podemos afirmar uma variação de preço de 100 réis (*Jornal do Commercio*, 1862); 280 réis (*Jornal do Commercio*, de 1877, e *Diario do Rio de Janeiro*, de 1839); 320 réis (*Jornal Correio Paulista*, de 1868, *Jornal O universal*, de 1831- Minas Gerais, *O Dezenove de Dezembro*, de 1859 - Paraná); 400 réis (*Correio da Tarde*, 1857 – Rio de Janeiro); e 640 réis (*Jornal Pedro II*, de 1863 - Fortaleza).

Lodovica Braidà (1996) em seus estudos sobre almanaques italianos dos séculos XVII e XVIII, nos faz refletir sobre as similitudes desse gênero editorial, o almanaque, com as coleções que fazem parte do acervo da *Bibliothèque Bleue*, destaca que tais impressos trazem em si características de uma literatura popular. Assim, sobre as possibilidades de caracterização de uma literatura popular e, segundo a autora, há pelo menos cinco razões para qualificar o popular:

a) o pequeno formato dos livros e a qualidade quase sempre medíocre do papel; b) seu preço relativamente pouco elevado; c) o modo da sua difusão/circulação, confiada, ao menos na França, aos ambulantes/camelos; d) sua função de utilidade imediata para scansion dos dias do ano e indicações das fases da lua e das festas religiosas; e) a simplicidade e a relativa imutabilidade temática destas publicações durante séculos. (p.183).<sup>83</sup>

Nesse sentido, a pretensão de popular nas Folhinhas se confirma pelas características apresentadas por Lodovica Braidà (1996). Foi possível apreender, pelos anúncios de jornais publicados no período de circulação das Folhinhas e por trechos de cartas aos leitores da própria fonte, além dos aspectos materiais/físicos do texto, a perspectiva de ampla circulação, que chega a todas as mãos, pela “barateza” do material e seu estilo popular. Ainda, notou-se a possibilidade gerada por esse impresso de acesso ao texto através da leitura oral de outrem, o que é muito interessante se tratando de um período com baixos índices de alfabetização. O trecho a seguir, da carta ao leitor de uma das Folhinhas, é um representativo de nossas reflexões ao longo desse tópico e nos permite problematizar a noção de popular que se transmitia através da palavra impressa nas Folhinhas:

A Folhinha é, posto que modesta, um dos órgãos da historia, e chegando a todas as mãos, por seu preço e seu estylo popular, derrama mais poderosamente do que qualquer outro vehiculo a noticia dos grandes feitos e dos actos preliminares que sempre os procedem, e nos quaes se encerra o verdadeiro segredo das grandezas humanas. Póde ser que um obscuro e desconhecido filho do povo venha em tenra idade ter à vista um destes escriptos, e lendo, ou ouvindo, lêr a historia de um grande homem, se sinta preso de certa emulação e vivo desejo de gloria (não de premio vil) que produzem as acções heroicas a prol da patria. Então que beneficio serviço não terá prestado uma modesta e humilde Folhinha?” (Folhinha de lembranças instructivas e divertidas para o anno de 1875, p. VII)<sup>84</sup>.

<sup>83</sup> Tradução livre de: “a) le petit format des livres et la qualité presque toujours médiocre du papier et de la reliure; b) leur prix relativement peu élevé; c) le mode de leur diffusion, confiée, au moins em France, aux colporteurs; d) leur fonction d’utilité immédiate pour la scansion des jours de l’année et l’indication des phases de l’alune et des fêtes religieuses; e) la simplicité et la relative immutabilité thématique de ces publications pendant plusieurs siècles.” (p. 183).

<sup>84</sup> *Folhinha de lembranças instructivas e divertidas para o anno de 1875*. E & H Laemmert, Rio de Janeiro, p. VII) Referência APM: OR: Folhinha de lembrança: 1875. Século XIX. Cx. 40).

### **6.7 A periodicidade, a continuidade e a fidelização: “estão informações de um ano inteiro, e de mais tempo ainda”**

A periodicidade das *Folhinhas* é anual, sendo esse outro elemento similar entre elas e os almanaques. Característica semelhante aos anuários, gênero editorial do qual vamos tratar também neste capítulo, num contexto de publicação que traz em sua estrutura informações, referências e definições que podem servir para se compreender as próprias *Folhinhas*.

Sobre a periodicidade das *Folhinhas*, o fato de serem publicadas “[...] apenas uma vez por ano, não podiam competir com os jornais diários ou semanais” (ANDRIES, 1996b, p. 289). Destacamos que, pelo nosso objeto de estudo, assim como os almanaques, ter tiragem anual e, portanto, não concorrer com os periódicos constantemente produzidos, ele possui um diferencial na concorrência, ao servir de guia.

Nosso foco de associação com a periodicidade está descrito na citação que abre este capítulo e subtítulo, ao dizer que na *Folhinha* “estão informações de um ano inteiro, e de mais tempo ainda”. Desse modo, constatamos, através de análises, informações em nosso *corpus* documental que são para além da periodicidade anual. Além disso, destacamos também estratégias marcadas textual ou simbolicamente, que sugerem expectativas de continuidade e de fidelização dos leitores.

O leitor, a cada ano, já tem conhecimento sobre as novas publicações que serão lançadas para os 12 meses seguintes. Essa informação geralmente é anunciada pelos editores no final do ano, por meio de outros impressos em circulação, por exemplo, os jornais da época. Estes, ao anunciarem com antecedência o título das *Folhinhas*, ainda no prelo, possibilitam ao leitor saber o valor do material e o local exato no qual tais publicações se encontram à venda, criando uma expectativa de leitura, como podemos verificar a seguir:

Figura 37 - O Despertador

JOSEPH Plessant, professor da lingua Inglesa, con-  
tinúa a dar lições de seu idioma, pelo systema de Robert-  
son. Dirijão-se á rua de S. José n. 101, loja. (1048)

## FOLHINHAS DE LAEMMERT,

Rua da Quitanda, 77. Para 1842, Rio de Janeiro.

Ornadas com o retrato da Seren.ª Princesa D. Januária.

---

FOLHINHA contendo as recentes MAXIMAS, PENSAMENTOS e  
REFLEXÕES do Exc.ª Sr. Marquez de Maricá. . . Rs. 280

FOLHINHA JOCO-GRANDE DAS PORTAS, com hum Vade-mocum  
curioso de Versos esgraçados, precedidos da fiel Relação  
das Trevoias e Disputas que teve humma mulher com seu  
marido, para que este a levasse ás barrucas. . . . Rs. 280

FOLHINHA DAS FAMILIAS, com excellentes composi-  
ções moraes e religiosas, intituladas: DEOS é TOBO  
FURO AMOR, pelo D.º C. L. de Moura. . . Rs. 280

FOLHINHA de ANECDOTAS INDIAS e GALHO-FERRAS, offerrecendo  
hum Repertorio de Casos, Filherias, Maximas, Contos e  
Bernardicas, capazes de fazer estalar de riso. . . Rs. 280


FOLHINHA ROMANTICA, com hum Ramalhete de  
Novellas e Romances engraçadissimos. . . Rs. 280

FOLHINHA DE JUSTIÇA, contendo o Codigo de Processo  
Criminal do Imperio do Brazil. . . . . Rs. 280

Fonte: Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional. *O Despertador*. Setembro de 1841, ano 1107. Rio de Janeiro, p. 4.

Figura 38 - Estrella Marinnense

••

  
ANNUNCIO.

Acha-se no prelo a Folhinha d'Algibeira  
para o anno de 1832.

Hade conter mais alguns objectos que a  
do corrente anno, e logo que esteja concluida  
a impressão se annunciara, bem como o seu  
preço.

Os srs. Negociantes que costumão mandar  
vir Folhinas da Corte, podem, querendo,  
fazer encomendas que se acceitão, durante  
a impressão, e logo que excedão de 100  
exemplares se receberá em Notas a sua impor-  
tancia com o rebate de 25 por cento.

Fonte: Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional. *Estrella Marinnense* (p. 4). Ouro Preto, sábado, 20 de agosto de 1831. Impresso na Typografia do Universal. Praça, n. 15.



Esse anúncio, além de divulgar a Folhinha para o ano seguinte, mostra uma estratégia de venda dos livreiros, de baixar o preço aos revendedores que adquirissem acima de cem exemplares, diante da possível concorrência com a corte. Neves (2010) menciona sobre as disputas travadas entre a Typografia Nacional e a Tipografia de Plancher, destacando que a Typografia Nacional fazia verdadeira propaganda das Folhinhas oficiais, as quais sugerem ser publicações impressas na corte. Ou seja, esses dizeres podem simplesmente indicar uma estratégia de atrair revendedores, uma vez que, por estes comprarem uma quantidade elevada, valia a pena ao livreiro proporcionar um desconto considerável. Essa estratégia é uma prática que parece ser recorrente. Constatamos isso no anúncio do Jornal *Correio da Tarde*, de 1855, que, além de anunciar as Folhinhas para o ano seguinte, menciona que cada Folhinha apresenta o preço individual de 400 réis, mas para “quem levar porção se faz o abatimento de costume”:

Figura 39 - Correio da Tarde

## FOLHINHAS DE LAEMMERT

### PARA O ANNO DE 1856.

DECIMO SETIMO ANNO.

Ornadas de finissimas vinhetas e retratos de eminentes personagens, e contendo o sempre applaudido artigo *O Anno Novo* com burlescas pinturas: a Chronica Nacional relatando factos historicos mais interessantes de 1854—1855; a chronologia universal de 1821—1824; a Augustissima Casa Imperial; A genealogia dos principaes soberanos e noticias dos seus estados; dias de gala, audiencias, taboas do sol e da lua, senhores e deputados, corpo diplomatico e consular nacional e estrangeiro, partida dos correios, etc.

**TITULOS E CONTEUDO ESPECIAL**

DO GRANDE SORTIMENTO DAS DIFERENTES FOLHINHAS, QUE TODAS TAMBEM CONTEM NO PRINCIPIO AS MATERIAS ACIMA ESPECIFICADAS, A SABER:

- 1 Folhinha de Raticos, Anedotas e Bernardices, que desterra a melancolia e proveza o riso.
- 2 Folhinha do Diccionario das Flores, indispensavel aos numerosos padecentes do Deus vendado.
- 3 Folhinha Juessa, com a Palmatoria (origem, applicação e prestime), obra prima metrificada em 3 cantos.
- 4 Folhinha de Crimes Celebres, com a vida, processo e execução de grandes criminosos.
- 5 Folhinha de Bons Bocados, com receitas para a preparação de deliciosos manjares e petiscos.
- 6 Folhinha de Proverbios, com a linda novella intitulada: —O Homem dos proverbios.
- 7 Folhinha da Historia Natural, com noções dos tres reinos, e vinte estampas de animaes.
- 8 Folhinha do Jogos, com as leis, regras e convenções do Jogo do Piquet (dos Pontos).
- 9 Folhinha de Novos Casos, historicas e chalapas peregrinas para desconfado das horas vagas.
- 10 Folhinha dos Fazendeiros, com importantes e utilissimos Rudimentos de Agricultura Brasileira.
- 11 Folhinha do Rei das Flores, com as Memorias do famoso artista Constantino José Marques.
- 12 Folhinha da Roca, com artigos sobre Medicina Popular e Domestica do Dr. Chernoviz.
- 13 Folhinha da Lei das Terras, de 18 de setembro de 1850, enriquecida com notas claramente explicativas.
- 14 Folhinha de Prendas, com o passatempo dos mais lindos jogos alegres e familiares de sociedade.
- 15 Folhinha do Regulamento de 30 de janeiro de 1854, para a execução da Lei das Terras.
- 16 Folhinha Lusitana, com um Compendio Popular da Historia de Portugal, desde o principio até nossos dias.
- 17 Folhinha dos Bons Costumes, contendo Elementos de Ethica e Maximas Morses, para o povo em geral.
- 18 Folhinha Theatral, contendo o Estudante e o Gazeteiro, engraçadissima comedia em 1 acto.
- 19 Folhinha das Leis e Regras do Jogo do Vulturete, seguida da explicação do grande Vulturete.
- 20 Folhinha do Braz Tisana, com as ultimas e engraçadas Cartas do Barão de Kikiriki á sua esposa.
- 21 Folhinha Constitucional, contendo a Constituição Política do Imperio do Brasil, com o acto adicional.
- 22 Folhinha dedicada á Memoria de S. M. F. D. Maria II, Rainha de Portugal, relatando a Hist. do seu Reinado.
- 23 Folhinha Dramatica, contendo Fabia, tragedia heroico-comica em 3 actos, propria para Theatrinhos.
- 24 Folhinha do Charadista, com uma nova Collecção de Charadas e Enigmas pittorescos, com vinhetas.
- 25 Folhinha do Terremoto, contendo o Premio da Virtude, facto verdadeiro acontecido n'aquella época.
- 26 Folhinha de Bernardices, Anedotas, Pilhérias e Raticos, verdadeiros remedios contra a tristeza.
- 27 Folhinha Amoresa, contendo uma linda collecção poetica de Folhas Cahidas, em verso rimado.
- 28 Folhinha da Mocidade Estudiosa, com o thesouro juvenil de noções geraes dos conhecimentos utteis.
- 29 Folhinha Deloitavel, com uma collecção de contos historicos, anedotas, ditos agudos, etc.
- 30 Folhinha Curiosa, contendo a historia pasmosa do famoso saltador italiano Rinaldo Ripoldini.
- 31 Folhinha de Namorados. 32 Enigmas. 33 Vapor Porto. 34 Util nas Fazendas. 35 Phisyonomista. 36 Kikiriki. 37 Nomes dos Homens. 38 Christá. 39 Contos jocosos.

Os incessantes esforços que fazemos, ha dezeseite annos, para a prosperidade da presente publicação annual, ajudados por penhas habéis, são hoje coroados pela grande procura e geral acitação dos nossos Calendarios em todo o orbe brasileiro, pois misturando o util com o agradável, o serio com o jocosos, apresentando a variedade em todas as suas combinações, alcançamos crear um genero de publicações periodicas que por sua barateza penetra até nas mais modestas habitações, espalha a instrução entre o povo, derama o conhecimento da legislação do paiz, recreia nas horas vagas a quem não tem posses para a compra de dispendiosos livros, e infiltra o amor da leitura por meio de tratadas resumidos e populares em todos os generos da litteratura. Por isso as pessoas que costumam comprar porções de Folhinhas, o desejam achar-lhes facil venda, devem recomendar expressamente que sejam compradas na rua da Quitanda n. 77, as

## FOLHINHAS DE LAEMMERT

por serem as melhores que se publicam. Qualquer porção nossa vai sortida da maior parte das qualidades acima relatadas, e acompanhada de um vistoso cartaz. Cada Folhinha se vende Rs. 400; a quem levar porção se faz o abatimento de costume.

Fonte - Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional. *Correio da Tarde*. Novembro de 1855. Rio de Janeiro, p. 4.

Para além dos anúncios, o conhecimento do teor de publicações posteriores pode ser apreendido ao longo da leitura das Folhinhas, através de estratégias editoriais que sugerem ao leitor certo diálogo e continuidade entre os anos que precedem e os que sucedem ao da Folhinha atual. A seção “Carta ao leitor”, subdivisão comum em várias publicações do *corpus* desta pesquisa, que ora ganha o título “Ao leitor”, ora “Anno Novo, traz uma narrativa que se despede do ano velho e deseja boas-vindas ao ano novo”. Além disso, há também a seção “Chronica Nacional”, que tem por objetivo apresentar fatos de um ano anterior ao da publicação atual, numa organização de iniciar a narrativa em julho de um ano e terminar em junho do ano seguinte.

Esse período de julho e junho parece ser o tempo da edição e não corresponde ao ano civil e religioso, o que nos permite lançar a hipótese de que a retomada de fatos do ano anterior coincide possivelmente com o tempo editorial da produção, que possibilitou a coleta de informações para preparar o material para impressão e parece ser uma condição material da casa editorial. Simbolicamente, a ideia de continuidade que a crônica também sugere pode ser uma estratégia para o leitor querer continuar lendo o que ocorreu na metade do ano que falta abordar, assim tendo interesse em adquirir a Folhinha do ano seguinte.

Reforçando a ideia de um material que sugere a perspectiva de consultas a materiais dos anos anteriores, ligadas a um tipo de fidelização do leitor, que armazena e coleciona exemplares, encontramos algumas referências significativas, em diversas Folhinhas, que se apresentam logo no início, como, por exemplo, da seção de assuntos de cronologia, que é uma seção comum da maioria das Folhinhas do nosso *corpus*. Ao lado do nome da seção há a indicação da nota seguinte:

Vide na 1<sup>a</sup> à 14.<sup>a</sup> parte das Folhinhas de 1840-1854 os Acontecimentos mais notáveis da História Política dos Governos do mundo (Folhinha dos bons costumes para o anno de 1855, p.27).

Vide na 1<sup>a</sup> a 24<sup>a</sup> parte nas Folhinhas de 1840-1863 os Acontecimentos mais notáveis da Historia Politica dos Governos do mundo (Folhinha dos sonhos 1864, p. 134).

Encontramos, ainda, dois exemplos significativos. O primeiro deles refere-se aos dizeres que se localizam na seção “Partida dos correios da corte”. Há, ao final dela, uma indicação explícita de que o editor supõe que os leitores tenham outras Folhinhas de anos anteriores guardadas: “Para tudo o mais que respeita à correspondência estrangeira pelas malas francezas, veja se o almanak de 1861, p. 83” (Folhinha para o anno de 1864, p. 163). Já o segundo encontra-se em um caderno anexo – O catálogo de livros, da *Folhinha do*

*Charadista para o anno de 1867*<sup>85</sup>. Antes do título do catálogo, está escrito em parênteses “segunda parte” e, ao final do título e dos dados da editora, consta uma explicação que também sugere que o editor acredita que o leitor tenha guardadas para consulta outras Folhinhas de anos anteriores:

Para não fazer este livro mais volumoso publicámos o nosso catalogo em três partes, em diferentes Folhinhas, de que este faz a segunda.

A primeira contem as obras de Jurisprudencia, Legislação, Direito Brasileiro, Política; de Medicina, Cirurgia, Pharmacia e Sciencias naturaes; de Historia Geral e Particular, Biographias, etc; e obras Poeticas.

A terceira é composta de todas as sciencias e de varios generos de litteratura, de obras impressas em diversas partes do Brasil e fora do paiz.

Tambem se manda vir livros de qualquer parte da Europa, com diminuta commissão. (Folhinha do Charadista para o anno de 1867, p. 1 do caderno anexo - catálogo de livros).

Em outras palavras, reforçamos que o redator espera que os leitores tenham em mãos as outras Folhinhas anteriores, construindo simbolicamente esse uso, reforçando a ideia de continuidade entre os volumes e a necessidade de conservar, colecionar e guardar os impressos dos anos anteriores. O redator espera que seus leitores sejam fiéis, adquirindo a cada ano um exemplar, podendo realizar consultas em mais de um quando necessário, conforme a exemplificação: “É preciso que os meus leitores e leitoras não abram a boca ao lêr; o que agrada é uma rebecada, então sim, anda a Folhinha de mão em mão, corre as casas, as lojas, e até os camarinhos das Bellas, que aqui para nós, também arranjam menos mal ao cavaquinho.” (Nova Folhinha de agricultura para o anno de 1866, p. 6, grifo nosso).

Esse trecho é muito elucidativo, também, de uma ideia de concorrência que se faz entre uma leitura oral e uma leitura silenciosa, prevista junto com o ato simbólico de posse individual. Se a leitura oral permite o acesso de outros leitores ao texto e conteúdo do impresso, como vender mais Folhinhas? Portanto, “é preciso que os meus leitores e leitoras não abram a boca ao lêr”. Isso também dá uma ideia de popularização ou da necessária disseminação das habilidades de ler autonomamente, pouco relacionada ao perfil alfabetizado do período.

---

<sup>85</sup> *Folhinha do Charadista para o anno de 1867*. Casa de Eduardo & Henrique Laemmert. Rio de Janeiro. Referência APM: OR: Folhinha do charadista: 1867. Séc. XIX. (cx.23).

## 6.8 As Folhinhas: termos e traços comuns que possibilitam definições

Ao verificar a polissemia dos termos e traços comuns, entre várias publicações que não se denominam Folhinha, vê-se que a definição de um gênero editorial, pode: a) depender de onde o impresso é publicado; b) relacionar-se com certa tradição para sua denominação; c) ligar-se a um modelo de variedades/enciclopedismo que circula entre vários impressos, uma vez que informações parecidas podem ser publicadas de forma independente ou apresentadas em outro impresso; d) apresentar-se como um modo de uso pelo formato, como as *Folhinhas de Algibeira*.

Assim, ao longo do tempo, os significados, os usos e as definições vão se refazendo. Em seus estudos sobre almanaque, Linhares relaciona denominações e a questão de época:

Justifica-se plenamente, porque os almanaques da natureza deste, nada mais são que os anuários, e estes figuraram em todos os trabalhos sobre imprensa. **Quanto ao nome empregado, mera questão de época.** Ninguém adota, no presente, a denominação almanaque para publicações especializadas como esta e sim a de *anuário*. A única publicação desse gênero, que ainda conserva o nome primitivo é o almanaque Laemmert, por força da tradição. As publicações que hoje por aí pululam, com o nome de almanaques são apenas folhetos de propagandas de laboratórios farmacêuticos que não se confundem com os do tipo anuário. (LINHARES, 1995, p.71 – grifo nosso).

Contudo, nota-se que o gênero Folhinha ora é sinônimo de calendário, ora é sinônimo de almanaque, havendo oscilações nas terminologias ou mesmo similitudes entre vários materiais publicados no período em que se sucederam a ele. Considerando algumas publicações brasileiras, por exemplo, a ideia de Folhinha parece vir antes da ideia de anuário. Dessa forma, reforça-se a ideia de comparar os impressos, buscando uma possível identidade ou propósito ligado a essa denominação.

Enfim, a tentativa de compreender o gênero editorial Folhinhas nos permite ainda entender as complexas relações estabelecidas entre o objeto, o espaço e o tempo, bem como as possibilidades de definição em cada tempo e para cada tipo de prática cultural de uso dos impressos. Significa também pensar em como as editoras operam com essas ideias na construção de um projeto editorial.

## 7 AS FOLHINHAS DE ALGIBEIRA DO SÉCULO XIX DO ACERVO DE OBRAS RARAS DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO: UMA FÓRMULA EDITORIAL

“ha que accrescentar a este quadro a publicação mais estrondosa, mais popular, de maior tiragem que corre de norte a sul, de leste a oeste, que se encontra no palacio do rico, no rancho do pobre, na mão do senador e na do meirinho, no gabinete do advogado e na algibeira do larapio, no santuario do frade e por detrás da cortina encarnada, a maravilha da época, **que tudo deslumbra e nenhuma competencia recebeia**, que se **recommenda pela exiguidade do preço e pela opulencia do material, a publicação, emfim, que todos conhecem, acatão e estímão, que é saudada sempre com entusiasmo crescente**: A Folhinha Laemmert, que leva às massas os thesouros de erudição, espirito e pericia deste seu criado amantíssimo dos seus amaveis freguezes[...]”<sup>86</sup> (grifo nosso).

Essas palavras que iniciam o quarto e último capítulo<sup>87</sup> da nossa tese estão impressas na carta ao leitor, intitulada: *Anno Novo*, da *Folhinha Laemmert para o anno de 1885* e nos trazem reflexões e significados importantes para se pensar sobre a fórmula editorial que dá à identidade do gênero, Folhinhas, uma publicação que, segundo o redator delas, “todos conhecem, acatão e estímão”.

Tais dizeres nos permitem atentar para algumas ideias nas entrelinhas do texto das *Folhinhas de algibeira* que fazem parte do corpus da pesquisa, assim, destacamos inicialmente, a ideia de uma publicação de ampla circulação, pela sua abrangência de circulação em uma grande quantidade de espaços físicos que “corre de norte a sul, de leste a oeste e também pela sua ‘popularidade’” em relação à possibilidade de circulação em diversos espaços sociais, seja “no palacio do rico, no rancho do pobre, na mão do senador e na do meirinho, no gabinete do advogado e na algibeira do larapio, no santuario do frade[...]”, bem como pela relação entre valor financeiro e a “fartura” no sentido da presença de uma grande composição de saber do material e, por isso, é recomendada “pela exiguidade do preço e pela opulencia do material”.

Destacamos também a ideia de uma publicação que traz em sua organização uma relação direta com o tempo e suas marcações, bem como traz em seu discurso a noção de guiar e orientar seus leitores, num tom de aconselhamento e convencimento sobre as sociabilidades de cada época. Há um sentido mais amplo de representatividade do tempo social (civil e religioso) na dimensão coletiva e individual que pode despertar no leitor um

<sup>86</sup> Trecho da carta ao leitor *Anno Novo*. *Folhinha Laemmert para o anno de 1885*. Rio de Janeiro, p. 33.

<sup>87</sup> Este capítulo, escrevemos, como já mencionamos anteriormente, inspiradas nos estudos de doutoramento de Frade (2000); Galvão (2000) e Melo (2013). Além desses, outros quatro muito nos inspiraram: *Lições de almanaque: um estudo semiótico de Nova* (1996); *Les almanachs italiens. Évolution et etéréotypes d’ungenre-XVII – XVII siècles* de Lodovica Braidà (1996); *FolhinhaFolhinhas e Almanagues: História e Política no Império do Brasil (1824-1836)* de Neves (2010); e *Los almanagues populares en la Españacontemporânea* de Botrel (2015).

olhar cuidadoso, interessado e respeitoso pelo material, nas palavras do redator, que todos “acatão”.

Não é à toa que este discurso se faz às portas da República e que essa Folhinha, em especial, é uma das últimas de nosso recorte temporal. O impresso teria se popularizado mais depois de algumas décadas ou o redator quis assim considerar? Mas, se o editor nenhuma competência receia, a publicação está em franca caça dos leitores, sejam aqueles que leem com seus próprios olhos ou que disponibilizam seus ouvidos para uma audição.

Um dos aspectos mais importantes desse discurso está no reforço que o editor faz sobre o papel do impresso: uma publicação que faz seus leitores acatarem tudo que ali está, destacamos a ideia de uma publicação que todos “estimão”, ou seja, supostamente à qual todos concedem um grande valor simbólico.

Por fim, mais uma vez, vem a noção que associa dois aspectos materiais que são de difícil conciliação: exiguidade do preço e opulência do material. Essa é uma oferta tentadora, mas conforme se verá na descrição, possivelmente não é a materialidade que caracteriza essa opulência. Talvez ela se sobressaia no “estoque de conhecimentos” que apresenta.

A seguir, trabalharemos com categorias que permitem aceder aspectos simbólicos e materiais das Folhinhas que fazem parte do *corpus* da pesquisa.

## 7. 1 Organização geral das Folhinhas: identidade material do acervo

Sobre o acervo das Folhinhas que estão sob a guarda do Arquivo Público Mineiro, destacamos que parte significativa dele veio de uma doação realizada pelo Alferes Luiz Antonio Pinto<sup>88</sup>, no dia 23 de setembro de 1896, a José Xavier da Veiga, idealizador e primeiro diretor do Arquivo Público Mineiro. Localizamos essa informação no acervo “Fundo arquivo público mineiro – série José Pedro Xavier da Veiga – subsérie: correspondência – APM 1/2”<sup>89</sup>, por meio de uma correspondência assinada por Luiz Antonio Pinto, em que ele informa o envio, pelos correios, de uma coleção de Folhinhas de Algibeira e, mais

---

<sup>88</sup> Alferes Luiz Antonio Pinto nasceu em 1841 e faleceu em 1924, aos 83 anos. Foi professor, genealogista e pesquisador da História do Serro, Diamantina e adjacências. “No Arquivo Público Mineiro foi um dos correspondentes que muito colaborou com a formação do acervo, entre as suas doações, destacamos: obras raras, jornais mineiros, teses médicas e documentos administrativos e eclesiásticos do período colonial, conforme as cartas de doações a José Pedro Xavier da Veiga”. (Referência: Inventário do Fundo Luiz Antonio (LAP), p. 3. Arquivo Público Mineiro. Diretoria de Arquivos Permanente, agosto de 2007).

<sup>89</sup> Sobre correspondências e correspondentes do Arquivo Público Mineiro, ver: Márcia Pereira Alkmin (2015): Correspondência proveitosa. Revista do Arquivo Público Mineiro, Ano LI. n. 1. janeiro-junho de 2015, p. 152-161.

especificamente, indica a precisão dessas Folhinhas por conta da chronica que elas trazem. A seguir, reproduziremos um trecho significativo dessa correspondência, que demonstra que o acervo já sofreu um tratamento para sua conservação, a encadernação, portanto as capas não são apresentadas em sua forma original. A correspondência reforça a classificação “Folhinhas de algibeira” feita pelo colecionador, mesmo quando sabemos que apenas duas delas assim se apresentam, explicitamente. Destacamos que, de todos os exemplares mencionados na carta, somente a Folhinha para o anno de 1865 não consta no acervo do APM.

[...] Vou começar remetendo à Exm<sup>a</sup> pelo correio de hoje, uma collecção de Folhinhas de algibeira, quase todas encadernadas, contendo as dos annos de 1846 – 47 – 48 – 51 – 52 – 53 – 54 – 56 – 57 – 58 – 60 à 69 – 71 – 72 – 73 – 74 – 75 – 77 – 80 e 88, ao todo 32 volumes, por ir em uma do anno de 1865. São precisas por conta da Chronica que trazem. Pelo correio seguinte remetterei alguns numeros de jornaes antigos e curiosos[...]

Deus guarde a V.Exc. Cidade dp Serro, 23 de setembro de 1896.

Exm<sup>o</sup> José Pedro Xavier da Veiga, preclaro e M. D. Director do Arquivo Publico Mineiro. Ouro Preto. Luiz Antonio Pinto (Fundo arquivo público mineiro – série José Pedro Xavier da Veiga – subsérie: correspondência – APM 1.2)

De modo ilustrativo, apresentaremos também a imagem dessa correspondência:

Figura 40 - Correspondência – APM 1.2

V. me  
M. e C. de S.

Leste de trinta annos tenho já empregados no estudo  
 dos vellos e preciosos archivos desta Cidade, e vejo agora  
 que porão todo o meu tempo, pois faltam-me as necessarias  
 habilitações para exercer-se sob qualquer forma - e que aprove-  
 ta e aproveitar as melhoras de notas recolhidas. Também  
 mais de tres resumos de papéis estão já escriptos, mas ninguém  
 sinão eu os entendeu.

Tenho já a bom velho, presumo que pou-  
 co tempo poderá-me restar de vida, pois as atchegas pro-  
 prias da idade, ultimamente, tem se multiplicado de uma  
 maneira assustadora, ao ponto de já me sentir sem forças  
 para continuar na lucta.

Com quanto eu nunca desejasse saber de mi-  
 nha humilde obscuridade, com tudo - para que não se perca  
 tanto trabalho - vejo-me forçado a ser sollicito de N. Ex.<sup>a</sup> e  
 obzigno de consentir que para esse Archivo, háo sabiamen-  
 te dirigido por N. Ex.<sup>a</sup>, eu remetta tudo quanto puder in-  
 pellido em ordem de se entender por quem algum dia se  
 propozha escrever alguma coisa viva e verdadeira a res-  
 peito do Mostre de Nossa Senhora; assim como alguns li-  
 vros e jornaes antigos, e outras com curiosas.

Vou começar remettendo a N. Ex.<sup>a</sup> pelo correio de  
 hoje, uma collecção de folhinhas de albitiva, quasi todas  
 encadernadas, contendo as de annos de 1846<sup>o</sup> - 47<sup>o</sup> - 48<sup>o</sup> -  
 51 - 52 - 53<sup>o</sup> - 54 - 56 - 57<sup>o</sup> - 58 - 60 à 69 - 71<sup>o</sup> - 72 - 73 - 74 - 75 - 77 - 80



e 88, no tomo 32 xelumes, por ordem da anno de 1865.  
 São precisos por causa da chronica que trazem.  
 Debo por em seguinte remetter alguns nume-  
 ros de jornais antigos e curiosos.  
 Antes de começar a remessa das  
 notas que pretendo por em ordem, faria a de algumas col-  
 lecção de jornais que, presumo, seão bem poucas p.<sup>a</sup> N. Ceu.<sup>a</sup>  
 e assim distribua em meu archivo, e porci a que ficav em me-  
 lhor ordem para a trabalhar.  
 Jozeb. Ligeia: Quando n'panho sonchas e dentro dis-  
 hos encontro perobas, extrahio as perobas e deito fora as sonchas; as-  
 sim como N. Ceu.<sup>a</sup> proceder em relação ao que foi por mim remet-  
 tido, certo é que faria por bem feita a publicação publica e judicio-  
 sa de N. Ceu.<sup>a</sup>  
 Deus Guarde a N. Ceu.<sup>a</sup> de São Paulo, 23 de  
 Setembro de 1896.

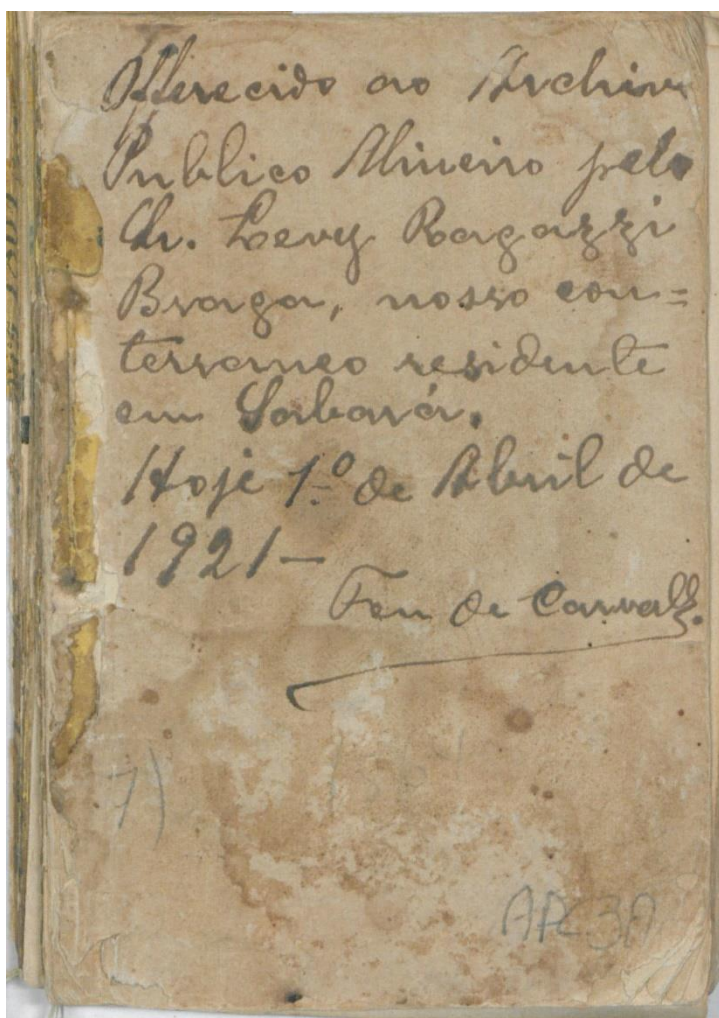
M.<sup>me</sup> Ceu.<sup>a</sup> Sr. Sr.<sup>me</sup> José Pedro Xavier da Veiga,  
 Prudon e M. N. Director do Archivo Publico Mineiro,  
 — Ouro Preto —

Luiz Antonio Pinto

**Fonte:** Fundo Arquivo Público Mineiro – série José Pedro Xavier da Veiga – subsérie: correspondência – APM 1.2.

Ainda sobre o acervo e doações, localizamos na contracapa da *Folhinha dos sonhos para o anno bissexto de 1864*, uma menção à doação da Folhinha para o Arquivo, com os seguintes dizeres: “Offerecido ao Archivo Publico Mineiro pelo Sr. Levy Ragazzi Braga, nosso comterraneo residente em Sabará. Hoje 1<sup>a</sup> de abril de 1921. Frei de Carvalho”.

**Figura 41** – Contracapa da Folhinha dos sonhos para o ano bissexto de 1864



**Fonte:** *Folhinha dos sonhos para o ano bissexto de 1864*. Casa de Eduardo & Henrique Laemmert. Rio de Janeiro, contracapa. APM: OR: Folhinha dos sonhos: 1864. Séc. XIX. Cx. 19.

O estado de conservação das Folhinhas do acervo, não é em todos os casos de boa qualidade, apesar de, geralmente, o impresso possibilitar um fácil manuseio e a boa compreensão da leitura. Alguns mostram fragilidades, pois existem exemplares com estado ruim de conservação do papel, por exemplo, impedindo, em algumas partes, a leitura de trechos ou seções das Folhinhas e ainda há outros com muitas folhas faltosas.

Apresentaremos a seguir alguns aspectos mais específicos sobre a materialidade das Folhinhas. Esses aspectos foram construídos a partir da análise e cruzamento de dados das categorias que criamos para estudo dos impressos, que resultaram na elaboração de fichas de análise<sup>90</sup> individuais para cada um dos 45 exemplares que fazem parte do *corpus*. A ficha foi

<sup>90</sup>Essa ficha de análise foi construída a partir da referência do banco de dados da tese de Melo (2013) e diante da organização tão cuidadosa desse banco e a relação muito próxima dos objetos de pesquisa, destacamos que

desenvolvida a partir da ideia central de nossa pesquisa: haveria possibilidade de definição do gênero editorial Folhinhas, a partir de um estudo descritivo analítico? Tomamos o cuidado de construir tabelas, inserindo em uma coluna diversas categorias/campos e em uma outra coluna a descrição dessas categorias e exemplos, de modo a possibilitar a apreensão de elementos diversos; por exemplo, informações sobre a caracterização material do impresso; sobre sua produção e perspectiva de circulação; estimativas de leitores, leituras, usos e apropriações, bem como a verificação dos assuntos (temas/funções) que compunham essas Folhinhas. Assim sendo, a análise dessas fichas e os seus cruzamentos nos permitiram compreender a forma e a fórmula editorial do nosso objeto de pesquisa.

Reproduzimos a seguir a nossa ficha de análise:

**Tabela 3** – Ficha de análise

<b>Impressos/Folhinhas</b>	<b>Categoria</b>	<b>Descrição da categoria</b>
Nomes das Folhinhas	Nome do impresso	Características do impresso (materialidade)
	Editora	Características do impresso (materialidade)
	Data da publicação	Características do impresso (materialidade)
	Dimensões da revista (cm)	Características do impresso (materialidade)
	Local de publicação	Produção e possível circulação da Folhinha
	Índice (?)	Características do impresso (materialidade)
	Ideal de circulação	Produção e possível circulação da Folhinha
	Tiragem	Produção e possível circulação da Folhinha
	Marcas de leitura no interior das Folhinhas.	Apropriação
	Ano do exemplar	Período histórico de produção da Folhinha
	Valor do exemplar	Permite estimar leitores (capital econômico/origem social)
	Há indicações de assinatura	Permite estimar leitores (capital econômico/origem social)
	Valor da assinatura	Permite estimar leitores (capital econômico/origem social)
	Capa ?	
	Caracterização/definição da Folhinha na capa (conteúdo da Folhinha é mencionado na capa?)	Conteúdo – protocolo / estimativa de leitor
	Caracterização/definição da Folhinha na folha de rosto.	

mantivemos quase todas as categorias e descrições apresentadas pela autora, fizemos algumas modificações devido às especificidades das nossas Folhinhas.

<b>Impressos/Folhinhas</b>	<b>Categoria</b>	<b>Descrição da categoria</b>
	Marcas de leitura na capa	Apropriação
	Tipo de marca de leitura na capa	Apropriação
	Imagem na capa?	Atrativo para o leitor estimado
	Tipo de imagem na capa	Atrativo para o leitor estimado
	Capa colorida?	Atrativo para o leitor estimado
	Papel da capa diferente do papel do miolo da Folhinha?	Características do impresso (materialidade)
	Tipo de papel da capa	Características do impresso (materialidade)
	Quantidade de tipos de caracteres na capa, tipos de fonte	Características do impresso (materialidade)
	Quantidade de tipos de caracteres na folha de rosto, tipos de fonte	
	Quantidade de tamanhos de caracteres na capa	Características do impresso (materialidade)
	Quantidade de cores de caracteres na capa	Características do impresso (materialidade)
	Quantidade de cores de caracteres na folha de rosto	
	Quarta capa?	Características do impresso (materialidade)
	Caracterização da Folhinha na quarta capa	Conteúdo – protocolo / estimativa de leitor
	Imagem na quarta capa?	Atrativo para o leitor estimado
	Imagem colorida na quarta capa?	Atrativo para o leitor estimado
	Tipo de imagem na quarta capa?	Atrativo para o leitor estimado
	Quantidade de tipos de caracteres na quarta capa	Características do impresso (materialidade)
	Variedade e quantidade de tamanhos de caracteres na quarta capa	Características do impresso (materialidade)
	Quantidade de cores de caracteres na quarta capa	Características do impresso (materialidade)
	Conteúdo da quarta capa	Conteúdo – protocolo / estimativa de leitor
	Marcas de leitura na quarta capa?	Apropriação
	Informações sobre a Folhinha, editora, publicações na Folhinha	Produção, edição e possível circulação Folhinha
	Carta ao leitor/prefácio	
	Assuntos da carta ao leitor	
	Estrutura da carta ao leitor	
	Quantidade de Seções/assuntos/conteúdos	Conteúdo – protocolo / estimativa de leitor (nível social, escolarização, idade, pessoas religiosas, homens, mulheres, idade...) / leituras e usos estimados (leitura linear, leitura individual, silenciosa...). Hierarquia dos assuntos, ênfases...
	Quantidade de páginas da Folhinha	Características do impresso (materialidade)
	Seções	
	Quantidade de páginas destinadas a cada seção	
	Assuntos da seção	
	Páginas arrancadas/rasgadas/recortadas	Apropriação
	Há indicações de outras publicações	

<b>Impressos/Folhinhas</b>	<b>Categoria</b>	<b>Descrição da categoria</b>
	da editora na Folhinha?	
	Onde está localizada a indicação de outras publicações	
	Quantidade de páginas reservadas à divulgação de outras publicações.	
	Cadernos anexados na Folhinha (apêndices)	Características do impresso (materialidade) Estimava do leitor.
	Quantidades de cadernos anexados	Conteúdo – protocolo / estimativa de leitor
	Nome do caderno anexado	Conteúdo – protocolo / estimativa de leitor
	Quantidade de páginas destinadas para cada caderno	Conteúdo – protocolo / estimativa de leitor
	Tipo de papel do miolo da Folhinha	Características do impresso (materialidade)
	Variedade e tipos de caracteres no interior da Folhinha.	Características do impresso (materialidade)
	Quantidade de tamanhos de caracteres no interior da Folhinha	Características do impresso (materialidade)
	Quantidade de cores de caracteres no interior da Folhinha	Características do impresso (materialidade)
	Ilustrações nas Folhinhas?	Características do impresso (materialidade)
	Tipos de ilustrações	
	Seções em que há ilustrações	Características do impresso (materialidade)
	Publicidade/anúncios	Características do impresso (materialidade) – leitor estimado
	Localização dos anúncios na Folhinha	Características do impresso (materialidade)
	Quantidade de páginas reservadas aos anúncios	Características do impresso (materialidade)
	Tipos de anúncios (remédios, produtos de mercado, serviços...)	Características do impresso (materialidade) – leitor estimado
	Total de anúncios/publicidade	Leitor estimado
	Frases, pensamentos, máximas, anedotas	Conteúdo – protocolo / estimativa de leitor
	Quantidade de páginas ocupadas ou local de inserção de frases, pensamentos, máximas, anedotas	Características do impresso (materialidade)
	Autores de frases, pensamentos, máximas, anedotas.	
	Poemas, contos...	Conteúdo – protocolo / estimativa de leitor
	Quantidade de páginas ocupadas pelos poemas, contos...	Características do impresso (materialidade)
	Autores dos poemas, contos...	

**Fonte:** Adaptado pela autora a partir do do banco de dados da tese de Melo (2013).

Constatamos que as Folhinhas, independente do estado de conservação, são impressas em formato de livro, distribuído em 100 a 417 páginas, com dimensões, variando de 9cmx7cm; 10cmx7cm; 11cmx8cm e 13cmx9cm:

**Tabela 4** - Dimensões das Folhinhas

Dimensões das Folhinhas (cm)	Total
10 x 7	5
11 x 8	9
13 x 9	30
9 x 7	1
<b>Total</b>	<b>45</b>

**Fonte:** Elaborada pela autora.

Conforme a Tabela 4, a maior parte dos exemplares, do acervo tem dimensões de 13cmx9cm e, geralmente, apresenta-se com uma capa proteção<sup>91</sup>. Seu peso<sup>92</sup> sofre algumas alterações, dependendo do número de páginas, presença ou ausência de caderno anexo, catálogo de livros e ainda a capa protetora. Assim, constatamos a variação de pesos: 94,2g; 116g, 3g; 133g; 46,5g; 163,9g; 171,7g; 194,2g; e 200,9g. Nas demais dimensões, de modo similar, constatamos variação de pesos; por exemplo, temos um exemplar das Folhinhas com dimensões de 9cmx7cm e com peso de 41g. Já nas com dimensões 10cmx7cm, destacamos uma variação de peso entre 22,5g e 56,4g. Folhinhas com dimensões um pouco maiores, devido à presença da capa protetora, com um formato de 11cmx8cm, ressaltamos alteração e variação no peso de 89,1g e 93g. A questão do peso nos chamou atenção, devido ao fato de serem estas Folhinhas de algibeira, para carregar junto ao corpo.

Ainda sobre aspectos da materialidade do acervo, averiguamos uma impressão em papel de baixa gramatura, gerando assim o sombreamento das letras de uma página sobre a outra e a fragilidade no manuseio. Não tivemos como comparar a gramatura com outras publicações da época para verificar se essa é uma característica de publicação dita popular ou do tipo de papel empregado em todas as publicações de uma editora. Os tipos gráficos das Folhinhas variam em relação ao tamanho e tipo da fonte.

---

<sup>91</sup> A maioria das Folhinhas do acervo tem uma capa de material duro, na cor parda com alguns traços pretos e possivelmente trata-se de uma capa de proteção. Apesar de não localizarmos nenhum documento específico sobre a encadernação de proteção das Folhinhas, em conversas informais com uma das arquivistas do APM, foi mencionado que é uma prática comum de conservação encadernar impressos que chegam ao arquivo e que, inclusive, antes da criação do laboratório de conservação do Arquivo Público Mineiro, há documentos em que constam listas de livros que eram enviados à Imprensa Oficial justamente para realizar a encadernação. Isso associado ao dado da correspondência de doação, mostra que a conservação por colecionadores também passa por processo de encadernação. O que reforça nossa hipótese de que essa capa é apenas uma encadernação de proteção do arquivo e não a original publicada pelas tipografias.

<sup>92</sup> Realizamos a pesagem das Folhinhas com uma balança de precisão.



Em atenção à composição estrutural das Folhinhas, destacaremos a seguir elementos mais gerais que nos permitem compreender uma identidade material desse acervo. Quando necessário, apresentaremos algumas tabelas para a melhor visualização dos dados. Reforçamos que, devido à conservação do acervo, existem exemplares com páginas faltosas, o que dificulta uma análise individual e contrastiva entre todos os exemplares.

As Folhinhas foram publicadas por quatro editoras diferentes. Acrescentamos aqui, conforme apresentado na Tabela 5, uma representação significativa de dois modos distintos. O primeiro destaca-se pela sede das editoras, três delas sediadas no Rio de Janeiro e apenas uma em Minas Gerais. O segundo mostra uma concentração de exemplares das Folhinhas Laemmert, pois do total de 45 impressos do acervo, 35 foram publicadas pelos irmãos Laemmert. Do restante de exemplares, 7 exemplares foram publicados pela livraria da família Guimarães, que no início era de propriedade de Agostinho e, após seu falecimento, foi assumido pelo seu oprimido; 1 pela Imp. C. do Ouro Preto na Tipografia do Universal e 1 pela Tipografia de R. Ogier e C.

**Tabela 5** – Número de títulos por editora

<b>Tipografias</b>	<b>Total</b>
Laemmert (Casa de Eduardo e Henrique Laemmert/Tipografia Universal de Laemmert)	36
Livraria de Agostinho de Freitas Guimarães & Companhia/ Antonio Gonçalves Guimarães	7
Imp. C. do Ouro Preto na Tipografia do Universal	1
Tipografia de R. Ogier e C	1
<b>Total</b>	<b>45</b>

**Fonte:** Elaborada pela autora.

Em atenção às datas de publicação das Folhinhas do acervo, destacamos que estão compreendidas entre os anos 1832 a 1888. Cabe dizer que não localizamos exemplares para cada ano desse período, nem mesmo encontramos diferentes impressos com mesma data de publicação. A Tabela 6, a seguir, nos permite visualizar a relação entre editoras, nomes das Folhinhas e suas datas de publicação:

Tabela 6 – Títulos por editora

Tipografia	Data	Nome do impresso na Folhinha
<b>Imp. C. do Ouro Preto na Typografia do Universal, Minas Gerais.</b>	<b>1832</b>	Folhinha de d'Algibeira ou Diario civil e ecclesiastico, do ano bissexto de 1832.
<b>Laemmert (Casa de Eduardo e Henrique Laemmert/Typografia Universal de Laemmert)</b>	<b>1842</b>	Folhinha Romantica para o anno de 1842. Além de noticias curiosas e interessantes um ramalhetedenovellas e romances engraçadíssimos
	<b>1846</b>	Folhinha do charadista para o anno de 1846. Offerecendo alem de noticias variadas e curiosas um cofre de 167 charadas e 7 logogriphos novíssimos desafiando a sagacidade dos mais experimentados adivinhadores.
	<b>1847</b>	Folhinha do Sábio para o anno de 1847. Com novas reflexões maximas e pensamentos do Ex.mo Marquez de Mariga.
	<b>1848</b>	Folhinha judiciária para o anno bissexto de 1848. Contendo além da relação da Viagem de S.M.I na Provincia do Rio de Janeiro, e de outras noticias variadas e interessantes o Codigo Criminal do Império do Brasil
	<b>1853</b>	Folhinha para o anno de 1853
	<b>1854</b>	Folhinha da Lei das Terras para o anno de 1854. Contendo a chronica nacional, noticias interessantes e curiosas, e a Lei das Terras, Lei da hypothecas e outras disposições legislativas de utilidade publica.
	<b>1855</b>	Folhinha dos bons costumes para o anno de 1855. Contendo Elementos de Éthica Uma collecção de máximas novas. Assim como A chronica nacional e entre noticias curiosas e interessantes uma descripçãoauthentica do terremoto de Lisboa de 1755.
	<b>1858</b>	Folhinha civil e ecclesiastica para o anno de 1858.Contendo ainda a chronica nacional e noticias curiosas e interessantes.
	<b>1858</b>	Folhinha de quinquilharia litteraria para o anno de 1858.Contendo além da chronica nacional e noticias curiosas e interessantes Exercícios mentaes de agudeza e memoria em uma preciosa collecção de 150 charadas instructivas e recreativas
	<b>1860</b>	Folhinha homeopática 1860 (não há capa/não há folha de rosto) Folhas faltosas. A obra inicia-se na página 17.
	<b>1860</b>	Folhinha dos Namorados para o anno bissexto de 1860. Contendo a Chronica Nacional. Noticias curiosas e interessantes e o novo dictionario das flores, das corres e das pedras preciosas.
	<b>1861</b>	Folhinha [da] boa moral. Sem capa e sem folha de rosto. E sem capa os anexos. Não há dados explícitos da editora.
	<b>1862</b>	Folhinha de 1862
	<b>1863</b>	Folhinha de 1863
	<b>1864</b>	Folhinha de 1864
	<b>1864</b>	Folhinha dos sonhos para o anno bissexto de 1864. Contendo além da chronica nacional e de noticias curiosas e interessantes e a arte de explicar os sonhos e visões noturnas em forma de dictionario
<b>1865</b>	Folhinha de 1865	



Tipografia	Data	Nome do impresso na Folhinha
	1866	Nova Folhinha de agricultura para o anno de 1866. Contendo a chronica nacional, noticias curiosas e interessantes e o novo methodo da plantação fecundidade, durabilidade, extrumação e conservação do café e extinção das formigas.
	1867	Folhinha do Charadista para o anno de 1867. Contendo além da chronica nacional e de noticias curiosas e interessantes uma linda colleção de charadas.
	1867	Folhinha militar 1867. Contendo o romance hist.-juridico: A baixa de Mathias, ordenança do Conde de...
	1868	Folhinha da Guerra de 1868. (referência do APM, mas na Folhinha tem apenas o nome Guerra II – 1868 na dobradura da publicação).
	1868	Folhinha de 1868
	1868	Folhinha de Devoção para o anno bissexto de 1868. Contendo a chronica nacional noticias curiosas e interessantes e um ramalhete de fragrantas Flôres Colhidas no ameno jardim do menino Deos.
	1868	Folhinha Militar para o anno bissexto de 1868. Contendo além da Chronica Nacional e noticias curiosas e interessantes a comedia-drama em 3 actos 29 ou Honra e Gloria
	1868	Folhinha Militar para o anno bissexto de 1868. Contendo além da Chronica Nacional e noticias curiosas e interessantes a comedia-drama em 3 actos 29 ou Honra e Gloria.
	1869	Folhinha de Jogos para o anno de 1869. Contendo a chronica nacional noticias curiosas e interessantes. E um tratado do jogo do Voltarete seguido dos do Cassino e Estenderete. Exemplar idêntico à referência sem data que, na verdade, é 1869. Exemplar idêntico. Exemplar com folhas faltosas no início e sem o caderno anexo.
	1871	Folhinha Botanica para o anno de 1871. Contendo, em forma de catecismo, uma breve nomenclatura e classificação botânica em geral além da chronica nacional a terminação da guerra com o Paraguay e noticias curiosas e interessantes.
	1871	Folhinha Romantica para o anno de 1871. Contendo, além da chronica Nacional, terminação da Guerra com o Paraguay. Noticias curiosas e interessantes. O lindo romance brasileiro O capitão Silvestre e Frei Velloso ou a plantação do café no Rio de janeiro.
	1873	Folhinha para o anno de 1873
	1874	Folhinha para o anno de 1874
	1875	Folhinha de Cupido para o anno de 1875. Contendo o novíssimo dicionario das flores, das cores e das pedras preciosas. Assim como a Chronica Nacional. Preceitos de agricultura, horticultura e jardinagem. E noticias curiosas e interessantes.
	1875	Folhinha de lembranças instructivas e divertidas para o anno de 1875. Contendo mais a chronica nacional, preceitos de agricultura, horticultura e jardinagem e noticias curiosas e interessantes.
	1875	Folhinha dos interessantes Echos para o ano de 1875. Contendo uma curiosa reunião de factos historicos e populares. Assim como a chronica nacional. Preceitos de agricultura, horticultura e jardinagem. E noticias curiosas e interessantes.
	1877	Folhinha de 1877

Tipografia	Data	Nome do impresso na Folhinha
	1885	Folhinha Laemmert para o anno de 1885. Contendo a chronica nacional e universal e informações uteis e interessantes. n.14 – cofre precioso remedio contra a hypochondria. (Referente à temática do anexo)
	1888	Folhinha Laemmert para o anno bissexto de 1888 Contendo a chronica nacional e universal e informações uteis e interessantes.
Livraria de Agostinho de Freitas Guimarães & Companhia/ Antonio Gonçalves Guimarães	1851	Folhinha jocosa para o anno de 1851. Contendo, além das matérias do costume: o sermão pregado aos tabaquentos em honra de Baccho, o namorico de humcapadocio e o ABC dos amores.
	1857	Folhinha de saudade para o ano de 1857. Seguida do tributo de um português da Senhora D. Maria II. A virtuosa Rainha de Portugal. Rio de Janeiro.
	1857	Folhinha para o anno de 1857. Sem capa e sem folha de rosto. (Observação: Sem capa e sem folha de rosto, desse modo não é possível saber o nome da Folhinha, mas há uma hipótese do nome, pois em uma Folhinha de mesma data de publicação e da mesma editora há, ao final, uma menção sobre todos as Folhinhas para este ano e vem a referência. Como a Folhinha sem capa traz um anexo chamado Florilegio Litterario, podemos dizer que se trata da mesma.
	1861	Folhinha de 1861
	1872	Folhinha da Guerra para o anno bissexto de 1872. Contendo a chronica dos principais factos da Guerra Franco-Prussiana (1ª série) seguida de noticias interessantes e a chronica do anno.
	1872	Folhinha da Guerra para o anno bissexto de 1872. Contendo a chronica dos principais factos da Guerra Franco-Prussiana (2ª série) seguida de noticias interessantes e a chronica do anno.
	1872	Folhinha de versos para o anno bissexto de 1872. Contendo muitas Poesias à terminação da Guerra do Paraguay e à recepção dos corpos de voluntários, seguida de noticias interessantes e a chronica do anno.
Typografia de R. Ogier e C, Rio de Janeiro.	1839	Folhinha D'Algibeira De R. Ogier E C. Para o anno de 1839. 3º depois do Bissexto, 18º da Independencia, e do Imperio.

**Fonte:** Elaborada pela autora.

Por meio da análise dos nossos impressos e como já mencionamos em capítulo anterior, constatamos que há uma forma (cara) editorial recorrente na maioria das Folhinhas, uma estrutura fixa composta de um material geral, acrescida de um anexo com temática diretamente relacionada ao título da obra e, na maioria dos casos, de um catálogo de livros. Essa forma de composição possibilitou constatar uma estratégia de segmentação: tanto o anexo como o catálogo de livro, demonstram independência do material geral. Isso foi constatado pela análise da existência de uma paginação sequencial e também pela presença de uma nova capa/folha de rosto em cada um deles, mas com a mesma gramatura do texto do miolo das Folhinhas. Essa estratégia de anexar materiais que indicam uma segmentação não foi encontrada em apenas duas Folhinhas do acervo. Sobre isso vamos tratar mais adiante, pois essas Folhinhas, *Folhinha de d'Algibeira ou Diario civil e ecclesiastico, do ano bissexto*

de 1832 e *Folhinha D'Algibeira, De R. Ogier E C. Para o anno de 1839*, apresentam singularidades significativas em sua forma, apesar de manterem uma ideia semelhante às demais.

Nesse sentido, constatamos uma forma editorial que traz identidade às Folhinhas, pois verificamos que Folhinhas publicadas pela mesma editora e editoras diferentes apresentam uma estrutura semelhante: as seções, os assuntos, as temáticas e as funções apresentadas no material genérico se repetem nas diferentes Folhinhas do acervo. A evidência que o redator das Folhinhas dá a certas seções e assuntos foi constatada pela quantidade de páginas destinadas a eles.

Desse modo, a tabela a seguir nos permite verificar todas as seções que aparecem nas Folhinhas e a frequência com que elas se repetem em diferentes publicações. Assim, como se verá abaixo, o tema do calendário e do tempo, presente em todas e distribuído em mais de uma seção, o cômputo eclesiástico, assim como informações sobre o funcionamento do império e da vida civil parecem constitutivos do gênero. São também percebidas singularidades, ao constatarmos a presença de uma determinada seção em apenas duas ou três Folhinhas. A análise da quantidade de páginas mostra uma variação média<sup>93</sup> do total que cada seção ocupa nas Folhinhas, possibilitando, assim, a reflexão sobre a intencionalidade do redator em dar ênfase a certos assuntos em detrimento de outros. O número grande de páginas de uma determinada seção, por outro lado, pode indicar não apenas a sua relevância, mas uma condição de produção editorial de encontrar uma estratégia, de compilar dados retirados de outros impressos ou materiais manuscritos, que vão sendo acrescentados sem necessidade de alterar a estrutura da seção.

**Tabela 7** - Título das seções das Folhinhas/média de páginas dessa seção nas Folhinhas

Título das Seções das Folhinhas	Presença de cada sessão no conjunto das Folhinhas	Média de páginas por Folhinha	Menor número de páginas	Maior número de páginas
Calendario dos doze mezes	45	51,5	36	68
Computo ecclesiastico	44	1,4	0,3	3
Dias d'audiencias e sessões dos tribunaes e Juizos	44	2,5	1	5
Feriados	44	0,5	0,5	1,5
Festas Moveis e Temporas	44	1,4	0,3	3
As estações do anno	44	1,4	0,3	3
Advertencias	43	2,6	0,5	8

<sup>93</sup> O cálculo foi feito a partir de uma média simples, com o cuidado de apresentar a menor e a maior quantidade de páginas de cada seção nas Folhinhas. Acrescentamos ainda que tal cálculo mostrou coerência com a forma editorial de nossas Folhinhas que trazem poucas variações de páginas de seções em diferentes edições.

<b>Título das Seções das Folhinhas</b>	<b>Presença de cada sessão no conjunto das Folhinhas</b>	<b>Média de páginas por Folhinha</b>	<b>Menor número de páginas</b>	<b>Maior número de páginas</b>
Partida e Chegada dos Correios terrestres	43	9,7	3	22
Augustissima Casa Imperial do Brasil	43	3	0,5	6
Corpo diplomatico e Consular Brasileiro	42	5,5	3	8
Corpo diplomatico e Consular Estrangeiro	41	6,4	2	18
Relação dos senadores do imperio do Brasil	40	2,6	1	4
Taboa do nascimento accaso do sol	40	2,6	1	4
Chronica Nacional	38	76	21	150
O Anno Novo/ Ao leitor	38	39,5	9	80
Taboa de sahida e entrada da lua	37	0,6	0,3	1
Resumo de Chronologia desde a érachristã	36	4,7	0,5	14
Dias de Grande Gala e pequena Gala	35	3	1	6
Eclipses	33	1	,3	2
Relação dos Senhores deputados	32	6,8	1	14
Explicação dos signaes das condecorações brasileiras	31	3	0,5	8
Tabela dos emolumentos que devem ser cobrados pelas Secretarias dos Tribunaes do Commercio	29	4,5	1	12
Tabella para a arrecadação do sello	29	4,5	0,75	10
Nomes, titulos e idade dos chefes dos principaes estados	29	2,5	2	3
Ministros e Conselhos de Estado	26	1,8	1,5	2
Correspondências de algumas éras com a vulgar	19	1,5	1	2
Appendice – Fatos diversos	10	9,8	2	11
Calculo dos Decimos na idade da lua	9	0,6	0,3	1
Arcebispos e Bispos	6	1	1	1
Epocas do Brasil	6	0,75	0,5	1
Noticias Cronológicas	5	3,3	1	5
Taboa da velocidade do vento	5	1	1	1
Genealogia dos principaes soberanos	4	14,4	14	15
Preceitos de agricultura, horticultura e jardinagem adaptados ao clima do Brasil	4	4	2	6
Introdução – Ao calendário	3	4	2	6
As estações do anno e a atmosfera	3	4	2	6
Calendário	3	4	2	6
Lembrete	3	1	1	1
Taboa da Lua e das Marés	3	1,5	1	2
Indicador sumario comercial para 1875	3	3	3	3
Taboa da equação do tempo	3	2	2	2
Appendice achronica nacional de 1859 – 1860 – Fatos notaveis (3º anno)	3	3	3	3
EpochasGeraes e EpochasNacionaes	2	2	2	2
Bençãosmatrimoniaes	2	0,3	0,3	0,3
Missas	2	0,3	0,3	0,3
Astronomicas	2	2	2	2
Prognostico para as crianças que nascerem conforme os signos	2	3	3	3
Prognostico meteorológicos	2	3	3	3
Esboço do anno de 1889	2	4	4	4
Calendario do jardineiro	2	4	4	4
Signaes de incêndio	2	1	1	1
Permutação de fundos	2	4	4	4

Título das Seções das Folhinhas	Presença de cada sessão no conjunto das Folhinhas	Média de páginas por Folhinha	Menor número de páginas	Maior número de páginas
Ferías para o fôro	2	6,5	3	10
Impostos	2	1,5	1	2
Viagem de S. M. O Imperador	2	26	26	26
Notas do thesouro que estão sendo recolhidas, e as que se achão em plena circulação	2	2	2	2
Termo da vida humana	2	4	4	4
Influencia da lua sobre o corpo humano	2	4	4	4
Questões anglo-brasileras	2	13	13	13
Considerações sobre algumas obras de Deos	2	9	9	9
Dias em que 1877 não vencem letras e obrigações commerciaes	1	1	1	1
Seção Dias d' audiência, e tribunaes d'esta cidade	1	0,5	0,5	0,5
Breve noticia do imperio do Brasil	1	8	8	8
A regência permanente do Brasil	1	1	1	1
Conselheiros d' Estado	1	1	1	1
Popularidade de S.A. o Principe Francisco de Joinville	1	4	4	4
Lista dos deputados da assembleia do Rio de Janeiro	1	1,5	1,5	1,5
Tabella das Passagens a bordo dos paquetes nacionaes	1	2	2	2
Existencia da alma	1	6	6	6
Relação das pessoas que compõem a secretaria d' estado dos negócios estrangeiros	1	2	2	2
D. Pedro II Imperador do Brasil por D. José Maria de Moura	1	12	12	12
Épocas da sucessão (dos principaes soberanos reinantes)	1	3	3	3
A igreja da S. Cruz	1	4	4	4
A viagem de SS. MM. II nas provincias do sul	1	51	51	51
Noticia Authentica sobre o TERREMOTO	1	10	10	10
Notícia curiosa e histórica (do tempo chamado do terror, na revolução Franceza de 1789)	1	5	5	5
Hymno da Victoria	1	1	1	1
Viagem de suas majestades Imperiaes a algumas provincias ao norte do imperio	1	31	31	31
Noticia geográfica do imperio do Brasil	1	25	25	25
Almanak da Provincia	1	23	23	23
Anecdotas	1			
Carta de Lei (lei da regência, conforme índice da Folhinha)	1	11	11	11
Taboa de Pithagoras	1	1	1	1
A exposição internacional de Londres	1	14	14	14
Deveres do cidadão	1	8	8	8
Carta ao senhor Athanasio	1	2	2	2

**Fonte:** Elaborada pela autora.

Desse modo, cria-se um padrão, uma técnica padronizada (ANDRIES, 1996b), tanto de apresentação das seções, como de estruturação delas. Conforme foi assinalado, constata-se a permanência de várias seções em diferentes Folhinhas e, nesse caso, seções que estão diretamente relacionadas com a representação do tempo reforçam a ideia clara de um

impresso que pretende guiar e orientar seus leitores, nos tempos civis, religiosos e ainda astrológicos.

Outro elemento importante, já mencionado, mas que será detalhado na Tabela 8 e que compõe a forma editorial das Folhinhas, é a presença de cadernos anexados. O mais importante para pensar a relação entre título e conteúdo do impresso e a que interesses ele pretende alcançar está no anexo que vem logo após a finalização do material geral e, geralmente, é uma composição que se relaciona ao título da obra. Outro anexo é o que se refere, basicamente, ao catálogo de livros. Conforme descrito na Tabela 8, verificamos que essa estratégia de composição do impresso com um catálogo anexado à Folhinha é exclusiva dos Laemmert e da A. Guimarães:

**Tabela 8** - Editoras e cadernos anexados à Folhinha

<b>Editoras X Cadernos anexados à Folhinha</b>	<b>Ausência do catálogo</b>	<b>Presença do catálogo</b>	<b>Total</b>
Laemmert (Casa de Eduardo e Henrique Laemmert/Typografia Universal de Laemmert)	6	30	36
Livraria de Agostinho de Freitas Guimarães & Companhia/ Antonio Gonçalves Guimarães	1	6	7
Imp. C. do Ouro Preto na Typografia do Universal	1		1
Typografia de R. Ogier e C	1		1
<b>Total</b>	<b>9</b>	<b>36</b>	<b>45</b>

**Fonte:** Elaborada pela autora.

Tendo como ressalva que os anexos de algumas Folhinhas podem ter sido arrancados ou se perdido, a Tabela indica que há Folhinhas que trazem o anexo referente ao título do impresso ou o anexo referente ao catálogo de livros e, ainda, Folhinhas que trazem os dois anexos. Acrescentamos que há uma variação de número de páginas desses anexos o que, em alguns casos, é devido às folhas faltosas dessa parte. Assim, quando não localizamos nenhum desses dois anexos nas Folhinhas dessas editoras que os apresentam sistematicamente, levantamos reflexões sobre marcas de uso e sobre o estado de conservação do acervo, pois tais anexos podem simplesmente ter se soltado.

A tabela a seguir mostra que, do total de Folhinhas, vinte delas trazem o anexo com um material de temática relacionada a sua tipologia:

A Tabela 9 nos permite averiguar que 34 Folhinhas trazem o anexo relacionado ao catálogo de livros:

**Tabela 9** – Folhinhas e o anexo relacionado ao seu título

Editora	Impresso/Folhinha	Anexo referente ao título da Folhinha	Quantidade de páginas do anexo
Laemmert (Casa de Eduardo e Henrique Laemmert/Typografia Universal de Laemmert)	Folhinha dos bons costumes para o anno de 1855	Elementos da Ethica	48
	Folhinha homeopática: 1860	Manual Homoeopathico contendo a descripção e tratamento das principaes moléstias. Rio de Janeiro. Publicado e à venda em casa de Eduardo & Henrique Laemmert. 77. Rua da Quitanda.	64
	Folhinha dos sonhos para o anno bissexto de 1864	Arte d'explicar os sonhos e visões nocturnas ou dictionario dos mysterios dos sonhos	32
	Folhinha de 1864	Novíssima collecção de charadas logogrifhos e enigmas por Zacharias Nunes da Silva Freire. Natural da Bahia. Rio de janeiro. Em casa dos editores-proprietarios Eduardo & Henrique Laemmert. Rua da Quitanda, n. 77.	64
	Folhinha do charadista para o anno de 1867	Collecção de novissimas charadas offerecidas aos leitores das Folhinhas.	69
	Folhinha militar 1867	Contendo o romance hist.-juridico: A baixa de Mathias, ordenança do Conde de...	
	Folhinha da Guerra de 1868	Chronica dos principaes acontecimentos concernentes à actual Guerra do Paraguay (imagem) -	48
	Folhinha de Devoção para o anno bissexto de 1868	Ramalhete de gragrantes Flores colhidas no ameno jardim do menino Deos. Contendo: A santa Noite do Natal Apresentação do menino jesus ao templo A festa dos santos tres Reis ou a Epiphania Jesus no templo Officio do menino Deos Cantico ao Menino Deos Novena do menino Deos, etc	48

Editora	Impresso/Folhinha	Anexo referente ao título da Folhinha	Quantidade de páginas do anexo
	Folhinha de 1868 (miscellanea)	Cofre de novissimas charadas Logogriphos e enigmas	48
	Folhinha de Jogos para o anno de 1869	Tratado do Jogo do Voltarete. Seguido dos do cassino e estenderete	64
	Folhinha Romantica para o anno de 1871	Romance – O capitão Silvestre e Frei Velloso ou a Plantação do Café no Rio de Janeiro	48
	Folhinha Romantica para o anno de 1842	Novellas e romances engraçadíssimos	112
	Folhinha do charadista para o anno de 1846	Cofre de charadas e logogriphos novíssimos	80
	Folhinha da Lei das Terras	Lei/decreto das terras	75
	Folhinha para o anno de 1853	Receita contra a melancolia ou colleção de anedotas pilhérias e casos galantes Offerecida aos que precisam de sacudidelas no diaphragma.	64
	Folhinha Laemmert para o anno bissexto de 1888	Fantasias e Estudos por Brandão Pinheiro – natural do Rio de Janeiro seleção de 11 textos. (Poemas, contos, textos narrativos)	59
	Folhinha Laemmert para o anno de 1885	Cofre precioso de remedios contra a hypocondria ou nítida colleção de charadas, enigmas e logogryphos para passatempo nas horas vagas	32
	Folhinha de lembranças instructivas e divertidas para o anno de 1875	Lembranças instructivas e divertidas, em prosa e verso	64
	Folhinha para o anno de 1874	Lista de sonhos em ordem alfabética e as explicações.	13
	Folhinha de 1873	Arte d'explicar os sonhos e visões nocturnas ou dictionario dos mysterios dos sonhos Explicados pelo autor dos oraculaos mais celebres do oriente. (Idêntico ao da Folhinha dos sonhos de	46



Editora	Impresso/Folhinha	Anexo referente ao título da Folhinha	Quantidade de páginas do anexo
		1864).	
Livraria de Agostinho de Freitas Guimarães & Companhia/ Antonio Gonçalves Guimarães	Folhinha de versos para o anno bissexto de 1872	Poesias à terminação da Guerra do Paraguay, e à recepção dos Voluntarios da Patria	64
	Folhinha para o ano de 1857	Florilegio Litterario contendo artigos sobre diferentes assumptos escriptos por diversos autores	64

**Fonte:** Elaborada pela autora.

A Tabela 10 apresenta as Folhinhas que trazem esses dois anexos, totalizando 20 exemplares:

**Tabela 10** - Folhinhas que apresentam o anexo denominado catálogo de livros

Editora	Impresso/Folhinha	Anexo catálogos de livros	Quantidade de páginas
Laemmert (Casa de Eduardo e Henrique Laemmert/Typografia Universal de Laemmert)	Folhinha dos bons costumes para o anno de 1855	Aos amigos da leitura. Novo Catalogo de excelentes livros	80
	Folhinha homeopática: 1860	Catalogo (nº 1 – 1860) Da livraria universal de E. & H. Laemmert offerecendo uma variada escolha de excellentes obras, entre as quaes as melhores publicações modernas, tanto para o entretenimento como para a aquisição de conhecimentos uteis. A venda no Rio de Janeiro. Rua da Quitanda, 77. Entre as ruas do ouvidor e a do rosário	64
	Folhinha da boa moral	Catalogo com suplemento e ao final algumas propagandas de outros produtos vendidos na casa de E.&H. Laemmert. (Destaca quem preparou esses produtos, o preço e seus benefícios)	102

Editora	Impresso/Folhinha	Anexo catálogos de livros	Quantidade de páginas
	Folhinha dos namorados para o anno bissexto de 1860	Catálogo n. 2 ou repertorio litterario de livros em portugues recomendáveis. Escolha de variadíssimas obras em prosa e verso: novellas, romances, historias, peças de theatro, viagens, legislação, estudo de línguas, devoção, medicina, pharmacia, arte veterinaria, educação, musica, etc. Publicados ou à venda no Rio de Janeiro. Rua da Quitanda n. 77 na livraria universal de E.&H. Laemmert.O presente catalogo apresenta um sortimento tão rico e variado de obras, que nenhum apaixonado de leitura o folheará sem achar algum livro que possa ser-lhe util, cultivando o seu espírito ou proporcionado -lhe um entretenimento agradável, ao passo que a modicidade dos preços faculta a aquisição aos ricos como ás mais moderadas posses.	16
	Folhinha de 1864	Biblioteca portugueza-brasileira de Livros ModernosA venda na Livraria Universal de E.&H. Laemmert. Rua da Quitanda, n. 77.	94
	Nova Folhinha de agricultura para o anno de 1866	“Novo catálogo systematico de escolhidos livros em portuguez. Publicados e à venda no Rio de Janeiro na Livraria Universal de E. & H. Laemmert. Rua da Quitanda, n. 77.	64
	Folhinha civil e ecclesiastica para o anno de 1858	Catalogo de variados livros entre os quaes muitas publicações modernistas. À venda em casa dos Editores E. e H. Laemmert mercadores de livros. Rua da Quitanda, n. 77. Entre as ruas do ouvidor e do Rosario no Rio de Janeiro	16
	Folhinha de quinquilharia litteraria para o anno de 1858	Catalogo de variados livros entre os quaes muitas publicações modernistas. À venda em casa dos Editores E. e H. Laemmert mercadores de livros. Rua da Quitanda, n. 77. Entre as ruas do ouvidor e do Rosario no Rio de Janeiro	16
	Folhinha do charadista para o anno de 1867	Segunda parte do novo Catalogo systematico de escolhidos livros em portuguez publicados e a venda no Rio de Janeiro na Livraria	30

Editora	Impresso/Folhinha	Anexo catálogos de livros	Quantidade de páginas
		Universal.	
	Folhinha militar 1867	Novo Catalogo systematico de escolhidos livros em portuguez publicados e a venda no rio de janeiro na Livraria Universal.	65
	Folhinha da Guerra de 1868	Novo catalogo systematico de escolhidos livros em Portuguez	65
	Folhinha de 1868 (miscellanea)	Novo catalogo systematico de escolhidos livros em portuguez publicados e a venda na Livraria Universal de E & H. Laemmert	64
	Folhinha de Jogos para o anno de 1869	Segunda parte -novo catalogo systematico de escolhidos livros em portuguez publicados e a venda na Livraria Universal de E & H. Laemmert.	70
	Folhinha Botanica para o anno de 1871	Segunda parte -novo catalogo systematico de escolhidos livros em portuguez publicados e a venda na Livraria Universal de E & H. Laemmert;	7
	Folhinha Romantica para o anno de 1871	novo catalogo systematico de escolhidos livros em portuguez publicados e a venda na Livraria Universal de E & H. Laemmert.	80
	Folhinha Romantica para o anno de 1842	novo catalogo de livros interessantes em Portuguez e depois um extracto do catalogo de livros em francez	44
	Folhinha do charadista para o anno de 1846	Catálogo de livros –Aos amantes da litteratura da instrucção e do Recreio. Da instrucção e do Recreio	80
	Folhinha Judiciaria: 1848	Atenção! catalogo d’excellentes livros em Portuguez	80
	Folhinha da Lei das Terras	Catálogo de livros	68
	Folhinha judiciária para o anno bissexto de 1848	Atenção! catalogo d’excellentes livros em Portuguez	80
	Folhinha para o anno de 1853	edições brasileiras – novo catalogo de excellentes livros	88
	Folhinha Laemmert para o anno	Catalogo da livraria universal	48

Editora	Impresso/Folhinha	Anexo catálogos de livros	Quantidade de páginas
	bissexto de 1888		
	Folhinha Laemmert para o anno de 1885	Catalogo n. 4 da livraria universal	80
	Folhinha de lembranças instructivas e divertidas para o anno de 1875	Novíssimo catalogo de escolhidos livros em portuguez publicados e a venda na Livraria Universal de E & H. Laemmert	80
	Folhinha para o anno de 1874	Biblioteca Portugueza-Brasileira de Livros modernos	80
	Folhinha de 1865	Novo catalogo systematico de escolhidos livros em portuguez. A venda na Livraria Universal de E.&H. Laemmert. Rua da quitanda, n. 77.	126
	Folhinha para o ano de 1863	Armazem litterario ou catálogo de livros em Portuguez de conteúdo instructivo e recreativo	Não informado
	Folhinha de 1873	Novíssimo catalogo de escolhidos livros em portuguez.	80
Livraria de Agostinho de Freitas Guimarães & Companhia/ Antonio Gonçalves Guimarães	Folhinha de 1861	NOVO CATALOGO DE LIVROS EM PORTUGUEZ	80
	Folhinha jocosa para o anno de 1851	Catalogo de escolhidos livros em Portugues	80
	Folhinha de versos para o anno bissexto de 1872	Novo catalogo de livros em portuguez.	96
	Folhinha da Guerra para o anno bissexto de 1872	Novo catalogo de livros em portuguez	96
	Folhinha da Guerra para o anno bissexto de 1872	Novo catalogo de livros em portuguez	96
	Folhinha para o ano de 1857	“Livros em Portugues a’ venda na livraria de Agostinho de Freitas Guimarães & C. <sup>a</sup> ”	76

**Fonte:** Elaborada pela autora.

**Tabela 11** - Folhinhas que apresentam os dois anexos

Editora	Impresso/Folhinha	Anexo referente ao título da Folhinha	Anexo catálogos de livros	Quantidade de páginas referente ao título da Folhinha	Quantidade de páginas destinadas catálogos de livros
Laemmert (Casa de Eduardo e Henrique Laemmert/Typografia Universal de Laemmert)	Folhinha dos bons costumes para o anno de 1855	Elementos da Ethica	Aos amigos da leitura. Novo Catalogo de excelentes livros	48	80
	Folhinha homeopática: 1860	Manual Homoeopathico contendo a descripção e tratamento das principaes moléstias. Rio de Janeiro. Publicado e à venda em casa de Eduardo & Henrique Laemmert. 77. Rua da Quitanda.	Catalogo (nº 1 – 1860) Da livraria universal de E. & H. Laemmert offerecendo uma variada escolha de excellentes obras, entre as quaes as melhores publicações modernas, tanto para o entretenimento como para a aquisição de conhecimentos uteis. A venda no Rio de Janeiro. Rua da Quitanda, 77. Entre as ruas do ouvidor e a do rosário	64	64
	Folhinha de 1864	Novíssima collecção de charadas logogriphos e enigmas por Zacharias Nunes da Silva Freire. Natural da Bahia. Rio de janeiro. Em casa dos editores-proprietarios Eduardo & Henrique Laemmert. Rua da Quitanda, n. 77.	Biblioteca portugueza-brasileira de Livros ModernosA venda na Livraria Universal de E.&H. Laemmert. Rua da Quitanda, n. 77.	64	94

Editora	Impresso/Folhinha	Anexo referente ao título da Folhinha	Anexo catálogos de livros	Quantidade de páginas referente ao título da Folhinha	Quantidade de páginas destinadas catálogos de livros
	Folhinha do charadista para o anno de 1867	Collecção de novissimas charadas offerecidas aos leitores das Folhinhas.	Segunda parte do novo Catalogo systematico de escolhidos livros em portuguez publicados e a venda no rio de janeiro na Livraria Universal.	69	30
	Folhinha militar 1867	Contendo o romance hist.-juridico: A baixa de Mathias, ordenança do Conde de...	Novo Catalogo systematico de escolhidos livros em portuguez publicados e a venda no rio de janeiro na Livraria Universal.		65
	Folhinha da Guerra de 1868	Chronica dos principaes acontecimentos concernentes à actual Guerra do Paraguay (imagem) -	Novo catalogo systematico de escolhidos livros em Portuguez	48	65
	Folhinha de 1868 (miscellanea)	Cofre de novissimas charadas Logogriphos e enigmas	Novo catalogo systematico de escolhidos livros em portuguez publicados e a venda na Livraria Universal de E & H. Laemmert	48	64
	Folhinha de Jogos para o anno de 1869	Tratado do Jogo do Voltarete. Seguido dos do cassino e estenderete	Segunda parte -novo catalogo systematico de escolhidos livros em portuguez publicados e a venda na Livraria Universal de E & H. Laemmert.	64	70
	Folhinha Romantica para o anno de 1871	Romance – O capitão Silvestre e Frei Velloso ou a Plantação do Café no Rio de Janeiro	Novo catalogo systematico de escolhidos livros em portuguez publicados e a venda na Livraria Universal de E & H. Laemmert.	48	80

<b>Editora</b>	<b>Impresso/Folhinha</b>	<b>Anexo referente ao título da Folhinha</b>	<b>Anexo catálogos de livros</b>	<b>Quantidade de páginas referente ao título da Folhinha</b>	<b>Quantidade de páginas destinadas catálogos de livros</b>
	Folhinha Romantica para o anno de 1842	Novellas e romances engraçadíssimos	Novo catalogo de livros interessantes em Portuguez e depois um extracto do catalogo de livros em francez	112	44
	Folhinha do charadista para o anno de 1846	Cofre de charadas e logogriphos novíssimos	Catálogo de livros –Aos amantes da litteratura da instrucção e do Recreio. Da instrucção e do Recreio	80	80
	Folhinha da Lei das Terras	Lei/decreto das terras	Catálogo de livros	75	68
	Folhinha para o anno de 1853	Receita contra a melancolia ou colleção de anedotas pilhérias e casos galantes Offerecida aos que precisam de sacudidelas no diaphragma.	edições brasileiras – novo catalogo de excellentes livros	64	88
	Folhinha Laemmert para o anno bissexto de 1888	Fantasias e Estudos por Brandão Pinheiro – natural do Rio de Janeiro seleção de 11 textos. (poemas, contos, textos narrativos)	Catalogo da livraria universal	59	48
	Folhinha Laemmert para o anno de 1885	Cofre precioso de remedios contra a hypocondria ou nítida colleção de charadas, enigmas e logogryphos para passatempo nas horas vagas	Catalogo n. 4 da livraria universal	32	80

Editora	Impresso/Folhinha	Anexo referente ao título da Folhinha	Anexo catálogos de livros	Quantidade de páginas referente ao título da Folhinha	Quantidade de páginas destinadas catálogos de livros
	Folhinha de lembranças instructivas e divertidas para o anno de 1875	Lembranças instructivas e divertidas, em prosa e verso	Novíssimo catalogo de escolhidos livros em portuguez publicados e a venda na Livraria Universal de E & H. Laemmert	64	80
	Folhinha para o anno de 1874	Lista de sonhos em ordem alfabética e as explicações.	Biblioteca Portugueza-Brasileira de Livros modernos	13	80
	Folhinha de 1873	Arte d'explicar os sonhos e visões nocturnas ou dictionario dos mysterios dos sonhos Explicados pelo autor dos oraculaos mais celebres do oriente. (Idêntico ao da Folhinha dos sonhos de 1864).	Novíssimo catalogo de escolhidos livros em portuguez.	46	80
Livraria de Agostinho de Freitas Guimarães & Companhia/ Antonio Gonçalves Guimarães	Folhinha de versos para o anno bissexto de 1872	Poesias à terminação da Guerra do Paraguay, e à recepção dos Voluntarios da Patria	Novo catalogo de livros em portuguez.	64	96
	Folhinha para o ano de 1857	Florilegio Litterario contendo artigos sobre differentes assumptos escriptos por diversos autores	“Livros em Portugues a’ venda na livraria de Agostinho de Freitas Guimarães & C.”	64	76

**Fonte:** Elaborada pela autora.



## 7.2 Uma fórmula (ideia) e uma forma (“cara”) editorial: repetir o genérico e promover variações para segmentar e ampliar leitores

Através da análise das Folhinhas que fazem parte do *corpus* da nossa pesquisa, constatamos uma fórmula e uma forma editorial consolidadas, ou seja, notamos um modelo, um código “estabelecido” e uma aparência padronizada (ADRIES, 1996a), ou seja, uma forma específica de organização dessa publicação (CURTO, 1996) que nos possibilita refletir sobre estratégias compartilhadas por diferentes agentes sociais (tipógrafos, governo, igreja) no estabelecimento de certo vínculo com o leitor, no que diz respeito a despertá-lo para o reconhecimento do impresso e sua fácil associação. Ainda não podemos desconsiderar que, se tratando do século XIX, os avanços técnicos na produção dos impressos não permitiam muitas personalizações e assim a variedade que se encontrava, por exemplo, nos assuntos, não era constatada na aparência material (COHEN, 2018)<sup>94</sup> pois, especialmente sobre o formato, os impressos muito se assemelhavam. Em atenção à nossa descrição analítica das Folhinhas, uma estratégia nítida ocorre quando constatamos um discurso que tem a pretensão de guiar e orientar seus leitores através da composição dos assuntos selecionados, ou seja, a composição dos temas e suas funções<sup>95</sup>.

Analisando o acervo como um todo, podemos dizer, com raras exceções, que encontramos uma forma fixa constituída por uma parte geral que poderia interessar a muitos leitores, geralmente seguida de uma parte específica, em forma de anexo, que dava uma identidade especial a cada impresso.

Essa fórmula editorial foi apreendida pela análise interna, com leitura de cada Folhinha em detalhe e pela comparação entre elas, as da mesma editora e as de editoras diferentes. Assim, mesmo quando faltavam folhas de rosto, partes ou páginas, certamente poderíamos dizer, por exemplo, que duas Folhinhas dos anos de 1873 e 1874 eram Folhinhas de sonhos. Essa certeza está diretamente fundamentada na análise recorrente da fórmula e da forma editorial que apreendemos do nosso objeto, ou seja, compreendemos uma lógica de organização estrutural e essencial desse material que nos

---

<sup>94</sup> Para aprofundamento ver: Ilka Stern Cohen (2018) em seu estudo: *Diversificação e segmentação dos impressos*. Apesar de a autora estar tratando da imprensa do século XX, foram possíveis algumas reflexões e apropriações para nosso estudo.

<sup>95</sup> Estamos tratando em nossa pesquisa os assuntos, no sentido de compreensão de temas e funções. A compreensão de assuntos de modo mais abrangente, abarcando seus temas e suas funções, foi despertada em nós a partir das discussões apresentadas nos estudos de doutoramento de Joseni Pereira Meira Reis (2018).

permitiu levantar hipóteses e, mesmo sem uma comprovação material, podemos dizer ou problematizar seguramente sobre algumas impressões. E isso só se tornou possível, no caso da nossa pesquisa, através da análise comparativa e contrastiva de um número significativo de exemplares de diferentes edições de um mesmo impresso.

Destacamos que compreender certas “lógicas dos impressos” relaciona-se com o ofício do pesquisador de desenvolver constantemente a capacidade de ler os indícios, criar relações, estabelecer diferenças e um olhar paciente, atento e disciplinado para as fontes, pois as respostas de nossas problematizações, na maioria das vezes, estão nas entrelinhas da palavra impressa de nossos impressos, assim apontamos uma situação representativa dessa reflexão. Quando nos deparamos com a *Folhinha dos sonhos para o anno de 1864*, nos questionamos sobre seu anexo, pois nele está escrito “terceira edição” e imediatamente tentamos localizar pela lista do Arquivo Público algum outro exemplar de edição diferente dessa mesma Folhinha. Assim como nas nossas suposições sobre os outros dois exemplares como sendo representativos das Folhinhas de sonho, também estavam sem a folha de rosto. Além disso, não havia indicação na listagem, para verificarmos se encontraríamos outras edições desse anexo que respondessem às nossas indagações: o dicionário se modificaria completamente a cada ano? Ou a cada ano se acrescentaria algo novo? E, assim, ao final da análise, também percebemos que o anexo se manteve idêntico mesmo se tratando de Folhinhas de edições diferentes, inclusive com uma diferença de dez anos de publicação.

Ainda sobre a compreensão das “lógicas do impresso”, destacamos outras duas Folhinhas em que foi possível fazer alguma inferência em relação ao seu título utilizando a própria fonte: a *Folhinha para o anno de 1857*, publicada pela tipografia Agostinho Gonçalves Guimarães & c., não tinha capa e nem folha de rosto, apenas a nomeação do APM, mas, ao analisar a forma, a estrutura, a presença de um anexo de temática específica, e localizando uma Folhinha da mesma data de publicação e mesma editora, encontramos ao final uma listagem de Folhinhas para o ano, que mencionava a *Folhinha de lembranças, acompanhada do Florilegio litterario*. Como a Folhinha que estava em nossas mãos trazia um caderno anexo, chamado florilégio litterario, nossa hipótese de possível segmentação do exemplar foi comprovada. No caso da *Folhinha militar 1867*, foi possível tal inferência, pois localizamos em um anúncio do Almanak Laemmert, também editado pela mesma tipografia, uma menção ao título que, provavelmente, seria o da Folhinha que estávamos analisando, pois tínhamos um anexo, intitulado: “A baixa de Mathias” e a menção era justamente sobre esse anexo: “Folhinha

militar, contendo o romance hist.-jurídico: A baixa de Mathias, ordenança do Conde de...” (Fonte: Guia do Rio de Janeiro ou indicador alfabético, Casa dos editores Eduardo & Henrique Laemmert, Rio de Janeiro, 1867, p. 100).

Assim, com a análise de exemplares completos ou com folhas e partes faltosas saltou aos olhos a fórmula editorial: as Folhinhas apresentam uma fórmula semelhante em todos os exemplares, independente de datas de publicações e tipografias diferentes. Assim, as Folhinhas analisadas partilham similitudes e uma aparência que segue determinados padrões (estruturais, dimensionais, organizacionais) com algumas singelas singularidades, por exemplo ao apresentar seções particulares na estrutura da composição das Folhinhas, ou por não existir, em algumas, seções tão comuns às outras.

Um dos pontos mais significativos de nossa pesquisa foi a verificação de uma estratégia editorial de segmentação de assuntos: a maior parte dos exemplares dos nossos impressos traz um caderno anexo, com uma temática específica, geralmente fazendo referência ao título da obra. Assim, quando uma Folhinha traz em seu título apenas a indicação de Folhinha para determinado ano, apreendemos que não há o caderno anexo e que não há essa segmentação; ao contrário, quando há uma titulação específica, como por exemplo, *Folhinha de Jogos para o ano de 1869*, haverá uma parte sobre essa temática, que, no caso dessa Folhinha, refere-se ao “tratado do jogo do Voltarete seguido dos do Cassino e Estenderete” (dizeres da folha de rosto).

Desse modo, podemos refletir que o título das Folhinhas é a “representação em termos gráficos” (NOVA, 1996, p. 74), dos assuntos que estarão estampados nas páginas do impresso e, mais especificamente, sugere ao leitor um anexo exclusivo sobre a tipologia, reforçando a ideia de segmentação de conteúdo e maiores possibilidades de escolha entre os títulos.

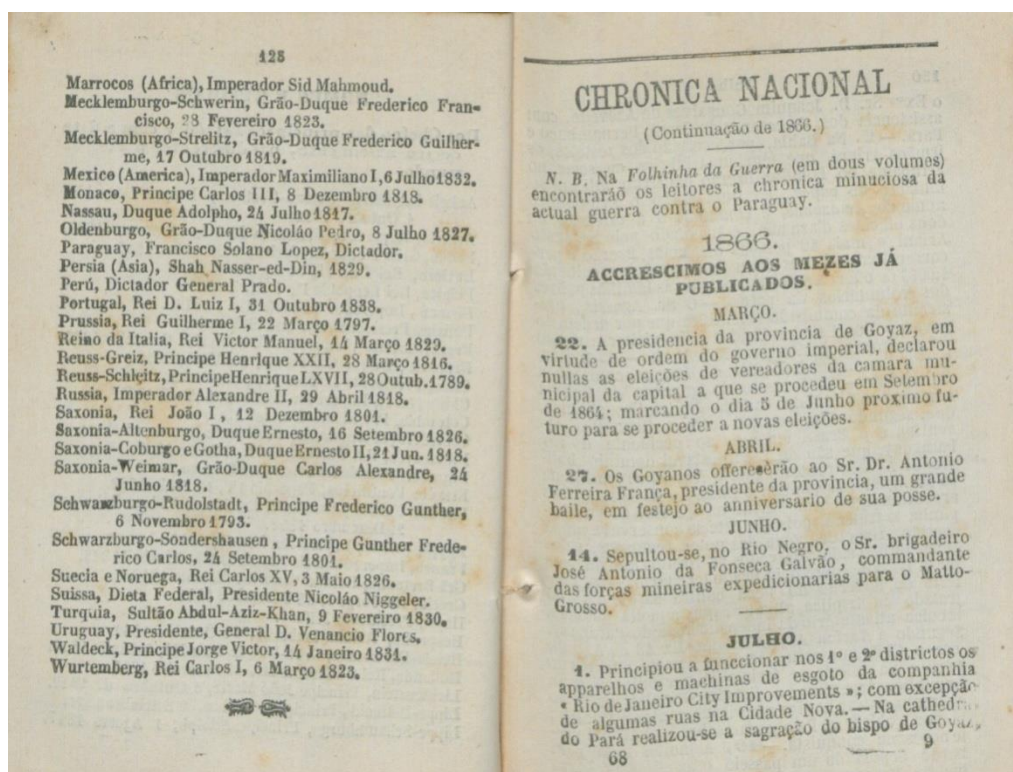
Retomando a noção de segmentação pela apresentação de um anexo específico, chegamos a uma ideia de universo abrangente de interesse e, por suposição, de leitores, bem como possibilidades de escolha do leitor, uma vez que se publicam diversos títulos para um mesmo ano, com uma forma idêntica do material genérico. Em alguns casos, por exemplo, os catálogos de livros, também anexados ao final das Folhinhas, são idênticos. Assim, o genérico se mescla com o singular. A estratégia é segmentar temáticas e diversificar as Folhinhas, exclusivamente pelo seu caderno anexo, que é singular em cada exemplar mesmo nos anos de publicações iguais. Por outro lado, também encontramos anexos que trazem identidade diferente para cada Folhinha, mas são sempre os mesmos no decorrer dos anos. Esse tipo de estratégia está presente em

todas as Folhinhas que foram publicadas pelas tipografias dos irmãos Laemmert e da Antonio Gonçalves Guimarães, pois as demais das tipografias de R. Ogier e Universal, não apresentam essa padronização em sua forma.

Encontramos exemplos significativos dessa configuração segmentada, cujo material genérico é idêntico. Não podemos ser ingênuos em relação às condições editoriais e, com o afã de oferecer títulos a perder de vista, essa reprodutibilidade de matérias é adequada à casa editora, pensando em matéria editorial e em forma estável de parte do material. Assim, temos alguns exemplos significativos, uns apreendidos apenas por se comparar o sumário, outros pela comparação de textos, como os que constatamos nas seguintes Folhinhas: *Folhinha dos sonhos para o anno bissexto de 1864* e *Folhinha de 1864*; *Folhinha de quinquilharia litteraria para o anno de 1858* e *Folhinha civil e ecclesiastica para o anno de 1858*, *Folhinha Militar para o anno bissexto de 1868*, *Folhinha da guerra: 1868*; *Folhinha de Devoção para o anno bissexto de 1868* e *Folhinha miscellanea: 1868*; *Folhinha do Charadista para o anno de 1867* e *Folhinha Militar de 1867*, dentre outras publicadas pelos Laemmert. Ainda destacamos as *Folhinha de versos para o anno bissexto de 1872*, *Folhinha da Guerra para o anno bissexto de 1872 (1ª parte)* e *Folhinha da Guerra para o anno bissexto de 1872 (2ª parte)*, publicadas por Agostinho Gonçalves Guimarães & c.

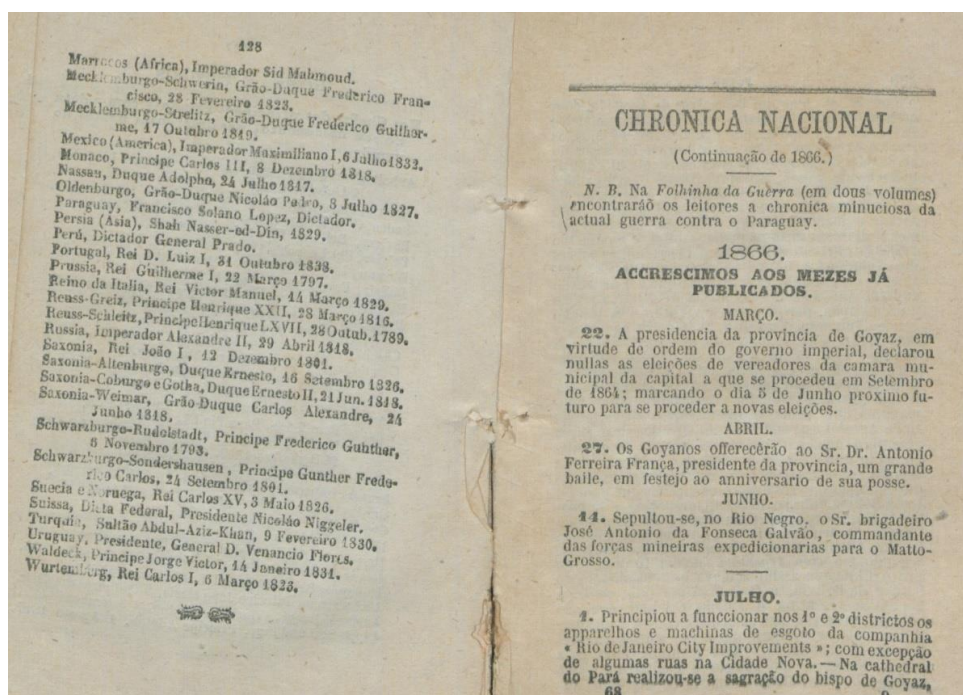
Especificamente, reproduzimos, a seguir, duas páginas de três Folhinhas diferentes, de mesma data de publicação e de mesma tipografia, para comprovar que realmente uma parte do material que compõe o impresso é igual:

Figura 42 - Folhinha Militar para o anno de 1868



Fonte: E & H. Laemmert. RJ, p. 128 e 129. Referência APM: OR: Folhinha Militar: 1868. Séc. XIX. Cx.25.

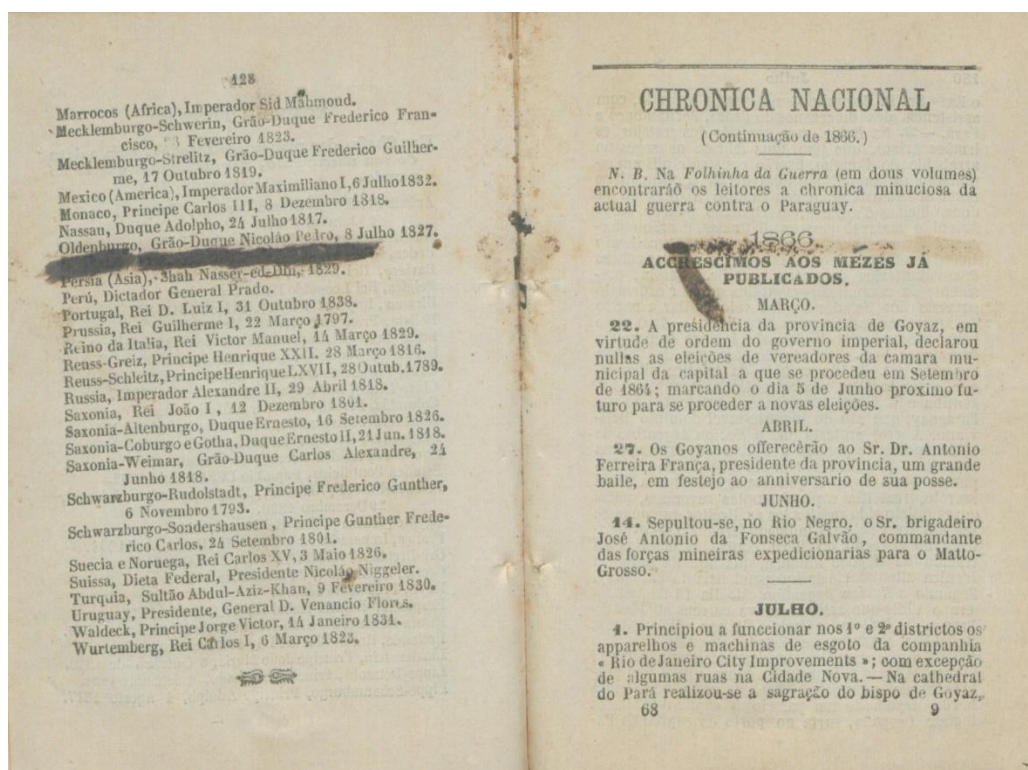
Figura 43 - Folhinha da Guerra de 1868



Fonte: E & H. Laemmert. RJ, p. 128 e 129. Referência APM: OR: Folhinha da guerra: 1868. Séc. XIX. cx. 24.



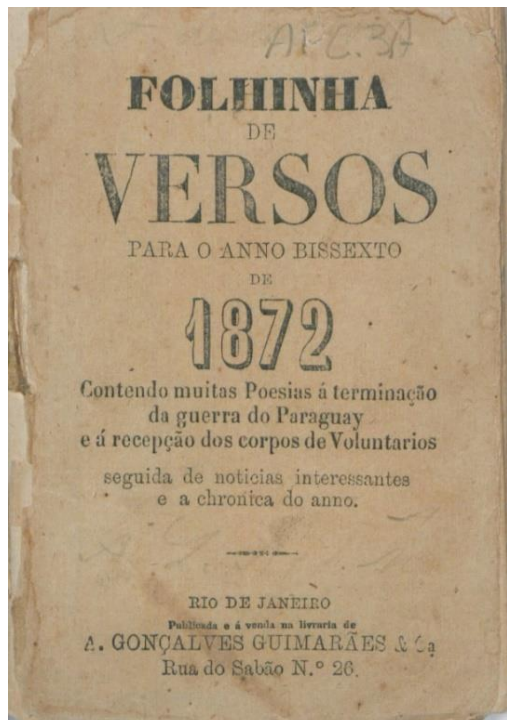
**Figura 44 - Folhinha de Devoção para o ano bissexto de 1868**



**Fonte:** Eduardo & Henrique Laemmert. RJ, p. 128 e 129. Referência APM: OR: Folhinha da devoção: 1868. Séc. XIX. Cx. 29.

A comparação pelo índice também permite verificar reproduções do mesmo conteúdo, que se refere à parte do material geral, em Folhinhas de títulos diferentes, publicadas no mesmo ano, e pela mesma tipografia, bem como a estratégia editorial de sua diferenciação dada pela segmentação com a apresentação de anexos com temáticas específicas e relacionadas aos seus títulos. Dentre vários exemplos do acervo, destacamos duas Folhinhas para exemplificação, reproduzindo suas folhas de rosto, as páginas do índice e a capa do caderno anexo:

**Figura 45** - Folhinha de versos para o anno bissexto de 1872 – folha de rosto



**Fonte:** A. Gonçalves Guimarães & Com. RJ. Referência APM: Folhinha de versos: 1872. Século XIX. Cx.34.

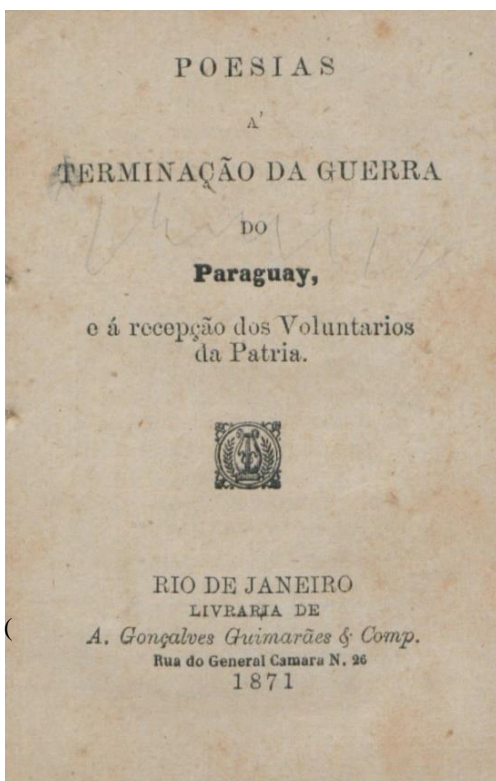
**Figura 46** - Folhinha de versos para o anno bissexto de 1872 - índice

<b>INDICE</b>	
Introdução .....	3
Chronologia .....	33
Computo Ecclesiastico .....	34
Festas moveis .....	34
Temporas .....	35
Estações do anno .....	35
Idade da Lua .....	35
Eclipses .....	36
Advertencia .....	38
Calendario .....	39
Tabella para arrecadação do sello ..	90
Tabella dos toques para incendios ..	93
Epocas do Brasil .....	94
Dias de grande gala .....	96
Dias de pequena gala .....	96
Feriados .....	97
Camara dos Senadores .....	98
Tabella dos emolumentos que devem ser cobrados pelas Secretarias dos Tribunaes do Commercio .....	98
Augustissima Casa Imperial .....	101
Dias de audiencia e sessões dos Tribunaes e Juizos .....	105
Taboa da velocidade do vento....	107
	192
Daboa do nascimento e ocaso do Sol, da equação do tempo.....	108
Taboa da sahida e entrada da Lua, e das marés cheias.....	112
Corpo diplomatico e consular estrangeiro .....	129
Chronica do anno .....	141

Typ. de Agostinho Gonçalves Guimarães & Comp.  
Rua do General Camara N. 82.

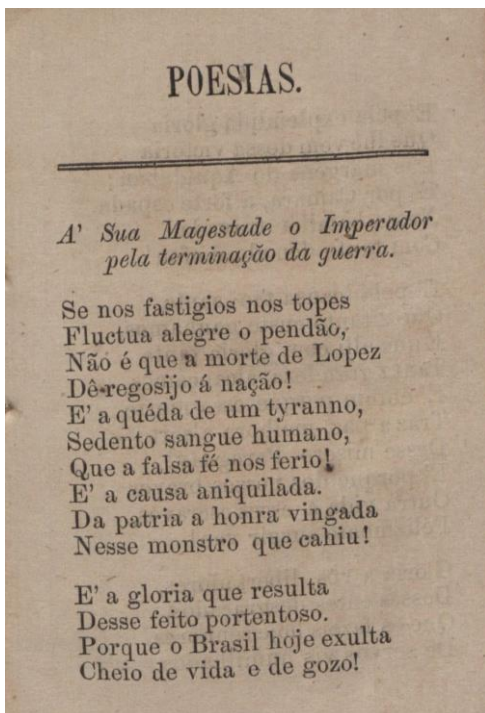
**Fonte:** A. Gonçalves Guimarães & Com. RJ. Referência APM: Folhinha de versos: 1872. Século XIX. Cx.34.

**Figura 47** - Folhinha de versos para o anno bissexto de 1872 - capa caderno anexo



**Fonte:** A. Gonçalves Guimarães & Com. RJ. Referência APM: Folhinha de versos: 1872. Século XIX. Cx.34.

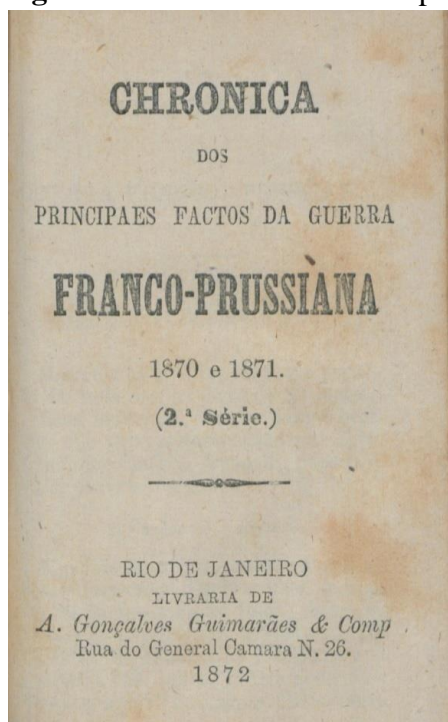
**Figura 48** - Folhinha de versos para o anno bissexto de 1872 – 1ª página do caderno anexo



**Fonte:** A. Gonçalves Guimarães & Com. RJ. Referência APM: Folhinha de versos: 1872. Século XIX. Cx.34.



**Figura 49** - Folhinha da Guerra para o anno bissexto de 1872 (2ª série) – folha de rosto



**Fonte:** A. Gonçalves Guimarães & Com. RJ. Referência APM: OR: Folhinha da Guerra Franco-Prussiana: 1872. Séc. XIX. Cx. 36.

**Figura 50** - Folhinha da Guerra para o anno bissexto de 1872 (2ª série) – índice

<b>INDICE</b>	
Introdução .....	3
Chronologia .....	33
Computo Ecclesiastico .....	34
Festas moveis .....	34
Temporas .....	35
Estações do anno .....	35
Idade da Lua .....	35
Eclipses .....	36
Advertencia .....	38
Calendario .....	39
Tabella para arrecadação do sello ..	90
Tabella dos toques para incendios ..	93
Epocas do Brasil .....	94
Dias de grande gala .....	96
Dias de pequena gala .....	96
Feriados .....	97
Camara dos Senadores .....	98
Tabella dos emolumentos que devem ser cobrados pelas Secretarias dos Tribunaes do Commercio .....	98
Augustissima Casa Imperial .....	401
Dias de audiencia e sessões dos Tribunaes e Juizos .....	495
Taboa da velocidade do vento .....	107

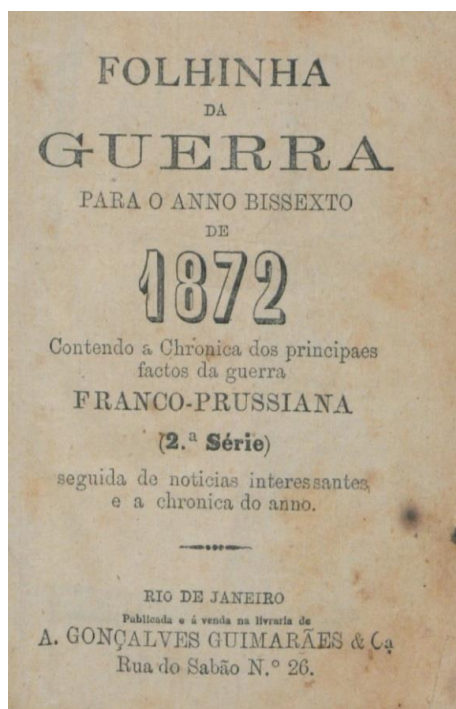
  

192	
Taboa do nascimento e ocaso do Sol, da equação do tempo .....	108
Taboa da sahida e entrada da Lua, e das marés cheias .....	112
Corpo diplomatico e consular estrangeiro .....	129
Chronica do anno .....	141

Typ. de Agostinho Gonçalves Guimarães & Comp.  
Rua do General Camara N. 26.

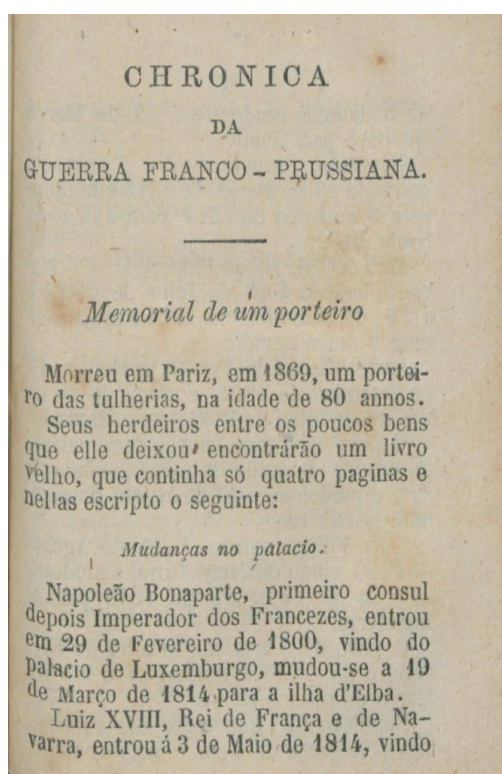
**Fonte:** A. Gonçalves Guimarães & Com. RJ. Referência APM: OR: Folhinha da Guerra Franco-Prussiana: 1872. Séc. XIX. Cx. 36.

**Figura 51** - Folhinha da Guerra para o anno bissexto de 1872 (2ª série) – capa do caderno anexo



**Fonte:** A. Gonçalves Guimarães & Com. RJ. Referência APM: OR: Folhinha da Guerra Franco-Prussiana: 1872. Séc. XIX. Cx. 36.

**Figura 52** - Folhinha da Guerra para o anno bissexto de 1872 (2ª série) – 1ª página do caderno anexo



**Fonte:** A. Gonçalves Guimarães & Com. RJ. Referência APM: OR: Folhinha da Guerra Franco-Prussiana: 1872. Séc. XIX. Cx. 36.

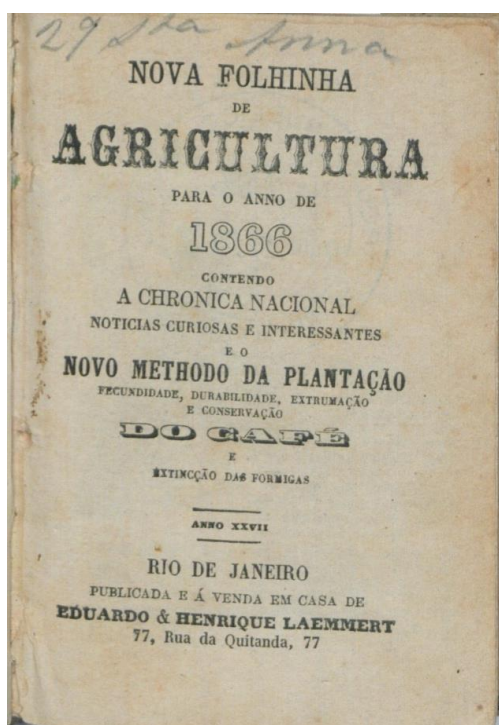
Sendo assim, apreendemos que as Folhinhas Laemmert e as da Antonio G. Guimarães se apresentam com uma forma de organização similar entre elas e de certo modo padronizada, pois em todos os exemplares analisados é possível constatar de imediato um formato semelhante em relação às dimensões do impresso, uma composição específica ao trazer seções semelhantes, por exemplo, iniciadas pela carta ao leitor. Ambas as topografias intitulam essa parte como “O anno novo” e em seguida estão impressas todas as demais seções apresentadas no índice do material, inclusive o índice encerra esse primeiro corpo de texto, esse primeiro composto de saberes. O índice é posicionado ao final da parte geral, encerrando-a, antes do anexo, e não apresentando nenhuma relação com o que se segue. Assim, encontramos mais um reforço para a hipótese de que são partes totalmente independentes encadernadas juntas. Quando não há esse anexo, geralmente o que vem a seguir é o catálogo de livros. Isso ocorre, por exemplo, quando as Folhinhas da Laemmert e A. Guimarães trazem uma titulação mais genérica.

O caderno anexo, com numeração diferente, reforça a ideia de um material autônomo, independente, mas que, concomitantemente, compõe o gênero Folhinha desse período e desse *corpus*. Além disso, como já mencionamos, a relação entre esse anexo e as possibilidades de leitores está diretamente relacionada à perspectiva de abrangência de diferentes interesses dos leitores, bem como a múltiplas possibilidades de apropriação e uso, seja no ato da escolha das Folhinhas, seja nos usos singulares de partes delas. Assim, quando não encontramos um anexo num exemplar, pode ser indício de que um leitor fez uso dele separadamente, destacando-o. Assim, talvez pudéssemos considerar a ausência de um anexo como marca de seu uso.

Vamos destacar aqui, quatro Folhinhas em que constatamos tal situação. A *Folhinha de Cupido para o anno de 1875* já traz no título uma referência de temática específica e sua folha de rosto descreve o conteúdo da obra ao leitor: “contendo o novíssimo diccionario das flores, das cores e das pedras preciosas. Assim como a Chronica Nacional. Preceitos de agricultura, horticultura e jardinagem. E noticias curiosas e interessantes”; a *Nova Folhinha de agricultura para o anno de 1866*, “contendo a Chronica Nacional e outras noticias curiosas interessantes e o novo methodo da plantação, fecundidade, durabilidade e extrumação e conservação do café e extinção das formigas”; a *Folhinha de quinquilharia litteraria para o anno de 1858*, “contendo além da chronica nacional e noticias curiosas e interessantes exercícos mentaes de agudeza e memoria em uma preciosa collecção de 150 charadas instructivas

e recreativas”; e a *Folhinha dos namorados para o anno bissexto de 1860* “contendo a crônica nacional. Noticias curiosas e interessantes e o novo diccionario das flores das cores e das pedras preciosas”. Ao analisar esses exemplares, não localizamos os assuntos sugeridos e decorrentes dessa organização padronizada do impresso, assuntos tão importantes que distinguem o tipo de segmentação e são anunciados nas folhas de rosto são escritos com tipos gráficos diferentes dos demais. Isso nos leva a pensar nas apropriações dos sujeitos em relação ao impresso: poderíamos dizer que o leitor retirou esse caderno anexo para um uso mais específico? Teria o caderno se descolado, uma vez que cada anexo é composto em um bloco e depois associado aos demais, na encadernação?

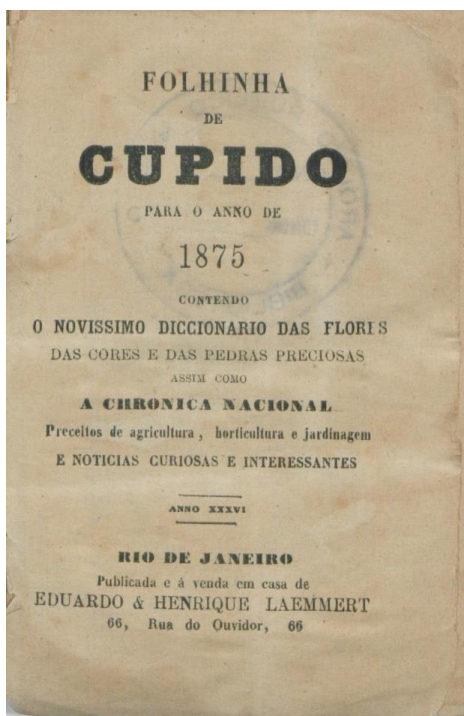
**Figura 53** - Nova Folhinha de Agricultura para a o ano de 1866



**Fonte:** Eduardo & Henrique Laemmert, RJ. Referência APM: OR: Nova Folhinha de agricultura: 1866. Sec. XIX. Cx.17.

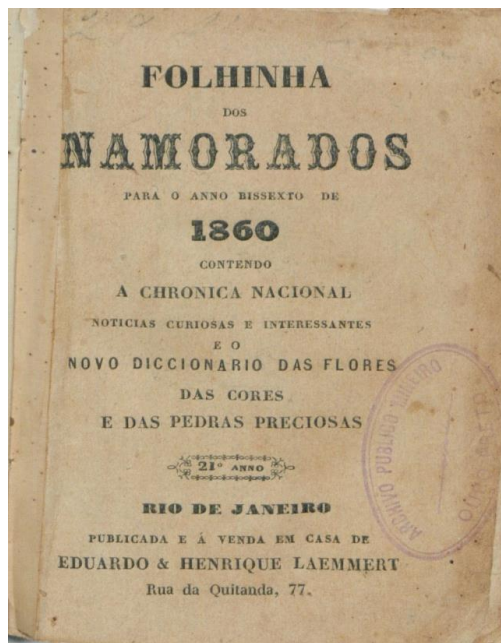


**Figura 54** - Folhinha de Cupido para o anno de 1875



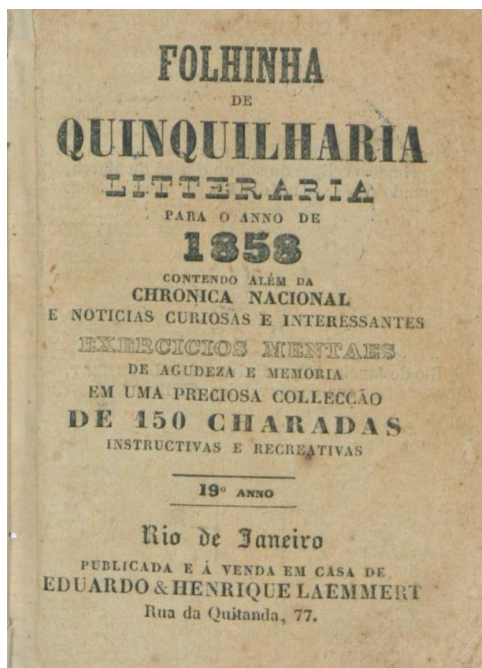
**Fonte:** Eduardo & Henrique Laemmert, RJ. Referência APM: Folhinha Laemmert 1875. Século XIX. Cx. 42.

**Figura 55** - Folhinha dos namorados para ao nno bissexto de 1860



**Fonte:** Eduardo & Henrique Laemmert, RJ. Referência APM: OR: Folhinha dos namorados: 1860. 0010. Séc. XIX. Cx. 13.

**Figura 56** - Folhinha de Quinquilharia Litteraria 1858



**Fonte:** Eduardo & Henrique Laemmert, RJ. Referência APM: OR: Folhinha de quinquilharia: 1858. Séc. XIX. Cx. 15.

Ainda sobre a estratégia de segmentação e a possibilidade de manter algumas partes inalteradas, destacamos uma situação inversa à apresentada no parágrafo anterior pois não é o anexo que se modifica, ele será o mesmo em três Folhinhas de datas diferentes. Estamos nos referindo a três Folhinhas da tipografia dos irmãos Laemmert: Folhinha dos sonhos para o anno bissexto de 1864; Folhinha de 1873 e Folhinha para o anno de 1874 nas quais o caderno anexo com a temática sobre sonhos se mantem idêntico.

O catálogo de livros é outro anexo que faz parte da forma editorial das Folhinhas. Destacamos que apenas duas Folhinhas das 45 analisadas não trazem ao final um catálogo de livros, são elas: *Folhinha D'Algibeira, De R. Ogier E C. Para o anno de 1839* da Typografia de R. Ogier e C, e a *Folhinha de d'Algibeira ou Diario civil e ecclesiastico, do ano bissexto de 1832*, publicada pela Imp. C. do Ouro Preto na Typografia do Universal. Posteriormente, vamos apresentar mais detalhadamente as semelhanças entre elas e as diferenças entre as demais.

Esse catálogo, apesar de não ter sido objeto de detalhamento maior em nossa pesquisa, foi muito relevante, pois faz parte da fórmula/forma editorial das Folhinhas. Esse anexo ocupa um espaço, em quantidade de páginas, significativo em comparação com as demais seções do material e, inclusive, na maioria das vezes, é mais extenso que

os anexos. Assim, verificamos que esse catálogo tem a função de divulgar e mostrar, pelas suas classificações, o tipo de produção da casa editora, assim como indica para nós, pesquisadores, o universo de leituras possíveis no período.

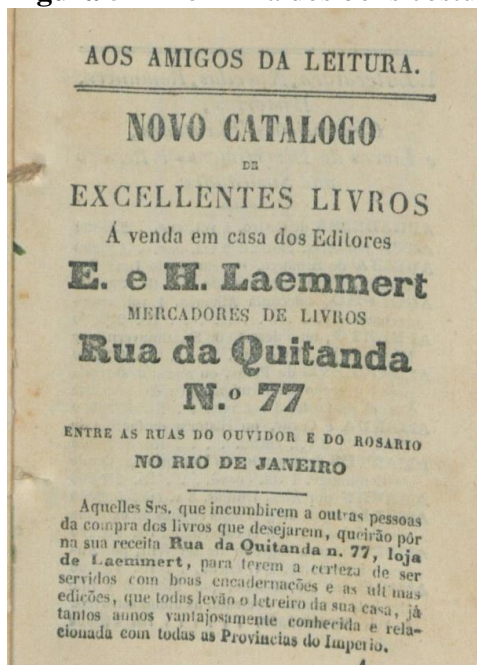
Atendo-nos à compreensão do que significava a impressão de um catálogo tão extenso e diversificado em relação aos seus títulos e temáticas, ficamos pensando num leitor suposto que esse impresso queria abranger, ao dedicar de 80 a 130 páginas para esse catálogo. Seria verdadeiramente pela expectativa de um público leitor que se interessasse pelo mundo das letras, com especializações científicas, literárias, legais? Seria essa uma estratégia para dar volume à Folhinha, justificando seu preço? Seria uma estratégia de repertoriar a produção, presente simbolicamente nas outras partes da Folhinha, passando a noção de que se tem no bolso um estoque de conhecimentos? Será que o leitor não se importaria em carregar mais de 100 páginas anexas sabendo que porta também um repertório? Seria especificamente uma estratégia de interesse comercial, uma vez que, ao se diversificar muito as temáticas das Folhinhas, amplia-se o universo de abrangência, as possibilidades de leitores interessados em adquirir algum título e de fazer esses títulos circularem?

Refletindo sobre um tempo-espaço com poucas pessoas que sabiam ler e escrever, o que significa publicar tal catálogo? Talvez pudéssemos questionar sobre uma simples estratégia de padronização de uma forma já conhecida pelos leitores, ou ainda uma estratégia de legitimação da tipografia enquanto um espaço cultural relevante onde se produz e circulam livros de temas e funções que podem abranger diversos “gostos e bolsos” (EL FAR, 2006).

Esse catálogo traz uma estrutura fixa de composição remetendo, especialmente, aos títulos publicados pela tipografia dos irmãos Laemmert, mas também com algumas características de segmentação. Em primeiro lugar, apreende-se uma segmentação pela classificação de títulos por seções temáticas, o que reforça a nossa ideia de que a intencionalidade desse impresso, principalmente, do catálogo, é de abranger um universo amplo de interesses de seus leitores e, mais ainda, de acenar com agrupamento desses interesses. E, em segundo lugar, uma segmentação relacionada à separação do catálogo em partes, na sequência de mais de uma Folhinha ano a ano, cuja finalidade explícita é apresentada pelo redator: reduzir o volume e o peso do material. Ademais, acrescida a finalidade explícita de redução do volume e do peso, constatamos também uma expectativa do redator - ao descrever na capa do catálogo as partes e suas divisões - de que os leitores tenham em mãos para consulta outros exemplares com as outras

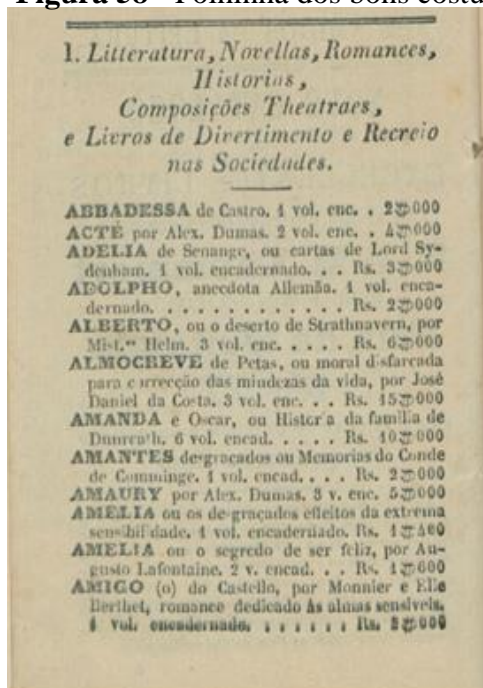
partes. Assim, supõe-se que o leitor conserve os materiais e os veja como uma sequência. Essa tática de segmentação pode também estar relacionada à divisão de interesses dos supostos leitores. Exemplos da tipografia dos irmãos Laemmert mostram essa segmentação de apresentação em temáticas no seu catálogo anexo:

**Figura 57** - Folhinha dos bons costumes para o anno de 1855 - capa anexo - catálogo



**Fonte:** E. H. Laemmert, Rio de Janeiro. Referência APM: OR: Folhinha dos bons costumes 1855. 0010. Séc. XIX. Cx. 61.

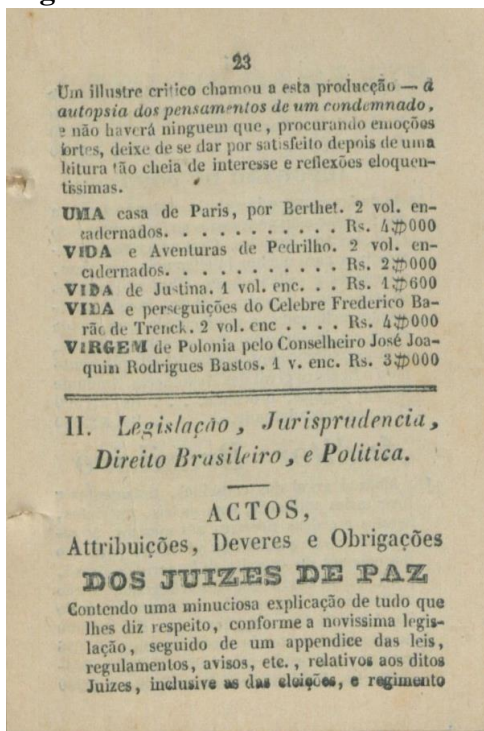
**Figura 58** - Folhinha dos bons costumes para o anno de 1855 – catálogo: p.1.



**Fonte:** E. H. Laemmert, Rio de Janeiro. Referência APM: OR: Folhinha dos bons costumes 1855. 0010. Séc. XIX. Cx. 61.

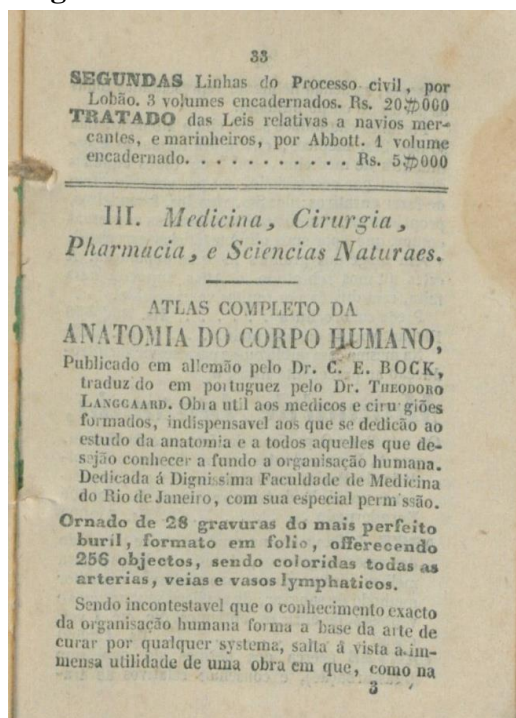


**Figura 59** - Folhinha dos bons costumes para o anno de 1855 – catálogo: p.23



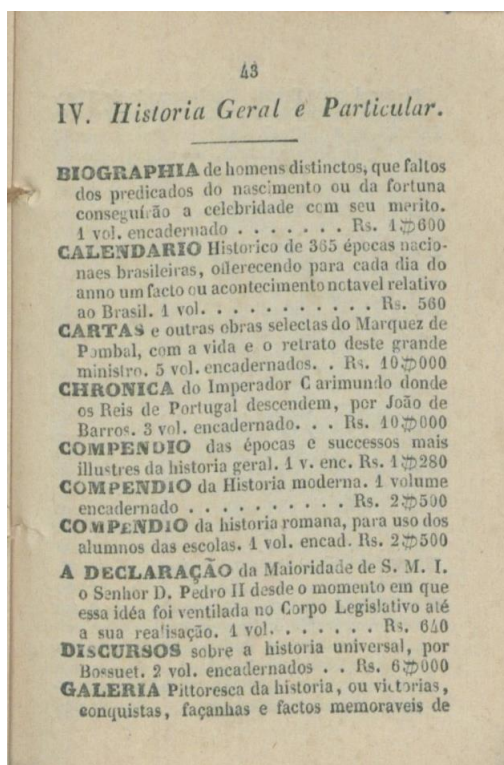
**Fonte:** E. H. Laemmert, Rio de Janeiro. Referência APM: OR: Folhinha dos bons costumes 1855. 0010. Séc. XIX. Cx. 61.

**Figura 60** - Folhinha dos bons costumes para o anno de 1855 – catálogo: p.33



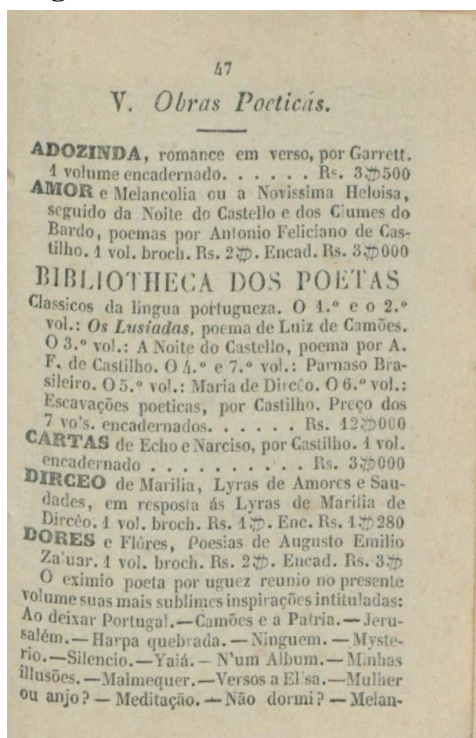
**Fonte:** E. H. Laemmert, Rio de Janeiro. Referência APM: OR: Folhinha dos bons costumes 1855. 0010. Séc. XIX. Cx. 61.

**Figura 61** - Folhinha dos bons costumes para o anno de 1855 – catálogo: p.43



**Fonte:** E. H. Laemmert, Rio de Janeiro. Referência APM: OR: Folhinha dos bons costumes 1855. 0010. Séc. XIX. Cx. 61.

**Figura 62** - Folhinha dos bons costumes para o anno de 1855 – catálogo: p.47

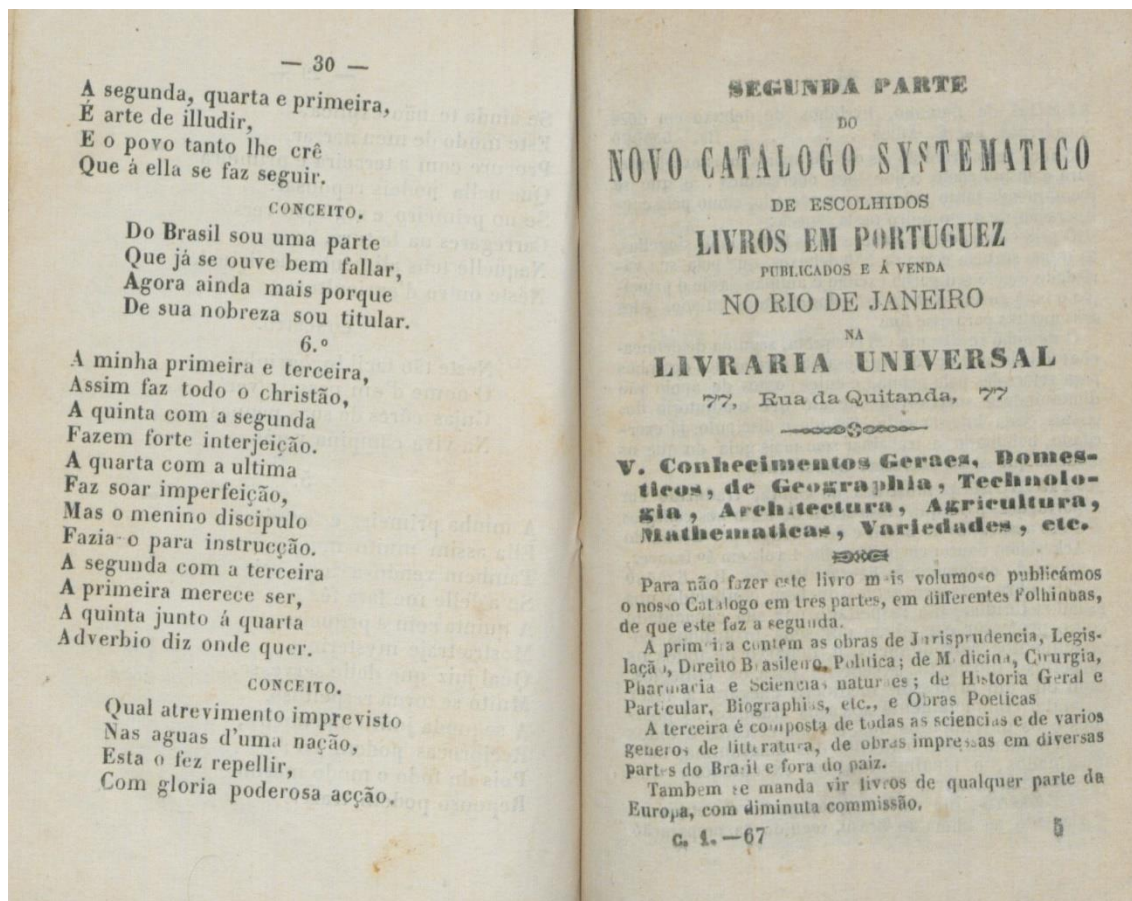


**Fonte:** E. H. Laemmert, Rio de Janeiro. Referência APM: OR: Folhinha dos bons costumes 1855. 0010. Séc. XIX. Cx. 61.

Nesse catálogo, então, há uma segmentação por temáticas que se organizam nos seguintes títulos: 1. Litteratura, Novellas, Romances, Historias, Composições theatraes, e Livros de Divertimento e Recreio nas Sociedades; 2. Legislação, Jurisprudencia, Direito Brasileiro e Politica; 3. Medicina, Cirurgia, Pharmacia, e Sciencias naturaes; 4. Historia Geral e Particular; 5. Obras Poeticas; 6. Conhecimentos Geraes, Domesticos, de Geographia, Agricultura, etc.; 7. Livros Theologicos e de Devoção; 8. Obras de Educação, Instrução e Recreio da Mocidade; 9. Estudo da Lingua Nacional e de Linguas Estrangeiras.

Outro dado de um catálogo das Folhinhas publicadas pela Laemmert, conforme já foi dito, é indicar ao leitor que o catálogo foi dividido em três partes para o livro não ficar tão volumoso, conforme imagens que seguem:

**Figura 63** - Folhinha do Charadista para o anno de 1867 – capa do anexo



**Fonte:** Eduardo & Henrique Laemmert, Rio de Janeiro. Referência APM: OR: Folhinha do charadista: 1867. Séc. XIX. Cx. 23.

Acrescentamos, por fim, sobre os catálogos de algumas *Folhinhas Laemmert* que fazem parte do nosso corpus, a presença de um suplemento em suas páginas finais,

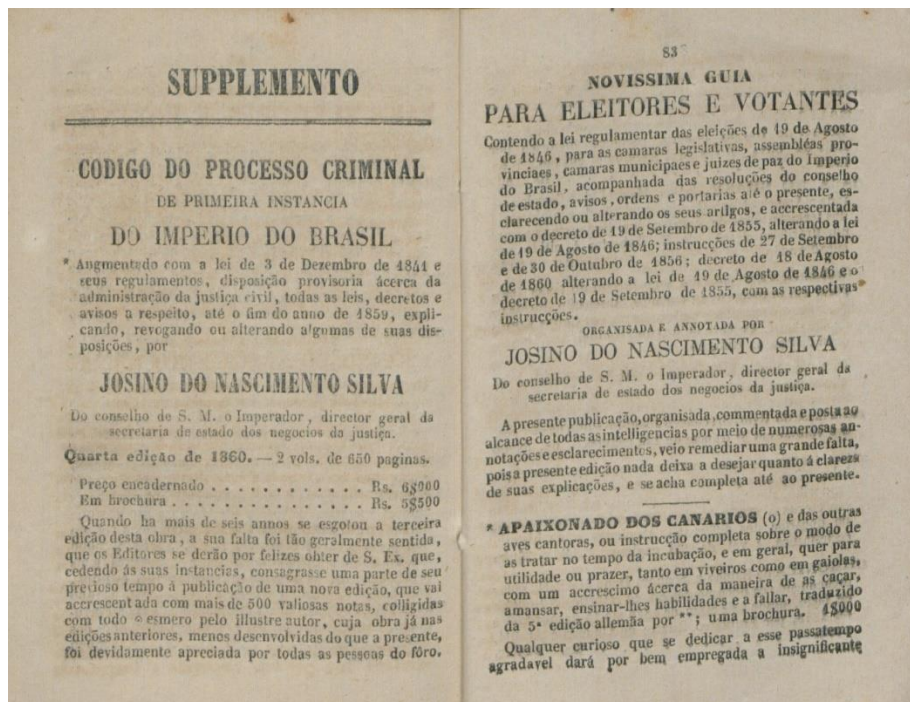


geralmente, de dez a vinte páginas, com algumas outras indicações de títulos de livros e de produtos diversos de mercado, que nos possibilitam refletir sobre a ideia de mostrar ao leitor dessa Folhinha a existência de um comércio mais amplo, onde circulavam outros produtos de mercado e não somente a venda de livros (HALLEWELL, 2005).

De modo representativo, sobre a intenção de mostrar ao leitor a variedade de produtos que se achavam na tipografia, localizamos em uma Folhinha, no suplemento do catálogo, ao final da apresentação de uma listagem de itens diversos, os seguintes dizeres: “... E uma infinidade de outros objectos de utilidade. A casa encarrega-se também de encomendas da Europa e da America do Norte, assim como de expedições para as provincias do Imperio, mediante preços moderados.” (Folhinha de Jogos para o anno de 1869, p. 5).

E, ainda sob a ótica dos supostos leitores, reforçamos a perspectiva do catálogo de repercutir ou reproduzir determinadas práticas e interesses do leitor, além da leitura de livros. Assim, estes seriam sujeitos interessados em outros materiais e produtos, como, por exemplo, águas, pastilhas e bálsamo:

**Figura 64** - Folhinha da boa moral de 1861 – p.82/83.



**Fonte:** Livraria Universal Laemmert. RJ. Referência APM: OR: Folhinha [da] boa moral: 1861. 0010. Séc. XIX. cx.12.

Figura 65 - Folhinha da boa moral de 1861 – p.96/97

<p style="text-align: center;">96</p> <p style="text-align: center;">Theatro de Manoel Leite Machado.</p> <p><b>ALVARO</b> de Abranches, drama original portuguez em quatro actos.</p> <p><b>LUSITANOS</b> (os), tragedia historica em cinco actos.</p> <p><b>PRETENDENTES</b> (os), comedia em um acto.</p> <p><b>TRIUMPHO</b> da Virtude, drama.</p> <hr/> <p style="text-align: center;"><b>PASTILHAS DE VICHY</b></p> <p>As pastilhas de Vichy são um medicamento excellente, preparadas por M. Bru, pharmaceutico em Vichy, com os saes essenciaes genuinos das aguas de Vichy; ellas podem em todos os casos substituir as ditas aguas e ajudar a sua acção, gozando de todas as propriedades que ellas têm, empregando-se e sobretudo com vantagem antes e depois da comida, para facilitar as digestões penosas e animar o estomago.</p> <p>O deposito acha-se em casa de E. &amp; H. Laemmert, rua da Quitanda n. 77. Preço de uma caixinha com mais de sessenta pastilhas, 2\$500. Meia caixinha . Rs. 1\$280</p> <p>N. B. —As legitimas trazem a assignatura de M. Bru.</p> <hr/> <p style="text-align: center;"><b>ELIXIR MILAGROSO PARA OS OLHOS</b></p> <p>inventado pelo celebre Dr. Graefe, medico de S. M. El-Rei da Prussia.</p> <p>Preço de um vidro, que serve para largo tempo, Rs. 3\$000.</p> <p>Esta excellente agua, composta dos ingredientes os mais beneficos para os olhos, é um verdadeiro thesouro para fortificar e refrescar a vista, tirar a vermelhidão, obstar os progressos de um principio de inflammação, dissipar as nevoas que costumão sobrevir depois de grande</p>	<p style="text-align: center;">97</p> <p>cansaço causado por uma applicação continuada, e em geral para conservar este precioso orgão até a idade mais avançada. As experiencias feitas ha annos no Rio de Janeiro forão coroadas do mais feliz resultado, e, á vista do nenhum perigo da sua applicação, pôde seu uso recommendar-se a todos aquelles que padecem em um orgão tão delicado quanto necessario.</p> <hr/> <p style="text-align: center;"><b>AOS QUE SOFFREM</b></p> <p>de molestias do figado, alterações das funcções do estomago, de chlorose, leucorrhéa, irregularidade de menstruação, affecções hypocondriacas, febres intermittentes rebeldes, de escrofulas, paralyisia, rheumatismos chronicos, engorgitamento do baço, obstrucções do ventre, concreções urinarias na bexiga, rins e figado, os melhores medicos recommendão o uso da genuina</p> <hr/> <p style="text-align: center;"><b>AGUA NATURAL DE VICHY</b></p> <p>da qual existe um depósito especial em casa de E. &amp; H. Laemmert, rua da Quitanda n. 77, no Rio de Janeiro.</p> <p>Quem comprar meia duzia de garrafas, pelo menos, receberá <i>gratis</i> a Guia pratica sobre a acção therapeutica e applicação da mesma agua. Preço de cada garrafa Rs. 2\$000.</p> <p>Em porção de meia duzia para cima se faz algum abatimento.</p> <p style="text-align: center;">61—1 <span style="float: right;">7</span></p>
--	--

Fonte: Livraria Universal Laemmert. RJ. Referência APM: OR: Folhinha [da] boa moral: 1861. 0010. Séc. XIX. Cx.12.

Figura 66 - Folhinha da boa moral de 1861 – p.98/99

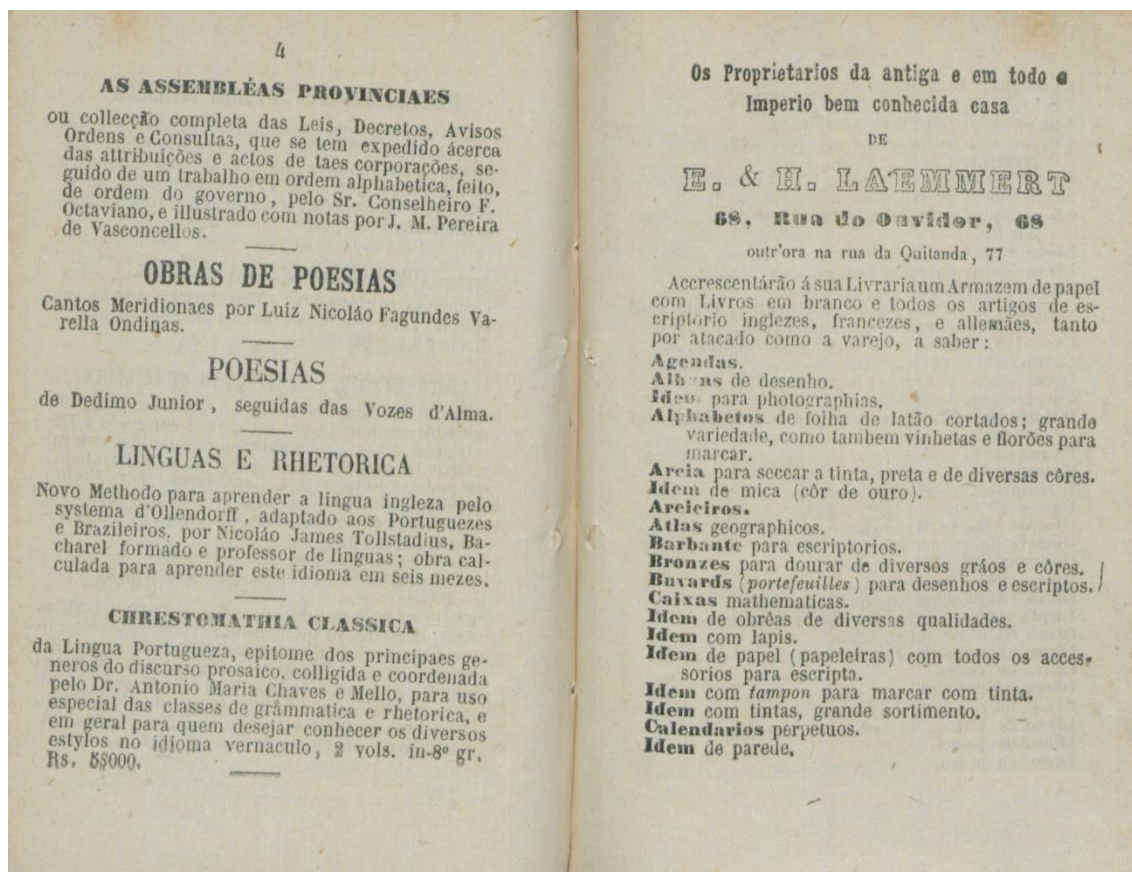
<p style="text-align: center;">98</p> <p style="text-align: center;"><b>AS PESSOAS QUE SOFFREM</b></p> <p>de desarranjos de estomago, catarrho gastrico, azia vomitos chronicos, constipação, tanto habitual como temporaria, molestia do pancreas, obstrucção do figado, ictericia, concreções biliares, catarrho da bexiga, dito pulmonar e bronchial, accidentes das mulheres na idade critica, plethora, obesidade, congèes na prenhez, erysipela, typho abdominal, e especialmente hemorroidas e goita, se offereca um excellento remedio na afamada</p> <p style="text-align: center;"><b>AGUA AMARA</b></p> <p style="text-align: center;"><b>MINERAL DE ALLEMANHA</b></p> <p>empregada por muitos distinctos medicos da côrte com vantagem assignalada, o que não admira á vista do extenso uso que tem na Allemanha, França, Belgica, Hollanda, Inglaterra, Russia, Hungria e Italia, como no Grecia, Sicilia e America, chegando a sua venda annual a 300,000 botijas. Seria longo o citar as opinões e elogios dos medicos de primeira nomeada, que allas constão de um folheto recentemente publicado pelo Dr. Eisenmann, e traduzido em portuguez pelo Sr. desembargador H. V. de Oliveira; o qual se distribue gratis.</p> <p>O unico Deposito da Agua genuina da Allemanha se acha em casa de E. &amp; H. Laemmert, onde se publicou tambem o folheto acerca do seu uso.</p> <p>(N. B. Em muitos casos uma ou duas botijas são suficientes para o effeito desejado.)</p>	<p style="text-align: center;">99</p> <p style="text-align: center;"><b>BALSAMO</b></p> <p style="text-align: center;"><b>HOMOGENEO-SYMPATHICO</b></p> <p style="text-align: center;">DE PEDRO GARRAZZA</p> <p style="text-align: center;">Cirurgião Italiano.</p> <p style="text-align: center;"><b>MUDANÇA DE ROTULO.</b></p> <p>Afim de difficultar a falsificação e preservar o publico de ser victima dos falsificadores, os annunciantes resolvêrão <b>Substituir o rotulo amarello,</b> em uso até fim de 1859, por outro impresso por um processo inimitavel, em papel branco com fundo amarello esverdeado. A metade da tira que diz:</p> <p>Unico balsamo genuino homogèneo sympathico, etc., está impressa com tinta encarnada. A outra metade que principia: <i>Cautela.</i> É falsificado todo o balsamo acompanhado de bullas em papel branco, etc. — está impressa com tinta azul. Em ambas as tiras se divisão no meio, em caracteres grandes, cor branca do papel, os nomes E. &amp; H. Laemmert.</p> <p>Além desta mudança, daqui em diante todas os vidros legitimos são acompanhados, não só da bulla do costume, como de uma</p> <p style="text-align: center;"><b>Certidão de Origem</b></p> <p>impressa igualmente em papel branco, fundo amarello esverdeado, com tinta encarnada e preta. De um lado deste papel apparecem as armas do Imperio em fundo branco, do outro lado os nomes E. &amp; H. Laemmert igualmente em branco.</p>
---	--

Fonte: Livraria Universal Laemmert. RJ. Referência APM: OR: Folhinha [da] boa moral: 1861. 0010. Séc. XIX. Cx.12.



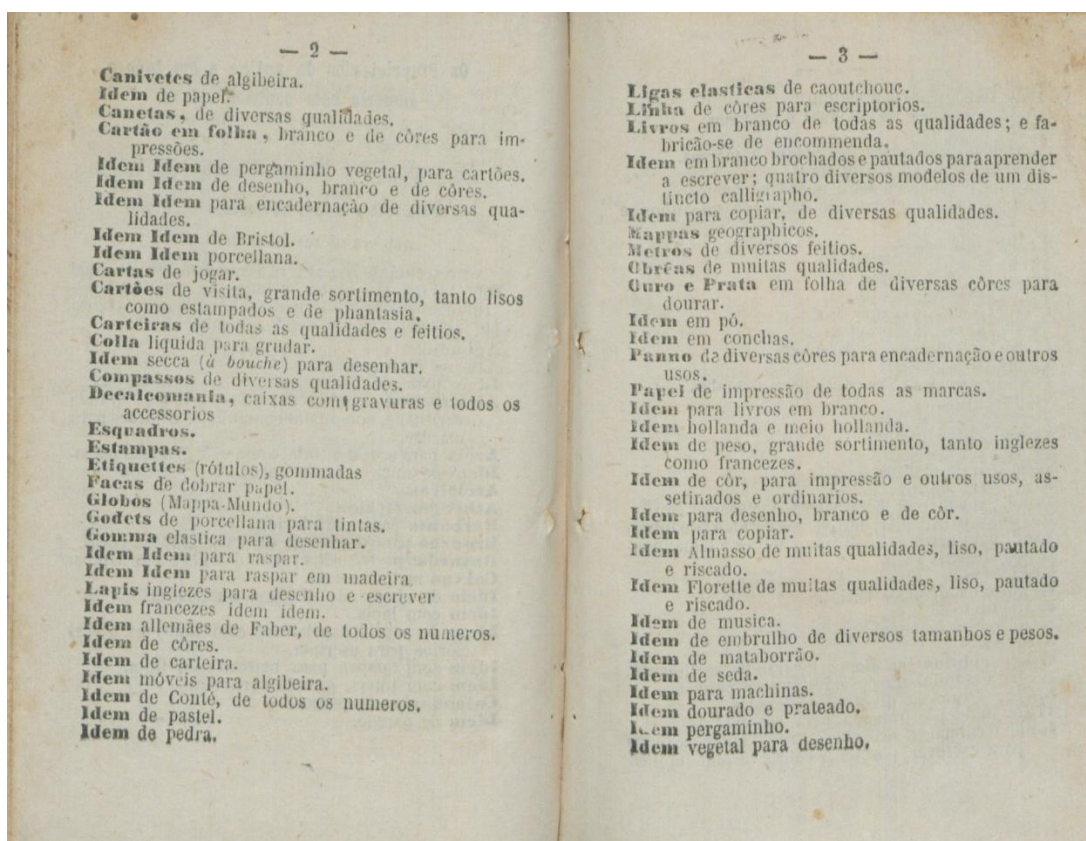
E, ainda, além da leitura, trata-se de suprir determinados grupos de material para uso contábil ou comercial, ou seja, para atividades de escrita, pois haveria sujeitos interessados na compra de "... livros em branco e todos os artigos de escriptorio inglezes, francezes, e alemães, tanto por atacado como a varejo..." (Folhinha de Jogos para o anno de 1869, p.1):

**Figura 67** - Folhinha de Jogos para o anno de 1869 – p.04/01



**Fonte:** Casa de E & H. Laemmert, RJ. Referência APM: OR: Folhinha de jogos: 1869. Séc. XIX. Cx.51.

**Figura 68** - Folhinha de Jogos para o anno de 1869 – p.02/03



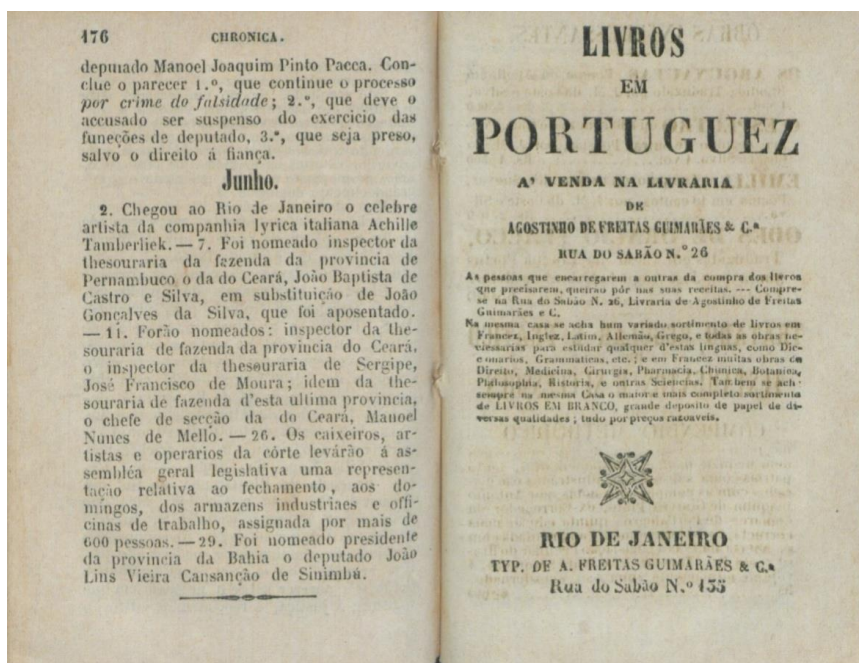
**Fonte:** Casa de E & H. Laemmert, RJ. Referência APM: OR: Folhinha de jogos: 1869. Séc. XIX. Cx.51.

Essas listas revelam, pelo grau de sofisticação e detalhamento de vários produtos, que os tipos de papel, de instrumentos, possivelmente, não seriam adquiridos pelo leitor dito “popular” ou que os leitores ditos “populares” também são aqueles que transitam em determinadas práticas.

Já a Tipografia Agostinho de Freitas Guimarães e, posteriormente, a Tipografia Antonio Gonçalves Guimarães, trazem em suas referências apenas os livros em ordem alfabética, sem segmentação alguma, porém, na capa do catálogo, são mostradas ao leitor algumas possibilidades de temáticas. Isso poderia significar que a Folhinha é sua publicação principal e que sua oferta de publicações de outros gêneros é mais reduzida?

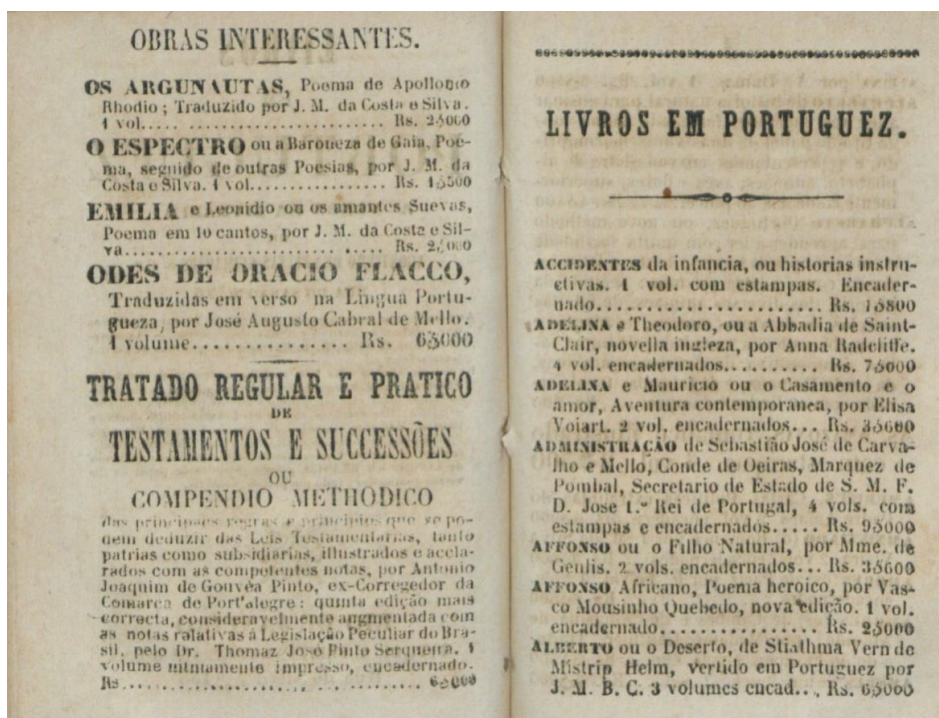


**Figura 69** - Folhinha de saudade para o ano de 1857 – capa do catálogo



**Fonte:** Livraria de Agostinho de Freitas Guimarães & Companhia, Rio de Janeiro.  
**Referência APM:** OR: Folhinha de Saudade 1857. 0010. Séc. XIX. cx. 62.

**Figura 70** - Folhinha de saudade para o ano de 1857 – p.01/02



**Fonte:** Livraria de Agostinho de Freitas Guimarães & Companhia, Rio de Janeiro.  
**Referência APM:** OR: Folhinha de Saudade 1857. 0010. Séc. XIX. Cx. 62.



### **7.3 As Folhinhas e suas funções: que saberes são construídos ou reforçados na proposta editorial?**

Ao analisar o acervo, buscamos um agrupamento maior, classificando as Folhinhas em grandes grupos que representavam o que tinham em comum em termos de suas funções/conteúdos/forma. Assim, apenas pelos títulos, construímos uma classificação do acervo em sub-grupos com temáticas mais gerais. Numa leitura individual de cada Folhinha, nossa classificação inicial se manteve, mas fomos apreendendo se realmente tinham aspectos comuns ou se apresentavam singularidades. Esses aspectos gerais e singulares serão apresentados a seguir.

#### **7.3.1 "Folhinhas Gerais"**

Classificamos com essa denominação todas as Folhinhas do acervo que traziam em seu título uma referência genérica, sem nenhuma segmentação de assunto: *Folhinha para o anno de 1857*; *Folhinha de 1861*, publicadas pela Typographia de Antonio Gonçalves Guimarães & comp; *Folhinha para o anno de 1862*; *Folhinha para o anno de 1863*; *Folhinha de 1865*; *Folhinha de 1874*; *Folhinha de 1877*, publicada pelos irmãos Laemmert; *Folhinha Laemmert para o anno bissexto de 1888* e *Folhinha Laemmert para o anno de 1885*.

Ao analisar essas Folhinhas, que apresentam em seu título um nome mais genérico, sem especificar um tipo de segmentação, vemos que partilham características que denominamos como material geral que está presente na maioria dos exemplares do acervo. Além disso, elas também apresentam o anexo relacionado ao catálogo de livros. Geralmente, essas Folhinhas contêm as principais seções e temáticas a elas ligadas, como calendário, tēmporas, computo eclesiatico, crônica nacional, resumo de Chronologia desde a éra christã, advertências, informações sobre partida e chegada dos correios, indicações sobre a composição dos membros da Augustissima Casa Imperial do Brasil, apresentação do corpo diplomático e consular brasileiro e estrangeiro. São também apresentados os dias de Gala, as indicações dos eclipses, estações do ano, taboas do nascimento do sol e de saída e entrada da lua e, ainda, a relação dos senadores e deputados.

Em alguns casos, há algumas singularidades encontradas na composição desse material geral, com a presença de seções peculiares, por exemplo, a seção “lembrete” na

Folhinha de 1877, que destaca ao leitor sobre alguns vícios da linguagem, reforçando ser esta uma prática errada que somente é perdoável “em boca de Estrangeiros que fallão mal portuguez” (p. 80) e ainda lamenta que “o cordial ‘tu’ entre esposos, pais e filhos, e pessoas jovens tenha cahido quase completamente em desuso, substituído como é pelo termo vulgar ‘vosse’. Assim, indica ao leitor que

tem-se introduzido na linguagem familiar um vicio intolerável por malsoante e errado, contaminando até classes nas quaes se deve suppôr conhecimento perfeito da língua portugueza, e que certamente não escreverião o que irreflectida, negligente e frequentemente pronunção, banindo sem autorização o, a, lhe, lh'o, lh'a, m'o, e dizendo: eu vejo elle ou ella, em lugar de eu o vejo, a vejo; não quero elle ou ella, em lugar de não o quero, a quero[...] tu falavas a elle, a ella, em lugar de lhes falavas[...] (Folhinha de 1877, seção “Lembrete”, p. 80).

Nessa mesma Folhinha, destacamos a seção “Dias em que 1877 não vencem letras e obrigações commerciaes”:

**Figura 71** - Folhinha de 1877

**Dias em que (1877) não vencem letras e obrigações commerciaes**

Janeiro.	Fevereiro.	Março.	Abril.	Maió.	Junho.	Julho.	Agosto.	Setembro.	Outubro.	Novembro.	Dezembro.
1	2	4	1	6	3	1	5	2	7	4	2 <sup>a</sup>
6	4	11	8	10	10	2 <sup>**</sup>	13	7 <sup>a</sup>	14	11	8
7	11	18	15	13	17	8	15	9	21	18	9
14	18	25	22	20	24	15	19	16	28	25	16
20 <sup>*</sup>	25	29	29	27	29	22	26	23			23
21		30		31		29		30			25
25 <sup>**</sup>											30
28											

Quando o vencimento cahir em algum destes dias, a obrigação vence no dia antecedente, util.

(\*) No bispado do Rio de Janeiro.  
 (\*\*) No bispado de S. Paulo  
 (\*\*\*) No Arcebispado da Bahia.  
 (a) Festa nacional.

**Fonte:** E & H Laemmert, RJ, p. 82. Referência APM: OR: Folhinha 1877. Século XIX. Cx. 44.

Ainda sobre as “Folhinhas Gerais”, destacamos outra singularidade presente na *Folhinha de 1862*, que nos permite refletir sobre a intencionalidade dessas publicações de guiar seus leitores dentro dos preceitos morais, religiosos e cívicos vigentes na época, no que tange a uma formação cidadã e, mais especialmente nesse caso, através dos dizeres do redator ao leitor, esse é um serviço prestado que deve ser apreciado.

Assim, a seção intitulada “Deveres do cidadão”, ocupando dez páginas do material, é iniciada com os seguintes dizeres: “transcrevendo estas bellas paginas de um livro hoje em dia raríssimo, pretendemos não só render homenagem á memoria de um ilustre escriptor brasileiro (o visconde de Cayrú), como prestar um serviço aos nossos leitores que saberão apreciar a escolha que assim fizemos” (p. 253). Tais deveres são apresentados divididos em partes: dos deveres a família; dos deveres dos pais; dos deveres dos filhos; dos deveres cônjuges; dos deveres dos irmãos e parentes. Assim, a seção dos deveres a família, indica que

a moral de qualquer nação especialmente se caracteriza pela extensa execução dos deveres á familia que se dizem virtudes domesticas, as quaes se praticão pelas pessoas que nos são mais affins, por ligadas pelo vínculos de sangue, e casamento. A nação é uma grande familia, ou collecção de familias, que convivem no mesmo Estado: onde há bons pais, bons filhos, bons irmãos, bons conjuges, bons amos, a nação é necessariamente composta de bons cidadãos. Estes são os profundos alicerces da felicidade domestica, que é a base da felicidade do Estado. (Folhinha de 1862, seção - Deveres do cidadão, p. 253).

### 7.3.2 “*Folhinhas de Algibeira, propriamente ditas*”

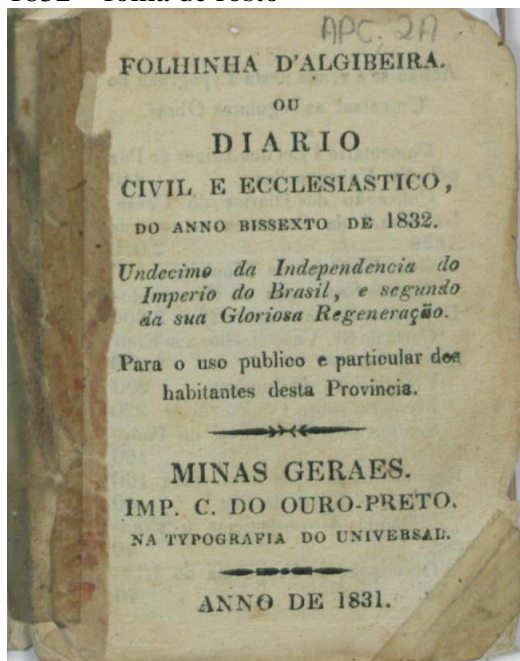
Compõem este grupo as Folhinha *de d’Algibeira ou Diario civil e ecclesiastico, do ano bissexto de 1832* e *Folhinha D’Algibeira, De R. Ogier E C. Para o anno de 1839*.

Essas duas Folhinhas são as únicas do acervo que trazem a palavra algibeira, sendo também as únicas que se apresentam em exemplares com menores quantidades de páginas (uma com 100 e outra com 165). Ao mesmo tempo em que apresentam uma singularidade de ter poucas páginas em relação às outras e em sua estrutura de organização, reforçamos que há seções idênticas que também aparecem nas outras Folhinhas e que sua fórmula editorial é semelhante às demais, ou seja, há nelas um caráter fortemente marcado de socialização do tempo. Essas Folhinhas não trazem a estratégia editorial de segmentação dos leitores a partir de anexos<sup>96</sup> como é o caso da maioria das demais Folhinhas do acervo, todavia, elas segmentam seus leitores por uma outra estratégia demarcada explicitamente em suas folhas de rosto, que é a de antecipar o conteúdo que estará presente na Folhinha através do seu título.

---

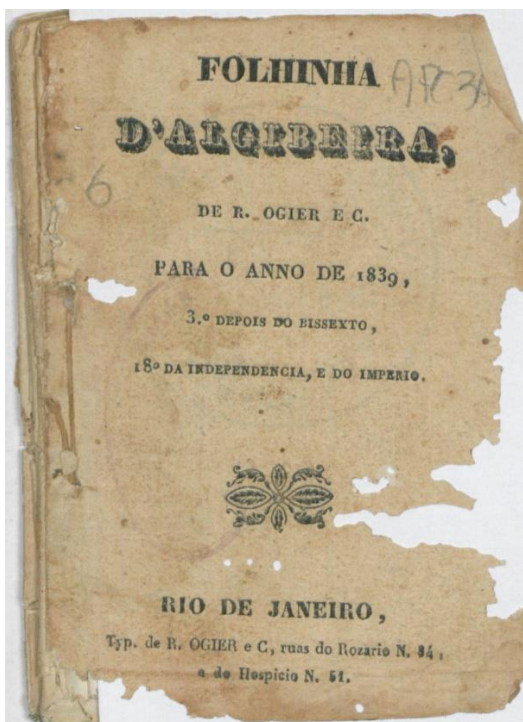
<sup>96</sup> Os dois exemplares que temos em acervo não trazem anexo relacionado ao título da Folhinha e nem anexo relacionado ao catálogo de livros, mas em estudos de Neves (2010), a autora destaca que localizou em alguns exemplares das Folhinhas de R. Ogier, que trazem ao final da publicação, uma lista de livros que estariam a venda na tipografia onde a mesma Folhinha fora impressa.

**Figura 72** - Folhinha de d'Algebeira ou Diario civil e ecclesiastico, do ano bissexto de 1832 – folha de rosto



**Fonte:** Imp. C. do Ouro Preto na Typografia do Universal. Minas Gerais. Referência APM: OR: Folhinha de d'algebeira 1831. 0010. Séc. XIX. Cx.60.

**Figura 73** - Folhinha D'Algebeira, De R. Ogier E C. Para o anno de 1839 – folha de rosto



**Fonte:** Typografia de R. Ogier e C. Rio de Janeiro. Referência APM: OR: Folhinha d'algebeira: 1839. 0010. Séc. XIX. Cx. 54).

Nesse sentido, a especificidade dessas Folhinhas está justamente nessa organização de representar, em seus próprios títulos, alguma parte do contexto político e cultural da época (NEVES, 2010), por exemplo, *A Folhinha d'Algibeira ou Diario civil e ecclesiastico, do ano bissexto de 1832*, publicada pela imprensa mineira, Imp. C. do Ouro Preto na Typografia do Universal, destaca ao leitor “Undécimo da Independencia do Imperio do Brasil, e segundo da sua Gloriosa Regeneração” e de modo similar, a *Folhinha D'Algibeira, De R. Ogier E C. Para o anno de 1839* publicada pela Typografia de R. Ogier e C menciona “3º depois do Bissexto, 18º da Independencia, e do Imperio”.

De modo significativo, sobre essa relação do título e do conteúdo do impresso, enfatizamos o termo “Regeneração” que aparece no título da *Folhinha d'Algibeira ou Diario civil e ecclesiastico, do ano bissexto de 1832* cujos textos, em seu interior, destacam o contexto político. Na seção “Epocas Nacionaes”, por exemplo, dentre outras datas apresentadas, indica-se “Da Regeneração do Brasil no sempre memorável dia 7 de Abril” (p. 15). No texto apresentado nas páginas adiante, sobre as notícias do Império, há uma explicação sobre essa data, dizendo que:

Em 7 de Abril de 1831, abdicou Sr. D. Pedro 1 a Corôa em sue filho, Sr. D. Pedro 2, que foi reconhecido Imperador menor. Este Dia é celebrado, como o da Renegeração do Brasil, por que cessou a reinar o tyrano e nasceo uma nova ordem de cousas, até então desconhecida no Brasil. (p. 95-96).

O título da Folhinha dá destaque a um momento histórico, que é explicitado no interior do material para os leitores. Desse modo, tal data remetia a um momento único e a própria definição do conceito de regeneração associa-se ao de revolução, quando se afirma que “[...] rompia-se definitivamente com Potrugal, pois agora assumia um rei nascido e criado no Brasil.” (NEVES, 2010, p. 242).

Outra singularidade desses exemplares, que está diretamente relacionada com a organização de retratar em seu título, em partes, o contexto político e cultural da época, é a apresentação em seção, da reprodução de algum assunto específico que estava sendo discutido nas instâncias de poder (NEVES, 2010). Constatamos que essas informações, geralmente são reproduzidas dentro da Chronica Nacional, presente em quase todas as Folhinhas, mas sem esse tipo de detalhamento. Por exemplo, na *Folhinha de d'Algibeira ou Diario civil e ecclesiastico, do ano bissexto de 1832*, mencionamos a seção “Lei da Regencia”, que transcreve toda lei com seus artigos e ambas as Folhinhas, trazem uma seção “Breve Noticia do Imperio do Brasil” e “Noticia geográfica do

Imperio do Brasil” com informações sobre a descoberta do Brasil e fatos marcantes da história do País no que tange à política. Indicam também assuntos geográficos do Brasil, apresentando a divisão do império em províncias e descrevendo as capitais, número de habitantes, renda anual de cada uma delas. Desse modo, tais seções reforçam uma das intencionalidades do impresso, a instrução popular (NEVES, 2010), nesse caso sobre questões nacionais.

Esses dois exemplares, diferente do que predomina na maioria do acervo, não trazem carta ao leitor, mas apresentam a publicação com um texto explicativo sobre o calendário, que ocupa de quatro a seis páginas, destacando informações específicas e detalhadas sobre o sol, a lua, sobre os dias, meses semanas e, inclusive, destacando que “o sol determina os diversos períodos empregados na sociedade para a distribuição do tempo. A escolha destes periodos, a ordem desta distribuição compõem o que se chama Calendario.” (Folhinha de d’Algibeira ou Diario civil e ecclesiastico, do ano bissexto de 1832, p. 3).

Destacamos, por fim, mais uma singularidade, que é a presença de uma seção voltada para o divertimento, cujo trecho apresentamos abaixo, que se fez presente na denominação “Anedoctas”:

Um certo homem que não sabia uma palavra em grego, veio ter com Mr. Saumaise, o pai que era conselheiro no parlamento de Dijon e mostrou-lhe certas palavras que ele tinha ouvido de noite sonhando, e que tinha escrito em francez, quando acordou. Elle perguntou a Mr. Saumaise, se sabia o que ellas querião dizer -Vai-te; não ves tu a morte que te ameaça? O homem deixa logo a sua casa; e ellla cahe no dia seguinte. (p. 143).

Um enfermo sendo perguntado porque não chamava algum medico, respondeo que era por não ter ainda vontade de morrer. (p.150).

Aconselhava-se a um velho que se casasse: elle repondeo, que não gostava de mulheres velhas. Disserão-lhe que tomasse uma moça: Oh! Replicou elle, eu sou velho, e não posso suportar as velhas, como uma moça me há de suportar? (p. 150).

### ***7.3.3 “Folhinhas de oração”, a Folhinha de Devoção para o anno bissexto de 1868***

Esta Folhinha, com anexo de 47 páginas, traz informações exclusivamente religiosas, supondo um leitor interessado em assuntos relacionados à religiosidade católica, quando apresenta seções que permitem o conhecimento sobre fatos importantes, demarcados por datas específicas da igreja católica e suas explicações. Destaca-se o nascimento de Jesus na Santa Noite de Natal: “Com o coração



compungido, com alegria, e devoção eu me recordo como TU, meu Divino Salvador, há mais de dezoito seculos, foste como um terno menino deposto na manjedoura! Tu, oh Filho de Deos, do Altissimo, te fizeste homem para nos fazer felizes... (p. 3)”. O dia em que o menino Jesus foi apresentado no templo, na festa da Candelaria de N. Senhora (2 de fevereiro): “Este dia nos traz à lembrança como Tu, meu Divino Salvador, foste por tua Mãi Santissima offerecido como um Menino a Teu Pai celeste... (p.5)”. E ainda a: “Festa dos santos três Reis ou a Epiphania do Senhor.” (p. 7).

Para além das demarcações dessas datas, que são sempre apresentadas pelo título, uma imagem e um texto explicativo, esse anexo traz também um repertório de cânticos religiosos, hinos, orações e a “Novena do Menino Deos” com uma descrição detalhada de todo o ritual dia a dia. Esse anexo é finalizado com um índice, conforme reprodução a seguir:

**Figura 74** - Folhinha de Devoção para o anno bissexto de 1868- índice anexo, s/n

INDICE	
A Santa Noite do Natal . . . . .	Pag. 3
Apresentação do Menino Jesus no Templo. . .	5
Festa dos Santos tres Reis ou a Epiphania do Senhor. . . . .	7
Jesus no Templo . . . . .	10
Cantico ao Menino Deos recém-nascido . .	13
Officio do Menino Deos . . . . .	15
Novena do Menino Deos . . . . .	27
Primeiro dia . . . . .	27
Segundo dia. . . . .	30
Terceiro dia. . . . .	32
Quarto dia . . . . .	34
Quinto dia. . . . .	36
Sexto dia . . . . .	37
Setimo dia . . . . .	38
Oitavo dia. . . . .	39
Nono dia . . . . .	41
Cantico ao Glorioso S. José, buscando o Menino Deos . . . . .	43
Cantico á Purissima Virgem Maria Nossa Senhora . . . . .	45

Origem: \_\_\_\_\_

Preço: \_\_\_\_\_

Rio de Janeiro. Typ. Universal de LAEMMERT,  
Rua dos Invalidos, 61 B.

**Fonte:** Referência APM: OR: Folhinha da devoção: 1868. Séc. XIX. Cx. 29.

### 7.3.4 “Folhinhas de muitas coisas”

Nesse agrupamento relacionamos duas Folhinhas: *Folhinha de Quinquilharia Litteraria de 1858* e *Folhinha de miscellanea de 1868*.

As Folhinhas que classificamos nesta tipologia, apesar de indicarem através do seu título certa expectativa da apresentação de um conteúdo com temáticas específicas, não trazem, infelizmente, o anexo, talvez descolado ou arrancado por algum leitor. De toda maneira, essas Folhinhas trazem as seções que fazem parte do material geral e que geralmente são repetidas em todas as demais Folhinhas. Todavia, de modo singular e talvez por uma relação com um dos significados da palavra “quinquilharia”, de se remeter a algo sem importância significativa, a *Folhinha de Quinquilharia Litteraria de 1858*, traz duas seções denominadas “Termo da vida humana” e “Influencia da lua sobre o corpo humano”.

Tal singularidade demonstra uma aleatoriedade na seleção do assunto dessas seções em relação ao título da obra. Por outro lado, são assuntos condizentes com a mentalidade da época, seja pelo ideal de valorização de Deus, quando se destaca que

Cada homem morre exatamente no tempo que Deos determinou no seu conselho eterno”. Da mesma sorte que o nosso nascimento é determinado, tambem o tempo da nossa morte igualmente o é....[...] Tudo que acontece póde acontecer mais cedo ou mais tarde, ou mesmo deixar absolutamente de acontecer [...]. (p. 232).

Confortados por esse pensamento continuemos sem nos inquietarmos, a nossa peregrinação terrestre, sujeitemo-nos a todas as dispensações da Providencia e não receiemos nunca os perigos a que o cumprimento do nosso dever nos póde expor. (p. 235).

seja ainda pela crença nas influências da lua sobre o corpo humano, porém aqui num tom crítico e de maior ponderação, é apresentado ao leitor um meio termo sobre essa influência, indicando assim que

Atribuição-se n’outro tempo á lua certas influencias que erão extremamente proprias para entreter a superstição e terrores mal fundados. O jardineiro não plantava, sem ter observado a lua; o lavrador esperava para semear o considerar-se bem seguro da influencia desse astro.... É ao menos certo que o imperio da superstição, relativamente áinfluencia da lua, já não é tão universal. [...] (p. 236).

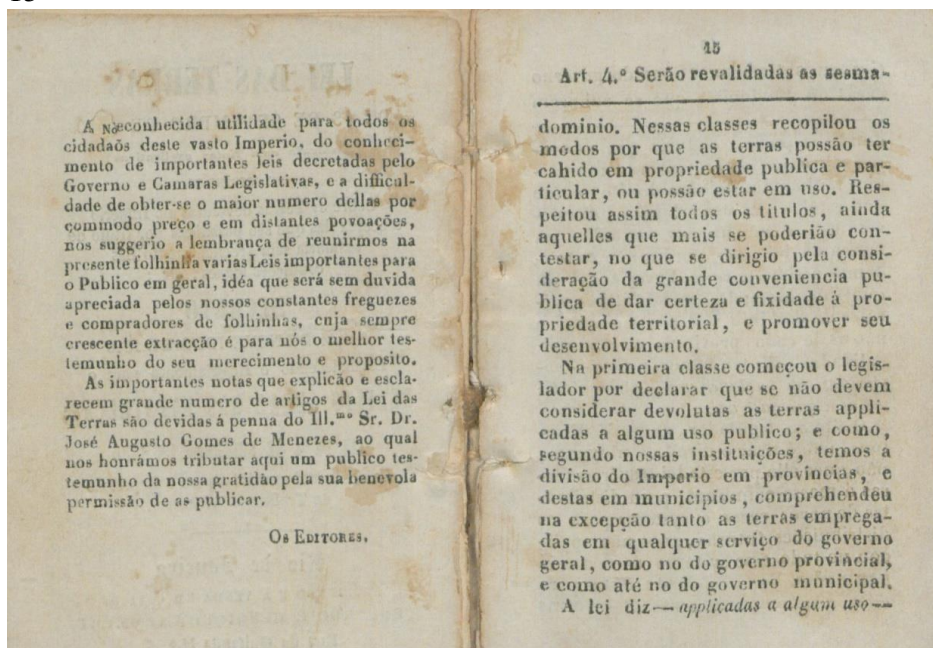
A respeito dos effeitos da lua sobre o nosso corpo, o mais seguro é seguir o meio termo. Porque, da mesma sorte que seria desarrazeeado attribuir a esse planeta demasiada acção sobre o nosso corpo, tambem não deixaria de ser temerário negar-lhe toda a influencia. (p. 236 e 237).

Destacamos que esse trecho ressalta que a superstição e a ciências estão tensionadas, pois há nesse período, século XIX, uma tentativa de que a razão e a ciência





**Figura 76** - Folhinha da Lei das Terras para o anno de 1854 - contracapa do anexo e p. 15



Fonte: Casa de Eduardo e Henrique Laemmert, RJ. Referência APM: OR: Folhinha da Lei de Terras: 1854. Séc. XIX. cx. 56.

A *Folhinha judiciária para o anno bissexto de 1848* se apresenta ao leitor da seguinte forma: “contendo além da relação da Viagem de S.M.I na Provincia do Rio de Janeiro, e de outras noticias variadas e interessantes, o Codigo Criminal do Império do Brasil”. Ao analisar o impresso, verificamos que, além do material geral similar em todas as Folhinhas, há uma seção exclusiva, com trinta páginas, falando sobre a viagem do Imperador ao norte da província do Rio de Janeiro e indicando para o leitor que tal assunto foi “extrahido de jornaes e cartas particulares”. Essa seção traz um texto detalhado de todas ações e movimentações do Imperador, inclusive as horas exatas de cada uma delas:

Pela segunda vez teve a capital do Imperio de sentir a ausencia de S.M. o Imperador. No dia 20 de Março de 1847, às 8 e meia horas da manhã, chegou S. M. I., acompanhado do Exm.o ministro da fazenda o Sr. Holanda Cavalcanti... (p. 109).

[...] a 1 hora da tarde recebeu S. M. as differentes deputações e pessoas que quizessem ter a honra de sauda-lo e todos sahirão encantados ao ar da affabilidade do Augusto Soberano... (p. 111).

Todavia, o anexo que provavelmente estaria relacionado diretamente com o título da obra e que sua temática descrita na folha de rosto da Folhinha, também não foi localizado.

### 7.3.6 “As Folhinhas de amor/romântica”

Nesta classificação agrupamos a *Folhinha dos namorados para o anno de 1860*, *Folhinha Romantica para o anno de 1871* e a *Folhinha Romantica para o anno de 1842* – Duas Folhinhas, exemplares dessa classificação, publicadas pelos irmãos Laemmert, trazem anexos com temática diretamente relacionada ao seu título e aos dizeres de suas folhas de rosto.

Infelizmente, o anexo da *Folhinha dos namorados para o anno de 1860* não foi localizado e, segundo dizeres da folha de rosto, ela é composta pela “Chonica Nacional, Noticias curiosas e interessantes e o Novo dictionario das flores das cores e das pedras preciosas”, assim, diante do conhecimento da forma editorial desse impresso, o anexo traria um material com a apresentação do dicionário indicado para o leitor na folha de rosto. De toda forma, destacamos que seria interessante a análise de tal anexo, para apreensão de modelos de comportamento social da época, especialmente, na relação entre significados e sentimentos, por exemplo, com códigos e seus sentidos. Pressupomos que cada flor nesse dicionário pudesse remeter a um sentimento que provavelmente tinha a ver com a dimensão romântica. Estudo de El Far (2004) aborda, dentro dos títulos oferecidos ao público mais amplo no século XIX, no Rio de Janeiro, desde os tempos iniciais do império, os diversos manuais de instrução que se proliferam nas duas últimas décadas do século XIX, como os epistolares. Um deles era denominado Manual do Namorado, que ensinava as boas maneiras de agradar as moças e fazer declarações de amor, além de modelos de cartas de amor. Essas publicações eram seguidas de um conhecido Dicionário das flores

Que expressava o significado das flores, folhas e frutos, juntamente com suas cores e aromas, relacionando-o aos dilemas amorosos. Desse modo, os amantes, impossibilitados de um encontro poderiam corresponder-se por meio dessa linguagem alternativa. Se uma moça recebesse uma “abóbora menina” isso queria dizer que o seu admirador estava, através desse fruto, afirmando: “jurei ser teu”. Se a rapariga enviasse como resposta ao pretendendo “figos brancos” ele poderia ter esperanças, pois, sob os signos da natureza ela lhe declarava: “beijos de amor”. Mas se ela escolhesse como réplica um simples cravo amarelo, o recado estava dado: “desprezo”. (EL FAR, 2004, p.89-90).

A *Folhinha Romantica para o anno de 1842* anuncia para o leitor em sua folha de rosto que apresenta “além de noticias curiosas e interessantes, um ramalhete de novellas e romances engraçadíssimos.” Apesar de constatarmos muitas páginas faltosas do caderno anexo, como sua capa e as oitenta e quatro primeiras folhas, é possível a

leitura de parte de uma novela intitulada “Dous irmãos” que narra detalhadamente a história de Longfield, um lavrador, “excellente homem, e escrupuloso observante do seu dever, era às vezes austero no exigir o mesmo dos outros” (p. 84), que depois da perda da sua esposa ficou “mais melancólico do que o natural” (p. 84). Não cabe nesta tese construir as resenhas dos romances, como fez El Far (2004), mas tentamos descrever o enredo desse romance, em especial, para que o leitor possa vivenciar um pouco o espírito da produção da época.

O romance apresenta, igualmente, seu filho Roberto, “d’um character impetuoso e ousado, era comtudo franco, generoso, e sensível: porém guiado sempre pela paixão, surdo à voz da razão, suas mesmas virtudes lhe eram tão prejudiciais como a outros vivos” (p. 84). Menciona que somente a ternura de uma mãe poderia “reprimir e afeiçoar” (p. 85) e “o pae não era hábil para dirigir a sua educação; demasiado severo, rígido em exigir uma perfeição prematura, desanimava seu filho e estimulava o orgulho [...] Ela tudo consegue do coração de seu filho com aquella amavel autoridade com que o reprime em seus desvarios, ou com carinho com que o confirma na boa opinião que de si faz” (p. 85). Destaca que ninguém na aldeia gostava de Roberto, apenas um, o Eduardo, o seu irmão “que ao austero character do seu pae juntava a gentileza e bondade de sua mãe” (p. 85) e assim eles eram “unidos na sincera amizade, quanto nos vínculos do sangue.” (p. 86).

Ao longo da narrativa, é apresentada ao leitor a Susana Grantley, “filha de um letrado da aldeia” (p. 86), e que era amável “por suas virtudes, agradável por sua formosura, e terna por natureza” (p. 86). Nesse momento, destaca-se um conflito de relações, pois menciona a paixão dos dois irmãos pela mesma moça, Susana, e, ainda, fica claro que ela também nutria um amor pelos dois e a indecisão na preferência de um deles se mantinha constante.

Roberto, então, em nome do amor, tentou casar com Susana e usou um dinheiro deixado pelo seu irmão para manter um funcionário na fábrica da família, pois o irmão, Eduardo, estaria ausente por algum tempo. Mas Roberto usou o dinheiro para tentar achar, no jogo, a fortuna. Passou-se o tempo e quando o irmão retorna para aldeia, diz as seguintes palavras: “quanto sou desgraçado, nasci unicamente para ser infeliz, e deshorrar meus parentes! (p. 89). Nesse momento, ele tira uma arma e tenta se matar e o irmão rapidamente tenta impedi-lo e o tiro acaba o acertando. Assim, “imediatamente cahe sem sentidos” (p. 89). Roberto procura Susana e conta tudo, “[...] a pobre menina toda era dôr e angustia, ella não sabia que dizer.” (p. 89).

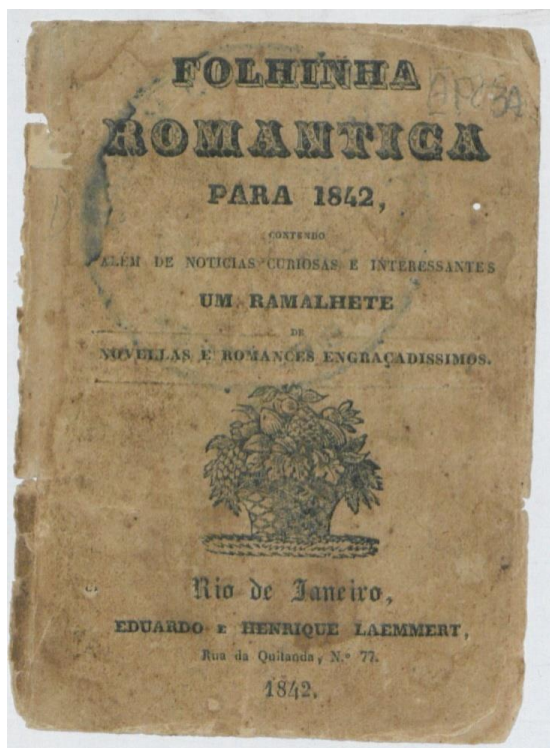
Apesar de a novela ter folhas faltosas, sugere-se que, nesse momento da história, Roberto deixa a aldeia acreditando na morte do irmão e pedindo à Susana que promettesse nunca casar sem seu consentimento e ela “não hesita, tira uma cruz de ouro que tinha ao peito, sobre ella jura a promessa requerida, e depois a entrega a Roberto” (p. 90). E “no dia seguinte todos os aldeões eram ocupados em analisar dous mysteriosos acontecimentos... a ferida de Eduardo, que recusava nomear o agressor, e uma estranha aventura acontecida na tarde antecedente a um rico lavrador” (p. 91). Aos poucos todos deram conta do sumiço de Roberto e associaram a isso a ferida de Eduardo. Passou-se mais algum tempo e Eduardo recebeu uma mala com cem libras sterlingas e com as únicas palavras “para Eduardo Longfield, escriptas por uma mão cujos caracteres lhe eram desconhecidos” (p. 93).

Seis anos se passaram do sumiço de Roberto e nesse meio tempo seu pai morreu e deixou todos os seus bens para Eduardo, dizendo ser ele seu único herdeiro. Ainda nesse meio tempo, Susana tinha seu coração em conflito, pois gostava de Eduardo e, inclusive, várias vezes “desejava que Roberto participasse d’algumas das amáveis qualidades que em Eduardo sobressahiam” (p. 95), mas não tinha o esquecido e muito menos a sua promessa. Ao fim desses seis anos, chegam notícias da morte de Roberto e, sem acreditar, Eduardo e Susana procuravam todos os meios para investigar, mas passaram-se dois anos e nada de notícias. Dessa forma, “elles começaram então a julgar verdadeira a funesta catastrophe” (p. 96).

Eduardo, então, pede a mão de Susana ao seu pai que muito satisfeito ficou, porém, a moça “pede a seu pai alguns dias para consultar seu coração” (p. 98). Aos poucos ela vai refletindo e achando verdadeiramente que “devia amar Eduardo mesmo por amor de Roberto, e com effeito já quasi que o amava” (p. 99) e aceita o pedido de casamento. Nesse ponto a história apresenta um novo e trágico final. Depois de mais de 10 anos chega um desconhecido na aldeia, e fica sabendo de tudo, pela boca de Susana. O mais triste é que esse desconhecido era Roberto, “pobre Roberto!... deserdado do pae, abandonado da amante, esquecido do irmão” (p. 100). Para completar esse desfecho, no testamento do pai havia uma observação de que se por um acaso algum dia Roberto se arrependesse dos feitos haveria herança pra ele também, mas o moço insistiu em fingir ser desconhecido para ler o testamento e assim o fez aos comentários do irmão, da Susana e do pai dela. Além disso, apesar de Susana ter aceitado o pedido de casamento, Eduardo, muito fiel ao irmão, desfaz o casamento “mesmo em lagrimas, tristeza diz a ela: comtudo d’hoje em diante vos olharei como a esposa de meu irmão: oxalá que elle

agora voltasse” (p. 107). Roberto que estava presente nesse instante, fica admirado e grato pela conduta do irmão que foi imediatamente falar com o pai da moça. Em meio às lágrimas de Susana, Roberto se aproxima e a moça menciona ter uma sensação de que o conhece de algum lugar, mas ele desconversa e finge estar ali mandando um recado de Roberto e entrega-lhe a cruz. Finalmente, Roberto, ainda, compra uma casa na aldeia, deixa dinheiro para o irmão com uma carta assinada como Roberto e, assim, todos descobrem que, na verdade, o desconhecido era o Roberto. “Todos pasmaram da extrema generosidade d’est homem admirável. Eduardo foi apressadamente chamado... elle correu ao porto antes da aurora aparecer, mas o navio que trouxera Roberto ja se tinha feito de vella...” (p. 112).

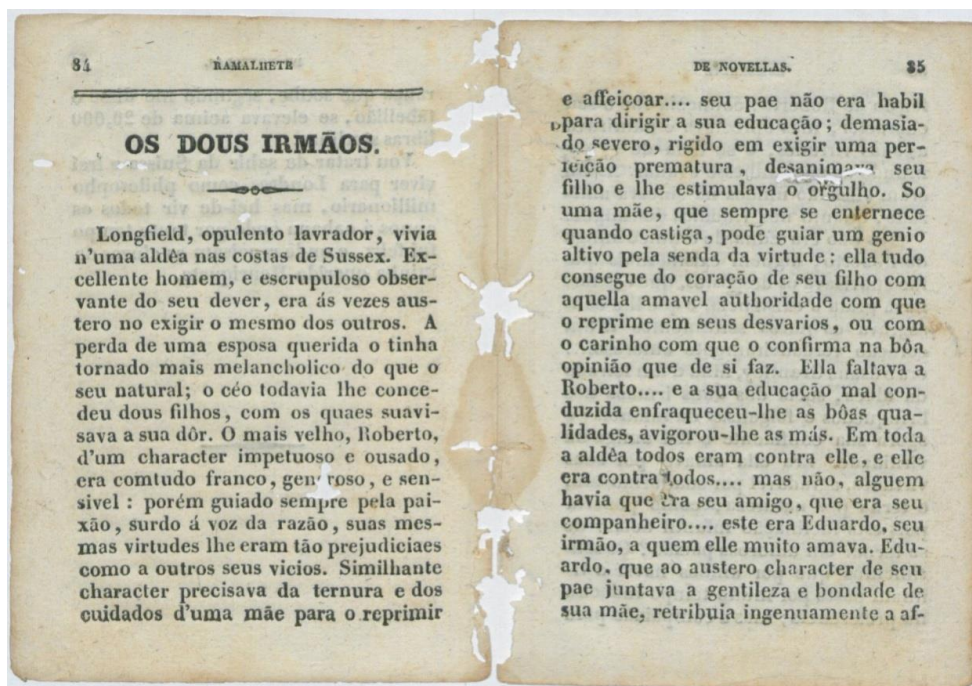
**Figura 77** - Folhinha Romantica para o anno de 1842 - folha de rosto



**Fonte:** Eduardo & Henrique Laemmert, RJ. Referência APM: OR: Folhinha Romantica: 1842. Séc. XIX. cx.64.



**Figura 78** - Folhinha Romantica para o anno de 1842 – p.84/85 do caderno anexo



**Fonte:** Eduardo & Henrique Laemmert, RJ. Referência APM: OR: Folhinha Romantica: 1842. Séc. XIX. Cx.64.

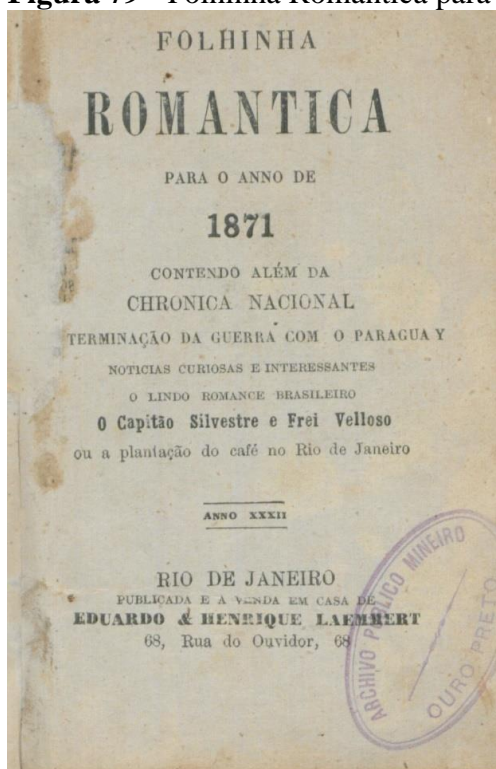
Na Folhinha Romantica para o anno de 1871, percebemos a mesma estrutura. Nos dizeres da folha de rosto, o editor promete ao leitor uma publicação “contendo além da chronica Nacional. Terminação da Guerra com o Paraguay. Noticias curiosas e interessantes. O lindo romance brasileiro O capitão Silvestre e Frei Velloso ou a plantação do café no Rio de Janeiro”. E, de fato, verificamos a presença do anexo, com 48 páginas, relacionado ao título da obra, com a apresentação do romance brasileiro e destaque para a temática da plantação de café, as diferenças de lucros entre o café e a cana, impressões do seu autor sobre a primeira vez que as pessoas experimentaram o café ressaltando-se que “esta estranha bebida em substituição do chá da China, e do chocolate do Mexico, não puderão as delicadas Eurizes [apelido dado às francesas] deixar de estranha-la.” (p. 15). E, por fim, narra sobre a relação entre o capitão Silvestre e o padre, o Frei Velloso.

Ao final desse romance, parece ser necessário explicar e instruir: há algumas páginas destinadas ao “Elenco geográfico e histórico desse romance”, com menção e descrição de regiões dos países e expressões que apareceram ao longo do romance, como por exemplo: Aymorés: Tribus indígenas do Brasil, que habitão as montanhas do seu nome entre o rio Pardo e o rio Doce.” (p. 39); “Alah: Significa Deos em língua arábica e Amazonas. Rio do norte do Brasil, e o maior de todo o mundo.” (p. 40);

“Caheu. Café em língua turca.” (p. 41). O romance é apresentado aos leitores, com um prólogo do autor que destaca seu caráter de entretenimento, utilidade e de estilo agradável, assim como algumas de suas referências, suas leituras e motivos para escrevê-lo:

Prologo. Para entreter uns dias de plena ociosidade, escrevi este romance, fundado em factos verdadeiros da historia da descoberta e uso do café, que tão interessante se tornou para nossa patria. Pareceu-me o assumpto util e agradável, ainda que desviado da estrada ordinaria dos romancistas e comicos, para quem são as intrigas de amor o eterno ponto de suas lucubrações: respeitando contudo este gosto e opinião comum, desenvolvida sempre nesta especie de composições, fingi em Desclieux este incentivo, nobre porém e generoso, que lhe valeu os trabalhos e sacrificos com que transportou da França à Martinica a prata do cafezeiro. Não dará, pois, o leitor por mal empregado um quarto de hora que despende com a leitura deste romance. (p. 3).

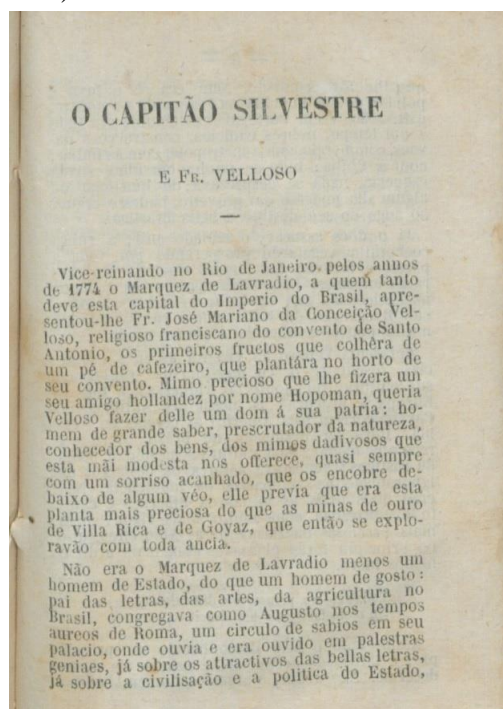
**Figura 79** - Folhinha Romantica para o anno de 1871 - folha de rosto



**Fonte:** Eduardo & Henrique Laemmert, RJ. Referência APM: OR: Folhinha Romantica: 1871. Séc. XIX. Cx. 32.



**Figura 80** - Folhinha Romantica para o anno de 1871 - p. 3 do anexo (numeração nossa)



**Fonte:** Eduardo & Henrique Laemmert, RJ. Referência APM: OR: Folhinha Romantica: 1871. Séc. XIX. Cx. 32.

### 7.3.7 "Folhinhas militares"

Nesta categoria agrupamos *Folhinha da Guerra para o anno bissexto de 1872*; *Folhinha da guerra: 1868*, *Folhinha Militar para o anno bissexto de 1868*; *Folhinha Militar de 1867*. Todas essas Folhinhas trazem em seu título uma referência explícita de assuntos militares. Destacamos que, infelizmente, as *Folhinha Militar de 1867 e Folhinha da guerra: 1868* não trazem os anexos. Na primeira, foi conservada apenas a capa do anexo, referente ao romance hist.-juridico: A baixa de Mathias, indicado na folha de rosto. A segunda apenas indica na folha de rosto que há a “comedia-drama em 3 actos 29 ou Honra e Gloria”, também não encontrada.

De toda forma, as demais Folhinhas desse agrupamento possibilitam exemplificações significativas em relação ao seu título e suas temáticas impressas no anexo. Por exemplo, *Folhinha da Guerra para o anno bissexto de 1872*, publicada pela tipografia de A. Gonçalves Guimarães & C.; descreve seu conteúdo em sua folha de rosto da seguinte forma: “contendo a chronica dos principais factos da Guerra Franco-Prussiana (2ª série) seguida de noticias interessantes e a chronica do anno”. Seu anexo

remete justamente à apresentação de alguns textos, distribuídos em 96 páginas, discorrendo sobre os principais fatos da Guerra Franco-Prussiana. Esse anexo é apresentado ao leitor como “Chronica dos principaes factos da guerra Franco-Prussiana (1870 e 1871) – 2ª série” e, logo em seguida, vem uma coletânea de 25 textos de assuntos relacionados à temática da guerra, informando ao leitor alguns fatos que o redator selecionou como mais relevantes e que apresenta de modo detalhado. Destacaremos como exemplo “As Mulheres de Rambervillies”:

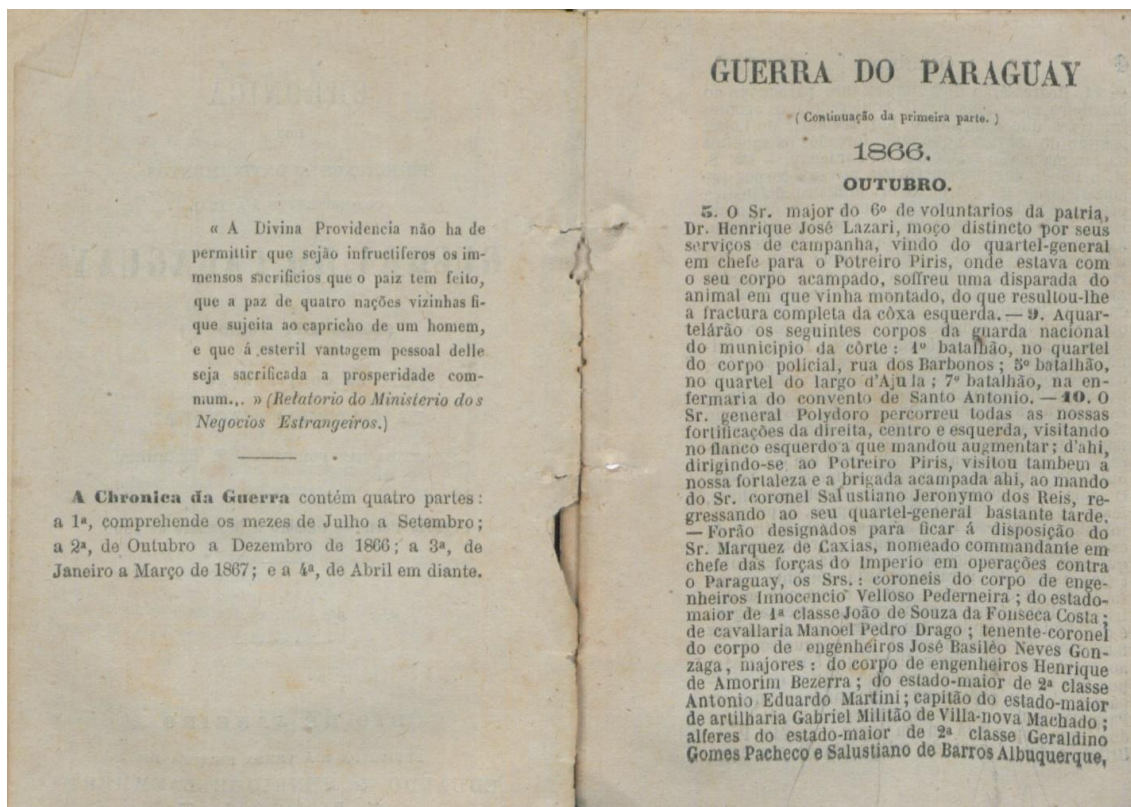
Cumprer apontar ao bello sexo do mundo inteiro, como por exemplo digno de imitar-se, o denodo das mulheres de Rambervilliers. Na ausencia da guarda nacional, essas heroínas derão caça, e fizerão impor a essa povoação pezadas requisições, espalhando ad terrorer, como de costume, a noticia de que apoz elles se approximava um exercito de 20,000 homens. Não sabemos qual foi a Joanna Hachette (a padeira de Aljubarrota dos Francezes) que deu rebate e chamou as companheiras em defesa dos lares ameaçados e invadidos. A historia sem duvida o dirá algum dia. O certo é que em menos de meia hora mais de um milheiro de mulheres estavam erguidas e furibundas, e armadas de cacete, de enchadas, de chuços, de rocas, e não sabemos se tambem da histotica pá de forno, cahirão sobre os invasores, que á vista de tal resolução, possuirão-se de panico, e... aguçarão. Honra e gloria ás mulheres de Ramberviliers.” (Folhinha da Guerra para o anno bissexto de 1872, p. 26 e 27 do anexo).

E, ainda, “As Perdas da França”, relatando que os jornais prussianos,

publicarão o quadro dos trophéo do exercito dos confederados na campanha de França. Os invasores tomarão 63 aguias e 20 bandeiras. Em Woerth 2 aguias, em Sédan 1 aguia e 2 bandeiras, em Toul 1 aguia, em Metz 53 aguias e bandeiras, em Dreux 1 bandeira em Epuissy 1 bandeira, em frente do Mans 2, em Aocroy 1 em Amiens, 2, em Longpré 3, em Molineaux 3, em Danjoutin 1, em Villersexel 2 aguias, em Langres 2 e perto de Belfort 2. Dos canhões tomados o seu numero eleva-se a 5:817 de todos os claibres, sendo em Sédan 480, em toul 197, em Strasburgo 1:070, em Metz 541, em Thionville 200, Longwy 200 e em Pariz 1:950. Os alemães tomaram tambem 171 metralhadoras. A cifra dos prisioneiros elevou-se a 445:769. Nas celebres batalhas de Vionville e de Gravelotte fizerão respectivamente 2:063 e 3:000 prisioneiros, não tomarão nenhum canhão. Em Strasburgo fizerão 17:000 prisioneiros, em Metz 173:000, no Mans 22:000, em Pontarlier 15:000, na capitulação de Sedan 84:433, na batalha perto de Sedan 25:500, em Orleans e San Quintino respectivamente 10:000. (Folhinha da Guerra para o anno bissexto de 1872, p. 34 e 35 do anexo).

A *Folhinha de Guerra: 1868* traz um anexo, com a capa com os dizeres “chronica dos principaes acontecimentos concernentes à atual Guerra do Paraguay”, indicando que essa crônica é uma continuação da primeira parte. Na contracapa há uma explicação sobre a divisão em partes: “A chronica da Guerra contém quatro partes: a 1ª, comprehende os mezes de julho a setembro; a 2ª, de outubro a dezembro de 1866; a 3ª, de Janeiro a Março de 1867; e a 4ª, de abril em diante” (contracapa do caderno anexo, p.2) e, assim, descreve-se mês a mês, de outubro a dezembro, os principais fatos relacionados à Guerra do Paraguai.

**Figura 81** - Folhinha de Guerra: 1868. p.2 e 3 do caderno anexo (numeração nossa)



**Fonte:** Eduardo & Henrique Laemmert, RJ. Referência APM: OR: Folhinha da guerra: 1868. Séc. XIX. Cx. 24.

### 7.3.8 "Folhinhas literárias"

Esta classificação permitiu agrupar a *Folhinha de versos para o anno bissexto de 1872* e a *Folhinha de lembranças, acompanhada do Florilegio litterario de 1857*. Sabemos que usamos essa denominação pelos próprios títulos, mas o que se chama de literário nos exemplos que trabalharemos adiante pode não representar o que se entendia como literário no período ou em décadas que sucederam o nosso recorte, haja vista o estudo de El Fhar sobre literatura popular no Rio de Janeiro, no recorte de 1870-1924, quando os romances são uma categoria que estabelece certa diferença entre literário e outras esferas.

A *Folhinha de versos para o anno bissexto de 1872* menciona para o leitor os assuntos que estão em seu interior com os seguintes dizeres impressos: “contendo muitas Poesias á terminação da Guerra do Paraguay e á recepção dos corpos de voluntários, seguida de noticias interessantes e a chronica do anno”. Interessante

destacar aqui que a Folhinha, apesar de publicada dois anos após o fim da Guerra do Paraguai, traz poesias relacionadas a ela e, mais do que isso, podemos constatar que os temas se repetem entre Folhinhas, no mesmo período, mostrando o universo de referências com o qual se trabalha. Essa Folhinha, de modo singular, traz antes da carta ao leitor um texto lembrando a morte da princesa e profunda tristeza de todos e os desejos de um bom descanso, intitulado “Uma lagrima a memoria da Serenissima Senhora Princeza D. Leopoldina – Duqueza de Saxe”. Esse falecimento ocorreu no ano precedente da publicação da Folhinha. O redator dá grande relevância a isso, considerando que a carta ao leitor, que será mais detalhada no decorrer desse capítulo, tanto faz prognósticos como retomadas de acontecimentos do ano anterior. O trecho a seguir mostra essa retomada:

A noticia de haver falecido em Vienna d’Austria, no dia 7 de fevereiro do anno próximo passado S. A. Imperial a Sra. D. Leopoldina – não podia deixar de sepultar na mais profunda mágoa todos os habitantes d’este Imperio - “os quaes vião n’aquella filha dos augustos soberanos um modelo das mais candidas e inexcedíveis virtudes” [...] “ Deos dê á virtuosíssima alma da sereníssima finada o descanso eterno de que era digna, pois que em todo o Brasil e em muitos outros paizes como Portugal, Austria e Inglaterra, mais intimas e fervorosas não podião ser as demonstraões de profundo pezar, do que fôrão, nas inúmeras exéquias mandadas fazer por todas as classes, profissões e nacionalidades, em tributo de verdadeira saudade por tão excelsa quanto virtuosíssima Princeza. (p. 1).

Nesse sentido, cabe refletir sobre a socialização de um tempo precedente que é demarcado na maioria das Folhinhas, com a apresentação de assuntos e acontecimentos de um tempo que já passou. No próximo tópico, vamos aprofundar esse aspecto.

Essa Folhinha, então, traz em seu caderno anexo um material referente ao seu título, em que são apresentadas 29 poesias, assinadas por diferentes autores e todas elas com temáticas relacionadas à Guerra, mesmo não sendo essa a temática anunciada no título como, por exemplo, a poesia “Aos voluntários da Patria - Offerecido por seus companheiros os officiaes do exercito que nesta corte se achão de volta da campanha”, de autoria de Manoel da Silva Rosa Junior:

O Brasil de hoje contente  
Te sauda nobre gente  
Por feitos hericos teus!  
Colhestes louros nos campos,  
No paiz encontras cantos,  
As benções terás dos céos!

Por republica causada  
Foi a nação insultada,  
Foi o Brasil ofendido;  
E vós, ó bravos, tomaste  
O gladio, aos campos voaste,

A bater o vil bandido!

Vil inimigo e feroz  
Rebellou-se contra nós,  
Offendeu nossa nação;  
Ligeiro aos campos marchaste,  
O inimigo encontras-te  
Lhe arrancaste o coração!

Lá, já não trôa o canhã;  
Terminada a tua missão,  
Regressas aos lares teus;  
E teus irmãos pra saudar-te  
Grinaldas vêm offertar-te,  
Da gloria dar-te os trophéos!

Venceste; voltas contente,  
Trazendo aos peitos pendente  
A medalha de valor:  
Do Brasil filhos dilectos,  
Te agradecem por teus feitos,  
A patria, o imperador!

Manoel da Silva Rosa Junior (Corte, 31 de Março de 1870, p.23-24)

Outra exemplificação que cabe destaque é a seção “Sinaes de incendio” que essa Folhinha traz, porque essa é singular em relação às demais. Nela, são indicados sinais de incêndio no Rio de Janeiro, que são avisados à população através das badaladas do sino da igreja. A quantidade de badaladas também se relaciona à região da população em que ocorrerá o incêndio:

**Figura 82** - Folhinha de versos para o anno bissexto de 1872 – p.93.

93

SIGNAES DE INCENDIO  
(na Corte).

Os signaes de incendio no Rio de Janeiro, são geralmente dados pelo sino grande da Igreja de S. Francisco de Paula, e as badaladas distinctas das do rebate (ou toque de fogo), designão por seu numero a freguezia em que o incendio se dá, a saber:

<i>Badaladas</i>	<i>Freguezias</i>	<i>Denominação</i>
Uma	1. <sup>a</sup>	Sacramento
Duas	2. <sup>a</sup>	S. José.
Tres	3. <sup>a</sup>	Candelaria.
Quatro	4. <sup>a</sup>	Santa Rita.
Cinco	5. <sup>a</sup>	Sant'Anna.
Seis	6. <sup>a</sup>	S. Christovão.
Sete	7. <sup>a</sup>	Engenho Velho
Oito	8. <sup>a</sup>	Santo Antonio
Nove	9. <sup>a</sup>	Gloria.
Dez	10. <sup>a</sup>	Lagoa.
Onze	11. <sup>a</sup>	Espirito Santo

**Fonte:** A. Gonçalves Guimarães e C. Referência APM: OR: Folhinha de versos: 1872. Século XIX. Cx.34.

Cabe ressaltar que essas informações de utilidade pública específicas de um local, quando a publicação pretende atingir muitas regiões e leitores do país, marca simbolicamente o principal leitor da publicação, os habitantes do Rio de Janeiro, ou pretende se constituir em modelo a ser aplicado em outras regiões. O mesmo se pode dizer de várias informações precisas sobre a vida civil e religiosa da corte. Ou seja, para uns leitores, seria utilidades pública e prática, para outros seria bom ser informado sobre o que acontece no Rio de Janeiro.

A *Folhinha de lembranças, acompanhada do Florilegio litterario de 1857*, de modo similar, traz um anexo referente ao título da obra. Como descrição do anexo aparece a informação “contendo artigos sobre diferentes assumptos escriptos por diversos autores”. Esse anexo traz 25 textos em 68 páginas. Destacaremos alguns que selecionamos e organizamos na tabela a seguir:

**Tabela 12** - Folhinha de lembranças, acompanhada do Florilegio litterario de 1857 – fragmento de textos

<p>A paz – (fragmentos/panorama de 1838, p. 46 – sem autoria)</p> <p>“A paz é o principal bem de um povo commerciante, e ainda de qualquer povo. As nações da Europa, como todos os seus progressos de civilização, estão por ora mui visinhas do estado selvagem, terminando as suas cosntetações por via das armas... a mais importante obrigação do ministro compassivo, deve ser o evitar por todos os modos, a guerra” (p. 15).</p>
<p>Aos parochos</p> <p>“Parachos, sacerdotes pela religião, e cidadãos pelo patriotismo pregai ao povo, em frases singelas mas sentidas, a pura moral do evangelho; e convencei-o de que na fiel execução dos seus preceitos é que consiste a religião de Christo. Ensinai-lhe que o culto mais agradável á Deos não é nem póde ser, o das exterioridades, aquelle que manifesta nas pompas e nos hymnos: mas o da pureza de intenções, que tem o seu santuario na consciencia, e a sua base na caridade. O christianismo não é, como o tem querido fazer falsos doutores, uma estéril representação de cerimonias, não é uma liturgia para pasto dos olhos, não é um formulario de minuciosidades por vezes insignificantes: é pelo contrario, um culto intimo, modesto, e grave, é uma effusão ardente de sentimentos de amor pelos nossos semelhantes, é uma aspiração constante para a perfeitabilidade humana. Exortai os pobres, principalmente, a que não consumão em mundanos festejos e romagens, as mialhas que tão necessárias lhes podem ser para o argumento do seu bem estar, e para a educação de seus filhos. Dizei-lhes, com franqueza apostolica, que as solemnidades da igreja são apenas um meio de attrahir as nossas</p>

atensões, que nada influem na immensa Magestade do Todo Poderoso, e que só as boas obras, de que resulte proveito ao próximo nos podem abrir as portas do Céu” (p. 19 e 20).

O consorcio e a poligamia (Aim' Martin)

“A natureza quis o amor sincero, de todos os sentimentos o mais exclusivo, fosse a única base possível da civilização. Este sentimento, como uma aproximação da Divindade, convida todos os homens a uma vida sóbria isenta ao tempo de ociosidade, de voluptuosidade e de paixões brutas. Tudo é conveniencia, tudo é felicidade no laço intimo que une dous esposos. O homem, feliz por sua companheira, sente crescer suas faculdades com seus novos deveres; administra os negócios externos, goza de cargos de cidadão, cultiva suas terras, ou se emprega em objectos de utilidade publica. A mulher, mais retirada, preside aos arranjos da casa, n'ella tem superioridade ao marido, n'ella derrama a alegria creadora de ordem e de abundancia: em fim, veem-se ambos reproduzir nos filhos, que cercão a mesa, e que, influídos pelo exemplo prometem perpetuar suas virtudes.

A este quadro de família europea, comparai a família oriental. A primeira tem por lei a igualdade e o amor, e a segunda a poligamia a escravidão, gózos que teem do amor os furores brutas, mas que lhe roubão o doce decóro e suas divinas illusões. Póde um homem encerrar-se com um grande numero de mulheres, é-lhe, porém, impossivel amar a muitas. Ei-lo pois reduzido no meio d'uma multidão de jovens bellezas, a mais triste das condições, a possuir sem amar, a ser possuído sem amor.

Embragado pela mais grosseira volúpia sem família, só entre escravas sem afecções de seus filhos, é obrigada a prender suas companheiras, a multilar a seus guardas. Faz de sua casa um lugar de supplicios, de crimes e de prostituição. Se ao menos esta vida animal lhe podesse dar felicidade! Mas não. Em pouco seus sentidos enfraquecem, sua alma desanima, e é em vão que elle busca, até ao tumulto, satisfazer essa sensualidade que o irrita e que lhe foge.” (p.37, 38 e 39).

- A verdade (Massilon)

“A verdade essa luz do Céu, é a única cousa do mundo digna dos cuidados e indagação do homem. E ela é a luz do nosso espirito, a regra no nosso coração, a origem do verdadeiros prazeres, o fundamento de nossas esperanças, a consolidação de nossos temores, o alivio de nossos males, o remedio de nossas penas; é ella a única origem da nossa consciência, o terror da má, a pena secreta do vicio, a recompensa interior da virtude.” (p. 40).

O presente e o futuro (Fenelon)

“Os homens paixão como as flores que desaboraxão pela manhã, e que, a noite murchão e são pisadas aos pés. As gerações dos homens succedem-se como as ondas de um rio caudaloso; nada póde fazer parar o tempo, que leva comsigo tudo que parecia mais immovel.

Tu mesmo, ó meu filho! Meu querido filho! Tu mesmo que gozas agora de uma mocidade tão



viva e tão fecunda em prazeres, lembra-te que esta bella idade não é mais que uma flor que murchará pouco depois de aberta. Tu verás mudar insensivelmente as graças risonhas, os doces prazeres que te acompanhão; a força, a suade, a alegria se sumirão como um bello sonho: de tudo isto só te restará uma triste lembrança; a velhice languida e inimiga dos prazeres, virá enrugar teu rosto, curvar teu corpo, enfraquecer teus membros, secar em teu coração a origem da alegria, desgostar-te do presente, fazer-te temer o futuro, tornar-te insensível a tudo, excepto á dor.

Este tempo parece estar longe. Ah! Tu te enganas, meu filho; elle se aproxima, eil-o que chega; o que vem com tanta rapidez está perto de ti, e o presente que passa, vai já longe, porque se acaba no momento em que fallamos, e não póde voltar. Não contes, pois, meu filho, com o presente; mas conserva-te no caminho rude e áspero das virtudes por causa do futuro. Procura alcançar por costumes puros, e a amor da justiça, um logar na feliz maorada da paz” (p. 45, 46 e 47).

**Fonte:** Elaborada pela autora.

### 7.3.9 "*Folhinhas de divertimento*"

Nesse grupo estão as *Folhinha jocosa para o anno de 1851*; *Folhinha de Jogos para o anno de 1869*; *Folhinha do charadista para o anno de 1846*; *Folhinha do Charadista para o anno de 1867*; *Folhinha de lembranças instructivas e divertidas para o anno de 1875*.

Os títulos dessas Folhinhas deixam clara a promessa da diversão. Elas trazem um anexo relacionado de alguma maneira com o divertimento e, ao analisá-las, foi possível comprovar a presença de assuntos que se distribuem ou se mesclam entre informações/instruções mais específicas de como jogar um determinado jogo, com a apresentação de charadas, enigmas, logogrifos e ainda com algumas lembranças que mesclaram a instrução e a diversão. Todavia, destacamos que a *Folhinha jocosa para o anno de 1851* não traz o anexo.

A *Folhinha de Jogos para o anno de 1869*, além de trazer a *Cronica Nacional* e outras notícias interessantes, conforme descrito pelo redator na folha de rosto, apresenta “um tratado do jogo do Voltarete seguido dos do Cassino e Estenderete”, descrevendo regras de funcionamento dos jogos. Essas regras são explicitadas em mais de um capítulo. As regras e ações de cada jogador são detalhadamente explicitadas, por exemplo, na apresentação do jogo do voltarete:





**Figura 84** - Folhinha de Jogos para o anno de 1869 – capa do primeiro jogo

**TRATADO**  
DO  
**JOGO DO VOLTARETE**

CAPITULO I

DAS PAGAS E FORMULAS DO VOLTARETE

Em qualquer naípe	5 prim.	Ger. cal.	Gerd. dec.
Licença. . .	2	2	8 16
Volt. gr. . .	12	2	64 128
Volt. p. . .	4	2	16 32
Só . . . . .	6	2	32 64
Casca . . .	5	2	24 48

**Fonte:** Eduardo & Henrique Laemmert. RJ, Referência APM: OR: Folhinha de jogos: 1869. Séc. XIX. Cx.51.

**Figura 85** - Folhinha de Jogos para o anno de 1869 – capa do segundo jogo

**TRATADO**  
DO  
**JOGO DO CASSINO**

O Cassino joga-se entre quatro jogadores, de parceiros, com um baralho completo de cincoenta e duas cartas. Os parceiros tirão-se por sorte, assim como no Whist. Os dois jogadores que tirão as cartas maiores são parceiros um do outro, e por consequencia os que tirão as menores, são do mesmo modo parceiros um do outro. Quando a sorte não decide da primeira vez por tirarem dois jogadores cartas semelhantes, estes tornão a tirar uma, ou mais vezes, se é necessario. O jogador que tira a carta maior escolhe lugares, e dá cartas a

**Fonte:** Eduardo & Henrique Laemmert. RJ, Referência APM: OR: Folhinha de jogos: 1869. Séc. XIX. Cx.51.

A *Folhinha do charadista para o anno de 1846* é uma publicação que se apresenta como “offerecendo alem de noticias variadas e curiosas um cofre de 167

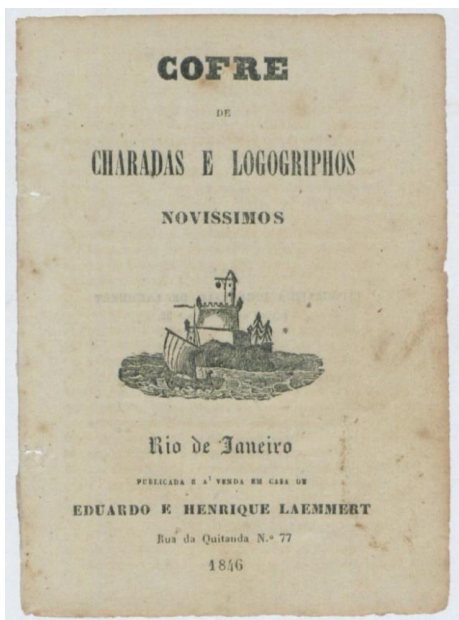
charadas e 7 logogriphos novíssimos desafiando a sagacidade dos mais experimentados adivinhadores”. São apresentadas 167 charadas e depois mais 7 logogriphos e ao final algumas páginas com as explicações para os mais experientes adivinhadores. Destacamos a seguir algumas charadas selecionadas do anexo, que organizamos em tabela, com as explicações para tentar desvendar e adivinhar:

**Tabela 13** - Folhinha do charadista para o anno de 1846 - charadas

<p>“Não de relógio assim sôa Dobra-me terás cãozinho Assim de mim faz máu fado Eu nada valho sosinho. Como n’este tempo agora Nunca tanto me lembrou, Preciso do seu auxilio Pois que penitente sou.” (p.3)</p> <p><b>Explicação:</b> oritaro.</p>	<p>“Mando assim quem não governo: Cresco, se vive o mortal: Em pouca excepção os grandes Padecem muito este mal” (p. 44).</p> <p><b>Explicação:</b> edadiav.</p>	<p>“Necessária sou mortal, Superior e inferior, D’ella precisa o Papa, O Rei, o Imperador. Nome proprio, pouco usado, No templo reverenciado. Assíduos Navegantes me conhecem, Uns são ricos comigo outros pobrecem. (p. 4)</p> <p><b>Explicação:</b> snegaiv</p>
<p>“A isto cheguei Por muito arder Forte expedição Me fez parecer No corpo humano Hei de apparecer” (p. 34)</p> <p><b>Explicação:</b> olevoto.</p>	<p>“Cobertura, Bebida, No téjo Conhecida” (p. 43)</p> <p><b>Explicação:</b> ahcnal.</p>	<p>“Tenho tres quartos de fora, Tenho dois sextos de dentro, O meu todo está por dentro”. (p.68).</p> <p><b>Explicação:</b> orrof</p>
<p>“São Beneticto assim foi Assim se chama um castro Foi d’aqui que Deos saiu Com a cruz quase de rastro”. (p. 4)</p> <p><b>Explicação:</b> oiroterp</p>	<p>“Ha quatro no baralho, E outro nome lhe dão; Animal que com tetas, Em a fabula acharão. Se a idéa não errou, Vê que nome de homem sou”. (p. 5)</p> <p><b>Explicação:</b> oisamad</p>	<p>“Logar Doce Triste: Apellido; Animal conhecido”. (p.5)</p> <p><b>Explicação:</b> ollemac</p>

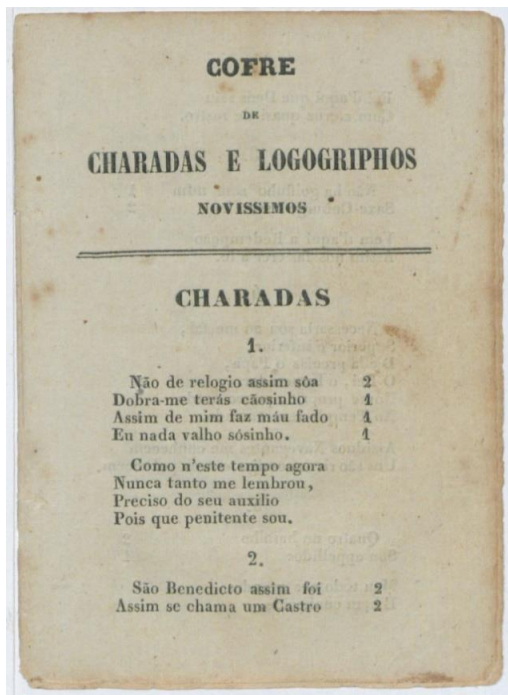
**Fonte:** Elaborada pela autora.

**Figura 86** - Folhinha do charadista para o anno de 1846 – capa do anexo



**Fonte:** Eduardo e Henrique Laemmert, RJ. Referência APM: Folhinha do charadista: 1846. Séc. XIX. cx. 63.

**Figura 87** - Folhinha do charadista para o anno de 1846 – p.02



**Fonte:** Eduardo e Henrique Laemmert, RJ. Referência APM: Folhinha do charadista: 1846. Séc. XIX. cx. 63.

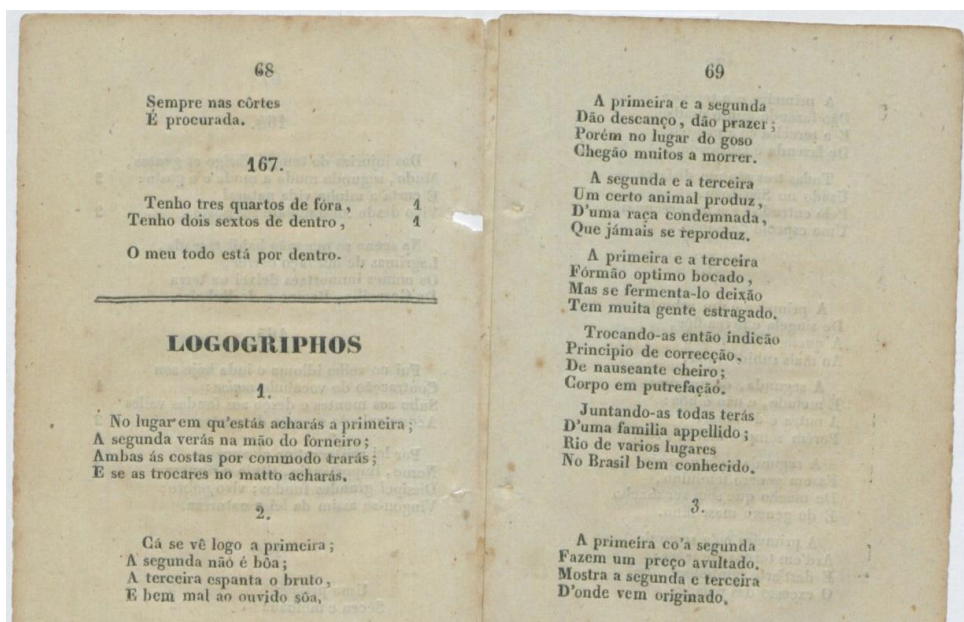
Selecionamos, ainda, dois Logogrifos para mostrar como se dá o incentivo para o leitor desvendar a explicação:



**Tabela 14** - Folhinha do charadista para o anno de 1846 - Logogriphos

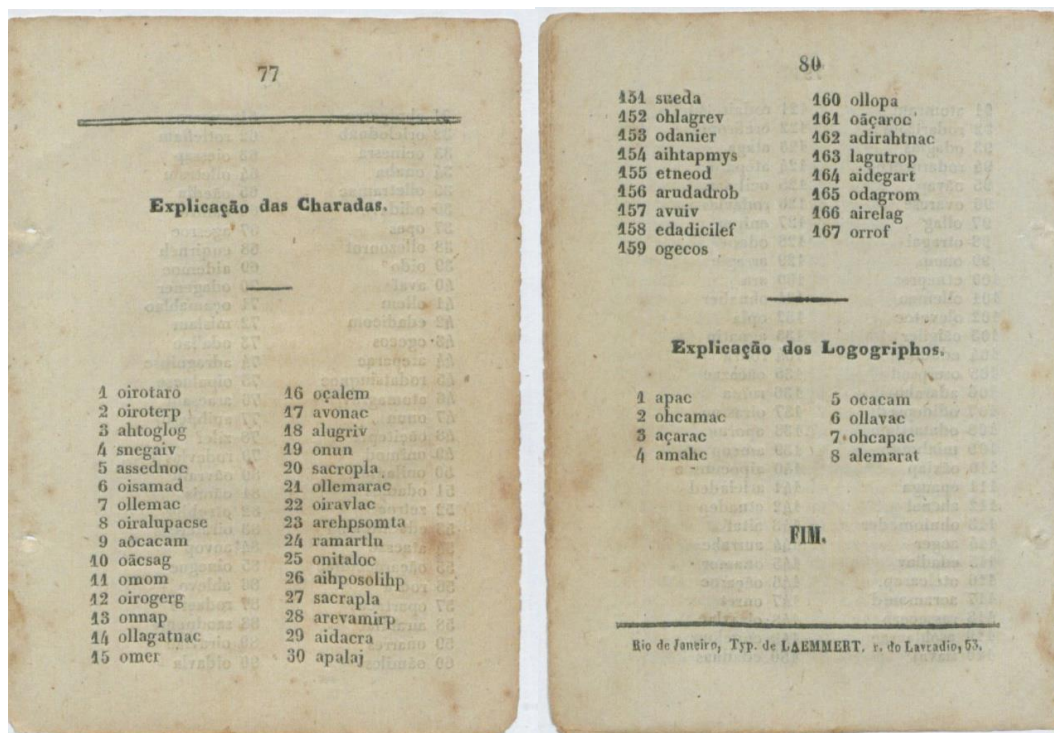
<p>“No lugar em qu’esta acharás a primeira; A segunda verás na mão do forneiro; Ambas ás costas por commodo trará; E se as trocares no matto acharás. (p. 68)</p> <p><b>Explicação:</b> apac</p>	<p>“Cá se vê logo a primeira, A segunda não é bôa, A terceira espanta o bruto, E bem mal ao ouvido sôa. A primeira e a segunda, Dão descanso, dão pazer, Porém no lugar do goso, Chegão muitos a morrer. A segunda e a terceira, Um certo animal produz, D’uma raça condemnada, Que jámais se reproduz. A primeira e a terceira, Fórmão optimo bocado, Mas se fermenta-lo deixão Tem muita gente estragado. Trocando-as então indicão, Principio de correcção, De nauseante cheiro; Corpo em putrefação. Juntando-as todas terás, D’uma familia appellido; Rio de varios lugares, No brasil bem conhedo.</p> <p><b>Explicação:</b> ohcamac</p>
--	--

**Fonte:** Elaborada pela autora.

**Figura 88** - Folhinha do charadista para o anno de 1846 – capa do anexo – p.68/69

**Fonte:** Eduardo e Henrique Laemmert, RJ. Referência APM: Folhinha do charadista: 1846. Séc. XIX. cx. 63.

**Figura 89** - Folhinha do charadista para o anno de 1846 – p.77/80



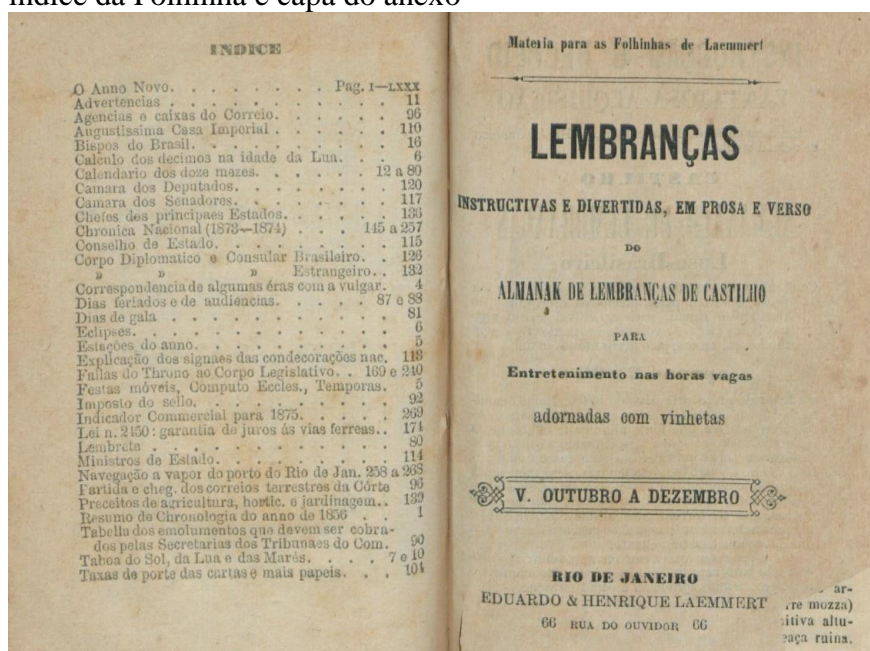
**Fonte:** Eduardo e Henrique Laemmert, RJ. Referência APM: Folhinha do charadista: 1846. Séc. XIX. Cx. 63.

A *Folhinha de lembranças instructivas e divertidas para o anno de 1875* traz um anexo e, através da sua capa, é possível apreender que tal material foi retirado do Almanak de Lembranças de Castilho. Sua função é de “entretenimento nas horas vagas”, conforme dizeres impressos na capa. Além disso, na contracapa desse anexo há uma propaganda sobre esse almanaque, mencionando seu conteúdo, importância e preço:

Intrucção e Recreio. Vantajosa Acquisição. Em casa de E. & E. Laemmert, no Rio de Janeiro se acha á venda: Castilho. Almanach de Lembranças, Luso-Brasileiro contendo uma variadissima collecção de artigos em prosa e verso, pelos primeiros escriptores de Portugal e Brasil, para a agradável passatempo nas horas vagas: 7 volumes brochados representando sete annos, pelo diminuto preço de apenas 2\$000 em lugar do preço primitivo de 8\$400. Basta examinar o índice das materias de um só anno, para o leitor convencer-se que fonte abundante offerece esta collecção, não só para divertimento, como para instruir-se sobre innumerous assumptos da vida humana, que o vulgo costuma ignorar, sem mencionar as muitas engraçadas e engenhosas anedotas e historietas de homens celebres de todas as nações e épocas, que concorrem para tornar a leitura sobremaneira interessante; nem das gravuras sem conta que adornão e illustrão o texto. Por todas estas razões convém aproveitar tão rara occasião para com um mínimo dispendio adquirir o meio para a mais agradável e util distração.” (Folhinha de lembranças instructivas e divertidas para o anno de 1875, contracapa - sem numeração).

Embora essa obra citada possa aparecer no catálogo anexado, essa seleção de partes e recompliações da mesma obra em outra nos possibilitam considerar que a propaganda dá uma ideia de valorização de uma publicação da tipografia, bem como indicia sobre o aproveitamento de partes de uma obra com o intuito de divulgação ao leitor da Folhinha, uma forma de incentivar a leitura da obra completa e, posteriormente, a possibilidade de sua compra. Esse anexo traz vários textos com informações diversas, anedotas, enigmas, charadas e, inclusive, a numeração das páginas que começa na página 321 reforça a ideia de aproveitamento de um material de outra publicação para a atual.

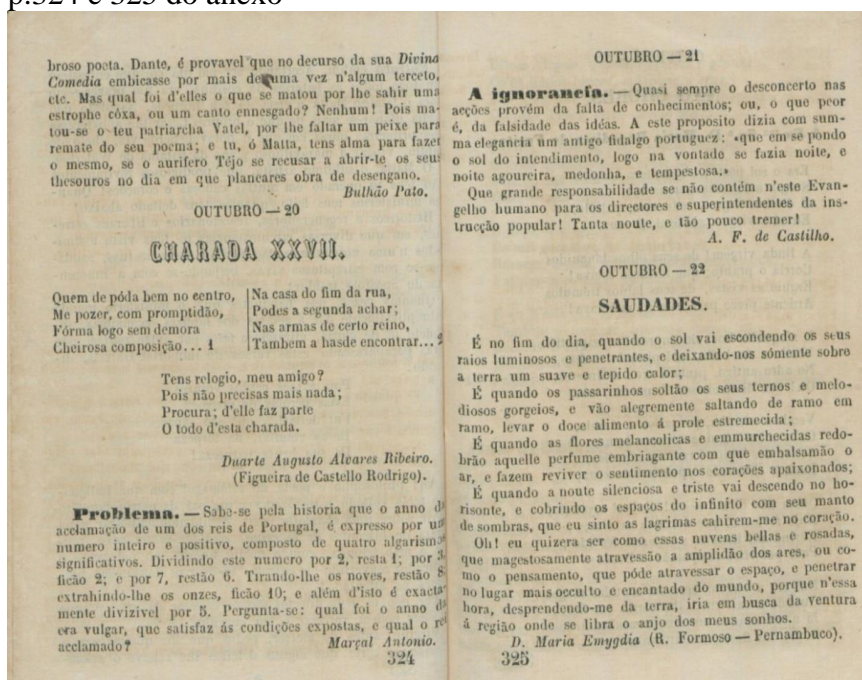
**Figura 90** - Folhinha de lembranças instructivas e divertidas para o anno de 1875 - índice da Folhinha e capa do anexo



**Fonte:** E. & H. Laemmert, RJ. Referência APM: OR: Folhinha de lembrança: 1875. Século XIX. Cx. 40.



**Figura 91** - Folhinha de lembranças instructivas e divertidas para o anno de 1875 - p.324 e 325 do anexo



**Fonte:** E. & H. Laemmert, RJ. Referência APM: OR: Folhinha de lembrança: 1875. Século XIX. Cx. 40.

### 7.3.10 "Folhinhas de bons costumes"

Embora possamos dizer que “bons costumes” estão no âmbito central, ou seja, se trata de um assunto que cerca as Folhinhas como um todo, classificamos pela denominação, nessa categoria, as seguintes: *Folhinha da boa moral: 1861* e *Folhinha dos bons costumes para o anno de 1855*. Tendo acesso apenas aos títulos e conhecendo a fórmula editorial, é possível fazer inferência sobre a temática do anexo dessas obras. Infelizmente, a *Folhinha da boa moral: 1861* não traz anexo. Todavia, de modo representativo, a *Folhinha dos bons costumes para o anno de 1855* apresenta ao leitor em seus dizeres na folha de rosto que tal publicação, a *Folhinha dos bons costumes para o anno de 1855*, contém “Elementos de Éthica. Uma collecção de máximas novas. Assim como A chronica nacional e entre noticias curiosas e interessantes uma descripção authentica do terremoto de Lisboa de 1755” e seu anexo, com 48 páginas traz o título de “Elementos da Éthica ou sciencia dos bons costumes”.

Esse anexo apresenta um texto dividido em 11 capítulos dispostos em números romanos e todos são estruturados na forma de perguntas e respostas, a modo dos catecismos católicos. Isso sugere uma possibilidade de maior diálogo com o leitor, pois,



embora sejam apresentadas as respostas, pressupõe certo envolvimento do leitor na tentativa de anteceder uma resposta, antes de ler a que está impressa no livro. Além disso, após a pergunta e sua resposta, vem um texto em narrativa linear relacionado ao questionamento inicial do capítulo. Destacamos, ainda, que os demais capítulos estão correlacionados ao assunto geral sobre ética, por exemplo, o primeiro capítulo “Da Éthica” traz as seguintes informações ao leitor:

Capítulo I – Da Éthica.

“Pergunta. Que cousa é éthoca?

Resposta. É a sciencia dos bons costumes.

P. Em quantas partes se divide?

R. Em quatro, que são: éthica, ou filosofia pratica universal, direito natural, éthica especial, e política.

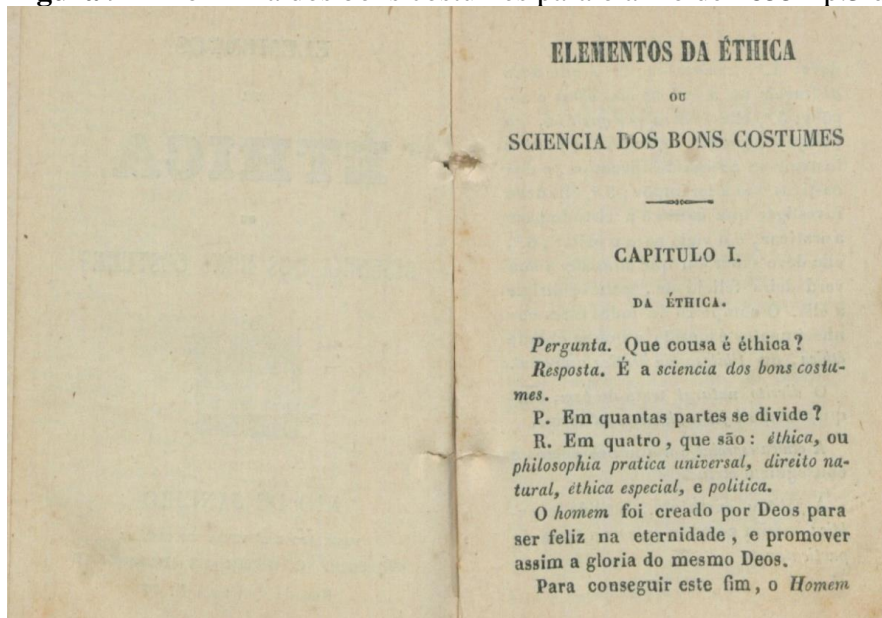
O homem foi creado por Deos para ser feliz na eternidade, e promover assim a gloria do mesmo Deos. Para conseguir este fim, o homem deve: 1º, *conhecer-se*; 2º elle deve *distinguir na moral as suas obras e ações*; 3º, elle deve *saber o que é lei*, e a obrigação que ella induz; 4º elle deve instruir-se acerca dos premios e dos castigos que a lei impõe; 5º, elle deve investigar que cousa é a virtude para a praticar, e o vicio para o evitar; 6º, elle deve saber em que consiste a sua verdadeira felicidade, para se dirigir a ella. O complexo de todos estes conhecimentos é aquillo a que se chama *éthica, ou Philosophia pratica universal*.

O *direito natural* trata do *bem*, emquanto elle é *justo, honesto, decoroso*.

A *éthica especial* é a que nos ensina a conseguir a *virtude*.

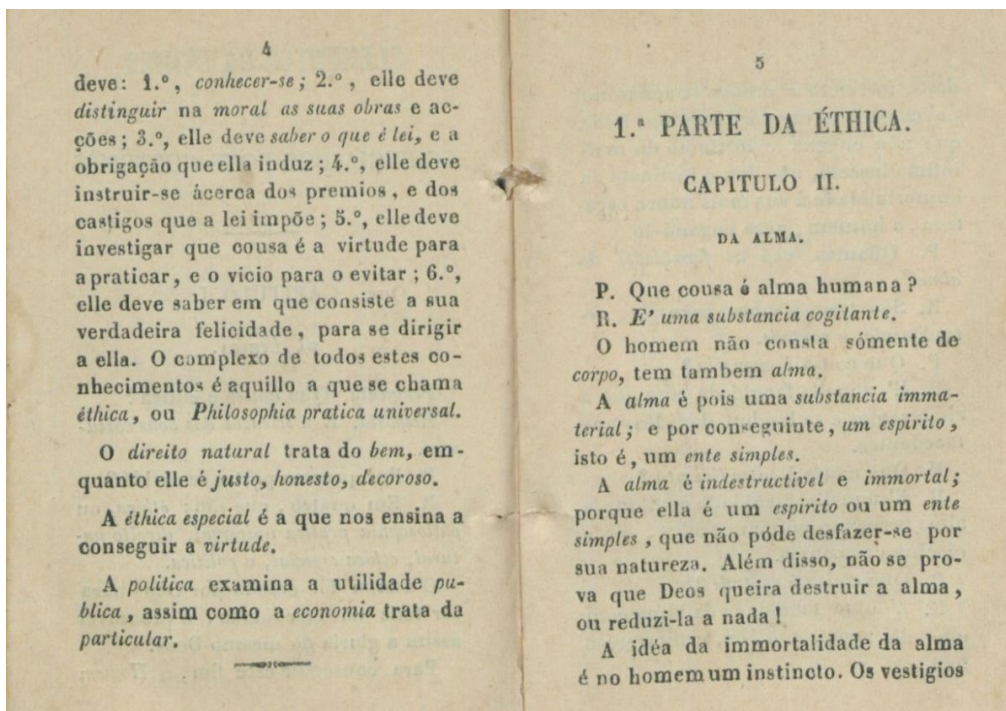
A *politica* examina a utilidade *publica*, assim como a *economia* trata da *particular*.” (Folhinha dos bons costumes para o anno de 1855, p. 3 e 4).

**Figura 92** - Folhinha dos bons costumes para o anno de 1855 - p.3 do anexo



**Fonte:** Eduardo & Henrique Laemmert, RJ. Referência APM: OR: Folhinha dos bons costumes 1855. 0010. Séc. XIX. cx. 61.

**Figura 93** - Folhinha dos bons costumes para o anno de 1855 - p.4/5 do anexo



**Fonte:** Eduardo & Henrique Laemmert, RJ. Referência APM: OR: Folhinha dos bons costumes 1855. 0010. Séc. XIX. cx. 61.

De modo a mencionar os demais capítulos, resolvemos destacar apenas algumas partes significativas, reforçando que a organização, a estrutura do texto é idêntica em todos os capítulos: pergunta, resposta e um texto narrativo sobre o tema. Os demais capítulos apresentam ao leitor outros desdobramentos do tema geral:

Capitulo II – da alma (p. 5 a 8). Descreve que alma “é pois uma substancia immaterial; e, por conseguinte, um espírito, isto é, um ente simples” (p. 5). Ressalta ainda que “a ideia da immortalidade da alma é no homem um instincto...” (p. 5). Além disso, traz as faculdades da alma: memória, entendimento e vontade e as explica.

Capitulo III – dos actos humanos (p. 8 a 11). Destaque que “os actos humanos são de dous modos: acções livres e acções necessárias”. Reforça que as acções necessárias não estão no poder do homem, mas as acções livres referem-se às humanas e morais, “porque pertence só aos homens, como, discernir o bem do mal: raciocinar, etc. (p. 8)”. Este capítulo menciona sobre as boas e más acções, destacando que a primeira é boa para a alma e fala da importância da bondade, destacando que ela será positiva, se for para a melhoria de outros homens e se for praticada por vontade de fazer o bem. Acrescenta ainda a relação entre a esmola e a boa acção.

Capítulo IV – da obrigação da lei (p. 11 e 12). Menciona o que é obrigação, como distinguir obrigação física e moral e diz que a lei é algo que induz à obrigação.

O Capítulo V – das penas e dos prêmios (p. 13 a 15). Descreve o significado de pena, que é algo mal e prêmio como algo que se relaciona ao bem. Menciona também sobre pena e prêmios naturais e positivos, relacionado natural ao divino.

Capítulo VI – da virtude (p. 15 e 16). Traz o significado de virtude “É o hábito de contribuir á felicidade dos nossos semelhantes e de abster-se de tudo quanto lhes pôde ser prejudicial com sacrifício dos nossos próprios desejos ou inclinações. A virtude é de dous modos, a saber, philosophica, e christã” (p. 16).

O Capítulo VII – do vicio (p. 17). Destaca que o vicio é um hábito de cometer ações contrárias ao bem-estar físico e moral dos outros homens. E reforça que a principal causa dos vícios está na falta de conhecimento dos homens em relação à malícia e à bondade das ações.

Capítulo VII - da felicidade do homem (p. 17 a 20). Destaca que felicidade “é um estado de gozo permanente” (p. 17) e infelicidade, ao contrário: “É um estado de tédio permanente” (p. 18). Menciona ainda que a felicidade perfeita se refere a uma tranquilidade da alma e absoluta isenção de tédio. Escreve sobre as fraquezas e limitações própria dos homens, tais como a pequenez da nossa vontade, a condição do nosso corpo, as dores, por exemplo, que não nos fazem alcançar a felicidade perfeita. Reforça que a felicidade perfeita não se consegue neste mundo, pois os pecados, as paixões são incompatíveis com o gozo permanente da felicidade.

O Capítulo IX - Do direito natural (p. 20 a 33). É o mais extenso de todos os outros capítulos. Sobre o direito natural o redator define: “é uma sciencia das leis naturaes”. Descreve vários deveres dos homens e, inclusive, são enumerados em ordem de relevância: “1º deveres para com Deos; 2º deveres para consigo; 3º deveres para com os outros homens” (p. 20). Reforça que é fundamental seguir todos estes deveres e ainda que todo homem deva ter um verdadeiro conhecimento sobre Deus, deve amá-lo, deve confiar nele, mas fazer a sua parte também. Os deveres para consigo mesmo são relativos aos deveres do ânimo, do corpo e do próprio estado e os homens têm o dever de além da conservação, a perfeição. Por fim, vem o dever de amar ao outro homem, pois Deus fez todos os homens para o mesmo fim.

No penúltimo e último capítulo, destacamos, do Capítulo X – da ética especial. (p. 34 e 35), definindo ser “uma sciencia da razão que nos ensina a conseguir a virtude”. No Capítulo XI – da politica (p. 35 a 38), esta é definida como “é uma sciencia que

ensina a promover o bem de todos aquellos que vivem em sociedade” (p. 35) e associa-se essa dimensão à diversidade de governos: Monarquia, Aristocracia, Democracia e Despótico.

Ao trazer a estratégia de organização em forma de pergunta e resposta constata-se que a intencionalidade é dar ao leitor a resposta que deve ser a correta. Ao apresentar uma diversidade de assuntos, desde a temática da ética, da alma, das virtudes e da política, reforça-se a ideia de uma formação cidadão na dimensão moral e cívica. Adiante, vamos retomar a essa formação, no tópico sobre as “máximas”, “chorrilhos de adagio” e “garantias constinucionaes”.

### **7.3.11 "Folhinhas de previsões, superstições e sabedoria popular"**

Nesta categoria agrupamos: *Folhinha dos sonhos para o anno bissexto de 1864*, *Folhinha do Sábio para o anno de 1847*, *Folhinha homeopathica de 1860*. A *Folhinha do Sábio para o anno de 1847*, infelizmente, não traz nenhum anexo, mas as outras Folhinhas permitem exemplificações sobre a forma editorial das Folhinhas e sua intenção de conquistar leitores pela segmentação de leitores e assuntos.

A *Folhinha dos sonhos para o anno bissexto de 1864*, assim como o exemplar com mesmo título de uma outra edição de 1874, traz anexos idênticos, referentes à “Arte d’explicar os sonhos e visões nocturnas ou dictionario dos mysterios dos sonhos Explicados pelo autor dos oraculos mais celebres do oriente”. Tal material nos permite problematizar sobre certa superstição na previsão dos significados dos sonhos. Ao mencionar que tal anexo foi elaborado pelo autor dos “oraculos mais celebres do oriente”, a relação de superstição e previsão/poderes adivinhatórios, assim como associações com divindades e suas possíveis intepretações do presente e do futuro são reforçadas. Tais reflexões são comprovadas ao identificarmos a definição da palavra oráculo, verificada em dicionário da época:

ORÁCULO, s. m. Reposta, que "os Sacerdotes do Paganismo davão a quem consultava as suas Divindades sobre coisa ignorada presente, ou futura. \$. O lugar onde estavão os templos e se davão as respostas: v. g. o Oraculo de Delphos. \$. A Revelação Divina verdadeira: \$. fig. Verdade infallivel; ou pessoa, que a diz. \$. Fallar d'Oraculo; i. é, em ar misterioso, e decisivo. \$. Despacho vocal, que o Papa dá a requerimentos. V. do Arc, \$. Oratorio, antiq. Donde vem Orago. (Dictionario da Lingua Portugueza, Antonio de Moraes e Silva, Tomo segundo – G-Z, Na typographia de M. P. de Lacerda, Lisboa, p. 324).

Nesse sentido, destacamos algumas explicações para os sonhos, que são apresentadas ao leitor das Folhinhas, em 46 páginas, em ordem alfabética. Organizamos essas explicações em uma tabela para melhor visualização e para chamar atenção às escolhas lexicais, ao próprio termo almanaque que, se não for intencional, mostra a importância ou a construção de uma importância do gênero, a ponto de constar no repertório de sonhos. A referência a um universo letrado também está presente nestes exemplos: biblioteca, livros, letra, imprensa.

**Tabela 15** – Explicações para os sonhos apresentadas pelas Folhinhas aos leitores

<p>A</p> <p>Abatimento – sonhar que ficou abatido em consequencia de uma desgraça, e de qualquer prejuízo, denota grande fraqueza de character, e não ter em lembrança o proverbio: “Depois da tormenta vem o bom tempo” e a excelente maxima: o homem que de tudo se aflige não deve aflingir-se de cousa alguma”. ... (p. 1)</p> <p>Adorar a Deos – descanso da consciência, felicidade, paz da alma. (p. 5)</p> <p>Almanak – o do anno corrente é um aviso secreto de melhorar o procedimento; o do anno próximo aconselha que se fação economias para o levar ao fim; os almanaques antigos convidão a não repetir as faltas do passado. (p. 8).</p>
<p>B</p> <p>Batismo – vê-lo: pressagio de feliz futuro; assistir a elle: penas amorosas. (p. 9).</p> <p>Biblioteca – Possui-la: conselhos a procurar, estudos a fazer; sonhar que se está vendo uma biblioteca publica em arranjo denota vasta sabedoria e extensos conhecimentos de belas letras (p. 10).</p>
<p>C</p> <p>Cathecismo - Dai bom exemplo aos vossos filhos; aconselhai-os bem, e vós mesmo tratai de dar-lhes bom exemplo (p. 13).</p> <p>Cozinha, cozinheiro – sonhar com qualquer destes objectos: signal de appetite. (p. 17)</p> <p>Cura – Dizendo missa: salvação providencial. Pregando: palavras de consolação na desgraça. Passeando: encontro agradável. Pressagio deliz para o sonhador. (p. 17).</p>
<p>D</p> <p>Dente – sonhando-se que se lhe estão arrancando os dentes, tema-se uma afronta. Se arrancais um: homicídio por imprudencia. Dente cahido: presagio funesto; bonitos dentes, bem brancos: prosperidade; sujos: triste existencia; dentes podres: pezares internos. Saber que se tirou um dente a um superior: pressagio de grande fortuna. (p. 18)</p> <p>Diccionario – Folhea-lo: saber, honra, proveito, distincção e alta consideração; compra-lo: desejo de intruir-se: pressagio de grande fortuna (p. 19)</p>
<p>F</p> <p>Familia – sonhar achar-se entre ella: signal de viagem proxima. Ter numerosa familia: felicidade, e não se deve esquecer o proverbio: Deos protege as grandes familias (p. 22)</p> <p>Flores – apanha-las: proveito. Recebe-las: amor. Vermelhas: audacia. Brancas: candura... (p. 24).</p> <p>Frio – membros gelados, coração quente; boas noticias; aproveitamento nas suas empresas; abundância de bens. (p. 25)</p>
<p>H</p> <p>Horoscopo – tomar chimerico. (p. 28)</p>

I
Imprensa – Desejo de instruir-se
L
Letra – do alfabeto: revela a primeira letra do nome de uma pessoa amada. Livro de religião - Boas obras que trarão a fortuna. Um livro serio e scientifico: observações justas que convém aproveitar. (p. 31) Lua - Vê-la: demora nos pagamentos, se o luar fôr pálido e vacilante: tormentos imaginários; se fôr vermelho: grande risco. (p. 31) Lição – desejo de instruir-se
M
Medico – desconfiai dos remedios das comadres e de vossos vizinhos, que vos hão de fazer mal. (p. 32) Mensajeiro - sonhar que se vê chegar um que não se espera: surpresa agradável. Sonhar que vê um que traz más novas: é bom sinal (p. 33). Morte - de criança: nascimento. De parentes: sucessão contagiosa de amigos; casamento difícil. Abraçar um morto: longa vida. Se um morto nos agarra: molestia perigosa. Julgar-se morto: saude vigorosa. Quem se assutar da morte, tenha coragem, porque ella é uma galeria subterrânea que vai a eternidade. (p. 33).
N
Nascimento- bao fortuna, alegria, casamento, herança, honra e consideração (p. 34).
O
Ordem - sonhar com ella: riqueza. Pôr em ordem qualquer cousa: honra e proveito. Dar ordens: convite a reflexão. Ordem e contra-ordem equivale a desordem, diz o antigo rifão do quartel. (p. 35).
P
Papa - felicidade no outro mundo. Papel – quanto mais assetinado fôr, mais ridícula será a carta que se mandar. Sellado: negocio de justiça. (p. 36) Paris - sonhar que se mora lá: esperança de melhor futuro. Pasear pelas ruas: descoberta de laço que vos armão. Perigossado. (p. 36). Poesia – dom celeste a poucos concedido (p. 37)
R
Religioso - calma das paixões depois de uma juventude turbulenta. Se uma mulher sonhar que entrou freira, será condemnada por algum tempo á solidão, entregue ao engano de um amante e supplantada por um rival. (p. 39). Remedio – tomar um remedio: doença imaginaria. Dá -lo: bondade de coração. (p. 39)
S
Somno - sonhar que dorme profundamente: tranquillidade aparente; que se dorme agitado: ruina imminente. (p. 42)
T
Tempo - magnifico: esperanças, posição invejada. Chuvoso: pezares. De nevoa: tristeza; morte de um aprente ou amigo (p. 43) Throno – vê-lo: respeito para os superiores. Occupa-lo: pezares e dessassocego. Subir nelle: catástrofes; accidentes graves. (p. 44).
V
Voz – de menino: mudança de condição. De mulher: recompensa. De homem: fortuna inesperada. Ouvir uma voz que vos chama: feliz pressagio. (p. 46).

Z

Zodíaco - muito bom signal: amor da gloria para um militar; boa colheita para o lavrador; commercio prospero para o negociante; saude para os rendeiros. Sonhar com o zodíaco é de muito bom agouro para todo mundo (p. 46).

**Fonte:** Elaborada pela autora.

A *Folhinha homeopática de 1860* traz um anexo denominado “Manual Homoeopathico contendo a descripção e tratamento das principaes moléstias. Rio de Janeiro”. Essa abordagem nos leva pensar na instrução dos leitores a partir de uma sabedoria popular sobre assuntos medicinais. Os dizeres de apresentação desse anexo incentivam-nos a fazer algumas reflexões sobre uso pretendido desse material, sobre a quem este saber deve alcançar. No seu texto é intitulado “Proemio” que se refere à introdução:

O opúsculo<sup>97</sup>, que hoje publicamos acompanhando a nossa Folhinha, é o começo de um Manual Homoeopathico que nos annos futuros continuaremos, persuadidos de sua utilidade para as pessoas que residem distantes dos centros das grandes populações, e principalmente aos Senhores fazendeiros. Seu estylo claro o põe ao alcance mesmo daqueles que não fizerão estudos especiaes, e o tratado sobre as principaes moléstias é escripto de maneira a interessar o leitor. Os dous importantes artigos que contém a presente publicação, da Cholera-Morbus e da Febre Amarella, são devidos ao nosso incansável e sabio homeopatha o Sr. Dr. Maximiano Marques de Carvalho, e os outros traduzidos de diversos autores de primeira nomeada, como Jahr, Hering, Hirzel, Bigel, etc. (Folhinha Homeopática de 1860, p. III do anexo).

Apesar de ser apresentado ao leitor que tal material foi elaborado pelo incansável e sabio homeopata, o Sr. Dr. Maximiano Marques de Carvalho” e por outros, a descrição de que o texto é de fácil compreensão e que está “ao alcance mesmo daqueles que não fizerão estudos especiaes” remete à ideia de uma instrução mais popular. Há na afirmação um sentido de não abranger apenas leitores especialistas nos assuntos, mas qualquer leitor que se interesse, inclusive os dizeres do proemio enfatizam que a maneira como o texto foi escrito visa interessar ao leitor. Nas palavras do redator: “... é escripto de maneira a interessar o leitor”. Assim, acreditamos que a segmentação de temática pode segmentar possíveis leitores, mas, ao deixar claro que não se trata de uma temática que exige conhecimento prévio, amplia-se a expectativa de abrangência de leitores.

Ainda sobre as estimativas de leitores, o redator destaca que a utilidade de tais ensinamentos será ainda mais válida “para as pessoas que residem distantes dos centros

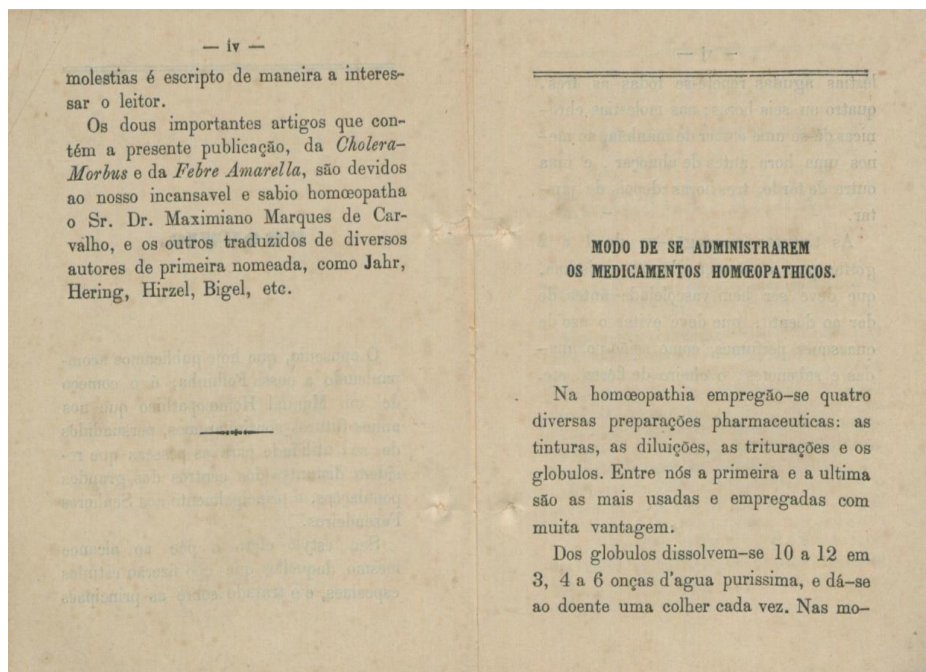
<sup>97</sup> OPUSCULO, s. m. Obra litteraria de pouco corpo, tomo, ou leitura. (Diccionario da Lingua Portugueza, Antonio de Moraes e Silva, Tomo segundo – G-Z, Na typographia de M. P. de Larda, Lisboa, 324).



das grandes populações, e principalmente aos Senhores fazendeiros” o que sugere certa ênfase num ideal de leitor estimado, para além disso. Esse texto ainda revela as relações entre utilidade desses conhecimentos e a falta de alcance imediata de atendimento, pelo fato de os leitores estarem afastados dos grandes centros.

Nessa linha de utilização prática, esse anexo traz informações sobre os modos de administração dos medicamentos homeopáticos e descreve, depois, com detalhamento, o tratamento homeopático para as moléstias, Cholera-Morbus e sobre a Febre amarela, indicando informações específicas sobre as doenças, os possíveis sintomas, tratamentos, hábitos de higiene, preparação e tempo de dar os medicamentos. Há outros conselhos como cuidados com a exposição do sol e preservação do descanso no período da noite. Esse anexo, apesar de focalizar a cólera e a febre amarela, e ter algumas páginas faltosas, traz ainda um conjunto de outras moléstias, descritas em ordem alfabética que são apresentadas ao leitor: Dysenteria; Envenenamento; Erysipela; Escarlatina; Varicella e Varizes.

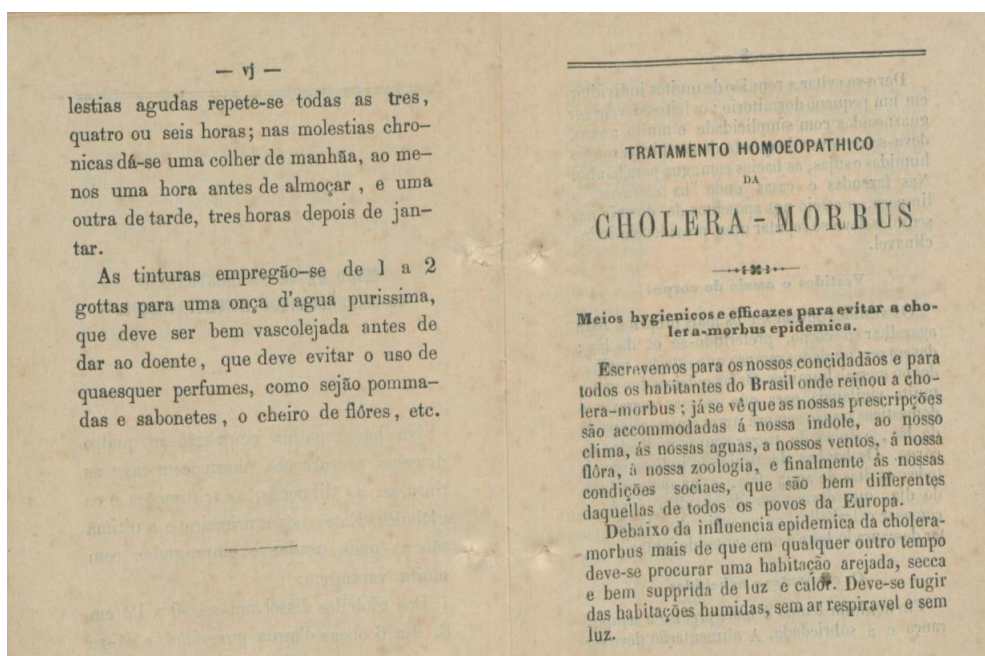
**Figura 94** - Folhinha Homeopática de 1860 - p. IV e V do caderno anexo



**Fonte:** Eduardo & Henrique Laemmert. RJ. Referência APM: OR: Folhinha homeopática 1860. 0010. Séc. XIX. Cx. 14.

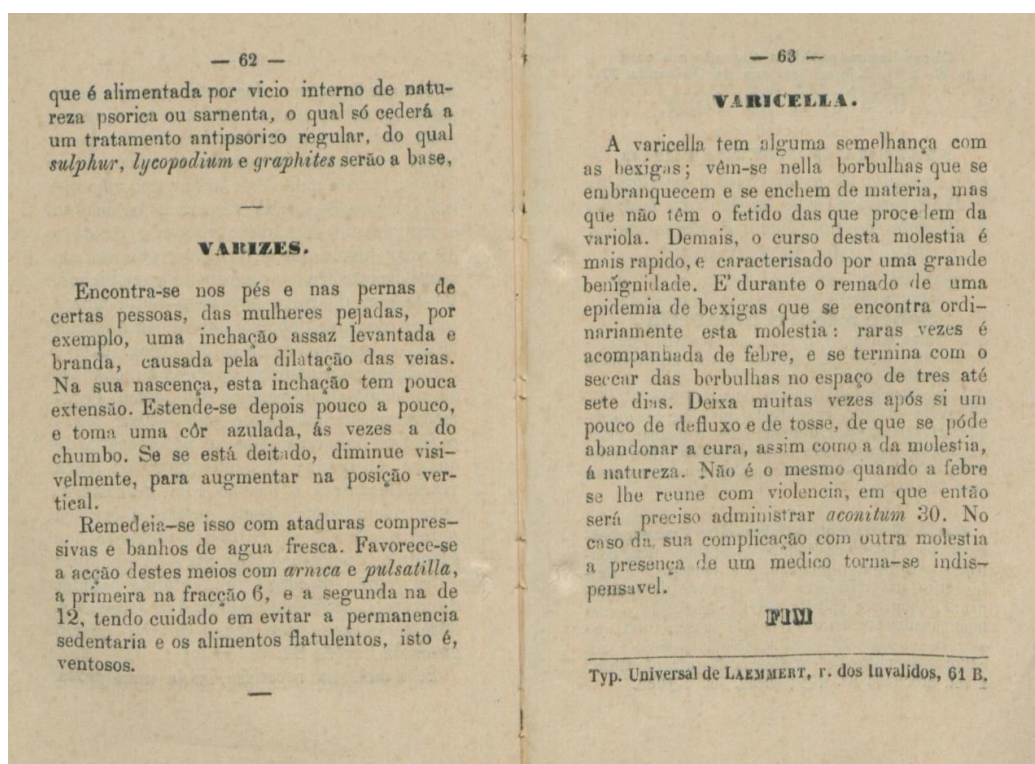


**Figura 95** - Folhinha Homeopática de 1860 - p. VI e VII do caderno anexo



**Fonte:** Eduardo & Henrique Laemmert. RJ. Referência APM: OR: Folhinha homeopática 1860. 0010. Séc. XIX. Cx. 14.

**Figura 96** - Folhinha Homeopática de 1860 - p. 62/63 do caderno anexo



**Fonte:** Eduardo & Henrique Laemmert. RJ. Referência APM: OR: Folhinha homeopática 1860. 0010. Séc. XIX. Cx. 14.

### 7.3.12 "Folhinha de atividades profissionais"

As *Nova Folhinha de agricultura para o anno de 1866* e *Folhinha Botanica para o anno de 1871* parecem se destinar a atividades profissionais, mas não trazem anexos relacionados aos seus títulos. Todavia, através da descrição de suas folhas de rosto, agrupamos essas Folhinhas numa categoria de atividades profissionais, seja porque podem contribuir para a aquisição de conhecimento sobre a atividades relacionadas à agricultura, seja porque são específicas de um conhecimento mais relacionado às atividades botânicas, por exemplo, as suas nomenclaturas e classificações.

A *Nova Folhinha de agricultura para o anno de 1866* indica ao leitor que, no seu interior, haverá a apresentação do “novo methodo da plantação, fecundidade, durabilidade, extrumação e conservação do café e extinção das formigas”. E a *Folhinha Botanica para o anno de 1871* destaca que sua publicação contém “em forma de catecismo uma breve nomenclatura e classificação botânica em geral além da chronica nacional a terminação da guerra com o Paraguay e noticias”.

Ao tentar essa classificação/agrupamento por títulos, podemos ter deixado de fora alguns aspectos. Assim, quando analisamos cada impresso, nossa primeira segmentação, construída a partir dos títulos, não captou algumas singularidades e isso tem a ver com o estado dos impressos e, por suposição, decorrem de seu uso. A hipótese que fizemos inicialmente, de supor relação direta entre título e função, apreendida pela fórmula editorial que foi se manifestando, precisou ser confrontada com a leitura individual, em detalhe. Assim, percebemos a presença de seções singulares dentro do conjunto do material geral, das quais só tomamos conhecimento após o folhear do impresso, pois não havia nenhuma inferência de tal assunto pelo título ou dizeres da folha de rosto.

Além disso, a possibilidade de classificar pelos títulos não foi suficiente e algumas Folhinhas indicavam um título que supunha um anexo, mas este não tinha sido conservado no exemplar seja por desmonte, por ter sido arrancado ou simplesmente por não existir. São exemplos representativos dessa tendência: *Nova Folhinha de agricultura para o anno de 1866*; *Folhinha de quinquilharia litteraria para o anno de 1858*; *Folhinha Militar para o anno bissexto de 1868*; *Folhinha Botanica para o anno de 1871*.

Houve ocorrência de algumas Folhinhas que, apesar de não trazerem em seu título nenhuma segmentação específica, apresentavam em sua composição um anexo. Nesse caso, destacamos as seguintes: *Folhinha de 1864*, publicada pelos irmãos Laemmert, que traz o anexo: “Novíssima coleção de charadas, logogryphos e enigmas”; *Folhinha Laemmert para o anno bissexto de 1888*, que, de modo similar, traz um anexo com poemas e textos diversos, intitulado: “Fantasias e estudos por Brandão Pinheiro” e ainda uma seção específica sobre o calendário do agricultor; e a *Folhinha Laemmert para o anno de 1885*, que traz o anexo denominado “cofre precioso de remedios contra a hypocondria ou nítida coleção de charadas, enigmas e logogryphos” e de fato o que está no impresso é a coleção de charadas, enigmas e logogryphos.

Mas, afinal, as funções gerais de repertoriar e informar, de classificar saberes, de prescrever comportamentos, de contribuir para a vida prática, de oferecer diversão a quem precisa, de dar estratégias a quem necessita conquistar um amor ou plantar, entre várias outras, se somam a uma intenção maior, a de conduzir rituais da vida diária como ações burocráticas, previsões, ritos, orações, nem que seja apenas pela leitura, e isso une todos os exemplares.

#### **7.4 A representatividade dos tempos, de eventos e ações marcados pela esfera civil e religiosa em variadas seções**

Nos estudos de Le Goff (2013), podemos perceber que um dos mais relevantes elementos de controle do universo pelo homem foi a conquista do tempo através da medida. A possibilidade de controlar, de regular e ainda intervir na organização do tempo dos sujeitos é uma ação clara de detenção de poder de agentes sociais específicos, e a maior representatividade desse controle é o calendário. Nas palavras do autor, “o calendário é um dos grandes emblemas e instrumentos do poder; por outro lado, apenas os detentores carismáticos do poder são senhores do calendário: reis, padres, revolucionários” (p. 442), inclusive esse mesmo autor destaca que reformas foram feitas no calendário romano, por Júlio César, influenciado pelos conselhos de Sosígenes, astrônomo grego de Alexandria, e, “a 1º de janeiro do ano de 45 a.C., entra em vigor o novo calendário, dito juliano” (p. 443).

Reforçando a ideia de “senhores do calendário”, esse ato de reforma do calendário, segundo o autor, coincide com o período em que César se ergue como

ditador, conquistando, assim, um poder pleno. Adiante, em 1582, no ocidente latino, outro “senhor do calendário”, a Igreja Católica, obteve poder o bastante para reformular o calendário novamente, do juliano para ao calendário que seria chamado gregoriano, “do nome de Gregório XIII, o papa que operou a reforma” (LE GOFF, p. 245). Interessante destacar, aqui, que constamos menção a essas reformas em uma das Folhinhas, em uma seção intitulada “Do calendario e chronologia” (p. 5 a 7), porém, ao invés de utilizar a nomenclatura reforma, a Folhinha a nomeou como correções.

[...] seria extenso falar aqui das correções Juliana, ou de Julio Cezar, e Gregoriana, ou do Papa Gregorio XIII para reformarem o Calendario, das inexactidões, que o tempo tinha produzido, em consequencia de nao serem os annos compostos de humnumero exato de dias a ser preciso admitir fracções destes, o que deu origem a differentes problemas, e intercalações de dias d’onde resultarão annos comuns, annos bissextos, annos Julianos, e Gregorianos, a correspondencia que tem huns com outros, e o modo de calcular as festas moveis. (*Folhinha d’ algibeira para o anno de 1839*, p.7).

Nessa mesma perspectiva, voltando aos estudos de Nova (1996), destacamos a presença nítida de duas formas ideológicas operadas Folhinhas, no intuito de orientar seus leitores, a do cristianismo e do patriotismo. Essa representação ainda era construída pela ideia de regulação dos poderes pelas esferas religiosas e civis. Percebemos um controle deste tempo pela demarcação explícita, por exemplo, dos acontecimentos históricos, com as notícias de épocas gerais, épocas nacionais, informações históricas e geográficas sobre o Império, bem como com a apresentação da chronica nacional que traz assuntos diversos sobre o Brasil e sobre outros países, que permite constatar a construção de uma memória coletiva brasileira (NOVA, 1996) e de outros tempos e regiões, ou seja, são selecionadas datas, comemorações, fatos históricos pertinentes ideologicamente, dentro de um tempo-espaço determinado.

Podemos considerar a escolha do que será marcado temporalmente em dois sentidos: um tempo mais ancestral, que se repete simbolicamente na recuperação de fatos do cristianismo, de história geral; e outro, mais contemporâneo, que se marca na recuperação de eventos de um ano precedente.

Nesse sentido, conseguimos identificar algumas seções, em especial, que trabalham com essas demarcações do tempo: “O Anno Novo”, “chronica nacional”, “épocas geraes”, “épocas nacionais”, “Calendario dos doze mezes” “Correspondencias de algumas eras com a vulgar”/Resumo de cronologia desde a Éra Christã”, entre outras. Destacaremos a seguir algumas seções significativas dessas tendências e, mais ainda, representativas de uma intencionalidade do redator de guiar e orientar seu leitor dentro de uma socialização de tempos distintos. Selecionamos seções que se evidenciam

em relação às demais, seja pela frequência com que elas aparecem nas diferentes edições das Folhinhas do acervo, seja pela quantidade elevada de páginas que elas ocupam nas Folhinhas.

#### ***7.4.1 “O Anno novo” e a despedida do ano precedente e as boas vindas do ano novo: o tempo cíclico e o prognóstico***

Essa seção “O Anno novo” está presente em 38 Folhinhas das 45 analisadas e faz a abertura de todas elas. Geralmente, ocupa uma média de 45 páginas, variando entre o número mínimo de 9 páginas e o máximo de 80 páginas. Sua importância se destaca, para nós, por dois motivos. O primeiro é porque ela ressalta um discurso marcado por uma temporalidade de despedida do ano precedente e as boas vindas do ano vindouro. O segundo, como explicitaremos melhor ao final deste capítulo, é porque essa seção estabelece uma relação mais direta com os leitores, evidenciando um discurso direcionado explicitamente aos possíveis leitores que o impresso esperava.

Essa seção é apresentada em todas as Folhinhas no início da publicação e seu texto reforça uma socialização do tempo, especificamente, marcado em seu discurso, pois o redator despede do ano precedente e deseja as boas vindas do novo ano que se refere, por sua vez, ao ano da publicação da Folhinha.

Nos capítulos anteriores, destacamos alguns trechos significativos da seção “O Anno Novo” de diferentes edições dos nossos exemplares, com o intuito de mostrar a presença de elementos expressivos no que diz respeito a um texto que busca fidelizar seu leitor numa perspectiva de apresentar os ideais de circulação do material que se espera ser ampla e a ideia de “popularizar” as Folhinhas, destacando sua necessidade, multiplicidade de assuntos e pequeno valor financeiro. Desse modo, não vamos aqui tratar desses elementos, mas acrescentamos que a ideia de transmitir para o leitor a “popularização” das Folhinhas vai aparecendo mais nitidamente nessa seção nos anos finais do século XIX, inclusive o redator deixa claro o seu esforço em dar gosto e satisfazer as necessidades de seus leitores. Nas palavras do redator: “[...] eu sou infalível ao lubrificar cada fim de anno em lembrar-me de vós com um amor que me escalda as vísceras, e me faz irresistivelmente pegar na penna para dar-vos gosto e satisfazer as vossas necessidades” (Folhinha Botanica para o anno de 1871, p. I).

Nesse sentido, destacamos, por fim, um trecho significativo escrito no final da carta ao leitor que representa de modo claro a intencionalidade do redator de ganhar cada vez mais leitores/fregueses, num discurso de convencimento que reforça a boa vontade dele em escrever e a abrangência de exemplares com temáticas diferentes para todos os “paladares, temperamentos, sexos, idades, condições e profissões”:

Mas, vamos ao que serve, freguezes, vamos às Folhinhas por vós tão ansiosamente esperadas, como por mim de mui boa vontade vendidas não fallando na parva quantitas de preço que não corresponde ás quabradellas de cabeça que tive para as alinhar, sendo a primeira vez que ellas sahem á luz depois da degollação dos innocentes... dias santos. Se esta degollação não lhes agradar, outro tanto cá me acontece, e que lhe havemos de fazer? Vão-as comprando sempre, que nisso não offendem o meu amor próprio, e agradeção-me de poderem também no anno da graça do Senhor de 1854 regular-se com abundancia de Folhinhas. É mesa redonda para todos os paladares, temperamentos, sexos, idades, condições e profissões. Há de Pilherias, Christãa, Physionomista, Crime punido, Enigmas, Judiciaria, Naufragio, Consittucional, Flôres, Contos, Lembranças, Variedades, Poetas, Gloriosa, Fabulista, Senhoras, Napoleão, Sina, Saude e de Namorados. Só flata uma de tretas! E com isto dou fim a minha epistola que basta já de os maçar, amigos leitores! Deos lhes dê tantos annos de vida como a D. Anna Vieira do Rosario Lessa, que morreu aos 9 de abril passado, com 115 annos de idade. Vosso redactor de Folhinhas. (Folhinha da Lei das Terras para o anno de 1854. p. 15 e 16).

Em todas as Folhinhas em que essa seção está presente, um dos redatores que assina no caso das publicações Laemmert, como Pafuncio Semicupio Pechincha ou simplesmente como “redactor das Folhinhas”, inicia seus escritos com saudações carinhosas aos seus leitores, de modo a fortalecer os laços de fidelização desse leitor/comprador de suas Folhinhas, tais como: “Meus ricos Freguezes da minha veneração!” “Boas tardes, Sr. Folhinheiro! Tenhão as mesmas, Freguezes. Então que ha de novo? Aponte, E que sejam mentiras, conte!” (Folhinha Militar para o anno bissexto de 1868, p. I); ou ainda, “Meus nobres Freguezes” (Folhinha do Charadista para o anno de 1867, p. I) e “Freguezes e estimadissimos, carissimos e prezadissimos” (Folhinha de Quinquilharia Litteraria para o ano de 1858, p. 1), dentre outros modos de nomear os seus leitores.



**Figura 97** - Folhinha do Charadista para o anno de 1867 – seção: O Anno Novo (p.67)



**Fonte:** Eduardo & Henrique Laemmert, RJ. Referência APM: OR: Folhinha do charadista: 1867. Séc. XIX. Cx.23.

**Figura 98** - Folhinha de Quinquilharia Litteraria para o ano de 1858 - seção: O Anno Novo (p.58)



**Fonte:** E & H. Laemmert, RJ. Referência APM: OR: Folhinha de quinquilharia: 1858. Séc. XIX. Cx. 15.

A socialização do tempo, cuja operacionalização também ocorre nessa seção, diz de um tempo cíclico (ANDRIES, 1996b; NOVA, 1996; BOTREL, 1996) que estabelece relações entre vida e morte, ao trazer informações do ano que se passou e do ano que iniciará, demarcando um ciclo de vida e morte de um tempo: há um ano que morre ou em que se morre e outro em que se vive. Tal estratégia ocorre nos atos de despedir, desejar boas vindas ao novo ano e ainda fazer profecias, ora de modo mais geral para o ano e ora mensalmente trazendo o prognóstico para o ano. Em algumas Folhinhas essa estrutura é textualmente referenciada, por exemplo, na *Folhinha Laemmert para o anno bissexto de 1888*, em que o redator diz ao leitor:

[...] Mas os meus adoráveis freguezes já me conhecem o habito; sabem que, ao encetar a revista de cada anno, procuro dar a nota predominante do tempo decorrido, e realmente durante os trezentos e sessenta e cinco dias, - despreso a quebra – cujos acontecimentos tenho que relatar, tudo, tudo apresentou- se de pernas para o ar! (p. 7).

Além das esperanças que sempre ligamos ao anno novo, foi tão escommungado o que acaba de desaparecer, que por força devemos esperar cousa melhor. Assim espero também eu, meus carrissimos freguezes, e conto com certeza que se hão de realizar algumas das profecias, que aqui na forma do louvavel costume offereço a quem tão fiel e lealmente me tem acompanhado até aqui. (p. 51).

Na *Folhinha da boa moral de 1861*, destacamos também essa estratégia demarcada textual e visualmente:

Com efeito freguezes, o calor esta insuportável...Vou-me erguendo para dar-vos a anual receita e contar-vos o que vi e presenciei com estes olhos que a terra ha de comer, no que de certo não comerá muito, pois são pequenitos e gastos... (p.3).

[...] Mas vamos, minha velha. Mil Oitocentos e Sessenta, tua hora chegou, muito sinto, mas não posso chorar, vou já metter a ti tambem no meu sacco, vai-te, eu fico, e, mais uma vez, louvado seja Deos, eu saúdo, com os meus affectuosos freguezes tão queridinhos, O ANNO NOVO... (p. 26).

[...] Então, oh anno de 1861, será abençoado o teu governo, e louvado serás em todas as partes. Se alcançares esse fim, será gravado. Teu nome com letras de ouro no livro da historia para passares à gloriosa immortalidade, assim como pretendem passar. (p. 27).



**Figura 99** - Folhinha da boa moral de 1861- seção: O Anno Novo (p.25/26)

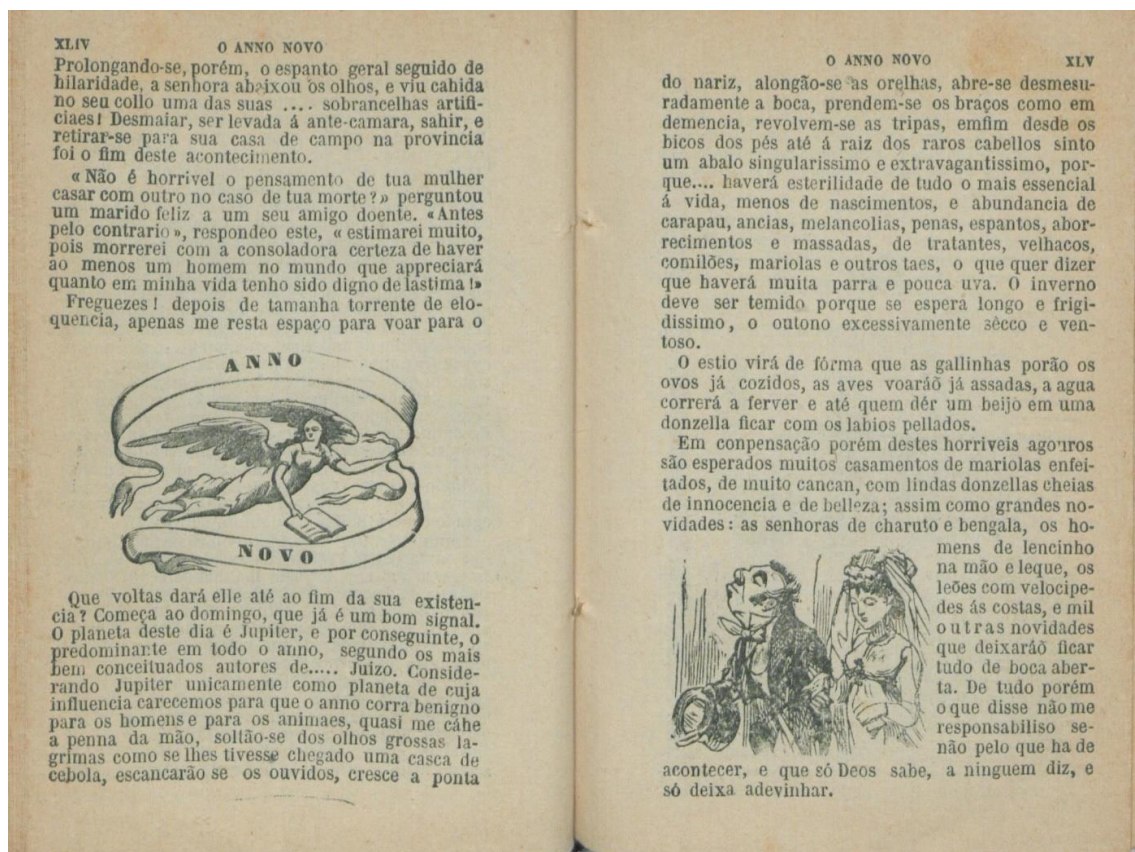


**Fonte:** Referência APM: OR: Folhinha [da] boa moral: 1861. 0010. Séc. XIX. Cx.12.

De modo similar, apresentamos a *Folhinha Botanica para o anno de 1871*, que encerra a parte da apresentação do ano precedente com os seguintes dizeres: “Freguezes! Depois de tamanha torrente de eloquência, apenas me resta espaço para voar o Anno Novo” (p. XLIV), mencionando, posteriormente, um prognóstico geral sobre o ano que se iniciará:

Começa ao domingo, que já é um bom signal. O planeta deste dia é jupiter, e por conseguinte, o predominante em todo o anno, segundo os mais bem conceituados autores...de juizo. Considerando Jupter unicamente como planeta de cuja influência carecemos para que o anno corra benigno para os homens e para os animaes, quase me cáhe a penna na mão, soltão-se dos olhos grossas lagrimas como se lhes tivesse chegado uma casca de cebola, escancarão se os ouvidos, cresce a ponta do nariz, alongão-se as orelhas, abre-se desmesuradamente a boca, prendem-se os braços como em demência, revolvem-se as tripas, emfim desde os bicos dos pés até à raiz dos raros cabelos sinto um abalo singularissimo e extravagantissimo, porque haverá esterilidade de tudo o que mais essencial á vida, menos de nascimentos [...]. O inverno deve ser temido porque se espera longo e frigidissimo. O outono excessivamente sêcco e ventoso. [...] De tudo porém o que disse não me responsabilizo senão pelo que há de acontecer, e que só Deos sabe, a ninguem diz, e só deixa adivinhar” (p. XLV e XLV).

**Figura 100** - Folhinha Botânica para o anno de 1871 seção: O Anno Novo (p.XLIV/XLV)



**Fonte:** E & H Laemmert, RJ. Referência APM: OR: Folhinha Botânica: 1871. Séc. XIX. Cx. 31.

Ainda sobre a ideia de prognóstico, como mencionamos, algumas Folhinhas destacam uma profecia mais geral e, logo em seguida, é indicado ao leitor que será apresentado de modo detalhado para cada mês do ano, por exemplo, na *Folhinha de lembranças instructivas e divertidas para o anno de 1875*:

[...] Dizem os astrologos que neste anno há de haver mui grande bulice e muito zigue-zague politico... os preços dos generos de fazenda subirão fabulosamente... A primavera será húmida, o estio abrasador, o outono carregado, e o inverno frigidíssimo... em cada praça, largo e rua haverá theatro, e dous botequins... Apesar de ter 12 mezes como os annos passados, apparecerá este anno mais curto aos felizes endinheirados, porém mais comprido aos coitados que não rezam vintem. Emfim, será o que Deos quizer. E eu profeta tenho fé que o anno setenta e cinco é muito feliz... olé! Quanto as prophcias mais particulares apresento-vos o seguinte enxame cuidadosamente adubado ao gosto do vosso delicado paladar. (p. LXV e LXVI).

Outras Folhinhas ainda trazem um prognóstico misturando profecias para o ano novo referentes a cada mês e prognóstico sobre as pessoas que nascem em cada um desses meses. Tudo isso é explicitado textualmente para o leitor, então, o redator destaca



inicialmente que “o presente sendo assaz triste e desenxabido, gostamos recrear-nos ao menos em esperança, por isso todo o mundo gosta de sondar os mysterios do futuro; e já que vos acostumei aos prognosticos, vou assentar aqui o que infallivelmente acontecerá nos proximos meses” (p. LV):

Janeiro. Em menino nascido de baixo deste signal nunca se perdeu o dictado: que só aquelle será feliz que souber contentar-se com a sua sorte, e quem não souber fazer isto ficará toda a sua vida um tolo e um papalvo. Um agricultor estrangeiro descobrirá uma raiz que substituirá as batatas; um outro extrahirá aguardente das solas velhas das botas em mão uso, e fará vinho de sumo de papoulas encarnadas, perpetuas, rôxas e outras plantas... (p. IVI).

Outubro. Enpenha-te na tua vida a seres eloquentes, perspicaz e penetrante; guarda-te da vingança, da cólera e da avareza, pois te roubarião muitos encantos da vida. Se na mocidade tiveres muitas lutas, tanto mais feliz serás, na velhice. Abertura de uma Exposição de jovens candidatos habilitados ao casamento; o governo vêr-se-ha obrigado de fecha-la, visto receiar-se a suffocação pela espantosa concurrencia dos precedentes. Centenas de lindas Paraguayas desembarcarão em nossas praias em procura de maridos, porque os Guarany machos não querem largar o costume que lhes impôs os reverendos Jesuitas – de viverem no concubinato” (p. LXII e LXIII).

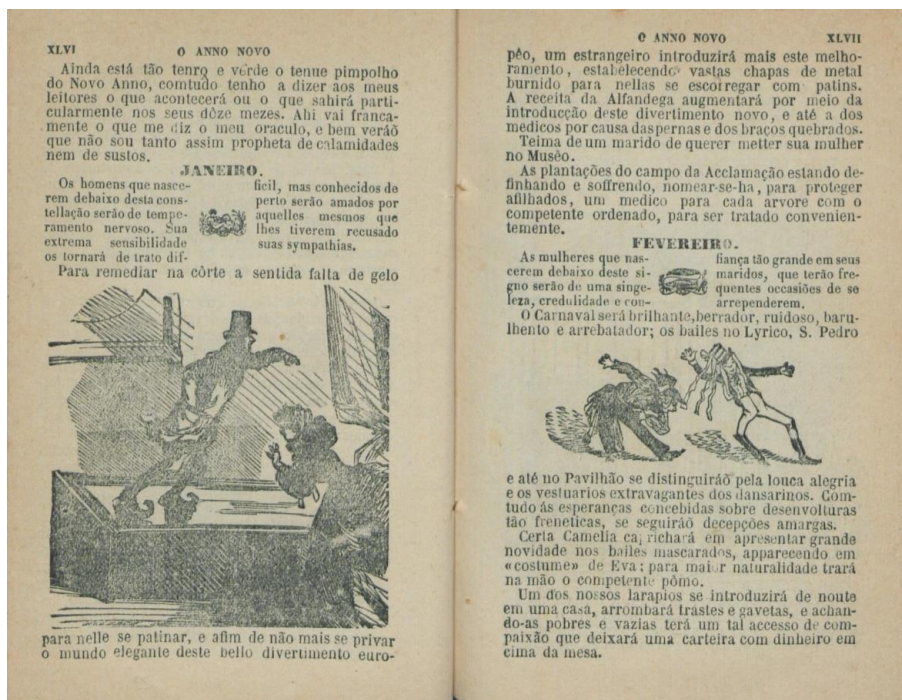
A reprodução de duas páginas dessa seção em Folhinhas diferentes, reproduzida abaixo, tem o intuito de mostrar como o texto era estruturado:

**Figura 101** - Folhinha do Charadista para o anno de 1867 – seção: O Anno Novo (p.LXII/ LXIII)



**Fonte:** Eduardo & Henrique Laemmert, RJ. Referência APM: OR: Folhinha do charadista: 1867. Séc. XIX. Cx.23.

**Figura 102** - Folhinha do Charadista para o anno de 1867 – seção: O Anno Novo (p. XLVI e XLVII)



**Fonte:** E & H Laemmert, RJ. Referência APM: OR: Folhinha Botânica: 1871. Séc. XIX. Cx. 31.

Destacamos que as Folhinhas dos acervos anteriores aos anos de 1850, trazem também essa carta, intitulada “O Anno Novo”, porém são apresentadas em menor quantidade de páginas e sem ilustrações, diferente das demais. Todavia, a ideia de estabelecer um diálogo com o leitor de despedida do ano precedente e as boas vindas do ano novo é a tônica de todas, inclusive a perspectiva de prognóstico para esse ano que iniciará por exemplo. A *Folhinha Judiciária para o anno bissexto de 1848*, em apenas 9 páginas - já que na maioria das outras Folhinhas essa seção geralmente é distribuída em 64 páginas- traz uma explicação inicial ao leitor, mencionado que:

Entra hoje sem mais cerimonia, e depois de uma ausencia de tres anos, um Bissexto com o numero de 1848. Ora, Bissexto sempre quer dizer alguma cousa mais, porque traz consigo mais 24 horas; de alegria para uns, de tristeza para outros: o certo é que os empregados com ordenado fixo não gostão muito do tal 29 no fevereiro, antes elles o desejassem fóra com todos os mais nove. (Folhinha Judiciária para o anno bissexto de 1848, p. 3).

Após algumas referências sobre o significado de ter um ano bissexto, deseja-se ao leitor que o ano novo seja um bom ano em que “Deos Nosso Senhor seja servido permitir que comecem o novo anno com vida, saúde e dinheiro, todos os nossos Leitores e adoradas Leitoras, e com especialidade aquelles que anualmente comprão e lêm de cabo a rabo as Folhinhas, inclusive o catalogo (que ajuntamos gratis). (p. 4).

Assim, inicia-se o discurso de despedir do ano que acabou, apresentando alguns acontecimentos e passa-se a falar do ano vindouro:

Anno que vai não torna: despedio-se hontem o velho de 1847, que, sabe Deos, não foi dos melhores que tem apparecido por cá: pelo menos, a respeito de chuva, havemos de confessar que foi insupportavel, salva a redacção. A respeito de saude, permita Deos que não nos venha neste anno alguma outra carneirada [...] Todos os annos tem juizo, e por isso via-se em todas as Folhinhas antigas uma cousa chamada juizo do anno. Sobre o de 1848, com o bis, os doutos ainda não concordarão; fizemos porém toda a diligencia para darmos um resumo das diversas opiniões a respeito de tal juizo, afim de que nossos Leitores e amaveis Leitoras fiquem orientados; declarando contudo expressamente que não nos responsabilizamos pela veracidade destas opiniões: porque em negocio de juizo muita gente bao se engana, julga tê-lo, e, pelo contrário, quando o precisa acha-se sem elle! [...] este novo anno há de ser muito interessante para os Fluminenses, pois consta que se melhorara a estrada das laranjeiras e a illuminação da cidade... [...] também se dará cabo do completo systema de infecção que possuimos, mandando-se limpar diariamente as ruas e praças publicas... [...] (Folhinha Judiciária para o anno bissexto de 1848 p. 4, 5 e 8).

Afinal, do ano que se passou, é possível repertoriar fatos e impressões e constatar, sobretudo, os problemas. Do ano que virá, há um espírito de esperança que permite projetar e prognosticar, sem responsabilidade com a veracidade.

#### ***7.4.2 A Chronica Nacional: O tempo de recordação do passado***

Essa seção está presente também em 38 Folhinhas das 45 analisadas do acervo e ocupa, em geral, uma média de 76 páginas, pois há algumas com menos páginas e, em algumas, a seção ocupa até 150 páginas.

Sobre a concepção de criar nos leitores uma ideia de memória coletiva brasileira, destacamos também a relação dessa memória com a estratégia de recordar o passado no sentido de conservação das tradições da sociedade (NOVA, 1996) pois as Folhinhas trazem, especialmente na seção “Chronica Nacional”, essa idealização de recordar o que se passou, como um resgate do passado (LE GOFF, 2013). O texto dessa seção sempre apresenta acontecimentos diversos mensalmente de um ano precedente ao da publicação da Folhinha.

Destacamos alguns assuntos/acontecimentos publicados nessa seção: navegação a vapor; juramentos de cidadãos brasileiros, nomeações de conselheiro d’Estado; averiguações e julgamentos de crime de mortes, posses de presidentes de Provincia, decretos como, por exemplo, sobre a exploração de ouro, cobre e outros minerais. Estão sempre presentes, nessa seção, a reprodução da sessão da assembleia geral legislativa;

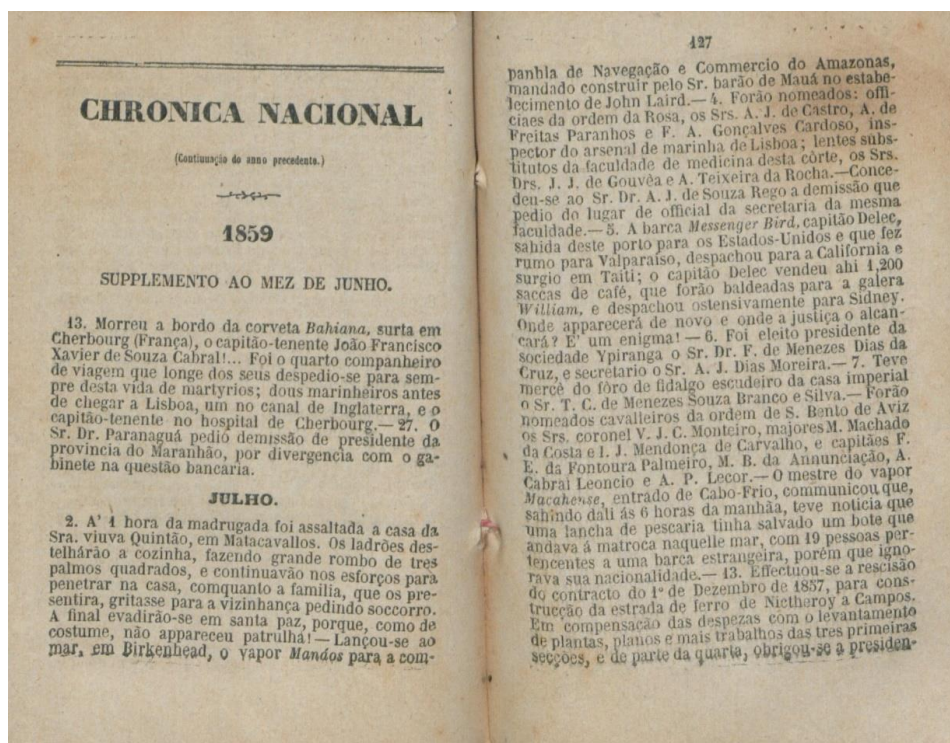
informações sobre morte de senadores ou outros cidadãos públicos e, em alguns, são relatadas de forma detalhada, as visitas do Imperador a Igrejas, linhas de ferro, à faculdade de direito e ao lyceu de artes e officios; bem como viagens das “majestades Imperiaes a algumas provincias ao norte do imperio”. Há, ainda, informações sobre demissões de ministros do império e, especificamente, no caso da *Folhinha do sábio para o anno de 1874*, a informação de que “S. M. a Imperatriz deu á luz uma Princeza”.

Essa seção, então, traz assuntos de ordem militar, política, civil, comercial, religiosa, como por exemplo, a indicação sobre a inauguração do templo alemão, consagrado à religião evangélica, bem como, menção de processos de exames nas faculdades de medicina e direito. Às vezes, constam assuntos de utilidade pública, como a menção de criação de banheiros públicos. São ainda noticiados fatos diversos como a menção de cidadão morto que deixou 8 filhos, sem maiores detalhamentos. Em algumas, há a presença de informações climáticas, destacando situações de chuvas e ventos fortes. Todos esses assuntos estão relacionados a um tempo que já passou no ano precedente ao da publicação da *Folhinha*. Essa miscelânea que reúne informações mais amplas com notícias de morte de desconhecidos, de criação de um templo específico, ao mesmo tempo em que aparecem notáveis, mostra que, para escrever essa seção, a estratégia editorial é compilar, agregar o que já se tem, fazendo uma espécie de bricolagem.

A imagem a seguir é da *Folhinha da boa moral de 1861* e ilustra a forma dessa seção, sua crônica nacional traz fatos do ano precedente e essa estrutura e organização é idêntica em todas as *Folhinhas* que apresentam tal seção, de modo singular. Algumas poucas *Folhinhas* apresentam separadamente, mas como um apêndice, inclusive com numeração sequencial e dão destaque a outro fato de relevância no período. Geralmente, mencionam as viagens das majestades imperiais para finalidades específicas.

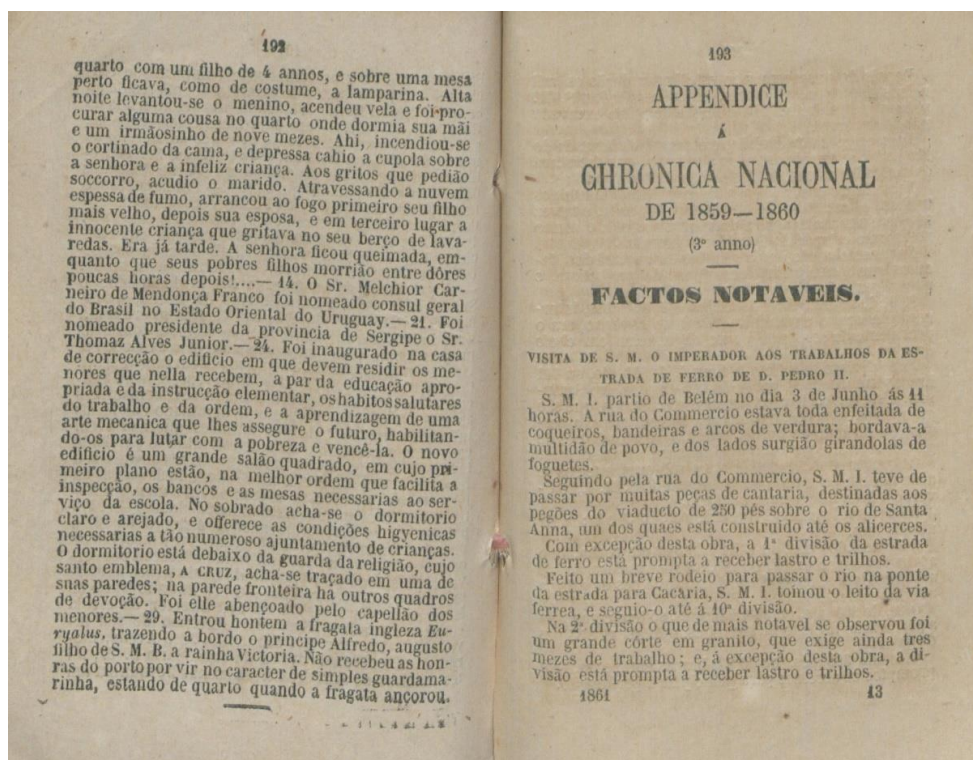


Figura 103 - Folhinha da boa moral de 1861 – seção: Chronica Nacional (p. 126/127)



Fonte: Livraria Universal – Laemmert, RJ. Referência APM: OR: Folhinha [da] boa moral: 1861. 0010. Séc. XIX. Cx.12.

Figura 104 - Folhinha da boa moral de 1861 – seção: Chronica Nacional (p. 192/193)



Fonte: Livraria Universal – Laemmert, RJ. Referência APM: OR: Folhinha [da] boa moral: 1861. 0010. Séc. XIX. Cx.12.

Assim, nota-se nas Folhinhas a perspectiva de resgatar um tempo passado, informando o leitor da dimensão política e histórica dos antepassados (ANDRIES, 1996b). Assim como os *Almanaques revolucionários*, do século XVIII, as Folhinhas do acervo, especialmente nessa seção vão “[...] registrando os eventos do ano anterior, citando excertos de discursos e o texto das leis e comentando-os[...].” (p. 297). Isso nos remete a uma associação, feita pelo autor, com a ideia de uma “ligação mais frouxa com o presente” (NEVES, 2010), justamente por trazer fatos e acontecimentos históricos e políticos que já passaram. Destacamos, então, que tais assuntos não poderiam influenciar o contexto atual/presente da política, mas reforçam, de qualquer forma, a noção de conservação da história na memória coletiva. As folhinhas atuam da mesma forma que Dutra (2005) menciona sobre os *Almanaques Garnier* do século XIX, como um impresso que “assegura (va) padrões de convocação da história e da memória.” (p. 20).

#### ***7.4.3 “Augustissima Casa Imperial do Brasil”; “Dias de audiencia e sessões dos tribunaes e juizos”; “Partidas e chegadas dos correios”; “Dias de Gala”: O tempo civil nas regulações do tempo administrativo***

Na esfera de orientação e regulação do tempo civil, enfatizamos também assuntos especificamente relacionados ao funcionamento, administração e organização do Império. As Folhinhas destacam uma parte significativa sobre a composição da Casa Imperial, intitulada: “Augustissima Casa Imperial do Brasil”, indicando os principais membros da realeza. O que diferencia essa seção de alguma Folhinha para outra é a descrição de mais ou menos membros da família real:

S.M. O senhor D. Pedro Segundo, Imperador Constitucional, e defensor perpetuo do Brasil nasceu a 2 de dezembro de 1825 foi reconhecido Imperador menor a 7 de Abril de 1831; quando Seu Pai Abdicou a Coroa, e se embarcou.

A sereníssima Senhora Princeza, Irmã de S. M. I. nasceu a 11 de março de 1821.

A sereníssima Sra. Princeza D. Paula Marianna, Irmã. De. S. M. I. nasceu a 17 de fevereiro de 1823.

A sereníssima Sra. Princeza D. Francisca Carolina, Irmã. De S. M. I. nasceu a 2 de agosto de 1824. (Folhinha de d’Algibeira ou Diario civil e ecclesiastico, do ano bissexto de 1832, p. 76).

As Folhinhas apresentam seções que também trazem informações sobre o funcionamento de repartições públicas, como por exemplo, os “Dias de audiencia e



sessões dos tribunaes e juizos”, descrevendo em forma de lista os nomes dos órgãos e os dias e os horários de audiência:

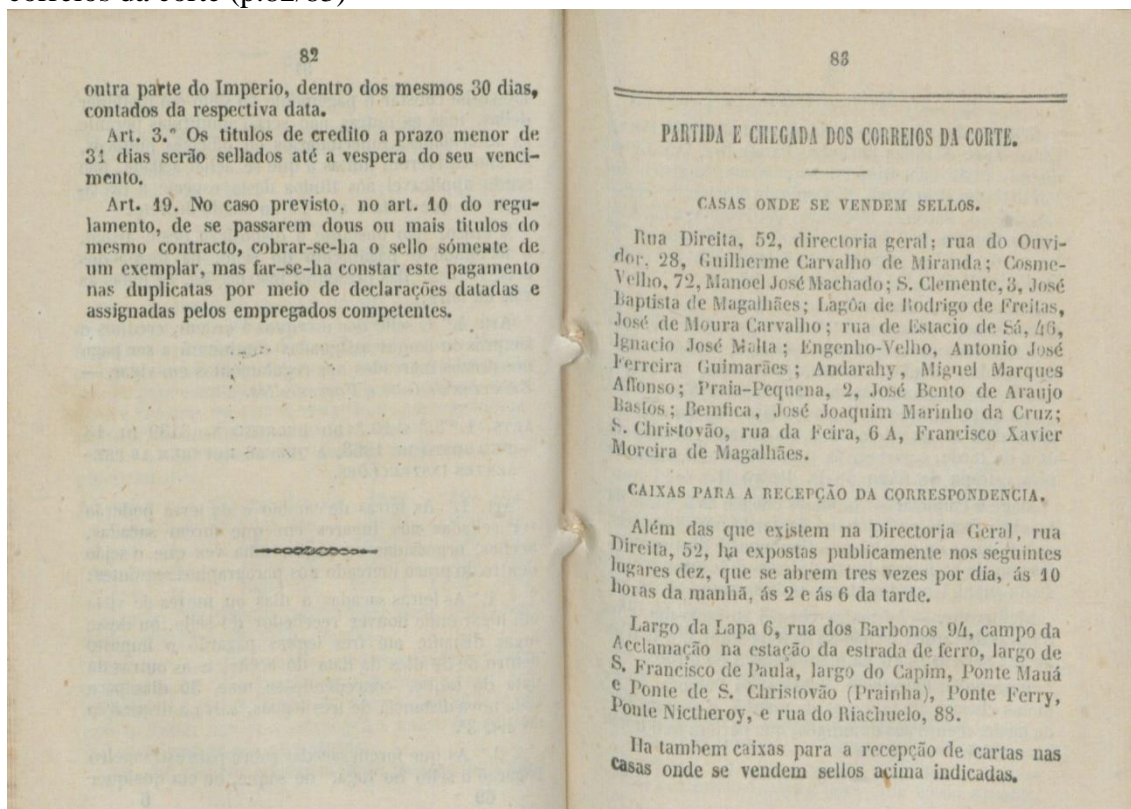
**Figura 105** - Folhinha de Jogos para o anno de 1869 – p.78/79

<p style="text-align: center;">78</p> <p style="text-align: center;"><b>Dias de Audiencias e Sessões dos Tribunaes e Juizos.</b></p> <p>S. M. o Imperador despacha ás quartas-feiras de m. na quinta da Boa-Vista, e ahí dá as audiencias nas terças-f. e sabb., ás 5 h. da t., e despacha com os Ministros ás quart. e sabb. de m. No tempo das Sessões do Corpo Legislativo o despacho é á tarde.</p> <p>Conselho Supremo Militar, segundas-feiras de m.</p> <p>Conselho Supremo Militar de Justiça, quartas-feiras e sabbados ás 10 h. da m.</p> <p>Supremo Tribunal de Justiça, quartas-feiras e sabbados, ás 9 e meia h. da m.; e sendo impedidos, nos dias anteriores.</p> <p>Secretaria do respectivo Tribunal, todos os dias, desde as 9 h. da m. até ás 2 da t., e nos dias de Tribunal desde as 8 e meia até ás 2 h., ou mais tarde até que se encerre a sessão.</p> <p>Thesouro Publico, no expediente, todos os dias uteis, ás 9 e meia h. da m., e em Sessão do Tribunal ás segundas e quintas-feiras.</p> <p>Relação, terças e sextas-feiras de m.; e sendo impedidos, nos dias anteriores.</p> <p>Chancellaria da Relação, terças e sextas-feiras á uma h.; e sendo impedidos, nos anteriores.</p> <p>Tribunal do Commercio, seg. e quint.-f. de m.; e quando estes fôrem de guarda ou feriados, nos immediatamente subsequentes.</p> <p>Juizo dos Orphãos, quintas-feiras; praças, segundas e quintas-f.; e cofre, sabb. ás 11 h. da m.</p> <p>Juizo dos Feitos da Fazenda, terças-f., ás 11 h. da m.</p> <p>Vigario Capitular do Bispado, ás terças e sextas-f. ao meio-dia, no palacio da Conceição.</p>	<p style="text-align: center;">79</p> <p>Juizo Ecclesiastico, terças e sextas-feiras, á 1 h. da t.</p> <p>Juizo de Direito da 1ª Vara Crime, terças e sextas-feiras, ás 11 h. da manhã.</p> <p>Juizo de Direito da 2ª Vara Crime, quintas-feiras, ás 10 h. da manhã.</p> <p>Juizo Municipal da 1ª Vara, quartas-feiras e sabbados, ás 11 horas da manhã.</p> <p>Juizo Municipal da 2ª Vara, segundas e quintas-feiras, ás 10 e meia h. da manhã, na Relação.</p> <p>Juizo Municipal da 3ª Vara, quartas-feiras e sabbados, ás 10 h. da manhã.</p> <p>Juizo de Direito Commercial da 1ª Vara, quartas-feiras e sabbados á uma h.</p> <p>Juizo de Direito Commercial da 2ª Vara, terças e sextas-feiras, ao meio-dia.</p> <p>Chefe de Policia, despacha e dá audiencia todos os dias, 1ª e 2ª Delegados, todos os dias, das 10 ás 2 h. da t.</p> <p>Camara Municipal, sabbados, e quando impedidos nas sextas-feiras, ás 10 h. da manhã.</p> <p style="text-align: center;"><b>TABELLA</b></p> <p><i>Das emolumentos que devem ser cobrados pelas Secretarias dos Tribunaes do Commercio.</i></p> <p>Carta de Commerciante matriculado, Patente de Corretor, de Agente de Leilão, de Interprete, de Trapicheiro e Administrador de depositos. 40\$000</p> <p>Assignatura . . . . . 40\$000</p> <p>Rubrica de livros, cada uma . . . . . \$040</p> <p>Distribuição e assignaturas. . . . . 4\$000</p> <p>Fianças e termos, cada lauda . . . . . 4\$500</p> <p>Registro de titulos e documentos, cada lauda. . 4\$500</p> <p>Certidão, cada lauda. . . . . 4\$500</p> <p>Busca, cada anno . . . . . \$400</p>
--	---

**Fonte:** Eduardo & Henrique Laemmert, RJ. Referência APM: OR: Folhinha de jogos: 1869. Séc. XIX. Cx.51.

“Partidas e chegadas dos correios”, seção presente em 43 Folhinhas, e distribuída em 10 páginas em média, descreve ao leitor informações sobre partidas e chegadas dos correios, descrevendo a frequência da movimentação por vezes na semana e os valores dos portes das cartas e mais papeis, com apresentação “dos portes das cartas e mais papeis, com direcção a qualquer ponto desta cidade nos correios terrestres e maritimos deste Imperio” (Folhinha de quinquilharia litteraria para o anno de 1858, p.121). Geralmente, essa seção também traz informações sobre: casas onde se vendem sellos; Caixas para a arrecadação da correspondencia; Malas diretas; Taxas de porte para o interior; Correspondencia registrada; Cartas registradas com valores declarados; Saques postaes; Taxas de porte de ou para o exterior; Correspondencia não sujeita a convenções postaes. Assignaturas de jornaes e periodicos; Restrições – penalidades; dentre outras.

**Figura 106** - Folhinha de Jogos para o anno de 1869 – seção partidas e chegadas dos correios da corte (p.82/83)



**Fonte:** Eduardo & Henrique Laemmert, RJ. Referência APM: OR: Folhinha de jogos: 1869. Séc. XIX. Cx.51.

Na seção relativa aos dias de grande e pequena Gala, reforça-se o papel de guiar os leitores, orientar suas ações e inclusive indicar que existe uma vestimenta adequada:

dos dias de grande e pequena gala, beija mão, cortejo no poço da cidade e no da Imperial Quinta da Boa -Vista, dos em que S.M. O imperador baixa à Imperial Capella e em que assiste a Missas por falecimento de Pessoas da Família Imperial: designando o lugar, hora e vestuario com que a côrte deve apresentar-se para acompanhar o mesmo Augusto Senhor nos referidos actos. (Folhinha da Boa moral de 1861, p. 93).

Há outras seções similares às apresentadas, mas destacamos essas pela relação direta na construção de uma representação de um tempo que é regulado através do funcionamento e da organização administrativa do governo, no intuito de guiar e orientar os cidadãos.

#### ***7.4.4 Os tempos que se misturam e orientam: Calendario dos doze mezes, Correspondencias de algumas eras com a vulgar; Computo ecclesiastico; festas moveis; temporas, estações do ano; eclipses e advertencia***

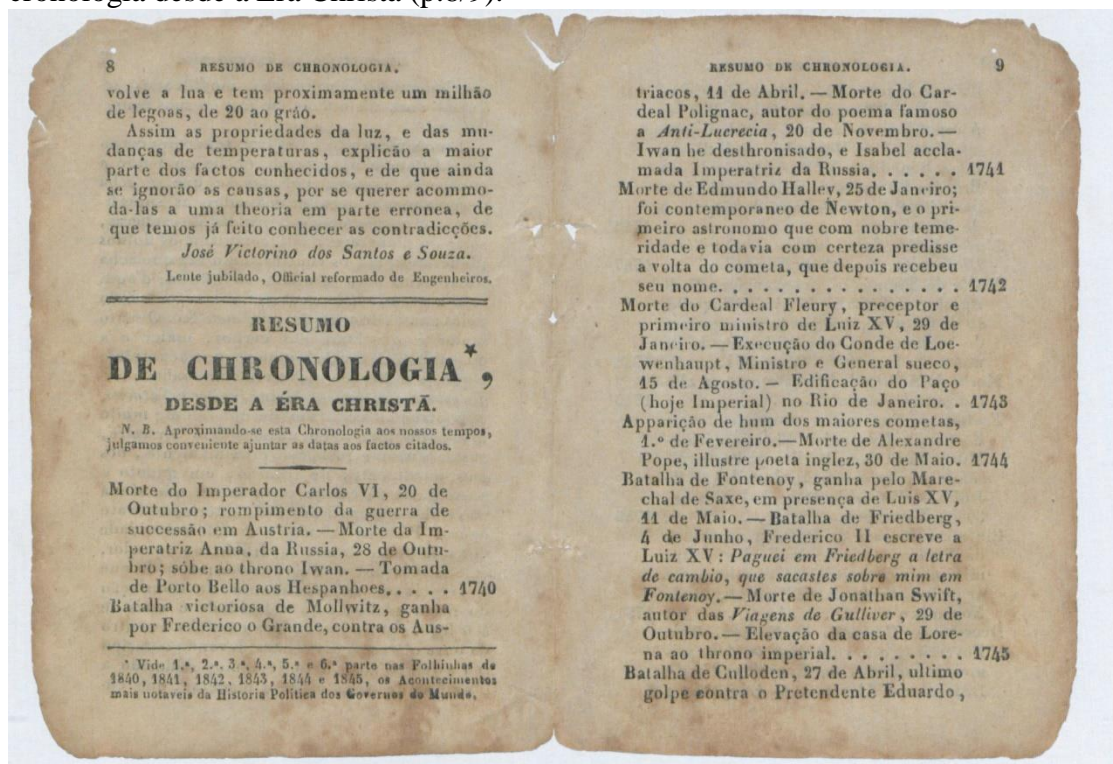
Destacamos essas seções pois elas são muito significativas, primeiro pela frequência com que todas aparecem em nossos exemplares e, segundo, por conterem assuntos que remetem a temáticas e funções relacionadas à socialização dos tempos civis, religiosos e ainda astronômicos, reforçando, assim, a nossa constatação de que as Folhinhas pretendem guiar os seus leitores dentro de um contexto cultural “revelando crenças e vivências demarcadas por um tempo e uma identidade coletiva” (JURKEVICS, 2005, p. 74). Nesse sentido, a identidade coletiva, no período imperial, foi marcada pela tradição religiosa, isso pelo caráter sacral que tinha a sociedade brasileira nesse período (AZZI, 1978), e assim, conseqüentemente, a socialização dos tempos civil e religioso, as relações entre o mundo sagrado e do mundo profano se misturavam e eram influenciadas fortemente pela religião.

A Seção “Resumo de cronologia desde a Era Christã”, que em algumas Folhinhas traz a denominação de “Correspondencias de algumas eras com a vulgar”, nos permite refletir sobre a tradição religiosa na construção da identidade coletiva, especialmente no que tange a demarcar ou enfatizar acontecimentos históricos a partir de uma data religiosa de importância para a Igreja, nesse caso, os fatos são delimitados a partir do nascimento de Jesus Cristo. Assim, “Era vulgar” é o mesmo que Era cristã e está relacionada ao calendário gregoriano. Refere-se a tudo que aconteceu na história do homem após o nascimento de Jesus Cristo. Ou seja, a Era vulgar começa no século I D. C. Podemos, então, falar antes de Cristo e depois de Cristo ou antes da Era vulgar e depois da Era vulgar (SCHÜLER, 2002).

Essa seção traz uma mistura de socialização de tempos civis e religiosos e faz referência a uma socialização de um tempo específico, o tempo precedente das próprias publicações das Folhinhas. Isso ocorre quando a publicação faz remissões a outros volumes, trazendo a referência: “(\*) Vide a 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª parte nas Folhinhas de 1840, 1841, 1842, 1843, 1844 e 1845 os acontecimentos mais notáveis da Historia Politica dos Governos do mundo” (Folhinha do charadista para o anno de 1846, p. 8).



**Figura 107** - Folhinha do charadista para o anno de 1846 – seção: Resumo de cronologia desde a Éra Christã (p.8/9).



**Fonte:** E & H. Laemmert, RJ. Referência APM: Folhinha do charadista: 1846. Séc. XIX. Cx. 63.

As festas religiosas, denominadas nas páginas das Folhinhas pela seção “Festas Moveis”<sup>98</sup> se configuram como eventos de socialização. Ressalta-se que, ao mesmo tempo em que eram festas religiosas, eram também reuniões sociais, conservando assim “as tradições que constituem um verdadeiro patrimônio cultural.” (JURKEVICS, 2005, p. 74). De modo mais intrínseco ao nosso objeto, é possível relacionar com a intencionalidade das Folhinhas de orientar a sociedade dentro de uma tradição religiosa:

desse modo havia um grande interesse por parte das autoridades civis em prestigiar ao máximo as festas da Igreja. Por sua vez, também a população era toda educada dentro de uma tradição marcadamente religiosa. A religião

<sup>98</sup> Sobre Festas Móveis destacamos algumas definições: “As festas móveis da Igreja Católica são marcadas em função do domingo de Páscoa, o primeiro após a lua cheia seguinte ao equinócio de outono - 21 de março. (JURKEVICS, 2005, p.82); “Festas moveis: designam-se sob o nome genérico de festas móveis os dias festivos da Igreja Católica, cuja celebração depende da data fixada para a Festa da Páscoa, que, no calendário da Igreja (calendario gregoriano) cai sempre no domingo que seque á Páscoa dos Judeus” (Almanaque anuario de Angola. Luanda: Tipografia Minerva, 1932, p. VII). Localizamos ainda a definição: “Dentro do ano eclesiástico, temos as festas móveis e imóveis. Imóveis são as festas que caem sempre no mesmo dia do mês (por exemplo: o Natal é comemorado sempre no dia 25 de dezembro). Já as festas móveis são reguladas pela Páscoa (por exemplo: Pentecostes é celebrada 50 dias depois da Páscoa). A própria Páscoa, inclusive, também é uma festa móvel, visto que cai sempre no domingo depois da 1ª lua cheia do mês de março” (MARTINI, Marcos. *Princípios de Liturgia*. São Paulo: Editora Clube dos Autores, 2012).

era parte integrante e fundamental na estrutura da sociedade. Toda a cultura era permeada de expressões cristãs. (AZZI, 1978, p. 106).

As festas móveis da Igreja são determinadas pelo “*Computo Ecclesiastico*”, outra seção que compõe as Folhinhas e, de modo expressivo, presente em 44 dos 45 exemplares. O *Computo* eclesiástico refere-se a um conjunto de regras de cálculos que determina para cada ano, conforme o calendário litúrgico, as datas das festas móveis, especialmente a festa da Páscoa, que é uma data de importância essencial no calendário romano, pois o domingo de Páscoa refere-se à ressurreição de Cristo e constitui o centro da liturgia católica (AZZI, 1978; LE GOFF, 2013). Esse cálculo conciliava o calendário “da quaresma e das celebrações pascais com elementares observações astronômicas...” (MEIRINHOS, 2007, p. 60). Assim, o *computo* eclesiástico, como verificamos em nas Folhinhas trazia fórmulas que possibilitavam determinar a posição de um ano, denominado como o número áureo, os ciclos lunares e solares, a letra dominical, período juliano, etc. Nas palavras de Le Goff (2013):

Ora, a determinação da data da Páscoa que vai de encontro a uma multiplicidade de costumes e que suscita lutas obstinadas, dá também lugar a uma nova ciência, o *cômputo* eclesiástico. O Concílio de Nicéia, em 325, faz do domingo um dia feriado e fixa a Páscoa no primeiro domingo sucessivo ao primeiro plenilúnio da primavera. Diz o texto do Concílio: “Páscoa é o domingo que segue o décimo quarto dia da lua que chega a tal idade a 21 de março ou imediatamente depois” (em 325, o equinócio da primavera era a 21 de março). (p. 444).

Ainda sobre uma mistura de tempo religiosos e astronômico, verificamos de modo similar a frequência quase absoluta da seção “*temporas*” em nossos exemplares. Tal seção refere-se aos dias de jejum e abstinência que ocorrem quatro vezes ao ano, relacionando-se às quatro estações, é então, “os três dias de jejum, que há numa semana, em cada estação do ano, segundo o rito cathólico” (FIGUEIREDO, 1913, p. 1951).

Destacamos, assim, a apreensão de associações entre os tempos religiosos e astronômicos, que pudemos verificar através da grande frequência com que as seções “estações do ano”, “eclipses”, “Calculo dos decimos da idade da lua” e “taboa do nascimento do sol” se faziam presentes nas Folhinhas. Ressalta-se que tais seções sempre eram apresentadas na mesma página, ou seguindo as páginas em que estavam as festas móveis e o *computo* eclesiástico, reforçando suas relações. Essas seções são apresentadas com detalhamento aos leitores, indicam suas datas e horários de início e término. A figura a seguir exemplifica tais discussões:

**Figura 108** - Folhinha civil e ecclesiastica para o anno de 1858 – seção: computo ecclesiastico (p.39/40)

COMPUTO ECCLESIASTICO, ETC. 39		40	
COMPUTO ECCLESIASTICO.		ECLIPSES.	
Aureo numero	16	A <i>Primavera</i> principia a 23 de Setembro, ás 5 h. 30' 55" da manhã.	
Epacta	XV	O <i>Estio</i> principia a 21 de Dezembro, ás 11 h. 18' 41" da tarde.	
Cyclo solar	49	CALCULO DOS DECIMOS NA IDADE DA LUA.	
Letra dominical	C	0.1	Um decimo de dia astronomico 2 h. 24 m.
FESTAS MOVEIS.		0.2	" " " " 4 h. 48 m.
Septuagesima	31 de Janeiro.	0.3	" " " " 7 h. 12 m.
Cinza	17 de Fevereiro.	0.4	" " " " 9 h. 36 m.
Pascoa	4 de Abril.	0.5	" " " " 12 h. 0 m.
Ladainhas	10, 11, e 12 de Maio.	0.6	" " " " 14 h. 24 m.
Ascensão	13 de Maio.	0.7	" " " " 16 h. 48 m.
Espirito Santo	23 de Maio.	0.8	" " " " 19 h. 12 m.
Santissima Trindade	30 de Maio.	0.9	" " " " 21 h. 36 m.
Corpo de Deos.	3 de Junho.	ECLIPSES.	
SS. Coração de Jesus	11 de Junho.	Neste presente anno de 1858, haverão dous Eclipses do Sol e dous da Lua.	
1.ª Dominga do Advento	28 de Novembro.	O primeiro do Sol, a 25 de Março visivel apenas no simples contacto.	
TEMPORAS.		O segundo dito a 7 de Setembro, visivel.	
As primeiras,	24, 26 e 27 de Fevereiro.	O primeiro da Lua a 27 de Fevereiro, acontecendo o primeiro contacto com a sombra ás 6 horas 17' 32" da tarde, o meio do eclipse ás 7 horas 21' 8", e o ultimo contacto com a sombra ás 8 horas 24' e 44" da noite.	
As segundas,	26, 28 e 29 de Maio.		
As terceiras,	15, 17 e 18 de Setembro.		
As quartas,	15, 17 e 18 de Dezembro.		
ESTAÇÕES DO ANNO			
REFERIDAS AO HEMISPHERIO DO SUL.			
O <i>Outono</i> principia a 20 de Março ás 6 h. 40' 21" da tarde.			
O <i>Inverno</i> principia a 21 de Junho, ás 3 h. 20' 50" da tarde.			

**Fonte:** E &H Laemmert, RJ. Referência APM: OR: Folhinha civil e eclesiástica: 1858. Séc XIX. Cx. 16.

Analisando aspectos singulares presentes em determinada Folhinha, destacamos uma única Folhinha do acervo, *Folhinha da Lei das Terras*, que traz uma seção intitulada “prognósticos meteorologicos” que menciona a relação do tempo astronômico e o tempo meteorológico, por exemplo. Assim, são apresentadas ao leitor associações entre esses tempos quando, por exemplo, são explicados os significados envolvidos nas características de certos corpos celestes e fenômenos naturais, em atenção às mudanças metereológicas:

Estrellas – quando as estrellas não scintillão, estando a atmosfera limpa, é signal de tempestade, e quando parecem maiores que de ordinário, é porque o tempo vai mudar”.

“arco-iris – o arco-iris de cores bem vivas, ou duplicado, annuncia continuação de chuva. Quando o sol, a lua e as estrellas apparecerem com uma especie de aureola, ou circulo de côr esbranquiçada, annuncião chuva. (p. 25).

O sol – quando ao por do sol se formarem nuvens ao Oeste, e tomarem a linda côr de pureza, é sinal de vento e tempo seco. (p.26).

No que tange a relação com o tempo meteorológico, destacamos também a presença de seções que buscam orientar seus leitores mensalmente sobre as relações entre o tempo meteorológico e a agricultura. Essas seções ora são denominadas

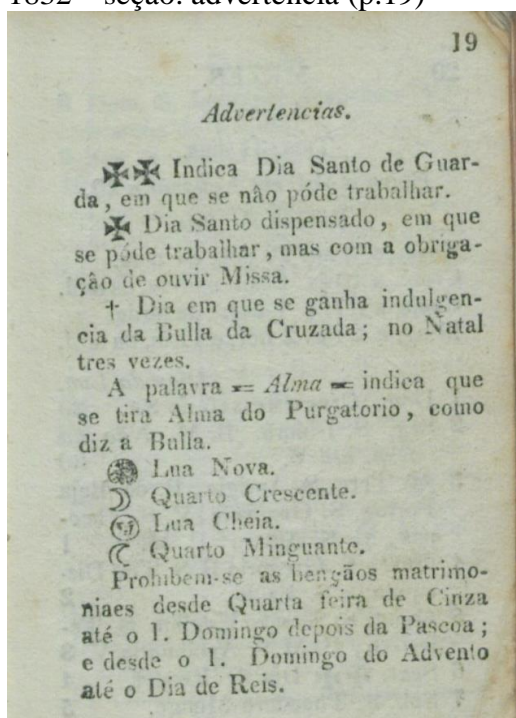
“Calendario do Jardinero” e ora “Preceitos de agricultura, horticultura e jardinagem adoptados ao clima do Brasil”. Tais seções não são frequentes em muitas Folhinhas e ocupam, geralmente, quatro páginas, mas de toda forma reforçam um dos aspectos centrais relacionados às funções das Folhinhas: informar seu leitor sobre assuntos diversos relacionados aos diferentes tipos de tempo. Por exemplo, a *Folhinha Laemmert para o anno bissexto de 1888* refere-se ao mês de dezembro da seguinte forma:

Este mez é muito quente e em serra acima bastante chuvoso e por isso nada se planta ou se colhe além dos cereaes, do chá e semelhantes. Continua-se o revolvimento de terras e faz-se a derrubada das catingas e capoeiras. A moagem e distillação devem estar concluídas. Conserva-se a limpeza das arvores e das vallas, regos e esgotos. Podão-se ainda alguns vegetaes como as fumarias e os industriaes. Todo o cuidado é mister ter com o gado para não devastar as plantações que se avigorão. O café deve estar secco ou po-lo a secar em estufas” (p. 154).

Outra seção muito nas Folhinhas é a seção “Advertencias”, que informa ao leitor sobre alguns sinais gráficos que aparecerão no calendário dos doze meses, sempre a seção próxima. Esses sinais dizem de referências astronômicas, ao apresentar a simbologia da lua para cada uma de suas fases, bem como uma referência religiosa que indica, por exemplo “dia Santo de Guarda em que se não pode trabalhar” ou ainda, “dia santo no bispado”, dentre outros. Essa seção também, além de apresentar esses significados dos sinais, traz na maioria das Folhinhas uma proibição relacionada à religiosidade católica: “Prohibem-se as Benções matrimoniaes desde Quarta feira de Cinza até ao 1º domingo depois de Pascoa; e desde o 1º domingo do advento até ao dia de Reis inclusivamente”.



**Figura 109** - Folhinha de d'Algebeira ou Diario civil e ecclesiastico, do ano bissexto de 1832 – seção: advertências (p.19)



**Fonte:** Imp. C. do Ouro Preto na Typografia do Universal. Minas Gerais. Referência APM: OR: Folhinha de d'algebeira 1831. 0010. Séc. XIX. Cx.60.

**Figura 110** - Folhinha de d'Algebeira ou Diario civil e ecclesiastico, do ano bissexto de 1832 – seção: mezes (p.20-21)

<p>20</p> <p style="text-align: center;">MEZES.</p> <p style="text-align: center;">JANEIRO</p> <p style="text-align: center;">Tem 31 dias.</p> <p style="text-align: center;"><i>Entra o Sol em Aquario a 20.</i></p> <p style="text-align: center;"><i>Phases da Lua.</i></p> <p>Nova. a 3 aos 20 min. da man.</p> <p>Creso. a 10 ás 9 hor. e 58 m. da tard.</p> <p>Cheia a 17 á 1 hor. da tarde.</p> <p>Ming. a 24 ás 2 hor. e 11 m. da tard.</p> <p style="text-align: center;"><i>Dias da Lua.</i></p> <p>1 Dom. CIRCUMCISAÕ do SR. 29</p> <p>2 Seg. S. Isidoro. B. M. Não há desp. até 6. 30</p> <p>3 Terç. S. Aprigio, B. de Beja Portug. S. Genovefa, V. S. Theonas, M. S. Antero, P. M. 1</p> <p>4 Quart. S. Gregorio B. S. Tito Discipulo de S. Paulo. 2</p> <p>5 Quint. S. Simeão Estellita. S. Tesifuro, P. M. S. Apollinaria V. 3</p> <p>6 Sext. ✠✠ Dia de Reis. † 4</p> <p>7 Sab. S. Theodoro Monge. 5</p>	<p style="text-align: right;">21</p> <p>JANEIRO.</p> <p>8 Dom. S. Lourenço Justiniano, Patriarcha de Veneza. 6</p> <p>9 Seg. S. Julião, M. 7</p> <p>10 Terç. S. Paulo, I. Eremita. S. Gonçalo d'Amarante, Portug. Indulg. nos Conv. de S. Domingos. 8</p> <p>11 Quart. S. Hygino, P. S. Honora-ta V. 9</p> <p>12 Quint. S. Satyro, M. S. Zotico, e seus Comp. Mm. 10</p> <p>13 Sext. S. Xisto, B. 11</p> <p>14 Sab. S. Felis, M. 12</p> <p>15 Dom. O SS. Nome de Jesus. S. Amaro Ab. Indulg. nos Conv. de S. Bento. 13</p> <p>16 Seg. Os Santos Mia. de Marrocos, ff. S. Marcello, P. M. Indulg. nos Conv. de S. Francis-co. 14</p> <p>17 Terç. S. Adrião, Ab. 15</p> <p>18 Quart. A Cadeira de S. Pedro em Roma. S. Prisca, V. M. 16</p> <p>19 Quint. S. Canuto, Rei de Dinamarca, M. 17</p>
---	---

**Fonte:** Imp. C. do Ouro Preto na Typografia do Universal. Minas Gerais. Referência APM: OR: Folhinha de d'algebeira 1831. 0010. Séc. XIX. Cx.60.

Em algumas Folhinhas a seção “advertencia” ainda destaca informações mais relacionadas ao funcionamento das atividades católicas e suas festividades, como por exemplo:

todos os domingos e Dias Santos de Guarda à tarde, há no convento dos Capuchinhos no Castello, visita ao SS. Com pratica e, na Capella do Senhor dos Passos terço cantado e de manhã pratica ao Evangelho.  
As Festas dos Padroeiros das Freguezias e cidades, que de direito erão até aqui dias santos de guarda, passão para os Domingos próximos desempedidos, bem como todos os mais dias santos de guarda e dispensados, que forão abolidos. (Folhinha de Saudade para o anno de 1857, p. 13).

Em atenção às relações dessa seção com a do calendário dos doze meses, nos remetemos aos estudos de Le Goff (2013) que destaca que o controle do calendário estava sobretudo nas mãos dos poderes religiosos - as igrejas e os cleros - e que, inclusive, nele estava o calendário litúrgico e todas as atividades e funcionamentos da vida religiosa. Assim, verificamos que a seção “calendário dos doze mezes” já mencionada em outro capítulo: “trata-se de uma forma popularizada e prática de ciência, adaptada ao ciclo litúrgico, o qual por sua vez tinha uma forma fixa, o Calendário, uma tabela com registro das festas dominicais e dos santos...” (MEIRINHOS, 2007, p. 60).

Para além disso, essa seção traz também a mistura de outros tempos, o astronômico com a apresentação das lunações, indicações do período “perigo” e “apogêo”, entrada do sol, bem como o astrológico com uma referência ao horóscopo, não só com a nomeação dos signos para cada mês, mas, em alguns casos, com as adivinhações ou prognósticos para as crianças conforme seus signos. A imagem a seguir exemplifica nossas afirmações:

**Figura 111** - Folhinha para o anno de 1853 – seção: calendário dos doze meses (p.78/79).



**Fonte:** E & H. Laemmert, RJ. Referência APM: OR: Folhinha para o anno de 1853. Séc. XIX. Cx. 57.

Ressaltamos, ainda, sobre o tempo astrológico, de modo a exemplificar, a seção de adivinhações e prognósticos da *Folhinha para o anno de 1853*, publicada pelos irmãos Laemmert, que traz adivinhações para as pessoas em relação a cada signo do zodíaco, separando mulheres e homens. Essas adivinhações são apresentadas após cada mês do ano, por exemplo, para o signo de sagitário, que se refere aos nascidos do dia 22 de novembro a 20 de dezembro, adivinha-se que:

Os homens nascidos debaixo desta constellação enriquecem nas viagens marítimas. Dotados de temperamento vigoroso, grande agilidade e espirito activo; sabem grangear amigos, a quem dissipão a fortuna. São intrepidos amadores da caça, da equitação, das corridas, dos combates, dos jogos de força e destreza. Justos, constantes, sociaveis, laboriosos, a sua vaidade iguala as suas boas qualidades.

As mulheres são dotadas d'espírito inquieto e intrigante. Amão o trabalho e as viagens. Naturalmente piedosas, possuem bom coração e espirito ardente. A vaidade é o seu fraco. Aos desenove annos casão, se até ahi tiverão força e arte de resistir aos innumerous pretendentes ou a seducção. Caso contrario só cazão aos 24 annos. São excellentes mães. (p. 82).

Nesse sentido, encontramos associações bem estreitas também entre tempos astronômicos e astrológicos, que podemos verificar na própria definição de horóscopo

apresentada na *Folhinha para o anno de 1853*, ressaltando ainda o que diz o texto: estão respondendo a expectativas dos leitores:

chama-se Horoscopo a observação do céo no momento em que nasce alguém, ou começa alguma empreza, para se ler ali o destino do recém-nascido, ou os resultados futuros do acontecimento que se prepara. Há uma differença entre o horóscopo propriamente dito e a adivinhação ordinaria: esta tira as suas inducções de circumstancias às vezes extravagantes ou fantásticas; o horoscopo, mais ambicioso nas suas vistas, mais atrevido nos seus meios, pede ao céo as suas inspirações! De todos os systemas estabelecidos para tirar os horoscopos, aquelle que em seguida publicamos é o mais certo, conhecido e menos incoerente. Dando-lhe publicidade, satisfazemos os desejos de muitos leitores que nos escrevem sentidas cartas, porque não ensinamos a ler o futuro. Devem-nos agradecer o cuidado que tivemos neste anno em satisfazer ás suas exigencias. Porém não se queixem de nós mal aquinhoados. (*Folhinha para o anno de 1853*, p. 23).

Ressaltamos, por fim, uma relação ainda mais estreita entre o próprio gênero editorial *Folhinha* e a socialização dos tempos diversos. Essa relação é feita pelo redator da *Folhinha* em um texto apresentado na seção “Introducção ao calendario para 1846”:

os calendários e *Folhinhas* são comparáveis a plantas annuaes, que dão flores mensaes e frutos diários; abrindo suas folhas, desabroçam estas flores, aromatisão, e fructificação pomos, quase colhem todos os dias; patenteão influencias celestes, durante que o sol percorre os doze signos, e as quatro estações a lua reflecte sua luz nas noites amenas destes climas tórridos. A luz solar como exposemos, afflue continuamente do sol á terra com tanta profusão e velocidade que faz do nosso planeta um astro luminoso, espalhando-se rapidamente nos espaços celestes: ella é muito mais energética quando a terra tem o sol no perihelio, no principio do anno e do verão, n'estes climas austraes, na proximidade do tropico antártico [...]. (p. 3).

Nesse sentido, a socialização dos diferentes tempos está fortemente marcada nas páginas das *Folhinhas*, seja para guiar os leitores num espaço mais relacionado ao funcionamento e administração dos órgãos do governo, seja para guiar no espaço da tradição católica, seja ainda para guiar num espaço mais astrológico e astronômico. Talvez estivesse mais relacionada a saberes práticos (NEVES, 2010), bem como a crenças, por exemplo, quando se relaciona as fases da lua com o ritmo da vida (NOVA, 1996). Essas associações são reforçadas também pela presença das seções “Taboa de sahida e entrada da lua” e “Taboa do nascimento e accaso do sol”. Ao serem mencionadas, essas relações sugerem-se ligações entre os tempos, especialmente relações com os astros celestes, sol e lua. Para ilustrar essas seções, reproduzimos abaixo uma imagem:



**Figura 112** - Folhinha de Jogos para o anno de 1869 – seções: Taboa do nascimento e occaso do sol e Taboa de sahida e entrada da lua (p. 10/11)

10		NASCIMENTO E OCCASO DO SOL.					41	
		SETEMBRO.						
Dia do mez.	Nascimento.		Occaso.		Equação do Tempo.			
	h.	m.	h.	m.	m.	s.		
5	6	12	5	48	—	1	29	
10	6	8	5	52	—	3	11	
15	6	6	5	54	—	4	36	
20	6	4	5	56	—	6	41	
25	5	58	6	2	—	8	25	
30	5	56	6	4	—	10	4	
OUTUBRO.								
5	5	52	6	8	—	11	37	
10	5	48	6	12	—	13	1	
15	5	45	6	15	—	14	12	
20	5	42	6	18	—	15	9	
25	5	39	6	21	—	15	50	
30	5	35	6	25	—	16	13	
NOVEMBRO.								
5	5	33	6	27	—	16	16	
10	5	30	6	30	—	15	55	
15	5	27	6	33	—	15	12	
20	5	25	6	35	—	14	8	
25	5	23	6	37	—	12	45	
30	5	21	6	39	—	11	3	
DEZEMBRO.								
5	5	20	6	40	—	9	5	
10	5	19	6	41	—	6	53	
15	5	18	6	42	—	4	31	
20	5	18	6	42	—	2	2	
25	5	18	6	42	—	0	23	
30	5	18	6	42	—	2	55	

OBSERVAÇÃO. — Na quarta columna se notão os minutos que devem indicar as pendulas e os relogios bem regulados antes ou depois do meio-dia, quando em qualquer meridiano fór meio-dia verdadeiro. — Os minutos que levão o signal 2 devem exceder ao meio-dia verdadeiro, e os que levão este signal — devem faltar para elle; e por esta taboa, havendo uma boa meridiana, se podem regular os relogios.

40		SAHIDA E ENTRADA DA LUA.				41						
		TABOA										
		DA SAHIDA E ENTRADA DA LUA, E DAS MARÉS CHEIAS PARA O PORTO DO RIO DE JANEIRO EM CADA DIA DO MEZ LUNAR.										
DIAS DA LUA	SAHIDA.		ENTRADA.		MARÉ.		MARÉ.					
	hor.	min.	hor.	min.	hor.	min.	hor.	min.				
1	M.	6	36	T.	7	0	M.	2	57	T.	3	21
2		7	24		7	48		3	45		4	9
3		8	12		8	36		4	33		4	57
4		9	0		9	24		5	21		5	45
5		9	48		10	12		6	9		6	33
6		10	36		11	0		6	57		7	21
7		11	24		11	48		7	45		8	9
8	T.	0	12	M.	0	36		8	33		8	57
9		1	0		1	24		9	21		9	45
10		1	48		2	12		10	9		10	33
11		2	36		3	0		10	57		11	21
12		3	24		3	48		11	45	M.	0	9
13		4	12		4	36	T.	0	33		0	57
14		5	0		5	24		1	21		1	45
15		5	48		6	12		2	9		2	33
16		6	36		7	0		2	57		3	21
17		7	24		7	48		3	45		4	9
18		8	12		8	36		4	33		4	57
19		9	0		9	24		5	21		5	45
20		9	48		10	12		6	9		6	33
21		10	36		11	0		6	57		7	21
22		11	24		11	48		7	45		8	9
23	M.	0	12	T.	0	36		8	33		8	57
24		1	0		1	24		9	21		9	45
25		1	48		2	12		10	9		10	33
26		2	36		3	0		10	57		11	21
27		3	24		3	48		11	45	T.	0	9
28		4	12		4	36	M.	0	33		0	57
29		5	0		5	24		1	21		1	45
30		5	48		6	12		2	9		2	33

N. E. As marés vazias são 6 horas e 12 minutos depois das marés cheias.

As letras M indicão manhã, T tarde.

**Fonte:** Eduardo & Henrique Laemmert, RJ. Referência APM: OR: Folhinha de jogos: 1869. Séc. XIX. Cx.51.

Nessa mesma perspectiva, destacamos, mais especificamente, sobre a socialização dos tempos nas Folhinhas, uma regulação de um tempo cíclico, que independente do assunto das seções, e mais simbolicamente representado pelo calendário dos doze meses, regula o tempo de um ano. Assim, o ano é a unidade fundamental do calendário e o simbolismo de uma representação de ciclo de morte e vida desse tempo de um ano é fortemente demarcado pela data do ano novo. E essa data geralmente está relacionada às lunações e ainda ao ciclo vegetal (LE GOFF, 2013), o que reforça as associações dos tempos civis, religiosos, astronômicos, astrológicos, meteorológicos no que tange à orientação dos leitores nas práticas cotidianas.

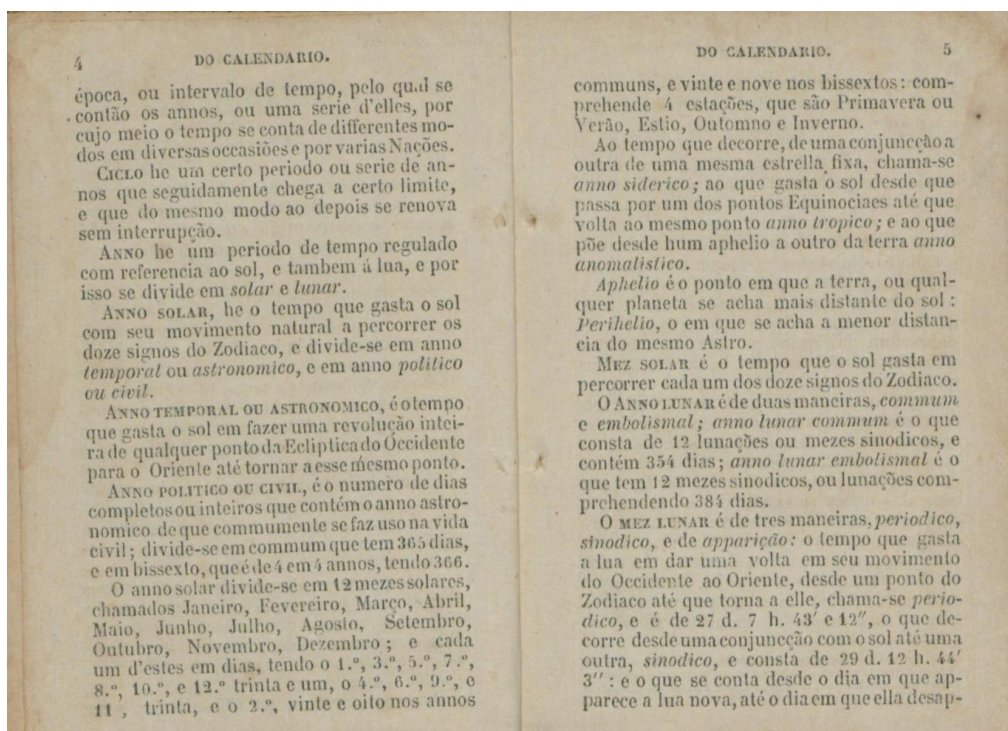
E ainda, sobre a socialização do tempo, destacamos a função de “ritmar da dialética do trabalho e do tempo livre” (LE GOFF, 2013, p. 472), especialmente pela apresentação da seção “feriados”, presente em todos os exemplares das Folhinhas, onde se demarca os dias feriados de cada mês e esses dias são reproduzidos no calendário dos

doze meses. Assim, o leitor é orientado nessa conexão dos dois tempos “o tempo regular, mas linear, do trabalho, mais acessível às mutações históricas, e o tempo cíclico da festa, mais tradicional, mas permeável às mudanças da história” (LE GOFF, 2013, p. 472).

De modo significativo, destacamos ainda que localizamos na *Folhinha jocosa para o anno de 1851* um texto que possibilita pensar na socialização do tempo nas Folhinhas. Isso se revela na intencionalidade do redator em explicar e informar ao leitor sobre o calendário e sobre como ele é organizado, estabelecendo associações entre os tempos e suas distribuições. Nesse texto intitulado “Calendario”, se descrevem detalhadamente as possibilidades de distribuição do tempo, as nomenclaturas presentes nessa distribuição e as suas relações, ao indicar, por exemplo, ao leitor que “Anno he um periodo de tempo regulado com referênciã o sol, e também á lua, e por isso se divide em solar e lunar” (p. 4). Assim, vai sendo apresentada cada definição de anos e suas interpelações, em que o ano solar “he o tempo que gasta o sol com seu movimento natural a percorrer os doze signos do Zodiaco, e divide-se em ano temporal ou astronomico, e em anno politico ou civil[...]. (p. 4).

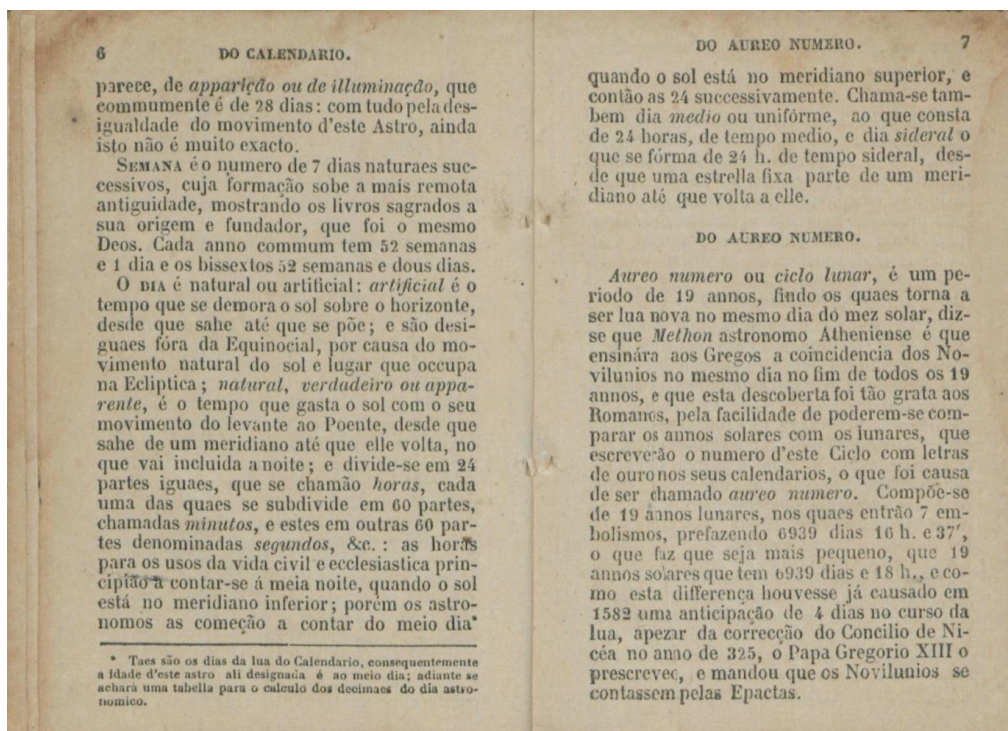
Cada informação sobre ano, mês, semana e dia é apresentada e definida para o leitor. Além disso, também há referências específicas sobre o computo eclesiástico, ao se tratar dos significados da indicação romana, das epactas, letra dominical e, ainda, informações que se associam às temporas da religião católica e sobre os eclipses. Reproduzimos a seguir algumas páginas dessa seção, para apreciação do leitor desta tese:

Figura 113 - Folhinha jocosa para o anno de 1851 – seção: calendário (p.04/05)



Fonte: E. & H. Laemmert, RJ. Referência APM: OR: Folhinha Jocosa: 1851. Séc. XIX. Cx. 59.

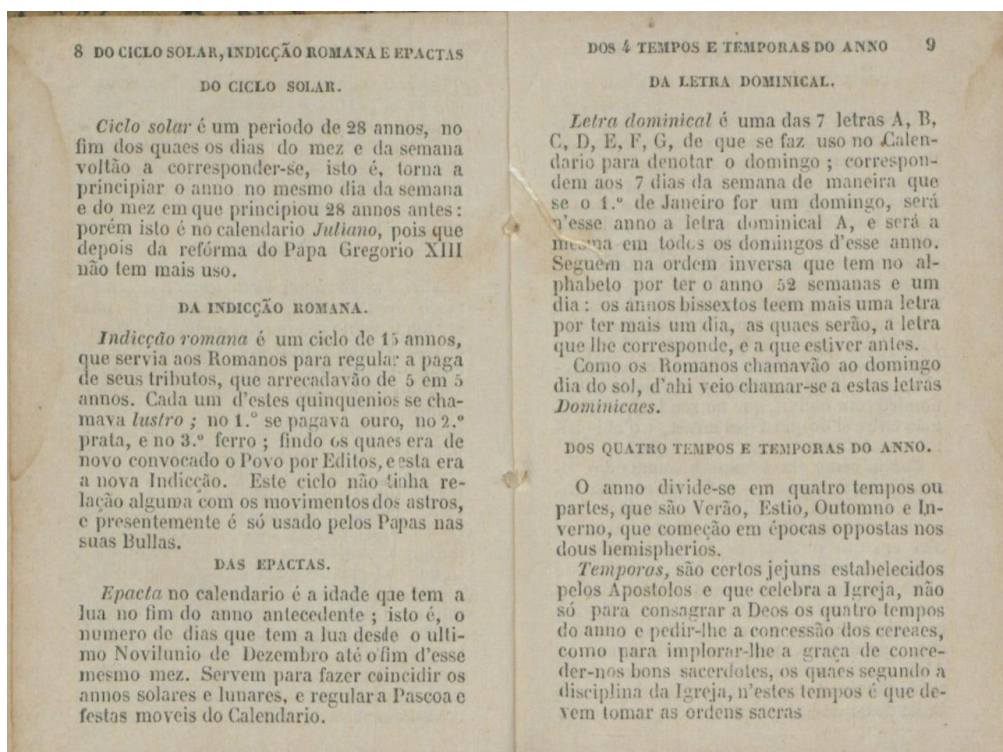
Figura 114 - Folhinha jocosa para o anno de 1851 – seção: calendário (p.06/07)



Fonte: E. & H. Laemmert, RJ. Referência APM: OR: Folhinha Jocosa: 1851. Séc. XIX. Cx. 59.

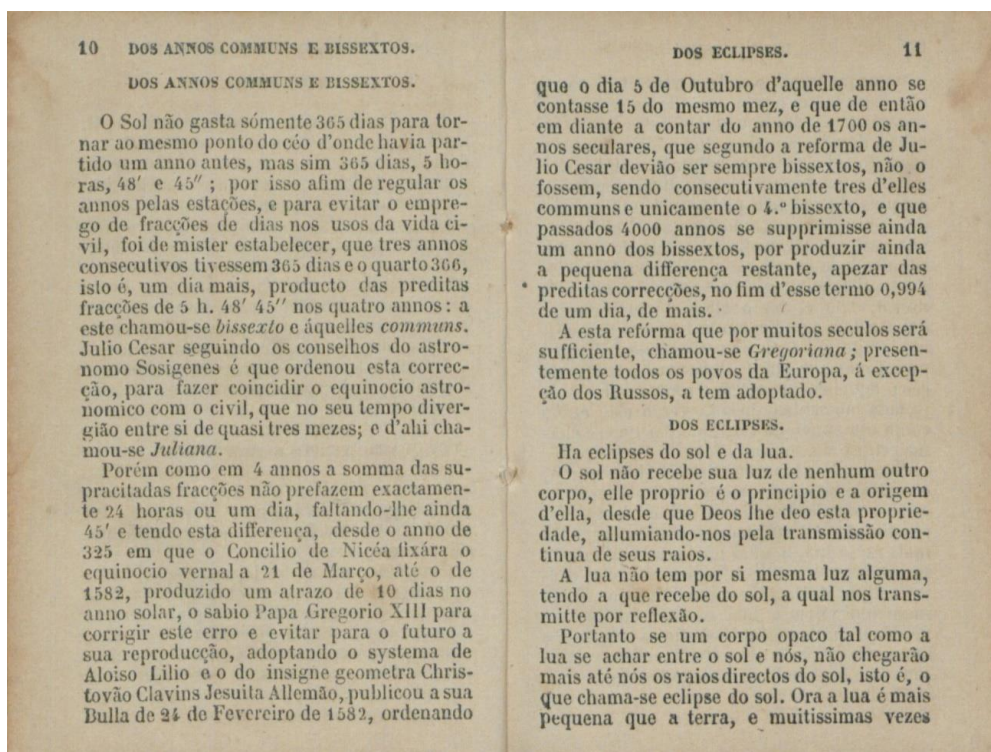


**Figura 115** - Folhinha jocosa para o anno de 1851 – seção: calendário (p.08/09)



**Fonte:** E. & H. Laemmert, RJ. Referência APM: OR: Folhinha Jocosas: 1851. Séc. XIX. Cx. 59.

**Figura 116** - Folhinha jocosa para o anno de 1851 – seção: calendário (p.10/11)



**Fonte:** E. & H. Laemmert, RJ. Referência APM: OR: Folhinha Jocosas: 1851. Séc. XIX. Cx. 59.

Desse modo, reforçamos que além da simples menção das datas em seções específicas, com o intuito de socialização dos tempos, a presença de uma seção específica com explicações mais detalhadas constrói e repercute um leitor que precisa ou se interesse em compreender datas e indicações e não somente em saber que elas existem.

### **7.5 Uma aproximação com leitores e leitoras pelo discurso a eles dirigidos e pelos temas da seção “O Anno Novo”**

Nossos dados não permitem chegar aos leitores, senão pelo discurso dirigido a eles. Conforme já foi dito em tópico anterior, a seção “O anno Novo” é uma das que mais estabelece um discurso direto ao leitor, sendo uma espécie de carta ao leitor. Nesses textos o leitor é nomeado, classificado em perfis, é provocado a ler e continuar lendo os impressos. Nela, também são encontrados alguns indícios de maneiras de ler.

O início desse diálogo ou interpelação, tendo como referência um leitor/freguês é exemplificado nas expressões que iniciam o texto dessa seção:

Meus nobres freguezes! (Folhinha do charadista para o anno de 1867, p. 1).

Meus ricos Freguezes da minha veneração! (Folhinha Militar para o anno bissexto de 1868, p. 1).

Respeitavel publico, e Amigos Freguezes! (Folhinha de Jogos para o anno de 1869, p. 1).

Meus caros Freguezes e Amigos velhos sem caruncho!  
 Vou de novo, caros Leitores,  
 Incomodar-vos com minha  
 Letrinhas (sem que minta)  
 Visto haver papel e tinta! (Folhinha Botanica para o anno de 1871, p. 1).

Compradores constantes, freguezes queridos! (Folhinha dos interessantes Echos para o ano de 1875, p.1).

Ao analisar o texto dessa seção, destacamos alguns elementos relevantes em relação ao suposto leitor das Folhinhas. Um deles refere-se à expectativa ou mesmo à comprovação de um leitor feminino e masculino “os nossos Leitores e adoradas Leitoras”, junto à estimativa de uso desse leitor, e inclusive a menção explícita de que tal Folhinha é especialmente para os leitores que “anualmente comprão e lêem de cabo a rabo ... inclusive o catalogo”. Assim, a primeira suposição de leitores que podemos

mencionar a partir do texto do redator é um leitor que seja tanto mulher quanto homem e, especialmente, o leitor que se interesse em ler esse material por completo. Enfatizamos que, apesar de na maioria das Folhinhas a menção a este leitor ser relacionada ao público masculino, com a palavra leitor sempre no masculino, algumas delas destacam os dois gêneros, ao descrever expressões femininas, como por exemplo:

**Estimáveis Leitores e amabilíssimas Leitoras!** (Folhinha do Charadista para o anno de 1867 p. 8) (grifo nosso)

**Illustres, Preclarissimas e sempre saudosissimas Frequesas.”** (p. 3) Como **as leitoras estão vendo**, o tal Sr. Sol não é lá essas cousas... (p. 4). Vejam as **minhas queridas Leitoras...** (p. 5). ... e sabeis por que, minhas leitoras? Amáveis e sempre sollicitas leitoras... (p. 9). Sim leitoras belas e amaveis, eis-me aqui vestido à escocêsa, alegre e contentíssimo puxando o arco da rebeca, sem mesmo saber se aqui há nota de musica, e somente para vos fazer rir, e com as vossas risadas tão lindas e graciosas, aquecer ainda mais o irregelado arco da rebeca que verdadeiramente toca – a minha corda sensível – que são os cobres. (Folhinha de 1861, p. 18, grifos nossos).

E ainda, em versos, a Folhinha solicita a fidelização dos seus leitores, colocando ênfase nas leitoras:

[...] por tudo que tem havido  
E pelo que há de haver,  
Eu a meo leitor querido  
Vou um pedido fazer  
Não mudem de freguezia,  
Que o patrão com alegria  
O servirá muito bem,  
Pois mais agrado e carinho  
Em vendo logo o cobrinho,  
Por certo não tem ninguem!

Quanto a mim basta-me a quota  
Que me toca de anno a anno,  
Mas que nem dá pra bota  
De algum real soberano.  
Si eu pilhasse o que queimou-se  
No arsenal, e gastou-se  
Com moçoilas (menina de pouca idade) bonitinhas,  
Escrevia até de graça  
Dava um baile por chalaça  
A's leitoras das Folhinhas  
Mas como ninguem me manda  
O que ganhou ou perdeu  
E o olho vivo inda ainda  
Vendo onde um furo nasceo  
Vou contente com a sorte  
Em quanto não vem a morte  
Saudando as leitoras minhas  
Pois o que quer, na verdade,  
E' que tenham felicidade  
O Redator das Folhinhas”

(Folhinha de versos para o anno bissexto de 1872, p.30 e 31)

Em alguns casos, menciona-se claramente que tal publicação é para os dois sexos, como é o caso da *Folhinha dos bons costumes para o anno de 1855*:

[...] por isso vou tão somente informa-los que continuo cá na futrica tambem para o anno vindouro a fabricar Folhinhas para o próximo, assim como para a próxima, **porque eu funciono para os dois sexos.** (Folhinha dos bons costumes para o anno de 185, p. 25).

Refletindo ainda sobre os supostos leitores das Folhinhas, acentuamos que, na *Folhinha para o anno de 1853*, os bons desejos do redator para o ano novo ainda especificam certa diversidade de leitores supostos, ao dizer:

Ainda desejo: Aos estudantes, seis mezes de férias; As moças chamadas tias, um marido moço; As raparigas pobres, um marido que possa medir a chêlpa aos alqueire; Aos architetos, a cobertura da rua do Cano; Aos medicos, encommodos e molestias bastantes, com a suppressão da morte; Aos advogados, demandas interminaveis como a d'um meu amigo que começou uma, e quando a julgava ganha, se achou a braços com cinco; A todos os amigos alegres, um bom Carnaval; Ao proprietário de um jornal, vinte e cinco mil assignaturas pagas com exactidão; Aos estouvados de 18 annos, um pouco de senso commum e optima saude; Aos casados, paciencia a toda prova; Aos theatros, a concurrencia do publico; Aos gulosos, convites e um bom appetite; A todos os doentes, a esperança de sarar; Aos presos em geral, as chaves da prisão; Aos compradores de bilhetes de loteria, senão a sorte grande ao menos a de dez contos; Aos habitantes da côrte em geral, e aos medrosos da amarella em particular, o prompto atterro do mangue da Cidade Nova. (p. 13).

Esse trecho da carta ao leitor é muito significativo para pensar na estimativa diversificada que o impresso supõe de leitores, pois são mencionadas várias classificações de leitores, seja pelas profissões, seja pelo estado civil, seja por um estado de saúde ou doença, ou seja, ainda, simplesmente aos leitores alegres.

Em outro trecho de uma edição diferente, há uma suposição de um leitor/freguês da provincia de Minas Gerais:

Alguem que veio de algures me disse cá ao ouvido que ainda este anno não se começará o trabalho dos almejados caminhos de ferro. Forte desgraça! Ah! Meus freguezes Mineiros, quando toda minha imaginação voava por essas vias ferreas; quando nos meus bellos sonhos me julgava encaixado n'uma dessas elegantes carruagens com a certeza de passear na vossa provincia 10 ou 12 horas depois de sahir desta capital" (Folhinha da Lei das Terras para o anno de 1854, p. 14).

A multiplicidade de assuntos que essa seção traz também retrata a possibilidade de leitores variados supostos pelo impresso. Um exemplo mostra essa diversidade, quando, em grande parte as Folhinhas, mencionam sobre migração. A Folhinha, especialmente publicada em 1871, se pronuncia sobre o fim da Guerra do Paraguai que foi no ano precedente, destaca informações sobre as moléstias que apareceram com mais frequência no ano. São também destacados assuntos culturais e artísticos,

mencionando-se o teatro: “Ora n’um, ora n’outro theatro eu não vi senão novidades, modernismos, phantasmagorias e um sem numero de enchentes, musicatas, flores, fogos de bengala e poesias” (Folhinha de versos para o anno bissexto de 1872, p. 12). Como o tema da religião perpassa todos os impressos, destaca-se sobre o papa:

O poder do Papa está e quer-se hoje respeito e adoração de todos os catholicos romanos espalhados sobre a superficie do globo, é a fé que o sustenta e não o domínio temporal de alguns terrenos. Representante do Creador, sobre a terra, para com os seus súbditos, a sua missão é a paz e o amor que um pai desvelado deve ter por seus filhos... (Folhinha de 1862, p.10).

Há, ainda, informações sobre bailes e festividades. Em todas elas aparecem informações mais gerais sobre o contexto político do império do ano precedente. Em algumas enfatiza-se alguns acontecimentos e, inclusive, imprime claramente sua opinião aos leitores, por exemplo:

Napoleão I cahio e foi desterrado governando a Igreja Pio XII, Carlos X largou o throno de França governando Pio VIII, e Luiz Felipe deu ás de Villa Diogo estando no throno pontifício Pio IX! Agora padre crê em bruxas. É assim mesmo, caros leitores, depois de termos tanto conversado de politica, para passarmos a outros assumptos, vos digo que todas as desordens pelas quaes passamos nos fazem finalmente convencer que este mundo, no qual nos agitamos, chocando-nos sempre contra qualquer cousa, e cheio de defeitos apparentes, se acha todavia, e apezar de tudo, admiravelmente organizado pelo Creador Supremo, uma desordem apparente produzindo sempre a ordem e a harmonia. Por isso, nada de assustar.” (Folhinha de 1862 p. 11).

A seção “O Anno Novo”, ainda traz assuntos sobre moedas, moda, aspectos da Lei germânica, informações sobre possibilidades de passeios turísticos no Rio de Janeiro e em algumas ainda trazem assuntos relacionados a mortes e suicídios, uma delas, inclusive, apresenta em versos a temática:

É mania do nosso tempo  
De a gente se suicidar  
Por dá cá aquella palha  
Qualquer se vai enforcar.  
Quem deitou seus bens pela janellas,  
De amor sente grande pezar,  
Ou certas dôres de canellas,  
Com phosphoro se põe a abalar.  
Ou se esvai em sangue n’um banho,  
Ou o corpo c’o revolver furando,  
Larga míseros a mulher e os filhos,  
Afflicções por pão lhes deixando.  
Suicídio parece remedio  
Para todos os males efficaz,  
Matão sêde e até a fome  
Uns goles de agua raz.  
Insensatos! Em vós tende mão,  
Castigo eterno não vos falha,  
Confiando em Deos quem trabalha

Com ardor, sempre ganha seu pão.  
(Folhinha Botanica para o anno de 1871, p. XXX).

Mas, afinal, pelos temas e modos de se dirigir ao seu público, podemos aferir os leitores e seus interesses. No entanto, ultrapassando a ideia de guia de condutas e de ações presente nas publicações, constatamos que os destinatários privilegiados são os habitantes da corte do Rio de Janeiro, haja vista a apresentação de informações de funcionamento de órgãos públicos ou de festividades da capital. Assim, os comportamentos e acontecimentos da corte alimentam o ideário de leitores de outras províncias e, quem sabe, acabam sendo modelos idealizados do funcionamento da sociedade? Não é por acaso que os anuários específicos de cidades e províncias que encontramos ao final do século XIX começam a criar e tratar de realidades mais próximas, mesmo se inspirando em conteúdos das Folhinhas ou copiando dados mais gerais do país.

Sobre as competências leitoras, é preciso fazer uma distinção entre habitantes do município do Rio de Janeiro e outros municípios e províncias, pois o nível de alfabetização na cidade do Rio é maior do que nas outras. Assim, dados apresentados por El Far (2004), mesmo considerando que ela abarca as três últimas décadas do século XIX e não cobre o período que investigamos, mostram que

O percentual de pessoas alfabetizadas na capital federal subiu de 35,2%, em 1872 para 50,8, em 1890, e 61% em 1920. Isso significava que, diferentemente do restante do país, onde aproximadamente 80% das pessoas não sabiam ler, no Rio, a partir de 1890, mais da metade da população seria considerada leitora em potencial. Estes dados, divulgados ao sabor do otimismo republicano, podem apresentar alguns excessos frente aos problemas existentes no cotidiano da cidade, marcado pelo recente passado escravocrata e por uma extrema desigualdade social e financeira que impedia aos seus 180.000 negros libertos e mestiços acesso à instrução. Mas, ao lado de possíveis retoques estatísticos, a sociedade carioca, dessa última década do século XIX, viu crescer em seu bojo uma camada urbana, variada e alfabetizada, notada com especial apreço pelos comerciantes de livros. (EL FAR, 2004, p.71)

Mas, afinal, temos uma Folhinha “que tudo deslumbra e nenhuma competencia receia<sup>99</sup>” e, em cartas dirigidas aos leitores, esses também são nomeados leitores e ouvintes, conforme demonstra o trecho: “[...] Póde ser que um obscuro e desconhecido filho do povo venha em tenra idade ter à vista um destes escriptos, e lendo, ou ouvindo, lêr a historia de um grande homem[...]” (Folhinha de lembranças instructivas e divertidas para o anno de 1875, p. VII). Assim, a transmissão dos escritos e sua apropriação são mais complexas do que se pode imaginar.

---

<sup>99</sup> Folhinha Laemmert para o anno de 1885, p. 33.

Considerando que ler e ouvir são possibilidades que aproximam determinados grupos da cultura escrita (GALVÃO, 2000), podemos compreender o que se denomina como textos de grande circulação. Neste último tópico, reunimos alguns fios entre impresso, leitor e leitura, sendo os sujeitos e suas práticas de ler o que mais nos escapa e desafia nos estudos sobre a história do livro.



## 8 CONCLUSÃO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS E NOVAS PERGUNTAS

No momento em que iniciamos a escrita da conclusão da tese, algumas reflexões foram levantadas, a primeira delas foi sobre o significado de “conclusão”<sup>100</sup> e as possibilidades de realmente se concluir um trabalho. Desse modo, ficamos pensando em como começaríamos os nossos escritos de conclusão. Vamos iniciar, apresentando a definição da palavra conclusão, em um dicionário da época de publicação das Folhinhas do acervo da pesquisa e em dicionário mais contemporâneo, para tentar compreender nuances dessa definição, desde o século XIX:

CONCLUSÃO, s. f. A ultima parte do discurso oratorio, ou poema; epilogo, fecho da obra. §. Consequencia, inferenoia; que se deduz d'algumas premissas, ou principios. t. de Logica. S. These,[...] §. Caderno, em que há Theses, ou Conclusões. §. Fazer, defender conclusões [...] §. Estarem os autos na conclusão, em poder do Juiz, ou de quem deve dar nelles algum despacho, quando cabe fazer-lhos conclusos em seus termos. (SILVA, 1831, p.430)<sup>101</sup>.

De modo similar, em um dicionário do ano de 1975, conclusão é:

CONCLUSÃO [Do lat. Conclusione.] S. f. 1. Ato de concluir; término [...] 2. Fim, termo: a conclusão dum estudo. 3. Epílogo, remate, fecho: a conclusão de um discurso. 4. Ilação, dedução: a conclusão de um problema. 5. Ajuste definitivo de um negócio. 6. Tese (1 e 2); 7. Jur. Entrega ou remessa de um processo ao juiz, para que este lavre nele despacho ou sentença. (FERREIRA, 1975, p. 359)<sup>102</sup>.

Nesse sentido, a própria definição da palavra nos põe em alerta sobre a retomada de aspectos mais relevantes da pesquisa, mas, ao mesmo tempo, nos chama a estar também atentas em concluir, fechar a obra de modo a despertar uma compreensão do nosso objeto de pesquisa em suas mais variadas possibilidades de diálogo entre um sistema de pensamento do Brasil, do século XIX, identificado nas Folhinhas, e as relações disso com o leitor/leitora, leitura e impresso.

Esse fechar da nossa obra, a tese, desperta a sensação de que ainda há muitos caminhos a percorrer, há muitas outras possibilidades de análises do objeto, há alguns não ditos que ainda podem ser ditos. Assim, a cada finalização de capítulos, tópicos,

<sup>100</sup> A ideia de compreender inicialmente os significados de concluir uma tese e, mais especificamente, de refletir sobre a definição dessa palavra surgiu através da leitura das conclusões de Frade (2000) e Galvão (2000). Galvão (2000), especialmente, traz a definição de um dicionário e, assim, inspiradas nela resolvemos apresentar também a definição de conclusão em dicionário do século XIX e em dicionário contemporâneo.

<sup>101</sup> Dicionario da Lingua Portuguesa. Antonio de Moraes Silva, Tomo A-E. Na Impressão Regia, Lisboa, 1831, p. 430.

<sup>102</sup> Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. Editora Nova Fronteira, 1975, p. 359.

fechavam-se algumas questões, ao mesmo tempo em que novas expectativas iam surgindo. Esse processo se relaciona a uma forma de amadurecimento do pesquisador que vai se produzindo ao longo do processo de fazer pesquisa (FRADE, 2000). Desse modo, nossa opção foi apresentar algumas considerações/sínteses parciais, que verdadeiramente não pretendem uma nova abordagem ou fechamento, mas sim a retomada de alguns elementos centrais.

Mediante um estudo analítico-descritivo-comparativo das Folhinhas que fazem parte do *corpus* da nossa pesquisa, inicialmente, destacamos que foi possível compreender as funções, as características simbólicas, materiais, estruturais, que as tornam, uma fórmula editorial, uma identidade de gênero, uma Folhinha. Nesse sentido, constatamos que as Folhinhas trazem uma fórmula e uma forma editorial que emprega um formato geral para todos os exemplares, acrescido de partes específicas com temática diretamente relacionada ao título da obra. Em sua maioria, trazem também um catálogo e o anexo configura uma forma de segmentação de leitores e uma identidade para cada título inventado.

Os dois anexos da obra, além do material geral, nos ajudaram a compreender quais eram as estratégias de segmentação e também as relações de dependência e independência entre as várias partes e o material geral. Desse modo, cria-se um padrão, uma técnica padronizada (ANDRIES, 1996b), em que a apresentação e a estruturação das seções são mantidas. Essa padronização traz identidade às Folhinhas, bem como a estratégia de segmentação, nos aproximando por indícios, aos supostos leitores que o impresso pretendia abranger.

Nesse sentido, constatamos a permanência de várias seções em diferentes Folhinhas que reforçam a abordagem que predomina nesse impresso: a maioria delas aborda temáticas fortemente marcadas pela socialização do tempo. Essa fórmula editorial, no caso das Folhinhas analisadas, identifica um impresso que pretende guiar e orientar seus leitores nos diferentes tempos (civil, religioso, astronômico, astrológico) e nas suas constantes relações e associações entre esses tempos, reforçando a ideia de Le Goff (2013), de que o próprio calendário é elaborado a partir de importantes elementos religiosos, culturais e políticos em associação com o cálculo dos movimentos dos corpos celestes.

Na perspectiva de um impresso que pretende ser um guia, retomamos que o texto das Folhinhas está marcado temporalmente em dois sentidos, um tempo mais ancestral com a repetição de fatos religiosos e de história mais geral e uma

temporalidade mais contemporânea, pois algumas seções trazem informações e fatos históricos e políticos do ano precedente ao da sua publicação, reforçando, assim, uma intencionalidade do impresso de construção de uma memória coletiva brasileira (NOVA, 1996).

A ideia de miscelânea literária, também trazida por Laurence Halleweel (2005), confirma-se na análise de nosso *corpus*. As Folhinhas apresentam uma diversidade de assuntos, num encontro de permanências e movimentos. Assim, apesar da conservação de várias seções em diferentes edições, há singularidades que se revelam na abrangência de gostos variados dos leitores. Por exemplo, ao trazer assuntos específicos sobre a organização administrativa da corte e ainda sobre a ênfase na apresentação da composição da família real, nota-se uma associação das Folhinhas com espécie de compêndio para a vida do cidadão do império do Brasil (NEVES, 2010). Assim, cria-se uma mentalidade nacional para aqueles que se interessam pelo sistema de governo, ao mesmo tempo em que os supostos leitores-modelo, possivelmente, são os habitantes do município da corte do Rio Janeiro.

As complexas relações estabelecidas entre o objeto, espaço e tempo e as possíveis práticas culturais de seu uso, são de difícil apreensão. Todavia, ao analisar as Folhinhas, compreendemos os modos como as editoras constroem seu projeto editorial e como criam estratégias compartilhadas por agentes sociais (a elite intelectual, padres) e instituições (Igreja, Estado, Império) no que diz respeito a um projeto de difusão de condutas, valores e informações por meio da palavra impressa: formar moral e civicamente os cidadãos. Nesse momento, evocamos as máximas ou pensamentos, ou “Chorrilho de adágio” e ainda os “Garantias Constitucionaes” presentes na maioria das Folhinhas, ao final de cada mês.

Esses textos remetem explicitamente a uma espécie de pretensão de formação moral e cívica e os próprios nomes dados a eles reforçam essa ideia. Em consulta de dicionário da época, destacamos a relação direta de “máximas” e “adágio” com regras de conduta e sentenças de cunho moral:

MÁXIMA, s. f. Principio evidente, axioma. §. Regra de conducta, regime, e governo: v. g.as maximas de Estado, da prudencia, do Christianismo ; documento , dictame. §- na Mus. A primeira nota. (SILVA, 1823, p. 225).

ADAGIO, s. m. Sentença breve geralmente recebida, e de ordinário moral; rifão. §. Adagio, adv. musico: de vagar, descansadamente. (SILVA, 1831, p. 35).

E, em algumas Folhinhas, a orientação é pela formação cívica ao trazer textos relacionados aos artigos da constituição e que ganham o título de “Garantias Constitucionaes”. De todo modo, acrescentamos ainda que todo o conteúdo das Folhinhas traz na palavra impressa uma intenção de guiar “pedagogicamente” os sujeitos dentro de um tempo social. A impressão, ao ler os textos, é a de uma estrutura detalhada, sistematizada de transmissão própria de um discurso pedagógico – visando à adesão do leitor a certos valores, condutas, moralismos. Assim, o discurso das Folhinhas “repousa no sentido básico de persuadir...” (NOVA, 1996, p. 68).

Recuperando os estudos de Meyer (2001), constatamos a circulação de almanaques brasileiros desde o início do século XIX, por exemplo, o “Almanak Imperial do Commercio e das Corporações civis e militares do Império do Brasil”, publicado por Pedro Plancher-Seignot de 1829, impresso em 347 páginas com dimensões: 10x14,5 cm e, ainda, o “Almanak Geral do Imperio do Brasil” de 1838, publicado pela tipografia Comercial Fluminense, com 396 páginas e dimensões: 17,5x11 cm. A autora traz também informações do “Anuário Politico, Historico e Estatistico do Brasilde 1846, publicado no Rio de Janeiro pela casa Firmin Didot Irmãos. Esses títulos nos ajudam a refletir sobre a diversidade de gêneros, de materiais, ditos populares, com funções e formas similares.

Como já mencionamos, os assuntos desses impressos são parecidos e, se atentarmos, especialmente para a quantidade de páginas, verificamos a similitude com as Folhinhas do acervo. As dimensões dos almanaques é que são maiores, talvez seja essa uma das principais diferenças com as Folhinhas de Algibeira, que podem ser portadas junto ao corpo. Vale ressaltar, entretanto, que, mesmo assim, alguns almanaques trazem dimensões próximas das Folhinhas. Assim, a constatação mais evidente é que eram produzidos gêneros editoriais com fórmulas próximas, ou seja, com uma ideia similar de informar, de orientar, guiar o leitor sobre variados assuntos, mas apresentando formas (caras) com algumas diferenças, seja no formato, na quantidade de páginas e na composição de seções. A diferença entre as Folhinhas e outros almanaques/anuários do século XIX estaria no poder maior de algumas casas editoras em divulgá-los e fazê-los circular?

Acrescentamos, ainda, a possibilidade de aproveitamento de um material para o outro, que comprovamos com o anexo da *Folhinha de lembranças instructivas e divertidas para o anno de 1875*, que traz partes do Almanaque de Lembranças de Castilho, a que Meyer (2001) também faz referência. Nesse sentido, as análises das

Folhinhas do acervo, em comparação com outros gêneros editoriais e ainda dicionários da época, mostram que o gênero Folhinha ora é sinônimo de calendário, ora é sinônimo de almanaque, ora ainda traz similitudes com o gênero anuário. Dessa forma, embora ocorram oscilações nas terminologias entre vários materiais publicados no período ou que se sucederam a ele, existem aspectos comuns que os unem: a função de guiar o tempo social e as condutas civis e religiosas.

Outro elemento que cabe retomar é sobre as relações entre formato, literatura popular e gênero de primeira necessidade. A Folhinha traz consigo a ideia de uso/circulação junto ao corpo, uma vez que seu formato, que varia de 9x7 cm à 13x9 cm, permite que seja carregada no “bolso”/algibeira, ou seja, além de guia e juntamente com essa função, o material passa a ser de “primeira necessidade”, que se consulta quando precisar. Por isso, o impresso traz a diversidade de assuntos, a serem apreciados/aproveitados à escolha do leitor. Nessa mesma perspectiva, destacamos que ao trazer a ideia de um gênero de primeira necessidade, por esses motivos explicitados, a noção de uma literatura popular também aparece. Desse modo, poderíamos agrupar as Folhinhas como literatura popular e no grupo denominado de literatura popular?

O significado de popular que estamos adotando, de forma mais específica, refere-se à ideia de uma literatura de circulação mais ampla (ANDRIES, 1996a, 1996b) e os dados permitem dizer que as Folhinhas almejam essa circulação. Nesse sentido, seja pela pretensão de que atinja um universo muito grande de leitores, seja pelo formato, seja pela real possibilidade de compra e circulação, o material investigado dialoga com outros que são designados como populares. Relacionamos o popular também com a ideia de satisfazer a todos os públicos, pelo gosto e pelo bolso (MOLLIER, 2008; EL FAR, 2006) e de uma literatura que se apresenta com características específicas (BRAIDA, 1996). Assim, pela análise do discurso das Folhinhas, pelos seus temas e características materiais, mais uma vinculação é possível entre as Folhinhas de algibeira e a literatura popular.

Vários aspectos não aprofundados podem ser desenvolvidos em outras pesquisas, por isso terminaremos com perguntas. Como verificamos haver pelo menos um título de Folhinha editado e impresso em Minas Gerais, haveria Folhinhas do mesmo tipo em editoras de outras províncias? Como esse material dialoga com outras publicações do período, ditas populares? As Folhinhas seriam anteriores ao mercado de livros populares, como romances, manuais de instrução publicados no século XIX? No caso específico da principal casa editora das Folhinhas do acervo pesquisado, qual

relação pode ser estabelecida entre as Folhinhas de Algibeira e o Almanaque Laemmert publicado pela mesma editora? Seus anexos eram livros independentes que se agregavam às Folhinhas? Esses anexos poderiam ser vendidos separadamente? Ou eles foram elaborados para compor a Folhinha?

No decorrer do século XIX, período em que o projeto de escolarização obrigatória, instituído pelo governo imperial, está apenas em seu início no Brasil, as Folhinhas teriam cumprido o papel de transmissão que a escola ainda não tinha assumido ou alcançado? A função das Folhinhas teria passado para os manuais didáticos? Depois de um maior alcance da escolarização, seriam outros os modelos de Almanaque, conforme estudos de Casa Nova (1996) e Dutra (2005)? São muitas as questões em aberto.

Construímos um olhar panorâmico que visou, pela recuperação da identidade dos impressos, compreender a história do livro e os sistemas de pensamento do período imperial. Um grande desafio permanece: chegar aos leitores e à leitura. Quem lia? Como lia? Por que e em quais situações liam?

**REFERÊNCIAS**

- ABREU, Márcia (org.). *Leitura, História e História da Leitura*. Campinas: Mercado de Letras/Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: FAPESP, 1999.
- ABREU, Márcia. *Os Caminhos dos livros*. Campinas: Mercado de Letras/ALB; São Paulo: FAPESP, 2003.
- AGUIAR, Odailton Aragão. *O riso na mídia: o Barão de Itararé e seus almanaques – os almanaques do jornal A Manhã*. São Paulo: PUC, 2006 (Tese, Doutorado em Comunicação e Semiótica).
- ANDRIES, Lise. Les livres de savoir pratique dans la France des XVII et XVIII siècles. In: CHARTIER, Roger et LUSEBRINK, Hans-Jurgen. *Colportage et Lecture populaire: imprimés de large circulation en Europe XVI-XIX siècles*. Imec Éditions. 1996a.
- ANDRIES, Lise. Almanagues: Revolucionando um Género Tradicional. In: DARNTON, Robert ROCHE, Daniel (orgs). *Revolução impressa: a imprensa na França, 1775-1800*. EDUSP: SP, 1996b.
- ANDRIES, Lise; BOLLÈME, Geneviève. *La Bibliothèque bleue. Littérature de colportage*. Paris: Robert Laffont, 2003.
- ASSIS, Machado de. Como se inventaram os Almanagues. In: MEYER, Marlyse (org.). *Do almanak aos almanaques*. São Paulo: Ateliê, 2001, p. 25-28.
- AZEVEDO, Thales de. *O catolicismo no Brasil: um campo para a pesquisa social*. Salvador: EDUFBA, 2002.
- AZZI, Riolando. *O catolicismo popular no Brasil: aspectos históricos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1978.
- AZZI, Riolando. (org). *A vida religiosa no Brasil: enfoques históricos*. São Paulo: Edições Paulinas, 1983.
- AZZI, Riolando. *O Altar unido ao trono: um projeto conservador*. São Paulo: Edições Paulinas, 1992.
- BARBOSA, Everton Vieira. Mapeando as tipografias do periódico *O Jornal das Senhoras* (1852-1855): as relações sócio-espaciais nos impressos. *I Encontro de Pós-Graduandos da Sociedade Brasileira de Estudos do Oitocentos*, 2015. Link: [https://www.seo.org.br/images/Everton\\_Barbosa.pdf](https://www.seo.org.br/images/Everton_Barbosa.pdf) (Acesso em: 28/10/2018).
- BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.



BATISTA, Antônio Augusto Gomes; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *Livros escolares de leitura no Brasil: elementos para uma história*. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2009.

BATISTA, Antonio Augusto Gomes. A retórica da infelicidade: laço social e leitura em livros escolares do cânone republicano. *Pro-Posições*, v. 23, n. 3 (69), set-dez, 2012, p. 87-102.

BENDIX, Reinhard. *Construção nacional e cidadania*. São Paulo: EDUSP, 1996.

BENJAMIN, Roberto Camara. L'immanach de cordel aujourd'hui information et éducation populaires. In: MOLLIER, Jean-Yves; LÜSEBRINK, Hans-Jürgen et al (org.). *Les Lectures du peuple en Europe et dans les Amériques du XVII<sup>e</sup> au XX<sup>e</sup> siècle*. Bruxelles: Éditions Complexe, 2003, p. 193-199.

BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. Pernambuco e o Império (1822-1824): sem constituição soberana não há união. In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003, p. 219-249.

BESSONE, Tânia et al. "Apresentação". In: *Cultura escrita e circulação de impressos no oitocentos*. São Paulo: Alameda, 2016, p. 9-15.

BEZERRA, Gustavo Alvim de Góes. *O império, a elite e o imperador: debates sobre a Europa na política externa brasileira do século XIX*. Rio de Janeiro: UERJ, 2013 (Dissertação, Mestrado em Relações Internacionais).

BITTENCOURT, Agueda Bernardete. O livro e o selo: editoras católicas no Brasil. *Pro-Posições*, v. 25, n. 1 (73), jan-abr, 2014, p. 117-137.

BLOCH, Marc. *Introdução à história*. 4. ed. São Paulo: Europa-América, 1976.

BOLLÈME, Geneviève. *La littérature populaire et de colportage, dans le livre et société dans la France du XVIII<sup>e</sup>*. Paris: La Haye Mouton, 1965.

BOLLÈME, Geneviève. *Les almanachs populaires aux XVI<sup>e</sup> et XVIII<sup>e</sup> siècles*. Essai d'histoire sociale. Paris: La Haye, Mouton, 1969.

BOLLÈME, Geneviève. *La Bibliothèque Bleue: la littérature populaire em France du XVII au XIX siècle présentée par Geneviève Bollème*. Paris: Éditeur commercial. Julliard, 1971.

BOTELHO, Tarcísio R. *População e nação no Brasil do século XIX*. São Paulo: USP, 1998 (Tese, Doutorado em História).

BOTELHO, Tarcísio R. Censos e construção nacional no Brasil Imperial. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v. 17, n. 1, jun. 2005, p. 321-341.

BOTREL, Jean-François. La littérature de cordel em Espagne. Essai de synthèse. In: CHARTIER, Roger; LUSEBRINK, Hans-Jurgen. *Colportage et Lecture populaire: imprimés de large circulation en Europe XVI-XIX siècles*. Imec Éditions. 1996.

BOTREL, Jean-François. Catálogo Almanak dos Almanagues. In: MEYER, Marlyse (org.). *Do almanak aos almanagues*. São Paulo: Ateliê, 2001, p. 17-18.

BOTREL, Jean-François. Almanachs et calendriers en Espagne au XIX<sup>e</sup> siècle: essai de typologie. In: MOLLIER, Jean-Yves; LÜSEBRINK, Hans-Jürgen et al (org.). *Les Lectures du peuple en Europe et dans les Amériques du XVII<sup>e</sup> au XX<sup>e</sup> siècle*. Bruxelles: Éditions Complexe, 2003, p. 105-115.

BOTREL, Jean-François. Para una bibliografía de los almanagues y calendarios », *Elucidario*, I/1. Marzo, 2006, p. 35-46.

BOTREL, Jean-François Verdades de almanaque: de la evidencia al discurso de la pedagogía en los almanagues españoles (1799-1933). In: HIBBS, Solange, FILLIÈRE Carole. *Los discursos de la ciencia y de la literatura en España (1875-1906)*. Vigo: Editorial Academia del Hispanismo, 2015.

BOURDIEU, Pierre. Gostos de classe e estilos de vida. In: ORTIZ, Renato (org.). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983, p. 82-121.

BRAGA, Maria de Fátima Almeida. *Livros, folhetos, jornais, calendários e folhinhas, tudo à venda na botica de Padre Tezinho: práticas sociais e práticas de leitura nos anúncios dos jornais do século XIX (1820-1831)*. Rio de Janeiro: UERJ, 2011 (Tese, Doutorado em Psicologia).

BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Marcia (org.). *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: UNESP, 2010.

BRAIDA, Lodovica. Les almanachs italiens. Évolution et étéréotypes d'un genre (XVII – XVII siècles). In: CHARTIER, Roger et LUSEBRINK, Hans-Jurgen. *Colportage et Lecture populaire: imprimés de large circulation en Europe XVI-XIX siècles*. Imec Éditions. 1996.

BRITO, Angela Xavier de. As Congregações de Notre-Dame de Sion: superioridade masculina e subordinação feminina na Igreja católica. *Pro-Posições*, v. 25, n. 1 (73), jan-abr, 2014, p. 75-98.

BURKE, Peter. *Cultura popular na Idade Moderna: Europa 1500-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CARVALHO, Jeferson Luís Marinho de. *Almanack da Parnahyba: leituras da educação em suas páginas (1924-1982)*. São Leopoldo-RS: UNISINOS, 2016 (Tese, Doutorado em Educação).

CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

CHARTIER, Anne Marie; HÉBRARD, Jean. *Discursos sobre a leitura – 1880-1980*. São Paulo: Ática, 1995.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

CHARTIER, Roger. Textos, impressos, leituras. In: CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990.

CHARTIER, Roger. As revoluções da leitura no ocidente. In: ABREU, Márcia. *Leitura, história e história da leitura*. São Paulo: FAPESP, 1999.

CHARTIER, Roger. *Cultura escrita, literatura e história*. Porto Alegre: Artmed, 2001.

CHARTIER, Roger. *Leituras e Leitores na França do Antigo Regime*. Tradução: Álvaro Lorencini. São Paulo: UNESP, 2004.

CHARTIER, Roger; LÜSEBRINK, Hans-Jürgen (dir.). *Colportage et lecture populaire. Imprimés de large circulation en Europe. XVI-XIXe siècles*. Paris: IMEC Éditions/Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1996.

CHOPPIN, Alain (org.). História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.30, n.3, p. 549-566, set./dez. 2004.

COELHO, Geraldo Mártires. Onde fica a corte do senhor imperador? In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003, p. 267-284.

COHEN, Ilka Stern. Diversificação e segmentação dos impressos. In: MARTINHS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (orgs). *História da Imprensa no Brasil*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2018.

*Constituição política do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipographia Nacional, 1824.

COOPER-RICHET, Diana. Paris, capital editorial do mundo lusófono na primeira metade do século XIX? *Varia História*, vol. 25, no. 42, Belo Horizonte, jul-dez. 2009, p. 539-555.

COSTA, Carlos Roberto da. *A revista no Brasil, o século XIX*. São Paulo: UNESP, 2007 (Tese, Doutorado em Ciências da Comunicação).

CURTO, Diogo Ramada. Littérature de large circulation au Portugal (XVI-XVII siècles). In: CHARTIER, Roger et LUSEBRINK, Hans-Jurgen. *Colportage et Lecture populaire: imprimés de large circulation en Europe XVI-XIX siècles*. Imec Éditions. 1996.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. Tradução: Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DARNTON, Robert. História da Leitura. In: BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da UNESP, 1992, 2ª. ed., p. 199- 236.

DARNTON, Robert. *A questão dos livros: passado, presente e futuro*. Tradução: Daniel Pellizzari. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (org.). *Revolução Impressa. A imprensa na França invenção do cotidiano. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

DONEGÁ, Ana Laura. *Publicar ficção em meados do século XIX: um estudo das revistas femininas editadas pelos irmãos Laemmert*. Campinas-SP: UNICAMP, 2013 (Dissertação, Mestrado em Teoria e História Literária).

DULLEY, Iracema Hilário. *Do culto aos ancestrais ao cristianismo e vice-versa: vislumbres da prática da comunicação nas missões espiritanas do Planalto Central Angolano*. Campinas-SP: UNICAMP, 2008 (Dissertação, Mestrado em Antropologia).

DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *Rebeldes literários da República: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier*. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves (org.). *Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política*. São Paulo: Annablume, 2006.

ECO, Umberto. *Lector in Fábula*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

EL FAR, Alessandra. *Páginas de sensação: “romances para o povo”, pornografia e mercado editorial no Rio de Janeiro (1870-1924)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

EL FAR, Alessandra. *O livro e a leitura no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

EL FAR, Alessandra. Ao gosto do povo: as edições baratíssimas de finais do século XIX. In: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia (orgs). *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane Marte T. S.; FARIA FILHO, Luciano M. de; VEIGA, Cynthia G. (org.). *500 anos de Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 135-150.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2015.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da Língua Portuguesa*. 2. ed. São Paulo: Editora Nova Fronteira. Ferreira, 1986.

FERREIRA, Jerusa Pires. Almanaque. In: MEYER, Marlyse (org.). *Do almanak aos almanaques*. São Paulo: Ateliê, 2001, p. 19-24.

FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz. Reverenciando as letras: espaços de consagração e construção da cidadania. In: RIBEIRO, Gladys Sabina; FERREIRA,

Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz (orgs). *Linguagens e práticas da cidadania no século XIX*. São Paulo. Alameda, 2010.

FIGUEIREDO, Candido de. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1913.

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. *Imprensa pedagógica: um estudo de três revistas mineiras destinadas a professores*. Belo Horizonte: UFMG, 2000. (Tese, Doutorado em Educação).

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. Uma genealogia dos impressos para o ensino da escrita no Brasil no século XIX. *Revista Brasileira de Educação*, vol. 15, no. 44, Rio de Janeiro, maio-ago. 2010, p. 264-281.

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. As configurações gráficas de livros brasileiros e franceses para ensino da leitura e seus possíveis efeitos no uso dos impressos (séculos XIX e XX). *Rev. bras. hist. educ.*, Campinas-SP, v. 12, n. 2 (29), p. 171-208, maio/ago. 2012.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1987.

GALLARDO, Miguel Ángel Garrido. *Diccionario español de términos literarios internacionales (DETLI)*. Buenos Aires: Academia Argentina de Letras/Unión Académique Internationale, 2009.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *Ler/ouvir folhetos de cordel em Pernambuco (1930-1950)*. Belo Horizonte: UFMG, 2000 (Tese, Doutorado em Educação).

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *Cordel: leitores e ouvintes*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. História das Culturas do Escrito: tendências e possibilidades de pesquisa. In: MARINHO, Marildes; CARVALHO, Gilcinei Teodoro (orgs.). *Cultura escrita e letramento*. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; BATISTA, Antônio Augusto Gomes (org.). *Leitura: práticas, impressos, letramentos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. O Estudo dos Manuais Escolares e a Pesquisa em História. In: BATISTA, Antônio Augusto Gomes; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. (Orgs.). *Livros Escolares de Leitura no Brasil: elementos para uma história*. Campinas: Mercado de Letras, 2009.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; JINZENJI, Mônica Yumi. A quem se destinava o Boletim Vida Escolar? In: GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; LOPES, Eliane Marta Teixeira. *Boletim Vida Escolar: uma fonte e múltiplas leituras sobre a educação no início do século XX*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

GARCIA Jr., Afranio. Les Intellectuels et la conscience nationale au Brésil. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, 98, juin, 1993, p. 20-33.

GODOI, Rodrigo Camargo de. *Um editor no Império: Francisco de Paula Brito (1809-1861)*. Campinas-SP: UNICAMP, 2014 (Tese, Doutorado em História).

GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GRAFF, Harvey J. O mito do Alfabetismo. *Revista Teoria e Educação*. vol. 2, 1990, p. 30-64.

GUERRA, François-Xavier. A nação moderna: nova legitimidade e velhas identidades. In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003, p. 33-60.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2005.

HÉBRARD, Jean. “Les nouveaux lecteurs”. In: CHARTIER, Roger, MARTIN, Henri-Jean (dir.). *Histoire de l'édition française – Le temps des éditeurs: du Romantisme à la Belle Époque*. 2ed. Tome 3. Paris: Promodis, 1985, p. 470-509.

HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOORNAERT, Eduardo. *O catolicismo moreno do Brasil*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1990.

JINZENJI, Mônica Yumi. *Cultura impressa e educação da mulher no século XIX*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

JURKEVICS, Vera Irene. Festas religiosas: a materialidade da fé. *História: Questões & Debates*, Curitiba, Editora UFPR, n. 43, p. 73-86, 2005.

LAHIRE, Bernard. *A cultura dos indivíduos*. Tradução: Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2006.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 7. ed. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp, 2013.

LEONARDI, Paula; MAZOCHI, Letícia Aparecida. Revista, santuário e escola: a atuação dos saletinos na educação no Brasil. *Pro-Posições*, v. 25, n. 1 (73), jan-abr, 2014, p. 99-115.

LEONÍDIO, Adalmir. Utopias sociais e cientificistas no Brasil no final do século XIX. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos* (3), vol. 14, jul-set. 2007, p. 921-946.

LIMEIRA, Aline de Moraes. *Educação Particular e Publicidade no Almanak Laemmert (1844/1859)*, 2008. Pesquisa desenvolvida no Programa Nacional de Apoio à Pesquisa da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em:

[https://www.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/producao/pesquisa/educacao-particular-publicidade-almanak-laemmert-1844/1859//aline\\_de\\_moraes.pdf](https://www.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/producao/pesquisa/educacao-particular-publicidade-almanak-laemmert-1844/1859//aline_de_moraes.pdf). Acesso em: 25/11/2018.

LINHARES, Joaquim Nabuco. Itinerário da imprensa de Belo Horizonte: 1895-1954; estudo crítico e nota bibliográfica de Maria Céres Pimenta S. Castro. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995.

LUSEBRINK; MIX; MOLLIER; SOREL. (Sous la Direction de). *Les Lectures du peuple em Europe et dans les Amériques (XVII<sup>e</sup>- XX<sup>e</sup> siècle)*. Editions Complexe. Histoire culturelle, 2003.

LUSTOSA, Isabel. *O nascimento da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

LUSTOSA, Isabel. A história do Brasil lida nos periódicos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XLIV, nº. 1, jan-jun. 2008, p. 8-17.

MACAMBIRA, Débora Dias. *Impressões do tempo. Os almanaques no Ceará (1870-1908)*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010 (Dissertação, Mestrado em História).

MACHADO, Ubiratan. *A etiqueta de livros no Brasil: subsídios para uma história das livrarias brasileiras*. São Paulo: EDUSP, 2003.

MAGALHÃES, Justino. Alfabetização e história: tendências e perspectivas. In: GALVAO, Ana Maria de Oliveira; BATISTA, Antônio Augusto Gomes (org.). *Leitura: práticas, impressos, letramentos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 119-142.

MAGNOLI, Demétrio. O Estado em busca do seu território. In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003, p. 285-296.

MANGUEL, Albert. *Leitura do Futuro*. In: MANGUEL, Albert. *Uma história da leitura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MARROU, H. I. *Do conhecimento Histórico*. 3. ed. Tradução Ruy Bello. São Paulo: EDPU, s/d.

MARTINS, Ana Luiza. Imprensa em tempos de Império. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de (org.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2018, p. 45-80.

MCKENZIE, Donald F. *Bibliography and the sociology of texts*. London: British Library, 1986.

MEDEIROS, Aline da Silva. *Os remédios, os livros e os tempos. Consumo de remédios e experiência do tempo entre o Lunário Perpétuo e o Dicionário do Dr. Chernoviz*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2015 (Tese, Doutorado em História).



MEIRINHOS, José Francisco. *Estudos de Filosofia Medieval: autores e temas*. Porto Alegre: EST Edições: EDIPUCRS 2007.

MEYER, Marlyse (org.). *Do Almanak aos Almanques*. São Paulo: Atêlie Editorial, 2001.

MINDLIN, José. Impressão Régia: seu significado e suas realizações. In: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Marcia (org). *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: UNESP, 2010, p. 19-21.

MOLLIER, Jean-Yves. Les éditeurs d'almanachs au XIX<sup>e</sup> siècle: entre tradition et modernité. In: MOLLIER, Jean-Yves; LÜSEBRINK, Hans-Jürgen et al (org.). *Les Lectures du peuple en Europe et dans les Amériques du XVII<sup>e</sup> au XX<sup>e</sup> siècle*. Bruxelles: Éditions Complexe, 2003, p. 205-224.

MOLLIER, Jean-Yves. *A leitura e seu público no mundo contemporâneo: ensaios sobre História Cultural*. Tradução de Elisa Nazarian. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MOLLIER, Jean-Yves. A história do livro e da edição: um observatório privilegiado do mundo mental dos homens do século XVIII ao século XX. *Varia História*, vol. 25, no. 42, Belo Horizonte, jul/dez. 2009, p. 521-537.

MONTEIRO, Miguel. O Museu da Emigração e os “Brasileiros” do Rio: o público e o privado na construção de modernidade em Portugal. *Revista da faculdade de Letras*. Porto, III Série, vol. 8, 2007, p. 443-458.

MORAES, Rubens Borra de. *O Bibliógrafo aprendiz*. São Paulo: Nacional, 1965.

MOREIRA, Luciano da Silva. *Imprensa e política: espaço público e cultura política na província de Minas Gerais. 1828-1842*. Belo Horizonte: UFMG, 2006 (Dissertação, Mestrado em História).

MOREIRA, Luciano da Silva. Combates tipográficos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, Ano XLIV, n. 1, jan.-jun. 2008, p. 24-41.

MOREL, Marco. *As Transformações dos Espaços Públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial, 1820-1840*. São Paulo: Hucitec, 2005.

MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINHS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (orgs). *História da Imprensa no Brasil*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2018.

MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz cem anos*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1992.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Leitura e leitores no Brasil, 1820-1822: o esboço frustrado de uma esfera pública de poder*. Acervo, Rio de Janeiro, v.8, nº 1-2, p. 123-138, jan/dez. 1995.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Cidadania e participação política na época da Independência do Brasil. *Cad. Cedes*, Campinas, v. 22, n. 58, dez. 2002, p. 47-64.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Folhinhas e almanaques: História e Política no Império do Brasil (1824-1836). In: RIBEIRO, Gladys Sabina e FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz (orgs). *Linguagens e práticas da cidadania no século XIX*. São Paulo. Alameda, 2010.

NOVA, Vera Casa. *Lições de almanaque: um estudo semiótico*. Editora UFMG. Belo Horizonte, 1996.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo, Brasiliense, 1990.

PAIVA, Maria Aparecida. *A voz do veto: a censura católica à leitura de impressos*. Belo Horizonte: Autêntica, 1997.

PARK, Margareth Brandini. *Histórias e leituras de almanaques no Brasil*. Campinas-SP: UNICAMP, 1998 (Tese, Doutorado em Educação).

PARK, Margareth Brandini. *Histórias e leituras de Almanques no Brasil*. São Paulo: Mercado das Letras/FAPESP, 1999. (Coleção Histórias de leitura).

PRIORE, Mary Del; VENÂNCIO, Renato Pinto. *O Livro de Ouro da História do Brasil: do Descobrimento à Globalização*. Editora: Ediouro, 2001.

RICHAUDEAU, François. Pour une théorie unitaire typographique. *Revue de Communication et langages*. n.36 - 4o trimestre 1977. Paris: Centre D'Etude et de Promotion de la Lecture, p. 44-63.

ROCHE, Daniel. A Censura e a Indústria Editorial. In: DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (org.). *Revolução Impressa – A imprensa na França 1775-1800*. Tradução de Marcos Maffei Jordan. São Paulo: EDUSP, 1996, p. 21-48.

ROGERS, Rebecca. Congrégations Féminines et Diffusion d'un Modèle Scolaire Français: propositions pour une histoire transnationale. *Pro-Posições*, v. 25, n. 1 (73), jan-abr, 2014, p. 55-74

ROUX, Rodolfo R. de. La romanización de la Iglesia católica en América Latina: una estrategia de larga duración. *Pro-Posições*, v. 25, n. 1 (73), jan-abr, 2014, p. 31-54.

ROWLAND, Robert. Patriotismo, povo e ódio aos portugueses: notas sobre a construção da identidade nacional no Brasil independente. In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: formação do estado e da nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003.

SCHAPOCHNIK, Nelson. Malditos tipógrafos. *Anais do I Congresso Brasileiro sobre o Livro e História Editorial*. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://www.livrohistoriaeditorial.pro.br/pdf/nelsonschapochnik.pdf>. Acessado em 25/11/2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *Leituras críticas sobre Evaldo Cabral de Mello*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Miguel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SEGALIN, Linara Bessega. “*Leituras confiadas às mais inocentes e mais puras leitoras*”? *As mulheres nos almanaques gaúchos (1889-1910)*. Porto Alegre: UFRGS, 2013 (Dissertação, Mestrado em História).

SEIDL, Ernesto. Apresentação do dossiê “Catolicismo e Formação Cultural”. *Pro-Posições*, v. 25, n. 1 (73), jan-abr, 2014, p. 25-30.

SENRA, Nelson. *História das Estatísticas Brasileiras*. Vol. 1: *As Estatísticas Desejadas (1822-c.1889)*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da lingua portugueza*. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.

SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Lingua Portugueza*. Lisboa: M.P.de Lacerda, 1823.

SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Lingua Portugueza*. Lisboa: Imprensa Regia, 1831.

SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Lingua Portugueza*. Lisboa: Typographia de Joaquim Germano de Souza Neves, 1877.

SILVA, Inocêncio Francisco da (org.). *Dicionário bibliográfico português: estudos de Inocêncio Francisco da Silva aplicáveis a Portugal e ao Brasil*. t. IX (C-G). Lisboa: Imprensa Nacional, 1870.

SLATER, Candace. *A vida no barbante: a literatura de cordel no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SOUZA, Maria José Francisco de. *Modos de participação nas culturas do escrito em uma comunidade rural no norte de Minas Gerais*. Belo Horizonte: UFMG, 2009 (Tese, Doutorado em Educação).

SCHÜLER, Arnaldo. *Dicionário enciclopédico de teologia*. Canoas: Ed. ULBRA, 2002.

TILLY, Charles. *Coerção, capital e Estados europeus, 1990-1992*. São Paulo: EDUSP, 1996.

TORRES, Tatiane Milene. *Poética de almanaque: Paidéia tecedora do sublime*. São Paulo: USP, 2012 (Tese, Doutorado em Letras).

TRIZOTTI, Patrícia Trindade. “*UM BRINDE AOS ASSINANTES!*”: Os Almanques do jornal O Estado de S. Paulo (1896, 1916, 1940). Assis-SP: UNESP, 2010 (Dissertação, Mestrado em História).

VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

VIANA, Iamara da Silva. Corpos escravizados: que histórias contam? *Dossiê Transversos: O Corpo na História e a História do Corpo*, Rio de Janeiro, v. 05; n. 05; Ano 02. dez. 2015.

## FOLHINHAS

*Folhinha Botanica para o anno de 1871*. Contendo, em forma de catecismo uma breve nomenclatura e classificação botânica em geral além da chronica nacional a terminação da guerra com o Paraguay e noticias curiosas e interessantes. Casa de Eduardo & Henrique Laemmert: Rio de Janeiro, 1871. 310p.

*Folhinha civil e ecclesiastica para o anno de 1858*. Contendo ainda a chronica nacional e noticias curiosas e interessantes. Casa de Eduardo & Henrique Laemmert: Rio de Janeiro, 1858. 356p.

*Folhinha [da] boa moral: 1861*. Livraria Universal Laemmert: Rio de Janeiro, 1861. 304p.

*Folhinha da Guerra de 1868*. Casa de Eduardo & Henrique Laemmert: Rio de Janeiro, 1868. 280p.

*Folhinha da Guerra para o anno bissexto de 1872*. Contendo a chronica dos principais factos da Guerra Franco-Prussiana (1ª série) seguida de noticias interessantes e a chronica do anno. A. Gonçalves Guimarães: Rio de Janeiro, 1872. 288p.

*Folhinha da Guerra para o anno bissexto de 1872*. Contendo a chronica dos principais factos da Guerra Franco-Prussiana (2ª série) seguida de noticias interessantes e a chronica do anno. A. Gonçalves Guimarães: Rio de Janeiro, 1872. 288p.

*Folhinha da Lei das Terras para o anno de 1854*. Contendo a chronica nacional, noticias interessantes e curiosas, e a Lei das Terras, Lei da hipotecas e outras disposições legislativas de utilidade publica. Casa de Eduardo e Henrique Laemmert: Rio de Janeiro, 1854. 316p.

*Folhinha D'Algibeira*. De R. Ogier E C. Para o anno de 1839. 3º depois do Bissexto, 18º da Independencia, e do Imperio. Typografia de R. Ogier e C.: Rio de Janeiro, 1839. 100p.

*Folhinha de Cupido para o anno de 1875*. Contendo o novíssimo dictionario das flores, das cores e das pedras preciosas. Assim como a Chronica Nacional. Preceitos de

agricultura, horticultura e jardinagem. E noticias curiosas e interessantes. Casa de Eduardo e Henrique Laemmert: Rio de Janeiro, 1875. 416p.

*Folhinha de d'Algibeira ou Diario civil e ecclesiastico, do ano bissexto de 1832.* Imp. C. do Ouro Preto na Typografia do Universal: Minas Gerais, 1832. 165p.

*Folhinha de Devoção para o anno bissexto de 1868.* Contendo a chronica nacional noticias curiosas e interessantes e um ramalhete de fragrantas Flôres Colhidas no ameno jardim do menino Deos. Casa de Eduardo & Henrique Laemmert: Rio de Janeiro, 1868. 382p.

*Folhinha de Jogos para o anno de 1869.* Contendo a chronica nacional noticias curiosas e interessantes. E um tratado do jogo do Voltarete seguido dos do Cassino e Estenderete. Casa de Eduardo & Henrique Laemmert: Rio de Janeiro, 1869. 432 p.

*Folhinha de lembranças, acompanhada do Florilegio litterario para o anno de 1857.* A. Gonçalves Guimarães: Rio de Janeiro, 1857. 316p.

*Folhinha de lembranças instructivas e divertidas para o anno de 1875.* Contendo mais a chronica nacional, preceitos de agricultura, horticultura e jardinagem e noticias curiosas e interessantes. Casa de Eduardo e Henrique Laemmert: Rio de Janeiro, 1875. 352p.

*Folhinha de quinquilharia litteraria para o anno de 1858.* Contendo além da chronica nacional e noticias curiosas e interessantes Exercícios mentaes de agudeza e memoria em uma preciosa colleção de 150 charadas instructivas e recreativas. Casa de Eduardo & Henrique Laemmert: Rio de Janeiro, 1858. 356p.

*Folhinha de saudade para o ano de 1857.* Seguida do tributo de um portuguez da Senhora D. Maria II. A virtuosa Rainha de Portugal. Rio de Janeiro. Livraria de Agostinho de Freitas Guimarães & Companhia: Rio de Janeiro, 1857. 256p.

*Folhinha de versos para o anno bissexto de 1872.* Contendo muitas Poesias à terminação da Guerra do Paraguay e à recepção dos corpos de voluntários, seguida de noticias interessantes e a chronica do anno. A. Gonçalves Guimarães & com.: Rio de Janeiro, 1872. 352p.

*Folhinha de 1861.* Typographia de Antonio Gonçalves Guimarães & comp.: Rio de Janeiro, 1861. 320p.

*Folhinha de 1862.* Casa de Eduardo e Henrique Laemmert: Rio de Janeiro, 1862. 264p.

*Folhinha de 1863.* Casa de Eduardo e Henrique Laemmert: Rio de Janeiro, 1863. 336p.

*Folhinha de 1864.* Casa de Eduardo & Henrique Laemmert: Rio de Janeiro, 1864. 272p.

*Folhinha de 1865.* Casa de Eduardo e Henrique Laemmert: Rio de Janeiro, 1865. 366p.

*Folhinha de 1868.* Casa de Eduardo & Henrique Laemmert: Rio de Janeiro, 1868. 446p.

*Folhinha de 1877*. Casa de Eduardo e Henrique Laemmert: Rio de Janeiro, 1877. 417p.

*Folhinha do charadista para o anno de 1846*. Offerecendo alem de noticias variadas e curiosas um cofre de 167 charadas e 7 logogriphos novíssimos desafiando a sagacidade dos mais experimentados adivinhadores. Casa de Eduardo & Henrique Laemmert: Rio de Janeiro, 1846. 287p.

*Folhinha do Charadista para o anno de 1867*. Contendo além da chronica nacional e de noticias curiosas e interessantes uma linda collecção de charadas. Casa de Eduardo & Henrique Laemmert: Rio de Janeiro, 1867. 348p.

*Folhinha do Sábio para o anno de 1847*. Com novas reflexões maximas e pensamentos do Ex.mo Marquez de Mariga. Casa de Eduardo e Henrique Laemmert: Rio de Janeiro, 1847. 168p.

*Folhinha dos bons costumes para o anno de 1855*. Contendo Elementos de Éthica Uma collecção de máximas novas. Assim como A chronica nacional e entre noticias curiosas e interessantes uma descripção authentica do terremoto de Lisboa de 1755. Casa de Eduardo & Henrique Laemmert: Rio de Janeiro, 1855. 326p.

*Folhinha dos interessantes Echos para o ano de 1875*. Contendo uma curiosa reunião de factos historicos e populares. Assim como a chronica nacional. Preceitos de agricultura, horticultura e jardinagem. E noticias curiosas e interessantes. Casa de Eduardo e Henrique Laemmert: Rio de Janeiro, 1875. 416p.

*Folhinha dos Namorados para o anno bissexto de 1860*. Contendo a Chronica Nacional. Noticias curiosas e interessantes e o novo dictionario das flores, das corres e das pedras preciosas. Casa de Eduardo & Henrique Laemmert: Rio de Janeiro, 1860. 334p.

*Folhinha dos sonhos para o anno bissexto de 1864*. Contendo além da chronica nacional e de noticias curiosas e interessantes e a arte de explicar os sonhos e visões noturnas em forma de dicionário. Casa de Eduardo & Henrique Laemmert: Rio de Janeiro, 1864. 272p.

[*Folhinha homeopática 1860*]. Casa de Eduardo & Henrique Laemmert: Rio de Janeiro, 1860. 367p.

*Folhinha jocosa para o anno de 1851*. Contendo, alem das materias do costume: o sermão pregado aos tabaquentos em honra de Baccho, o namorico de humcapadocio e o ABC dos amores. Livraria de Agostinho de Freitas Guimarães & C.: Rio de Janeiro, 1851. 200p.

*Folhinha judiciária para o anno bissexto de 1848*. Contendo além da relação da Viagem de S.M.I na Provincia do Rio de Janeiro, e de outras noticias variadas e interessantes o Codigo Criminal do Império do Brasil. Casa de Eduardo e Henrique Laemmert: Rio de Janeiro, 1848. 224p.

*Folhinha Laemmert para o anno bissexto de 1888*. Contendo a chronica nacional e universal e informações uteis e interessantes. Casa de Eduardo e Henrique Laemmert: Rio de Janeiro, 1888. 378p.

*Folhinha Laemmert para o anno de 1885.* Contendo a chronica nacional e universal e informações uteis e interessantes. n.14 – cofre precioso remedio contra a hypochondria. (referente à temática do anexo). Casa de Eduardo e Henrique Laemmert: Rio de Janeiro, 1885. 401p.

*Folhinha Militar para o anno bissexto de 1868.* Contendo além da Chronica Nacional e noticias curiosas e interessantes a comedia-drama em 3 actos 29 ou Honra e Gloria. Casa de Eduardo & Henrique Laemmert: Rio de Janeiro, 1868. 334p.

*Folhinha Militar para o anno bissexto de 1868.* Contendo além da Chronica Nacional e noticias curiosas e interessantes a comedia-drama em 3 actos 29 ou Honra e Gloria. Casa de Eduardo & Henrique Laemmert: Rio de Janeiro, 1868. 334p.

[*Folhinha militar 1867.* Contendo o romance hist.-juridico: A baixa de Mathias, ordenança do Conde de...]. Casa de Eduardo & Henrique Laemmert: Rio de Janeiro, 1867. 348p.

*Folhinha para o anno de 1853.* Casa de Eduardo & Henrique Laemmert: Rio de Janeiro, 1853. 360p.

*Folhinha para o anno de 1873.* Publicada e a venda em casa de Eduardo & Henrique Laemmert: 1873. 366p.

*Folhinha para o anno de 1874.* Casa dos editores Laemmert & C.: 1874. 256p.

*Folhinha Romantica para o anno de 1842,* além de noticias curiosas e interessantes um ramalhete de novellas e romances engraçadíssimos. Casa de Eduardo & Henrique Laemmert: Rio de Janeiro, 1842. 252p.

*Folhinha Romantica para o anno de 1871.* Contendo além da chronica Nacional. Terminação da Guerra com o Paraguay. Noticias curiosas e interessantes. O lindo romance brasileiro O capitão Silvestre e Frei Velloso ou a plantação do café no Rio de Janeiro. Casa de Eduardo & Henrique Laemmert: Rio de Janeiro, 1871. 352p.

*Nova folhinha de agricultura para o anno de 1866.* Contendo a chronica nacional, noticias curiosas e interessantes e o novo methodo da plantaçãofecundidade, durabilidade, extrumação e conservação do café e extinção das formigas. Casa de Eduardo & Henrique Laemmert: Rio de Janeiro, 1866. 360p.

## **ALMANAQUES, ANUÁRIOS E JORNAIS**

*A Actualidade* (RJ, 1863).

*A Constituição* (CE, 1863).

*A Cruz* (RJ, 1863).



*A Ephoca* (PA, 1859).

*A Imprensa* (São Luís/MA, 1858).

*Almanach Catholique France* - 1905.

*Almanach de la cour, de ville, et des départemens* – 1827.

*Almanach do Município para o anno 1889* – São José de Além Parahyba.

*Almanak administrativo, mercantil e industrial da Corte e Provincia do Rio de Janeiro para o anno de 1861*. Rio de Janeiro: Casa dos editores-proprietários Eduardo & Henrique Laemmert, 1861.

*Almanak administrativo, mercantil e industrial da Côrte e Provincia do Rio de Janeiro para o anno de 1875*. Rio de Janeiro: Casa dos editores-proprietários Eduardo & Henrique Laemmert, 1875.

*Annuaire du Diocèse de Paris pour l' an 1844 e 1876*.

*Annuaire Pontifical Catholique* – 1898.

*Anuario de Minas Geraes* – 1906.

*Anuario de Minas Geraes: Chronologia Mineira* – Governo Civil e ecclesiastico – 1913

*Anuario estatístico ilustrado do estado de Minas Gerais de 1911*.

*Anuario Pontifio*, 1870, 1898, 1912 e 1923.

*A Patria* (Niterói/RJ, 1858).

*Calungasinho* (RJ, 1888).

*Correio da Tarde* (RJ, 1857).

*Correio Mercantil* (RJ, 1861).

*Diário de Pernambuco* (PE, 1838).

*Diário do Rio de Janeiro* (RJ, 1839, 1845, 1846, 1847, 1857).

*Estrella Mariannense* (Ouro Preto/MG, 1832).

*Gazeta Luzitana* (RJ, 1884).

Guia do Rio de Janeiro ou Indicador Alfabético. In: *Almanak de Laemmert para 1860*. Rio de Janeiro: Casa dos Editores Eduardo & Henrique Laemmert, 1860.

Guia do Rio de Janeiro ou Indicador Alfabético. In: *Almanak de Laemmert para 1867*. Rio de Janeiro: Casa dos Editores Eduardo & Henrique Laemmert, 1867.

*Jornal do Commercio* (RJ, 1835).

*Jornal do Pará* (PA, 1867).

*La Gerarchia Cattolica* – 1881, 1869 e 1873.

*Las fiestas em que se puede trabajar y los dias correspondientes* – Sec. XIX.

*Notizie per l'anno 1842*.

*O Consiliador Catharinense* (SC, 1849).

*O Despertador* (RJ, 1841).

*O Dezenove de Dezembro* (PR, 1859).

*O Globo* (RJ, 1854).

*O Liberal Pernambucano* (PE, 1856).

*O Mercantil* (BA, 1841).

*O Mercantil* (MG, 1847).

*O Universal* (Ouro Preto/MG, 1832).

*Pedro II* (CE, 1854).

*Publicador Maranhense* (MA, 1848, 1854).